

RELATÓRIO ANUAL

_2022



VERSÃO NÃO CONFORME COM ESSEFE NÃO AUDITADA

MAKING IT BETTER



SEMAPA





FORMATO ELETRÓNICO ÚNICO EUROPEU (ESEF)

O presente documento constitui uma versão não conforme com ESEF e não auditada do Relatório Anual, relativo ao exercício de 2022, da Semapa - Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A. A versão final e auditada do referido Relatório Anual em formato ESEF poderá ser consultada em www.cvm.pt e em www.semapa.pt. Caso existam diferenças entre a presente versão em formato PDF e a referida versão em formato ESEF, prevalecerá o conteúdo constante desta última.

RELATÓRIO ANUAL

_2022

MAKING IT BETTER



SEMAPA

Índice

VISÃO GERAL 2022

Mensagem conjunta

Principais indicadores do Grupo

6

8

12



O GRUPO SEMAPA

1. Propósito, Missão, Valores e Princípios Estratégicos

2. Quem somos

3. O que fazemos

4. Onde estamos

5. Modelo de governo

6. Corpos Sociais

7. Conselho de Administração

8. Comissão de Direção Executiva

16

20

22

23

24

26

28

29

30



ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO

1. Contexto global

2. O nosso contributo para os ODS

3. Os nossos tópicos materiais

4. O nosso relacionamento com os *stakeholders*

5. Ética no negócio

6. Gestão de riscos estratégicos

32

36

40

44

46

48

55



DESEMPENHO

1. Capital financeiro

2. Capital natural

3. Capital humano

4. Capital social

5. Capital intelectual

6. Taxonomia Europeia

7. Perspetivas futuras

8. Eventos subsequentes à data do balanço

9. Referências finais

10. Proposta de aplicação de resultados

62

66

112

135

148

154

160

172

176

177

178



RELATÓRIO DO GOVERNO SOCIETÁRIO **182**

Parte I	Informação sobre estrutura acionista, organização e Governo Societário	186
Parte II	Avaliação do Governo Societário	239
Anexo I	Informações a que se refere o artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais	250
Anexo II	Política de Remuneração	252
Anexo III	Declaração a que se refere a alínea c) do n.º 1 do artigo 29-G.º do Código dos Valores Mobiliários	259

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS **260**

Demonstrações financeiras consolidadas	262
Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria	384
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	392

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS **396**

Demonstrações financeiras separadas	398
Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria	448
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	454

INFORMAÇÃO DE SUPORTE DE SUSTENTABILIDADE **458**

Informação de suporte de sustentabilidade	462
Relatório independente de garantia limitada de fiabilidade	512

ANEXOS **516**

1. Índice GRI	518
2. Tabela de correspondências WEF	525
3. Tabela de correspondência DINF	527

5

6

7

8

9





VISÃO GERAL 2022

Mensagem conjunta



GRI 2-22



José Fay

Presidente do Conselho de Administração



Ricardo Pires

Presidente da Comissão Executiva (CEO)

Caros Stakeholders,

O ano de 2022 ficou uma vez mais marcado pela imprevisibilidade. Após dois anos muito desafiantes em contexto de pandemia, este ano trouxe-nos uma guerra na Europa, o fim de décadas de inflação controlada nas principais economias desenvolvidas e também aumentos relevantes das taxas de juro, que penalizam as perspetivas de crescimento económico para 2023.

Foi, também, um ano especialmente caracterizado pela incerteza e volatilidade nas nossas indústrias. Os custos da energia, da logística e das matérias-primas, que já se encontravam em níveis historicamente altos no início do ano, elevaram-se substancialmente ao longo do ano.

Este contexto difícil amplifica os resultados do Grupo Semapa. A primeira palavra destina-se, por isso, a todos os Colaboradores do Grupo Semapa por mais um ano excepcional. Um ano em que mais uma vez fica em evidência a capacidade de superação das pessoas do Grupo Semapa e a robustez da posição competitiva das diferentes empresas nos seus mercados. Ao contexto económico adverso, as equipas responderam com melhorias de eficiência, aumentos de produtividade e também com uma grande disciplina no controlo de custos. Todos estes fatores revelaram-se decisivos para a obtenção deste resultado de que muito nos orgulhamos. A todos os Colaboradores endereçamos o nosso sincero agradecimento por todo o esforço e sabedoria.

“Em 2022, o Grupo Semapa reiterou a sua ambição de crescimento, tendo o ano ficado marcado por vários avanços importantes no espaço do investimento e da inovação, dois pilares desta ambição renovada da Semapa.”

Este resultado deixa o Grupo Semapa numa posição financeira muito robusta para encarar um novo ciclo de investimento e crescimento com uma ambição reforçada. A conjuntura económica será exigente, mas temos a convicção de que para um Grupo com horizonte de longo prazo, estão reunidas as condições para acelerar o crescimento, continuando a apostar em negócios sólidos e com boas perspetivas de médio e longo prazo.

Em 2022, o Grupo Semapa reiterou a sua ambição de crescimento, tendo o ano ficado marcado por vários avanços importantes no espaço do investimento e da inovação, dois pilares desta ambição renovada da Semapa.

Foi reforçada a parceria na UTIS, alargando-a a todo o portefólio de produtos ligados à produção de hidrogénio e à utilização do hidrogénio em sistemas de otimização de combustão contínua e combustão interna. Este reforço da parceria ficou também consubstanciado na inauguração de uma nova fábrica que exponencia a capacidade de produção da empresa e a transporta para novos horizontes.

Na ETSA, demos início à construção de uma nova fábrica para desenvolvimento do projeto ETSA ProHy, que será inaugurada em 2024, e que marca a entrada da empresa no segmento de química fina de alto valor acrescentado.

Na Secil, destacamos o avanço do projeto Clean Cement Line, que posiciona a fábrica de Outão como uma das mais eficientes e sustentáveis no mundo.

Na Navigator evidenciamos os desenvolvimentos: no segmento *tissue*, com a preparação da aquisição da Goma Camps Consumer, a finalizar em 2023, no *packaging*, com a Agenda "From Fossil to Forest – Produtos de Embalagem Sustentáveis para Substituição do Plástico Fóssil" no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), e na energia com o acordo de princípio com a P2X Europe para desenvolvimento de uma unidade industrial de última geração para produzir, em larga escala, combustíveis não fósseis para o setor da aviação a partir de hidrogénio verde e CO₂ biogénico.

No segmento de *venture capital*, foi também um ano muito ativo para a Semapa Next, com 5 novos investimentos em que a empresa liderou ou coliderou rondas de investimento, casos da Kencko, Probely, RealFevr, Overstory e Circuit.

Este foi também um ano marcado pela eleição de novo Conselho de Administração pelos nossos acionistas e pela constituição de uma direção executiva para o próximo triénio. Agradecemos a todos os membros do Conselho de Administração e da Comissão Executiva que cessaram funções, pelo seu contributo para o desenvolvimento do Grupo Semapa.

Com a eleição dos novos órgãos, a Semapa avançou também para a definição de um novo propósito. Como temos verificado nos últimos anos, a velocidade da mudança nos dias de hoje exige uma capacidade de mobilização rápida a todos os níveis das organizações. Procurámos que o Making it Better, propósito que nasceu num esforço conjunto de todos os Colaboradores da Semapa, ficasse cristalizado como o norte que guia toda a organização. Este propósito ficou também refletido na nova marca e está a criar raízes na nossa cultura.

No pilar estratégico "Talento", foram implementados programas de desenvolvimento em liderança, dirigidos às primeiras linhas do Grupo, em cocriação com escolas de negócios de prestígio. Um exemplo entre muitos que espelha o investimento feito no sentido de assegurar a preparação de um conjunto vasto de líderes, preparados para os desafios do futuro.

O ano de 2022 foi também marcado por um reforço da atuação do Grupo no domínio da Sustentabilidade, sendo de destacar um conjunto de distinções e iniciativas da Semapa e das nossas subsidiárias.

Ao nível do Grupo Semapa, durante o ano de 2022 foi consolidada a ambição de descarbonização, tendo sido aprovado já em 2023 o Roteiro Carbónico. O Roteiro Carbónico vem formalizar o caminho do Grupo para a redução das emissões, consolidando as abordagens entre as diferentes empresas e garantindo a coesão da política de sustentabilidade e combate às alterações climáticas. No âmbito do Roteiro Carbónico foi definido como objectivo atingir a neutralidade carbónica em 2050, e reduzir até 2035 as emissões de CO₂ de âmbito 1 e 2, em 54% e 71%, no conjunto das geografias onde o Grupo opera e em Portugal, respetivamente.

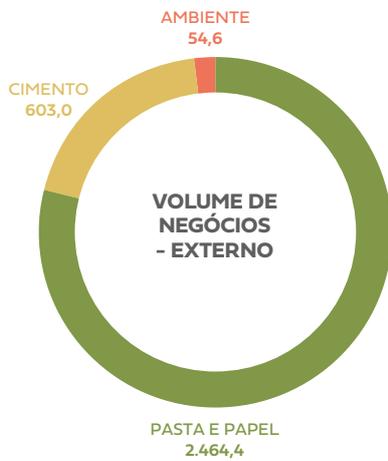
A Navigator foi distinguida pelo CDP - Disclosure Insight Action com classificação máxima ("A") pela liderança mundial no combate às alterações climáticas e viu também a agência de *rating* Sustainalytics classificá-la como uma ESG Industry Top-Rated Company.

A Secil lançou o Betão Verdi Zero, o primeiro betão neutro em carbono em Portugal, um produto que tem como base uma inovação Secil ao nível do desenvolvimento de produto e que garante, desde o início, uma importante redução de emissões de CO₂.

No que respeita à ETSA e à UTIS, empresas cujo próprio *core business* contribui para a descarbonização, foram traçados planos estratégicos de crescimento e reforçado o compromisso de investimento para acelerar a expansão dos seus negócios.

Terminamos com uma mensagem de entusiasmo com o futuro. A capacidade de resposta dos Colaboradores do Grupo Semapa permite-nos encarar o futuro com confiança e ambição. Partimos de uma posição privilegiada, com um legado e um conjunto de empresas muito forte, a qual adicionamos uma ambição renovada de investimento, que se traduzirá em oportunidades de crescimento para os quadros do Grupo. A todos os nossos *stakeholders*, reiteramos o compromisso vertido no nosso propósito – contribuir com impacto positivo, Making it Better.

Principais indicadores do grupo

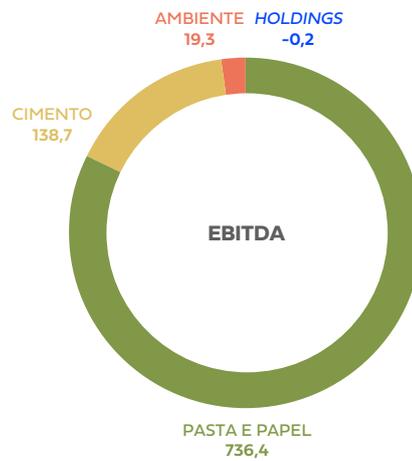


VOLUME DE NEGÓCIOS

3.122,0
milhões de euros

+46,5%

2021: 2.131,4 milhões de euros



EBITDA

894,2
milhões de euros

+75,8%

2021: 508,7 milhões de euros

MARGEM EBITDA

28,6%

2021: 23,9%

RESULTADO LÍQUIDO ATRIBUÍVEL A ACIONISTAS

307,1
milhões de euros

+55,0%

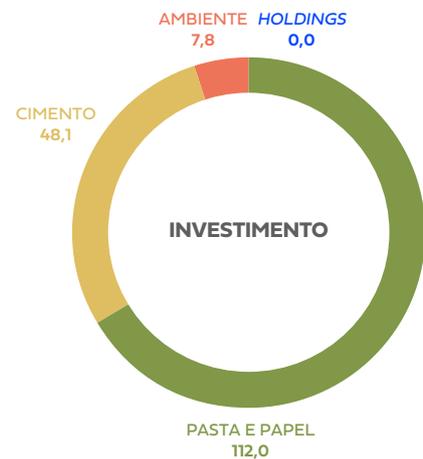
2021: 198,1 milhões de euros

INVESTIMENTOS EM ATIVOS FIXOS

168,0
milhões de euros

+39,7%

2021: 120,3 milhões de euros



TAXA DE FREQUÊNCIA ACIDENTES

7,7
2021: 7,9

N.º HORAS FORMAÇÃO/
COLABORADOR

28,6
2021: 30,1

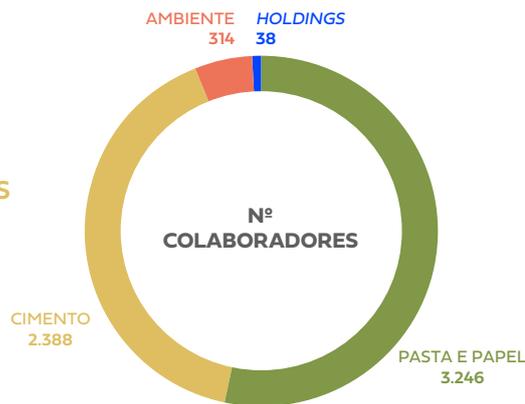
CONSUMO DE ENERGIA
RENOVÁVEL

(% consumo total de energia)

57%

N.º DE COLABORADORES

5.986
2021: 5.830 (+2,7%)



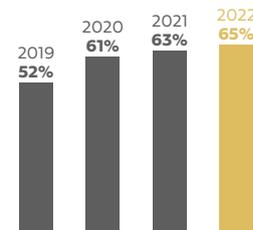
KG CO₂ POR
T/CIMENTÍCIO

Secil

-16,4%

vs. emissões de 1990

Produto	N.º	Capacidade
Pasta BEKP	3	1,55 MtAD
Papel UWF	2	1,57 Mt
Cimento	8	9,75 Mt



% MADEIRA NACIONAL
CERTIFICADA

Navigator

65%

2021: 63%

% DE MADEIRA CERTIFICADA RECEBIDA NOS COMPLEXOS INDUSTRIAIS DA NAVIGATOR

DÍVIDA LÍQUIDA
REMUNERADA

794,2
milhões de euros

-21,8%

2021: 1.015,6 milhões de euros



INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

Milhões de euros	2018	2019	2020	2021	2022
Demonstração dos resultados					
Volume de negócios	2.198,0	2.228,5	1.867,4	2.131,4	3.122,0
EBITDA	548,5	486,8	419,3	508,7	894,2
Margem EBITDA (%)	25,0%	21,8%	22,5%	23,9%	28,6%
Resultados operacionais	313,7	241,0	199,2	310,1	641,8
Margem EBIT (%)	14,3%	10,8%	10,7%	14,5%	20,6%
Resultados do exercício	201,2	162,7	142,2	250,0	422,1
Atribuível aos detentores do capital	132,6	124,1	106,6	198,1	307,1
Por ação					
Cotação de fecho, EUR/ação	13,100	13,720	9,000	11,700	12,360
Dividendos, EUR/ação (pago em n+1)	0,512	0,125	0,512	1,764	0,950
Resultados básicos, EUR/ação	1,643	1,540	1,333	2,481	3,845
Cash flow					
Cash flow	436,0	408,6	362,3	448,5	674,4
Investimentos					
Dispêndios em capital fixo	243,2	202,9	108,9	120,3	168,0
Balanço					
Capital próprio antes INC	890,4	960,9	948,8	1.092,3	1.323,4
Total do capital próprio	1.257,6	1.261,7	1.208,0	1.345,4	1.633,6
Dívida líquida remunerada	1.551,6	1.470,7	1.215,7	1.015,6	794,2
Dívida líquida remunerada + IFRS 16	1.551,6	1.545,8	1.295,9	1.112,3	895,4

Nota:

Dividendos por ação de 2022 a pagar em 2023 referem-se à proposta de aplicação de resultados constante deste relatório.

(Página intencionalmente deixada em branco)





O GRUPO SEMAPA

Índice

1	PROPÓSITO, MISSÃO, VALORES E PRINCÍPIOS ESTRATÉGICOS	20
2	QUEM SOMOS	22
3	O QUE FAZEMOS	23
4	ONDE ESTAMOS	24
5	MODELO DE GOVERNO	26
6	CORPOS SOCIAIS	28
7	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	29
8	COMISSÃO DE DIREÇÃO EXECUTIVA	30

(Página intencionalmente deixada em branco)

1\ Propósito, Missão, Valores e Princípios Estratégicos



GRI 2-23

Propósito

Trabalhar como um só,
unindo forças para fazer acontecer.

MAKING IT BETTER

Missão

Ser uma empresa de investimento de referência, focada no crescimento e na criação de valor a longo prazo, respeitando o nosso legado e reunindo o melhor talento para construir um portfólio diversificado e à prova do futuro, procurando sempre impacto social e ambiental positivo.

Valores

- Simplicidade, proximidade e discrição;
- Consciência social e ambiental;
- Orientação para a ação;
- Melhoria contínua com inovação e empreendedorismo.

Princípios estratégicos

- Crescer, com criação de valor para o acionista, numa perspetiva de desenvolvimento sustentável e com elevada consciência social;
- Promover o desenvolvimento das comunidades com que se relaciona;
- Desenvolver os seus Recursos Humanos, proporcionando-lhes valorização permanente e oportunidades de carreira de acordo com a ambição e capacidades demonstradas;
- Estar atento às oportunidades de negócio concretizando aquisições geradoras de valor.



2\ Quem somos



Um dos maiores grupos industriais portugueses com presença em
4 Continentes



Portefólio

que inclui Pasta e Papel, Cimento e Outros Materiais de Construção, Ambiente, Venture Capital e Hidrogénio para Eficiência Energética e Descarbonização



Cotada desde 1995 na
Euronext Lisbon
(PSI)



Família
Queiroz Pereira
investidor de referência



Gestão
profissional, experiente e diversificada

3\ O que fazemos



* Valor aproximado

4\ Onde estamos





**Holding
Semapa**

01 Escritório Lisboa

**Pasta e Papel
Navigator**

02 Fábrica Aveiro
03 Fábrica Figueira da Foz
04 Fábrica Tissue Vila Velha de Rodão
05 Escritório Lisboa
06 Fábrica Setúbal
07 Escritório Maputo

**Cimento
Secil**

08 Terminal de Terneuzen
09 Terminal de Vigo
10 Fábrica Maceira-Liz
11 Fábrica de Cal Maceira
12 Fábrica Cibra-Pataias
13 Escritório Lisboa
14 Fábrica Secil-Outão
15 Fábrica Gabès
16 Terminal do Funchal
17 Fábrica Sibline
18 Terminal da Praia
19 Fábrica Lobito
20 Fábrica Adrianópolis PR
21 Fábrica Pomerode SC

**Ambiente
ETSA**

22 Fábrica Coruche
23 Fábrica Santo Antão do Tojal
24 Fábrica Vila Nova de Famalicão

**Venture Capital
Semapa Next**

25 Escritório Lisboa

**Eficiência Energética
UTIS**

26 Fábrica São Domingos de Rana

5\ Modelo de Governo



GRI 2-9





6 \ Corpos Sociais

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE

José Antônio do Prado Fay

VOGAIS

Ricardo Miguel dos Santos Pacheco Pires

Vítor Paulo Paranhos Pereira

Filipa Mendes de Almeida de Queiroz Pereira

Mafalda Mendes de Almeida de Queiroz Pereira

Lua Mónica Mendes de Almeida de Queiroz Pereira

António Pedro de Carvalho Viana-Baptista

Paulo José Lameiras Martins

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE (CEO)

Ricardo Miguel dos Santos Pacheco Pires

VOGAL

Vítor Paulo Paranhos Pereira (CFO)

COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES

PRESIDENTE

Maria Eduarda Faria e Maia de Oliveira Luna Pais

VOGAIS

João do Passo Vicente Ribeiro

Carlota Infante da Câmara Albergaria Caldeira

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

PRESIDENTE

Rui Manuel Pinto Duarte

SECRETÁRIO

Luís Nuno Pessoa Ferreira Gaspar

CONSELHO FISCAL

PRESIDENTE

José Manuel de Oliveira Vitorino

VOGAIS EFETIVOS

Gonçalo Nuno Palha Gaió Picão Caldeira

Maria da Graça Torres Ferreira da Cunha Gonçalves

VOGAL SUPLENTE

Maria da Luz Gonçalves de Andrade Campos

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

EFETIVO

KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., representada por Paulo Alexandre Martins Quintas Paixão

SUPLENTE

Vítor Manuel da Cunha Ribeirinho

SECRETÁRIO DA SOCIEDADE

EFETIVO

Rui Tiago Trindade Ramos Gouveia

SUPLENTE

Joana Esperança Fernandes Lopes Luís

7\ Conselho de Administração



José Fay



Ricardo Pires (CEO)



Vítor Paranhos Pereira (CFO)



Filipa Queiroz Pereira



Mafalda Queiroz Pereira



Lua Queiroz Pereira



António Viana-Baptista



Paulo Lameiras Martins

8\ Comissão de Direção Executiva



Ricardo Pires (CEO)



Vítor Paranhos Pereira (CFO)



Hugo Pinto (CSO)



Isabel Viegas (CPO)

(Página intencionalmente deixada em branco)

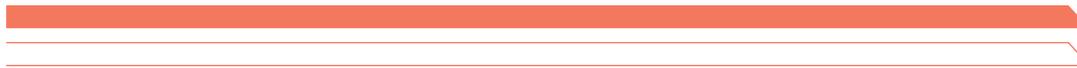




ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO

Índice

1	CONTEXTO GLOBAL	36
2	O NOSSO CONTRIBUTO PARA OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	40
3	OS NOSSOS TÓPICOS MATERIAIS	44
4	O NOSSO RELACIONAMENTO COM OS <i>STAKEHOLDERS</i>	46
5	ÉTICA NO NEGÓCIO	48
6	GESTÃO DE RISCOS ESTRATÉGICOS	55



(Página intencionalmente deixada em branco)

1\ Contexto global

O ano de 2022 foi marcado pelo contexto político-económico – guerra da Ucrânia, desaceleração das economias, elevada inflação e aumento dos custos da energia, da logística e das matérias-primas –, ao que se somou ainda as disrupções de uma pandemia que dura há quase três anos.

Para além desta instabilidade geopolítica e económica, e que se prevê manter no horizonte, vive-se um contexto global em que o Planeta está no limite – com alterações climáticas, perda de biodiversidade, desflorestação, escassez de recursos, entre outros –, verifica-se um aumento das desigualdades e perturbação da coesão social, juntamente com uma acelerada transformação tecnológica. A estes fatores acrescem ainda as alterações demográficas, em particular o crescimento da população mundial – com uma previsão de mais de 9 mil milhões de pessoas em 2050¹ – que colocam à sociedade atual e ao Planeta desafios sem precedentes.

Ciente da forma como o contexto global pode impactar na capacidade de gerar valor a curto, médio e longo prazo – tentando antecipar riscos e oportunidades, por forma a melhorar a sua capacidade de adaptação às mudanças e clivagens, num mundo cada vez mais volátil, complexo, interligado e interdependente – como também do papel transformador que se espera das empresas na persecução do desenvolvimento sustentável, o Grupo Semapa acompanha a evolução destas tendências. Esta análise é incorporada na reflexão estratégica e na definição dos temas materialmente relevantes, traduzindo-se em compromissos, com objetivos e metas, no âmbito dos planos de ação/*roadmaps* das empresas do Grupo.

A par das alterações económicas – nacionais e globais –, as alterações climáticas, a escassez de recursos e necessidade de aposta numa economia mais circular, assim como o futuro do trabalho e a necessidade de investir no capital humano, são algumas das tendências globais que se apresentam como desafios e oportunidades às quais o Grupo Semapa tenta responder.

¹ WBCSD – Vision 2050: Time to Transform (<https://timetotransform.biz/>)

ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

DESCRIPTIVO

O fracasso na ação climática – na mitigação e adaptação – mantém-se como um dos maiores riscos identificados pelo WEF – World Economic Forum, tanto a curto como a longo prazo, reiterando a necessidade de um maior compromisso e ação. Prevê-se que os acontecimentos climáticos se tornarão mais frequentes e severos (como o "novo normal"). Assiste-se a uma ação política climática global emergente e a um quadro regulatório mais exigente na União Europeia. A economia de baixo carbono está no centro dos planos de recuperação pós-pandemia e o desenvolvimento de novas tecnologias (ex. soluções de captura de carbono) será acelerado. Prevê-se a criação de empregos e exploração de novas fontes de energia (ex: hidrogénio) e oportunidades.



RESPOSTA DO GRUPO SEMAPA

O Grupo Semapa está ciente de que o cariz predominantemente industrial da sua atividade tem um impacto negativo na sociedade e no futuro do Planeta. Nesse sentido, o Grupo encontra-se focado em minimizar os impactos e a reduzir as suas emissões de gases com efeito de estufa (GEE), apostando em medidas de maior incorporação de energia de fonte renovável, na utilização de combustíveis alternativos, na promoção da eficiência energética e de recursos. A aposta em atividades de investigação, desenvolvimento e inovação tem sido crucial, permitindo desenvolver novos produtos e processos de baixo carbono.

A Semapa detém uma parceria 50/50 com a UTIS através da qual desenvolve um esforço conjunto para a criação de uma solução estratégica que vise a eficiência energética. A UTIS detém uma tecnologia inovadora patenteada para a otimização de equipamentos de combustão interna e contínua. Esta tecnologia revolucionária permite reduzir o uso de combustíveis fósseis, os níveis de emissões poluentes e o consumo de energia, ajudando a tornar a mobilidade e as indústrias mais verdes, mais sustentáveis, produzindo produtos com uma menor pegada ambiental.

Exemplos:

 **SEMAPA** Consolidação da trajetória para a descarbonização



Roteiro para a Neutralidade Carbónica | Nova caldeira a gás e hidrogénio no Complexo Industrial de Setúbal | Metas de descarbonização até 2035 aprovadas pela Science Based Targets initiative (SBTi) | Agenda *From Fossil to Forest* | Projeto *Inpactus*



Roteiro para a Neutralidade Carbónica | Compromisso com a SBTi na definição de metas de base científica para 2030 | Projeto de investigação Clean Cement Line (CCL) | Low Carbon Clinker | LowC-Bionic | Lançamento do Betão Verdi Zero



Roteiro para a Neutralidade Carbónica | Processo de *rendering*

[Mais informação nos Cap. 4.1.5, Cap. 4.2.1 e Cap. 4.5.1](#)

RECURSOS E ECONOMIA CIRCULAR

DESCRIPTIVO

Investimento em modelos de negócios mais circulares por parte das empresas, em função dos desenvolvimentos regulatórios e da pressão dos consumidores, em torno da produção e consumo sustentáveis, assim como da escassez de recursos, da volatilidade da cadeia de fornecedores e da ameaça iminente das alterações climáticas. Estes modelos circulares criam e garantem valor empresarial, e são simultaneamente benéficos para o Planeta. Verifica-se igualmente uma crescente necessidade de mensurar a circularidade, através de novas ferramentas, normas e *frameworks*.



RESPOSTA DO GRUPO SEMAPA

A promoção da economia circular e utilização responsável dos recursos são duas das áreas de atuação das atividades do Grupo, permitindo ganhos de eficiência e económicos, novos modelos e oportunidades de negócio, tais como produtos e serviços. Entre as ações desenvolvidas refira-se a reciclagem de subprodutos e valorização de resíduos, a utilização de combustíveis alternativos aos de origem fóssil e a produção de energia verde, o desenvolvimento de bioprodutos, entre outros. O investimento em atividades de investigação, desenvolvimento e inovação constituem igualmente uma das apostas do Grupo neste âmbito.

Exemplos:



Projetos de simbiose industrial e novos espaços de experimentação de cinzas | Valorização energética de lamas biológicas | Programa de Cocriação em Bioeconomia Circular e Digital de Base Florestal | Agenda *From Fossil to Forest* | Projeto *Inpactus*



Incorporação de resíduos ou subprodutos de outras indústrias | Participação no c5Lab | Uso de combustíveis alternativos como fonte de energia | Projeto de investigação Clean Cement Line (CCL) | *Low Carbon Clinker* | Projeto *Retrofeed* | Projeto Baterias 2030 | Lançamento do Betão Verdi Zero



Processo de *rendering* | Recolha de cápsulas de café usadas

[Mais informação nos Cap. 4.1.5, Cap. 4.2.3 e Cap. 4.5.1](#)

FUTURO DO TRABALHO & INVESTIMENTO NO CAPITAL HUMANO

DESCRITIVO

Os avanços contínuos na robótica, inteligência artificial e *machine learning* estão a inaugurar uma nova era de automação, à medida que as máquinas se equiparam ou superam o desempenho humano em várias atividades laborais, lançando a discussão em torno da adaptação das pessoas a esta nova era, dos empregos e das competências do futuro.



A pandemia veio acelerar a digitalização e, por consequência, a necessidade de requalificar e preparar o capital humano para novas funções e processos de trabalho; reforçar o "S" do ESG (i.e., "Social"), com particular ênfase no bem-estar, saúde e segurança dos Colaboradores e acelerar novas formas de trabalhar e de relacionamento entre as empresas e os seus Colaboradores (ex: mais flexível, remoto, integração com a vida profissional, pessoal e familiar); contribuir para a deterioração da saúde mental, sendo este um dos riscos identificados pelo WEF a curto prazo, com impacto na produtividade das empresas.

Para reter e envolver os Colaboradores, as empresas terão que promover uma maior ligação entre o trabalho e o propósito, e criar novos modelos de trabalho, ambientes mais diversos e inclusivos, em particular para motivar as gerações mais jovens. É dada cada vez mais atenção por parte das empresas, mas também dos investidores e instituições financeiras, a informação detalhada sobre o capital humano.

RESPOSTA DO GRUPO SEMAPA

O Capital Humano representa um dos ativos mais importantes das empresas do Grupo, sendo necessário criar um projeto atrativo para captar novas pessoas, em particular os mais jovens, e reter os Colaboradores. As empresas do Grupo procuram reconhecer e valorizar o mérito, fomentar o crescimento interno e o desenvolvimento de competências ao longo da carreira. Fomentam a identidade corporativa, através de uma cultura de envolvimento e motivação dos seus Colaboradores. Investem na criação de condições de trabalho seguras, na prevenção de acidentes e na promoção da saúde ocupacional e bem-estar dos Colaboradores.

Exemplos:

 *Future Proof Leadership Program* | Participação no *SingularityU Portugal Summit* | *Semapa Mais Próxima* | *Semapa Talks* | *Safety Walks*

 Programa de Trainees "Fator N" | Crescer em torno do Propósito | *Future Leaders Forum*: as vozes e as ideias que moldam o futuro | Programa de Saúde Ocupacional | Programa de medicina preventiva em Moçambique

 Definição das competências *core* da *Ambition 2025* | Group Meetings – Prioridades culturais | Projeto ELOs

 Eventos vários de envolvimento dos Colaboradores | Melhoria das condições de realização de trabalhos em altura e em espaços confinados

[Mais informação no Cap. 4.3](#)

2\ O nosso contributo para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

A Semapa Holding pretende ser uma referência para a gestão de investimentos em setores chave da economia nacional e internacional, incorporando na sua estratégia o desenvolvimento sustentável como um dos pilares dos seus negócios, por forma a permitir que as suas decisões sejam tomadas com uma profunda consciência social e ambiental.

Nesse sentido, a Holding compromete-se com a Agenda 2030 das Nações Unidas, alinhando a sua estratégia, investimentos e atuação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a dar o seu contributo para a concretização das metas associadas.

Para conseguir identificar os ODS impactados, realizou-se um exercício conjunto, por forma a criar uma visão geral da Holding e das suas Participadas, tendo em conta os tópicos materiais, a sua missão e a forma como influenciam as suas cadeias de valor. Fruto desse exercício foram identificados dois níveis de desagregação:

> **Prioritários:** objetivos para os quais o Grupo está a contribuir de forma ativa e direta;

> **De suporte:** objetivos para os quais o Grupo contribui de um modo menos direto, embora exista um potencial contributo positivo, por meio dos compromissos e planos de atividades das empresas.

Adicionalmente, a Fundação Nossa Senhora do Bom Sucesso (Cap. 4.4.1) contribui para a prossecução de quatro ODS, nomeadamente: 1- Erradicação da Pobreza; 3-Saúde de Qualidade; 4-Educação de Qualidade; e 5-Igualdade de Género.



PRINCIPAIS CONTRIBUTOS DO GRUPO SEMAPA PARA OS ODS

Apresentam-se os principais contributos do Grupo Semapa para os ODS, organizados de acordo com o critério de prioridade definido para a *Holding*.

PRIORITÁRIOS

ODS 8 – TRABALHO DIGNO E CRESCIMENTO ECONÓMICO

[Cap. 3.5 Ética no Negócio](#), [Cap. 4.1 Capital Financeiro](#), [Cap. 4.2 Capital Natural](#), [Cap. 4.3 Capital Humano](#), [Cap. 4.5 Capital Intelectual](#)



O Grupo Semapa, como grande empregador a nível nacional, e com expressão internacional, trabalha continuamente para garantir um local de trabalho mais justo, saudável e seguro para todos os seus Colaboradores, proporcionando emprego digno. Investe numa utilização eficiente dos recursos, empenhado em dissociar o crescimento económico da degradação ambiental. Adicionalmente, a forma como o Grupo se relaciona com os seus *stakeholders* procura gerar valor, fortalecendo as economias locais.

ODS 9 – INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURAS

[Cap. 4.5 Capital Intelectual](#)



As empresas do Grupo atuam em cadeias de valor com um forte impacto nas economias locais e em áreas estruturantes para a sociedade. Nesse sentido, o Grupo procura dar resposta aos desafios atuais e futuros, oferecendo soluções e produtos inovadores, em resultado de uma forte aposta na Investigação e Desenvolvimento (I&D), na melhoria das capacidades tecnológicas dos setores onde atua e no estabelecimento de parcerias.

ODS 12 – PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS

[Cap. 4.2 Capital Natural](#)



Atendendo à necessidade de moldar os negócios do Grupo para corresponder à visão de longo prazo e estratégia de desenvolvimento sustentável, as empresas procuram mitigar e controlar os impactos ambientais provenientes dos seus processos produtivos através das suas políticas e sistemas de gestão ambiental, focando-se na eficiência no consumo dos recursos e na promoção da economia circular.

ODS 13 – AÇÃO CLIMÁTICA

[Cap. 4.2 Capital Natural](#), [Cap. 4.4 Capital Social](#)



As empresas do Grupo Semapa estão empenhadas em contribuir para a minimização das alterações climáticas, assumindo um papel ativo na transição para uma economia de baixo carbono. Destaca-se os investimentos que o Grupo tem vindo a realizar nos últimos anos, que incluem projetos estruturais, ambientais e de descarbonização.

DE SUPORTE

ODS 3 – SAÚDE DE QUALIDADE

[Cap. 4.3 Capital Humano](#), [Cap. 4.4 Capital Social](#)



O Grupo Semapa promove ativamente a saúde e bem-estar dos seus Colaboradores, promovendo políticas e programas específicos nestas áreas.

ODS 4 – EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

[Cap. 4.3 Capital Humano](#), [Cap. 4.4 Capital Social](#)



A promoção do desenvolvimento pessoal e profissional é um compromisso de todas as empresas do Grupo. Este materializa-se através de uma aposta contínua na capacitação dos seus Colaboradores e no desenvolvimento de competências técnicas e profissionais de jovens talentos, contribuindo para a sua empregabilidade e para a promoção do trabalho digno.

ODS 6 – ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

[Cap. 4.2. Capital Natural](#)



Atendendo à utilização do recurso água em alguns dos processos industriais das nossas Participadas, estamos empenhados em fazer uma utilização eficiente deste recurso, reduzindo a quantidade captada, e em minimizar os potenciais impactos da sua descarga no meio recetor.

ODS 7 – ENERGIAS RENOVÁVEIS E ACESSÍVEIS

[Cap. 4.2. Capital Natural](#)



Por via dos roteiros de descarbonização das empresas do Grupo, pretende-se contribuir para o aumento da utilização das energias renováveis e melhorar a eficiência energética das operações.

ODS 11 – CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

[Cap. 4.2. Capital Natural](#), [Cap. 4.4 Capital Social](#)



O Grupo Semapa contribui para o desenvolvimento de cidades mais sustentáveis através da indústria do cimento que, ao ter padrões de fabrico mais sustentáveis, será parte integrante de comunidades mais justas e menos prejudiciais ao meio. Através de uma gestão sustentável das florestas e do apoio dado às comunidades locais, o segmento de Pasta e Papel promove o desenvolvimento económico, social e ambiental das áreas rurais.

ODS 15 – PROTEGER A VIDA TERRESTRE

[Cap. 4.2. Capital Natural](#), [Cap. 4.4 Capital Social](#)



A conservação da biodiversidade e a manutenção dos serviços dos ecossistemas são duas das preocupações crescentes do Grupo. Através de processos de avaliação de impactos e definição de planos de recuperação, de ação e de monitorização, visa-se reduzir potenciais impactos negativos que as suas atividades possam ter neste âmbito. No caso particular do segmento de Pasta e Papel, é assegurado um modelo de gestão florestal sustentável, que integra uma estratégia de conservação, com vista à compatibilização adequada das medidas de produção com as de conservação.

ODS 17 – PARCERIAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS

[Cap. 4.2 Capital Natural](#), [Cap. 4.5 Capital Intelectual](#)



As empresas do Grupo Semapa interagem com múltiplos grupos da sociedade civil, a nível nacional e internacional, procurando estabelecer parcerias que potenciem os seus contributos para os restantes ODS e que apoiem a concretização das suas agendas de sustentabilidade, explorando novas oportunidades de colaboração e promovendo um melhor desempenho.

3\ Os nossos tópicos materiais



GRI 3-1, 3-2

Os tópicos materiais da Semapa *Holding* mantêm-se face aos identificados no exercício de 2020 – data em que se realizou o alinhamento dos tópicos materiais da *Holding* com os tópicos das Participadas. Esse exercício resultou na divisão dos tópicos em duas dimensões: (1) os **tópicos corporativos**, que correspondem às temáticas transversais e que assumem uma relevância mais preponderante para a Semapa enquanto *Holding*; e (2) os **tópicos de negócio**, que dizem respeito às temáticas mais relevantes para as empresas participadas, acabando por influenciar a forma de atuação e preocupação da *Holding* nestes tópicos.

TÓPICOS CORPORATIVOS - CORE

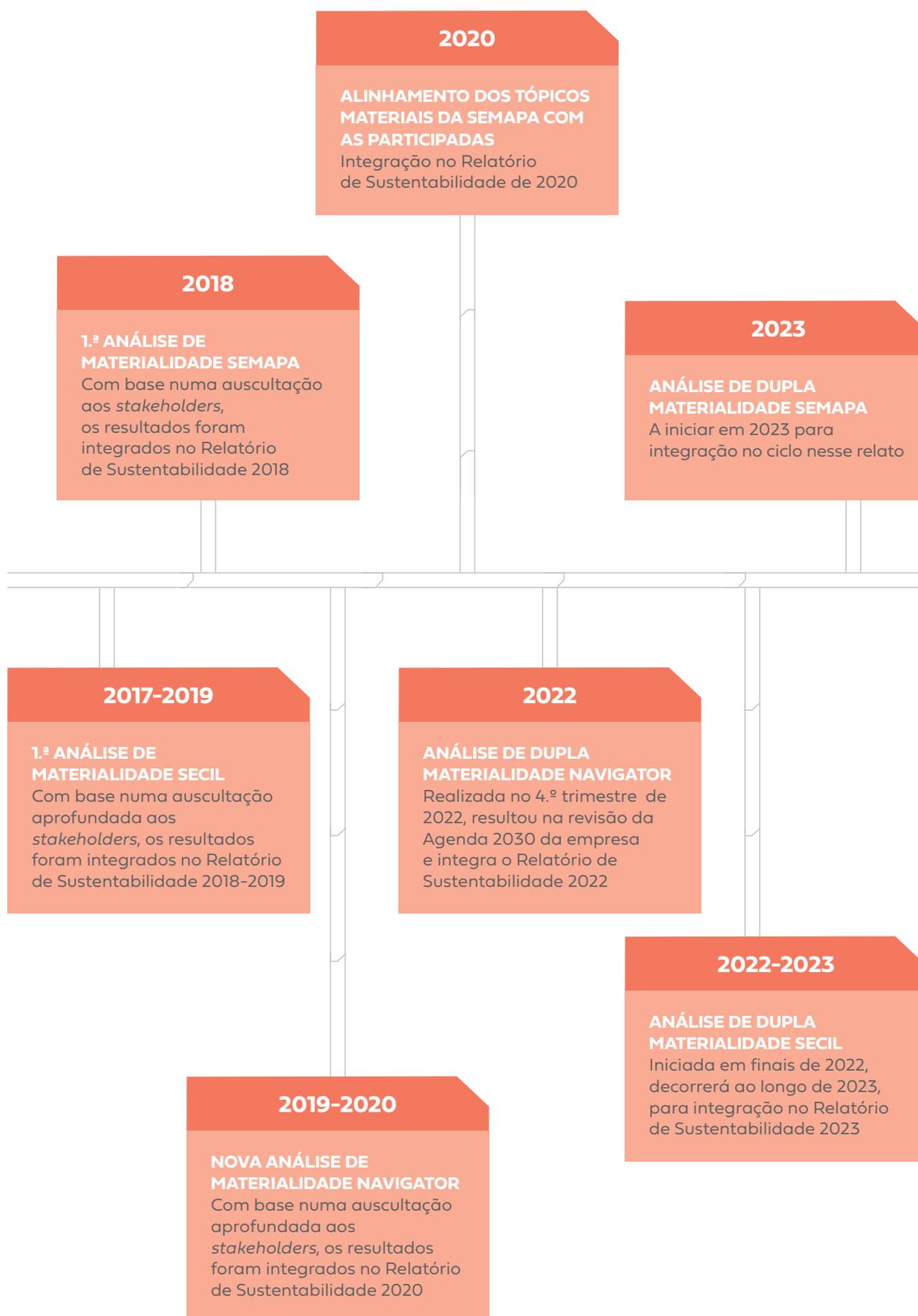
- > Criação de valor sustentável
- > Ética no negócio
- > Gestão de risco
- > Capital humano e talento
- > Cultura e motivação no Grupo

TÓPICOS DE NEGÓCIO - BUSINESS

- > Gestão da água
- > Alterações climáticas e energia
- > Economia circular
- > Conservação da biodiversidade e serviços dos ecossistemas
- > Saúde, segurança e bem-estar no trabalho
- > Envolvimento com a comunidade local
- > Inovação, investigação e desenvolvimento

Em 2022, a Navigator procedeu a uma atualização dos tópicos materiais com o objetivo de alinhar a sua atuação com o contexto atual, reforçando assim os temas que mais exigem atenção e foco por parte da empresa. Foi realizado um exercício de **dupla materialidade**, antecipando, desta forma, a transposição para o direito nacional da Diretiva sobre o Reporte de Sustentabilidade Corporativo da Comissão Europeia (em inglês CSRD – Corporate Sustainability Reporting Directive) e incluindo também os requisitos das novas normas universais da GRI – Global Reporting Initiative, na sua versão de 2021. Para tal foram realizadas duas análises distintas: uma dedicada aos impactos das atividades da Navigator no exterior, numa perspetiva de “dentro para fora” – **materialidade de impacto**; e outra aos riscos e oportunidades que decorrem do contexto externo, e que afetam ou podem afetar a geração de valor da Navigator, perspetiva de “fora para dentro” – **materialidade financeira**.

Empenhados em garantir que os esforços das empresas continuam orientados para as áreas onde podem ter um maior impacto, também a Secil iniciou, no final de 2022, o seu processo de dupla materialidade, ao que se seguirá a Semapa *Holding*. Prevê-se, deste modo, que ambas as empresas tenham as suas análises concluídas em 2023.



4\ O nosso relacionamento com os *stakeholders*



GRI 2-29

A Semapa *Holding* procura investir os seus recursos na criação de um futuro sustentável, preocupando-se com a sua atuação e das suas Participadas e em como esse comportamento pode impactar as gerações presentes e futuras. Ao promover o envolvimento com os seus *stakeholders*, a Semapa pretende interiorizar as melhores práticas de sustentabilidade, as suas ideias e preocupações nas atividades diárias do Grupo e no seu processo de decisão.

A relação estabelecida entre a *Holding* e os seus oito grupos de *stakeholders* materializam a visão de longo prazo da Organização na criação de valor, aumentando a transparência e assegurando as melhores soluções para os desafios e oportunidades.

Por forma a estabelecer uma relação de proximidade, a *Holding* recorre a diversas formas de comunicação e envolvimento, cujos canais e frequência variam consoante o grupo de *stakeholders* e as necessidades identificadas. Apresenta como **canais de comunicação transversais os e-mails e o site**, assim como o **canal de comunicação de irregularidades**¹.

De referir que os grupos de *stakeholders* e respetivos canais de comunicação e envolvimento foram identificados no âmbito do processo de definição dos tópicos materiais, ocorrido em 2018, em resultado de um processo de envolvimento interno que contou com a participação da Comissão Executiva da Semapa *Holding*. Este mapeamento tem vindo a ser revisto, assegurando a sua atualidade.

¹ <https://www.semapa.pt/pt-pt/governo/canaldedenuncias>

PRINCIPAIS MECANISMOS DE ENVOLVIMENTO COM OS STAKEHOLDERS



COLABORADORES

- > Encontro anual de quadros
- > Diálogo com chefias
- > Reuniões de equipa
- > Informação interna (ex.: Semapa Talks, Semapa News)
- > Intranet
- > Relatórios Intercalares e Anuais
- > Comunicados ao mercado



EMPRESAS SUBSIDIÁRIAS

- > Acompanhamento próximo e regular pela presença de representantes da *Holding* nos órgãos de decisão das empresas
- > Informação, formação e promoção da partilha de melhores práticas
- > Encontro anual de quadros
- > Informação interna (ex.: Semapa Talks e Semapa News)
- > Relatórios Intercalares e Anuais



INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

- > Reuniões
- > Apresentação de resultados
- > Relatórios intercalares e anuais
- > Comunicados ao mercado



ASSOCIAÇÕES EMPRESARIAIS

- > Filiação
- > Participação em órgãos sociais, conselhos consultivos e/ou fóruns
- > Participação em consultas públicas
- > Reuniões regulares com principais interlocutores



PRESTADORES RELEVANTES DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS

- > Reuniões regulares com os principais interlocutores



ORGANISMOS OFICIAIS DE SUPERVISÃO E REGULAÇÃO

- > Resposta aos requisitos legais
- > Reuniões regulares com principais interlocutores



COMUNIDADE

- > Protocolos de colaboração
- > Participação em associações



INVESTIDORES E ANALISTAS

- > Apresentações dos Resultados
- > Relatórios Intercalares e Anuais
- > Assembleias gerais
- > Comunicados ao mercado
- > *Investor relations officer*
- > Visitas a *sites* industriais

5 \ Ética no negócio



GRI 2-24, 2-26, 3-3, 205-3, 406-1, 407-1, 408-1, 409-1

OS NOSSOS IMPACTOS

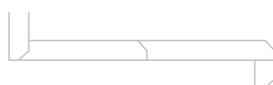
0
CASOS

CONFIRMADOS
DE CORRUPÇÃO



0
INCIDENTES

DE DISCRIMINAÇÃO



MAIS DE
8%

MULHERES CONTRATADAS
FACE A 2021

O Grupo Semapa, através dos seus valores, expressa a importância da integridade, da ética e da honestidade no desenrolar dos seus negócios e nas diversas operações realizadas, tanto pela *Holding*, como pelas suas Participadas. A Semapa tem uma visão global e holística para todo o grupo económico, exercendo, relativamente às suas Participadas, a sua função acionista e procurando uma partilha de valores e princípios comuns.

Como referido pelo fundador do Grupo, Pedro Queiroz Pereira, “Os valores sobrepõem-se aos resultados”, demonstrando a forma de atuação comum que se espera, em todas as empresas e geografias:

- > Ética e integridade, como forma de ser e de estar;
- > Respeito pelas pessoas: uma postura de justiça e partilha, uma forma de trabalhar colaborativa e assente na confiança;
- > Uma postura pública coerente, transparente, mas nunca ostensiva;
- > Uma profunda consciência social e ambiental, que deve enformar cada um dos nossos atos;
- > Inovação e excelência na criação de valor e na ambição empresarial.

As empresas espelham esses valores nas suas atividades diárias e na gestão da sua cadeia de valor, cumprindo a legislação e os compromissos assumidos com os seus *stakeholders*.

A nível interno, existem várias políticas, códigos, regulamentos e outros documentos estruturantes que são observados pelas empresas no desenvolvimento das suas atividades e que integram o seu compromisso com um desenvolvimento sustentável, tais como o Código de Ética e de Boa Conduta, a Política de Direitos Humanos, a Política de Prevenção da Corrupção, a Política Fiscal, o Código de Boa Conduta e Prevenção do Assédio e o Plano Anual para a Igualdade e, bem assim, mecanismos e procedimentos instituídos para comunicação de irregularidades e prevenção de conflitos de interesses, incluindo o Canal de Denúncias.

O Grupo Semapa está consciente de que os problemas de corrupção afetam todas as empresas, não estando as empresas Participadas e a *Holding* imunes a este fenómeno. O respeito pelos direitos humanos, incluindo os direitos laborais, a observância das regras da concorrência e de uma política fiscal adequada, constituem, nos termos previstos nas respetivas políticas, princípios estruturantes da atividade do Grupo no âmbito de uma conduta empresarial responsável. O Grupo Semapa continua comprometido em assegurar que as suas atividades são feitas de acordo com elevados padrões éticos, prosseguindo um desenvolvimento sustentável e com a observância da legislação e regulamentação que seja aplicável.

O Código de Ética e de Boa Conduta da Semapa¹, aprovado pelo Conselho de Administração em 2002 e revisto em 2018 e no início do ano de 2023, estabelece regras e princípios aplicáveis aos Colaboradores e aos membros dos órgãos sociais, assim como às subsidiárias, sendo reconhecidos:

- > **O dever de diligência**, traduzidos em obrigações concretas de profissionalismo;
- > **O dever de zelo e responsabilidade**;
- > **O dever de lealdade**, que no âmbito dos princípios de honestidade e integridade visa especialmente precaver situações de conflito de interesses;
- > **O dever de confidencialidade**, com incidência no tratamento de informação privilegiada.

1 https://www.semapa.pt/sites/default/files/participacoes/Semapa_Princípios_Deontológicos_Código_de_Conduta.pdf

Para além do cumprimento da legislação e regulamentação aplicável, estão ainda consagrados deveres de responsabilidade social empresarial, como sejam os de **defesa ambiental e de um desenvolvimento sustentável** que devem ser respeitados como pilares essenciais das decisões e de atuação de todos os Colaboradores.

No relacionamento com outras entidades, o seu comportamento deverá pautar-se pelo respeito pelos interesses dessas entidades, com **transparência e com elevado nível ético, não tolerando violações dos direitos humanos, recusando qualquer tipo de assédio, discriminação, coerção, abuso, violência ou exploração, garantindo um tratamento igualitário e não discriminatório na sua esfera de influência, recusando ainda a participação direta ou indireta em qualquer forma de corrupção, fraude, branqueamento de capitais e financiamento de terrorismo, suborno ou extorsão.**

No que respeita à sua estrutura acionista, a sua atuação deverá ter sempre em conta os interesses de todos os acionistas, **assegurando designadamente o cumprimento de deveres de informação e um tratamento igual e justo.**

Os Colaboradores da Semapa devem ainda **agir em conformidade com legislação relativa à concorrência**, de acordo com regras e critérios de mercado que sejam aplicáveis e com respeito por uma concorrência leal. No âmbito das relações internas e externas deverá ser garantido um **tratamento igualitário e não discriminatório, designadamente em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica ou condição social.**

Acresce que a Semapa adotou em 2017 um **Código de Boa Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho** (disponível através da Intranet da Semapa), também aplicável a todos os Colaboradores das entidades que integram o Grupo Semapa (salvo se tiverem um Código específico para esta matéria), que proíbe o assédio no local de trabalho e estabelece as obrigações neste âmbito, bem como o procedimento a seguir em caso de práticas de assédio.

Em 2022, a Semapa procedeu à aprovação de uma **Política Fiscal**², na qual foram estabelecidos vários princípios e regras que regulam a sua atuação com impacto tributário.

No início do ano de 2023, e para além da referida revisão do Código de Ética e de Conduta e no âmbito dos compromissos assumidos quanto a um desenvolvimento sustentável e a uma conduta empresarial responsável, foram ainda aprovadas pelo Conselho de Administração da Semapa as seguintes políticas: **(i) Política de Direitos Humanos**³; **(ii) Política de Prevenção da Corrupção**⁴; e **(iii) Política de Prevenção do Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo**⁵.

No que diz respeito à promoção da igualdade de género, pelo facto da Semapa *Holding* e Navigator serem empresas cotadas em bolsa, estão abrangidas pela Lei n.º 62/2017 de 1 de agosto, que estabelece o regime da representação equilibrada entre mulheres e homens nos órgãos de administração e de fiscalização. De igual modo, o Grupo está empenhado em promover a igualdade de género transversalmente nas diferentes empresas. A estrutura do quadro de pessoal do Grupo Semapa é composta maioritariamente por Colaboradores de sexo masculino, com as mulheres a representarem, em 2022, 16% da força de trabalho. Tal deve-se a razões históricas associadas aos setores industriais e à estrutura operativa. Não obstante este facto, e fruto das políticas de recrutamento implementadas numa lógica de diversidade, verificou-se, em 2022, um aumento de 8% de mulheres, face ao ano anterior.

No que diz respeito à Lei n.º 4/2019 de 10 de janeiro, que estabelece o sistema de quotas de emprego para pessoas com deficiência com um grau de incapacidade igual ou superior a 60%, e que introduz a obrigação de as empresas do setor privado admitirem pessoas com deficiência, as empresas do Grupo às quais este sistema de quotas é aplicável estão em fase de transição para assegurar o seu cumprimento conforme legalmente previsto.

De referir que, no ano de 2022, não se verificaram casos confirmados de corrupção nas empresas do Grupo Semapa, nem casos confirmados de discriminação e de violação de direitos humanos.

2 <https://www.semapa.pt/sites/default/files/participacoes/Política Fiscal.pdf>

3 https://www.semapa.pt/sites/default/files/participacoes/Semapa_Política_Direitos_Humanos.pdf

4 https://www.semapa.pt/sites/default/files/participacoes/Semapa_Política_Prevenção_Corrupção.pdf

5 https://www.semapa.pt/sites/default/files/participacoes/Semapa_Política_Prevenção_BC_FT.pdf

SEGMENTO HOLDINGS

Em 2022 a Semapa Holding e as principais empresas do Grupo reforçaram o seu compromisso na promoção de uma conduta de *compliance* e transparência, com especial destaque para a identificação de irregularidades, de acordo com o novo regime jurídico estabelecido na Lei n.º 93/2021, de 20 de dezembro. Deste modo, foram criados/adaptados canais de denúncias, acessíveis a Colaboradores e *stakeholders* externos.

Foi dada continuidade ao trabalho na luta pela igualdade, mantendo-se a convicção de que, mais do que o mero cumprimento de uma obrigação legal, a prossecução de medidas que visem garantir a igualdade entre mulheres e homens são um imperativo ético que contribuem para um melhor desempenho organizacional e para a atração e desenvolvimento de talento. Neste âmbito foram concretizadas várias medidas previstas no [Plano para a Igualdade 2022](#)⁶ e definido o Plano para 2023. O tema da igualdade de tratamento entre géneros tem sido abordado em alguns fóruns internamente, nomeadamente em reuniões de equipa, sendo que em 2023 pretende-se que essas referências evoluam e sejam feitas também junto dos parceiros externos.

Em 2022, a Semapa criou um Grupo de Trabalho sobre cultura, onde participam Colaboradores de todos os níveis de responsabilidade e que tem vindo a apresentar propostas no âmbito do reconhecimento, com impacto em toda a empresa, como é o caso do Prémio de Antiguidade. É uma forma de auscultar os Colaboradores sobre a sua realidade, nomeadamente em matérias de inclusão e que revela o compromisso da Semapa em ouvir a opinião das suas pessoas. Foi igualmente realizada uma análise da existência ou inexistência de *gap* salarial entre géneros, tendo sido concluído que na Semapa existe uma significativa equidade salarial entre homens e mulheres, em funções idênticas. Este é um aspeto que será mantido sob análise.

INICIATIVA EM DESTAQUE

NOVOS CANAIS DE DENÚNCIA

As empresas do Grupo Semapa, incluindo a Holding, implementaram novos canais de denúncias, destinados à comunicação de irregularidades. Os temas abrangidos por este canal englobam áreas como a violação de regras de conduta ou ética, a fraude, a corrupção e infrações conexas, a saúde e segurança, entre outros.

Cada canal de denúncias é um serviço independente de comunicação de eventuais práticas irregulares, e garante os princípios do anonimato, confidencialidade, salvaguarda e não retaliação nas relações com os denunciantes, assim como o cumprimento das normas de proteção de dados e segurança da informação. Pode saber mais nos canais de denúncia individuais de cada empresa: [Semapa Holding](#)⁷, [Navigator](#)⁸, [Secil](#)⁹ e [ETSA](#)¹⁰.

6 <https://www.semapa.pt/pt-pt/sustentabilidade/planoparaigualdade>

7 <https://eu.deloitte-halo.com/whistleblower/website/semapa?Pg=1&Lang=pt-PT>

8 <https://eu.deloitte-halo.com/whistleblower/website/navigator?Pg=1&Lang=pt-PT>

9 <https://www.secil-group.com/pt/a-secil/quem-somos/a-cultura/canal-de-integridade---grupo-secil>

10 <https://eu.deloitte-halo.com/whistleblower/website/etsa?Pg=1&Lang=pt-PT>

SEGMENTO PASTA E PAPEL

A Navigator lançou, em 2022, um conjunto de formações, em formato *e-learning*, sobre políticas internas e direito da concorrência e reformulou o seu Canal de Comunicação de Irregularidades¹¹, implementado há já mais de 10 anos (ver caixa de destaque na Semapa Holding).

Em matéria de direitos humanos, a Navigator é signatária da versão inglesa e portuguesa do “Guia do CEO sobre Direitos Humanos”, publicados pelo WBCSD e BCSO Portugal, respetivamente, em conjunto com outras empresas a nível internacional e nacional. Em 2022, como parte integrante do desenvolvimento global da atividade empresarial, e em linha com os princípios estabelecidos no Código de Ética e de Conduta e no Código de Boa Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho, a empresa formalizou o compromisso de respeitar os direitos humanos e os direitos laborais, através da aprovação da Política de Direitos Humanos. Neste âmbito, importa igualmente referir que está em análise a implementação de uma ferramenta de *screening* para identificação de riscos ESG junto dos parceiros de negócio com os quais a Navigator se relaciona.

No sentido de reforçar a igualdade de género nas suas diferentes dimensões e nas práticas da Navigator, bem como dar continuidade ao desenvolvimento de políticas facilitadoras da conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional, foram concretizadas várias medidas previstas no “Plano para a Igualdade de Género 2021-2022”¹² e definido o Plano para 2023. Merece referência a este respeito que, no âmbito das reuniões tidas com as Organizações Representativas dos Trabalhadores no presente ano, foram abordados temas relacionados com práticas corporativas, incluindo a conciliação da vida pessoal com a profissional.

Entre as diversas ações realizadas neste âmbito, o reforço da cultura interna de igualdade entre mulheres e homens foi, em 2022, tema para um *webinar* dedicado ao tema da equidade de género – difundido na Intranet e na revista corporativa *My Planet*, este evento ocorreu no Dia Internacional da Mulher, tendo estimulado o debate sobre as raízes do preconceito de género e as estratégias das organizações para quebrar barreiras e facilitar a equidade e a diversidade.

Merecem igualmente destaque os compromissos expressos nesta matéria na nova Política de Direitos Humanos – “Valorizar a diversidade, a equidade de género e a inclusão, como forma de assegurar efetivamente a igualdade de oportunidades no contexto laboral, incluindo no que respeita a trabalhadores migrantes e a pessoas portadoras de deficiência”.

¹¹ <https://eu.deloitte-halo.com/whistleblower/website/navigator?Pg=1&Lang=pt-PT>

¹² http://www.thenavigatorcompany.com/var/ezdemo_site/storage/original/application/757d1863b80bc130e03e3014c0addc21.pdf

INICIATIVAS EM DESTAQUE

FORMAÇÃO SOBRE POLÍTICAS INTERNAS E DIREITO DA CONCORRÊNCIA

Em 2022 a Navigator investiu na realização de ações de formação para reforçar a cultura interna de *compliance*. Ao longo do ano foram lançados vários cursos de formação, em formato *e-learning*, dirigidos a todos os Colaboradores, para reforçar a importância das políticas internas que regem a atividade da empresa, recorrendo a situações práticas, do quotidiano, como forma de estimular o entendimento dos princípios nelas vertidos. Entre as temáticas abordadas merecem destaque a não discriminação e a igualdade de género. A formação foi concluída junto de mais 2.000 Colaboradores.

Adicionalmente, a gestão de topo e os Colaboradores das áreas comerciais receberam formação sobre o cumprimento das obrigações legais em matéria de direito da concorrência através de formação presencial expositiva e sessão de perguntas e respostas.

APROVAÇÃO DA POLÍTICA DE DIREITOS HUMANOS

A Política de Direitos Humanos da Navigator foi aprovada pelo Conselho de Administração no final de 2022. Através deste documento, é expresso o compromisso de promover o respeito pelos direitos humanos e direitos laborais nas operações, e de impulsionar o seu respeito nos diferentes níveis das respetivas cadeias de valor.

A política foi definida de acordo com os princípios estabelecidos na Carta Internacional dos Direitos Humanos, nas Linhas Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais, nas Convenções Fundamentais da Organização Internacional do Trabalho e nos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos. Estão previstas medidas destinadas a identificar os principais impactos e riscos potenciais da atividade da Navigator em matéria de direitos humanos, designadamente através dos procedimentos de *due diligence* considerados adequados. A política prevê também a realização de ações de formação aos Colaboradores e a adoção de medidas de resolução e remediação.

De referir que compete ao Conselho de Administração o acompanhamento da planificação anual das medidas para a promoção e cumprimento da Política. Por sua vez, cabe à Comissão Executiva determinar as medidas de promoção e cumprimento da Política e de resolução ou remediação de eventuais não conformidades que sejam identificadas, bem como o tratamento transparente da informação, nomeadamente através da respetiva divulgação no relatório anual de gestão.

SEGMENTO CIMENTO

Em 2022, a Secil implementou o seu Canal de Integridade (ver caixa de destaque na Semapa *Holding*) em sete países onde está presente – Portugal, Brasil, Cabo Verde, Espanha, Holanda, Líbano e Tunísia – como forma de reforçar o compromisso com a integridade e a importância que este tema tem para a sua nova estratégia de negócio, "Ambição 2025 para um Crescimento Sustentável". Este canal permite a todos os Colaboradores e *stakeholders* comunicarem eventuais situações irregulares.

Na Secil, por ter operações em diversas geografias, a dimensão dos direitos humanos ganha particular relevância. Como reflexo, a empresa é signatária desde 2019 da versão portuguesa do "Guia do CEO sobre Direitos Humanos", lançado pelo BCSD Portugal. No Código de Conduta do Grupo Secil, lançado em 2019, que é aplicável a todos os Colaboradores, o respeito pelos direitos humanos está expresso nos princípios de atuação: urbanidade e integridade; não discriminação; e legalidade. Relativamente às partes interessadas, realçam-se os compromissos existentes no âmbito da sustentabilidade, direitos laborais e igualdade, a saúde e a segurança e o ambiente. Importa referir que o novo Canal de Integridade é um importante mecanismo para deteção de situações de violação dos direitos humanos.

A influência junto da cadeia de valor na adoção de uma conduta empresarial responsável é igualmente uma preocupação da Secil, tendo sido criado, em 2022, o código de conduta dos fornecedores (Cap. 4.1.5 Criação de valor sustentável).

No que diz respeito aos princípios de Diversidade, Equidade e Inclusão (DEI), os mesmos começaram a ser tratados de forma mais ativa no Grupo Secil em 2021, nomeadamente através da realização das Jornadas DEI, com o objetivo de criar consciência para a complexidade e importância deste tema emergente entre os Colaboradores da empresa, bem como para o compromisso da gestão de trabalhar a sua agenda no futuro. Em 2022, já no âmbito do novo ciclo estratégico, este tema está a ser tratado no âmbito do pilar "Social" do projeto global de Sustentabilidade, passando a igualdade de género a principal prioridade e tendo sido estabelecido o objetivo, para 2025, de aumentar para 14,5% a presença das mulheres na força de trabalho do Grupo Secil.

De referir que o Dia Internacional da Mulher foi assinalado por duas iniciativas: envio de um *e-mail* pelo CEO a todos os Colaboradores, abordando o desafio da igualdade de género na indústria; e realização de um *webinar*, ao qual as Colaboradoras da Secil foram convidadas a assistir e que contou com a presença da CEO da BU Future Beverages & Beyond Beer da Ambev, Daniela Cachich, que partilhou a sua trajetória profissional e pessoal e falou sobre o seu propósito de empoderamento feminino nas organizações – *de acordo com o seu lema de "uma sobe e puxa a outra"*.

SEGMENTO AMBIENTE

O ano de 2022 fica marcado pela implementação do canal de denúncias¹³ na ETSA (ver caixa de destaque na Semapa *Holding*). Este concretiza o objetivo de dotar a empresa de um mecanismo de comunicação interna de práticas irregulares, no qual estas comunicações são submetidas num sistema eficaz, célere e idóneo à sua deteção, investigação e resolução, nos termos legais e regulamentares aplicáveis.

¹³ <https://eu.deloitte-halo.com/whistleblower/website/etsa?Pg=1&Lang=pt-PT>

6 \ Gestão de Riscos Estratégicos



GRI 3-3

ENQUADRAMENTO

O ano de 2022, impactado pelas mudanças abruptas de contexto e por eventos e fatores como a invasão da Ucrânia pela Rússia, a inflação, a escassez de recursos e de matéria-prima, aliados ao esforço de melhoria contínua, revelou-se especialmente dinâmico no que respeita à gestão do risco na Semapa.

Este dinamismo obriga ao acompanhamento permanente dos principais fatores que influenciam a atividade do Grupo e constituem desafios constantes ao cumprimento dos seus planos e objetivos estratégicos. Enquanto agente económico, a Semapa está exposta a riscos inerentes à sua atividade, que podem impactar de forma determinante o valor dos seus ativos. O desempenho da Semapa enquanto Sociedade Gestora de Participações Sociais (SGPS) está de igual modo intimamente ligado aos resultados das suas Participadas.

A Semapa promove um clima de autonomia e responsabilização das empresas suas Participadas, o que se traduz na exposição a um conjunto de riscos que impactam não só cada uma das empresas, mas podem também propagar-se à Semapa e restantes empresas do Grupo.

No que respeita à gestão dos riscos considerados estratégicos, a Semapa tem vindo a consolidar o seu sistema de gestão e controlo de riscos desenhado com base nas melhores práticas e referências metodológicas como o COSO, a ISO 31000 que dá seguimento às recomendações do Código de Governo das Sociedades emitido pelo Instituto Português de Corporate Governance (IPCG) e Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (CMVM).

O Grupo desenvolve o seu modelo de acompanhamento anual de risco por meio da recolha, preenchimento, discussão e aprovação das fichas individuais de cada risco, as quais incluem a identificação e acompanhamento da evolução das medidas de mitigação existentes. Adicionalmente, desenhou indicadores de risco (*Key Risk Indicators - KRIs*) para permitir a sua monitorização atempada, bem como a antecipação de eventos que possam causar disrupções significativas.

Neste contexto, a política de assunção de riscos aprovada pelo Conselho de Administração da Semapa define qualitativamente o nível de risco que a Semapa está disposta a aceitar para alcançar os objetivos e estratégia de negócio, e encontra-se alinhada com os principais tópicos materiais para a Semapa, garantindo a consistência do sistema de gestão e controlo de riscos.

O modelo de governo definido em matéria de acompanhamento e gestão do risco encontra-se ajustado à estrutura da Semapa, definindo os focos de atuação e a atribuição de responsabilidade aos diferentes intervenientes no sistema de gestão de riscos. A definição da estratégia global de risco é da responsabilidade do Conselho de Administração cabendo a sua supervisão ao Conselho Fiscal. A Comissão de Controlo e Riscos (CCR) é responsável pelo seu controlo e monitorização através do sistema supra mencionado que permite promover, acompanhar e avaliar o quadro de risco e as medidas existentes e necessárias à sua mitigação.

A avaliação quantitativa dos Riscos estratégicos, em termos de impacto, é aferida considerando cinco dimensões:

- Económico-financeira: representa o impacto nos resultados e indicadores financeiros da Semapa (EBITDA, rácio Net Debt/EBITDA e Resultado Líquido)
- Reputação: representa o impacto na perceção de *stakeholders* relevantes da Semapa e, por conseguinte, no seu capital reputacional;
- *Compliance*: representa o impacto de ações que signifiquem um desrespeito por normas ou políticas internas, ou por regulação e legislação nacional ou internacional;

> Capital humano: representa o impacto no que respeita a danos em pessoas ou perda de conhecimento e competências relevantes para a Semapa e suas Participadas;

> Ambiental: representa o impacto resultante de danos ambientais, interno ou externo.

De forma a avaliar cada uma das cinco dimensões descritas acima, foram definidas métricas e variáveis que permitem ter maior objetividade na análise, posicionando-as segundo uma escala qualitativa.

Importa ainda referir que a avaliação dos riscos contempla a classificação da dimensão de probabilidade de ocorrência, segundo diferentes critérios: Histórico – representa a perspetiva futura de ocorrência do risco com base no histórico de eventos; Expectativa – representa a expectativa qualitativa de ocorrência do risco; e Frequência – intervalo de tempo aproximado em que a ocorrência do risco é expectável.

EXERCÍCIO DE 2022

Como referido, o ano de 2022 ficou indubitavelmente marcado pela invasão da Ucrânia pela Rússia, enquadrado no sistema de gestão e acompanhamento dos riscos estratégicos como Choque Externo, o que trouxe novos desafios às operações do Grupo.

Neste contexto, a Semapa deu continuidade à consolidação e operacionalização do sistema de gestão de riscos, tendo desenvolvido um conjunto de iniciativas que aumentaram o nível de maturidade do mesmo. Face à evolução do contexto externo, a Semapa entendeu relevante e oportuna a realização de um *reassessment* do seu quadro de risco estratégico, não só para identificar eventuais riscos emergentes como também para reavaliar os riscos já acompanhados, nomeadamente no que respeita à sua adequação ao contexto atual da atividade do Grupo, níveis de severidade, adequação das medidas de mitigação implementadas e sua gestão.

Ao longo do ano, foram ainda realizados diversos workshops temáticos, nomeadamente sobre Cibersegurança, novos riscos climáticos e fatores ESG, em conjunto com os diversos participantes no fórum alargado interno de risco constituído em 2021, que contaram com a participação dos intervenientes no Sistema de Gestão do Risco, nomeadamente membros da Comissão de Controlo e Risco da Semapa e responsáveis pelas áreas de risco de cada uma das suas Participadas.

No que respeita aos novos riscos climáticos e fatores ESG, as iniciativas desenvolvidas contaram ainda com a participação das equipas do Grupo com responsabilidade sobre as áreas de Sustentabilidade e Financeira. Em resultado destas reflexões, e numa abordagem já em linha com os principais referenciais internacionais, foram identificados três novos riscos estratégicos que passarão a ser acompanhados de forma autonomizada: 1) Risco de eventos climáticos adversos; 2) Risco de Desempenho ESG; e 3) Risco de transição climática. Neste âmbito, o Risco de Catástrofes Ambientais foi ainda convertido em Risco de Catástrofes Ambientais Não Naturais.

No decurso do exercício de 2022, a Semapa concretizou ainda mais um ciclo anual de atividades de acompanhamento dos seus riscos estratégicos, no qual se procurou estabilizar o modelo e incrementar a sua eficiência por forma a facilitar a gestão proativa e reporte dos riscos pelos diferentes intervenientes no processo.

RISCOS ESTRATÉGICOS IDENTIFICADOS E MONITORIZADOS

Dos trabalhos desenvolvidos em 2022, resultou a manutenção dos riscos já acompanhados bem como a inclusão dos três novos riscos identificados acima. Foram assim acompanhados e monitorizados os riscos considerados estratégicos para o Grupo neste exercício, como segue:

Risco	Descrição/Impacto	Gestão do Risco
Portefólio	<p>A Semapa tem como missão ser uma empresa de investimento de referência, focada no crescimento e na criação de valor a longo prazo.</p> <p>A manutenção de um portefólio de participações diversificado é essencial para mitigar o nível de dependência de determinados setores ou atividades, o qual, em cenários de contexto adverso, pode impactar negativamente a <i>performance</i> operacional e financeira do Grupo.</p>	<p>Análise contínua de oportunidades para a realização de novos investimentos.</p> <p>Investimento diversificado em <i>venture capital</i>, através da Semapa Next.</p> <p>Potenciar e acompanhar a diversificação das atividades das próprias Participadas.</p> <p>Avaliação contínua do peso de cada Participada no volume de negócios e EBITDA da Semapa.</p>
Negócio	<p>O Grupo encontra-se exposto a diversos mercados que operam num ambiente competitivo. A manutenção dos níveis de consumo dos produtos do Grupo nos mercados onde este opera e a eficiência da estrutura de custos necessária à sua produção são um desafio constante e que carece de monitorização permanente.</p> <p>Alterações ao nível destas componentes podem resultar numa redução significativa do volume de negócios e respetivos resultados gerados, e bem assim impactar negativamente a <i>performance</i> operacional e financeira do Grupo.</p>	<p>Implementação de medidas com vista a tornar as empresas mais eficientes do que os concorrentes.</p> <p>Expansão do negócio para mercados com maior sustentação e potencial de crescimento.</p> <p>Diversificação da produção e comercialização para produtos derivados dos já existentes no Grupo.</p> <p>Diversificação geográfica da comercialização para mercados emergentes.</p> <p>Aposta significativa em I&D de produtos substitutos e produtos mais sustentáveis do ponto de vista ambiental.</p>
Capital Reputacional	<p>A manutenção e reforço permanente do capital reputacional do Grupo é essencial para incrementar a perceção geral do mercado e demais <i>stakeholders</i> relativamente à sua reputação e bem assim mitigar o risco de impacto produzido por potenciais eventos negativos, tanto na sua <i>performance</i> operacional e financeira como na valorização dos seus ativos.</p>	<p>Reforço do posicionamento e compromisso com temas de sustentabilidade e ESG (<i>Environment, Social and Governance</i>).</p> <p>Promoção de um clima organizacional suportado por fortes valores e princípios éticos.</p> <p>Desenvolvimento de planos de comunicação próprios e conjuntos com as suas Participadas.</p> <p>Envolvimento com as comunidades em que as Participadas estão presentes.</p> <p>Existência de mecanismos de prevenção e deteção de eventos que possam deteriorar o capital reputacional.</p>

Risco	Descrição/Impacto	Gestão do Risco
Tomada de Decisão de Investimento	<p>O objetivo de geração de valor através da gestão, investimento e desinvestimento em participações em Participadas deverá ser garantido por um processo, política e governo de gestão de investimento robusto e eficiente.</p> <p>Uma estrutura deficitária no que respeita à tomada de decisão de investimento poderá resultar na incapacidade de maximizar o valor do portefólio existente e a criação de valor.</p>	<p>Análise e acompanhamento por equipa centralizada das grandes decisões de investimento do Grupo e das Participadas.</p> <p>Existência de modelo de governo com delegação de poderes e definição do processo de tomada de decisão de investimento.</p> <p>Definição de critérios genéricos, financeiros e não financeiros, de investimento orgânico e inorgânico.</p>
Talento	<p>A manutenção e reforço de um sistema eficaz de acompanhamento e gestão de pessoas é essencial para garantir uma adequada concretização da estratégia do Grupo.</p> <p>Limitações à capacidade de contratação e retenção de pessoas bem como o reforço do conhecimento e competências dos profissionais em áreas críticas do negócio pode colocar em causa a diferenciação face a concorrentes, e bem assim condicionar a implementação e alcance das estratégias definidas para o Grupo.</p>	<p>Manutenção de uma área de gestão de talento do Grupo articulada com as suas Participadas.</p> <p>Existência de políticas retributivas atrativas e competitivas para as funções críticas.</p> <p>Existência de política de desenvolvimento e gestão de talento.</p> <p>Identificação e mapeamento de recursos humanos críticos do Grupo.</p> <p>Divulgação da cultura e valores do Grupo.</p> <p>Aproximação ao meio académico e mundo digital.</p> <p>Medição regular de clima organizacional e satisfação de Colaboradores.</p>
Quadro Legal e Regulatório em Portugal	<p>O Grupo encontra-se exposto a todo o quadro regulatório e legal português (e também europeu) na medida em que uma parte significativa dos seus <i>sites</i> industriais se encontram localizados em território português.</p> <p>Alterações que possam ocorrer no quadro legislativo com concretização de medidas mais restritivas de carácter fiscal, ambiental, laboral ou económico podem impactar negativamente a <i>performance</i> operacional e financeira do Grupo.</p>	<p>Monitorização da atividade e definição de uma agenda regulatória por parte das Participadas.</p>
Choque Externo	<p>O Grupo opera num contexto global, assumindo as exportações um peso significativo no seu volume de negócios.</p> <p>A ocorrência de alterações significativas ou disruptivas no contexto externo, com efeitos prejudiciais graves nos mercados (procura, preços, logística), nos fatores produtivos (energia, químicos e matérias-primas) ou pessoas, podem impactar negativamente a <i>performance</i> operacional e financeira do Grupo.</p>	<p>Análise e monitorização constante do contexto macroeconómico, tanto ao nível das geografias onde o Grupo opera como ao nível global.</p> <p>Planos de contingência.</p> <p>Política e contratação de seguros adequada às operações das Participadas.</p> <p>Infraestruturas tecnológicas e informáticas robustas e preparadas para trabalho remoto.</p>

Risco	Descrição/Impacto	Gestão do Risco
Fraude	Pela sua dimensão, o Grupo interage permanentemente com um conjunto alargado de entidades e pessoas, externas e internas, estando por esta via exposto a situações ou ocorrências passíveis de afetarem negativamente a sua reputação e/ou conduzirem a falhas de relato ou perdas na sua situação patrimonial.	<p>Existência de boas práticas de <i>Corporate Governance</i>.</p> <p>Existência de Código de Ética e de Conduta.</p> <p>Existência de departamentos de auditoria interna ao nível das Participadas.</p> <p>Existência de políticas e manuais de procedimentos ao nível do Grupo.</p> <p>Existência de Canais de denúncia (<i>Whistleblowing</i>).</p>
Acesso a Matéria-Prima	<p>O Grupo desenvolve a sua atividade em setores nos quais o acesso a matérias-primas é uma variável crítica à prossecução das suas operações.</p> <p>A redução da matéria-prima disponível nos mercados nacional e internacional, a sua disponibilidade a preços economicamente inviáveis face à estrutura de custos, ou restrições ao seu acesso por imposição regulamentar ou legislativa, podem impactar negativamente a <i>performance</i> operacional e financeira do Grupo.</p>	<p>Prospecção permanente e diversificação das geografias para aquisição de matérias-primas.</p> <p>Monitorização permanente das reservas próprias de matéria-prima e do nível de <i>stocks</i>.</p> <p>Programas de incentivo de boas práticas e apoio a fornecedores.</p>
Cibersegurança	<p>Os processos produtivos do Grupo encontram-se dependentes de sistemas tecnológicos de informação essenciais à manutenção das suas operações.</p> <p>Interrupções nos sistemas de informação, quebras de segurança ou eventos que conduzam à perda de dados podem impactar negativamente as operações do Grupo, expor informação de carácter confidencial, e bem assim conduzir a danos operacionais, patrimoniais e reputacionais.</p>	<p>Atribuição de responsabilidades no âmbito da segurança dos sistemas de gestão de informação.</p> <p>Existência de políticas e estratégias de cibersegurança implementadas ao nível do Grupo.</p> <p>Existência de um <i>software</i> robusto de suporte a toda a informação que é tratada ao nível do Conselho de Administração.</p> <p>Capacitação e sensibilização através de formações regulares aos Colaboradores do Grupo.</p>
Catástrofes Ambientais Não Naturais	<p>O Grupo, essencialmente de cariz industrial, tem ativos e operações que, em caso de acidente, podem causar danos significativos no meio ambiente.</p> <p>Incidentes de causas não naturais, independentemente de a sua origem ser interna ou externa, que ocorram e afetem os ativos sob responsabilidade das Participadas podem causar acidentes ambientais graves e com repercussões financeiras e reputacionais.</p>	<p>Política de cobertura de seguros adequada.</p> <p>Planos de emergência e proteção (interno e externo) e ação em caso de acidente.</p> <p>Planos de controlo operacional ambiental das fábricas.</p> <p>Planos de manutenção das fábricas e áreas florestais.</p> <p>Auditoria regular às instalações e equipamentos industriais.</p> <p>Exercícios periódicos de teste aos planos de emergência interno e externo.</p> <p>Formação obrigatória e sensibilização de Colaboradores em matérias de segurança e ambiente.</p> <p>Processos de identificação, monitorização e cumprimento de obrigações regulamentares e ambientais.</p>

Risco	Descrição/Impacto	Gestão do Risco
Eventos Climáticos Adversos	<p>A ocorrência de eventos climáticos adversos pode colocar em causa as operações, os ativos e as pessoas do Grupo.</p> <p>Estes eventos podem ser crónicos (e.g. precipitação ou seca extrema, incêndios) ou agudos (e.g. furacões, cheias) e impactam diretamente a continuidade do negócio das Participadas, tanto a curto como a médio e longo prazo.</p> <p>Eventos como terremotos ou sismos de grande intensidade, especialmente em localizações onde o Grupo detém as suas instalações fabris, podem igualmente impactar a continuidade dos seus negócios, tanto a curto como a médio e longo prazo.</p>	<p>Identificação de riscos e oportunidades em conformidade com referenciais que facilitem a definição de planos de ação e mitigação.</p> <p>Gestão adequada dos recursos naturais.</p> <p>Otimização da dependência energética.</p> <p>Sistemas de gestão ambiental.</p> <p>Seguros associados a eventos ambientais agudos.</p> <p>Planos de recuperação de desastres.</p>
Desempenho ESG	<p>Os temas da sustentabilidade e ligados aos fatores ESG (<i>Environment, Social and Governance</i>) têm vindo a ganhar uma visibilidade cada vez maior, sendo o seu escrutínio crescente por parte dos vários tipos de <i>stakeholders</i> com quem o Grupo interage.</p> <p>Falhas na gestão, adaptação ou mitigação do Grupo às crescentes exigências regulatórias e de mercado em matéria de ESG podem impactar significativamente relações com <i>stakeholders</i>, desvalorizar capital reputacional, deteriorar condições de acesso a capital, potenciar desvantagem competitiva ou incapacidade de captação/retenção de talento.</p>	<p>Divulgação e verificação externa de informação de sustentabilidade.</p> <p>Alinhamento da tomada de decisão de investimento e de <i>reporting</i> dos fatores ESG com os <i>frameworks</i> globais e regulatórios.</p> <p>Emissão de dívida associada a critérios de sustentabilidade.</p> <p>Melhoria contínua da robustez e qualidade dos sistemas de recolha e controlo dos dados e <i>performance</i> de sustentabilidade.</p>
Transição Climática	<p>Os desafios das alterações climáticas são inúmeros e complexos, pois envolvem mudanças significativas nos padrões climáticos, nos ecossistemas e na biodiversidade do planeta.</p> <p>As alterações climáticas de longo prazo e a transição para uma economia de baixo carbono representam um desafio adicional, mas também uma oportunidade para os Governos, empresas, organizações e pessoas contribuírem ativamente para um planeta mais sustentável.</p> <p>A incapacidade do Grupo em se adaptar a alterações estruturais e de longo prazo em termos de tecnologia, de políticas públicas e de preferências de clientes e consumidores, potenciam a perda de competitividade, a desvalorização de ativos, a deterioração das relações com <i>stakeholders</i> e a deterioração do capital reputacional.</p>	<p>Alinhamento da tomada de decisão de investimento e do <i>reporting</i> com os <i>frameworks</i> globais e regulatórios.</p> <p>Emissão de dívida associada a fatores de sustentabilidade.</p> <p>Monitorização contínua dos riscos e oportunidades relacionados com o clima ao longo das cadeias de valor.</p> <p>Certificações de ativos e negócios em termos de eficiência energética e impacto no meio ambiente.</p>

DESAFIOS FUTUROS

Os impactos provocados pela invasão da Ucrânia pela Rússia, a par dos efeitos de longo prazo causados pela pandemia Covid-19, o crescente foco no desempenho dos fatores ESG (*Environment, Social and Governance*) e nas alterações climáticas, têm vindo a intensificar a pressão que os *stakeholders* exercem sobre as organizações, aumentando a sua influência sobre as operações e, conseqüentemente, sobre o contexto de risco em que operam.

Mesmo considerando que estes fatores podem representar um quadro de risco acrescido, o Grupo crê que constituem em simultâneo uma oportunidade para antecipar e adaptar-se a esta nova realidade global, motivo pelo qual tem vindo a intensificar o seu nível de investimento em investigação, desenvolvimento e inovação dos seus produtos e processos, o reforço e capacitação dos seus profissionais e sistemas, e a desenvolver um conjunto de iniciativas que lhe irão permitir consolidar e expandir o seu posicionamento enquanto entidade de referência nos setores onde opera.





4

DESEMPENHO

Índice

1 CAPITAL FINANCEIRO	66
1.1 Síntese da atividade do Grupo Semapa	66
1.2 Desempenho das unidades de negócios do Grupo Semapa	72
1.3 Área financeira do Grupo Semapa	96
1.4 Evolução da <i>performance</i> bolsista	98
1.5 Criação de valor sustentável	100
2 CAPITAL NATURAL	112
2.1 Alterações climáticas e energia	114
2.2 Gestão da água	121
2.3 Economia circular	125
2.4 Conservação da biodiversidade e serviços dos ecossistemas	131
3 CAPITAL HUMANO	135
3.1 Capital humano e talento	137
3.2 Cultura e motivação no Grupo	141
3.3 Saúde, segurança e bem-estar no trabalho	144
4 CAPITAL SOCIAL	148
4.1 Envolvimento com a comunidade local	148
5 CAPITAL INTELECTUAL	154
5.1 Inovação, investigação e desenvolvimento	154
6 TAXONOMIA EUROPEIA	160
7 PERSPETIVAS FUTURAS	172
8 EVENTOS SUBSEQUENTES À DATA DO BALANÇO	176
9 REFERÊNCIAS FINAIS	177
10 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	178

(Página intencionalmente deixada em branco)

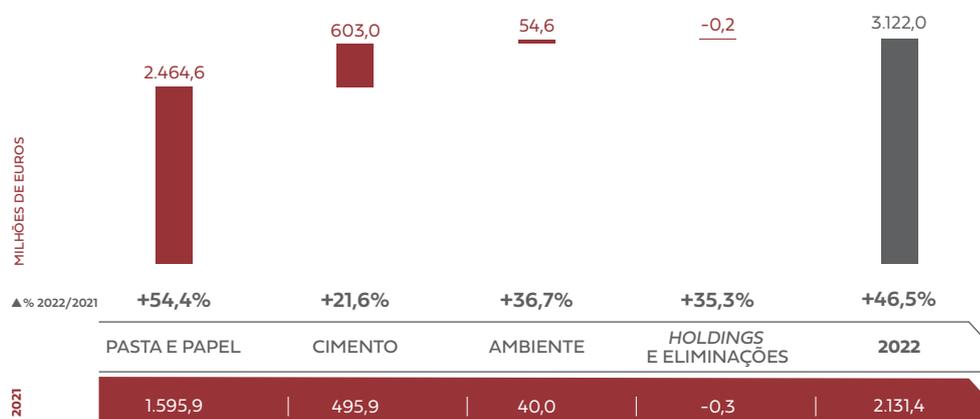
1\ Capital Financeiro

1.1 SÍNTESE DA ATIVIDADE DO GRUPO SEMAPA

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

IFRS - valores acumulados (milhões de euros)	2022	2021	Var.
Volume de negócios	3.122,0	2.131,4	46,5%
EBITDA	894,2	508,7	75,8%
Margem EBITDA (%)	28,6%	23,9%	4,8 p.p.
Depreciações, amortizações e perdas por imparidade	(248,4)	(193,9)	-28,1%
Provisões	(3,9)	(4,7)	15,8%
EBIT	641,8	310,1	107,0%
Margem EBIT (%)	20,6%	14,5%	6,0 p.p.
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos	7,5	2,1	258,2%
Resultados financeiros líquidos	(92,7)	(51,5)	-80,2%
Posição monetária líquida	1,0	7,2	-86,4%
Resultados antes de impostos	557,6	267,9	108,1%
Impostos sobre o rendimento	(135,6)	(18,0)	-653,6%
Lucros do período	422,1	250,0	68,9%
Atribuível a acionistas da Semapa	307,1	198,1	55,0%
Atribuível a interesses não controlados (INC)	115,0	51,8	121,8%
Cash Flow	674,4	448,5	50,4%
Cash Flow Livre	443,6	295,4	50,2%
	31/12/2022	31/12/2021	Dez22 vs. Dez21
Capitais próprios (antes de INC)	1.323,4	1.092,3	21,2%
Dívida líquida remunerada	794,2	1.015,6	-21,8%
Passivos por locação (IFRS 16)	101,2	96,7	4,7%
Total	895,4	1.112,3	-19,5%

VOLUME DE NEGÓCIOS



O volume de negócios consolidado do Grupo Semapa, em 2022, foi de 3.122,0 milhões de euros (+46,5%, face ao período homólogo). As exportações e vendas no exterior no mesmo período ascenderam a 2.360,6 milhões de euros, o que representa 75,6% do volume de negócios.

NAVIGATOR - PASTA E PAPEL: 2.464,6 MILHÕES DE EUROS ▲ 54,4%

No ano de 2022, a Navigator registou um volume de negócios de 2.464,6 milhões de euros, ultrapassando a barreira dos 2.000 milhões de euros, tendo as vendas de papel representado cerca de 74% do volume de negócios (vs. 72% no ano anterior), as vendas de pasta 8% (vs. 11%), as vendas de *tissue* 8% (vs. 9%) e as vendas de energia 10% (vs. 8%). O crescimento do volume de negócios de 54,4% face ao período homólogo foi impulsionado pela evolução favorável de preços nos mercados internacionais.

SECIL - CIMENTO: 603,0 MILHÕES DE EUROS ▲ 21,6%

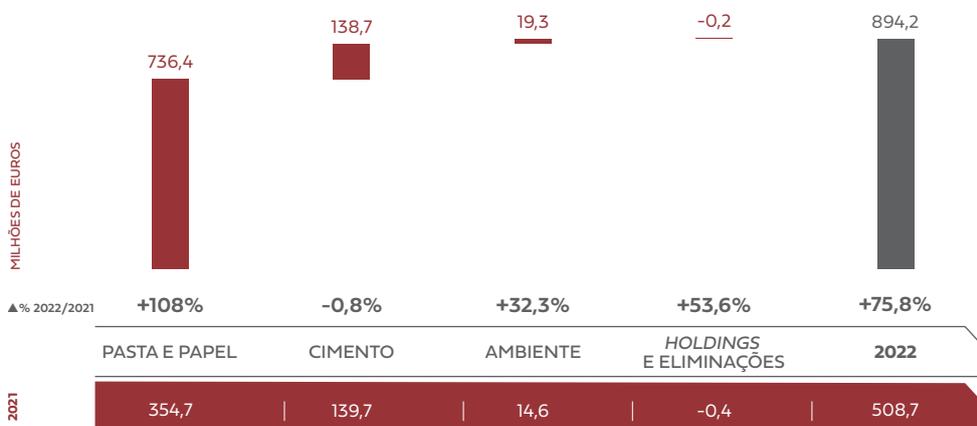
Em 2022, o volume de negócios da Secil cifrou-se em 603 milhões de euros, 21,6% acima do verificado no período homólogo, e que se traduziu num aumento de 107,1 milhões de euros. Este acréscimo resulta essencialmente da evolução positiva nos mercados português e brasileiro. A evolução favorável verificada no Líbano resulta do ajustamento efetuado pela situação de hiperinflação em que a economia se encontra, já que as quantidades vendidas apresentaram um decréscimo face ao período homólogo, com maior expressão no 4.º trimestre. A variação cambial das moedas dos diferentes países (excluindo o Líbano) teve um impacto positivo de cerca de 24,5 milhões de euros no volume de negócios da Secil.

ETSA - AMBIENTE: 54,6 MILHÕES DE EUROS ▲ 36,7%

O volume de negócios da ETSA ascendeu a cerca de 54,6 milhões de euros no ano de 2022, o que representou um aumento de cerca de 36,7% relativamente ao ano anterior. Relativamente ao aumento do volume de negócios, destaca-se o valor de vendas de gordura e farinhas de categoria 3 e de óleos alimentares usados e, ainda, as vendas da Tribérica detida em 70% desde 1 de setembro de 2021.

EBITDA

O EBITDA em 2022 totalizou 894,2 milhões de euros (+385,5 milhões de euros, +75,8% face ao período homólogo). A margem EBITDA consolidada foi de 28,6% (vs. 23,9% em 2021).



NAVIGATOR - PASTA E PAPEL: 736,4 MILHÕES DE EUROS ▲ 107,6%

O EBITDA atingiu 736,4 milhões de euros, que compara com 354,7 milhões de euros no ano anterior, e a margem EBITDA situou-se em 29,9% (+7,6 p.p. face ao período homólogo), beneficiando do esforço de melhoria de eficiência e da evolução muito favorável dos preços de venda nos mercados internacionais.

SECIL - CIMENTO: 138,7 MILHÕES DE EUROS ▼ 0,8%

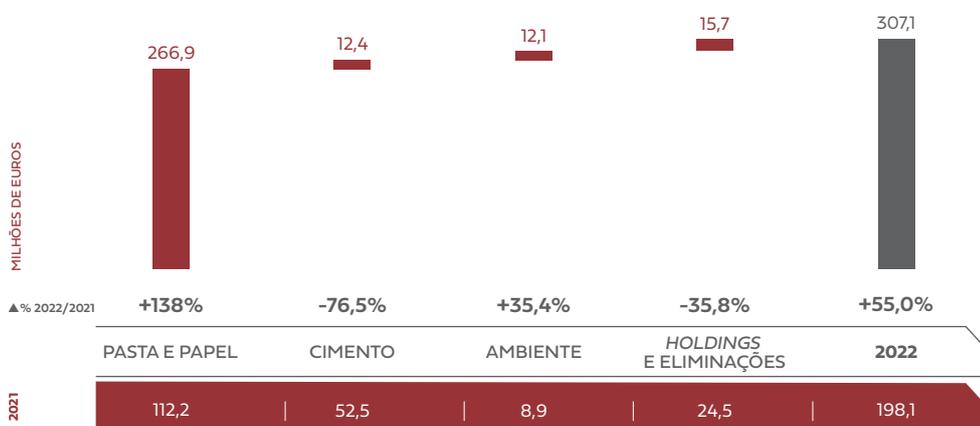
O EBITDA da Secil atingiu 138,7 milhões de euros, ou seja, uma diminuição de 1,1 milhões de euros (-0,8%) face ao ano anterior. Esta evolução traduz os efeitos negativos provocados pelo aumento dos custos de produção, sobretudo energéticos, em consequência da forte subida do preço dos combustíveis e da tendência inflacionista verificada genericamente em todas as economias, como resultado da saída da crise sanitária global e da continuidade da guerra na Ucrânia. A margem EBITDA atingiu 23,0%, o que se traduziu numa variação negativa de cerca de 5,2 p.p. face à margem registada em 2021.

ETSA - AMBIENTE: 19,3 MILHÕES DE EUROS ▲ 32,3%

O EBITDA totalizou cerca de 19,3 milhões de euros no ano de 2022, o que representou um crescimento de cerca de 32,3% face ao ano anterior, explicado essencialmente pelo aumento do volume de negócios e pelo controlo dos principais custos. A margem EBITDA atingiu 35,4%, o que se traduziu numa variação negativa de cerca de 1,2 p.p. face à margem registada em 2021.

RESULTADO LÍQUIDO ATRIBUÍVEL A ACIONISTAS DA SEMAPA

O resultado líquido atribuível a acionistas da Semapa atingiu os 198,1 milhões de euros, crescendo 85,9% face ao ano anterior.



NAVIGATOR - PASTA E PAPEL: 266,9 MILHÕES DE EUROS ▲ 137,9%

O resultado líquido atribuível a acionistas da Semapa do segmento de Pasta e Papel foi de 266,9 milhões de euros, muito acima dos 112,2 milhões de euros verificados no ano 2021, o que representou um crescimento no ano de 137,9% (2021: 112,2 milhões de euros).

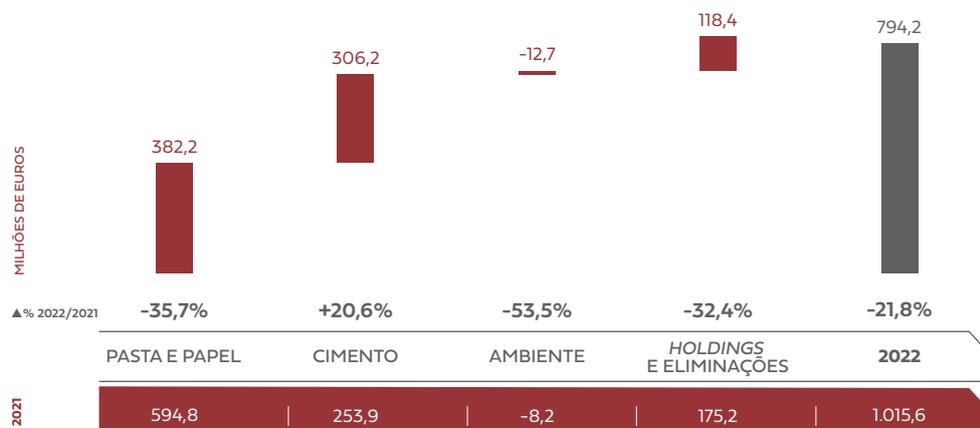
SECIL - CIMENTO: 12,4 MILHÕES DE EUROS ▼ 76,5%

O resultado líquido atribuível a acionistas da Semapa do segmento de Cimento e Outros Materiais de Construção foi de 12,4 milhões de euros, o que representou um decréscimo no ano de 76,5% (2021: 52,5 milhões de euros).

ETSA - AMBIENTE: 12,1 MILHÕES DE EUROS ▲ 35,4%

O resultado líquido atribuível a acionistas da Semapa do segmento de Ambiente totalizou cerca de 12,1 milhões de euros no ano de 2022, o que representou um aumento no ano de cerca de 35,4% (2021: 8,9 milhões de euros).

DÍVIDA LÍQUIDA REMUNERADA



Em 31 de dezembro de 2022, a dívida líquida consolidada totalizava 794,2 milhões de euros, o que representou uma redução de 221,4 milhões de euros face ao valor apurado no final do exercício de 2021. Incluindo o efeito da IFRS 16, a dívida líquida seria de 895,4 milhões de euros, valor inferior em 216,9 milhões de euros face ao apresentado no final de 2021.

A 31 de dezembro de 2022, o total de disponibilidades consolidadas ascendia a 593,4 milhões de euros, tendo o Grupo, adicionalmente, um conjunto de linhas contratadas e não utilizadas, assegurando desta forma uma forte posição de liquidez.

CONTRIBUIÇÃO POR SEGMENTOS DE NEGÓCIO

IFRS - valores acumulados (milhões de euros)	Pasta e Papel		Cimento		Ambiente		Holdings		Consolidado 2022
	2022	22/21	2022	22/21	2022	22/21	2022	22/21	
Volume de negócios – Externo	2.464,4	54,4%	603,0	21,6%	54,6	36,7%	-	-	3.122,0
Volume de negócios	2.464,6	54,4%	603,0	21,6%	54,6	36,7%	(0,2)	35,3%	3.122,0
EBITDA	736,4	107,6%	138,7	-0,8%	19,3	32,3%	(0,2)	53,6%	894,2
Margem EBITDA (%)	29,9%	7,6 p.p.	23,0%	-5,2 p.p.	35,4%	-1,2 p.p.	-	-	28,6%
Depreciações, amortizações e perdas por imparidade	(176,5)	-28,6%	(68,3)	-28,4%	(3,3)	-4,1%	(0,2)	5,7%	(248,4)
Provisões	(1,6)	48,4%	(2,3)	-51,0%	-	-	-	-	(3,9)
EBIT	558,2	160,5%	68,1	-19,9%	16,0	40,3%	(0,4)	34,4%	641,8
Margem EBIT (%)	22,6%	9,2 p.p.	11,3%	-5,9 p.p.	29,3%	0,8 p.p.	-	-	20,6%
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	(1,2)	-169,4%	-	-	8,8	>1000%	7,5
Resultados financeiros líquidos	(57,0)	-220,5%	(32,3)	-13,8%	(0,1)	32,7%	(3,3)	34,9%	(92,7)
Posição monetária líquida	-	-	1,0	-86,4%	-	-	-	-	1,0
Resultados antes de impostos	501,2	155,0%	35,6	-45,8%	15,8	41,5%	5,0	192,4%	557,6
Impostos sobre o rendimento	(119,7)	-231,0%	(22,9)	-142,6%	(3,6)	-58,3%	10,7	-64,1%	(135,6)
Lucros do período	381,5	137,9%	12,6	-77,5%	12,2	37,2%	15,7	-35,8%	422,1
Atribuível a acionistas da Semapa	266,9	137,9%	12,4	-76,5%	12,1	35,4%	15,7	-35,8%	307,1
Atribuível a interesses não controlados (INC)	114,6	137,9%	0,3	-92,8%	0,2	>1000%	-	-	115,0
Cash Flow	559,6	86,1%	83,2	-25,0%	15,6	28,4%	16,0	-35,5%	674,4
Cash Flow Livre	462,6	97,0%	(4,1)	-105,9%	5,4	-38,3%	(20,3)	-15,7%	443,6
Dívida líquida remunerada	382,2		306,2		(12,7)		118,4		794,2
Passivos por locação (IFRS 16)	61,6		38,0		1,3		0,3		101,2
Total	443,9		344,2		(11,4)		118,7		895,4

Nota:

Os valores dos indicadores por segmentos de negócio poderão diferir dos apresentados individualmente por cada Grupo, na sequência de ajustamentos de harmonização efetuados na consolidação.

QUADRO-RESUMO DE INDICADORES OPERACIONAIS

	Unid.	2022	2021	Var.
Navigator - Pasta e Papel				
Vendas de BEKP (pasta)	1.000 t	255	292	-12,6%
Vendas de UWF (papel)	1.000 t	1.499	1.474	1,7%
Vendas totais de <i>tissue</i>	1.000 t	101	105	-3,9%
Secil - Cimento				
Vendas de Cimento Cinzento	1.000 t	4.925	5.062	-2,7%
Vendas de Betão Pronto	1.000 m ³	1.986	1.960	1,3%
ETSA - Ambiente				
Recolha de Subprodutos de Origem Animal (Categoria 1, 2 e 3)	1.000 t	130	125	4,0%

1.2 DESEMPENHO DAS UNIDADES DE NEGÓCIOS DO GRUPO SEMAPA

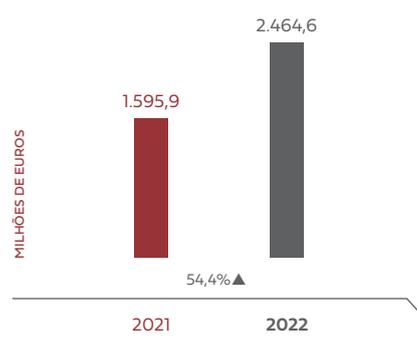
1.2.1 NAVIGATOR - UNIDADE DE NEGÓCIOS DE PASTA E PAPEL



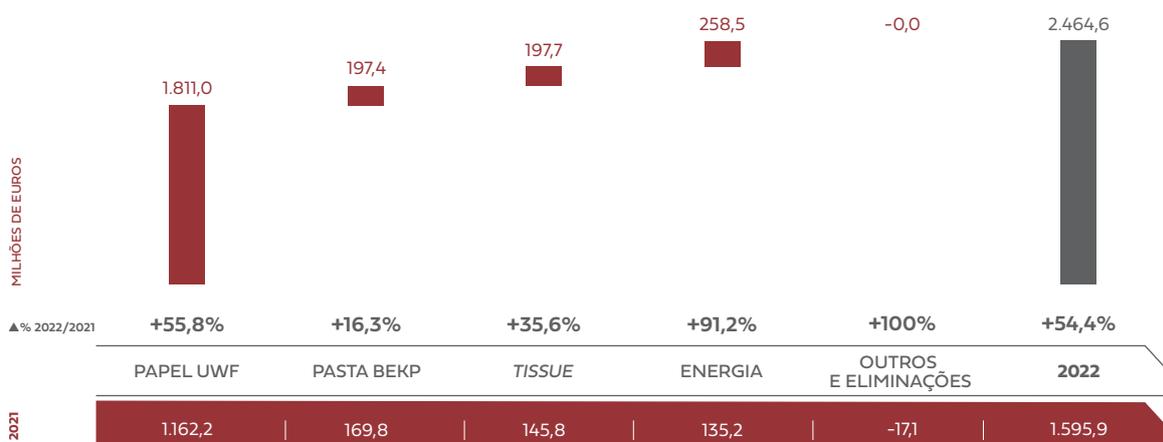
DESTAQUES DE 2022 (VS. 2021)

> O volume de negócios totalizou 2.464,6 milhões de euros, o que representou um crescimento de 54,4% face ao período homólogo, impulsionado pela evolução favorável de preços nos mercados internacionais.

VOLUME DE NEGÓCIOS



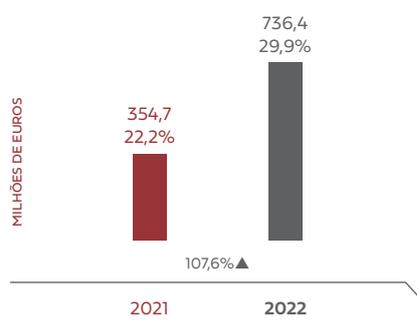
VOLUME DE NEGÓCIOS DESAGREGADO POR SEGMENTO



> O EBITDA atingiu 736,4 milhões de euros, que compara com 354,7 milhões de euros no ano anterior, e a margem EBITDA situou-se em 29,9% (+7,6 p.p. face ao período homólogo), beneficiando do esforço de melhoria de eficiência e da evolução muito favorável dos preços de venda nos mercados internacionais.

> De realçar o impacto positivo líquido da taxa de câmbio EUR-USD no EBITDA, de cerca de 52 milhões de euros, com um câmbio médio de 2022 de 1,05 vs. 1,18 em 2021.

EBITDA MG EBITDA



PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

IFRS - valores acumulados (milhões de euros)	2022	2021	Var.
Volume de negócios	2.464,6	1.595,9	54,4%
EBITDA	736,4	354,7	107,6%
Margem EBITDA (%)	29,9%	22,2%	7,6 p.p.
Depreciações, amortizações e perdas por imparidade	(176,5)	(137,3)	-28,6%
Provisões	(1,6)	(3,1)	48,4%
EBIT	558,2	214,3	160,5%
Margem EBIT (%)	22,6%	13,4%	9,2 p.p.
Resultados financeiros líquidos	(57,0)	(17,8)	-220,5%
Resultados antes de impostos	501,2	196,5	155,0%
Impostos sobre o rendimento	(119,7)	(36,2)	-231,0%
Lucros do período	381,5	160,3	137,9%
Atribuível aos acionistas da Navigator	381,5	160,3	137,9%
Atribuível a interesses não controlados (INC)	0,0	0,0	-73,6%
Cash Flow	559,6	300,8	86,1%
Cash Flow Livre	462,6	234,8	97,0%
	31/12/2022	31/12/2021	
Capitais próprios (antes de INC)	1.018,0	814,5	
Dívida líquida remunerada	382,2	594,8	
Passivos por locação (IFRS 16)	61,6	53,2	
Total	443,9	648,0	

Nota:

Os valores dos indicadores por segmentos de negócio poderão diferir dos apresentados individualmente por cada Grupo, na sequência de ajustamentos de harmonização efetuados na consolidação.

SÍNTESE DA ATIVIDADE DE PASTA E PAPEL

No ano de 2022, a Navigator registou um volume de negócios de 2.464,6 milhões de euros, ultrapassando a barreira dos 2.000 milhões de euros, tendo as vendas de papel representado cerca de 74% do volume de negócios (vs. 72% no ano anterior), as vendas de pasta 8% (vs. 11%), as vendas de *tissue* 8% (vs. 9%) e as vendas de energia 10% (vs. 8%).

PASTA

em 1.000 t	2022	2021	Var.
Produção BEKP	1.508	1.460	3,3%
Aveiro	354	347	
Figueira da Foz	603	583	
Setúbal	551	530	
Vendas BEKP	255	292	-12,6%
FOEX – BHKP Usd/t	1.291	1.023	26,2%
FOEX – BHKP Eur/t	1.232	867	42,1%

O índice de referência de **pasta** de fibra curta (*hardwood*) na Europa – PIX BHKP em dólares – atingiu níveis historicamente altos em 2022 (1.380 USD/t), valor no qual permaneceu desde o início de agosto até ao final do ano (21 semanas consecutivas), apresentando um crescimento de 21% em relação ao início do ano. Por sua vez o preço médio de 2022 situou-se 26% acima do preço médio registado em 2021. O índice de referência na China para a pasta *hardwood* registou um forte aumento atingindo o pico em outubro (866 USD/t), tendo posteriormente corrigido para 828 USD/t no final do ano, registando um crescimento de 41% face ao início do ano.

A impulsionar a evolução dos preços esteve o forte desequilíbrio entre a Oferta e a Procura. Diferentes fatores contribuíram para este desequilíbrio, de onde se destacam: i) o bom momento de procura mundial de fibra curta de eucalipto, que cresceu +7,8% em 2022; ii) o atraso no arranque de novos investimentos em pasta na LatAm (que se efetivou apenas em dezembro de 2022; iii) a greve, no Norte da Europa, que se prolongou durante os primeiros quatro meses do ano e que retirou mais de meio milhão de toneladas de pasta ao mercado; iv) a persistência dos constrangimentos logísticos, que penalizou a oferta disponível de pasta no mercado.

Adicionalmente, 2022 foi marcado, essencialmente no primeiro semestre, por paragens não planeadas devidas a questões ambientais (secas), por incêndios e por problemas logísticos (rodoviários e marítimos) na Europa, Indonésia e Canadá, que impactaram também a disponibilidade de pasta.

A procura de pasta, em 2022, registou um crescimento mundial de 1,3%, sendo que na fibra longa houve um decréscimo de 1,8% e na fibra curta um aumento de 2,7%. De realçar ainda, como referido atrás, o bom momento de fibra curta de eucalipto, que cresceu 7,8% em 2022.

A Navigator iniciou o ano de 2022 com um nível de *stocks* de pasta relativamente baixo, o que, a par com uma significativa maior integração em papel, restringiu a quantidade de pasta disponível para venda em 2022. As vendas situaram-se assim em 255 mil toneladas. A subida de preços de pasta verificada no ano permitiu compensar o decréscimo de volumes face ao período homólogo, com o volume de negócios nesta rubrica a refletir uma variação positiva de 16%. Destaque para a produção anual da fábrica de pasta da Figueira da Foz que atingiu máximo histórico (603,3 ktAD).

PAPEL

em 1.000 t	2022	2021	Var.
Produção UWF	1.518	1.461	3,9%
Figueira da Foz	733	729	
Setúbal	785	732	
Vendas UWF	1.499	1.474	1,7%
FOEX – A4- BCopy Eur/t	1.216	844	44,0%

A indústria dos papéis de impressão e escrita viveu, a nível global, um momento único em 2022, se bem que se possa diferenciar claramente a primeira da segunda metade do ano.

O receio de uma redução expressiva da procura de papéis **UWF** pós-pandemia veio acelerar decisões de fecho e reconversão de unidades fabris na Europa e EUA, as quais, associadas às dificuldades logísticas e aos aumentos de custos de energia, reduziram de forma significativa a oferta, particularmente nestas regiões.

O aumento expressivo de custos, nomeadamente nos custos de energia, que desde o início da invasão da Ucrânia pela Rússia atingiram níveis historicamente altos, obrigou algumas empresas, principalmente as não integradas, a fecharem temporariamente ou reduzirem as operações.

Consequentemente, na primeira metade de 2022, verificou-se uma forte escassez de oferta papeleira na Europa, que não foi exclusiva ao papel UWF. Este desequilíbrio, a par de um aumento significativo de custos de produção (transversal à fibra, químicos, energia, materiais de embalagem) e logística (via aumento de custos e escassez de meios), contribuiu para que se verificasse um aumento generalizado e constante ao longo do ano dos preços de todos os papéis gráficos e para que se atingissem níveis de carteira de encomendas nos produtores e tempos de entrega historicamente elevados.

A situação de forte escassez de oferta atrás referida levou a um volume anormal de encomendas durante o primeiro semestre, com os clientes a reagir a um receio de prolongada falta de papel. Mas os receios de abrandamento económico, que se avolumaram sobretudo a partir de metade do ano, levaram a uma redução de procura num momento em que os *stocks* estavam altos e em que se assistiu a uma regularização relativamente rápida das cadeias logísticas. A redução deste *stock* acumulado no *pipeline* demorará mais ou menos tempo em função da regularização das cadeias de fornecimento e da logística, bem como de um maior ou menor abrandamento económico e ainda da evolução da procura na Ásia para as novas capacidades de papel gráfico construídas nos últimos anos.

A procura de papel UWF registou um crescimento de 0,3% e os papéis *coated* um decréscimo de 2,5%. Por outro lado, os papéis com fibra obtida por via mecânica registaram uma expressiva queda de 9,9%. Assim, em 2022, a procura global de papéis de impressão e escrita diminuiu 2,3%, continuando o UWF a mostrar notável resiliência.

Na Europa, a procura aparente de papel UWF durante o último trimestre teve uma evolução negativa de 12% face ao período homólogo, levando a procura acumulada de 2022 a situar-se 6,7% abaixo do ano anterior. Esta quebra na procura aparente resulta do modelo de cálculo (baseado em entregas dos produtores), refletindo uma procura latente não satisfeita.

De facto, assistiu-se na Europa a uma redução muito significativa de capacidade (-10% YoY, sobretudo no seguimento do fecho de uma fábrica na Escandinávia no final do 3º trimestre de 2021 e da conversão para *packaging* de uma fábrica em França no 1º trimestre de 2022), a que acresceu a greve no Norte da Europa, que se prolongou durante as primeiras 16 semanas de 2022. Acresce ainda a restrição do volume de importação, que registou níveis abaixo do normal, em resultado das conhecidas dificuldades logísticas. Assim, tendo em conta a redução de capacidade verificada, e consequentemente a redução de produção e entregas, estima-se que, sem estes efeitos, a queda da procura aparente de papel UWF na Europa teria sido bem inferior, e em linha com a redução média de consumo dos últimos anos.

Pelo contrário, nos Estados Unidos verificou-se um expressivo crescimento de 5,3% na procura de papel UWF em 2022 e nas restantes regiões mundiais de 0,7%.

O índice de referência para o papel de escritório na Europa no final de dezembro situava-se em 1.331 €/t que compara com 976 €/t registado no início do ano, e o preço médio do índice em 2022 cresceu 44%, face a preço médio de 2021. A evolução do preço de venda ao longo de 2022 coloca o preço de venda médio do ano acima do registado em 2021 (+55%). Esta evolução do preço de venda decorreu do forte aumento de custos, a destacar químicos, energia e logística.

As vendas de UWF da Navigator totalizaram 1,5 milhões de toneladas, um aumento de 1,7% face a 2021, denotando um esforço significativo da empresa em servir as necessidades dos seus clientes, num enquadramento de constrangimentos da oferta disponível, marcado por reduções de capacidade e graves restrições logísticas, principalmente no primeiro semestre.

O volume de negócios foi impulsionado pela subida generalizada de preços a nível internacional, que a Navigator liderou ou acompanhou, evidenciando assim um crescimento de cerca de 57% face ao período homólogo. A evolução positiva de preços foi muito potenciada pelo enriquecimento do *mix* de produtos, tendo a Navigator atingido níveis máximos de vendas de produtos *premium* e marcas de fábrica.

O aumento de preços verificado durante o ano nos mercados fora da Europa foi cerca de dois terços superior ao dos mercados europeus. Por outro lado, na Península Ibérica, os preços subiram muito menos do que no resto da Europa, sendo hoje Portugal um dos países do mundo com preço de papel mais baixo.

O desenvolvimento do novo segmento de **packaging** continua a revelar sinais bastante positivos, traduzidos na crescente base de clientes, reconhecimento da qualidade dos produtos da Navigator e, consequentemente, da marca gKraft, servindo a marcas de grande exposição, em setores tão distintos como a área da moda, retalho alimentar, *e-commerce*, indústria ou agricultura.

O segmento de *packaging* revelou, contudo, ter sido mais sensível à conjuntura de mercado, dado que foi o segmento onde o arrefecimento repentino e expressivo da procura mais se fez sentir, com bastante evidência no último trimestre de 2022.

Apesar do contexto macroeconómico desfavorável, a Navigator atingiu em 2022, para o setor de embalagem, vendas superiores a 90 milhões de euros, duplicando o valor de vendas de 2021, nomeadamente para as indústrias transformadoras, de sacos de papel, de embalagens flexíveis e de caixas para uso na área alimentar.

TISSUE

em 1.000 t	2022	2021	Var.
Produção de bobines	112,2	111,1	1,0%
Produção de produto acabado	83,7	82,0	2,1%
Vendas de bobines e mercadoria	18,7	24,5	-23,7%
Vendas de produto acabado	82,6	80,9	2,1%
Vendas totais de tissue	101,3	105,4	-3,9%

A recuperação económica pós-pandemia nos mercados onde a Navigator atua resultou num aumento do consumo – estima-se que em 2022 (YTD outubro) o mercado global de *tissue* terá crescido 1,8%. Por outro lado, verificou-se um crescimento significativo dos níveis de preços, numa conjuntura marcada por disrupções e turbulência nas cadeias de valor, e, no caso da Europa, pelas tensões geopolíticas, com impacto particularmente expressivo na evolução dos custos energéticos.

Apesar deste contexto desafiante, a gestão das capacidades de produção, dos serviços logísticos e dos consequentes aumentos de preços com os clientes foi concretizada de forma fluida e consequente.

A Navigator atingiu um volume de vendas de *tissue* de 102 mil toneladas, o que se traduz numa redução (-4%) face a 2021, no entanto, com o volume de produto acabado vendido face a 2021 a evoluir cerca de 2%. O valor das vendas foi impulsionado pela subida de preços, evidenciando um crescimento de 36% face a 2021 (38% em produto acabado). O crescimento das vendas deu-se sobretudo através do canal At Home, com um crescimento de 5%, impulsionado pela captação de novos clientes e reforço da posição na base pré-existente.

A base global de clientes manteve-se bastante diversificada – cerca de 600 clientes com compras ativas em 2022 –, o que assegura uma diversificação sustentável da atividade comercial.

A empresa foi particularmente bem-sucedida na prossecução do crescimento de vendas e distribuição das suas marcas de fábrica, com progressos na comunicação da proposta de valor em termos de qualidade, sustentabilidade e inovação. Como resultado, as vendas de marcas Navigator cresceram quase 9% no conjunto dos vários canais e mercados, atingindo em 2022 cerca de 28% das vendas de Produto Acabado, face a 26% em 2021, valor superior à média da indústria nos mercados mais relevantes, que é 20-25%.

No plano estrutural, acentuaram-se os esforços de redução de complexidade da operação, com foco num portefólio de produtos menos extenso e complexo, que permite, a prazo, a obtenção de melhorias na eficiência produtiva e nos níveis de serviço prestados. Na vertente da capacidade produtiva foram adquiridos equipamentos que permitirão agilizar e incrementar a produção e melhorar os níveis de qualidade de produto entregue aos clientes, nomeadamente na categoria de guardanapos.

No que respeita à inovação, a Navigator reforçou o lançamento de produtos adaptados às tendências de mercado, tendo também introduzido produtos de índole disruptiva, de que são exemplos o papel higiénico Amoos Air Sense™, o primeiro a ser lançado no mercado Ibérico com cápsulas de perfume incorporadas no papel que permite uma duração maior da fragrância, e o novo rolo de cozinha Amoos Calorie Control™, cujo papel integra microalvéolos criados por tecnologia de gofragem especial, que permite um papel especialmente eficaz na absorção de líquidos e gorduras de alimentos acabados de fritar. Uma prova da adequação às necessidades do consumidor foi a atribuição do prémio cinco estrelas ao papel higiénico Amoos Air Sense™, a primeira vez que a empresa toma a dianteira nesta categoria de produtos, em Portugal. Como resultado da aposta continuada na inovação, as vendas de novos produtos quase triplicaram face a 2021.

No seu conjunto, as ações levadas a cabo em 2022 contribuíram para reforçar a perceção dos clientes sobre a qualidade da proposta de valor da Navigator e a robustez do negócio, com foco na inovação e na diferenciação, que se refletiu na valorização da sua atratividade e imagem comerciais.

ENERGIA

No ano de 2022, a venda de energia elétrica totalizou 258,5 milhões de euros, dos quais mais de 70% provém de fontes renováveis, contribuindo assim para os desígnios de descarbonização do País, tendo a faturação aumentado aproximadamente 91% face ao ano anterior. Este resultado decorre essencialmente do facto de as cogerações renováveis terem vendido a totalidade da sua produção em mercado. Adicionalmente, também a central de ciclo combinado a gás natural de Setúbal, que já se encontrava em regime de venda parcial de eletricidade, passou no decurso do ano a vender a totalidade da sua produção em regime de mercado.

Neste contexto regulatório, o aumento da venda de energia elétrica beneficiou da subida do preço de mercado desta energia, sentido a nível internacional, que registou no ano 2022 um aumento de cerca de 50%, para área Portugal do MIBEL, face a 2021.

O ano de 2022 fica ainda marcado pela participação das unidades industriais da Navigator no Mercado de Banda de Reserva de Regulação, um serviço relevante prestado pelos consumidores de energia elétrica habilitados ao operador da rede de transporte de energia elétrica, com o objetivo de contribuir para a salvaguarda da segurança de abastecimento do Sistema Elétrico Nacional.

EBITDA

Em 2022 verificou-se um aumento muito significativo dos custos de produção, penalizados essencialmente pelo aumento de custo da madeira por via do aumento expressivo de preço à porta da fábrica na madeira nacional, pela taxa de câmbio e por via do *mix* de abastecimento, e também pelo aumento do custo das fibras externas, da energia e dos químicos.

Verificou-se também um forte agravamento dos custos de logística e uma grande escassez de meios de transporte de mercadorias, face ao ano anterior. Na segunda metade do ano, a disponibilidade de meios logísticos melhorou, embora os custos se tenham mantido num nível muito elevado, tendo começado a reduzir ligeiramente no final do ano de 2022. A redução de preços começou da Ásia para a Europa e só mais tarde, e com menor expressão, da Europa para os restantes mercados. Manteve-se a situação de falta de alternativas para o transporte de mercadorias entre Portugal e Estados Unidos, que continuou a afetar o nível de preços.

O bom desempenho da Navigator no ano permitirá elevar a distribuição de prémios de desempenho, distribuir um novo prémio de produtividade aos Colaboradores e reforçar o programa de rejuvenescimento. Os custos fixos totais acabaram por situar-se 17% acima dos custos fixos de 2021, valor essencialmente explicado pela rubrica de custos com pessoal, pela razão acima referida, mas também pela rubrica de custos de manutenção, impactada pelo aumento generalizado dos custos dos materiais e serviços, num contexto de pressões inflacionistas, e pelo aumento de custos de funcionamento, nomeadamente o aumento de custos com projetos tendentes ao apoio e diversificação da atividade da Navigator, o aumento dos custos de *outsourcing*, em resultado sobretudo dos aumentos salariais, e o inerente ao aumento de atividade pós-pandemia.

Neste enquadramento, a conjuntura internacional favorável de evolução de preços e os esforços de aumento de produtividade e eficiência compensaram o forte aumento do custo dos fatores de produção e permitiram atingir um EBITDA de 736,4 milhões de euros em 2022. A margem EBITDA foi de 29,9% (+7,6 p.p. face a 2021). De realçar o impacto positivo líquido da taxa de câmbio no EBITDA de cerca de 52 milhões de euros, com um EUR-USD médio de 2022 de 1,05 vs. 1,18 em 2021.

Em resultado da avaliação periódica dos ativos fixos tangíveis realizada por entidade reconhecida independente, e, tendo em conta a utilização dos mesmos, a evolução tecnológica e as perspetivas de investimento previstos pela Navigator no próximo quinquénio, nomeadamente em resultado de compromissos de descarbonização e do PRR, foi revista a vida útil de um conjunto de ativos, de onde resultou, em média, uma redução da vida útil e assim um aumento nas **depreciações** do exercício.

Os **resultados financeiros** situaram-se em -57,0 milhões de euros (vs. -17,8 milhões de euros), um agravamento de 39,2 milhões de euros, explicado pelos impactos não recorrentes (38,0 milhões de euros), resultantes essencialmente de diferenças de câmbio acumuladas desfavoráveis, associadas ao reembolso de suprimentos concedidos à subsidiária Portucel Moçambique, reconhecidos no primeiro trimestre, de capitais próprios para resultados do exercício. Sem os impactos não recorrentes, os resultados financeiros seriam de -19,0 milhões de euros.

Verificou-se no período uma melhoria do resultado das operações de financiamento (0,5 milhões de euros) em resultado da redução do volume de dívida remunerada face ao período homólogo, e também uma melhoria nos resultados cambiais correntes (2,4 milhões de euros) que, sendo ligeiramente positivos em 2022, comparam com um valor significativamente negativo no ano anterior. Por outro lado, verificou-se uma variação muito negativa em outros custos e proveitos financeiros (4,6 milhões de euros), principalmente pela inexistência neste ano de juros compensatórios que em 2021 foram fortemente positivos, resultado de decisões favoráveis de tribunais fiscais observadas nesse ano.

Em 2022, os **resultados líquidos atribuíveis aos acionistas** da Navigator totalizaram 381,5 milhões de euros (vs. 160,3 milhões de euros no período homólogo).

A geração de **cash flow** livre foi de 462,6 milhões de euros (vs. 234,8 milhões de euros no ano anterior), refletindo o excelente desempenho operacional, que permitiu tirar pleno partido das circunstâncias favoráveis vividas, nos mercados internacionais, em particular no que se referiu a volume de vendas e preços. O valor do fundo de maneiio tem-se mantido relativamente estável. Verifica-se um acréscimo significativo dos valores de inventários (por efeito volume e por via do aumento de preços) e de clientes (em linha com o movimento de forte expansão da atividade), mas a tendência de crescimento do fundo de maneiio que daqui resultaria foi moderada pelo simultâneo incremento do saldo de fornecedores. Refira-se, neste âmbito, a implementação de uma política de gestão de fornecedores que integrou a manutenção de soluções de suporte à liquidez dos parceiros da Navigator.

Em 2022, o montante total de **investimentos** ascendeu a 112,5 milhões de euros (vs. 80,1 milhões de euros), dos quais 39,1 milhões de euros referentes a investimentos classificados como Ambiente, o que representa 35% do investimento total. Este montante inclui maioritariamente investimentos direcionados para a manutenção da capacidade produtiva, modernização dos equipamentos e melhoria de eficiência. Como referido, 35% do investimento total tem cariz ambiental, onde se incluem projetos estruturais e ambientais e de descarbonização, alguns já iniciados em 2020 e em 2021, como são os casos do Novo Parque de Madeiras na Figueira, da Nova Linha de Evaporação em Aveiro e da Substituição das Caldeiras a Fuel-Óleo em Setúbal.

Nos próximos anos, a Navigator impulsionará o nível de investimento, nomeadamente no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), com destaque para a Agenda *From Fossil to Forest* – “Sustainable packaging and products to replace fossil plastic”, que inclui entre outros: i) projetos para o desenvolvimento de pasta química de alto rendimento e papéis castanhos; ii) projetos de desenvolvimento de celulose moldada para embalagens rígidas; iii) projetos de desenvolvimento de papéis com maior resistência mecânica, e iv) papéis com propriedades barreira. A Navigator participa noutras agendas como parceiro, nomeadamente, no desenvolvimento de novos materiais genéticos para uma floresta mais produtiva e resiliente, na circularidade de resíduos industriais, na robotização de operações de intralogística, na transformação digital das cadeias de valor florestais e na transformação digital e ecológica de redes logísticas e de transportes, no âmbito da Agenda Mobilizadora da Fileira das Tecnologias de Produção para a Reindustrialização e da agenda para a transformação digital das cadeias de valor florestais numa economia portuguesa mais resiliente e hipocarbónica.

A Navigator continua também a conduzir programas de inovação para a eficiência das suas operações, programas para o desenvolvimento de soluções sustentáveis de *Packaging* e a investir na Descarbonização e melhoria do impacto ambiental, o que inclui, entre outros, uma nova Caldeira de Recuperação e o investimento na recolha de gases não condensáveis em Setúbal.

No seguimento da estratégia definida para a área de *Packaging*, a Navigator iniciou um projeto para construção de uma fábrica de produção de peças de celulose moldada, destinada a substituir peças de plástico que protegem alimentos e que são utilizadas em embalagens nos pontos de vendas ou são usadas numa perspetiva de utilização única. A fábrica irá ficar localizada no *Site* industrial de Aveiro e está previsto arrancar com a produção no primeiro trimestre de 2024. A fábrica terá uma capacidade inicial de 100 milhões de peças, estando prevista a possibilidade de se fazerem aumentos de capacidade nos anos seguintes. Um grande desafio associado a este projeto prende-se com o desenvolvimento de propriedades barreira biodegradáveis que permitam assegurar as funções de proteção dos alimentos e de isolamento apropriado a lípidos e gorduras constituintes dos mesmos.

Em julho de 2022, a Navigator e a empresa alemã P2X Europe celebraram um acordo de princípio para a criação de uma *joint venture* – a P2X Portugal – para o desenvolvimento de uma unidade industrial de última geração para produzir, em larga escala, combustíveis não fósseis para o setor da aviação, também conhecidos como e-SAFs (e-Sustainable Aviation Fuels) – jet-fuel (querosene) sintético, neutro em carbono, produzido a partir de hidrogénio verde e CO₂ biogénico obtido da valorização energética de resíduos e sobrantes florestais e subprodutos da madeira, na operação das fábricas integradas de pasta de celulose e papel da Navigator.

De realçar ainda que a Navigator obteve a **classificação máxima (“A”)** no **CDP Climate Change**. A distinção foi atribuída pelo CDP – Disclosure Insight Action, organização sem fins lucrativos reconhecida por gerir o maior e mais completo sistema global independente de divulgação de informação ambiental para empresas, regiões, cidades e estados.

A Navigator integra o grupo restrito de 330 empresas, a nível mundial, que alcançaram a classificação mais elevada de “A”, menos de 2% de entre um universo de mais de 18 mil empresas. A metodologia de pontuação atribuída pelo CDP mede a abrangência e o detalhe da informação divulgada pelas empresas, uma compreensão profunda dos seus riscos e impactos ambientais, uma governação forte e estratégias de transição, avaliando também as medidas e metas estabelecidas para reduzir os impactos em consonância com a ciência. Desde 2018 que a Navigator participa no CDP Climate Change acompanhando a crescente exigência desta iniciativa de avaliação do progresso da Empresa no domínio da gestão do risco e ação climática.

A Navigator submeteu, pela primeira vez em 2021, a sua participação ao **CDP Forest**, focado na gestão florestal, e viu reconhecido, logo no segundo ano, o seu desempenho também nesta categoria, tendo subido para “A-” ocupando agora também uma posição de líder nesta área. O CDP Forest avalia a robustez dos sistemas que a empresa utiliza para rastrear e monitorizar a origem das suas matérias-primas, assentes na certificação do modelo de gestão florestal das florestas sob sua responsabilidade e nas exigentes políticas de aquisição de madeira.

De destacar, também, a avaliação anual da agência de **rating** Sustainalytics, publicada no final de janeiro, que classificou novamente a Navigator como empresa de baixo risco para investidores e a reconheceu como uma **ESG Industry Top-Rated Company**. A avaliação e o bom posicionamento da Navigator neste *ranking* são dados relevantes que espelham o trabalho contínuo levado a cabo pela Empresa, no sentido de integrar a sustentabilidade como prioridade no seu modelo de negócio, demonstrando a sua capacidade de antecipar e gerir os riscos ESG na condução das suas atividades.

Adicionalmente, a Navigator recebeu a aprovação das suas metas de redução das emissões de gases com efeito de estufa (GEE) por parte da Science Based Targets Initiative (SBTi). A aprovação das metas baseadas na ciência climática foi considerada pela SBTi como um “elemento-chave” para uma trajetória de descarbonização *net-zero*, tal como preconizado no relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), com vista a alcançar emissões líquidas nulas em meados do século.

O Conselho de Administração da Navigator, tendo em consideração o desempenho durante 2022, informou, na divulgação dos resultados, que irá propor à Assembleia Geral de Acionistas uma distribuição de dividendos, relativa a 2022, no montante de 0,2812 euros por ação, correspondente a um valor total de aproximadamente 200 milhões de euros.

1.2.2 SECIL - UNIDADE DE NEGÓCIOS DE CIMENTO E OUTROS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

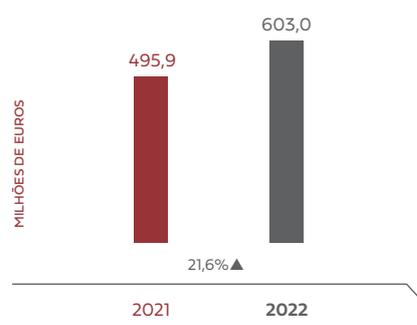


DESTAQUES DE 2022 (VS. 2021)

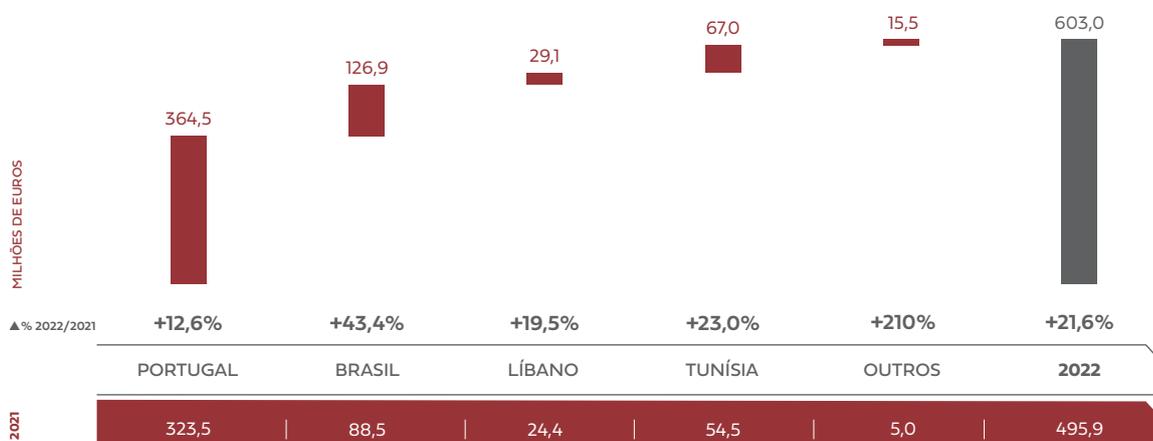
> Em 2022, o volume de negócios da Secil cifrou-se em 603 milhões de euros, 21,6% acima do verificado no período homólogo, e que se traduziu num aumento de 107,1 milhões de euros.

> Este acréscimo resulta essencialmente da evolução positiva nos mercados português e brasileiro. A evolução favorável verificada no Líbano resulta do ajustamento efetuado pela situação de hiperinflação em que a economia se encontra, já que as quantidades vendidas apresentaram um decréscimo face ao período homólogo, com maior expressão no 4º trimestre. A variação cambial das moedas dos diferentes países (excluindo o Líbano) teve um impacto positivo de cerca de 24,5 milhões de euros no volume de negócios da Secil.

VOLUME DE NEGÓCIOS



VOLUME DE NEGÓCIOS DESAGREGADO POR PAÍS



Nota:
Outros inclui Angola, Trading, Outros e Eliminações.

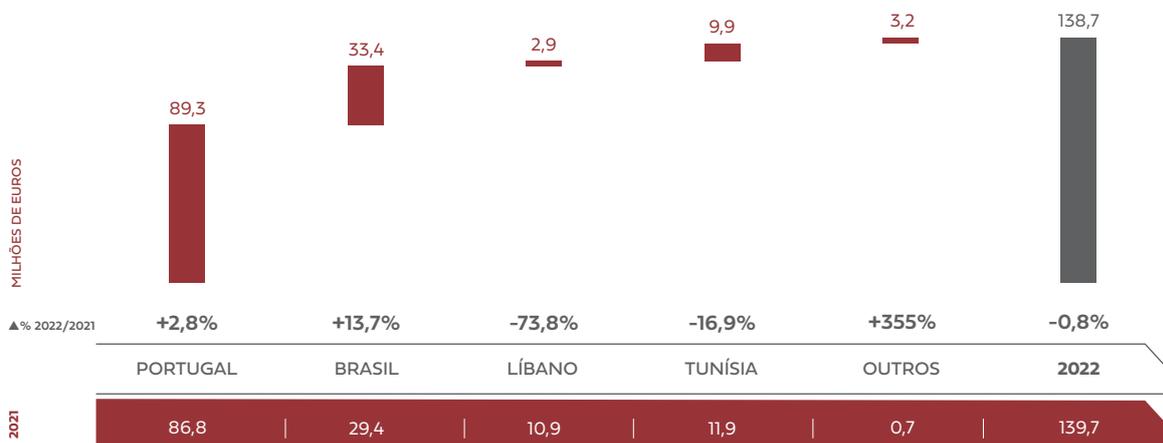
> O EBITDA consolidado atingiu 138,7 milhões de euros, ou seja, uma diminuição de 1,1 milhões de euros (-0,8%) face ao ano anterior. De notar o decréscimo verificado nas vendas de licenças de emissão de CO₂, no montante de 5,0 milhões de euros face ao período homólogo.

> Esta evolução traduz os efeitos negativos provocados pelo aumento dos custos de produção, sobretudo energéticos, em consequência da forte subida do preço dos combustíveis e da tendência inflacionista verificada genericamente em todas as economias, como resultado da saída da crise sanitária global e da continuidade da guerra na Ucrânia, compensado pelo aumento médio dos preços de venda e crescimentos de mercado em diversos países.

EBITDA MG EBITDA



EBITDA DESAGREGADO POR PAÍS



Nota:
Outros inclui Angola, Trading, Outros e Eliminações.

Os **resultados financeiros líquidos**, incluindo os resultados das associadas da Secil, apresentaram um agravamento face ao período homólogo, tendo passado de -26,6 milhões de euros para -33,5 milhões de euros. Este diferencial negativo resulta essencialmente do aumento do custo líquido de financiamento no Brasil e na Tunísia, decorrente sobretudo do aumento das taxas de juro nesses mercados e do aumento da dívida líquida na Tunísia. Em sentido oposto, as perdas cambiais do Líbano foram inferiores às verificadas no período homólogo. Adicionalmente, verifica-se uma redução nos resultados de associadas decorrente da venda da participação na UTIS à Semapa no final de 2021.

Os **resultados líquidos atribuíveis aos acionistas** da Secil atingiram em 2022 um valor de 12,4 milhões de euros, que compara com 52,5 milhões de euros registados no ano anterior. Para além dos desvios no EBITDA e nos resultados financeiros, mencionados acima, contribuíram também negativamente o registo da imparidade na marca Secil Tunísia e registo de imparidades em alguns ativos fixos tangíveis desta geografia, no valor global de 12,4 milhões de euros, a diminuição da posição monetária líquida em 6,2 milhões de euros e o aumento dos impostos sobre lucros de 13,5 milhões de euros.

Em 2022, a Secil registou um valor de **investimento** em ativos fixos de 72,4 milhões de euros (vs. 43,4 milhões de euros no período homólogo). De destacar o investimento no projeto CCL – *Clean Cement Line* no valor de 40,5 milhões de euros, o qual combina pioneiramente um conjunto de tecnologias maduras com inovadoras e permitirá reduzir 20% de emissões de CO₂, aumentar a eficiência energética em 20% e produzir 30% da energia elétrica através de recuperação de calor do próprio processo. O clínquer de baixo carbono que resultará deste processo permitirá responder competitivamente a solicitações de *green procurement* no mercado.

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

IFRS - valores acumulados (milhões de euros)	2022	2021	Var.
Volume de negócios	603,0	495,9	21,6%
EBITDA	138,7	139,7	-0,8%
Margem EBITDA (%)	23,0%	28,2%	-5,2 p.p.
Depreciações, amortizações e perdas por imparidade	(68,3)	(53,2)	-28,4%
Provisões	(2,3)	(1,5)	-51,0%
EBIT	68,1	85,0	-19,9%
Margem EBIT (%)	11,3%	17,1%	-5,9 p.p.
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos	(1,2)	1,8	-169,4%
Resultados financeiros líquidos	(32,3)	(28,4)	-13,8%
Posição monetária líquida	1,0	7,2	-86,4%
Resultados antes de impostos	35,6	65,6	-45,8%
Impostos sobre o rendimento	(22,9)	(9,5)	-142,6%
Lucros do período	12,6	56,2	-77,5%
Atribuível aos acionistas da Secil	12,4	52,5	-76,5%
Atribuível a interesses não controlados (INC)	0,3	3,7	-92,8%
Cash Flow	83,2	110,9	-25,0%
Cash Flow Livre	(4,1)	69,3	-105,9%
	31/12/2022	31/12/2021	
Capitais próprios (antes de INC)	398,0	371,4	
Dívida líquida remunerada	306,2	253,9	
Passivos por locação (IFRS 16)	38,0	41,6	
Total	344,2	295,5	

Nota:

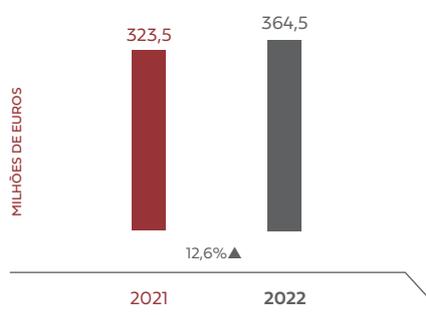
Os valores dos indicadores por segmentos de negócio poderão diferir dos apresentados individualmente por cada Grupo, na sequência de ajustamentos de harmonização efetuados na consolidação.

PRINCIPAIS INDICADORES OPERACIONAIS

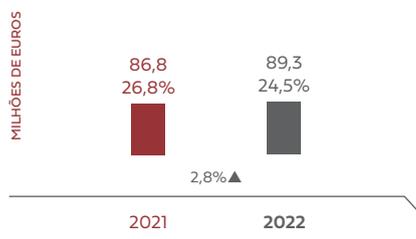
em 1.000 t	2022	2021	Var.
Capacidade produtiva anual de cimento	9.750	9.750	0,0%
Produção			
Clínquer	3.838	4.279	-10,3%
Cimento	4.979	5.189	-4,1%
Vendas			
Cimento e Clínquer			
Cimento cinzento	4.925	5.062	-2,7%
Cimento branco	72	82	-12,1%
Clínquer	108	145	-25,4%
Outros Materiais de Construção			
Inertes	4.665	5.083	-8,2%
Argamassas	265	258	2,6%
em 1.000 m³			
Betão Pronto	1.986	1.960	1,3%

PORTUGAL

VOLUME DE NEGÓCIOS



EBITDA MG EBITDA



PRINCIPAIS INDICADORES OPERACIONAIS

	Unidade	2022	2021	Var.
Produção de Clínquer	1.000 t	1.628	1.787	-8,9%
Produção de Cimento	1.000 t	2.051	2.072	-1,0%
Vendas de Cimento e Clínquer*				
Mercado Interno	1.000 t	1.606	1.585	1,3%
Mercado Externo**	1.000 t	440	487	-9,6%
Total	1.000 t	2.046	2.072	-1,3%
Vendas de Betão*	1.000 m ³	1.585	1.545	2,6%
Vendas de Inertes*	1.000 t	4.665	5.083	-8,2%
Vendas de Argamassas*	1.000 t	265	258	2,6%
Vendas de Pré-fabricados*	1.000 t	0	103	-100,0%

Notas:

* Os volumes de venda respeitam às vendas totais de cada unidade de negócio, não estão expurgados os valores intragrupo.

** Inclui as vendas do Terminal da Holanda, Cabo Verde e Espanha.

Em **Portugal**, o Banco de Portugal (Projeções para a economia portuguesa – dezembro de 2022) projeta para 2022 um crescimento da economia portuguesa de 6,8%. No que diz respeito ao setor da construção, a Síntese de Conjuntura – novembro de 2022, INE, refere uma variação homóloga positiva de 1,4% em outubro após ter desacelerado no mês precedente. Em relação ao número de fogos licenciados nos últimos 12 meses (nov 2022 – dez 2021), aumentou 4,6% face ao período anterior (nov 2021 – dez 2020). No entanto, o número de fogos licenciados do mês de novembro, face ao mesmo mês do ano anterior, manteve-se estável.

Estima-se que o consumo de cimento em Portugal tenha registado em 2022 um ligeiro decréscimo de cerca de 0,1% comparativamente ao período homólogo, muito impactado pela fraca atividade do último trimestre.

Em 2022, o **volume de negócios** do conjunto das operações desenvolvidas em Portugal atingiu 364,5 milhões de euros, ou seja, um crescimento de 12,6 % comparativamente a 2021.

Na unidade de negócio de Cimento em Portugal, o volume de negócios apresentou um crescimento de 15,4% face ao anterior (+29,4 milhões de euros) em resultado do efeito conjugado do aumento das quantidades vendidas no mercado interno e do aumento dos preços médios.

O volume de negócios no mercado interno apresentou um crescimento de 18,0% face ao ano anterior, resultado do aumento das quantidades vendidas de cimento e do aumento dos preços médios de venda.

O volume de negócios de exportação, incluindo terminais da Secil, apresentou uma ligeira melhoria face ao período homólogo, tendo crescido 0,7%, em resultado essencialmente do crescimento do preço médio, já que as quantidades decresceram.

Nos restantes segmentos de negócio com atividade desenvolvida a partir de Portugal (Betão Pronto, Inertes, Argamassas e Pré-fabricados), o volume de negócios ascendeu em 2022 a 173,5 milhões de euros, um crescimento de 9,2% face ao período homólogo, explicado essencialmente pelo crescimento dos preços médios de venda, já que as vendas em quantidades apresentaram uma evolução díspar.

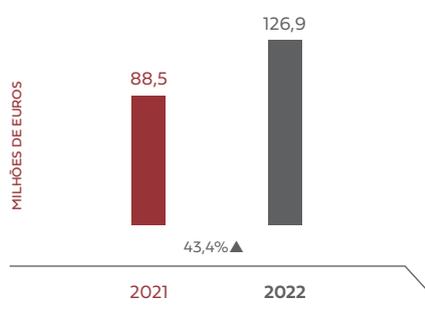
O **EBITDA** do conjunto das atividades em Portugal ascendeu a 89,3 milhões de euros, representando um crescimento de 2,8%, face a 2021.

A unidade de negócio de Cimento apresentou um EBITDA de 92,4 milhões de euros, ou seja, um acréscimo de 5,4 milhões de euros (+6,2%) face ao registado no período homólogo, impactado positivamente pelo aumento das quantidades vendidas no mercado interno, bem como pela atualização dos preços médios de venda. A este efeito positivo, contrabalança o efeito negativo de não venda de licenças de emissão de CO₂, que representou uma redução de 5,0 milhões de euros, bem como o aumento dos custos de energia térmica, em consequência da subida do preço internacional dos combustíveis.

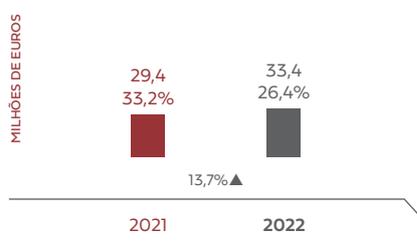
As unidades de negócio de materiais de construção apresentaram, no seu conjunto, uma redução no EBITDA de 3,3 milhões de euros (-16,7%). Apesar da evolução positiva nas quantidades vendidas do segmento do Betão, a pressão do mercado relativamente aos preços de venda não permitiu compensar a subida dos custos variáveis de produção que contribuíram para o menor desempenho deste segmento. Em contrapartida, o segmento dos Agregados apresentou uma evolução muito positiva, com um crescimento na ordem dos 7%.

BRASIL

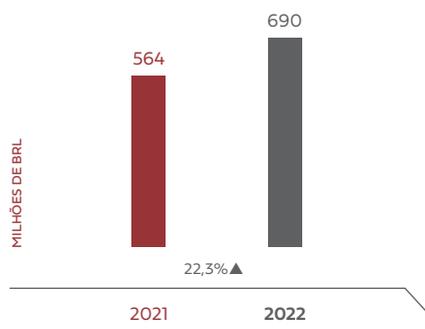
VOLUME DE NEGÓCIOS (EUR)



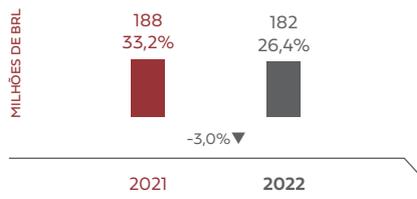
EBITDA (EUR) MG EBITDA



VOLUME DE NEGÓCIOS (BRL)



EBITDA (BRL) MG EBITDA



Nota:
Câmbio médio EUR-BRL 2021 = 6,3773 / Câmbio médio EUR-BRL 2022 = 5,4409.

PRINCIPAIS INDICADORES OPERACIONAIS

	Unidade	2022	2021	Var.
Produção de Clínquer	1.000 t	1.112	1.100	1,1%
Produção de Cimento	1.000 t	1.568	1.510	3,9%
Vendas de Cimento e Clínquer*				
Mercado Interno	1.000 t	1.557	1.497	4,0%
Mercado Externo	1.000 t	12	14	-10,7%
Total	1.000 t	1.569	1.511	3,8%
Vendas de Betão*	1.000 m ³	212	227	-6,4%

Nota:

*Os volumes de venda respeitam às vendas totais de cada unidade de negócio, não estão expurgados os valores intragrupo.

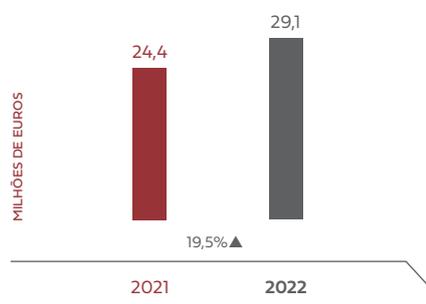
De acordo com estimativas do SNIC (Relatório setorial de dezembro 2022), as vendas de cimento no **Brasil** pelos produtores locais terão registado em 2022 uma redução de 2,7% face ao período homólogo, após 3 anos de crescimento consecutivos. Terão contribuído negativamente para esta evolução a subida das taxas de juro e de inflação, bem como o ambiente de instabilidade geopolítica mundial que impactou desfavoravelmente o setor imobiliário, que continua a ser um dos principais indutores do consumo de cimento. Adicionalmente, as fortes chuvas registadas em 2022, acima da média, também tiveram um impacto adverso no cronograma das obras e consequentemente na venda de cimento.

O **volume de negócios** do conjunto das operações neste país atingiu 126,9 milhões de euros, em 2022, representando um crescimento de 43,4%, face ao período homólogo. Descontando o efeito da valorização cambial do real face ao euro, com um impacto positivo de cerca de 18,6 milhões de euros, o volume de negócios teria apresentado um crescimento de +22%. Tanto as vendas de Cimento em quantidade, como os preços médios de venda, cresceram face ao período homólogo.

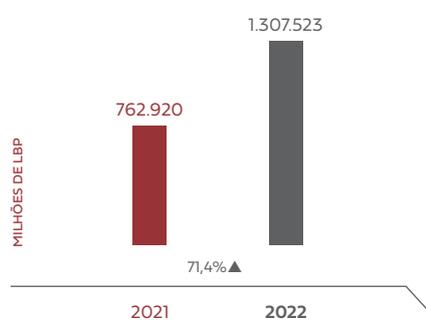
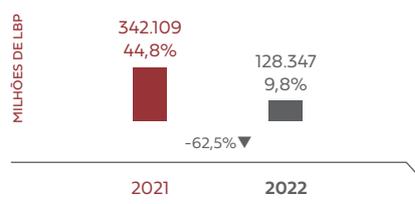
O **EBITDA** das atividades no Brasil atingiu 33,4 milhões de euros, o que comparado com os 29,4 milhões de euros do ano anterior representa um aumento de 13,7%. Excluindo o efeito cambial favorável (+4,9 milhões de euros), o EBITDA registaria um decréscimo de 3,0%, refletindo o impacto negativo da subida dos custos variáveis de produção, principalmente energéticos.

LÍBANO

VOLUME DE NEGÓCIOS (EUR)

EBITDA (EUR)
MG EBITDA

VOLUME DE NEGÓCIOS (LBP)

EBITDA (LBP)
MG EBITDA

Nota:

Câmbio EUR-LBP 2021 = 31.316,4 / Câmbio EUR-LBP 2022 = 44.903,9.

PRINCIPAIS INDICADORES OPERACIONAIS

	Unidade	2022	2021	Var.
Produção de Clínquer	1.000 t	165	561	-70,5%
Produção de Cimento	1.000 t	298	677	-56,0%
Vendas de cimento e Clínquer*				
Mercado Interno	1.000 t	370	670	-44,7%
Total	1.000 t	370	670	-44,7%
Vendas de Betão*	1.000 m ³	62	61	1,6%
Vendas de Pré-fabricados*	1.000 t	11	22	-48,1%

Nota:

* Os volumes de venda respeitam às vendas totais de cada unidade de negócio, não estão expurgados os valores intragrupo.

O **Líbano** sofre de uma grave crise económico-financeira e social. Apesar dos esforços empreendidos por parte das forças políticas para a estabilização da situação, o aparecimento da pandemia covid-19, a explosão ocorrida em agosto de 2020 no porto de Beirute e, mais recentemente, o conflito na Ucrânia vieram contribuir ainda mais para o seu agravamento. Adicionalmente, os cortes no fornecimento de energia elétrica constantes a partir do último trimestre de 2021 impactam negativamente as operações da Secil naquele país.

Apesar deste contexto, o **volume de negócios** do conjunto das operações no Líbano registou um crescimento de 19,5% comparativamente ao ano anterior, tendo passado de 24,4 milhões de euros para 29,1 milhões de euros. O volume de negócios teria sido superior em 12,6 milhões de euros se retirado o efeito da desvalorização cambial. De referir que a Libra libanesa terminou o ano de 2022 a 44.903,9 por 1 EUR, que compara com 31.316,4 por 1 EUR no final do período homólogo.

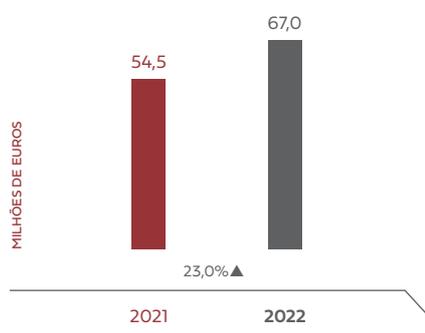
O volume de negócios no segmento do Cimento apresentou um crescimento de 17,9% que resulta essencialmente da adaptação dos preços de venda em moeda local à situação de hiperinflação e à rápida desvalorização da moeda, já que as quantidades vendidas de cimento e clínquer para o mercado interno decresceram 44,7% face ao período homólogo, muito impactado pela quebra de fornecimento de energia elétrica. Por outro lado, as estimativas apontam para um crescimento do mercado de cimento libanês de 1%.

Por sua vez, o segmento do Betão registou um crescimento no volume de negócios, face ao período homólogo (+97,1%), em resultado do aumento das quantidades vendidas, mas sobretudo devido ao aumento do preço médio de venda, em consequência da situação de hiperinflação.

O **EBITDA** gerado pelo conjunto das operações do Líbano totalizou 2,9 milhões de euros, o que representa um decréscimo de 73,8%, quando comparado com o mesmo período do ano passado. Esta diminuição deve-se não só ao efeito da desvalorização cambial registada na Libra libanesa (1,2 milhões de euros), mas sobretudo à redução das quantidades vendidas, ao aumento dos custos de produção, nomeadamente energia térmica e à subida dos custos fixos (aumento da inflação na economia local).

TUNÍSIA

VOLUME DE NEGÓCIOS (EUR)

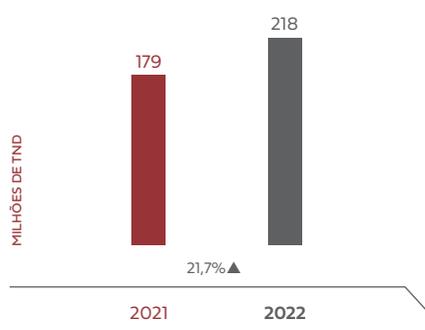


EBITDA (EUR)

MG EBITDA

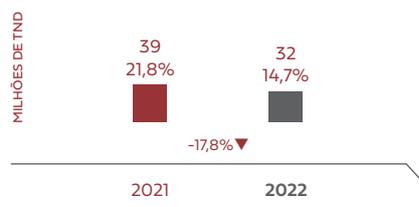


VOLUME DE NEGÓCIOS (TND)



EBITDA (TND)

MG EBITDA



Nota:

Câmbio médio EUR-TND 2021 = 3,2889 / Câmbio médio EUR-TND 2022 = 3,2535.

PRINCIPAIS INDICADORES OPERACIONAIS

	Unidade	2022	2021	Var.
Produção de Clínquer	1.000 t	932	831	12,1%
Produção de Cimento + Cal	1.000 t	943	846	11,4%
Vendas de Cimento e Clínquer*				
Mercado Interno	1.000 t	561	578	-3,0%
Mercado Externo	1.000 t	474	404	17,5%
Total	1.000 t	1.035	981	5,4%
Vendas de Betão*	1.000 m ³	127	127	0,0%
Vendas de Pré-fabricados*	1.000 t	0	0	-62,6%

Nota:

*Os volumes de venda respeitam às vendas totais de cada unidade de negócio, não estão expurgados os valores intragrupo.

A **Tunísia** continua a enfrentar desafios significativos, incluindo elevados défices externos e fiscais, aumento da dívida e um crescimento insuficiente para reduzir o desemprego. Subsiste ainda instabilidade social, que poderá agravar-se, e uma pressão nas reivindicações sindicais. O défice do Estado reflete-se nas obras públicas, e o setor imobiliário enfrenta desafios devido a dificuldades de financiamento (pela fragilidade do setor bancário), com impacto no volume da construção. Os efeitos colaterais da guerra da Ucrânia e a instabilidade política vieram agravar ainda mais a situação.

Neste contexto difícil, estima-se que o mercado interno de cimento tenha decrescido cerca de 7% face a 2021, continuando a caracterizar-se por uma concorrência muito intensa, devido ao excesso de capacidade instalada.

O **volume de negócios** do conjunto das operações desenvolvidas na Tunísia apresentou uma variação positiva de 23% face ao ano anterior, totalizando 67,0 milhões de euros, sendo que o impacto cambial foi positivo em 721 mil euros.

No segmento de negócio do Cimento, o volume de negócios cresceu cerca de 23,9%, tendo-se cifrado em 63,3 milhões de euros, reflexo, por um lado, do crescimento dos preços no mercado interno e no mercado externo e, por outro lado, do aumento das quantidades vendidas para o mercado externo (+17,5%), já que as vendas para o mercado interno registaram um decréscimo de 3,0%.

Em consonância com o negócio do Cimento, o volume de negócios do Betão também apresentou um aumento de 12,5% face ao ano anterior, resultado essencialmente do aumento do preço de venda.

O **EBITDA** das atividades na Tunísia cifrou-se em 9,9 milhões de euros, ou seja, 16,9% abaixo ao registado em 2021 (11,9 milhões de euros), resultado da redução das vendas em quantidade para o mercado interno, aumento dos custos com energia, apenas parcialmente compensado por um aumento dos preços médios de venda e do valor das exportações. De referir que o EBITDA de 2022 está influenciado positivamente pelo proveito de 4,1 milhões de euros relativo à indemnização da seguradora respeitante à avaria do moinho que compara com 1,3 milhões de euros registado em 2021.

OUTROS

PRINCIPAIS INDICADORES OPERACIONAIS DE ANGOLA

	Unidade	2022	2021	Var.
Produção de Cimento	1.000 t	119	84	42,2%
Vendas de Cimento e Clínquer*	1.000 t	119	85	39,9%

Nota:

*Os volumes de venda respeitam às vendas totais de cada unidade de negócio, não estão expurgados os valores intragrupo.

Estima-se que o mercado angolano de cimento, de acordo com os dados disponíveis, terá apresentado uma variação positiva de 30% relativamente ao ano anterior.

As quantidades de cimento vendidas pela Secil apresentaram um crescimento de 39,9%. A Secil Lobito tem vindo a implementar uma rigorosa política de preços que lhe permite fazer face ao agravamento dos custos expressos em moeda nacional.

Em consequência, o **volume de negócios** atingiu um total de 14,5 milhões de euros, ou seja, 131,6% acima do valor registado em 2021, também influenciado positivamente pela valorização cambial média do Kuanza, que teve um impacto de 5,1 milhões de euros. Excluindo o efeito cambial, o volume de negócios teria sido superior em 50%.

O **EBITDA** em 2022 foi positivo em 3,4 milhões de euros, o que, comparando com o valor de 681 mil euros, registado no ano anterior, representa uma melhoria muito significativa.

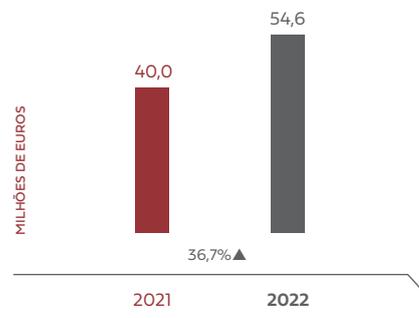
1.2.3 ETSA - UNIDADE DE NEGÓCIOS DE AMBIENTE



DESTAQUES DE 2022 (VS. 2021)

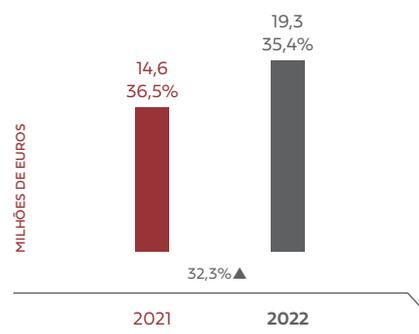
> O volume de negócios da ETSA ascendeu a cerca de 54,6 milhões de euros no ano de 2022, o que representou um aumento de cerca de 36,7% relativamente ao ano anterior.

VOLUME DE NEGÓCIOS



> O EBITDA totalizou cerca de 19,3 milhões de euros no ano de 2022, o que representou um crescimento de cerca de 32,3% face ao ano anterior, explicado essencialmente pelo aumento do volume de negócios.

EBITDA MG EBITDA



PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

IFRS - valores acumulados (milhões de euros)	2022	2021	Var.
Volume de negócios	54,6	40,0	36,7%
EBITDA	19,3	14,6	32,3%
Margem EBITDA (%)	35,4%	36,5%	-1,2 p.p.
Depreciações, amortizações e perdas por imparidade	(3,3)	(3,2)	-4,1%
Provisões	-	-	-
EBIT	16,0	11,4	40,3%
Margem EBIT (%)	29,3%	28,5%	0,8 p.p.
Resultados financeiros líquidos	(0,1)	(0,2)	32,7%
Resultados antes de impostos	15,8	11,2	41,5%
Impostos sobre o rendimento	(3,6)	(2,3)	-58,3%
Lucros do período	12,2	8,9	37,2%
Atribuível aos acionistas da ETSA	12,1	8,9	35,4%
Atribuível a interesses não controlados (INC)	0,2	(0,0)	>1000%
Cash Flow	15,6	12,1	28,4%
Cash Flow Livre	5,4	8,8	-38,3%
	31/12/2022	31/12/2021	
Capitais próprios (antes de INC)	97,7	86,6	
Dívida líquida remunerada	(12,7)	(8,2)	
Passivos por locação (IFRS 16)	1,3	1,6	
Total	(11,4)	(6,6)	

Nota:

Os valores dos indicadores por segmentos de negócio poderão diferir dos apresentados individualmente por cada Grupo, na sequência de ajustamentos de harmonização efetuados na consolidação.

PRINCIPAIS INDICADORES OPERACIONAIS

	Unid.	2022	2021	Var.
Recolha de Subprodutos de Origem Animal (Categoria 1, 2 e 3)	1.000 t	130,2	125,1	4,0%
Vendas Gorduras Animais e Óleos Alimentares Usados	1.000 t	16,7	15,3	9,1%
Vendas Farinhas (Categoria 1, 2 e 3)	1.000 t	23,4	22,9	2,1%

SÍNTESE DA ATIVIDADE DE AMBIENTE

O **volume de negócios** da ETSA ascendeu a cerca de 54,6 milhões de euros no ano de 2022, o que representou um aumento de cerca de 36,7% relativamente ao ano anterior.

Esta variação resulta de um crescimento das vendas que se justifica essencialmente pelo aumento nas vendas de gordura e farinha de categoria 3, mas também pelo aumento nas vendas de óleos alimentares usados, e ainda pelas vendas da Tribérica detida em 70% desde 1 de setembro de 2021. As prestações de serviços revelam um crescimento resultante de um *mix* de variações entre os vários tipos de prestações de serviços prestados pela ETSA.

O **EBITDA** totalizou cerca de 19,3 milhões de euros no ano de 2022, o que representou um crescimento de cerca de 32,3% face ao ano anterior, explicado essencialmente pelo aumento do volume de negócios. A margem EBITDA atingiu 35,4%, o que se traduziu numa variação negativa de cerca de 1,2 p.p. face à margem registada no ano anterior, fruto fundamentalmente do aumento nos custos energéticos.

Os **resultados financeiros** melhoraram em cerca de 32,7% face ao ano anterior, sobretudo em resultado da redução da dívida média.

O efeito conjugado dos impactos acima descritos conduziu a que o **Resultado Líquido atribuível a acionistas** da ETSA atingisse, no ano de 2022, cerca de 12,1 milhões de euros, o que representa um aumento de cerca de 35,4% face ao ano anterior.

A ETSA registou um valor de **investimento** em ativos fixos de 7,8 milhões de euros em 2022, sendo de destacar o início da construção de uma nova unidade fabril em Coruche, designada de ETSA ProHy, fruto do forte investimento em inovação, prevendo-se a sua inauguração no início de 2024.

1.2.4 SEMAPA NEXT - UNIDADE DE NEGÓCIOS DE VENTURE CAPITAL

O valor dos **investimentos** em ativos financeiros realizado durante 2022 pela Semapa Next totalizou 24,5 milhões de euros, repartido por três investimentos Series A&B, três follow-ons, três Discovery Checks e ainda por seis fundos (tratando-se um deles da primeira chamada de capital).

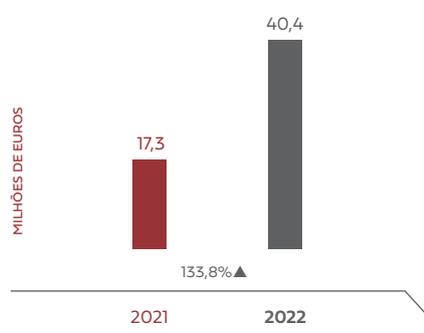
Em detalhe, durante 2022 realizaram-se investimentos nas seguintes nove empresas, a saber: Series A&B: (1) Kencko, empresa dedicada à produção e comercialização de smoothies, gomas e bowls nutritivos e de alta qualidade com menos desperdício alimentar; (2) Probely, que desenvolveu uma solução dirigida aos programadores e às equipas de cibersegurança das empresas para deteção automática de vulnerabilidades em sites, aplicações web e API e (3) RealFevr, empresa especializada na comercialização e gamificação de NFT de desporto. Discovery Checks: (1) Airly, empresa que oferece uma plataforma para monitorizar a qualidade do ar; (2) Flecto, que desenvolveu uma plataforma para empresas de aluguer digitalizarem as suas operações e (3) EMOTAL, empresa que criou um dispositivo que ajuda profissionais a aumentar a produtividade e reduzir o nível de burnout. Follow-ons: (1) Defined.AI, que opera um marketplace de dados de alta qualidade para treino de modelos de inteligência artificial; (2) Overstory, que desenvolveu uma plataforma para planeamento e gestão de risco de vegetação circundante a linhas elétricas; e (3) Circuit, que disponibiliza uma aplicação para planeamento de rotas para motoristas permitindo a poupança de tempo e combustível.

Para além dos investimentos diretos, a Semapa Next acorreu às chamadas de capital em seis fundos em que participa, sendo de destacar a realização da primeira chamada de capital do novo fundo da Lakestar, empresa de capital de risco baseada na Suíça com presença global.

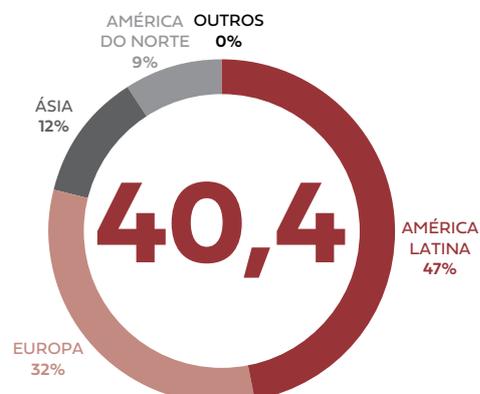
A Semapa Next participou em conferências europeias tecnológicas, tais como Web Summit e Slush, para acompanhar novas tendências de mercado.

1.2.5 UTIS - UNIDADE DE NEGÓCIOS DE HIDROGÉNIO PARA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E DESCARBONIZAÇÃO¹

VOLUME DE NEGÓCIOS



VOLUME DE NEGÓCIOS POR GEOGRAFIA



A UTIS - Ultimate Technology to Industrial Savings é uma empresa portuguesa fundada em 2018, *joint-venture* 50/50 entre a Semapa e a Ultimate Cell, num esforço conjunto para a criação de uma solução estratégica que visa a eficiência energética. A UTIS detém uma tecnologia inovadora patenteada para a otimização de equipamentos de combustão interna e contínua. Para responder às várias solicitações do mercado, em 2020, fruto do *know-how* adquirido através dos equipamentos para as áreas da combustão, acrescentou ao seu portefólio as unidades de produção de hidrogénio – UCHP® (Ultimate Cell® Hydrogen Production). Esta tecnologia revolucionária permite reduzir o uso de combustíveis fósseis, os níveis de emissões poluentes e o consumo de energia, ajudando a tornar a mobilidade e as indústrias mais verdes, mais sustentáveis, produzindo produtos com uma menor pegada ambiental.

A atividade da UTIS no período 2018-2022 caracterizou-se pelo muito forte crescimento do **volume de negócios**, bem como dos resultados. Durante este período, o volume de negócios passou de 1,9 milhões de euros para 40,4 milhões de euros. Em 2022, o volume de negócios registou um acréscimo de 23,1 milhões de euros (+134%) face a 2021. Esta evolução resultou do aumento quer do número de equipamentos vendidos (sobretudo sistemas UC3), quer do preço médio unitário (incremento do peso de produtos de maior valor). Cerca de 2/3 do volume de negócios foi realizado fora da Europa.

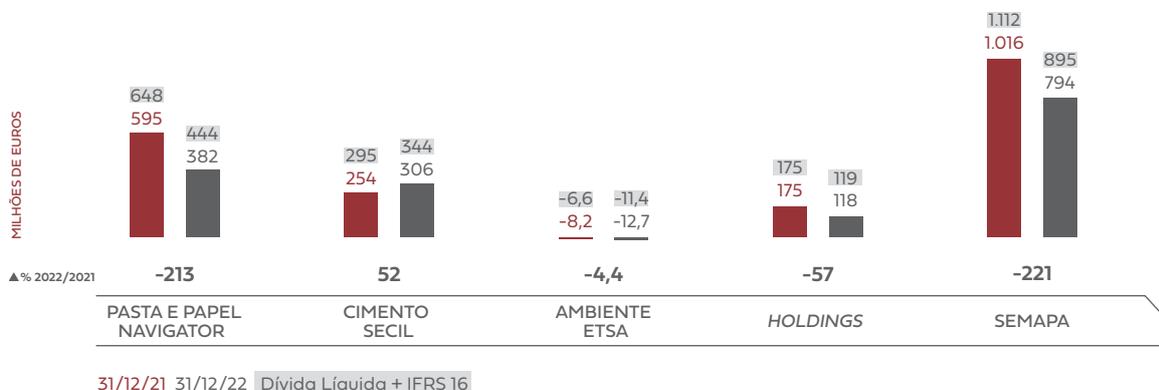
Num cenário global macroeconómico e geopolítico europeu que tem apresentado um quadro de elevada incerteza, volatilidade e insegurança, com enormes dificuldades na obtenção atempada de componentes para o portefólio dos sistemas UTIS, bem como um processo de recrutamento e seleção de novos Colaboradores no mercado cada vez mais competitivo, é de referir que o substancial crescimento da atividade e dos indicadores financeiros são resultado de melhorias estratégicas e operacionais implementadas, das quais se destacam: i) substituição das três antigas instalações (fábricas e sede institucional com serviços administrativos/*backoffice*), por uma única e moderna instalação que agrega a área fabril e administrativa de dimensões bastante maiores, com melhores condições e aumento da capacidade instalada para a área produtiva; ii) melhoria técnica contínua dos sistemas resultante de uma forte componente I&D; iii) adoção de uma política comercial agressiva e abrangente a várias geografias e acordos globais com algumas das maiores empresas mundiais; iv) incremento substancial do número de Colaboradores de 20 em 2021 para 73 no final do ano de 2022, associado a uma política de remunerações, atribuição de prémios em função do desempenho e formação profissional contínua; e, v) melhoria significativa na cooperação/interação da UTIS com os seus parceiros.

¹ Sendo um "Empreendimento conjunto" à luz das normas IFRS (participação 50/50), o seu reflexo contabilístico nas demonstrações financeiras (consolidadas e separadas) da Semapa é pelo método da equivalência patrimonial (não estando incorporada "linha a linha") nas contas consolidadas da Semapa. Desta forma, 50% dos resultados desta JV são incorporados na Demonstração de Resultados da Semapa na linha "Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos", estando o valor do investimento evidenciado na linha de Balanço "Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos".

1.3 ÁREA FINANCEIRA DO GRUPO SEMAPA

1.3.1 ENDIVIDAMENTO

DÍVIDA LÍQUIDA



Em 31 de dezembro de 2022, a **dívida líquida consolidada** totalizava 794,2 milhões de euros, o que representou uma redução de 221,4 milhões de euros face ao valor apurado no final do exercício de 2021. Incluindo o efeito da IFRS 16, a dívida líquida seria de 895,4 milhões de euros, valor inferior em 216,9 milhões de euros face ao apresentado no final de 2021. Para além do *cash flow* operacional gerado, estas variações são explicadas por:

- > Navigator: -212,6 milhões de euros, incluindo a realização de investimentos em ativos fixos de cerca de 112,5 milhões de euros e a distribuição de 250 milhões de euros de dividendos, dos quais 150 milhões em dezembro de 2022;
- > Secil: +52,4 milhões de euros, incluindo a realização de investimentos em ativos fixos de cerca de 72,4 milhões de euros, reembolso de 40,5 milhões de euros de prestações suplementares à Semapa e o impacto da valorização do Real brasileiro na dívida líquida da geografia Brasil (8,1 milhões de euros);
- > ETSA: -4,4 milhões de euros, apesar da dificuldade no recebimento dos valores faturados ao Estado; e,
- > Holdings: -56,8 milhões de euros, evolução que decorre nomeadamente da realização de investimento da Semapa Next no valor de 24,5 milhões de euros, do recebimento de dividendos (Navigator: 175 milhões de euros; UTIS: 1,6 milhões de euros; ETSA: 1 milhão de euros), e de prestações suplementares da Secil (40,5 milhões de euros), bem como do pagamento de dividendos (140,9 milhões de euros), dos quais 100 milhões em dezembro de 2022.

A 31 de dezembro de 2022, o total de disponibilidades consolidadas ascendia a 593,4 milhões de euros, tendo o Grupo, adicionalmente, um conjunto de linhas contratadas e não utilizadas, assegurando desta forma uma forte posição de liquidez.

Saliente-se a concretização, em junho de 2022, da emissão por parte da Navigator de um empréstimo obrigacionista no valor de 150 milhões de euros, com maturidade em 2028, ao abrigo de um *Sustainability-Linked Bonds Framework*. As condições do empréstimo estão indexadas a três indicadores ESG já presentes na Agenda de Sustentabilidade da Navigator e, por sua vez, alinhados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. Com esta operação de financiamento, a Navigator tem cerca de 40% do total de endividamento emitido com cariz sustentável.

Já no início de 2023, a Secil contratou dois empréstimos obrigacionistas denominados "Obrigações Verdes Secil 2030 – taxa fixa" e "Obrigações Verdes Secil 2030 – taxa variável", num total de 75 milhões de euros, destinados ao (re)financiamento do Projeto CCL, em execução na fábrica do Outão, em Setúbal, nos termos do seu *Green Bond Framework*.

1.3.2 RESULTADOS FINANCEIROS

Em 2022, os **resultados financeiros** totalizaram 92,7 milhões de euros negativos, o que representou um incremento de 80,2% face ao valor registado no período homólogo.

Destacam-se os seguintes fatores que contribuíram para a evolução dos resultados financeiros:

- > Aumento do custo líquido de financiamento da Secil Brasil, resultante sobretudo do aumento das taxas de juro nesse mercado;
- > Impactos não recorrentes da Navigator, nomeadamente 30,4 milhões de euros relativos a diferenças de câmbio acumuladas desfavoráveis diretamente associadas ao reembolso do empréstimo (suprimentos) de longo prazo concedido à subsidiária Portucel Moçambique.

1.3.3 RESULTADO LÍQUIDO

O **resultado líquido atribuível a acionistas** da Semapa foi de 307,1 milhões de euros, o que representa um acréscimo de 109,0 milhões de euros face ao período homólogo, explicado essencialmente pelo efeito combinado dos seguintes fatores:

- > Incremento do EBITDA em 385,5 milhões de euros, devido maioritariamente ao crescimento de 381,6 milhões de euros no segmento de Pasta e Papel;
- > Agravamento de 53,7 milhões de euros nas depreciações, amortizações e perdas por imparidade e provisões. Esta variação é justificada essencialmente por: (i) redução da vida útil de um conjunto de ativos da Navigator e (ii) registo de imparidade na marca Secil Tunísia e de imparidades em alguns ativos fixos tangíveis da Tunísia;
- > A apropriação de resultados em empresas associadas foi de 7,5 milhões de euros destacando-se a UTIS com 8,8 milhões de euros;
- > Deterioração dos resultados financeiros líquidos em cerca de 41,3 milhões de euros, refletindo, por um lado, o aumento do custo líquido de financiamento da Secil Brasil, resultante sobretudo do aumento das taxas de juro nesse mercado, e, por outro, os impactos não recorrentes da Navigator;
- > Aumento dos impostos sobre o rendimento em cerca de 117,6 milhões de euros, decorrente fundamentalmente do crescimento dos resultados.

1.3.4 DIVIDENDOS

A Semapa procedeu à distribuição de **dividendos**, em 9 de junho de 2022, no valor de 40,9 milhões de euros, a que corresponderam 0,512 euros por ação. No final do ano, foi deliberado em Assembleia Geral Extraordinária uma distribuição de reservas. O montante ascendeu a cerca 100 milhões de euros, equivalente a 1,252 euros por ação e cujo pagamento foi efetuado no dia 13 de dezembro.

A Navigator procedeu, no dia 7 de junho, à distribuição de dividendos num montante de 100 milhões de euros, equivalente a um valor bruto de 0,1406 euros por ação. No final do ano, a Empresa deliberou em Assembleia Geral Extraordinária uma distribuição de reservas livres e de reservas inscritas em resultados transitados. O montante ascendeu a cerca de 150 milhões de euros, equivalente a 0,21091 euros por ação e cujo pagamento foi efetuado no dia 12 de dezembro.

No mês de junho de 2022, a ETSA pagou dividendos num total de 1 milhão de euros.

Os dividendos pagos pela UTIS à Semapa durante o ano 2022 totalizam cerca de 1,6 milhões de euros.

1.4 EVOLUÇÃO DA PERFORMANCE BOLSISTA

Depois de um ano de 2021 genericamente positivo para os mercados bolsistas, os principais índices bolsistas mundiais fecharam o ano de 2022 com perdas significativas, na sequência do regresso de elevados níveis de incerteza e volatilidade.

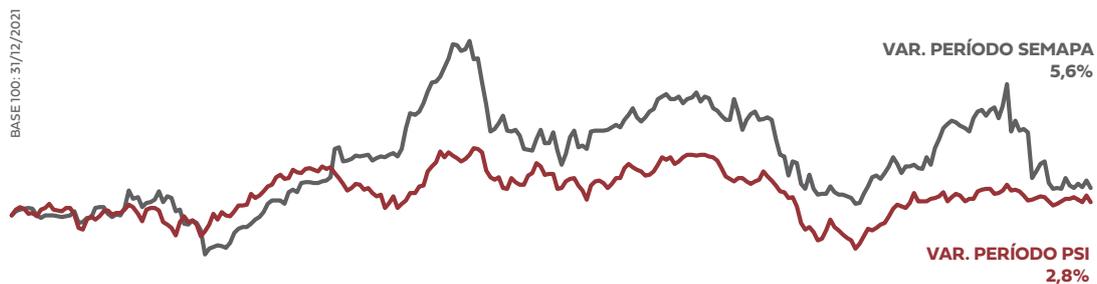
Ao rescaldo da pandemia, juntou-se o conflito na Ucrânia e a consequente escalada das tensões geopolíticas, com a sucessão de choques do lado da oferta e da procura associados, com destaque para a crise energética a afetar especialmente a Europa. A inflação que inicialmente era vista como de natureza temporária, instalou-se, o que levou à adoção de políticas monetárias de caráter restritivo. Os principais Bancos Centrais iniciaram ciclos de subidas das taxas de juro como já não se via há algumas décadas.

Nas economias avançadas, as principais praças europeias acumularam perdas em torno dos 10%. Nos Estados Unidos da América, as desvalorizações foram mais acentuadas, destacando-se negativamente o índice tecnológico Nasdaq, com uma quebra superior a 30%. Nas economias emergentes, o desempenho bolsista foi igualmente desfavorável, nomeadamente com os índices das bolsas chinesas a caírem cerca de 20%. Contrariando esta tendência negativa da generalidade das principais praças, o PSI registou uma valorização de 2,8%.

Neste contexto, durante o período em análise, as ações da Semapa valorizaram 5,6%, que compara muito favoravelmente com o já referido desempenho também positivo do índice PSI (2,8%). A cotação da Semapa registou o valor mínimo de 10,76 euros no dia 07 de março, tendo alcançando o seu valor máximo de 15,90 euros no dia 06 de junho.

O volume médio diário de ações da Semapa transacionadas foi de 25.620, sendo de referir que nos dois últimos meses de 2022, o volume médio diário transacionado foi de 63.059 ações.

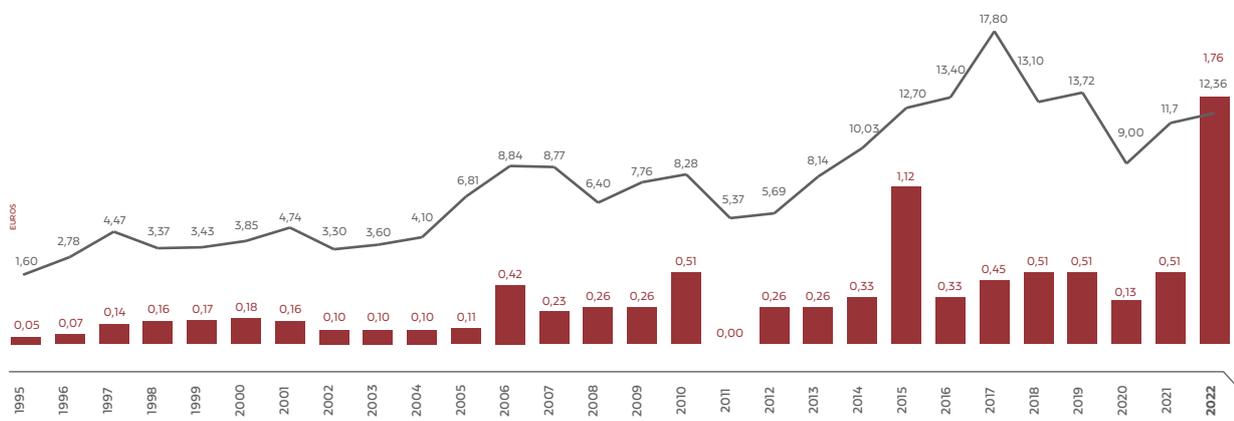




Dez-21 Jan-22 Fev-22 Mar-22 Abr-22 Mai-22 Jun-22 Jul-22 Ago-22 Set-22 Out-22 Nov-22 Dez-22

Nota:
Cotações de fecho

RETORNO ACIONISTA ANUAL = 18,5%



DPS COTAÇÃO

1.5 CRIAÇÃO DE VALOR SUSTENTÁVEL



GRI 3-3, 201-1, 204-1

OS NOSSOS IMPACTOS

**VALOR
ECONÓMICO
DIRETO GERADO**

3.287,3
MILHÕES DE EUROS



**VALOR
ECONÓMICO
DIRETO DISTRIBUÍDO**

2.541,4
MILHÕES DE EUROS



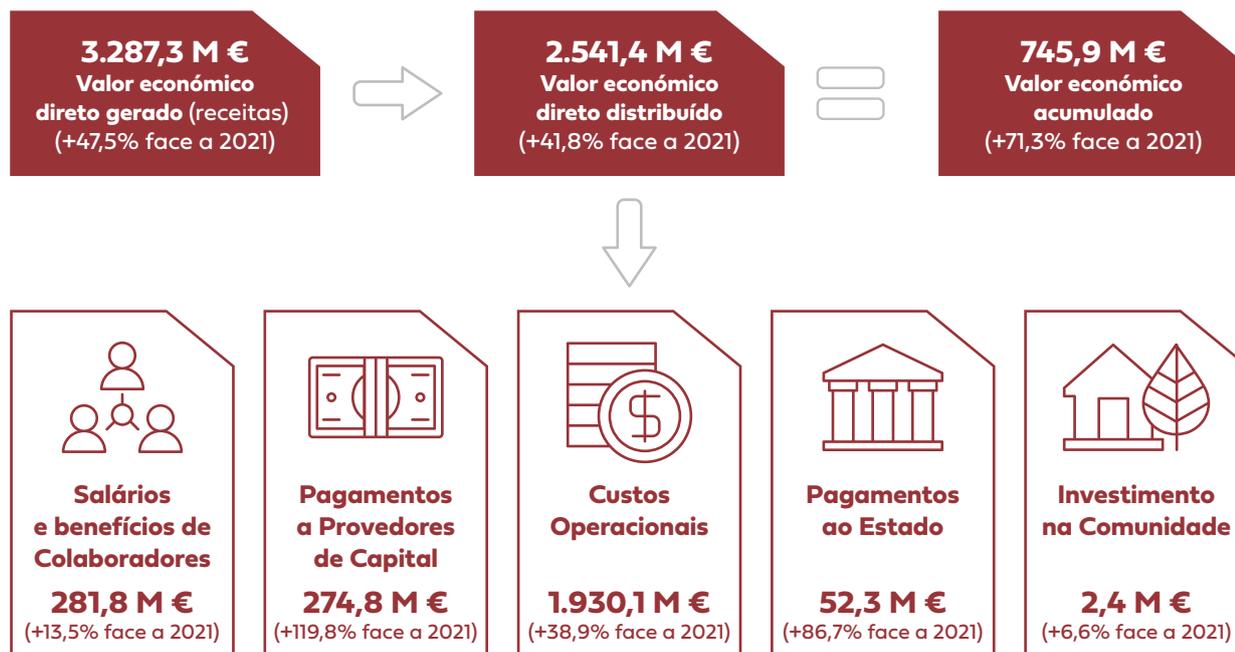
2.471
MILHÕES DE EUROS
EM COMPRAS

CERCA DE
20% DO TOTAL
DE FINANCIAMENTO
EMITIDO COM
CARACTERÍSTICAS SUSTENTÁVEIS



A *Holding* é responsável pelo investimento em setores-chave da economia nacional e internacional, procurando equilibrar as exigências de criação de valor para os acionistas com os princípios de desenvolvimento sustentável e, deste modo, gerar valor para os seus diferentes *stakeholders*. A criação de valor sustentável é um tópico material que se reflete transversalmente nas diferentes atividades desenvolvidas quer pela *Semapa Holding*, quer pelas suas Participadas.

A forma como o Grupo cria e distribui valor económico ao longo da cadeia de valor reflete os impactos significativos que gera na sociedade e a forma como impacta na vida de milhares de pessoas, ilustrado através do valor monetário adicionado às economias locais, através da geração de produtos e serviços, pagamento de serviços de capital, salários, impostos, investimento comunitário, entre outros.



GRI 201-1

FINANCIAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

As empresas do Grupo têm dado passos importantes nas finanças sustentáveis, através da procura de opções de financiamento diretamente ligados ao cumprimento de objetivos de desenvolvimento sustentável ou a indicadores de desempenho ESG – *Environmental, Social and Governance*. Esta opção permite às empresas do Grupo fazer uma escolha adequada, consciente e responsável dos termos do financiamento como, por exemplo, a seleção dos prazos, as condições de risco e o preço do financiamento, enquanto utilizam este mecanismo para potenciar investimentos relevantes que contribuam para os seus compromissos de sustentabilidade. Em 2022, cerca de 20% do total de financiamento emitido pelo Grupo tem características sustentáveis.

O Grupo, através das suas Participadas, tem vindo igualmente a promover o trabalho em parceria, e a apresentação de candidaturas a fundos de financiamento (Cap. 4.5.1), para alavancar a transição para uma bioeconomia, circular e de baixo carbono, potenciando assim o seu contributo neste âmbito.

SEGMENTO PASTA E PAPEL

Em final de 2022, perto de 40% do total de endividamento emitido tem cariz sustentável, para tal contribuiu o novo empréstimo obrigacionista realizado ao abrigo da *Sustainability Linked Bonds Framework*. Adicionalmente, a Navigator também reformulou a sua Política de Investimento Responsável do Fundo de Pensões, que passou a incluir também critérios ESG nos investimentos efetuados, para além dos critérios financeiros tradicionais.

INICIATIVAS EM DESTAQUE

EMIÇÃO DE UM NOVO EMPRÉSTIMO OBRIGACIONISTA – SUSTAINABILITY LINKED BOND

Após o empréstimo obrigacionista emitido em 2021, a Navigator voltou a emitir um novo empréstimo obrigacionista ao abrigo da *Sustainability Linked Bonds Framework*, agora num montante de 150 milhões de euros. Este empréstimo conta com uma taxa de juro associada a três indicadores ESG, que integram o Roteiro 2030 da empresa e estão alinhados com os ODS das Nações Unidas: (1) redução das emissões de CO₂; (2) aumento da percentagem de madeira certificada adquirida no mercado português; (3) aumento do consumo de energia de fontes renováveis.

POLÍTICA DE INVESTIMENTO RESPONSÁVEL DO FUNDO DE PENSÕES DA NAVIGATOR

A Navigator reformulou a sua Política de Investimento do Fundo de Pensões, através de alterações introduzidas em 2022 no contrato de gestão. O Fundo passa a seguir uma política de investimentos responsável que procura contribuir para a sustentabilidade do mercado a longo prazo, incentivando a inclusão de critérios ESG nas decisões de investimento. O Fundo prossegue uma política de investimento responsável para que, através dos investimentos efetuados, para lá dos critérios financeiros tradicionais, relevem aspetos Ambientais, Sociais e de Governo Societário (ESG), e tentará contribuir para assegurar a sustentabilidade do mercado como um todo, no longo prazo.

SEGMENTO CIMENTO

No segmento de Cimento, já no início de 2023, foi realizada a primeira contratação de financiamento sustentável. Assim, a Secil contratou dois empréstimos obrigacionistas denominados “Obrigações Verdes Secil 2030 – taxa fixa” e “Obrigações Verdes Secil 2030 – taxa variável”, num total de 75 milhões de euros, destinados ao (re)financiamento do Projeto *Clean Cement Line* (CCL), em execução na fábrica do Outão, em Setúbal, nos termos do seu *Green Bond Framework*².

Refira-se que o projeto de CCL (Cap. 4.2.1) na fábrica do Outão visa a eliminação da dependência de combustíveis fósseis, o aumento da eficiência energética, a produção própria de energia elétrica, a integração no processo da digitalização e a redução de emissões de CO₂.

² <https://www.secil-group.com/pt/sustentabilidade/sustentabilidade-secil/green-bond>

RECONHECIMENTO EXTERNO DO COMPROMISSO DO GRUPO COM A SUSTENTABILIDADE

O compromisso com a sustentabilidade é comprovado pela constante procura de melhoria dos desempenhos ESG por parte das empresas do Grupo, aspeto esse que se comprova através dos resultados das avaliações externas realizadas.

SEGMENTO PASTA E PAPEL

No segmento Pasta e Papel, a Navigator voltou a ver reconhecido o seu desempenho ESG. Em janeiro de 2023, foi publicada a avaliação anual da agência de *rating* Sustainalytics que classificou novamente a Navigator como empresa de baixo risco para investidores, e a reconheceu como uma ESG Industry Top-Rated Company.

A avaliação e o bom posicionamento da Navigator neste *ranking* são dados relevantes que espelham o trabalho contínuo levado a cabo pela Empresa, no sentido de integrar a sustentabilidade como prioridade no seu modelo de negócio, demonstrando a sua capacidade de antecipar e gerir os riscos ESG na condução das suas atividades.

Paralelamente, a Navigator foi reconhecida como empresa líder em ação climática, tendo sido distinguida com a classificação máxima ("A") no CDP Climate Change e subido a classificação para "A-" no CDP Forest, ocupando agora também uma posição de líder nesta área. O CDP Forest avalia a robustez dos sistemas que a Empresa utiliza para rastrear e monitorizar a origem das suas matérias-primas, assentes na certificação do modelo de gestão das florestas sob sua responsabilidade e nas exigentes políticas de aquisição de madeira.

INICIATIVA EM DESTAQUE

NAVIGATOR RECONHECIDA COMO EMPRESA LÍDER EM AÇÃO CLIMÁTICA DE ACORDO COM O CDP

Com base num inquérito mundial para avaliar as ações desenvolvidas a nível empresarial no âmbito das alterações climáticas, a Navigator integrou o grupo restrito das 330 empresas a nível mundial – menos de 2% de entre mais de 18 mil – que alcançaram a classificação mais elevada de "A" no CDP Climate Change.

A metodologia de pontuação, atribuída pelo CDP - Disclosure Insight Action, mede a abrangência e o detalhe da informação divulgada pelas empresas – uma compreensão profunda dos seus riscos e impactos ambientais aliada a uma governação forte e estratégias de transição –, avaliando também as medidas e metas estabelecidas para reduzir os impactos em consonância com a ciência.

A classificação no nível de "Leadership" (com a evolução de "A-" para "A") é um importante reconhecimento da atuação da Navigator ao nível da redução de emissões, diminuição dos riscos climáticos e desenvolvimento de uma economia de baixo carbono.

RESPONSABILIDADE NA CADEIA DE VALOR

Através de uma atuação ética e transparente, marcada por uma profunda consciência social e ambiental – em alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas (Cap. 3.2.) – e relação de proximidade com os diferentes grupos de *stakeholders* (Cap. 3.4.), o Grupo compromete-se a gerar e partilhar valor ao longo da cadeia de valor, indo além da dimensão económica – impactando igualmente os seus *stakeholders* sob diferentes formas, nas dimensões social e ambiental. Destaca-se no esquema abaixo algumas das principais formas de criação de valor sustentável do Grupo, remetendo-se para os capítulos dos capitais natural, humano, social e intelectual (Cap. 4.2, 4.3, 4.4, 4.5), assim como para os relatórios de sustentabilidade das Participadas Navigator e Secil, para informação mais específica.

CRIAÇÃO DE VALOR DE LONGO PRAZO PARA OS NOSSOS PRINCIPAIS STAKEHOLDERS



INVESTIDORES E ANALISTAS

- > Redução de riscos
- > Adoção de melhores práticas de governo societário
- > Comunicação transparente e regular
- > Otimização operacional
- > Otimização de ativos
- > Aquisições geradoras de valor
- > Aumento das receitas, valorização das ações e distribuição regular de dividendos



EMPRESAS SUBSIDIÁRIAS

- > Criação de modelos de negócio mais resilientes e sustentáveis
- > Investimento em I&D
- > Partilha de valores e de boas práticas



COLABORADORES

- > Estabilidade laboral
- > Pagamento de salários, prémios de desempenho
- > Benefícios e apoio à família
- > Capacitação e desenvolvimento profissional
- > Criação de condições de trabalho seguras e promotoras do bem-estar
- > Sensibilização para cuidados de saúde e medicina preventiva
- > Partilha de valores e promoção do sentido de propósito



PRESTADORES RELEVANTES DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS

- > Contratação de fornecimentos e prestação de serviços e pagamentos nos termos acordados
- > Geração de emprego e dinamização do tecido empresarial nacional
- > Partilha de valores e de boas práticas



INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

- > Perfil de risco de crédito consistente
- > Comunicação transparente e regular
- > Pagamentos nos termos acordados



ORGANISMOS OFICIAIS DE SUPERVISÃO E REGULAÇÃO

- > Política fiscal responsável, com impacto na receita fiscal dos países
- > Dinamização do tecido empresarial nacional e promoção das exportações
- > Contribuição para o alcance das metas de neutralidade carbónica do País com propostas/ planos de ação concretos



COMUNIDADE

- > Contribuição para a mitigação dos riscos das alterações climáticas
- > Geração de empregos
- > Geração e divulgação de conhecimento
- > Capacitação de jovens talentos
- > Investimento comunitário
- > Redução dos impactos das emissões atmosféricas, ruído e odores, e da geração de resíduos
- > Redução dos impactos da captação de água e das emissões líquidas na disponibilidade de água



ASSOCIAÇÕES EMPRESARIAIS

- > Contribuição para o desenho de soluções partilhadas para desafios económicos, ambientais e sociais do setor, das regiões e do País
- > Participação ativa em projetos de desenvolvimento e apoio

Apresenta-se de seguida os principais contributos para a criação de valor no que diz respeito a fornecedores e clientes.

FORNECEDORES

Em 2022 e para a totalidade do Grupo Semapa³, foram despendidos 2.471 milhões de euros em fornecimentos e prestações de serviços, que representam um incremento de +26% face ao ano anterior, na sua grande maioria fornecedores nacionais (72% em volume de compras).

A magnitude deste valor reflete a relevância dos impactos – económicos, mas também sociais e ambientais –, inerentes às políticas e decisões de compras do Grupo. Conscientes da capacidade de influência por esta via e como parte da conduta empresarial responsável do Grupo Semapa, é preocupação crescente das empresas Participadas contribuir para minimizar riscos ESG associados e promover a adoção de boas práticas.

Entre as práticas das empresas Participadas refira-se a existência de códigos de conduta para fornecedores e a definição de critérios de qualificação, entre outros. Em conformidade com as certificações de que dispõem as empresas, estas estão empenhadas em exercer a sua capacidade de influência, envolvendo e sensibilizando cada vez mais os diversos fornecedores (incluindo prestadores de serviços e subcontratados) para aspetos críticos ligados à segurança, ambiente, integridade do negócio, qualidade, entre outros.

SEGMENTO PASTA E PAPEL

O contexto macroeconómico, em particular da guerra na Ucrânia, com interrupções no fornecimento de gás para a Europa a partir da Rússia, juntamente com as condições climáticas que se registaram, levaram a um aumento acentuado dos preços da energia, gás natural, transporte e petróleo na Europa, circunstâncias que impactaram não só a atividade da Navigator, como a dos seus fornecedores. A estratégia de parceria que a empresa tem junto dos seus fornecedores tem demonstrado ser um modelo bastante resiliente, especialmente em períodos de disrupção como os vividos nos últimos anos. Deste modo, foram desenvolvidas diversas medidas de apoio aos seus parceiros, nos mercados de madeira e biomassa, aos proprietários e gestores de terras e aos transportadores rodoviários.

Importa salientar que a Navigator implementa, junto dos proprietários florestais no mercado nacional, projetos de valorização das florestas de eucalipto, em complemento ao arrendamento. Estes projetos pretendem contribuir para a melhoria da produtividade das suas plantações, através do apoio técnico na recuperação de áreas ardidadas, abandonadas e de baixa produtividade, e nas re-arborizações. Adicionalmente divulga as boas práticas florestais da empresa em encontros de produtores, partilhando a sua visão sobre a floresta e o modelo colaborativo que defende para o binómio indústria/produção florestal.

As metas de redução das emissões de gases com efeito de estufa aprovadas em 2022 pela Science Based Targets Initiative envolvem também a ambição de diminuir as emissões na cadeia de valor (Cap. 4.2.1). Neste âmbito, a Navigator tem estabelecido parcerias com os fornecedores para aumentar a eficiência energética e de recursos, procurando alternativas à energia de origem fóssil.

Em termos de *materials management*, e numa estratégia de longo prazo, foram dados este ano os primeiros passos num estudo de viabilidade para a construção de uma ilha química em Portugal, o qual envolveu fornecedores e *stakeholders* internos da Navigator. Caso venha a concretizar-se, este é um projeto que poderá dinamizar o mercado e reduzir o nível de dependência de fornecedores externos. Foi ainda desenvolvido um projeto de *procurement* com um fornecedor nacional de cal, em que a Navigator assumiu o papel de *sponsor*, incentivando e apoiando o investimento na produção de energia a partir de biomassa, como forma de atenuar o aumento dos custos do gás.

No caso dos fluxos de *inbound* de madeiras, foram adotadas, em 2022, medidas de otimização de custos, baseadas em parcerias, que visam, simultaneamente, contribuir para a redução da pegada de carbono. A empresa aposta igualmente em alternativas ao transporte rodoviário, nomeadamente recorrendo à ferrovia.

³ Estes valores não se encontram consolidados para o Grupo, sendo a soma das diferentes empresas.

Na perspetiva *outbound* (expedição de produtos), no transporte marítimo, a empresa desenvolveu, em 2022, parcerias com armadores de menor dimensão para dispor de serviços nos portos de proximidade e consolidou o modelo de transporte de contentores das fábricas para os portos, procurando otimizar volumes por carga.

Dada a importância de garantir uma adequada gestão dos riscos ESG associados à cadeia de valor, a Navigator tem estado a trabalhar num projeto que permitirá contraturalizar uma ferramenta de *rating* ESG, merecendo igualmente destaque a aprovação, em finais de 2022, da sua Política de Direitos Humanos (Cap. 3.5).

INICIATIVA EM DESTAQUE

APOIO A FORNECEDORES NO MERCADO DE MADEIRA E BIOMASSA

Durante o ano de 2022 a Navigator implementou e consolidou medidas de apoio aos seus parceiros no mercado de madeira e biomassa. Entre as medidas adotadas destacam-se:

- > Apoio financeiro para aquisição de maquinaria;
- > Política de preço para melhorar a gestão dos seus negócios;
- > Apoio para compensar o aumento dos preços dos combustíveis;
- > Alargamento da política de *confirming* para conferir maior flexibilidade de tesouraria aos seus parceiros;
- > Implementação/revisão do sistema de qualificação de fornecedores, que permite uma segmentação em função de variáveis quantitativas, qualitativas e de relacionamento com a Navigator; de acordo com este sistema, cada fornecedor conhece o seu enquadramento e os desafios/oportunidades de crescimento na empresa.

Este conjunto de apoios foi particularmente relevante para os fornecedores de menor dimensão, que apresentam menor capacidade de resposta para fazer face à escalada dos preços da energia.

SEGMENTO CIMENTO

O ano de 2022, ao nível do *Procurement*, foi marcado por um investimento a nível estrutural e operacional, passando pela definição de três grandes prioridades neste âmbito, para se atingir a nova estratégia de negócio, "Ambição 2025 para um Crescimento Sustentável": (1) gestão global de categorias – centralizar as operações de compras; (2) digitalização, para tornar o processo mais eficiente e seguro no suporte à decisão; e (3) colaboração com as operações.

Em 2022, por forma a trabalhar de um modo mais estruturado, eficiente e sustentável, foram redigidos diversos documentos orientadores do trabalho e conduta do departamento de *Procurement* da Secil – *Global Procurement Handbook*, Política de Compras para Portugal e Código de Conduta dos Fornecedores.

Juntamente com a criação do código de conduta, no âmbito do mapeamento de fornecedores e definição de critérios de sustentabilidade, foram dados os primeiros passos para a criação de uma plataforma de classificação dos fornecedores quanto ao seu risco financeiro e ambiental. De referir que o *Handbook* foi apresentado no *Global Procurement Meeting*, evento este que, na sua edição de 2022 e sob o lema #oneteam, teve como objetivo fomentar a cooperação e alinhamento dos métodos de trabalho entre os departamentos das diversas geografias da Secil.

Adicionalmente, o departamento de *Procurement* desenvolveu, a nível interno e em conjunto com alunos do *consulting lab* da Universidade Nova de Lisboa, uma estratégia de *governance* de revisão de categorias, que se traduziu em diferentes *templates* úteis para o acompanhamento das categorias e iniciativas do departamento. Esta temática foi apresentada e discutida num fórum internacional – Purchasing Performance – espaço de reunião dos gestores de categorias e lideranças de todas as geografias em que existam fábricas de cimento da Secil. No decorrer do fórum foram também abordadas outras temáticas de relevo para o departamento, tais como as estratégias financeiras e a sustentabilidade das categorias e valores de mercado, possibilitando uma visão global e partilha de soluções.

A Secil deu continuidade ao projeto de *Smart Procurement*, para o solucionamento dos diversos desafios que se colocam à área. A centralização de alguns processos com grande relevo nos custos da Secil levou a um maior poder do departamento em termos de negociação e oportunidades de melhoria. A nível mais operacional, foi criada a rotina de Sourcing Committee – fórum através do qual se analisa e aprova propostas de compra acima dos 50.000 euros. Este mecanismo levará a um fluxo mais eficiente destas requisições, a uma melhor visibilidade e entendimento entre todos os envolvidos.

INICIATIVAS EM DESTAQUE

DOCUMENTOS ESTRUTURANTES DOS PROCESSOS DE *PROCUREMENT*

Em 2022, a Secil desenvolveu o *Global Procurement Handbook* – documento corporativo que abrange todas as geografias da empresa, com informação sobre a dinâmica, estrutura e forma de trabalho neste âmbito. O *Handbook*, para além de nortear o trabalho com os fornecedores, a nível externo, também estabelece a forma de trabalho com os clientes internos.

Aliado ao *Handbook*, a Secil desenvolveu a política de compras para a geografia Portugal – um documento que servirá como manual, onde são descritos todos os processos do departamento de *Procurement*, regras de compra, os diversos Service Level Agreements (SLA) e a avaliação dos fornecedores.

Importa igualmente referir a criação do Código de Conduta dos Fornecedores⁴. Este documento visa garantir que todos os fornecedores da Secil trabalham de acordo com as normas definidas pela empresa, assegurando desta forma uma boa relação entre as partes. Abrange vários temas ESG – saúde e segurança no trabalho, condições de trabalho, liberdade de associação e não retaliação, escravatura, trabalho forçado ou trabalho infantil, não discriminação, impactos ambientais, suborno e corrupção, transparência e integridade.

SMART *PROCUREMENT*

Iniciado em 2021, o *Smart Procurement* teve o seu grande desenvolvimento durante o presente ano. Através deste projeto, foi possível identificar os maiores desafios existentes no departamento de *Procurement* – causadores de elevado stress e uma grande carga de trabalho à equipa, não trazendo valor acrescentado à organização –, as respetivas soluções e operacionalização. Estes desafios foram geridos numa ótica de projeto individual, com atribuição de iniciativa e líder próprios. Em 2022, o *Smart Procurement* possibilitou alcançar as seguintes metas:

- > Trabalho transaccional, provocado pelas regularizações, diminuído de 13h para 20 minutos;
- > Centralização de 45 iniciativas em curso, que custaram cerca de 12 milhões de euros, com o objetivo de atingir 80% de taxa de centralização;
- > Redução do *backlog* de 400 requisições de compra para 160;
- > Implementação da metodologia PDCA para urgências;
- > Aumento da utilização de códigos em Robotic Process Automation (RPA) – atingindo o objetivo de 1000 códigos – e de contratos SAP.

4 <https://www.secil-group.com/pt/sustentabilidade/social>

CLIENTES

As empresas do Grupo Semapa apostam no desenvolvimento de soluções e produtores inovadores (Cap. 4.5.1), em linha com vários dos desafios que a sociedade enfrenta – nomeadamente as alterações climáticas, perda de biodiversidade, escassez de recursos –, e indo ao encontro das necessidades e expectativas dos seus clientes (e consumidores), contribuindo, deste modo, para a promoção e transição para uma bioeconomia, circular e de baixo carbono.

O Grupo Semapa desenvolve igualmente iniciativas que permitam às suas empresas estarem mais próximas dos clientes, fidelizá-los e tornar a sua experiência cada vez mais enriquecedora e satisfatória. Entre estas práticas destacam-se a realização de estudos de mercado, de *focus groups*, entrevistas, *webinars*, entre outros.

SEGMENTO PASTA E PAPEL

A Navigator investe numa relação comercial de proximidade e na satisfação das necessidades dos Clientes. Marcas fortes e produtos sustentáveis continuam a ser fatores essenciais, aos quais se alia uma forte aposta na inovação (Cap. 4.5.1).

Para além dos créditos de qualidade, inovação e sustentabilidade associados aos produtos, oferece uma garantia adicional aos Clientes e Consumidores, através do rótulo da certificação florestal e/ou o EU Ecolabel patentes nos produtos.

Entre os seus produtos, refira-se a marca **gKRAFT⁵** (lançada em 2021) e que personifica uma nova geração de papéis de embalagem, caracterizada por excelentes níveis de desempenho, qualidade de impressão e funcionalidade, cumprindo os mais elevados níveis de segurança e higiene. A matéria-prima utilizada no seu fabrico permite uma maior reciclabilidade e, simultaneamente, um menor uso de madeira por tonelada de papel produzido, o que é alcançado pelo recurso à fibra de *Eucalyptus globulus*. Esta matéria-prima possibilita reduzir em 50% a madeira usada por volume de embalagem (toneladas) – comparativamente ao *Pinus Taeda*, *Pinus sylvestris* –, ao mesmo tempo que garante a produção de uma embalagem segura, higiénica e mais rápida na compostagem – redução até 20% no tempo requerido, comparativamente a concorrentes que utilizam pinho.

No domínio dos papéis *tissue* inovadores, destaca-se o início da comercialização do Amoos Calorie Control, ao qual acresce o facto de o papel higiénico Amoos Air Sense™ ter sido eleito produto Cinco Estrelas de 2023, na categoria de papel higiénico. De salientar que Amoos Air Sense™ é resultado do projeto *Inpactus* (Cap. 4.5.1), integrando micropérolas de fragrância que são ativadas quando o papel entra em contacto com a pele.

INICIATIVA EM DESTAQUE

PRODUTO *TISSUE* INOVADOR COM MAIOR CAPACIDADE DE ABSORÇÃO DE ÓLEOS E GORDURAS ALIMENTARES

O Amoos Calorie Control™ foi lançado no mercado perto da época natalícia, procurando responder à necessidade de ter refeições mais saudáveis. Este produto foi obtido com recurso a uma tecnologia inovadora – Calorie Control™ – assente na introdução de microalvéolos estruturados, que lhe conferem uma capacidade de aumentar de volume sem perder resistência. Esta tecnologia, aliada à introdução de uma camada adicional face a outros produtos, permite que o papel absorva até 25% das calorias de alimentos acabados de fritar, bem como de líquidos, dotando-o de características multiusos. A sua produção cumpre as normas exigentes de higiene e segurança no contacto alimentar.

5 <https://gkraft-paper.com/pt>

SEGMENTO CIMENTO

O “Cliente” é o primeiro pilar do ciclo estratégico Ambição 2025, cujo objetivo é o de assegurar que a Secil seja o fornecedor de soluções de cimento preferido nos mercados em que opera até 2025.

Em 2022, a Secil empreendeu várias iniciativas que permitiram promover a proximidade aos clientes. Refira-se a consolidação da estratégia de transformação digital comercial, com o lançamento de um [website comercial](#)⁶, cujo objetivo é melhorar a experiência digital dos clientes, permitindo, interagir com todas as áreas de negócio em Portugal, através de um único local *online* (por oposição aos quatro *websites* anteriores). Este *site* serve de âncora para a disponibilização do Portal de Clientes assim como do programa de fidelização de clientes, com acesso *desktop* e *mobile*.

Foi igualmente desenvolvido o programa de fidelização Secil Elevate, definidos objetivos NPS – *Net Promoter Score*, nível de satisfação de clientes para todo grupo e feito o respetivo alinhamento dos questionários de satisfação de clientes. O *rebranding* “Secil” permitiu consolidar o posicionamento da marca em Portugal.

Importa salientar que em 2022 foi lançado um novo produto no mercado – o Betão Verdi Zero – e dada continuidade ao desenvolvimento de diversos projetos de IDI, demonstrando a aposta da empresa na inovação (Cap. 4.5.1), como parte central da sua estratégia, e resposta para os desafios do futuro, necessidades dos seus clientes, da sociedade e do planeta.

INICIATIVAS EM DESTAQUE

PROGRAMA DE FIDELIZAÇÃO DE CLIENTES 100% DIGITAL DA SECIL

Em 2022, a Secil desenvolveu o [Secil Elevate](#)⁷, um programa de fidelização de clientes totalmente digital. O objetivo deste programa é aumentar o nível de satisfação, fidelização e conhecimento dos clientes diretos, nas suas quatro áreas de negócio em portal: cimento, betão, argamassas e agregados.

O programa é composto por três patamares – Elevate Plus, Elevate Premium e Elevate Elite – atribuídos consoante o volume de compras no Grupo Secil e diferenciando as tipologias de benefícios. Os benefícios vão desde condições especiais de financiamento, descontos em compras, formação técnica, entre outros.

A Secil prevê que o lançamento deste programa seja realizado de forma faseada – em janeiro de 2023 para os clientes do cimento e argamassa – e ao longo de 2024 para os clientes de betão e agregados.

BETÃO VERDI ZERO

No ano de 2022, a Secil Portugal lançou o [Betão Verdi Zero](#)⁸, o primeiro betão em Portugal com zero emissões de CO₂, com o objetivo de promover a neutralidade carbónica na indústria cimenteira até 2050 e a descarbonização do setor da construção. Esse betão promove a economia circular, incorporando resíduos reciclados e reduzindo a necessidade de utilizar matérias-primas virgens.

O cimento utilizado no Betão Verdi Zero foi certificado como um produto CarbonNeutral® de acordo com o CarbonNeutral Protocol, um *framework* líder mundial para a neutralização de carbono. Tal foi possível através da compensação das emissões remanescentes.

Com esse novo produto, a Secil está a responder às novas exigências do mercado, que busca soluções cada vez mais sustentáveis em consonância com a tendência atual de construção de edifícios sustentáveis e respetivas certificações ambientais, como BREEAM e LEED.

⁶ <https://www.secil.pt/pt/Home>

⁷ <https://www.secil.pt/pt/clientes/programa-de-fidelizacao-secil-elevate>

⁸ <https://www.secil.pt/pt/produtos/betao/betao-neutro-em-carbono/verdi-zero>

SEGMENTO AMBIENTE

A ETSA disponibiliza aos seus clientes um conjunto de produtos e soluções⁹ que respondem aos mais exigentes padrões sanitários e ambientais, investindo no controlo de qualidade e inovação, como parte da sua identidade. Os seus produtos e soluções contribuem para a redução do consumo de recursos naturais, estando sustentado no conceito da economia circular, permitindo o posicionamento da empresa como um operador de referência em setores tão variados como o pecuário, moderna distribuição, alimentação animal, combustíveis, fertilizantes ou aquacultura.

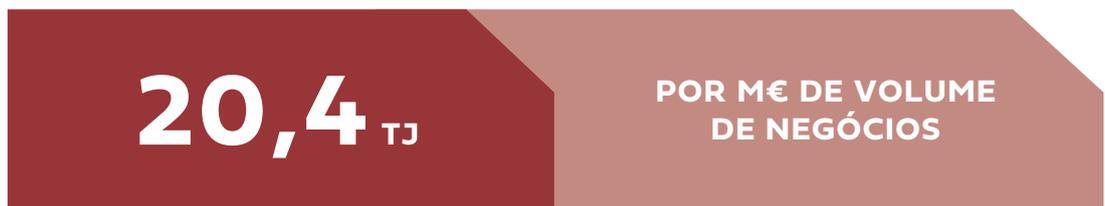
Em 2022 a ETSA consolidou a sua posição no mercado nacional, na recolha e processamento de subprodutos animais, e como empresa inovadora na criação de novos produtos para alimentação animal e humana. Para tal importa destacar o forte investimento na área da investigação, desenvolvimento e inovação, através da participação em diversos projetos financiados, o início de construção de uma nova unidade industrial, sob o financiamento do Portugal 2020, e a aprovação de um projeto ambicioso financiado pelo Programa de Recuperação e Resiliência (PRR). Remete-se para o capítulo 4.5.1 para mais informações.

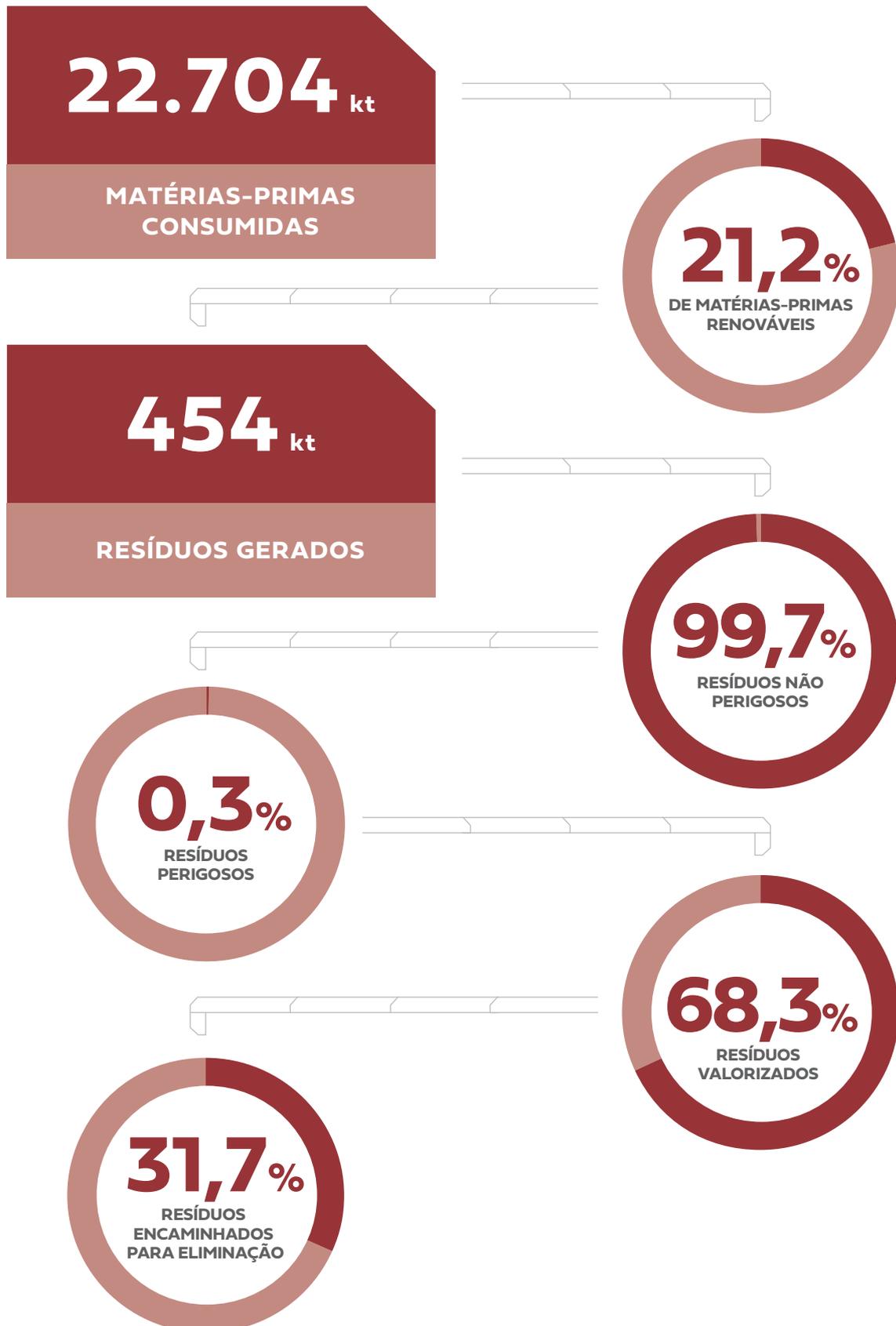
⁹ <https://www.etsa.pt/solucoes>

2\ Capital Natural



OS NOSSOS IMPACTOS





Ciente dos desafios que se colocam ao Planeta e do eco que estes têm tido na esfera política mundial – com expressão crescente nas estratégias de *governance* das grandes empresas e grupos económicos globais –, o Grupo Semapa está comprometido com a redução da sua pegada ambiental, através de uma atuação responsável, promotora da eficiência dos recursos, que minimize a poluição gerada, seja protetora da biodiversidade e dos ecossistemas, e fomenta o desenvolvimento de novos produtos e soluções.

Esse compromisso reflete-se nos tópicos materiais de negócio, nomeadamente: alterações climáticas e energia; gestão da água; economia circular; e conservação da biodiversidade e serviços dos ecossistemas.

2.1 ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E ENERGIA

As alterações climáticas são atualmente um dos temas mais relevantes para a sociedade, em que as indústrias desempenham um papel determinante, considerando que são um dos principais responsáveis pelas emissões de gases com efeito de estufa (GEE), a seguir aos setores de energia e da logística.

Sendo um Grupo com forte cariz industrial, a Semapa está ciente dos impactos associados às emissões de GEE geradas pelas suas atividades. Como tal, foi criado um Grupo de Trabalho (GT) para a Descarbonização, que tem contribuído internamente para a promoção de um roteiro para a neutralidade carbónica ao nível da Semapa – formalizando, deste modo, o seu caminho para a redução das emissões, e consolidando as abordagens, garantindo-se a coesão da política de sustentabilidade no que diz respeito ao combate às alterações climáticas.

A descarbonização dos processos industriais do Grupo Semapa assenta na implementação de medidas relacionadas com o aumento da incorporação de energia de fonte renovável e de combustíveis alternativos, bem como através da promoção da eficiência energética e de recursos. Em muitos casos implica também a implementação de projetos de I&D para o desenvolvimento de novos produtos e processos de baixo carbono. Para as emissões residuais que não podem ser eliminadas com tecnologias ou processos tradicionais, está prevista a implementação de medidas de compensação (*offset*) através da obtenção de direitos de emissão (certificados de CO₂) ou através da captura ou utilização e armazenamento de CO₂ (*carbon capture and storage*) para atingir a neutralidade carbónica até 2050.

Importa igualmente salientar que através das atividades de negócio das Participadas resulta um contributo positivo para a redução das alterações climáticas.

Refira-se o impacto positivo associado ao sequestro e armazenamento de carbono nas florestas e nos produtos florestais geridos pela participada Navigator, bem como o potencial de captação de carbono nos processos produtivos e na promoção do crescimento de uma bioeconomia, de base florestal, circular e de baixo carbono (Cap. 4.2.3 e 4.5.1).

Na Secil, também se abrem diversas oportunidades para contribuir para o futuro do setor da construção, aliado à descarbonização e à economia circular. Este impacto materializa-se, por exemplo, na redução das incorporações cimento com menos clínquer (*Low Carbon Clinker*) e betões com menos cimento.

O negócio da ETSA, por sua vez, estando alinhado com os princípios da economia circular, contribui igualmente de forma positiva para se evitar a emissão de GEE, em resultado da promoção da reciclagem de subprodutos da cadeia alimentar (*rendering*). O não aproveitamento destes subprodutos implicaria a sua deposição e decomposição em aterro sanitário, libertando gás metano, um gás com efeito de estufa mais poluente que o CO₂. Por outro lado, os produtos resultantes do *rendering* são utilizados, direta e indiretamente, para a produção de energia verde (biodiesel), mas também para o fabrico de alimentos para animais de criação e de estimação e de fertilizantes orgânicos. Desta forma, o *rendering* consegue evitar cerca de 90% das possíveis emissões de gases com efeito de estufa quando comparado com a compostagem natural destes subprodutos, sendo capaz de sequestrar cerca de 5 vezes a quantidade destes gases que emite¹.

¹ Fonte de informação: North American Renderers Association (NARA) – "*Rendering: the greenest option*" (<https://nara.org/wp-content/uploads/2019/12/Rendering-The-Greenest-Option-Update.pdf>) e "*What if there was no rendering*" (<https://nara.org/wp-content/uploads/2020/09/What-If-There-Was-No-Rendering-ACTUAL-FINAL.pdf>).

INICIATIVA EM DESTAQUE

CONSOLIDAÇÃO DA TRAJETÓRIA PARA A DESCARBONIZAÇÃO DO GRUPO SEMAPA

O Grupo Semapa consolidou durante o ano de 2022 o Roteiro Carbónico do Grupo, tendo este sido aprovado já em 2023. O Roteiro tem em consideração as formas de abordagem das suas diferentes Participadas, sendo o resultado do trabalho de colaboração e alinhamento desenvolvido pelo GT dedicado ao tema e que contou não só com representantes de cada uma das empresas, mas também com contributos de especialistas contratados.

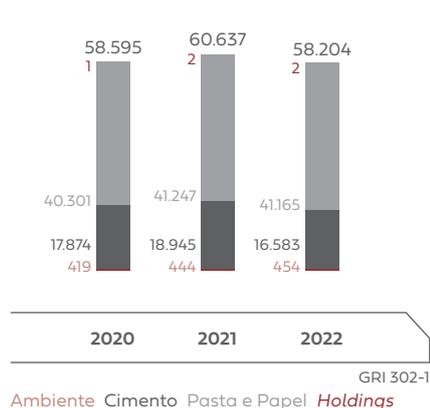
Com base nos cálculos da pegada de carbono (âmbitos 1 e 2), foram construídos vários cenários, para cada uma das empresas, com metas de redução de emissões e ações a realizar para chegar à neutralidade carbónica até 2050. Analisou-se também o impacto do Roteiro nos direitos de emissão (CELE – Comércio Europeu de Licenças de Emissão). Associado ao Roteiro Carbónico está o esforço financeiro necessário para realizar os investimentos projetados.

Adicionalmente, foi definido um *dashboard* de indicadores mais relevantes relativos às emissões de GEE para realização de um acompanhamento regular do desempenho neste âmbito, permitindo uma análise mais facilitada da evolução registada ao longo do ano, do desempenho individual de cada empresa e do Grupo como um todo. Os indicadores definidos estão relacionados com o consumo de energia e com as emissões diretas (âmbito 1) e indiretas (âmbito 2).

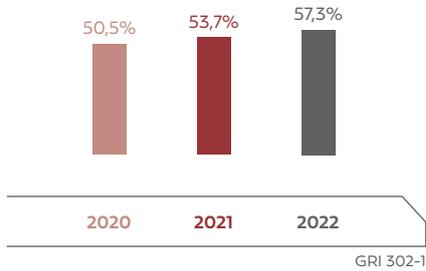
O Grupo Semapa, tendo como base a pegada de carbono registada em 2020 para todo o Grupo, definiu como objetivo atingir a neutralidade carbónica em 2050, com uma redução nas emissões de CO₂ de âmbito 1 e 2 até 2035 de 54%, no conjunto das geografias onde opera, e de 71% em Portugal. A redução será atingida com a implementação de um conjunto de medidas operacionais e projetos de investimento já identificados, de medidas de compensação (*offset*) através da obtenção de direitos de emissão (certificados de CO₂) ou através da captura ou utilização e armazenamento de CO₂ (*carbon capture and storage*).

Em 2022, foram consumidos 58.204 TJ de energia em todo o Grupo Semapa, dos quais 57,3% por fontes de energia renovável. No que diz respeito às emissões de GEE, foram emitidas 4.109 ktCO₂ e de GEE de âmbito 1 e 2, das quais 22,0% correspondem ao segmento da Pasta e Papel, 77,7% ao segmento do Cimento e os restantes 0,3% ao segmento do Ambiente e da *Holdings*. De referir que, apesar dos esforços realizados ao longo dos últimos anos, em 2022 a Navigator registou um aumento de 2,2% das suas emissões de âmbito 1 face a 2021. A disrupção das cadeias logísticas à escala global e o eclodir da guerra na Europa vieram agravar e introduzir novos fatores de pressão na nossa atividade, nomeadamente os elevados custos da energia, da logística e das matérias-primas. De modo a garantir a continuidade do negócio, houve necessidade de recorrer à utilização de fuelóleo como alternativa ao gás natural, o que teve um impacto visível no crescimento das emissões de âmbito 1. Adicionalmente, problemas operacionais verificados na caldeira de biomassa do complexo de Setúbal, levaram a um aumento não previsto na utilização de combustíveis fósseis para geração de vapor.

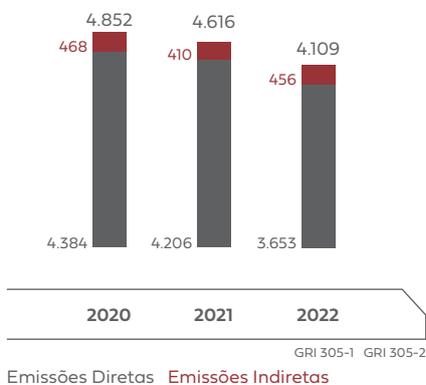
CONSUMO DE ENERGIA (TJ)



CONSUMO DE ENERGIA RENOVÁVEL (%)



EMISSÕES DIRETAS E INDIRETAS (ktCO₂)



SEGMENTO PASTA E PAPEL

A Navigator assumiu no seu Roteiro para a Neutralidade Carbónica como principal ambição a descarbonização dos seus complexos industriais até 2035. Este objetivo pressupõe reduzir as emissões diretas de CO₂ (emissões abrangidas pelo CELE) em cerca de 86%, face ao ano de 2018, e ainda aumentar o nível de utilização de energia de fontes renováveis no *mix* energético da Navigator, com o objetivo de a energia renovável representar, em 2030, 80% do consumo total de energia primária da empresa.

A adesão à iniciativa Science Based Targets (SBTi) e a aprovação das metas submetidas, em 2022, veio reforçar o compromisso de redução das suas emissões, passando a abranger também os âmbitos 2 e 3 do inventário de emissões de carbono da empresa (ver caixa de destaque).

O plano de descarbonização da Navigator, além de contribuir para a mitigação das alterações climáticas, tem um impacto positivo devido à utilização da biomassa para produção de energia – valorizando este recurso e promovendo a proteção das florestas contra os incêndios –, e à geração de energia elétrica, através de fontes renováveis. O investimento na energia solar representa uma fonte importante na estratégia de descarbonização da empresa, permitindo a produção de energia para autoconsumo e consequente redução dos custos energéticos.

No decurso dos últimos três anos, a implementação das ações previstas no *roadmap* traduziu-se em resultados positivos nas emissões de GEE das unidades produtivas da Navigator. Destaca-se, neste âmbito, entre os vários projetos desenvolvidos, a instalação da nova caldeira de biomassa no Complexo Industrial da Figueira da Foz, a nova caldeira a gás natural e hidrogénio no Complexo Industrial de Setúbal (ver caixa de destaque) e as novas centrais fotovoltaicas em regime de autoconsumo, nos Complexos Industriais da Figueira e Setúbal.

O lançamento do aviso para a Descarbonização da Indústria no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) veio propiciar igualmente o desenvolvimento de novas iniciativas vocacionadas para esse importante objetivo. Em 2022 a Navigator apresentou ao PRR cinco candidaturas que visam acelerar a redução de emissões de CO₂ nos próximos anos. Com estas iniciativas será possível reduzir cerca de 283.000 toneladas de CO₂ de emissões diretas e indiretas em todos os complexos industriais da Navigator até 2026, antecipando-se assim a meta prevista para 2029 no Roteiro para a Neutralidade Carbónica da empresa.

De salientar que o ano de 2022 fica ainda marcado pela celebração de um acordo de princípio, em parceria com a empresa alemã P2X Europe, para a produção de combustível verde para a aviação. Esta aliança pioneira – que irá originar a P2X Portugal – tem como objetivo ser referência internacional no desenvolvimento e comercialização em larga escala de produtos inovadores de combustíveis sintéticos para o setor da aviação.

Como reconhecimento da atuação da empresa para a redução das emissões de carbono importa referir a atribuição da classificação de “Leadership” (com a evolução de “A-” para “A”) no CDP Climate. A participação, a convite, no painel “Fostering Sustainable Ecosystems”, na conferência *Vision 2045 Summit*, realizada em simultâneo com a 27.ª Conferência das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas (COP27), é igualmente um reconhecimento internacional da atuação da Navigator na criação de valor e crescimento sustentável. Refira-se ainda, neste âmbito, que a Navigator, na qualidade de membro do BCSD Portugal, subscreveu o manifesto “Rumo à COP27”. Este manifesto tem como objetivo expressar o posicionamento por parte das empresas portuguesas relativamente ao tema do Clima, reforçando a importância do contributo prático e concreto da COP para o cumprimento do Acordo de Paris.

INICIATIVAS EM DESTAQUE

NOVA CALDEIRA A GÁS E HIDROGÉNIO NO COMPLEXO INDUSTRIAL DE SETÚBAL

No 4.º trimestre do ano entrou em funcionamento uma nova caldeira no Complexo Industrial de Setúbal. Com um investimento de 5,5 milhões de euros, este equipamento – que inicialmente funcionará a gás natural, mas no futuro poderá operar com hidrogénio verde – permitirá a combustão de misturas gasosas com incorporação até 20% de hidrogénio.

Esta caldeira contribui para a flexibilização na geração de energia térmica do complexo e para a eliminação progressiva da utilização de fuelóleo. O projeto, para além de permitir a redução das emissões de CO₂, irá utilizar Best Available Technologies para elevar a eficiência e reduzir os riscos ambientais associados à utilização e transporte de fuelóleo, cujo consumo é evitado, para além de outros benefícios ambientais, como a redução de odores e emissões atmosféricas.

METAS DE DESCARBONIZAÇÃO ATÉ 2035 APROVADAS PELA SCIENCE BASED TARGETS INITIATIVE (SBTI)

No seguimento da adesão à Science Based Targets initiative (SBTi) – organização global reconhecida internacionalmente pela avaliação das iniciativas das empresas rumo a uma economia de baixo carbono –, as metas climáticas com base em ciência da Navigator foram consideradas pela SBTi como um “elemento-chave” na jornada da empresa para uma descarbonização *net-zero*.

A empresa comprometeu-se a reduzir as emissões de gases com efeito de estufa de âmbito 1 e 2 – referentes às emissões libertadas para a atmosfera como resultado direto das suas operações, bem como das emissões indiretas provenientes da energia elétrica adquirida para uso da empresa – em 63% até 2035, face ao ano de base de 2020. Nas emissões de âmbito 3, que ocorrem na cadeia de valor, o compromisso passa por uma diminuição em 37,5%. As metas submetidas para os âmbitos 1 e 2 procuram responder ao plano estabelecido no Acordo de Paris de não ultrapassar o aumento de temperatura de 1,5°C e, no caso das de âmbito 3, de ficar bem abaixo de 2°C, por referência aos níveis pré-industriais.

A antecipação do prazo de dois anos estipulado para a apresentação de limites de redução de emissões de gases com efeito de estufa, com base na mais atual ciência climática, reforça o compromisso da Navigator em contribuir para uma sociedade de baixo carbono enquanto bioindústria no lado certo do futuro.

SEGMENTO CIMENTO

No pilar das Alterações Climáticas e Energia, a Secil assumiu compromissos globais com o Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 definido pela Global Cement and Concrete Association (GCCA) – um *roadmap* no qual os principais produtores de cimento e betão de todo o mundo (representando 80% da produção total fora da China), em conjunto, assumiram: (1) o compromisso com a neutralidade carbónica do betão até 2050; (2) uma meta intermédia para evitar, até 2030, a emissão de cinco mil milhões² de toneladas de emissões de CO₂. Adicionalmente, a empresa alinhou a sua estratégia com o *roadmap* da Associação Europeia de Cimento – CEMBUREAU 2050 Carbon Neutrality Roadmap – para o setor cimenteiro europeu e, ao nível nacional, com o *roadmap* da Associação Técnica da Indústria de Cimento (ATIC) para a neutralidade carbónica em 2050.

Internamente, a Secil desenvolveu o seu *roadmap* para a Neutralidade Carbónica "Caminho SECIL para a Descarbonização", que abrange as várias geografias, no âmbito da sua estratégia Ambição 2025. Este *roadmap* define metas de redução de CO₂ para 2030 e 2050 e teve por base a metodologia utilizada pela CEMBUREAU: "5Cs" – Clínquer, Cimento, Betão (*Concrete*), Re-Carbonatação e Construção (embora as potenciais reduções de CO₂ do elemento Construção não tenham sido consideradas neste cálculo).

Considerando as unidades fabris de todas as geografias onde a Secil está presente, ficou estabelecido como objetivo no *roadmap* que até 2030 se iria realizar uma redução de emissões de CO₂, face ao ano base 2020, de cerca de 36% (456 KgCO₂/t cimento)³ ao longo de toda a cadeia de valor e de cerca de 22% (553 KgCO₂/t cimento)⁴ se considerarmos a cadeia até ao cimento.

O Roteiro para a Neutralidade Carbónica da Secil está assente nos seguintes vetores:

1. Implementação de tecnologias mais eficientes que permitirão uma redução do consumo térmico e o incremento da utilização de combustíveis alternativos com maior teor de biomassa, associadas à produção de clínquer. Introdução de tecnologias inovadoras resultantes dos projetos de investigação internos que permitirão a eliminação total do uso de combustíveis fósseis convencionais e ativação da hidraulicidade existente em matérias-primas alternativas. Incremento da utilização de matérias-primas alternativas descarbonatadas.
2. Desenvolvimento de cimentos de baixo teor carbónico resultante da menor incorporação de clínquer com a incorporação de matérias-primas alternativas com potencial de hidraulicidade numa primeira fase seguida da utilização de argilas calcinadas com menor pegada carbónica. Redução do conteúdo carbónico da energia elétrica de acordo com o expectável em cada país.

Para a concretização destas ações, está previsto até 2030 um valor de investimento total de 106,8 milhões de euros, ao qual acresce um valor de 86 milhões de euros relativamente ao projeto *Clean Cement Line*, atualmente em execução numa das unidades fabris – totalizando um valor de cerca de 192,8 milhões de euros.

De referir que a Secil tem instalações dentro do espaço da União Europeia e fora deste, com políticas muito diferenciadas em termos de alterações climáticas. Esta situação tem impacto no *timing* da evolução da descarbonização, dada a dificuldade de justificar os elevados investimentos nas unidades fora da União Europeia, pela ausência de apoios e do suporte de um mercado de CO₂. Também a ausência de regulação que permita a utilização de cimentos com baixo teor de carbono no betão e a utilização de combustíveis alternativos colocam um desafio adicional. Os apoios aos investimentos a realizar nestas unidades externas e cooperação das autoridades da União Europeia e dos países externos podem ajudar a criar as condições que facilitem as mudanças necessárias que permitam reduzir o *timing* necessário para a descarbonização possível e necessária nestas unidades.

2 <https://gccassociation.org/wp-content/uploads/2023/01/GCCA-Roadmap-One-Year-On-Action-and-Progress.pdf>

3 Meta mencionada no Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 definida pela GCCA.

4 Emissões brutas de âmbito 1 e 2. Nota: as emissões mencionadas no critério técnico de avaliação da Taxonomia relativamente à atividade 3.7 Produção de Cimento (469 kgCO₂e/t cimento) são emissões brutas de âmbito 1, valor calculado considerando o *benchmark* do Clínquer 722 KgCO₂/t ck e uma incorporação deste no cimento de 65%.

Além dos objetivos para 2030, a Secil está comprometida com a neutralidade carbónica em 2050. Com um quadro legislativo finalizado e mais claro, um melhor entendimento do potencial de redução das possíveis tecnologias de Carbon Capture, Utilization and Storage (CCUS), uma melhor visibilidade da disponibilidade das infraestruturas de suporte para o CCUS e de avanços nas políticas nos países externos da União Europeia, a Secil complementarará o atual *roadmap* com as medidas mais adequadas rumo à neutralidade em 2050.

Em alinhamento com a sua estratégia, a Secil tem implementado diversas iniciativas que visam a diminuição da pegada de carbono na sua cadeia de valor, como a produção de cimento com menos clínquer (*Low Carbon Clinker*) e betões com menos cimento. De salientar que, desde 2021, a empresa está a executar um importante investimento na modernização da unidade Secil-Outão – o projeto acima referido como *Clean Cement Line* (CCL). Adicionalmente, estão em estudo um conjunto de outros projetos ambiciosos para dar resposta às metas definidas.

De referir ainda que, a Secil se comprometeu com a SBTi a definir metas de base científica para 2030. Com o início do estudo de inventariação das emissões de âmbito 3, espera-se a publicação das metas e o respetivo *roadmap* em 2023.

INICIATIVA EM DESTAQUE

CLEAN CEMENT LINE

O *Clean Cement Line*⁵ (CCL) é um projeto de investigação, desenvolvimento e inovação, que transformará a fábrica Secil-Outão numa das mais avançadas fábricas de cimento da Europa e do mundo. Num investimento total de 86 milhões de euros, a fábrica conseguirá uma menor pegada de carbono e passará a ser considerada referência (*benchmark*).

Através de um complexo trabalho de engenharia iniciado em 2021, este projeto tem como objetivo desenvolver e demonstrar à escala industrial uma nova tecnologia de produção de cimento, para reduzir as emissões de CO₂ da fábrica em pelo menos 20%, aumentar a eficiência energética em 20% e gerar 30% de eletricidade por um inovador sistema de geração híbrido, através da recuperação de calor do processo de fabrico e da energia solar térmica concentrada.

O projeto, simultaneamente projeto PIN – Projeto de Interesse Nacional, Projeto ID&T e maior projeto do programa Portugal 2020, divide-se em quatro subprojetos, que visam a eliminação da dependência de combustíveis fósseis, o aumento da eficiência energética, a produção própria de energia elétrica, a integração no processo da digitalização e a redução de emissões de CO₂. Estas quatro inovações promovem o desenvolvimento da produção de um clínquer de baixo carbono e conseqüentemente da criação de uma gama de cimentos de baixa pegada ecológica.

O projeto CCL encontra-se já em fase adiantada de execução, com operações de engenharia e montagens metalomecânicas a decorrer, prevendo-se o prolongamento desta fase de desenvolvimento e demonstração de resultados até agosto de 2023.

⁵ <https://www.secil-group.com/pt/inovacao/clean-cement-line>

SEGMENTO AMBIENTE

O roteiro para a neutralidade carbónica da ETSA está assente em três vetores: (1) a eficiência energética dos processos através da otimização do consumo de eletricidade e de combustíveis; (2) a substituição do *mix* energético que irá contribuir para a diminuição das emissões diretas dos processos industriais pelo uso de combustíveis mais verdes e pela utilização de energia solar (elétrica e térmica); e (3) a transição do uso de combustíveis fósseis para combustíveis *low carbon* na frota de pesados e ligeiros.

A ETSA tem apostado fortemente na descarbonização das suas unidades industriais com um forte investimento na redução do consumo de energias fósseis. Uma caldeira de biomassa na unidade de Loures e uma instalação de valorização energética de biomassa (IVEB) nas instalações fabris de Coruche permitiram à ETSA reduzir em mais de 80% as emissões de origem fóssil.

Paralelamente, a ETSA tem implementado um conjunto de projetos para tornar as suas instalações mais eficientes, incluindo a utilização de hidrogénio para aumentar a eficiência das caldeiras de biomassa, a substituição da iluminação por LED, entre outros.

Em 2022, a ETSA implementou nos seus dois complexos industriais um sistema de monitorização de energia, que permite acompanhar em tempo real os seus consumos de energia elétrica. Em Coruche iniciou-se um projeto que irá permitir a recuperação de energia térmica pela compressão e bombagem dos condensados de vapor sob alta pressão, e consequentemente economizar energia e água.

A ETSA LOG, a empresa do grupo que assegura a logística da recolha de matérias-primas para o processo, adquiriu, em 2022, a sua primeira viatura pesada movida a GNV - Gás Natural Veicular. Este combustível é menos poluente em comparação com os restantes combustíveis fósseis, podendo ser obtido de fontes renováveis (aterros sanitários, explorações pecuárias, entre outros).

Na área da logística, que tem um contributo importante no consumo total de energia da empresa, foram também realizadas iniciativas para diminuir o consumo de combustíveis, nomeadamente uma formação em "eco condução".

INICIATIVA EM DESTAQUE

IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO DE ENERGIA

A ETSA implementou nos seus dois complexos industriais um sistema de gestão de energia baseado em tecnologia de Indústria 4.0. O sistema permite a recolha *online* de dados relevantes, em vários pontos do processo produtivo, de forma contínua, e o respetivo armazenamento e processamento em servidor remoto.

Este sistema de monitorização permite uma análise em tempo real do consumo das várias formas de energia (energia elétrica e energia térmica) nas diferentes fases do processo. Trata-se de uma ferramenta bastante útil para detetar eventuais desvios ou anomalias, permitindo atuar localmente no sentido de corrigir, em tempo útil, a situação identificada e, desta forma, otimizar os consumos de energia.

2.2 GESTÃO DA ÁGUA

A água é um recurso essencial para várias etapas dos processos industriais das empresas Participadas do Grupo Semapa. Dados os volumes de água utilizados e as perspectivas da sua tendencial escassez no meio natural, quer em quantidade quer em qualidade, o Grupo está empenhado em fazer uma utilização racional deste recurso e em assegurar que as suas atividades não constituam *per se* um fator adicional de risco para o ambiente e comunidades envolventes. Dado o impacto significativo neste recurso, as captações de água e a descarga dos efluentes industriais das Participadas estão abrangidas por licenças neste domínio. Deste modo, as Participadas adotam medidas para reduzir a utilização da água e aumentar a qualidade dos efluentes tratados, contribuindo para uma otimização da circularidade deste recurso natural.

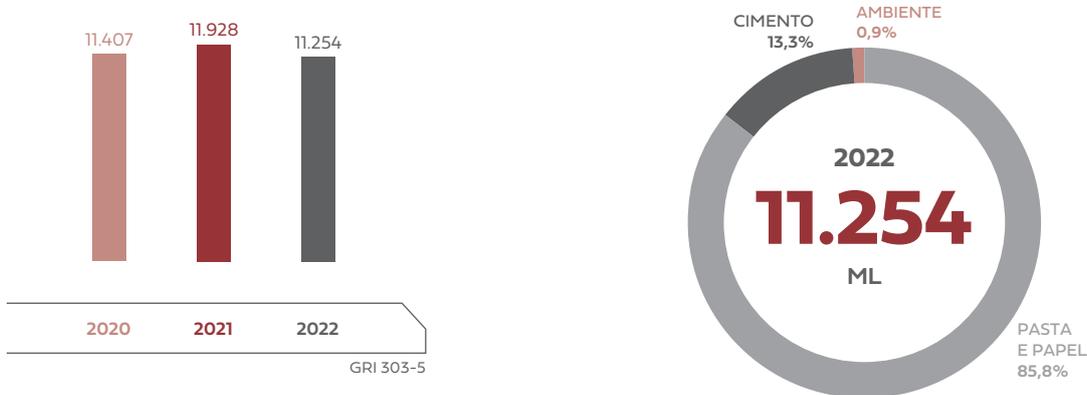
Como reflexo da sua importância, a Semapa acompanha este tema através do Grupo de Trabalho (GT) para o Uso Sustentável de Recursos. Este GT promove a partilha das melhores práticas entre as Participadas, criando um alinhamento comum entre as empresas, com o objetivo de incentivar a adoção de metodologias e práticas que permitam reduzir a pegada ambiental do Grupo. Em 2022, o GT promoveu a elaboração de um mapa de emissões líquidas (e atmosféricas) para o Grupo Semapa, permitindo o relato periódico por parte das empresas, por forma a assegurar-se um acompanhamento e avaliação regulares dos seus desempenhos. Ao longo do ano e através de reuniões bimensais, o GT realizou o acompanhamento aos principais projetos em curso pelas empresas.

Em 2022, no conjunto de todas as empresas do Grupo, foram consumidos 11.254 milhares de m³ de água, dos quais 86,2% corresponderam a consumos do segmento da Pasta e Papel, 13,4% do segmento do Cimento e os restantes 0,4% referem-se ao segmento do Ambiente e da Holding. Do total de água captada, 0,1% é referente a água gerada no processamento de matérias-primas, 0,4% foi adquirida a terceiros, 42,3% teve origem subterrânea e 57,3% corresponde a água superficial.

CAPTAÇÃO DE ÁGUA (ML)



CONSUMO DE ÁGUA (ML)



SEGMENTO PASTA E PAPEL

A Navigator utiliza o recurso água em diferentes etapas dos seus processos industriais – desde a produção de vapor, transporte de materiais, sistemas de arrefecimento, entre outros. A água utilizada é predominantemente captada por via superficial e subterrânea, existindo apenas casos pontuais em que esta é adquirida através da rede pública municipal.

O compromisso com a utilização responsável deste recurso está expresso no Roteiro 2030 da Navigator, tendo-se definido como objetivo reduzir em 33% a utilização específica de água (m^3/t produto), face ao ano base de 2019, e propor soluções que permitam melhorar a eficiência no uso de água.

Neste sentido, a empresa desenvolveu o Programa de Redução da Utilização de Água (PRUA), que compreende um conjunto de medidas de gestão e de novos investimentos tecnológicos e de última geração que permitem atingir uma maior otimização processual – i.e. uma maior recuperação de águas de processo, visando minimizar o volume de captação e a descarga de efluentes.

Relativamente à descarga de efluentes industriais, estes são sujeitos a tratamento – primário, secundário e tratamento de lamas – nas Estações de Tratamento de Água Residual Industrial (ETARI), por forma a minimizar potenciais impactos da sua descarga no meio recetor. De referir a existência de um extenso programa de monitorização laboratorial de amostragem de efluentes, à entrada e à saída das ETARI, estando a empresa abrangida por licenças que determinam a monitorização e a comunicação em contínuo da informação recolhida, com ligação por *data logger*, à Agência Portuguesa do Ambiente (APA). Adicionalmente, são ainda realizados estudos de monitorização ambiental para avaliar o potencial impacto da descarga dos efluentes no estado ecológico dos meios recetores.

No âmbito dos projetos desenvolvidos em 2022, foi dada continuidade à implementação do PRUA, tendo sido executados 16 projetos – sete já em operação, representando um CAPEX superior a 2,1 milhões de euros –, dos quais se destaca a nova linha de evaporação da Fábrica de Pasta de Aveiro.

INICIATIVA EM DESTAQUE

NOVA LINHA DE EVAPORAÇÃO NO COMPLEXO INDUSTRIAL DE AVEIRO

O projeto de instalação da nova linha de evaporação no Complexo Industrial de Aveiro representa um investimento de 14 milhões de euros, introduzindo melhorias significativas neste subprocesso da produção de pasta.

A evaporação permite a concentração do licor negro, um subproduto do processo kraft de produção de pasta, permitindo recuperar, na caldeira, os químicos utilizados no cozimento de pasta e gerar a energia térmica fundamental para o processo.

Este projeto tem diversos benefícios ambientais pela maximização da circularidade de utilização de condensados no processo produtivo. Permitirá reduzir o consumo de água em cerca de 21% (de 33,5 para 26,6 m^3/tAD^6), assim como diminuir o uso de químicos no processo e incorporar as lamas biológicas – resíduo do tratamento de efluentes – no licor negro, com vista à valorização energética das mesmas na caldeira de recuperação.

⁶ Tonelada de pasta seca ao ar.

SEGMENTO CIMENTO

A água é um recurso crucial para a atividade da Secil. Esta é utilizada para a produção de cimento – sendo o primeiro componente do cimento, representando cerca de 25% da mistura –, agregados e misturas de betão, lavagem de brita e areias, fabrico de lamaz, condicionamento dos gases do forno, limpeza de veículos, arrefecimento de máquinas e equipamentos, entre outros. A água é também usada para lavagem e humedecimento de vias, para redução da emissão difusa de partículas, irrigação de zonas verdes e recuperação paisagística de pedreiras.

Na sua “Ambição 2025 para um Crescimento Sustentável”, a Secil assume o compromisso na eficiência no uso de recursos, nomeadamente na utilização de água e na definição de metas de redução do seu consumo.

De forma a gerir mais eficientemente este recurso, foram desenvolvidas diretrizes internas a nível corporativo para as fábricas de cimento, especificando os requisitos para monitorização e medição do consumo de água, assim como os índices de desempenho mais relevantes para o negócio.

De referir também que os sistemas de arrefecimento da maquinaria e equipamento trabalham em circuito fechado, pelo que a água industrial pode ser usada e reutilizada, diminuindo significativamente o processo de consumo de água e minimizando a produção de efluentes líquidos.

A preocupação com a melhor gestão deste recurso também se estende ao modo como a água é devolvida ao ambiente, minimizando os impactos das atividades industriais na qualidade da água. Todas as empresas do Grupo Secil asseguram o tratamento apropriado dos seus efluentes, atendendo a todos os requisitos de descarga do efluente tratado na massa de água recetora.

No âmbito da carta de princípios da sustentabilidade da GCCA – Global Cement and Concrete Association, subscrita pela Secil, é efetuada uma validação anual, por uma terceira parte independente e para cada instalação fabril, do consumo da água para produção de cimento – incluindo a captação e a descarga de água – em todo o processo produtivo, incluindo o fabrico e a extração de matérias-primas, conforme o Guia da GCCA para a monitorização e reporte de água na produção de cimento.

Em 2022, decorreram vários *webinars* internos, com objetivo de divulgar o trabalho desenvolvido no âmbito da GCCA e contribuir para o desempenho da sustentabilidade da Secil. Um dos *webinars* foi dedicado a um dos cinco pilares da GCCA “Ambiente e Natureza – Água”, que teve como foco as *guidelines* da GCCA para a monitorização e reporte da água na produção de cimento, nomeadamente: fontes e corpos de água relevantes para a quantificação; e reporte da água. Foram também abordados os temas: áreas de *stress* hídrico e a água como elemento central do desenvolvimento sustentável, crítica para o desenvolvimento socioeconómico, produção de energia e alimentos, ecossistemas saudáveis e para a própria sobrevivência humana.

SEGMENTO AMBIENTE

A água consumida pela ETSA é maioritariamente utilizada nos seus processos fabris para a produção de vapor e para a lavagem e desinfeção das instalações, equipamentos e veículos de recolha de matéria-prima. A água é proveniente de abastecimento público e de furos de captação subterrânea, e o seu consumo é monitorizado em todas as unidades, através de uma análise dos KPI associados, permitindo detetar e corrigir eventuais anomalias em tempo útil.

As instalações de consumo de vapor estão equipadas com sistemas automáticos de recuperação de condensados (SARC), permitindo evitar a perda de vapor *flash*⁷ por recuperação dos condensados sob alta pressão.

De forma a melhorar a monitorização do consumo de água e recorrendo a tecnologia da Indústria 4.0, a ETSA está a apostar num projeto de telegestão dos consumos de água. Este tem como objetivo implementar um sistema *online* que permita a medição em tempo real, indicando onde está a ocorrer a utilização de água e a sua quantidade, permitindo revelar quais os maiores consumidores de água, de modo a implementar medidas de otimização do uso deste recurso.

Após a sua utilização, a água é encaminhada para as estações de tratamento de águas residuais (ETAR) dos respetivos *sites* de operação. De referir que a ETSA está a finalizar um ciclo de forte investimento nas suas ETAR, de forma a garantir o cumprimento das normas ambientais.

INICIATIVA EM DESTAQUE

REVAMPING DAS ETAR DE CORUCHE E LOURES

No decorrer do ano de 2022 foram realizados vários investimentos com o intuito de melhorar a qualidade do efluente tratado, nas instalações de Loures e Coruche.

Em Coruche foram concluídas este ano as obras de beneficiação da ETAR. Num investimento que rondou os 500 mil euros, estas tiveram por objetivo aumentar a capacidade de tratamento dos efluentes, com vista a garantir o cumprimento com os Valores Limites de Emissão (VLE) de descarga.

Em Loures realizou-se um investimento de cerca de 150 mil euros, na 1.ª fase de remodelação da ETAR. Esta contemplou a implementação de um tratamento físico-químico e um tratamento de desidratação de lamas. Para 2023 está a ser preparada uma 2.ª fase do projeto, em que será aumentada substancialmente a capacidade de tratamento biológico. Visa-se, deste modo, garantir a qualidade do efluente final que é encaminhado para o coletor municipal e assegurar que este tem qualidade suficiente para ser implementado um sistema de tratamento terciário, que venha a permitir a reutilização de água na fábrica – por exemplo, em lavagens e/ou rega dos espaços verdes.

⁷ Vapor formado a partir do condensado quente no momento em que a sua pressão for reduzida.

2.3 ECONOMIA CIRCULAR

A relevância do tema da Economia Circular na agenda do Grupo Semapa fica patente pela diversidade de projetos que as empresas Participadas têm levado a cabo, bem como no investimento realizado em investigação, desenvolvimento e inovação (Cap. 4.5.1). Sendo o Grupo maioritariamente industrial, as Participadas procuram promover a circularidade por forma a obter ganhos em termos de eficiência do consumo dos recursos e em potenciar novos produtos e serviços, com consequentes ganhos económicos. O Grupo de Trabalho (GT) sobre Economia Circular da Semapa tem fomentado a partilha das melhores práticas entre as empresas.

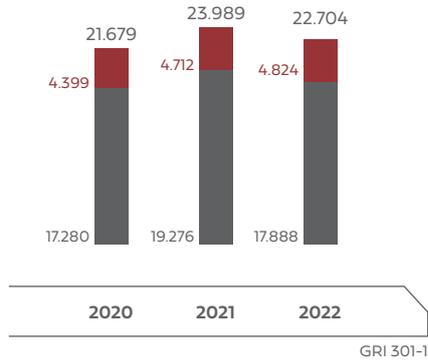
Refira-se que a ETSA é um dos melhores exemplos de economia circular, com um modelo de negócio assente nos princípios da circularidade entre indústrias, através da reciclagem de subprodutos da cadeia alimentar, para a produção de energia verde, e também no fabrico de alimentos para animais, de fertilizantes, entre outros.

Por sua vez, a Navigator, do segmento da Pasta e do Papel, apresenta um modelo de produção com elevado aproveitamento dos seus subprodutos, desde a recirculação dos químicos utilizados na produção de pasta e de papel, até à utilização da biomassa, resultante da preparação da madeira destinada à produção própria de energia. Tem igualmente investido no desenvolvimento de bioprodutos.

Por fim, a Secil tem uma cadeia de valor que apresenta diversas oportunidades em matéria de circularidade, com a incorporação de matérias-primas recicladas, desenvolvimento de novos produtos e utilização de combustíveis alternativos aos de origem fóssil.



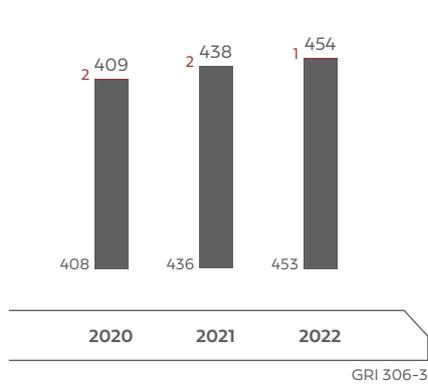
CONSUMO TOTAL DE MATERIAIS USADOS (1.000 t)



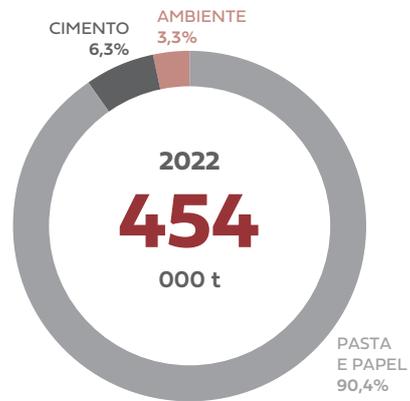
Não renováveis Renováveis



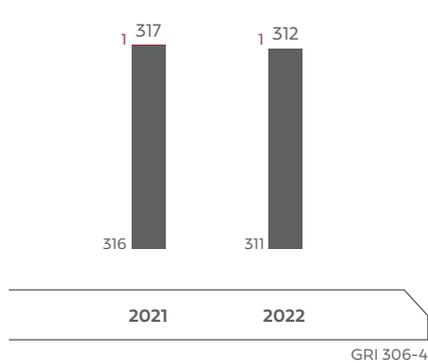
RESÍDUOS GERADOS (1.000 t)



Não perigosos Perigosos



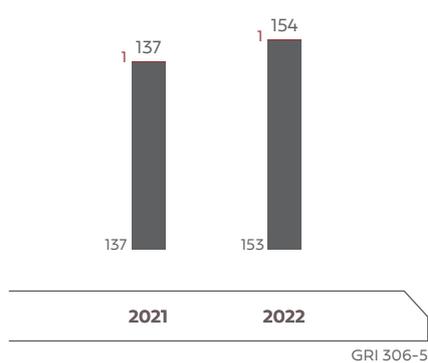
RESÍDUOS ENCAMINHADOS PARA VALORIZAÇÃO (1.000 t)



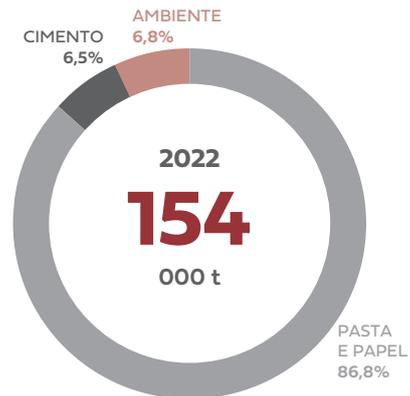
Não perigosos Perigosos



RESÍDUOS ENCAMINHADOS PARA ELIMINAÇÃO (1.000 t)



Não perigosos Perigosos



SEGMENTO PASTA E PAPEL

A Navigator posiciona-se estrategicamente como um agente capaz de contribuir para uma bioeconomia circular de baixo carbono, quer pela otimização e eficiência na utilização de recursos, quer pela aposta em produtos e soluções inovadoras, desenvolvidas em parceria com diversas entidades.

As florestas plantadas são fundamentais para a transição de uma economia linear e fóssil para uma bioeconomia circular sustentável – baseada em produtos renováveis, recicláveis e biodegradáveis, favorável à Natureza e neutra para o Clima. Esta matéria-prima natural permite à Navigator liderar a agenda From Fossil to Forest (Cap. 4.5.1), procurando, através da tecnologia e do conhecimento, alicerçar uma verdadeira economia circular baseada na floresta, e constituindo uma importante oportunidade de inovação e competitividade do negócio. É neste quadro que são criados bioprodutos de origem florestal, procurando encontrar alternativas mais sustentáveis aos materiais de origem fóssil, como parte da estratégia de criar valor com responsabilidade.

A gestão sustentável dos recursos é outro dos pilares da estratégia da empresa, em resultado dos impactos associados ao consumo de matérias-primas, energia e água e à geração de resíduos. Tirando partido do potencial de circularidade dentro do processo produtivo da pasta e do papel, a Navigator investe crescentemente num modelo de produção industrial mais sustentável e de circuito fechado.

A empresa investe em projetos cujo objetivo é a minimização de perdas e consequente aumento do rendimento da sua principal matéria-prima, a madeira, sendo de realçar a instalação de equipamentos mais eficazes, tanto na preparação da madeira, como nas linhas de fibra e máquinas de papel. Neste âmbito refira-se o projeto da nova linha de descasque no parque de madeiras do Complexo Industrial da Figueira da Foz, cuja entrada em funcionamento está prevista para 2023 e que contribuirá para reduzir a perda de fibras (e também o ruído no complexo).

A Navigator prioriza também a diminuição da produção de resíduos, bem como a sua reincorporação nos processos produtivos ou a sua valorização interna, designadamente em processos de produção de energia e criação de combustíveis alternativos, diminuindo a utilização de matérias-primas virgens, a geração de desperdícios e cargas para efluentes. Sendo a grande maioria dos resíduos gerada nas operações de produção de pasta, a empresa tem investido na melhoria da eficiência dos processos e dos sistemas de tratamento, reduzindo a sua produção.

A promoção da economia circular tem sido alavancada através do Projeto Corporativo *Upcycling*, de investimentos em projetos de Investigação, Desenvolvimento e Inovação (IDI) e no estabelecimento de parcerias com outras organizações, o que tem permitido implementar várias soluções tecnológicas, como soluções de aplicação de resíduos em novos materiais. Merece destaque, este ano, a nova evaporação instalada no Complexo Industrial de Aveiro (Cap. 4.2.2) que permitirá a valorização energética de lamas biológicas, na caldeira de recuperação.

Refira-se igualmente a utilização na indústria cimenteira das areias das caldeiras de biomassa (subproduto), como substituto das areias de origem natural utilizadas em materiais de construção – exemplo de simbiose industrial, em parceria com a participada Secil e outras entidades do setor. Em 2022 a Navigator viu aprovados, pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA), três requerimentos para espaços de experimentação de cinzas. No seu conjunto, estas parcerias permitiram escoar, em 2022, cerca de 28,4 mil toneladas de areias para incorporação na indústria da construção (+32% face a 2021).

Numa ótica de valorização do conhecimento científico e tecnológico (Cap. 4.5.1), de salientar ainda o lançamento de um programa de cocriação em bioeconomia circular e digital de base florestal, que visa dar resposta aos grandes desafios que se colocam presentemente às florestas portuguesas.

INICIATIVAS EM DESTAQUE

ESPAÇOS DE EXPERIMENTAÇÃO DE CINZAS

Fruto de um trabalho consistente entre a Navigator e vários parceiros industriais – destinatários, intermediários e Centros de Interface Tecnológico –, em 2022 foram submetidos, e aprovados pela APA, três requerimentos para espaços de experimentação, com dois *players* líderes de mercado do setor da construção – a Weber St. Gobain e a Secil Unibetão.

Através de um processo de licenciamento mais simplificado, os espaços de experimentação permitem às empresas destinatárias de resíduos realizar testes, à escala industrial, de incorporação de subprodutos nos seus processos produtivos. Uma vez concluídos os ensaios industriais e aprovada a sua viabilidade técnica, a Navigator poderá, enquanto produtor de cinzas das Centrais Termoeletricas a Biomassa (CTB), submeter à APA uma autodeclaração de subproduto.

A integração das cinzas das CTB em materiais de construção permitirá a redução da utilização de matérias-primas virgens, num setor com desafios acrescidos no processo de descarbonização, para além de se traduzir numa redução dos custos associados ao seu encaminhamento para destino final.

Em 2022, durante a fase de estudos, foram realizados ensaios que permitiram a utilização de cerca de 13 toneladas de cinzas. Este projeto tem potencial para escoar anualmente cerca de 7 500 toneladas em 2027.

PROGRAMA DE COCRIAÇÃO EM BIOECONOMIA CIRCULAR E DIGITAL DE BASE FLORESTAL

Em 2022, a Navigator lançou a 1.ª edição do Programa de Cocriação para a Valorização do Conhecimento Científico e Tecnológico em Bioeconomia Circular e Digital em base florestal.

O Programa, realizado através do RAIZ – Instituto de Investigação da Floresta e Papel, é destinado a *startups* ou PME nacionais, detentoras de tecnologias inovadoras, de novos processos ou bioprodutos que possam responder aos desafios da empresa.

O modelo de cocriação de valor pretende reunir sinergias nas áreas da inovação e investigação nos domínios tecnológico, florestal e industrial. Visa gerar valor económico com impacte social e ambiental, sendo expectável que os resultados obtidos passem pelo registo de novas patentes, o licenciamento a terceiros ou a constituição de novos empreendimentos empresariais e/ou industriais conjuntos. Entre os temas em destaque nesta edição estiveram as biorrefinarias de base florestal, a bioeconomia circular, e o uso eficiente de recursos e *compliance* ambiental, entre outros.

No total foram selecionados oito projetos, que estão já em curso, sete dos quais incidindo sobre a valorização, direta ou indireta, de subprodutos da exploração florestal e do processo industrial.

SEGMENTO CIMENTO

A indústria cimenteira tem por base o recurso a matérias-primas secundárias nos seus sistemas de produção, valorizando-as em processos centrais da sua cadeia de valor, nomeadamente na produção de clínquer, cimento e betão.

Ao nível das matérias-primas, a Secil tem vindo a implementar medidas que permitem incorporar, sempre que possível, resíduos ou subprodutos de outras indústrias, no seu processo de fabrico na fase de britagem, cozedura ou moagem de cimento, promovendo a substituição de matérias-primas naturais por outras secundárias, ricas nos óxidos necessários para a produção. Destaca-se a:

- > Utilização regular de vários subprodutos como formas de gesso, escoria de alto forno, gesso artificial ou granalha de decapagem da indústria naval (substituindo o óxido de ferro);
- > Incorporação de areias produzidas nos leitos fluidificados das caldeiras de biomassa da Navigator, utilizadas como matéria-prima secundária na produção de betão e algumas argamassas leves;
- > Incorporação de cinzas volantes provenientes da combustão de carvão para a produção de energia elétrica e da indústria cerâmica no Brasil, como matéria-prima secundária para a produção de cimento;
- > Incorporação de escoria de alto forno, proveniente da indústria metalúrgica no Brasil, como matéria-prima secundária para a produção de cimento;
- > Reutilização de terras resultantes de grandes escavações para fundações de edifícios.

De referir que o cimento e o betão têm um longo ciclo de vida. Ambos os produtos, ao contrário do grande conjunto de materiais de construção, apresentam a característica ímpar de serem totalmente recicláveis no fim do seu ciclo de vida. Através do processamento de resíduos e construção, após um tratamento de separação e britagem, podem ser reintroduzidos na cadeia produtiva de cimento e betão.

Importa referir que, apesar do elevado potencial que a incorporação de matérias-primas recicladas provenientes da utilização de resíduos de demolição de edifícios e infraestruturas tem – permitindo diminuir o uso de matérias virgens e os custos ambientais, decorrentes da exploração e transporte de resíduos a depositar em aterro –, o enquadramento legal existente não é ainda suficiente para evitar a sua atual deposição em aterros, em contradição com os princípios da economia circular, pelo que a sua incorporação, na cadeia de valor cimento-betão, é ainda praticamente nula.

Como parte do seu investimento em investigação, desenvolvimento e inovação (Cap.4.5.1), a Secil participa no c5Lab⁸ – Clinker x Cement x Concrete x Construction x Climate Lab. Este é um laboratório colaborativo, que conta com a participação de quatro outras entidades nacionais – Cimpor, Associação Técnica da Indústria de Cimento (ATIC), Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) e Instituto Superior Técnico (IST) – e que visa desenvolver soluções para descarbonizar o setor cimenteiro português. A Secil participa com o objetivo de desenvolver tecnologias inovadoras na produção sustentável de cimento, argamassas e betão com reduzida pegada de carbono, e fomentar a investigação em novas matérias-primas, combustíveis alternativos, outros tipos de cimento. Em 2022, através da participação no c5Lab foram criadas as condições para recuperar e aproveitar as cinzas que são depositadas em aterro.

No que diz respeito aos resíduos gerados pelas atividades da empresa, estes são recolhidos e armazenados de forma segregada, em fluxos específicos e em locais próprios nas instalações. Privilegia-se as soluções de valorização de resíduos, procurando respeitar o princípio da hierarquia dos resíduos. De salientar que, no processo principal de fabrico de cimento, os *inputs* materiais são integrados na estrutura molecular do clínquer durante a fase de cozedura, evitando-se assim a formação de resíduos ou cinzas.

Relativamente à energia, o uso de combustíveis alternativos (Cap. 4.2.1), em substituição dos combustíveis fósseis é uma abordagem que a Secil tem também seguido, através do uso de pneus e combustível derivado de resíduos (CDR) em Portugal. Na Tunísia, o resíduo do bagaço de azeitona é utilizado como combustível alternativo, e no Brasil os CDR têm sido crescentemente introduzidos.

⁸ <https://c5lab.pt/>

Também ao nível do uso de água se consegue promover a sua circularidade, por ex. através da água utilizada no arrefecimento de equipamentos, no processo de fabrico, e que se encontra em circuito fechado, com perdas causadas apenas por evaporação.

Em 2022, a empresa deu continuidade ao desenvolvimento de novas tecnologias e projetos como o Low Carbon Clinker⁹ (LCC) e o Clean Cement Line¹⁰. Neste último está prevista a progressiva substituição dos combustíveis, tendendo para a utilização de zero combustíveis fósseis primários, e para a utilização de um novo combustível alternativo – o Energreen – resultante da biorrefinação de biomassa, a fim de otimizar a sua utilização em fornos de cimento.

No âmbito do compromisso da Secil de promover os princípios da economia circular na cadeia de valor, refira-se que ao longo de 2022 foi lançado um produto inovador como o Betão Verdi Zero, o primeiro Betão Neutro em Carbono de Portugal (Cap. 4.5.1).

SEGMENTO AMBIENTE

No processo de *rendering*, setor no qual a ETSA opera, os subprodutos são processados e transformados em produtos de elevado valor acrescentado – utilizados no fabrico de alimentos compostos para animais (*petfood* e rações), de fertilizantes, para a produção de energia verde, entre outros – evitando-se desta forma o uso de outros recursos com pegada carbónica superior, fechando-se o círculo dos nutrientes e minimizando-se a perda de matérias naturais.

A ETSA, enquanto operador económico integrado num modelo de negócio inserido na economia circular, iniciou, em 2022, a implementação do seu projeto de recolha de cápsulas de café usadas. Destaque-se igualmente os investimentos realizados este ano no âmbito dos processos de investigação, desenvolvimento e inovação em curso (Cap. 4.5.1).

INICIATIVA EM DESTAQUE

RECOLHA DE CÁPSULAS DE CAFÉ USADAS

A ETSA aceitou o desafio de recolher as cápsulas de café usadas de todas as lojas de um dos maiores grupos de distribuição alimentar e retalho especializado do país. Iniciada em fevereiro de 2022, a recolha foi efetuada em 308 lojas, possibilitando a reciclagem de cerca de 400 toneladas de cápsulas de café.

Para tal, a empresa necessitou de investir e reorganizar alguns processos: ao nível da logística, destaca-se a aquisição de veículo de transporte específico para as operações de recolha no centro do país; em termos de infraestruturas, refira-se a criação e licenciamento de uma linha de triagem específica para efetuar a separação das cápsulas dos invólucros e posterior deposição em contentores específicos. Decorrente deste processo, estes resíduos foram encaminhados para outro operador, responsável pela separação da borra do café do alumínio/plástico das cápsulas.

Importa salientar que este projeto vem comprovar a capacidade da ETSA de incorporar novas fileiras aos serviços que já presta. Consolida, deste modo, a vantagem competitiva associada à rede capilar de recolha que tem vindo a construir e que neste momento se situa em mais de 20.000 pontos espalhados por todo o país. Por último, reforça o seu posicionamento como operador de economia circular potenciando, neste caso, o reaproveitamento do plástico, do alumínio e do resíduo de café – que acabou por dar origem a um novo subproduto utilizado como composto orgânico –, evitando-se a deposição em aterro das cápsulas de café usadas (Cap. 4.5.1).

9 <https://www.secil-group.com/pt/inovacao/low-carbon-clinker>
10 <https://www.secil-group.com/pt/inovacao/clean-cement-line>

2.4 CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E SERVIÇOS DOS ECOSISTEMAS

A diversidade genética de espécies de fauna e flora, e as interrelações que estabelecem entre si, são elementos base para o equilíbrio da natureza e dos ecossistemas. Ecossistemas saudáveis produzem um conjunto variado de serviços, que sustentam as necessidades de matérias-primas e serviços essenciais à vida e às atividades humanas, influenciando, de forma positiva, o bem-estar, a saúde e a geração de riqueza para as comunidades. Adicionalmente, as atividades de conservação da biodiversidade são um aliado importante na mitigação e na adaptação aos efeitos das alterações climáticas – aspeto relevante para as empresas do Grupo.

Com o objetivo de criar uma estratégia comum para proteger e valorizar a biodiversidade, os ecossistemas e os serviços que eles prestam, a Semapa criou o Grupo de Trabalho (GT) para a Biodiversidade, colocando esta temática na sua agenda, de forma a trabalhá-la com cada uma das Participadas.

As empresas do Grupo incorporam já, nas suas estratégias corporativas, compromissos e atividades no âmbito da preservação da Biodiversidade e dos Serviços dos Ecossistemas. Uma maior responsabilidade sobre este tema está assente na Navigator e Secil, uma vez que as suas atividades – principalmente na produção/obtenção de matérias-primas – impactam diretamente em áreas com grande valor ecológico. No caso da Navigator, as suas atividades diretamente ligadas à floresta têm uma influência incontornável nestes ecossistemas, enquanto na Secil as atividades extrativas têm um profundo impacto na paisagem e na biodiversidade.

Em 2022, a conservação da natureza manteve-se no centro das preocupações do Grupo Semapa e, no âmbito do GT da Biodiversidade, as empresas continuaram a acompanhar a evolução das agendas internacionais e a partilhar os seus projetos, desafios e conquistas. De referir que, a realização da COP15, em Montreal, veio acentuar uma sensibilização coletiva para a ação em prol da Biodiversidade com a adoção do “Quadro Global de Biodiversidade Kunming-Montreal”. Em plena Década do Restauro de Ecossistemas das Nações Unidas (2021-2030), e com o Pacto Ecológico Europeu a decorrer, esta COP veio reforçar a importância da conservação e restauro da biodiversidade e dos ecossistemas, e da sua relação com o clima e com as pessoas.

SEGMENTO PASTA E PAPEL

No património sob gestão da Navigator, estão inseridas áreas classificadas como Zonas com Interesse para a Conservação (ZiC), que servem de importante *habitat* a flora e fauna diversa, onde se incluem espécies com diferentes estatutos de conservação e proteção.

Para integrar a conservação da biodiversidade no modelo de gestão florestal sustentável, a empresa desenvolve uma estratégia com vista a manter (“*no net loss*”) ou melhorar (“*net positive gain*”) a biodiversidade existente no património e o seu estado de conservação. Neste sentido, a Navigator investe continuamente em ações de monitorização e avaliação, proteção e conservação ativa – como a requalificação e restauro de *habitats* naturais e ecossistemas –, beneficiando as espécies que os utilizam para realizar as suas funções ecológicas de alimentação, refúgio ou reprodução.

Em 2022, foram realizadas diversas ações de monitorização da biodiversidade, promoção da mesma e restauro ecológico. Saliente-se que cerca de 71 hectares foram alvo de restauro ou reabilitação, com o objetivo de manutenção ou melhoria do estado de conservação de *habitats* naturais e seminaturais. Importa igualmente referir que o ano ficou marcado pelo início dos novos projetos:

- > “Zambujo reCover” (ver caixa de destaque);
- > *transform* PRR – Conservação genética e recuperação de ecossistemas – nomeadamente de algumas das árvores mais ameaçadas de Portugal, como vários carvalhos autóctones (ex. *Quercus canariensis*) e espécies arbóreas associadas, como medronhais, adelfeirais e galerias ripícolas que sejam dominadas por amiais –, permitindo, no futuro, a melhoria destes bosques.

Importa igualmente referir que a Navigator investe, como parte da sua gestão sustentável das florestas, em Portugal e em Moçambique, na prevenção e apoio ao combate aos incêndios – contribuindo para que os povoamentos florestais se tornem mais resilientes a este fenómeno, e para a mitigação deste flagelo na empresa e comunidades locais – assim como na recuperação de áreas ardidas. Entre as iniciativas levadas a cabo em 2022, refira-se o início, pelo RAIZ – Instituto de Investigação da Floresta e do Papel, do estudo de atualização da cartografia nas áreas de intervenção da [AFOCELCA](https://afocelca.com/)¹¹, com o objetivo de melhorar a capacidade de resposta dos meios terrestres e contribuir, dessa forma, para a redução da área ardida.

Como face visível da política ativa da Navigator na conservação dos valores naturais, salienta-se ainda a importância das ações de disseminação de informação e sensibilização, que se traduziu em 2022 no lançamento do novo *site* Biodiversidade by The Navigator Company.

Por último, refira-se que a Navigator subscreveu em 2022 o manifesto do BCSD Portugal, “Por um Acordo pela Natureza na COP15”. A COP15 da Biodiversidade teve como principal objetivo a adoção de uma Estratégia Global para a Biodiversidade Pós-2020, visando travar a perda global de biodiversidade até 2030 e promover a recuperação dos ecossistemas naturais. O manifesto apelou, assim, a que a COP15 da Biodiversidade fosse um momento de viragem para o reconhecimento da importância da Natureza para as nossas vidas e economias, e para a ação coletiva urgente no domínio da proteção e valorização da biodiversidade e do capital natural.

INICIATIVA EM DESTAQUE

PROJETO ZAMBUJO RECOVER: REQUALIFICAÇÃO FLORESTAL E PROTEÇÃO DE SOLOS

O *Projeto Zambujo reCover*¹², iniciado em dezembro, é uma iniciativa que tem como finalidade a intervenção florestal para valorização ambiental.

A área de implantação das ações do projeto localiza-se na Unidade de Gestão de Zambujo gerida pela Navigator. Trata-se de uma propriedade com cerca de 397 hectares, localizada no concelho de Idanha-a-Nova, e integralmente inserida em área classificada Rede Natura 2000 (PTZPE0042), parcialmente em área protegida (PNTI), incluindo significativas Áreas de Risco de Erosão de acordo com a Reserva Ecológica Nacional (REN).

Com uma área de ação de 153 hectares, o projeto visa:

- > A reconversão de floresta de produção inadaptada e rearborização com espécies autóctones (azinheira);
- > A promoção de *habitats* agroflorestais protegidos;
- > O restauro ecológico e a conservação de solos.

Promovida pela Navigator em parceria com o RAIZ – Instituto de Investigação da Floresta e Papel, a iniciativa tem um orçamento global de 225.775 euros e é financiada pelo Programa COMPETE 2020 no âmbito da medida “Apoio à transição climática/Resiliência dos territórios face ao risco: Combate à desertificação através da rearborização e de ações que promovam o aumento da fixação de carbono e de nutrientes no solo” (REACT-EU/FEDER).

¹¹ <https://afocelca.com/>

¹² https://biodiversidade.com.pt/biohistorias/zambujo_recover/

INICIATIVA EM DESTAQUE

LANÇAMENTO DO NOVO SITE BIODIVERSIDADE BY THE NAVIGATOR COMPANY

Em março de 2022, a Navigator lançou um projeto único dedicado à partilha de conhecimento sobre a biodiversidade em ecossistemas florestais, intitulado “Biodiversidade by The Navigator Company”. A nova plataforma, disponível em www.biodiversidade.com.pt¹³, pretende contribuir para a sensibilização e informação da sociedade em relação à importância da biodiversidade nas florestas, através de conteúdos acessíveis, pedagógicos e inspiradores. Encontra-se estruturada em três secções que permitem aprofundar o conhecimento sobre os vários temas:

- 1. Biohistórias:** integra artigos, reportagens, notícias e indicadores sobre a biodiversidade em geral, assim como sobre as iniciativas e projetos que permitem ampliar conhecimento, prevenir perdas, preservar e restaurar;
- 2. Biogaleria:** convida à descoberta dos vários *habitats* que coexistem nos espaços florestais e das espécies que albergam, desde plantas a mamíferos, répteis e aves ou fungos;
- 3. Biorecursos:** espaço para explorar uma (Bio)biblioteca com as principais entidades, relatórios, legislação e compromissos relacionados com a temática da biodiversidade, espécies ameaçadas ou áreas protegidas.

Através destes conteúdos pretende-se incentivar a adoção de ações de proteção e restauro da diversidade biológica.

SEGMENTO CIMENTO

As atividades extrativas têm um profundo impacto na paisagem e na biodiversidade. Como a recuperação espontânea dessas áreas e dos processos nos ecossistemas podem levar centenas de anos, torna-se, portanto, fundamental a minimização destes impactos e a aceleração do processo de colonização natural, especialmente em áreas de elevado valor conservacionista. Tal pode ser alcançado através de programas de recuperação da estrutura e funcionamento das comunidades vegetais e faunísticas e dos ecossistemas originais, que não ambicionem apenas um objetivo meramente estético de recuperação da paisagem. Com base nestes objetivos, visando minimizar os impactos decorrentes da sua atividade, a Secil tem vindo a desenvolver várias estratégias, através da implementação de Planos de Recuperação das Pedreiras da empresa, de forma a restaurar as áreas exploradas, e a implementação de Planos de Gestão da Biodiversidade em áreas de alto valor de biodiversidade, como é o caso da Secil-Outão.

Para tal, a Secil mantém parcerias de longa duração com duas universidades, a Universidade de Lisboa (através da Faculdade de Ciências - FCUL) e a Universidade de Évora (UE), com duas grandes linhas de investigação – uma mais focada no restauro das pedreiras, na componente da flora (FCUL), e outra mais focada na componente faunística (UE) – ambas aplicáveis à instalação fabril do Outão, que está situada no Parque Natural da Arrábida.

No âmbito da parceria com a FCUL – “Gestão adaptativa de ecossistemas baseada na avaliação da resiliência de mais de 30 anos de Restauro Ecológico na Secil-Outão (2019-2022)” – foram identificados indicadores ecológicos para avaliar a resiliência das áreas de restauro ecológico no Outão. De referir que, desde 1998, uma equipa extensa de investigadores da FCUL, através de vários projetos, tem vindo a realizar o acompanhamento científico das áreas recuperadas das pedreiras do Outão, tendo por base a avaliação contínua, investigação e implementação.

¹³ <https://biodiversidade.com.pt/>

No que diz respeito à parceria com a UE, existente desde 2007, deu-se continuidade à 6.ª fase do protocolo existente – “Estudo e Valorização da Biodiversidade, Componente da Fauna na Propriedade da Secil – Outão (2021-2023)”. A fauna desempenha um papel importante no restauro das pedreiras atuando, entre outras funções, como dispersora de sementes ou assistindo os processos de polinização de várias espécies de plantas, promovendo a regeneração e proliferação espontânea da vegetação. Deste modo, a equipa da Universidade de Évora está a avaliar a evolução das comunidades de fauna nas áreas recuperadas e naturais e a monitorizar o Plano de Ação para a fauna, que tem como objetivos: (1) criar condições a médio e longo prazo para promover o processo de (re)colonização natural da fauna; e (2) investigar, em casos de estudo particulares, como o processo de restauro influencia as comunidades animais e os processos ecológicos onde estas estão envolvidas. Os trabalhos incidiram principalmente na monitorização das ações de gestão – caixas-ninho e caixas-abrigo – para aves e quirópteros, tendo resultado na publicação de um artigo científico.

Importa salientar que, em 2022, a Secil participou ativamente na elaboração do primeiro Roteiro para a Biodiversidade da CEMBUREAU – Associação Europeia de Cimento.

Finalmente refira-se ainda os apoios concedidos pela Secil ao estudo das pradarias marinhas do Sado e ao projeto Biomares, no âmbito das suas iniciativas de envolvimento com a comunidade local (Cap. 4.4. e 4.4.1).

INICIATIVA EM DESTAQUE

ROTEIRO 2030 PARA A BIODIVERSIDADE DA CEMBUREAU

Em 2022, a CEMBUREAU lançou o seu Roteiro de Biodiversidade¹⁴ com o objetivo de definir uma visão para a biodiversidade nas pedreiras e sua envolvente nas próximas décadas. Através deste roteiro, a Associação e os seus membros pretendem contribuir para o objetivo global de “Natureza Positiva”, com o aumento do valor ecológico das áreas exploradas, com a proteção e restauro dos ecossistemas para proporcionar um crescimento sustentável, em harmonia com o mundo natural. Visa ajudar, orientar e influenciar as empresas na gestão da biodiversidade, inspirando a colaboração entre o setor cimenteiro e outras partes interessadas.

O roteiro define um conjunto de metas e ações, a atingir até 2030, que estão agrupadas em quatro áreas de atuação: (1) reabilitação de ecossistemas e serviços de ecossistemas; (2) relacionadas com a iniciativa da UE relativa aos polinizadores; (3) espécies invasoras; e (4) espécies protegidas.

O Roteiro foi elaborado pela Task Force (TF) para a Biodiversidade da CEMBUREAU, na qual a Secil participou ativamente. De referir que a empresa é membro da CEMBUREAU através da ATIC – Associação Técnica da Indústria de Cimento. O Roteiro foi lançado num evento online¹⁵, integrado na Semana Verde Europeia, que contou com mais de 100 participantes de 26 países e cuja apresentação ficou a cargo da Secil, através de Alexandra Silva que exerce como *chair* da TF. Contou ainda com um painel de discussão com oradores da CEMBUREAU, Comissão Europeia, Birdlife, Society for Ecological Restoration (SER Europe) e, em representação da indústria cimenteira, com o Administrador da Secil, Carlos Medeiros Abreu.

¹⁴ <https://cembureau.eu/media/ck5he3ww/cembureau-biodiversity-roadmap-web.pdf>

¹⁵ <https://www.youtube.com/watch?v=g5UIRhWD06s>

3\ Capital Humano



OS NOSSOS IMPACTOS

5.834¹

**EMPREGOS DIRETOS
DO GRUPO SEMAPA**

**SALÁRIOS E
BENEFÍCIOS DE
COLABORADORES**

281,8
MILHÕES DE EUROS

5.404
COLABORADORES COM
CONTRATO SEM TERMO

**84% DOS
COLABORADORES
COM AVALIAÇÃO
DE DESEMPENHO**

**N.º TOTAL DE HORAS
DE FORMAÇÃO
POR COLABORADOR**

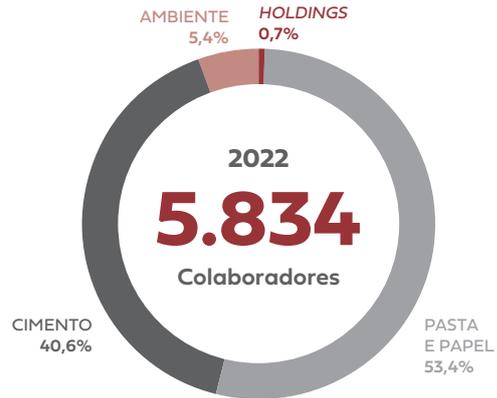
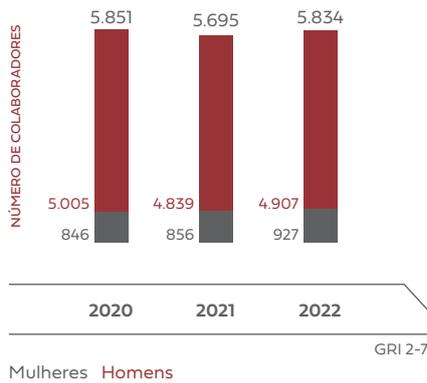
29
HORAS

¹ Corresponde ao n.º total de Colaboradores da Holding e Participadas existentes à data de 31 de dezembro de 2022. No caso da Navigator estão excluídos os dados da Portucel Moçambique (131 em 2022). Os dados de 2022 da Secil não incluem Secil Angola (3) e Trancim Líbano (18).

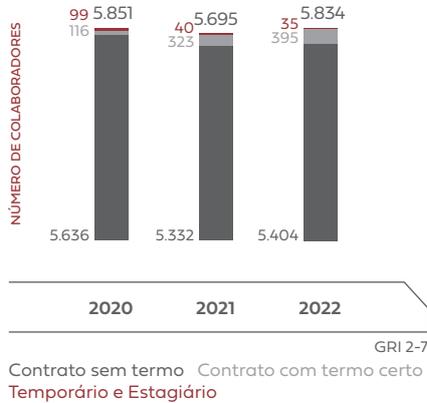
O Grupo Semapa conta com cerca de 5.834 Colaboradores, distribuídos pela *Holding* e as suas Participadas, em mais de 9 países. Essencial à prossecução da missão, visão e estratégia do Grupo, o capital humano representa um dos seus ativos mais importantes, investindo-se em criar um projeto atrativo para os Colaboradores e proporcionando-lhes uma experiência de valorização permanente e oportunidades de carreira de acordo com a ambição e capacidades demonstradas.

Pelo número de postos de trabalho que são assegurados, pela estabilidade (92,6% Colaboradores com contrato sem termo) e condições laborais oferecidas, é gerado um impacto económico e social positivo junto das comunidades locais.

COLABORADORES



TIPOLOGIA DE CONTRATO

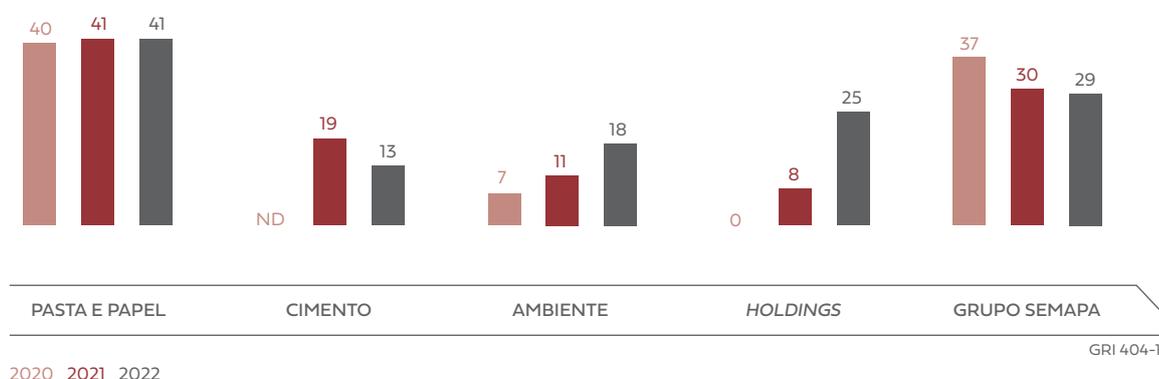


3.1 CAPITAL HUMANO E TALENTO

Para o sucesso das empresas, e competindo por talento num mercado cada vez mais global, a capacidade de atrair e reter pessoas qualificadas e motivadas é determinante. Neste âmbito, as empresas do Grupo procuram reconhecer e valorizar o mérito, fomentar o crescimento interno e o desenvolvimento de competências ao longo da carreira, assim como potenciar o envolvimento e motivação dos seus Colaboradores. A captação de talento jovem, na renovação dos seus quadros, é uma das apostas. A oferta de diversos benefícios aplicáveis aos Colaboradores a tempo integral – podendo incluir, mediante as empresas do Grupo, seguro de vida, seguro de saúde, fundo de pensões ou subsídios de apoio escolar – são uma importante medida promotora do seu bem-estar.

A capacitação dos Colaboradores tem uma relevância estratégica para o Grupo, investindo-se em planos de formação para o desenvolvimento das competências técnicas e pessoais dos Colaboradores. Destaque-se a aposta nas lideranças como determinantes para potenciar uma cultura de desenvolvimento e proximidade e o estabelecimento de parcerias com entidades de referência, que reforçam a atuação do Grupo no domínio da capacitação.

Nº MÉDIO DE HORAS DE FORMAÇÃO POR COLABORADOR



A fim de preparar os Colaboradores para as necessidades atuais e futuras dos negócios do Grupo, procura-se investir no desenho e planeamento das suas carreiras, na definição de objetivos a curto e médio prazo e na avaliação de desempenho por forma a gerir a evolução dos Colaboradores, em função das suas aspirações.

Importa salientar que a gestão de talento é abordada no âmbito da Comissão de Talento, enquanto Comissão competente para acompanhar e emitir recomendações sobre as políticas e procedimentos internos relativos à gestão de talento do Grupo, bem como apreciar periodicamente a necessidade e disponibilidade de talento ao nível do Grupo e recomendar as atuações adequadas para assegurar a capacidade de o Grupo responder aos desafios que se apresentem.

SEGMENTO HOLDINGS

O ano de 2022 foi marcado por um forte investimento nas Pessoas, criando e retomando várias iniciativas que procuram valorizar o papel dos Colaboradores.

Atendendo ao número de Colaboradores pertencentes ao Grupo Semapa, existe a necessidade de apostar no seu crescimento dentro das empresas, conseguindo formar lideranças robustas para enfrentar os desafios atuais e futuros. Para alavancar as competências de liderança dos quadros do Grupo, e numa parceria com a Nova School of Business and Economics, foi promovida a iniciativa *Future Proof Leadership Program* e a participação na SingularityU.

INICIATIVAS EM DESTAQUE

FUTURE PROOF LEADERSHIP PROGRAM

A Semapa Holding definiu, em 2022, o *Future Proof Leadership Program* – um programa para o desenvolvimento de competências em liderança destinado às primeiras linhas do Grupo. Pretende-se com este programa abranger cerca de 90 Colaboradores, num total de quatro edições.

A primeira edição arrancou em início de 2022 e, no terceiro trimestre, uma nova edição. A iniciativa teve uma apreciação bastante positiva pelos participantes da primeira edição, com uma avaliação global de 8,9 (numa escala de 1 a 10), com destaque para as metodologias inovadoras utilizadas (classificação 9,4) e as potencialidades de transferência das aprendizagens feitas (classificação 8,7).

PARTICIPAÇÃO NO SINGULARITYU PORTUGAL SUMMIT

Em 2022, a Semapa Holding promoveu a participação de 50 Colaboradores no evento SingularityU. Através deste evento os quadros do Grupo tiveram oportunidade, com base em intervenções de oradores nacionais e internacionais, de repensar o mundo e desenvolver competências novas e disruptivas, abordando temas como: a Inovação e Disrupção; Liderança de Impacto; Futuro da Mobilidade; Sustentabilidade e Transformação Digital; e Performance e Cultura Organizacional.

Como próximos passos e decorrente do trabalho desenvolvido em 2022, importa referir dois eventos em preparação pela Semapa Holding:

- > O evento "*Talent Summit: agenda talento para 2023*" – para reflexão estratégica neste âmbito, que contará com o envolvimento das Comissões Executivas e das direções de Recursos Humanos das empresas do Grupo, assim como com o apoio de docentes da Nova School of Business and Economics, para enquadramento à temática e às novas tendências.
- > O lançamento, durante o primeiro trimestre de 2023, do Programa Corporativo para Jovens Talentos – destinado às empresas do Grupo e que visa reforçar o desenvolvimento dos seus Colaboradores, contribuindo para a retenção de jovens nos quadros das empresas.

Por forma a conhecer, gerir e antecipar potenciais necessidades de executivos na sua alta direção, o Grupo Semapa promoveu o mapeamento de diretivos e a elaboração de planos de sucessão, em iniciativas transversais à Holding e Participadas.

INICIATIVAS EM DESTAQUE

TALENT REVIEW: MAPEAMENTO DE DIRETIVOS

O *Talent Review* é um processo que permite, às Comissões Executivas, refletirem sobre a evolução dos seus diretivos, permitindo otimizar o seu desempenho – domínio técnico dos temas na sua esfera de atuação –, atitudes e potencial de crescimento.

Esta iniciativa foi operacionalizada fomentando a realização de reuniões com os diversos CEO. Foi utilizada a metodologia 9 Box, para mapeamento do posicionamento das primeiras linhas da Direção, permitindo: melhorar a visibilidade do talento interno disponível; executar os planos de sucessão e de estratégia de recrutamento; executar os planos de desenvolvimento, a médio e longo prazo, para os potenciais sucessores identificados.

PLANOS DE SUCESSÃO

Ao longo do terceiro trimestre de 2022, a área de talento da *Holding*, as Comissões Executivas das Participadas e o Comité de Talento Semapa reuniram-se no sentido de realizar um mapeamento dos potenciais sucessores dos executivos da Alta Direção do Grupo.

Esta iniciativa permitiu assegurar a disponibilidade de informação sobre as potenciais sucessões dos seus executivos, apoiando a tomada de decisão, quando necessário, para os atuais mandatos ou futuros. Adicionalmente, permite elaborar percursos de desenvolvimento para os potenciais sucessores identificados, que os prepara para virem a ser membros de futuras direções executivas.

SEGMENTO PASTA E PAPEL

Em 2022 a Navigator aprovou o novo regulamento de comparticipação de formações académicas, destinado a todos os Colaboradores que queiram investir na sua formação, em áreas que se revelem de interesse para a função desempenhada na Empresa ou para a evolução da carreira.

A oferta formativa do *Learning Center* – plataforma digital de formação da Navigator – teve em 2022 um aumento significativo de cursos especializados, em linha com os programas de valências dos Planos de Carreiras. A nível transversal, foi lançada a plataforma de formação de idiomas – Gofluent – disponível para todos os Colaboradores e familiares diretos (i.e., filhos e cônjuges).

Ao nível da gestão dos percursos profissionais, em 2022 teve início a adaptação do modelo de carreiras da Navigator ao modelo de famílias funcionais ("Job Family Model"), que permite a valorização da carreira técnica a par da carreira de gestão. Pretende-se, com esta iniciativa, alavancar o crescimento interno, o desenvolvimento e a mobilidade, possibilitando aos Colaboradores a construção do seu próprio caminho e promovendo, simultaneamente, a transparência e flexibilidade neste percurso.

Foi dada continuidade à estratégia de integração e desenvolvimento dos jovens. Entre as iniciativas do ano, refira-se o Programa de *Trainees* e os novos cursos para técnicos de produção industrial, que visam igualmente fomentar o emprego junto das comunidades locais onde a empresa opera.

INICIATIVAS EM DESTAQUE

FATOR N: INTEGRAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

O Programa de *Trainees* da Navigator – Fator N – contou com a participação de 110 jovens que tiveram a oportunidade de enriquecer a sua experiência profissional e prepararem a entrada no mercado de trabalho. De acordo com a formação académica dos candidatos, existem vários percursos possíveis de aprendizagem – Industrial, Comercial, Tecnológico, Corporativo e Florestal. Tendo por base uma metodologia de *learning-by-doing*, o programa permite aos jovens que estão a ingressar no mercado de trabalho desenvolver projetos em diferentes áreas da empresa.

Com esta iniciativa, a Navigator pretende estreitar a proximidade com a Academia e demonstrar que existem N razões para os seus estagiários se juntarem à empresa.

NOVOS CURSOS PARA TÉCNICOS DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL

Com o objetivo de criar um curso para o desenvolvimento de conhecimentos e competências nas áreas de produção de pasta de papel, a Navigator reforçou as suas parcerias com diversas instituições de ensino profissional e com o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) de Setúbal, Aveiro e da Figueira da Foz. O curso desenhado – “Técnicos de Produção Industrial” – tem a duração de 600 horas e dispõe de uma componente prática em contexto de trabalho, via estágio profissional na empresa, com a possibilidade de integração futura.

Em 2022, contou com uma forte adesão, tendo culminado com a realização de 55 estágios, que se traduziram numa taxa de integração no programa de estágios superior a 90%, e posterior integração efetiva na empresa de mais de 70%, potenciando assim a aplicação do Programa de Rejuvenescimento da empresa.

SEGMENTO CIMENTO

Alinhada com a nova estratégia de negócio, “Ambição 2025 para um Crescimento Sustentável”, a Secil tem quatro projetos estruturantes de gestão de pessoas e aos quais foi dada continuidade durante o ano de 2022: Talento; Desempenho; Remunerações; e Cultura & Clima Organizacional (ver ponto seguinte).

No âmbito da gestão de talento, implementou-se o calendário anual de acompanhamento dos talentos Secil, que decorre em dois grandes momentos: (1) os *People Day*, sessões realizadas no início do ano em que os líderes têm a oportunidade de apresentar aos pares o desempenho das suas pessoas, bem como receber o respetivo *feedback*; o *Talent Review* (ver iniciativa de destaque da *Holding*), através da realização de sessões a meio do ano, onde os líderes analisam o talento das suas equipas e são propostos potenciais sucessores para as posições de liderança e para funções críticas. Do *Talent Review* decorrem os planos de sucessão, com foco na valorização do talento, na promoção da mobilidade interna e na definição dos programas de desenvolvimento individual que permitam as progressões profissionais.

No que diz respeito à gestão de desempenho e para garantir que os objetivos estratégicos estão cascadeados de forma adequada em todos os níveis da estrutura, foi realizado um projeto piloto com as equipas do CFO - Chief Financial Officer, através da utilização do *framework* “Stract to Action”- da metodologia Hoshin – para definição de objetivos, bem como do acompanhamento mensal dos KPI, iniciativas e medidas de sucesso estabelecidas. Pretende-se que, em 2023, todos os líderes de topo tenham os seus objetivos definidos com recurso a esta metodologia, garantindo-se assim a execução e acompanhamento da estratégia através dos objetivos anuais, individuais e de equipa.

Foi dada continuidade ao *job grading*, iniciado no ano anterior com as primeiras linhas de liderança, alargando-o a todas as posições. Esta iniciativa visa assegurar que existe equidade interna e competitividade externa nas decisões sobre remunerações, e que, dessa forma, se criam as condições para aumentar a satisfação e motivação dos Colaboradores em trabalhar na Secil.

SEGMENTO AMBIENTE

Na ETSA, em 2022, no sentido de se aprofundar o talento nas áreas operacionais, foi dada continuidade ao mapeamento de todos os Colaboradores que desenvolvem as suas atividades nas unidades fabris e nas operações logísticas. Para tal foi utilizada a metodologia 9 Box, que permitiu promover ações concretas e eficazes de desenvolvimento organizacional e individual. Foi assegurado um modelo de avaliação de desempenho único e transversal a toda a empresa, com o objetivo de alinhar os objetivos individuais, estratégicos e do negócio, potenciando o *feedback* e desenvolvimento contínuo.

A ETSA iniciou em 2022 o desenvolvimento de um plano de formação – denominado de *Reskilling e Upskilling* – para implementação no período 2023-2024. Este terá como principal objetivo desenvolver as competências necessárias dos seus Colaboradores para que estes consigam otimizar o seu desempenho pessoal e de processos, bem como o da organização, permitindo desta forma potenciar o alinhamento às necessidades da empresa. A empresa promove o desenvolvimento das competências relacionais com impacto na gestão de equipas, nomeadamente através de formações em liderança e estilos de comunicação, investimento esse que continuará em 2023. Por forma a reforçar as competências de liderança dos principais quadros diretivos do Grupo ETSA, foi iniciada a participação no programa corporativo de liderança criado pela *Holding*.

3.2 CULTURA E MOTIVAÇÃO NO GRUPO

O Grupo aposta em mecanismos de envolvimento e na comunicação interna como instrumentos fundamentais para o estabelecimento de um diálogo aberto e de uma relação de proximidade com os Colaboradores, visando a transmissão de valores e cultura interna, a mobilização do espírito de equipa e o fomento da identidade corporativa. Estes são aspetos relevantes que impactam também na motivação dos Colaboradores e no seu desempenho.

SEGMENTO HOLDINGS

A *Holding* iniciou o ano de 2022 com uma reflexão com toda a equipa que permitiu definir o seu Propósito – *Making It Better* – e definir os novos traços de Cultura – Simplicidade, Proximidade e Responsabilidade. De salientar que este processo foi feito *bottom-up*, permitindo uma construção vivida por todos.

Na sequência, foi criada uma linha de comunicação com os seus Colaboradores – “Semapa Mais Próxima” – que visa aumentar a comunicação entre a equipa, tangibilizando assim um dos traços da cultura da empresa. Ao longo do ano, esta iniciativa permitiu criar um canal de comunicação transparente e que dinamizou a vida da *Holding*.

Também como forma de trabalhar a nova Cultura, foram realizadas ações de capacitação em Gestão de Projetos e *Design Thinking*, dando assim ferramentas a toda a equipa da *Holding* para evoluir culturalmente no sentido de trabalhar mais no âmbito da filosofia de projetos.

Em 2022, retomou-se a iniciativa *Semapa Talks*, dirigida aos quadros do Grupo, numa edição dedicada ao tema da cibersegurança, e que possibilitou aos participantes momentos de partilha e conhecimento, com especialistas externos sobre o tema.

O Encontro de Quadros *Semapa 2022* teve lugar em junho, tendo neste evento sido comunicados o Propósito e a nova imagem da *Semapa*. Esta iniciativa serviu para estreitar os laços entre os Quadros, conhecer os projetos que se perspetivam e cimentar o sentimento de pertença.

Como parte do processo de melhoria contínua e do fomento de um envolvimento cada vez maior com os Colaboradores, destaque-se a preparação do primeiro *engagement survey* do Grupo *Semapa*. A realização deste inquérito permitirá o *benchmarking* com outras empresas internacionais, para além de aferir a perspetiva dos nossos Colaboradores quanto a temas estruturantes como: o envolvimento, a visão, o trabalho em equipa, o crescimento e desenvolvimento, a diversidade, igualdade e inclusão, o desempenho e bem-estar. Com previsão de arranque no primeiro trimestre de 2023, este inquérito será liderado pela *Holding* e contará com a participação das Participadas.

SEGMENTO PASTA E PAPEL

Dando continuidade a uma política de valorização, envolvimento e proximidade dos Colaboradores, a Navigator desenvolveu em 2022 vários projetos e iniciativas, com destaque para o lançamento do projeto como o “Crescer”, em torno do propósito da empresa.

O empreendedorismo dos Colaboradores é incentivado através, por exemplo, do *Future Leaders Forum* e do programa de eficiência operacional *Straight to the Top*. Este último foi alargado, em 2022, a várias estruturas dos quatro complexos fabris e também às áreas de *Supply Chain*, Abastecimento Madeiras e Gestão Florestal, por forma a potenciar-se novas ideias para fazer face ao aumento dos custos variáveis na energia, madeiras e químicos.

A celebração da ligação dos Colaboradores à Navigator – ação que procura dar visibilidade e assinalar as histórias e percursos dos Colaboradores que completam 15 e 30 anos de ligação à empresa – é uma importante forma de fomentar a proximidade e envolvimento das pessoas. A abertura de portas à empresa, que foi retomada em 2022, através das visitas “Navigator Tours” e celebração do “Dia da Família” permitem aproximar as famílias dos Colaboradores e comunidades à empresa.

INICIATIVAS EM DESTAQUE

CRESCER EM TORNO DO PROPÓSITO

Em 2022, foi lançado o projeto “Crescer” que pretende focar a organização em torno do Propósito da Navigator, em alinhamento com os compromissos assumidos pela sociedade, expressos na sua Agenda 2030 – Um Negócio Responsável.

Este projeto ambiciona criar um ambiente que estimule e desenvolva todas as pessoas – mantendo o foco no alcance de resultados de excelência, pretende-se incentivar a aprendizagem num clima de cooperação, participação, equilíbrio e bem-estar, com a convicção de que todos, sem exceção, são importantes na construção do presente e do futuro da empresa. Como *output* do projeto, destaca-se a filmagem de entrevistas² a vários Colaboradores, que partilham a sua “marca” na Navigator.

FUTURE LEADERS FORUM: AS VOZES E AS IDEIAS QUE MOLDAM O FUTURO

Por forma a apoiar os primeiros anos da carreira dos jovens quadros, foi lançado, em 2022, o Future Leaders Forum. Este fórum elege oito elementos, representativos de diferentes áreas, que têm como responsabilidade, nos seis meses seguintes, trabalhar sobre um desafio lançado pela Comissão Executiva. Sendo este um projeto que envolve também as chefias intermédias, que atuam como mentores, permite contribuir para uma cultura corporativa mais próxima e participativa, fomentando o envolvimento com o Propósito da empresa.

Na sua 1.ª edição, foram elaboradas estratégias para o desenvolvimento de novos segmentos de negócio na área do *packaging*. A 2.ª edição teve como mote a crise energética, os desafios para a transição energética e os respetivos impactos para a Navigator.

SEGMENTO CIMENTO

No que diz respeito ao projeto da gestão da cultura e clima organizacionais e em alinhamento com a estratégia “Ambition 2025”, a Secil definiu como prioridade contribuir para o desenvolvimento, empoderamento e reconhecimento das suas pessoas, atuando de forma mais colaborativa pelos resultados do Grupo e das equipas, e focando-se no bem-estar das suas pessoas e na satisfação dos seus clientes.

2 <https://youtube.com/playlist?list=PLxJhqwPW9M-WAd0ASQf0JMcmf0ITqV2NP>

Para garantir o foco nos comportamentos ambicionados para a mudança cultural, em 2022, foi realizado um conjunto de *workshops* com os líderes, para definir as competências *core* da Ambition 2025. Reconhecendo nos líderes um dos principais impulsionadores da mudança – a par da orientação estratégica, das competências organizacionais e da gestão de desempenho – foram realizadas as “*Group Meetings - Prioridades culturais*”.

INICIATIVAS EM DESTAQUE

DEFINIÇÃO DAS COMPETÊNCIAS CORE DA AMBITION 2025

O projeto de mudança cultural da Secil tem como principal eixo de ação trabalhar os comportamentos como forma de fomentar a mudança. Para definir os comportamentos a mudar, foram identificadas as competências *core* da Ambition 2025. O exercício de definição das competências foi realizado em dois momentos distintos. Em primeiro lugar, no ciclo estratégico passado, mas de forma *top-down* e, em 2022, num segundo momento, com cerca de 50 Colaboradores, de diversas geografias, num processo *bottom-up*. Deste modo, pôde incluir-se os vários níveis de Colaboradores no processo e garantir assim um maior envolvimento das pessoas da organização neste caminho de mudança cultural. A realização virtual das reuniões possibilitou a participação de pessoas de outras regiões onde a Secil marca presença, como a Tunísia, o Líbano e o Brasil.

No final do exercício foram identificadas seis competências *core* a promover e que serão integradas na gestão de desempenho dos Colaboradores: (1) desenvolver as pessoas; (2) promover o trabalho em equipa; (3) promover a mudança; (4) promover o foco no cliente; (5) liderar o desempenho; e (6) fomentar a capacidade de adaptação e aprendizagem.

GROUP MEETINGS – PRIORIDADES CULTURAIS

Reconhecendo que a mudança cultural deve ser iniciada ao nível da liderança – como aspeto fundamental para o sucesso do envolvimento de toda a organização – a Secil promoveu *Group Meetings* dedicadas às prioridades culturais. Foram realizadas duas reuniões em 2022, que contaram com a participação dos 45 principais líderes do Grupo Secil.

Durante a Secil Meeting – encontro anual de quadros –, foi trabalhada a prioridade da “Colaboração” para alavancar sinergias e agilidade. Ao longo de dois dias, os líderes realizaram um conjunto de desafios em equipas, sendo que o sucesso destes desafios só poderia ser alcançado através da soma de todos os esforços.

Na *Group Meeting* de outubro foi trabalhada a dimensão de empoderamento da prioridade cultural das “Pessoas”. Neste âmbito, os líderes assistiram a uma palestra inspiracional de um dos tripulantes do submarino que originou o livro “*Turn the Ship Around – A True Story of Turning Followers into Leaders*”, e que deu o mote para a discussão de como poderão os líderes da Secil empoderar mais as suas próprias equipas. Esta discussão foi facilitada com a ajuda de um baralho de cartas, desenvolvido internamente, com perguntas sobre as prioridades culturais.

SEGMENTO AMBIENTE

Ao longo do ano de 2022 a ETSA realizou vários eventos no sentido de disseminar os valores da empresa e aumentar a motivação dos seus Colaboradores. Entre estes destaca-se o Encontro de Quadros ETSA, que contou com a participação de cerca de 80 pessoas, onde se apresentaram os resultados do ano anterior e se perspetivou o ano em curso. Neste encontro os participantes foram desafiados a partilhar a sua opinião e a dar os seus contributos nas temáticas consideradas relevantes. Foi também promovida a comemoração de algumas efemérides, como o Dia Internacional da Mulher, através do envio de um presente a todas as colaboradoras da ETSA, e eventos de convívio (ex: magusto, almoço de Natal).

Em maio a ETSA organizou o Congresso Internacional da EFPRA – European Fat Processors and Renderers Association, evento no qual os seus principais quadros foram convidados a participar.

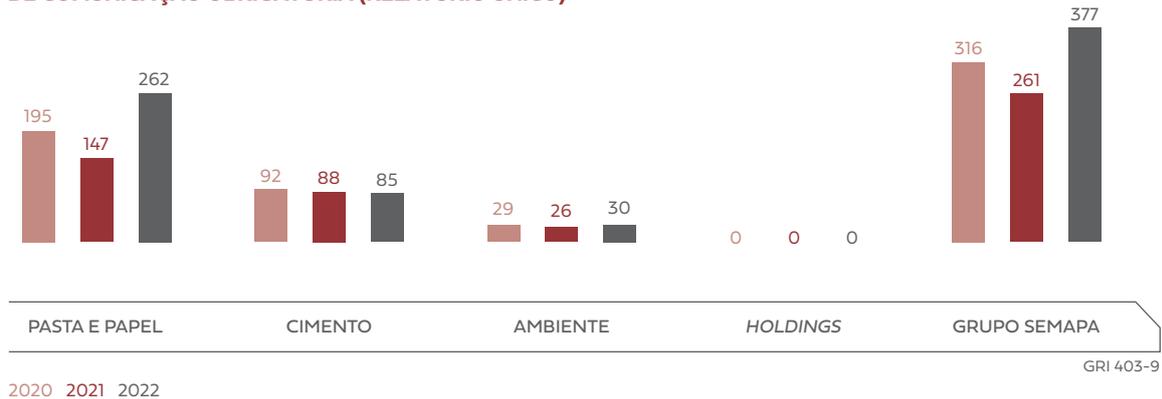
3.3 SAÚDE, SEGURANÇA E BEM-ESTAR NO TRABALHO

A natureza industrial da maior parte dos negócios das empresas do Grupo acarreta riscos potencialmente significativos para a saúde e segurança dos Colaboradores, que poderão levar à ocorrência de acidentes de trabalho e desenvolvimento de doenças ocupacionais. De referir também que o trabalho por turnos, a falta de equilíbrio entre a vida profissional e pessoal, entre outros, poderão ser fatores de tensão e de degradação da saúde mental, riscos esses que foram aumentados pela pandemia.

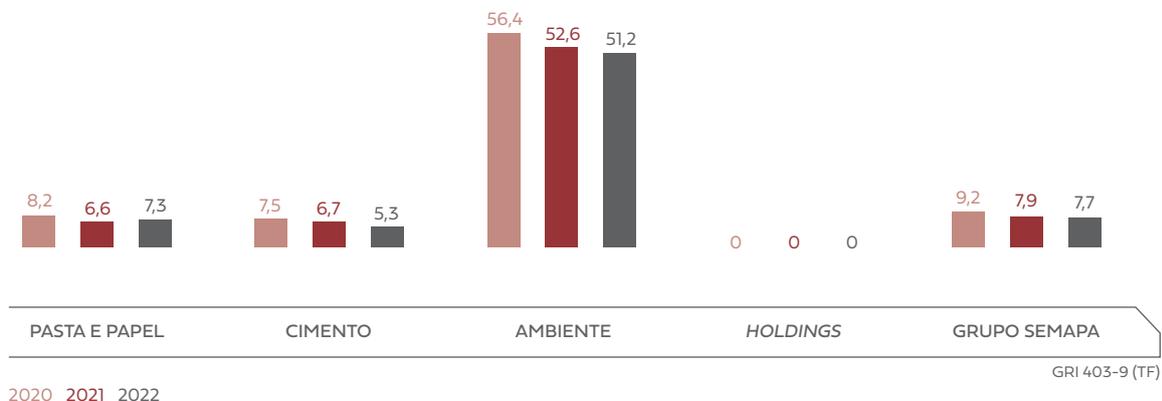
Atentos a esta realidade, o Grupo investe na criação de condições de trabalho seguras, na prevenção e na formação, como parte do desenvolvimento de uma cultura de segurança e saúde no trabalho. A implementação e certificação de Sistemas de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho, de acordo com a ISO 45001, é uma das apostas das Participadas Navigator e Secil. A área da saúde ocupacional e a adoção de práticas promotoras do bem-estar tem tido igualmente desenvolvimentos.

Pelo impacto na vida das pessoas e pela perda de produtividade e outros custos que acarreta, o tema da "Saúde, segurança e bem-estar no trabalho" representa, portanto, um tema da maior relevância para o Grupo Semapa. Importa salientar que o Grupo Semapa, no âmbito da sua Comissão de Sustentabilidade, tem constituído um Grupo de Trabalho dedicado a este tema, para, de forma holística, fazer o acompanhamento das tendências nos diversos setores, definir prioridades e promover iniciativas comuns, potenciando, deste modo, um maior alinhamento entre as diferentes empresas do Grupo.

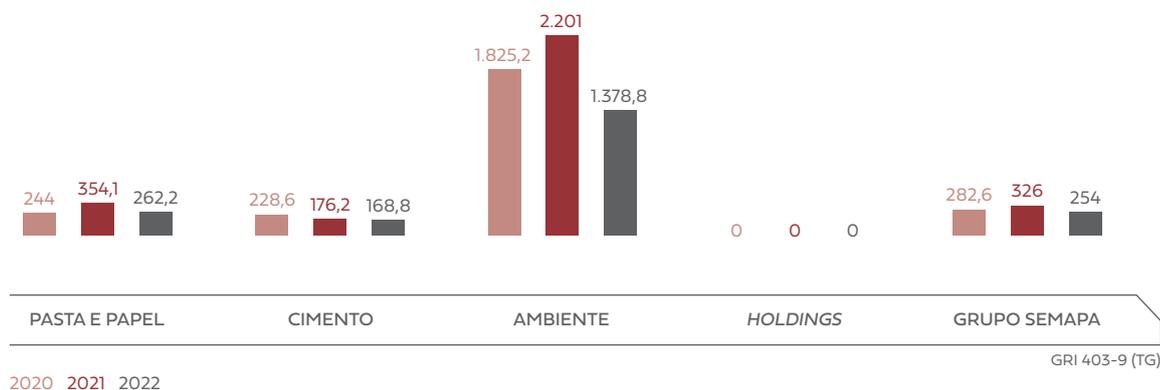
NÚMERO DE ACIDENTES DE TRABALHO DE COMUNICAÇÃO OBRIGATÓRIA (RELATÓRIO ÚNICO)



TAXA DE FREQUÊNCIA



TAXA DE GRAVIDADE



SEGMENTO HOLDINGS

INICIATIVA EM DESTAQUE

PARTILHA DE BOAS PRÁTICAS E INICIATIVAS DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

Em 2022, foram realizadas reuniões mensais do Grupo de Trabalho, com o objetivo de criar momentos de discussão e análise entre as empresas participadas. Tirando partido das experiências e conhecimentos de cada empresa, promoveu-se a partilha de boas práticas e iniciativas, tentando assim criar economias de escala no âmbito da segurança e saúde no trabalho. Entre as partilhas realizadas, estão os indicadores proativos e reativos, os *roadmaps* de segurança e saúde estabelecidos, os *safety walks* realizados e a "missão zero".

De salientar que foram realizadas três *Safety Walks* pelo Grupo de Trabalho – uma unidade de cada uma das empresas industriais do Grupo (Secil - Outão, ETSA - Coruche e Navigator - Setúbal). Estas visitas permitiram o contacto direto com Colaboradores com funções e responsabilidades diversas, tendo-se abordado diferentes temas de segurança, quais os projetos mais impactantes e as práticas mais valorizadas pelos Colaboradores.

SEGMENTO PASTA E PAPEL

Em 2022, a Navigator, em linha com a Estratégia para a Saúde e Segurança – Missão Zero –, investiu na: (1) definição dos processos de interação e de tomada de decisão – modelo de *governance* (ver caixa de destaque); (2) na continuidade do Programa de Saúde Ocupacional, que conta com uma equipa multidisciplinar para prevenção e apoio à adoção de comportamentos e técnicas que permitem apoiar os Colaboradores nas suas dificuldades do foro profissional ou pessoal; (3) melhoria dos postos de trabalho com impacto na saúde e na produtividade; e (4) reforço das competências, sentido de compromisso e envolvimento dos Colaboradores na adoção de práticas seguras, por via de ações de formação e sensibilização, com particular destaque para a vertente de gamificação – através das "Olimpíadas da Segurança", *webinars* e encontros presenciais subordinados ao tema "Vamos falar de saúde?".

Entre as diversas iniciativas realizadas em 2022 e alinhado com as principais causas de acidentes de trabalho (acidentes significativos), refira-se a continuidade do projeto de Ergonomia, através do qual são avaliados os locais onde existe maior prevalência de lesões músculo-esqueléticas relacionadas com o trabalho (LMERT) e se desenvolvem melhorias ergonómicas nos postos de trabalho e nas tarefas praticadas. Nos postos intervencionados existe um nível de satisfação elevado, superior a 90%, e uma redução do potencial de lesão músculo-esquelética.

INICIATIVAS EM DESTAQUE

criação de novo modelo de *governance* da Saúde e Segurança

Em 2022 foi implementado um novo modelo de *governance* da Saúde e Segurança na Navigator. Foram definidos Comitês – ao nível Local, Corporativo e da Administração –, que analisam os vários temas relacionados com a Segurança, tais como boas práticas, *benchmarking*, sinistralidade, investigação de incidentes, novos projetos, recursos e investimentos, entre outros.

Este modelo estabelece um importante canal de análise e discussão, colocando o desempenho desta área na agenda, e possibilitando um processo mais participativo, ágil e efetivo de tomada de decisões. Prevê a realização de reuniões periódicas, assegurando momentos de participação no alinhamento da estratégia de Saúde e Segurança que potenciam uma dinâmica crescente nos programas e iniciativas novos ou já em curso.

Programa de Medicina Preventiva em Moçambique

No âmbito da promoção da saúde e bem-estar dos Colaboradores da Portucel Moçambique, está em desenvolvimento um programa de medicina preventiva. Iniciado em outubro, este programa foi desenhado com o objetivo de promover a saúde na ótica da prevenção e deteção precoce de doenças ou lesões, nas três províncias de Moçambique onde a empresa opera – Maputo, Manica e Zambézia.

Com um investimento de cerca de 25.000 USD, o programa conta com a presença de um corpo médico competente, proporcionando um serviço de qualidade, fiabilidade e competência técnica. Através da deslocação da equipa médica ao local de trabalho, foi possível realizar um conjunto de rastreios com avaliação (análises clínicas) e aconselhamentos médicos para a promoção da saúde (consultas médicas). O programa obteve uma taxa de participação voluntária de 91%, tendo sido abrangidos todos os Colaboradores e prestadores de serviços – num total de 175 pessoas envolvidas.

SEGMENTO CIMENTO

Com o novo ciclo estratégico na Secil, a área de Saúde e Segurança acompanhou a Ambição e definiu para 2025 novos objetivos e um *Roadmap* de Saúde e Segurança – uma ferramenta global e transversal, que unifica a estratégia da Secil relativa à saúde e segurança no trabalho. Cada país tem o seu próprio Roteiro, que contempla quer as ações corporativas, quer outras adaptadas à realidade de cada geografia. É promovido um acompanhamento trimestral destes *roadmaps* junto de cada geografia/negócio, assim como a partilha e disseminação das boas práticas e iniciativas.

No caminho da construção de uma cultura de saúde e segurança mais sólida e consolidada, foi realizada uma consulta a todos os Colaboradores em maio de 2022. Esta permitiu fazer a avaliação dos últimos cinco anos e identificar pontos fortes e aspetos a melhorar. O estudo permitiu concluir que houve uma evolução positiva, existindo um alinhamento entre geografias e posições hierárquicas. Entre as iniciativas com melhores contributos, destacam-se: Diálogos Diários de Segurança; Safety Walks; Elemento de Ligação Operacional (ELOS); Embaixadores da segurança; Safety Moments; STOP/GO Card. Como aspeto a melhorar identificou-se a dimensão da formação, onde globalmente a Secil tem vindo a trabalhar, sendo de salientar, em 2022, **a formação na análise preliminar de risco** – ministrada a todos os Colaboradores do Grupo e incluído como objetivo global de Saúde e Segurança das várias geografias. Com este resultado fica reforçada a necessidade de se apostar ainda mais neste tópico e associá-lo ao desempenho de Saúde e Segurança.

INICIATIVA EM DESTAQUE**PROJETO ELOS: ELEMENTO DE LIGAÇÃO OPERACIONAL**

A Iniciativa ELOS foi criada no âmbito do programa da mudança de cultura, atitudes e comportamentos, na área de Segurança e Saúde. Esta iniciativa pretende criar agentes ativos de segurança nas várias áreas e instalações, que no desempenho das tarefas diárias, promovam o comportamento seguro individual e o sentido de responsabilidade sobre a segurança deles próprios e dos colegas.

Lançado em 2015 na Unidade Portugal Cimento, em 2021 foi estendida a todo o Grupo e atualmente a iniciativa ELOS encontra-se implementada em todas as fábricas de cimento do Grupo das várias geografias. Na ótica do “Eu preocupo-me com a minha segurança e com a dos outros”, o programa já contou com a colaboração de mais de 200 ELOS, que assumiram a responsabilidade de ter um papel ativo na manutenção de uma cultura de segurança rigorosa. A intenção é formar uma corrente de ELOS e assim “amarrar” a cultura de Saúde e Segurança no cuidado com os outros.

SEGMENTO AMBIENTE

A ETSA prosseguiu em 2022 o “caminho para a segurança”, focando-se em dois aspetos fundamentais: o poder trabalhar em segurança e o saber trabalhar em segurança. Em resultado o trabalho focou-se: (1) na análise exaustiva das causas dos incidentes/acidentes de trabalhos sofridos pelos Colaboradores, tendo-se verificado uma redução, face a 2021, do Índice de Frequência e o Índice de Gravidade de acidentes de trabalho; (2) na melhoria das condições para a realização de trabalhos em altura e em espaços confinados; (3) na gestão e controlo dos riscos biológicos – decorrentes do trabalho com os diferentes tipos de subprodutos animais que são recolhidos, transportados e transformados; (4) e na formação, informação e consulta aos Colaboradores em matéria de segurança e saúde no trabalho.

INICIATIVA EM DESTAQUE**MELHORIA DAS CONDIÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DE TRABALHOS EM ALTURA E EM ESPAÇOS CONFINADOS**

Considerando as particularidades das atividades realizadas nas unidades da ETSA, os trabalhos em altura e em espaços confinados representam uma das tarefas de maior risco para os seus Colaboradores. Torna-se, portanto, necessário investir numa correta monitorização destes trabalhos, assim como na aquisição e colocação em serviço de equipamentos vários e equipamentos de proteção individual (EPI) que minimizem esses riscos.

Nesse sentido, decorreu ao longo de 2022, a monitorização dos trabalhos por uma empresa especializada, à qual se seguiram jornadas práticas e de formação, nas quais uma ampla representação dos Colaboradores da empresa teve a oportunidade de conhecer e familiarizar-se com o uso de equipamentos e EPI, que permitem a realização destes trabalhos em segurança. Estas experiências foram realizadas tanto em centros de formação de empresas especializadas, como nas unidades da empresa. Desta forma foram identificados os elementos a adquirir e a utilizar num futuro imediato.

4\ Capital Social



4.1 ENVOLVIMENTO COM A COMUNIDADE LOCAL

OS NOSSOS IMPACTOS



A promoção do desenvolvimento das comunidades constitui um dos princípios estratégicos que orientam a atuação do Grupo Semapa. Com base numa profunda consciência social e ambiental, as ações do Grupo materializam-se através de iniciativas:

- > Das empresas, em linha com os respetivos âmbitos de atividade e adaptadas às necessidades locais – inclui donativos em espécie e financeiros, ações de solidariedade, desenvolvimento de projetos de literacia ambiental e ações de capacitação, entre outros.
- > Da Fundação Nossa Senhora do Bom Sucesso – Instituição Particular de Solidariedade Social, criada em 1951, pela família Queiroz Pereira, e que visa promover a saúde e o desenvolvimento humano, com especial foco na saúde da criança e da mulher.
- > Da Associação Salvador que atua na área da deficiência motora promovendo a inclusão das pessoas com este tipo de deficiência e desenvolvendo projetos que respondem às necessidades neste campo.

Estas iniciativas resultam da consciência sobre os impactos que as atividades das empresas do Grupo podem ter nas comunidades onde operam. Por serem o primeiro elo da cadeia de valor a receber os impactos associados às diversas operações industriais, florestais, entre outras, as comunidades têm um papel decisivo na aceitação das empresas.

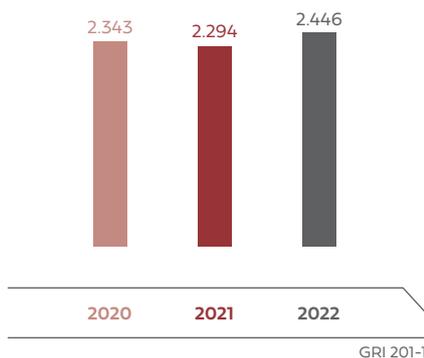
Para minimizar os impactos negativos – tais como emissões atmosféricas, odores, ruído, efluentes, entre outros – as empresas do Grupo têm implementados um conjunto de controlos, boas práticas e certificações; estão igualmente vinculadas ao cumprimento de requisitos legais exigentes. No que diz respeito aos impactos positivos, é de salientar que são gerados, direta e indiretamente, através das respetivas cadeias de valor, empregos e benefícios vários decorrentes do desenvolvimento dos setores de atividade onde estão inseridos – pelas operações próprias, compras, atividades de investigação, desenvolvimento e inovação, trabalho em parceria com os diferentes *stakeholders*, entre outros (Cap. 3.4).

Importa referir que o envolvimento com as comunidades assenta também numa abordagem de proximidade, potenciando-se uma relação de confiança e reforçando a licença social para operar das diferentes Participadas. Entre os diferentes mecanismos de diálogo existentes, merecem destaque as Comissões de Acompanhamento das Comunidades nos complexos industriais da Navigator e o seu Fórum de Sustentabilidade, assim como as Comissões de Acompanhamento Ambiental (Portugal, Tunísia e Brasil) da Secil.

Por outro lado, e como herdeira da longa tradição empresarial de filantropia e mecenato da Família Queiroz Pereira – sua acionista de referência –, o Grupo Semapa desenvolve e apoia projetos de responsabilidade social, quer pela Fundação Nossa Senhora do Bom Sucesso, quer pelas empresas, em alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas. Estas ações visam, em última análise, melhorar a qualidade de vida das comunidades e a preservação ambiental.

Como expressão das atividades do Grupo neste âmbito, apresenta-se o volume de Investimentos na Comunidade no período de relato.

INVESTIMENTOS NA COMUNIDADE (K€)



Por forma a criar um maior alinhamento entre as ações de responsabilidade social desenvolvidas pelo Grupo Semapa, refira-se a existência de um Grupo de Trabalho transversal dedicado a este tema.

SEGMENTO HOLDINGS

Em 2022 a *Holding* concedeu donativos financeiros à Fundação Nossa Senhora do Bom Sucesso (ver caixa de destaque) e à Associação Salvador – que se dedica a promover a integração social de pessoas com deficiência motora.

INICIATIVA EM DESTAQUE

FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO BOM SUCESSO

A Fundação Nossa Senhora do Bom Sucesso¹, ciente da importância estratégica dos primeiros anos de vida, privilegia a educação para a saúde, a deteção e intervenção precoces – materializado num modelo de saúde infantil que se pretende inspirador para toda a sociedade – contribuindo, deste modo, para a construção de uma sociedade mais saudável e sustentável.

A Fundação proporciona um modelo de vigilância de saúde assente nas melhores práticas de medicina preventiva e de enfermagem, atuando precocemente, prevenindo e gerindo a doença. Em 2022, as intervenções de saúde da Fundação tiveram impacto em mais de 8 mil pessoas. Realizou cerca de 17 mil consultas, das quais 86% foram dedicadas a jovens.

Em 2022, a Fundação deu continuidade à campanha europeia “First Years. First Priority”, lançada em dezembro de 2020 e da qual assume a sua liderança em Portugal. Uma vasta coligação de parceiros – entidades públicas, solidárias e privadas – desenharam e empenharam-se num programa conjunto de ações de formação e disseminação de informação, que visaram alertar e promover uma maior consciencialização da parte da sociedade portuguesa para a importância dos primeiros anos de vida, muito em especial dos primeiros 1000 dias de vida. Neste contexto foram realizados 34 eventos a nível nacional e lançadas nas redes sociais, sob a rubrica “Sabia que...?”, 15 mensagens de alerta para as boas práticas a adotar.

O desempenho da Fundação no ano 2022 contribuiu assim diretamente para a prossecução de quatro ODS, nomeadamente: 1- Erradicação da Pobreza; 3-Saúde de Qualidade; 4-Educação de Qualidade; e 5-Igualdade de Género.

SEGMENTO PASTA E PAPEL

A Navigator materializa a sua relação com as comunidades através de um conjunto diversificado de iniciativas, que incluem projetos de literacia para a floresta, transferência de conhecimento sobre gestão florestal e capacitação de produtores florestais, o Programa de Desenvolvimento Social em Moçambique, e a concessão de diversos apoios diretos – através de donativos financeiros, em papel e árvores.

Os projetos “My Planet”² e “Dá a Mão à Floresta”³ regressaram às ações junto da comunidade. O primeiro através de iniciativas de plantação de árvores promovidas com entidades locais, e o segundo por meio de atividades lúdico-pedagógicas de sensibilização dos mais novos para a necessidade de proteger e valorizar a floresta nacional. Neste âmbito destaca-se a iniciativa “Floresta em família no Centro Desportivo do Jamor”.

Este foi o ano de descolagem do projeto “Floresta do Saber”⁴, realizado no RAIZ – Instituto de Investigação da Floresta e do Papel, com o desenvolvimento de várias atividades presenciais, nomeadamente sessões práticas em ambientes de floresta e laboratório, organizadas em parceria com instituições de ensino como a Escola Profissional de Aveiro e vários Agrupamentos de Escolas locais.

A comunidade de Produtores Florestais viu igualmente retomar as ativações, tais como a participação em feiras do setor e a realização do Encontro Anual de Produtores Florestais, assim como o lançamento dos fascículos do Guia Prático do Setor Florestal – ação com a qual a Navigator procura estimular a partilha

1 <https://fnsbs.pt/>

2 <https://myplanet.pt/>

3 <https://www.daamaoafloresta.pt/pt>

4 <https://florestadosaber.pt/wp/>

de conhecimento e a capacitação dos *stakeholders* ligados à floresta. De salientar ainda a participação da Navigator na Woodfiber Conference 2022, uma das mais renomadas conferências internacionais do setor. Neste evento, visitas ao RAIZ, ao Complexo Industrial de Setúbal e aos viveiros da Herdade de Espirra constituíram uma experiência diferenciadora para os seus participantes.

A Navigator procedeu também à criação do *website* biodiversidade.com.pt⁵, que oferece uma coleção distinta de conhecimentos e informações sobre conservação e gestão florestal sustentável, juntamente com o [Florestas.pt](https://florestas.pt). Refira-se, por exemplo, o contributo dos estagiários de verão, do Instituto Superior de Agronomia de Lisboa, no desenvolvimento de conteúdos para o [Florestas.pt](https://florestas.pt)⁶, potenciando o seu envolvimento numa temática tão relevante à escala global.

O contributo transversal da Navigator na luta contra as alterações climáticas e o seu posicionamento como bioindústria no lado certo do futuro, perpassou em toda a estratégia de conteúdos nos suportes acima mencionados e também na estratégia de relação com os *media*. A ação junto da comunicação social permitiu destacar, através de vários modelos (*press releases*, entrevistas, artigos), temas como as florestas plantadas e gestão florestal sustentável, biodiversidade, desmistificação das perceções sobre o eucalipto, a Agenda 2030 da Navigator, a investigação e desenvolvimento de novos bioprodutos, no quadro de uma bioeconomia de base florestal, a par da descarbonização, entre outros.

O levantamento das restrições da pandemia permitiu a retoma das Navigator Tours, com visitas às unidades de produção, bem como ao RAIZ, através das quais se promoveu a aproximação de entidades como escolas, universidades e outras instituições da comunidade.

No âmbito do Programa de Desenvolvimento Social em Moçambique, a Navigator consolidou e reforçou as suas atividades junto das cerca de 7.000 famílias abrangidas pelo projeto.

Os donativos de papel são uma das formas mais diretas de apoio à Comunidade, contribuindo substancialmente para o funcionamento administrativo regular das instituições apoiadas, nos locais onde a Navigator opera, como é o caso das escolas e juntas de freguesia – em 2022, a doação de papel correspondeu a 120 toneladas, num investimento superior a 170.000 euros. Os aspetos culturais e de inclusão social continuaram a assumir relevância especial nestes apoios, destacando-se a manutenção do contributo para a edição *braille* da revista *Visão*, através da doação de papel para a produção e impressão desta revista destinada a invisuais.

As plantas oriundas dos Viveiros Aliança são outra área importante dos apoios concedidos à comunidade, sendo de salientar, em 2022, o apoio dado no âmbito da inauguração do Navigator Park (Cap. 4.2.4).

INICIATIVA EM DESTAQUE

FLORESTA EM FAMÍLIA NO CENTRO DESPORTIVO DO JAMOR

Com o objetivo de aproximar a Navigator e os seus projetos da comunidade em geral, a empresa participou, em parceria com o Instituto Português do Desporto e da Juventude (IPDJ) e o Parque Urbano do Jamor, em duas iniciativas – “Floresta em Família” e comemoração da Semana Europeia do Desporto.

Estes eventos permitiram ativar os programas “Dá a Mão à Floresta” e “My Planet” através da sensibilização para temas ligados à literacia ambiental, à importância do desporto ao ar livre e à inclusão social. Foi ainda realizada a reflorestação de uma zona do Parque Urbano do Jamor, com a plantação de 250 árvores, e uma atividade sensorial que permitiu “sentir” a floresta. As iniciativas contaram com a participação de 859 crianças e 1.998 adultos, incluindo jovens e adultos com deficiências a nível cognitivo e motor.

⁵ <https://biodiversidade.com.pt/>

⁶ <https://florestas.pt/>

INICIATIVAS EM DESTAQUE

ENCONTRO ANUAL DE PRODUTORES FLORESTAIS

Realizado em outubro, sob o tema “Maior rentabilidade e melhor gestão em minifúndio”, o Encontro Anual de Produtores Florestais, promovido pela Navigator, reuniu os agentes do setor para apresentar bons exemplos de sustentabilidade e rentabilidade, num total de 112 participantes para além de 679 visualizações do *streaming*.

O evento teve como objetivo assegurar uma presença crescente junto da comunidade e dos agentes da floresta e incentivar o debate de temas relevantes para o setor, num contexto marcado pela importância que a prevalência da pequena propriedade privada tem na promoção da gestão florestal sustentável em Portugal. Foram abordados temas como as áreas florestais agrupadas, as áreas integradas de gestão da paisagem, a qualidade da planta como garantia de rentabilidade, e a valorização da biomassa. Deste modo, potenciou-se o intercâmbio de ideias e experiências entre produtores e proprietários, instituições públicas, empresas de serviços, autarcas, associações e indústria.

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL EM MOÇAMBIQUE

O Programa de Desenvolvimento Social em Moçambique está estruturado em três vertentes – aumentar o rendimento, melhorar o bem-estar e a segurança alimentar das comunidades locais –, e corresponde a um investimento de mais de 7 milhões de euros (realizado desde 2015).

Em 2022, o programa consolidou e reforçou as suas atividades junto das cerca de 7.000 famílias abrangidas. Entre as diversas atividades realizadas, refira-se: o reforço das ações na área do bem-estar das comunidades, com destaque para a saúde e educação, assim como no acesso a água potável e na sensibilização ambiental, com 3.625 pessoas envolvidas em 2022, 43% das quais mulheres; a continuidade do projeto de construção do bloco operatório no hospital distrital de Ile, na província da Zambézia, cuja conclusão está prevista para 2023; o apoio, através da aquisição de materiais de construção, a quatro salas de aula na Escola Secundária de Munhinga; e a criação de uma Sala de Conservação da Biodiversidade, com o objetivo de sensibilizar as gerações mais jovens para a importância da preservação dos valores biológicos, em ligação com o Parque Nacional de Chimanimani, que se situa na sua envolvente.

INAUGURAÇÃO DO NAVIGATOR PARK PROMOVE A BIODIVERSIDADE EM MEIO URBANO

Em fevereiro foi inaugurado o Navigator Park – parque arborizado plantado pela Navigator, numa parceria com a Nova School of Business & Economics (Nova SBE) e a Fundação Alfredo de Sousa.

Localizado no campus da Nova SBE, em Carcavelos, o Navigator Park ocupa 3.000 m² de área. Esta iniciativa teve como objetivos criar um espaço de lazer e recreação para a comunidade escolar e municipal e, em simultâneo, estimular a biodiversidade local, através da plantação de árvores e arbustos de grande, médio e pequeno porte, e também herbáceas. Esta ação contou com a participação da comunidade escolar e munícipes do concelho de Cascais. Foram plantadas 7.900 árvores, arbustos e herbáceas de 20 espécies diferentes, doadas pela Navigator através dos seus Viveiros Aliança, tendo-se garantido igualmente a consultoria técnica necessária ao sucesso da arborização do parque.

No âmbito da sua estratégia de sensibilização para a proteção da Natureza, a preservação da biodiversidade no Navigator Park é um espelho da gestão florestal da empresa, assente em práticas de conservação que permitem proteger *habitats* importantes.

SEGMENTO CIMENTO

Em 2022, a Secil deu continuidade a um conjunto de apoios que procuram dinamizar as comunidades, desenvolvendo uma relação próxima com os seus vizinhos e *stakeholders*. Estes apoios abrangeram as vertentes ambiental, desportiva, cultural e social, com especial enfoque para donativos a associações e patrocínios concedidos a diversos eventos.

No que diz respeito à dimensão ambiental, refira-se: o apoio ao estudo das pradarias marinhas do Sado, neste que foi o primeiro levantamento cartográfico dedicado a um estuário em Portugal; a continuidade dada ao protocolo com o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) no âmbito do Projeto Biomares, que visa estudar e restaurar as pradarias de ervas marinhas do Parque Marinho Luiz Saldanha, adjacente ao Parque Natural da Arrábida.

Entre os diversos apoios associativos, destaca-se: o donativo aos Bombeiros Voluntários da Maceira, para aquisição de uma nova viatura de apoio aos incêndios; e a 19.ª edição do apoio protocolar ao Movimento Associativo Setubalense, que foi celebrado através de um evento onde estiveram presentes os representantes de mais de 80 associações desportivas, culturais e de solidariedade social locais, que renovaram assim o protocolo celebrado com a Secil.

A nível cultural, foram concedidos patrocínios a diversos eventos culturais – tais como o Festival Musical de Leiria, Cistermúsica, Festival FESTASSO em Setúbal, Prémio Literário Bocage –, e à Casa de Cultura da Maceira. Importa igualmente referir que, durante o ano de 2022, o Museu do Cimento – testemunho histórico da produção de cimento, na fábrica Secil Maceira-Liz – abriu novamente portas, após um período de interrupção de atividade devido à pandemia, tendo acolhido um total de 541 visitantes, números esses que superam os resultados obtidos em 2018.

Na área social, a Secil apoiou: as vítimas da Guerra da Ucrânia; e o Hospital do Outão, em Setúbal, através de doações em espécie e donativos mensais, que ajudaram a cobrir os custos relacionados com água e de construção, visando a melhoria das suas instalações.

INICIATIVA EM DESTAQUE

SOLIDARIEDADE COM AS VÍTIMAS DA GUERRA NA UCRÂNIA

Num ano marcado pelo conflito na Ucrânia, a Secil realizou um conjunto de iniciativas próprias, e em parceria, com o objetivo de contribuir, na medida do possível, para a mitigação dos efeitos colaterais da guerra na Ucrânia.

Foi realizado o acolhimento, no bairro da fábrica de Maceira-Liz, a famílias ucranianas, desalojadas pela guerra, por forma a providenciar casa temporária. Foi dado apoio financeiro à iniciativa de envio de uma carrinha, pelo Clube de Rugby de Setúbal, com mantimentos para a fronteira da Ucrânia. No âmbito da campanha de Natal promoveu-se, em parceria com as restantes empresas do Grupo Semapa e com a UAPT - Ukrainian Association in Portugal, uma recolha de brinquedos para crianças ucranianas.

SEGMENTO AMBIENTE

Em 2022, a ETSA deu continuidade à prestação de apoio financeiro a organizações privadas de solidariedade social e agentes da administração pública das áreas circundantes das várias unidades de negócio. Ao longo do ano apoiou iniciativas junto da comunidade local de Coruche, Pedroso e Seixezelo, através da Câmara Municipal e Junta de Freguesia respetivamente, dos bombeiros voluntários de Fanhões e Coruche, e instituições particulares de solidariedade social localizadas em Santo Antão do Tojal, com valência de lar de infância e juventude. Manteve igualmente os apoios financeiros a associações sem fins lucrativos ambientais.

5\ Capital Intelectual



5.1 INVESTIGAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO

OS NOSSOS IMPACTOS



O Grupo Semapa investe em atividades de Investigação, Desenvolvimento e Inovação como forma de garantir novas fronteiras de rentabilidade do negócio, aumentar a eficiência dos processos e criar produtos inovadores (Cap. 4.1.5). Este alinhamento é partilhado por todos os segmentos de negócios do Grupo, que possuem áreas próprias de IDI, para garantir a geração de conhecimento científico e tecnológico, mantendo a competitividade nos diversos setores.

Por forma a alavancar as suas atividades de Investigação, Desenvolvimento e Inovação, as empresas do Grupo participam em redes de trabalho e em consórcios, apresentando candidaturas a fundos e programas de financiamento externo (nacionais e internacionais), para além do investimento próprio que realizam neste domínio.

A Navigator e a Secil são dois exemplos de como a inovação pode produzir produtos mais sustentáveis do ponto de vista ambiental, contribuindo para o caminho que está a ser feito em matéria de transição para uma economia de baixo carbono e circular. No que diz respeito à ETSA, os investimentos contínuos feitos na inovação dos seus processos industriais têm reduzido o seu impacto ambiental como resultado da descarbonização do processo. No caso da mais recente empresa do Grupo, a Semapa Next, esta procura promover a inovação dentro e fora dos mercados onde está inserida, por meio do investimento em *startups* inovadoras.

O conhecimento resultante destas iniciativas tem, portanto, um impacto económico real, que se materializa na criação de produtos inovadores e diferenciadores, para além de nova tecnologia e serviços, com reflexo nas respetivas cadeias de valor. De salientar ainda que o suporte ao trabalho de investigação desenvolvido por equipas de investigadores, técnicos e bolseiros, permite contribuir para a promoção da formação pós-graduada em Portugal e para gerar emprego científico. Estimula-se a criação de propriedade intelectual, por ex. através de registo de patentes, assim como de publicações científicas.

¹ Montantes de despesas com desenvolvimento e inovação de 2021 candidatas a SIFIDE (Sistema de Incentivos Fiscais à I&D Empresarial)

SEGMENTO PASTA E PAPEL

Conscientes da relevância do conhecimento científico e tecnológico para as suas atividades, a Navigator criou, em 1996, numa iniciativa pioneira em Portugal, o seu próprio centro de Investigação e Desenvolvimento (I&D), em parceria com três universidades portuguesas – o RAIZ² – Instituto de Investigação da Floresta e do Papel. O RAIZ é atualmente um organismo privado e sem fins lucrativos, reconhecido como entidade do Sistema Científico e Tecnológico Nacional e como Centro Interface – Centro de Tecnologia e Inovação – que contribui para a competitividade da empresa, e do setor em geral, com impactos positivos em toda a cadeia de valor. É o maior instituto privado europeu, e um dos maiores do mundo, dedicado à I&D da floresta de eucalipto e dos seus produtos.

Na Navigator, o ano foi marcado pela conclusão do projeto Inpactus – Produtos e Tecnologias Inovadoras³ a partir do Eucalipto, que ultrapassou largamente todos os indicadores de desempenho estabelecidos.

Em 2022, foram reforçadas as dinâmicas de cocriação, através do lançamento pelo RAIZ da 1.ª edição do Programa de Cocriação para a Valorização do Conhecimento Científico e Tecnológico em Bioeconomia Circular e Digital de Base Florestal. O programa é destinado a *startups* ou PME nacionais, detentoras de tecnologias inovadoras, novos processos ou bioprodutos que possam responder aos desafios da Navigator.

No que diz respeito a fontes de financiamento externo, foram apresentadas e integradas candidaturas ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), com um esforço total de investimento de 254 milhões de euros. Dos financiamentos atribuídos pelo PRR, em 2022, foram iniciados dois projetos na componente de Agendas Mobilizadoras para a Inovação Empresarial e um na componente de Bioeconomia:

- > *transForm* – Transformação digital do setor florestal para uma economia resiliente e hipocarbónica. Esta agenda, liderada pela Altri Florestal, corresponde a uma iniciativa nacional única cujo desígnio principal é desencadear a transformação estrutural do setor florestal português. Com a coordenação técnico-científica do ForestWISE – Laboratório Colaborativo para Gestão Integrada da Floresta e do Fogo, a Navigator e o RAIZ participam neste projeto visando contribuir para uma floresta de eucalipto mais produtiva e resiliente, através do desenvolvimento de novos materiais genéticos, boas práticas silvícolas e de gestão florestal.
- > *From Fossil to Forest* é uma agenda liderada pela Navigator, que tem como objetivo a diversificação do seu negócio através do desenvolvimento de embalagens e produtos à base de celulose – bioprodutos sustentáveis. Este tipo de soluções permite a redução do uso de materiais de origem fóssil, como o plástico, substituindo-os por materiais de base renovável e sustentável a partir da floresta.
- > *Be@T* – Bioeconomia Têxtil, conta com a participação da Navigator e RAIZ e visa o desenvolvimento de biocompósitos de celulose com matrizes termoplásticas para aplicações em têxteis.

A área Industrial/Tecnológica do RAIZ dedica-se à produção de conhecimento para reforço da competitividade e sustentabilidade do negócio. Em 2022, salienta-se a entrada em funcionamento do Laboratório Piloto em Bioprodutos, com dois processos de *scale-up* à escala piloto ao nível dos compostos bioativos da folhagem (óleos essenciais) e dos biocompósitos, com bioplásticos que irão permitir desenvolver produtos e testar o mercado.

No domínio da gestão e proteção florestal, importa referir que foram dados passos importantes no melhoramento genético, o que permitirá tornar os eucaliptos mais resistentes a doenças e às alterações climáticas, com impactos positivos, nomeadamente no potencial aumento da produtividade florestal. Progrediu-se igualmente no combate às pragas que afetam as produções de eucalipto, e concluiu-se com êxito os estudos que serviram de base ao pedido de aprovação para a libertação na natureza de um agente de combate a uma das principais pragas do eucalipto.

² <http://raiz-iifp.pt/>

³ <https://www.youtube.com/watch?v=Ph6NPRtIEOg>

INICIATIVAS EM DESTAQUE

IMPACTUS DÁ ORIGEM A 37 NOVAS PATENTES

O projeto Inpactus⁴ terminou em 2022 após quase cinco anos de trabalho de investigação, desenvolvimento e inovação. Liderado pela Navigator, este foi o maior programa nacional de I&D em bioeconomia de base florestal. No âmbito deste projeto foi criada uma plataforma de excelência Universidade-Indústria, que permitiu a implementação de um modelo colaborativo único baseado no conceito da cocriação. O modelo para a valorização do conhecimento do Inpactus permitiu a certificação europeia do Instituto RAIZ como um Business Innovation Center em bioeconomia circular de base florestal.

Com o objetivo de contribuir para a descarbonização e uma economia mais sustentável, circular e competitiva, o projeto nasceu como uma copromoção entre a Navigator, o RAIZ, a Universidade de Coimbra e a Universidade de Aveiro, e contou com o envolvimento de instituições parceiras, como as universidades da Beira Interior e do Minho, o Instituto Superior Técnico, a Universidade Nova de Lisboa, o Instituto Ibérico de Nanotecnologia, os Centros de I&D RISE Bioeconomy (da Suécia) e Fraunhofer (da Alemanha) e a *spin-off* Satisfibre.

Os resultados traduziram-se em 37 novas patentes, quatro novos produtos industrializados, oito estudos de viabilidade técnico-económica para potenciais novos negócios em bioprodutos, 66 protótipos, 114 provas de conceito e 147 publicações científicas. Tendo envolvido mais de 200 profissionais, promoveu igualmente a formação de quadros altamente especializados no domínio da bioeconomia de base florestal: 24 doutoramentos; 45 mestrados; e duas Cátedras Internacionais Convidadas. Alguns dos resultados deste projeto incluem: novos produtos papeleiros no mercado – gKRAFT (embalagem), Amoos Aquactive (*tissue*), Amoos Naturally Soft (*tissue*), Amoos Air sense (*tissue*); estudos de viabilidade técnico-económica de novos processos e bioprodutos.

Este foi um projeto inovador e estruturante para afirmar Portugal na nova bioeconomia de base florestal, global, sustentável e competitiva, assente na fileira de eucalipto e na indústria da pasta e do papel.

NAVIGATOR LIDERA AGENDA FROM FOSSIL TO FOREST

A Agenda "From Fossil to Forest – Produtos de Embalagem Sustentáveis para Substituição do Plástico Fóssil" é uma das cinco candidaturas ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) em que a Navigator esteve envolvida em 2022. A Navigator lidera este consórcio, com 27 parceiros nacionais, entre os quais empresas, universidades e centros de investigação, com a finalidade de desenvolver, patentear, produzir e comercializar soluções de *packaging* com materiais de base renovável e biodegradável a partir da floresta.

O investimento da Navigator e do RAIZ no projeto ascende a 81,7 milhões de euros, num orçamento total de 103,3 milhões de euros, estando prevista a criação de 102 novos postos de trabalho e o desenvolvimento de 17 novos produtos.

São seis as linhas de ação consideradas: 1) pastas e papéis castanhos para embalagem, com uma redução de 20 por cento no consumo de madeira; 2) otimização de propriedades mecânicas de resistência do papel; 3) papéis com propriedades barreira sustentáveis (à água e à gordura); 4) desenvolvimento de papéis inteligentes com incorporação de sensores; 5) celulose moldada para embalagens de uso único; e 6) biocompósitos para aplicação em *packaging* produzido por injeção, entre outras aplicações.

⁴ <https://youtu.be/Ph6NPRtIEOg>

SEGMENTO CIMENTO

A Secil reconhece a importância da indústria cimenteira para o futuro da construção e considera a sustentabilidade dos seus produtos como um dos elementos estratégicos da empresa, em consonância com os objetivos de descarbonização do setor até 2050. Com este propósito, a empresa tem um conceito de inovação ambicioso e tem estado a trabalhar no desenvolvimento de diversos produtos com foco na economia circular e em soluções que promovam a construção sustentável.

Em 2022, deu continuidade a diversos projetos de investigação e inovação, destacando-se de seguida os mais relevantes. Importa salientar que, decorrente do processo de inovação, foi lançado pela Secil em 2022 o primeiro betão neutro em carbono de Portugal – Betão Verdi Zero (Cap. 4.1.5).

INICIATIVAS EM DESTAQUE

LOWC-BIONIC – ESTRUTURAS DE FORMA ORGÂNICA EM BETÃO DE BAIXO CARBONO PRODUZIDAS COM IMPRESSORAS 3D

O projeto LowC-Bionic⁵ (2021-2023), liderado pela Secil em parceria com o Instituto Superior Técnico e Instituto Politécnico de Leiria, tem como objetivo desenvolver uma tecnologia emergente para a criação de estruturas de forma orgânica em betão de baixo carbono, produzidas com impressoras 3D. Este desafio envolve o desenvolvimento de um material avançado de base cimentícia que possa ser usado num equipamento de impressão tridimensional. Com este projeto, pretende-se otimizar os seguintes aspetos:

- > Reologia (estudo da deformação e movimento das matérias) e propriedades dos materiais de base cimentícia, coloridos multifuncionais e sustentáveis de baixo teor de carbono;
- > Tipologia, através de processos computacionais, para o *design* de estruturas com forma orgânica tridimensional inspiradas na Natureza;
- > Obtenção de estruturas biónicas impressas em betões ou microbetões de baixa pegada carbónica, capazes de reagir à humidade do meio ambiente através de alterações cromáticas reversíveis.

Prevê-se que as estruturas permitam interatividade por sensorização embutida, comunicando com sistemas centralizados e gerando dados monitorizáveis e registáveis na forma de Big Data – o que constitui uma inovação verdadeiramente distintiva no setor da construção, na medida em que apresenta uma disrupção no estado da arte e da técnica a nível internacional.

No que concerne aos resultados alcançados, procedeu-se ao desenvolvimento de argamassas de base cimentícia comerciais para a impressão de elementos estruturais e arquitetónicos em impressoras 3D de betão e deu-se início ao desenvolvimento de um novo produto, inovador no mercado, que permite a execução deste tipo de elementos impressos, com a possibilidade da afinação de cor, incorporação de tecnologia e de novos materiais (argamassas termocromáticas).

NOVO CIMENTO COM MENOR INTENSIDADE CARBÓNICA E MAIOR CIRCULARIDADE

Em conformidade com as orientações estabelecidas para a indústria cimenteira e com o compromisso de reduzir as emissões de carbono em toda a cadeia de valor, foi desenvolvido um novo cimento com recurso à utilização de materiais que se encontram parquoados, permitindo a sua reciclagem. Foram realizados testes em laboratório em vários tipos de cimento, seguidos de ensaios industriais e, finalmente, realizados ensaios em betão.

O projeto resultou na certificação e comercialização de um novo produto, o CEM II/B – M 42,5 R, para uso na produção de betão na Secil Betão. O novo cimento apresenta uma pegada carbónica menor e maior circularidade, incorporando resíduos reciclados e reduzindo a necessidade de utilização de matérias-primas virgens.

5 <https://www.secil-group.com/pt/inovacao/lowc-bionic>

INICIATIVAS EM DESTAQUE

BATERIAS 2030 – AS BATERIAS COMO ELEMENTO CENTRAL PARA A SUSTENTABILIDADE URBANA

O projeto Baterias 2030⁶ (2020-2023), financiado pelo programa Portugal 2020 e envolvendo um total de 14 empresas e nove instituições científicas nacionais, tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento de tecnologias aplicadas às baterias do futuro e à sua transferência para ambiente urbano. Assenta na criação de soluções disruptivas, fiáveis, sustentáveis, facilmente escaláveis, passíveis de serem integradas em toda a cadeia de valor e acessíveis ao consumidor. Procura, deste modo, abordar os desafios relacionados com a descarbonização e a disseminação de comunidades energéticas sustentáveis, com vista a moldar as cidades do futuro.

O projeto avançou na avaliação das tecnologias mais apropriadas para a integração em betão, e foram produzidos protótipos de integradores para tecnologias de captação de energia térmica e betão. O projeto tem apresentado níveis de sinergia elevados e permitido a integração de diferentes áreas do conhecimento, tendo em conta a complementaridade entre os diversos parceiros. A interação entre as equipas responsáveis pelo desenvolvimento dos diferentes materiais, simulações, sensorização e o *know-how* específico em cada área, tem potenciado os resultados pretendidos.

PROJETO RETROFEED – SMART RETROFITTING IN PROCESS INDUSTRY

O Projeto Retrofeed⁷ (2019-2023) tem como principal objetivo a utilização de matérias-primas e combustíveis de origem biológica em processos industriais, numa lógica de economia circular, através da modernização dos equipamentos principais, da implementação de um sistema avançado de monitorização e controlo, e facultando um Sistema de Apoio à Decisão (DSS) em toda a cadeia de produção. Esta abordagem será implementada e demonstrada em instalações industriais que representam cinco setores de elevado consumo de recursos e de energia – cimento, aço, alumínio, cerâmica e agroquímico.

O Retrofeed é um projeto Horizonte 2020, constituído por um consórcio de 18 parceiros de 10 países diferentes. A Secil é a única representante do setor cimenteiro, apostando no aumento da eficiência energética, na utilização de combustíveis alternativos e na redução de CO₂. O projeto está a ser desenvolvido na fábrica da Maceira englobando, entre outros, a conceção de um modelo digital de forno de clínquer, a integração de novos sensores de controlo do processo produtivo e uma maior eficiência do processo de combustão.

SEGMENTO AMBIENTE

O ano foi caracterizado pelo reforço na aposta em Investigação e Desenvolvimento por parte da ETSA, e consequente industrialização, focada no crescimento e melhoria contínua, orientada para os resultados, e comprometida com a sustentabilidade, economia circular e otimização de recursos naturais – componentes diários da atividade da empresa e parte da sua identidade.

Durante o ano de 2022, e no âmbito do desenvolvimento de novos produtos e tecnologias, a ETSA aprofundou os três projetos financiados pelo Portugal 2020 para diversificação do seu leque de produtos, fortalecendo as suas relações de parceria com várias entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional nas áreas de Biotecnologia, Tecnologia Química e Agroalimentar. Merece destaque o início da construção da unidade industrial ETSA ProHy, projeto de Inovação Produtiva financiado pelo Portugal 2020, assim como a integração e liderança à candidatura ao Programa de Recuperação e Resiliência (PRR).

⁶ <https://www.secil-group.com/pt/inovacao/baterias-2030>

⁷ <https://www.secil-group.com/pt/inovacao/retrofeed>

Os projetos de CoPromoção do Portugal 2020 liderados pela ETSA tiveram um desenvolvimento promissor, o que leva a empresa a considerar novos investimentos industriais. Estes representam algumas das linhas de inovação existentes na ETSA, com os acrónimos HealthyPetFood, FishColBooster e Bugs@Pets – com foco no desenvolvimento de novos produtos para animais de companhia, novos produtos à base de pescado para mercados de alimentação e nutracêutica, e novas proteínas alternativas para mercados de alimentação humana e animal, respetivamente. O objetivo é consolidar a posição da ETSA, numa perspetiva de curto prazo, como uma empresa líder de mercado na recolha e processamento de subprodutos animais, e como empresa inovadora na criação de novos produtos para alimentação animal e humana. A médio prazo, o objetivo será projetar a ETSA com vista a uma internacionalização mais sólida e ambiciosa, com um portefólio mais alargado de produtos e serviços. Como sinal de reconhecimento pelo trabalho desenvolvido neste âmbito, refira-se o reconhecimento alcançado pela ITS, uma empresa do Grupo ETSA, que foi finalista no Prémio PME Inovação COTEC-BPI 2022, entre mais de duas centenas de empresas nacionais.

A ETSA, através da aquisição da empresa Tribérica em 2022, consolidou as novas linhas de desenvolvimento no domínio da alimentação humana e farmacêutico, em alinhamento com as tendências comerciais e com a mais recente legislação europeia no domínio dos subprodutos e produtos alimentares sustentáveis.

INICIATIVAS EM DESTAQUE

CONSTRUÇÃO DA NOVA UNIDADE INDUSTRIAL: ETSA PROHY

Em julho, foi assinado em Coruche o contrato para a construção da nova unidade industrial ETSA ProHy e cujo início de elaboração se prevê para 2024. O projeto foi desenvolvido no laboratório da ETSA, testado em pequena escala, em escala piloto na própria empresa e em escala pré-industrial na Dinamarca, em colaboração com fornecedores de equipamentos. A unidade industrial estará, assim, dotada de uma tecnologia inovadora desenvolvida integralmente na ETSA, para a obtenção de três novos produtos de alto valor acrescentado no mercado de alimentação animal – em particular a proteína hidrolisada – estando igualmente a trabalhar no *upgrade* deste produto para uso em alimentação humana.

Este projeto visa impulsionar a escala de valor dos produtos produzidos, diferenciando assim a atividade da ETSA e oferecendo produtos especializados, tanto para o mercado de alimentação animal quanto para o humano. Com este projeto, a ETSA afirma-se como empresa líder de *rendering* em Portugal, criando produtos com maior valor acrescentado, que poderão ser comercializados em novos mercados.

INTEGRAÇÃO NA CANDIDATURA PRR BLUEBIO E LIDERANÇA NA INOVAMAR

Para fomentar o crescimento da ETSA, em 2022, a empresa juntou-se a um consórcio composto por 83 entidades para candidatura a uma Agenda do Plano de Recuperação e Resiliência, relacionada com o mar. Para garantir uma gestão adequada do projeto foi criada uma entidade empresarial chamada INOVAMAR – que se posiciona como a maior entidade nacional de biotecnologia do mar –, e que inclui a participação da ETSA e de outros líderes de projeto.

Liderando um dos eixos de trabalho deste projeto de dimensão nacional, a ETSA formaliza assim uma forte aposta na Investigação e Desenvolvimento e no Investimento Produtivo, em articulação com várias empresas e entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional. A participação da ETSA neste âmbito permite o acesso a uma variedade de fundos para o desenvolvimento de I&D e, principalmente, de inovação produtiva, com o estudo e construção de uma nova unidade industrial voltada para novos subprodutos animais. Como resultado desta integração, foi aprovado um projeto de investimento de 16,5 milhões de euros com incentivos aprovados de 5,3 milhões de euros. O investimento será realizado em Loures e Coruche, sendo que a maior parte desse valor será destinado a investimento produtivo, com uma parcela menor para I&D.

6\ Taxonomia Europeia

ENQUADRAMENTO DA TAXONOMIA EUROPEIA

O Regulamento (UE) 2020/852 do Parlamento Europeu e do Conselho de 18 de junho de 2020 veio introduzir um novo conceito, a Taxonomia, para enquadrar o conceito de investimento sustentável. A taxonomia funciona como um sistema de classificação normalizado e obrigatório para determinar quais as atividades económicas consideradas “ambientalmente sustentáveis” na União Europeia.

Segundo o Regulamento da Taxonomia, para uma atividade económica ser ambientalmente sustentável deve:



Até à data apenas foi adotado o ato delegado no domínio climático – referente aos objetivos de “mitigação das alterações climáticas” e de “adaptação às alterações climáticas”, posteriormente complementado pelo ato delegado no domínio climático Complementar, que veio alargar o seu âmbito de aplicação a algumas atividades relacionadas com a energia nuclear e o gás fóssil. Assim, até 31 de dezembro de 2022, apenas os critérios para contribuir para os dois primeiros objetivos (Mitigação das alterações climáticas e Adaptação às alterações climáticas) foram definidos.

Em 2021, as empresas não financeiras reportaram as suas atividades elegíveis para a Taxonomia relativamente às atividades listadas no ato delegado no domínio climático (contribuição para os objetivos de mitigação e adaptação às alterações climáticas). Sobre essas atividades foi reportada a elegibilidade das atividades económicas, em termos de volume de negócios (Turnover), despesas de capital (CapEx) e despesas operacionais (OpEx). Para o ano fiscal de 2022, além das atividades elegíveis, as empresas não financeiras devem avaliar e comunicar o alinhamento dessas atividades com a aplicação de critérios técnicos e de salvaguardas mínimas.

ANÁLISE DE ELEGIBILIDADE

De acordo com a análise efetuada às atividades do Grupo Semapa, foram identificadas as seguintes atividades económicas elegíveis de acordo com o ato delegado no domínio climático e com o ato delegado complementar:

Atividade	Descrição	Segmento	Códigos NACE
1.3. - Gestão Florestal	A Navigator desenvolve uma atividade florestal verticalmente integrada, promovendo uma gestão eficiente e responsável de 105.733 ha de floresta em Portugal. Esta área é 100% certificada pelos sistemas FSC e PEFC. A atividade florestal em Moçambique não está incluída no <i>reporting</i> da Taxonomia da EU	Pasta e Papel	A21.00
4.8. - Produção de eletricidade a partir de bioenergia	A Navigator detém duas centrais termoelétricas a biomassa cuja energia elétrica é injetada na rede elétrica nacional	Pasta e Papel	D35.11
4.20. - Cogeração de calor/frio e de eletricidade a partir de bioenergia	A Navigator detém três centrais de cogeração a biomassa que produzem simultaneamente energia elétrica e energia térmica, sendo esta última totalmente utilizada nos processos de fabrico de pasta e papel	Pasta e Papel	D35.11 & D35.30
4.30. - Cogeração de elevada eficiência de calor/frio e eletricidade a partir de combustíveis fósseis gasosos*	A Navigator detém duas centrais de cogeração ciclo combinado a gás natural (Figueira da Foz e Setúbal)	Pasta e Papel	D35.11
3.7. - Produção de cimento	A Secil detém sete fábricas de cimento cinzento: duas em Portugal, uma no Líbano, uma na Tunísia, duas no Brasil e uma em Angola. Destas sete fábricas de cimento cinzento duas não produzem clínquer (uma no Brasil e uma em Angola)	Cimento	C.23.51

* Atividade incluída no ato delegado complementar (Regulamento Delegado 2022/1214)

A ênfase da taxonomia nesta fase é nas indústrias mais intensivas em carbono e em energia verde, razão pela qual uma parte relevante das atividades do Grupo não estão ainda previstas nos anexos I e II do Regulamento Delegado, não podendo assim ser englobadas nas atividades elegíveis pelo Grupo Semapa. Desta forma, foram excluídas das atividades elegíveis, por não fazerem parte dos referidos anexos I e II as seguintes atividades:

- > As atividades de produção de pasta e papel da Navigator (segmento Pasta e Papel);
- > As atividades de produção e venda de cimento branco, betão pronto, agregados, argamassas, pré-fabricados de betão e cal hidráulica da Secil (segmento Cimento); e
- > As atividades de recolha e valorização de subprodutos de origem animal e de óleos alimentares usados da ETSA (segmento Ambiente).

O Regulamento da Taxonomia encontra-se ainda em desenvolvimento, estando prevista a sua expansão para os restantes quatro objetivos ambientais durante 2023, com a publicação do próximo ato delegado.

ANÁLISE DE ALINHAMENTO

A avaliação do alinhamento com a Taxonomia foi realizada pelas diferentes empresas Participadas da Semapa com base na melhor interpretação do Regulamento da Taxonomia e dos atos delegados, bem como nas orientações disponíveis da Comissão Europeia.

Para cada atividade económica, cada empresa avaliou os critérios de “Contribuição substancial para os objetivos ambientais” e de “Não prejudicar substancialmente (*do no significant harm*)” para determinar a percentagem de alinhamento das suas atividades, bem como a satisfação dos critérios técnicos de avaliação. A análise do cumprimento das salvaguardas mínimas foi efetuada ao nível do Grupo.

Para garantir a classificação de alinhamento das atividades elegíveis, é necessário o cumprimento das Salvaguardas Mínimas. A Taxonomia define as Salvaguardas Mínimas como o “alinhamento com as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais, os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos, incluindo os princípios e os direitos estabelecidos nas oito convenções fundamentais identificadas na Declaração da Organização Internacional do Trabalho relativa aos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho e na Carta Internacional dos Direitos Humanos”.

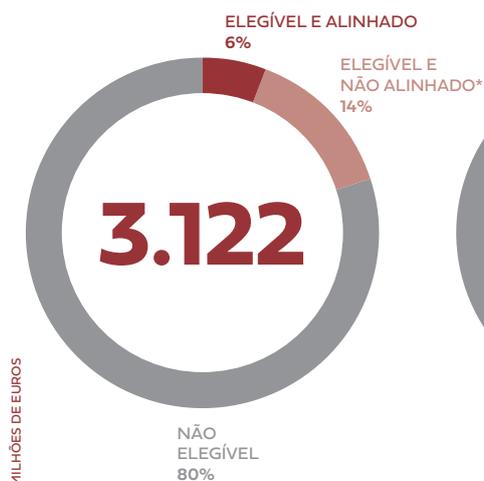
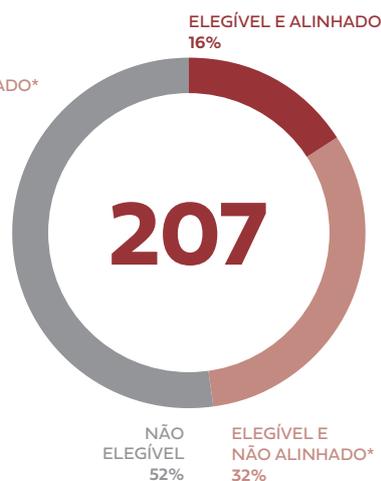
Em outubro de 2022, a Plataforma de Finanças Sustentáveis da Comissão Europeia publicou o Relatório Final sobre Salvaguardas Mínimas onde são identificadas as quatro áreas que as empresas devem abordar para garantir conformidade com as Salvaguardas Mínimas: Direitos Humanos, Corrupção, Tributação e Concorrência Justa.

A Semapa avaliou o cumprimento das Salvaguardas Mínimas, tendo para o efeito analisado as políticas e os processos em vigor no Grupo em matéria de direitos humanos, corrupção, tributação e concorrência justa e não teve conhecimento de quaisquer possíveis casos de violações no âmbito do Grupo, nem identificou, relativamente ao ano de 2022 e no decorrer das suas atividades elegíveis para a taxonomia, qualquer condenação relevante em Direitos Humanos, Corrupção, Tributação ou Concorrência Justa.

Não obstante reconhecer a importância de uma melhoria contínua dos processos vigentes e aplicáveis nestas áreas, a Semapa considera que possui políticas e processos com um nível suficientemente robusto para cumprir o alinhamento com as salvaguardas mínimas.

Sem prejuízo do acima exposto, salienta-se apenas o processo de antidumping instaurado pelo Department of Commerce dos Estados Unidos da América, no âmbito de uma investigação de alegadas práticas de *dumping* nas importações de papel de diversos formatos provenientes de cinco países (Austrália, Brasil, China, Indonésia e Portugal). Atualmente, e por efeito deste processo, às exportações de Portugal para os Estados Unidos de determinados tipos de papel comercializados pela Navigator aplica-se uma taxa *antidumping* – ver Nota 4.2. Importa referir que estas exportações estão relacionadas com uma atividade não elegível.

De seguida apresenta-se um conjunto de indicadores-chave de desempenho (ICD) associados a atividades económicas ambientalmente sustentáveis que as empresas não financeiras devem divulgar de acordo com o Regulamento da Taxonomia (Artigo 8º) e os atos delegados: a proporção do seu volume de negócios (ICD de Volume de Negócios), a proporção das suas despesas de capital (ICD de CapEx) e a proporção das suas despesas operacionais (ICD de OpEx). Para cada um destes indicadores são indicadas as percentagens resultantes de atividades que são elegíveis e alinhadas, elegíveis e não alinhadas, e não elegíveis:

VOLUME DE NEGÓCIOS**CapEx****OpEx**

* Inclui atividade 4.30. – Cogeração de elevada eficiência de calor/frio e eletricidade a partir de combustíveis fósseis gasosos (Regulamento Delegado 2022/1214).

No âmbito da estratégia do Grupo Semapa e dos seus objetivos de sustentabilidade, estão a ser efetuados esforços para implementar continuamente a taxonomia europeia, nomeadamente com o desenvolvimento das seguintes atividades:

- Robustecimento da implementação da análise de riscos climáticos (Apêndice A do Anexo I do ato delegado no domínio climático), nomeadamente alinhado com o desenvolvimento de trabalhos no âmbito das recomendações da Task Force on Climate Related Financial Disclosures (TCFD), já iniciado na Navigator;
- Acompanhamento da publicação dos critérios associados aos restantes objetivos ambientais da Taxonomia, nomeadamente a utilização sustentável e proteção dos recursos hídricos e marinhos, a transição para uma economia circular, a prevenção e o controlo da poluição e a proteção e o restauro da biodiversidade e dos ecossistemas.

POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E DIVULGAÇÃO DE INDICADORES

Tal como definido pela taxonomia, os valores reportados foram calculados de acordo com as Demonstrações Financeiras Consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 da Semapa, as quais foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), adotadas pela União Europeia. Como é o primeiro ano de apresentação dos valores de alinhamento no âmbito da taxonomia, não são apresentados valores comparativos.

A Taxonomia Europeia exige que as empresas divulguem a forma como evitaram a duplicação na consideração das atividades económicas elegíveis (numerador), ou seja, na determinação do volume de negócios, despesas de capital e despesas operacionais. O Grupo Semapa apurou as despesas elegíveis tendo por base a sua contabilidade financeira e analítica e garantiu que os elementos de custo foram considerados uma única vez no cálculo dos indicadores.

PROPORÇÃO DO VOLUME DE NEGÓCIOS ASSOCIADOS A ATIVIDADES ECONÓMICAS ALINHADAS PELA TAXONOMIA

Atividades económicas (1)	Código(s) (2)	Volume de negócios absoluto (3)	Proporção do volume de negócios (4)	Critérios de contributo substancial	
				Mitigação das alterações climáticas (5)	Adaptação às alterações climáticas (6)
		Milhões de euros	%	%	%
A. ATIVIDADES ELEGÍVEIS PARA TAXONOMIA					
A.1. Atividades sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhadas pela taxonomia)					
4.8. - Produção de eletricidade a partir de bioenergia	35.11	22,1	1%	100%	0%
4.20. - Cogeração de calor/frio e de eletricidade a partir de bioenergia	35.11	155,7	5%	100%	0%
Volume de negócios das atividades sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhadas pela taxonomia) (A.1)		177,8	6%	100%	
A.2 Atividades elegíveis para taxonomia mas não sustentáveis do ponto de vista ambiental (atividades não alinhadas pela taxonomia)					
3.7. - Produção de cimento	23.51	370,7	12%		
Volume de negócios das atividades elegíveis para taxonomia mas não sustentáveis do ponto de vista ambiental (atividades não alinhadas pela taxonomia) (A.2)		370,7	12%		
Total (A.1 + A.2)		548,6	18%		
B. ATIVIDADES NÃO ELEGÍVEIS PARA TAXONOMIA					
Volume de negócios das atividades não elegíveis para taxonomia (B)		2.573,5	82%		
Total (A + B)		3.122,0	100%		

O volume de negócios teve por base as mesmas políticas contabilísticas aplicáveis ao rédito de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), isto é, considerando as vendas e prestações de serviços no âmbito das atividades normais do Grupo Semapa. O total do volume de negócios (denominador do cálculo do rácio de atividades elegíveis) corresponde, assim, ao rédito reportado nas Demonstrações Financeiras Consolidadas (Nota 2.1).

Da análise efetuada, concluiu-se que as atividades 4.8. (Produção de eletricidade a partir de bioenergia) e 4.20. (Cogeração de calor/frio e de eletricidade a partir de bioenergia) estão alinhadas com a Taxonomia. A produção decorrente da atividade de Gestão florestal (1.3.) é utilizada maioritariamente nas operações internas do Grupo e, como tal, não considerada para efeitos deste indicador.

No que respeita à atividade 4.30. – Cogeração de elevada eficiência de calor/frio e eletricidade a partir de combustíveis fósseis gasosos, incluída no ato delegado complementar (Regulamento Delegado 2022/1214), até à data, devido aos critérios aplicáveis à sua classificação como atividade de transição, nomeadamente ao nível das emissões máximas (gCO₂/kWh), a mesma foi considerada não alinhada com a Taxonomia. Não obstante, importa destacar que:

Critérios de «não prejudicar significativamente»
(«Não prejudicar significativamente»)

Mitigação das alterações climáticas (11)	Adaptação às alterações climáticas (12)	Recursos hídricos e marinhos (13)	Economia circular (14)	Poluição (15)	Biodiversidade e ecossistemas (16)	Salvaguardas mínimas (17)	Proporção do volume de negócios alinhada pela taxonomia, ano N (18)	Proporção do volume de negócios alinhada pela taxonomia, ano N-1 (19)	Categoria (atividade capacitante) (20)	Categoria (atividade de transição) (21)
S/N	S/N	S/N	S/N	S/N	S/N	S/N	%	%	C	T

N/A	S	S	N/A	S	S	S	1%	N/A		
-----	---	---	-----	---	---	---	----	-----	--	--

N/A	S	S	N/A	S	S	S	5%	N/A		
-----	---	---	-----	---	---	---	----	-----	--	--

							6%	N/A		
--	--	--	--	--	--	--	----	-----	--	--

> Até 2035, a Navigator prevê a paragem da Cogeração a Gás Natural de Setúbal, passando o calor atualmente produzido por este ativo a ser gerado com recurso a biomassa numa Cogeração Renovável de Elevada Eficiência, tal como preconizado no Roteiro para a Neutralidade Carbónica desta empresa. Salienta-se ainda que a atual Cogeração a Gás Natural de Setúbal é uma instalação de elevada eficiência que permite uma poupança de energia primária superior a 10% e as suas emissões diretas de GEE são inferiores a 270 gCO₂/kWh de energia produzida, alinhado com os critérios para esta atividade;

> A Cogeração a Gás Natural da Figueira da Foz encontra-se atualmente em *backup*, tendo operado apenas 114 horas em 2022. Desde o final de 2020, com a construção da nova caldeira de biomassa, que as necessidades de vapor do complexo industrial da Figueira da Foz são satisfeitas, em operação normal, com recurso a energia renovável a partir de biomassa.

No que respeita à atividade Produção de cimento (3.7), esta não se encontra alinhada com a Taxonomia. No entanto, a Secil tem programado um conjunto de investimentos, dos quais se destaca o CCL iniciado durante o ano 2021 com vista a aumentar o grau de sustentabilidade ambiental e atingir no futuro um maior grau de alinhamento com os requisitos definidos pelo Regulamento da Taxonomia.

PROPORÇÃO DO CAPEX ASSOCIADOS A ATIVIDADES ECONÓMICAS ALINHADAS PELA TAXONOMIA

Atividades económicas (1)	Código(s) (2)	Volume de negócios absoluto (3)	Proporção do volume de negócios (4)	Critérios de contributo substancial	
				Mitigação das alterações climáticas (5)	Adaptação às alterações climáticas (6)
		Milhões de euros	%	%	%
A. ATIVIDADES ELEGÍVEIS PARA TAXONOMIA					
A.1. Atividades sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhadas pela taxonomia)					
1.3. - Gestão florestal	21.00	11,7	6%	100%	0%
4.8. - Produção de eletricidade a partir de bioenergia	35.11	2,3	1%	100%	0%
4.20. - Cogeração de calor/frio e de eletricidade a partir de bioenergia	35.11	19,2	9%	100%	0%
7.3. - Instalação, manutenção e reparação de equipamentos dotados de eficiência energética	-	0,9	0%	100%	
CapEx das atividades sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhadas pela taxonomia) (A.1)		34,1	16%		
A.2 Atividades elegíveis para taxonomia mas não sustentáveis do ponto de vista ambiental (atividades não alinhadas pela taxonomia)					
3.7. - Produção de cimento	23.51	60,8	29%		
CapEx das atividades elegíveis para taxonomia mas não sustentáveis do ponto de vista ambiental (atividades não alinhadas pela taxonomia) (A.2)		60,8	29%		
Total (A.1 + A.2)		94,8	46%		
B. ATIVIDADES NÃO ELEGÍVEIS PARA TAXONOMIA					
CapEx das atividades não elegíveis para taxonomia (B)		111,8	54%		
Total (A + B)		206,7	100%		

O valor apresentado como total de CapEx no denominador do cálculo do rácio de atividades elegíveis corresponde ao somatório das aquisições de ativos tangíveis, ativos intangíveis (excluindo licenças de CO₂) e ativos sob direito de uso realizadas em 2022, divulgadas nas Notas 3.2, 3.3 e 3.5 das Demonstrações Financeiras Consolidadas da Semapa. Para efeitos de apuramento deste rácio, foram excluídas as adições de ativos intangíveis relacionadas com as aquisições de licenças de CO₂, na medida que não se trata efetivamente de uma aquisição de licenças, mas sim de licenças atribuídas ao Grupo, e a sua classificação como ativos intangíveis decorre da política contabilística adotada pelo Grupo. Em 2022, não foram registadas adições às propriedades de investimento do Grupo.

Os valores de CapEx classificados como elegíveis, quer sejam considerados alinhados ou não alinhados com a Taxonomia, correspondem aos investimentos em ativos ou processos associados às respetivas atividades, designadamente:

Critérios de «não prejudicar significativamente»
(«Não prejudicar significativamente»)

Mitigação das alterações climáticas (11)	Adaptação às alterações climáticas (12)	Recursos hídricos e marinhos (13)	Economia circular (14)	Poluição (15)	Biodiversidade e ecossistemas (16)	Salvaguardas mínimas (17)	Proporção do volume de negócios alinhada pela taxonomia, ano N (18)	Proporção do volume de negócios alinhada pela taxonomia, ano N-1 (19)	Categoria (atividade capacitante) (20)	Categoria (atividade de transição) (21)
S/N	S/N	S/N	S/N	S/N	S/N	S/N	%	%	C	T

N/A	S	S	S	S	S	S	6%	N/A		
-----	---	---	---	---	---	---	----	-----	--	--

N/A	S	S	N/A	S	S	S	1%	N/A		
-----	---	---	-----	---	---	---	----	-----	--	--

N/A	S	S	N/A	S	S	S	9%	N/A		
-----	---	---	-----	---	---	---	----	-----	--	--

N/A				S			0%	N/A	C	
-----	--	--	--	---	--	--	----	-----	---	--

							16%	N/A		
--	--	--	--	--	--	--	-----	-----	--	--

> Pasta e Papel: Investimentos de suporte à atividade de gestão florestal, designadamente a aquisição de terrenos florestais, investimentos associados às centrais termoelétricas a biomassa de Aveiro e Setúbal, investimentos associados às centrais de cogeração a biomassa, nova caldeira de biomassa do complexo industrial da Figueira da Foz e investimentos associados ao plano ambiental e de descarbonização da Navigator.

> Cimento: Projeto *Clean Cement Line*, o qual tem por objetivo o desenvolvimento e demonstração à escala industrial de uma nova tecnologia de produção de cimento. Este projeto contempla quatro subprojetos de I&D que visam a redução da dependência de combustíveis fósseis, aumento da eficiência energética, produção própria de energia elétrica, integração no processo da digitalização e redução de emissões de CO₂. Estas inovações promoverão o desenvolvimento da produção de um clínquer de baixo carbono e consequentemente da criação de uma gama de cimentos de baixa pegada ecológica.

> Ambiente: Investimentos em novos equipamentos de produção com menores consumos de energia ou com menores índices de emissões de CO₂.

PROPORÇÃO DO OPEX ASSOCIADOS A ATIVIDADES ECONÓMICAS ALINHADAS PELA TAXONOMIA

Atividades económicas (1)	Código(s) (2)	Volume de negócios absoluto (3)	Proporção do volume de negócios (4)	Critérios de contributo substancial	
				Mitigação das alterações climáticas (5)	Adaptação às alterações climáticas (6)
		Milhões de euros	%	%	%
A. ATIVIDADES ELEGÍVEIS PARA TAXONOMIA					
A.1. Atividades sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhadas pela taxonomia)					
1.3. - Gestão florestal	21.00	6,3	5%	100%	0%
4.8. - Produção de eletricidade a partir de bioenergia	35.11	2,4	2%	100%	0%
4.20. - Cogeração de calor/frio e de eletricidade a partir de bioenergia	35.11	2,8	2%	100%	0%
OpEx das atividades sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhadas pela taxonomia) (A.1)		11,5	8%		
A.2 Atividades elegíveis para taxonomia mas não sustentáveis do ponto de vista ambiental (atividades não alinhadas pela taxonomia)					
3.7. - Produção de cimento	23.51	19,1	14%		
OpEx de atividades elegíveis para taxonomia mas não sustentáveis do ponto de vista ambiental (atividades não alinhadas pela taxonomia) (A.2)		19,1	14%		
Total (A.1 + A.2)		30,5	23%		
B. ATIVIDADES NÃO ELEGÍVEIS PARA TAXONOMIA					
OpEx das atividades não elegíveis para taxonomia (B)		104,6	77%		
Total (A + B)		135,1	100%		

O total de OpEx apresentado no denominador do cálculo do rácio de atividades elegíveis corresponde aos seguintes gastos determinados com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas de 31 de dezembro de 2022, os quais se encontram incluídos na Nota 2.3 – Gastos e Perdas Operacionais:

- > Gastos com Investigação e Desenvolvimento não capitalizados;
- > Gastos de silvicultura não capitalizados;
- > Gastos com limpezas industriais e tratamento de resíduos;
- > Gastos com manutenção e reparação;
- > Gastos com locações de curto prazo (“Short Term Leases”) não capitalizados; e
- > Outros gastos diretamente ligados à manutenção de ativos tangíveis ou propriedades de investimento.

Critérios de «não prejudicar significativamente»
(«Não prejudicar significativamente»)

Mitigação das alterações climáticas (11)	Adaptação às alterações climáticas (12)	Recursos hídricos e marinhos (13)	Economia circular (14)	Poliuição (15)	Biodiversidade e ecossistemas (16)	Salvaguardas mínimas (17)	Proporção do volume de negócios alinhada pela taxonomia, ano N (18)	Proporção do volume de negócios alinhada pela taxonomia, ano N-1 (19)	Categoria (atividade capacitante) (20)	Categoria (atividade de transição) (21)
S/N	S/N	S/N	S/N	S/N	S/N	S/N	%	%	C	T

N/A	S	S	S	S	S	S	5%	N/A		
-----	---	---	---	---	---	---	----	-----	--	--

N/A	S	S	N/A	S	S	S	2%	N/A		
-----	---	---	-----	---	---	---	----	-----	--	--

N/A	S	S	N/A	S	S	S	2%	N/A		
-----	---	---	-----	---	---	---	----	-----	--	--

							8%	N/A		
--	--	--	--	--	--	--	----	-----	--	--

Os valores de OpEx apresentados no quadro anterior (numerador do cálculo do rácio de atividades elegíveis) correspondem ao OpEx afeto às atividades classificadas como elegíveis (alinhadas ou não alinhadas com a taxonomia). Estes valores incluem OpEx tal como:

➤ Pasta e Papel: Gastos de silvicultura não capitalizados, gastos com investigação e desenvolvimento associados à floresta, gastos não capitalizados necessários para operar as centrais de cogeração e termoelétricas a biomassa e outros gastos associados a tecnologias e produtos dedicados à redução de emissão de GEE;

➤ Cimento: os custos do Centro de Desenvolvimento de Aplicação de Cimento (CDAC), da Secil, no qual se desenvolvem atividades de investigação e desenvolvimento de novos produtos e aplicações de cimento e processos industriais inovadores para a sua produção, com vista ao desenvolvimento e adoção de novas tecnologias no Grupo na área de processos de produção e produtos sustentáveis, no intuito de reduzir o teor de carbono incorporado das soluções do Grupo Secil.

MODELOS NORMALIZADOS PARA A DIVULGAÇÃO DE ACORDO COM O REGULAMENTO DELEGADO 2022/1214

Linha	Atividades Relacionadas com o gás fóssil	
1.	A empresa realiza, financia ou tem exposições perante a construção ou exploração de instalações de produção de eletricidade que produzem eletricidade a partir de combustíveis fósseis gasosos.	NÃO
2.	A empresa realiza, financia ou tem exposições perante a construção, renovação ou exploração de instalações de produção combinada de calor/frio e eletricidade que utilizam combustíveis fósseis gasosos.	SIM
3.	A empresa realiza, financia ou tem exposições perante a construção, renovação ou exploração de instalações de produção de calor que produzem calor/frio a partir de combustíveis fósseis gasosos.	NÃO

ATIVIDADES ECONÓMICAS ELEGÍVEIS PARA TAXONOMIA MAS NÃO ALINHADAS PELA TAXONOMIA - VOLUME DE NEGÓCIOS

Linha	Atividades Económicas	Montante e proporção (a informação deve ser apresentada em montantes monetários e em percentagens)					
		MAC + AAC		Mitigação das alterações climáticas (MAC)		Adaptação às alterações climáticas (AAC)	
		Valor	%	Valor	%	Valor	%
5.	Montante e proporção da atividade económica elegível para taxonomia mas não alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.30 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do Volume de negócios	75,9 MEuros;	2%	75,9 MEuros;	2%	0 MEuros;	0%
7.	Montante e proporção de outras atividades económicas elegíveis para taxonomia mas não alinhadas pela taxonomia não referidas na linha supra no denominador do Volume de negócios	370,7 MEuros;	12%	370,7 MEuros;	12%	0 MEuros;	0%
8.	Montante e proporção total das atividades económicas elegíveis para taxonomia mas não alinhadas pela taxonomia no denominador do Volume de negócios	446,6 MEuros;	14%	446,6 MEuros;	14%	0 MEuros;	0%

ATIVIDADES ECONÓMICAS ELEGÍVEIS PARA TAXONOMIA MAS NÃO ALINHADAS PELA TAXONOMIA - CAPEX

Linha	Atividades Económicas	Montante e proporção (a informação deve ser apresentada em montantes monetários e em percentagens)					
		MAC + AAC		Mitigação das alterações climáticas (MAC)		Adaptação às alterações climáticas (AAC)	
		Valor	%	Valor	%	Valor	%
5.	Montante e proporção da atividade económica elegível para taxonomia mas não alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.30 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do CapEx	4,7 MEuros;	2%	4,7 MEuros;	2%	0 MEuros;	0%
7.	Montante e proporção de outras atividades económicas elegíveis para taxonomia mas não alinhadas pela taxonomia não referidas na linha supra no denominador do CapEx	60,8 MEuros	29%	60,8 MEuros;	29%	0 MEuros;	0%
8.	Montante e proporção total das atividades económicas elegíveis para taxonomia mas não alinhadas pela taxonomia no denominador do CapEx	65,5 MEuros;	32%	65,5 MEuros;	32%	0 MEuros;	0%

ATIVIDADES ECONÓMICAS ELEGÍVEIS PARA TAXONOMIA MAS NÃO ALINHADAS PELA TAXONOMIA - OPEX

Linha	Atividades Económicas	Montante e proporção (a informação deve ser apresentada em montantes monetários e em percentagens)					
		MAC + AAC		Mitigação das alterações climáticas (MAC)		Adaptação às alterações climáticas (AAC)	
		Valor	%	Valor	%	Valor	%
5.	Montante e proporção da atividade económica elegível para taxonomia mas não alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.30 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do OpEx	0,2 MEuros;	0%	0,2 MEuros;	0%	0 MEuros;	0%
7.	Montante e proporção de outras atividades económicas elegíveis para taxonomia mas não alinhadas pela taxonomia não referidas na linha supra no denominador do OpEx	19,1 MEuros;	14%	19,1 MEuros;	14%	0 MEuros;	0%
8.	Montante e proporção total das atividades económicas elegíveis para taxonomia mas não alinhadas pela taxonomia no denominador do OpEx	19,3 MEuros;	14%	19,3 MEuros;	14%	0 MEuros;	0%

Os restantes modelos foram considerados não aplicáveis ao Grupo.

7\ Perspetivas Futuras

O ano de 2022 fica decisivamente marcado pela invasão russa da Ucrânia e pela sucessão de choques associados, numa altura em que a economia mundial estava a recuperar dos efeitos da grave crise pandémica. Foi um ano especialmente caracterizado pela incerteza e volatilidade a nível económico e financeiro. No entanto, não se concretizaram os cenários mais pessimistas traçados por diversas entidades em finais do verão que apontavam para a entrada em recessão das principais economias mundiais, apesar do abrandamento da atividade. A evolução positiva nos estrangulamentos das cadeias de valor globais desde o verão e a evolução mais favorável dos preços da energia, designadamente gás e petróleo, aliviaram as restrições de abastecimento que se fizeram sentir na economia internacional nos últimos dois anos.

O cenário macroeconómico global a curto prazo afigura-se bastante complexo e de elevada incerteza, com diversos fatores de risco descendentes para a atividade e ascendentes para a inflação, entre os quais a resposta da economia chinesa a diversas tensões latentes (e.g. fim da política Covid zero, agravamento da crise no mercado imobiliário), o desenrolar do conflito na Ucrânia (a Europa e os países mais desfavorecidos estão especialmente vulneráveis), o sobreendividamento de diversas economias, a persistência da inflação e a fragmentação geopolítica. De referir ainda que uma das principais fontes de incerteza decorre da evolução da crise energética na Europa, nomeadamente da possibilidade de se verificar escassez de gás exigindo um período de racionamento e cortes na produção, resultando em novas subidas dos preços internacionais de bens e serviços.

Após vários anos num enquadramento de inflação e taxas de juro reais baixas, o aumento repentino e persistente da inflação observado desde o segundo semestre de 2021 resultou no agravamento das condições monetárias e financeiras, com os Bancos Centrais a subirem as taxas de juro dos mínimos observados nos últimos anos. Em 2023, o crescimento baixo e a persistência das pressões inflacionistas continuarão a criar importantes desafios à condução das políticas económicas, antecipando-se desde logo novos aumentos das taxas de juro.

O Grupo Semapa encontra-se a monitorizar esta situação de forma a mitigar os potenciais impactos, estando a implementar diversas medidas, incluindo na gestão de aprovisionamentos e dos seus custos de produção.

Nas últimas projeções do *World Economic Outlook Update* (WEO), publicado em janeiro de 2023, o FMI prevê um aumento real do PIB mundial de 3,4% em 2022 e de 2,9% em 2023, tendo revisto em alta em 0,2 pontos percentuais (p.p.) a estimativa para 2023, face às previsões divulgadas em outubro de 2022. Para a Zona Euro, o FMI estima um incremento do PIB de 3,5% em 2022 e um aumento de 0,7% em 2023 (revisão em alta em 0,2 p.p. face às projeções de outubro de 2022).

Para Portugal, o Banco de Portugal (Boletim Económico de dezembro de 2022) prevê um crescimento real do PIB de 6,8% para 2022 e de 1,5% em 2023 (revisão em baixa em 1,1 p.p.). A inflação prevista é de 8,1% para 2022, reduzindo-se para 5,8% em 2023.

NAVIGATOR - PASTA E PAPEL

Neste contexto, na Europa, poderá haver espaço para novas reduções temporárias ou definitivas de capacidade no seguimento de decisões estratégicas ou devido a problemas de rentabilidade tendo em conta a manutenção de elevados custos variáveis, nomeadamente dos custos de energia.

Apesar da persistência do choque energético e das pressões inflacionistas, o abrandamento económico e consequente desaceleração da procura, a par da diminuição dos constrangimentos logísticos e aumento de importações com origem em *players* asiáticos ou americanos, poderão levar a pressão negativa nos preços na Europa. De facto, já se verifica uma gradual retoma da atividade dos *players* asiáticos nos mercados onde a Navigator opera, nomeadamente no Médio Oriente, África e algumas regiões da Europa do Sul (Grécia/Balcãs).

A redução da procura que se sentiu no segundo semestre de 2022 – principalmente por efeitos de *stocks* elevados ao longo da cadeia de distribuição, resultado do forte aumento da procura a partir do verão de 2021 e durante todo o primeiro semestre de 2022 – ainda se faz sentir no arranque de 2023. Para o primeiro trimestre de 2023 não se antecipa uma melhoria expressiva das condições de procura, pois o movimento de *destocking* ainda deverá prosseguir, pelo que a Navigator continuará a estar focada na redução de custos variáveis, controlo de custos fixos e na maximização das eficiências operacionais.

A Navigator mantém o plano ambicioso de diversificação e de desenvolvimento de produtos, nomeadamente nos segmentos de *Tissue* e *Packaging*.

O enquadramento atual é sem dúvida desafiante, com pouca visibilidade sobre a evolução da conjuntura geopolítica e macroeconómica, o que exigirá uma constante adaptação à realidade. A rápida atuação da Empresa, com uma cuidadosa gestão e planeamento da produção de todos os produtos, estratégias comerciais implementadas com sucesso e foco nos programas de eficiência produtiva, continuará a evidenciar a resiliência do modelo de negócio da Navigator.

SECIL - CIMENTO E OUTROS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

A subida de preço de vários fatores de produção, com destaque para a componente energética, e a rutura nos fornecimentos de matérias-primas ou de cadeias logísticas a nível internacional terão impacto na economia e poderão enfraquecer o seu ritmo. A Secil encontra-se a implementar as medidas de gestão de aprovisionamentos e dos seus custos de produção de forma a mitigar os potenciais impactos.

A Secil encontra-se a avaliar potenciais oportunidades de investimento, com ênfase na área de descarbonização dos seus processos industriais e I&D em produtos e soluções nos setores em que atua, encontrando-se em análise o seu enquadramento no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência. Espera-se que a execução do Plano de Recuperação e Resiliência contribua positivamente para a recuperação económica em Portugal.

No primeiro semestre de 2023, a Secil concluirá o investimento na instalação industrial no Outão, CCL - *Clean Cement Line*, o qual combina pioneiramente um conjunto de tecnologias maduras com inovadoras e permitirá reduzir 20% de emissões de CO₂, aumentar a eficiência energética em 20% e produzir 30% da energia elétrica através de recuperação de calor do próprio processo. O clínquer de baixo carbono que resultará deste processo permitirá responder competitivamente a solicitações de *green procurement* no mercado.

Em julho de 2022, a Secil lançou o Betão Verdi Zero, o primeiro betão neutro em carbono em Portugal, um produto que tem como base uma inovação Secil ao nível do desenvolvimento de produto e que garante, desde o início, uma importante redução de emissões de CO₂. O Betão Verdi Zero é, assim, um betão com menor intensidade carbónica, que promove a economia circular, através da incorporação de resíduos reciclados, o que implica uma menor utilização de matéria-prima virgem. As restantes emissões serão compensadas através de um programa de compensação de carbono certificado pela Climate Impact Partners, tendo sido atribuído o selo de CarbonNeutral® Product. Este lançamento é mais um importante passo no caminho da descarbonização da Secil, em sintonia com os compromissos assumidos para reduzir as emissões de CO₂ da sua atividade.

Para o Brasil, o FMI no *World Economic Outlook Update* (WEO Update), publicado em janeiro de 2023, prevê uma retoma da economia brasileira de 3,1% em 2022 e de 1,2% para 2023 (+0,2 p.p. face às previsões do WEO de outubro). A inflação prevista no WEO de outubro é de 9,4% para 2022, reduzindo-se para 4,7% em 2023. A subida da inflação e sobretudo das taxas de juro poderá condicionar financiamentos imobiliários e respetivos investimentos, o que poderá ser compensado com investimentos públicos previstos em infraestruturas.

No Líbano, o ambiente político e económico enfrenta, desde o último trimestre de 2019, momentos de grande incerteza, com o país mergulhado numa grave crise económico-social. Os efeitos das medidas de contenção da pandemia que praticamente paralisou o país e, posteriormente, a explosão ocorrida no porto de Beirute vieram exacerbar ainda mais a situação.

Com uma dívida externa das mais altas do mundo, o país anunciou em março de 2020 o seu primeiro incumprimento de pagamento, após vários meses de declínio das reservas em divisas estrangeiras e de uma acentuada depreciação da Libra libanesa no mercado paralelo. O FMI, no *World Economic Outlook* (WEO), publicado em outubro de 2022, continua a não apresentar quaisquer estimativas devido ao alto grau de incerteza.

Para fazer face ao corte no fornecimento de energia elétrica, a Secil está a avaliar outras alternativas por forma a restabelecer a normalidade das operações.

Para a Tunísia, o FMI, no *World Economic Outlook* (WEO), publicado em outubro de 2022, prevê um crescimento do PIB de 2,2% em 2022 (igual projeção face às previsões do WEO de abril) e de 1,6% para 2023. A inflação prevista é de 8,1% para 2022 e 8,5% em 2023.

A Tunísia já se encontrava numa difícil situação financeira, com grande instabilidade social devido à pandemia, e a instabilidade política vivida desde o 2º semestre de 2021, agravada em julho com a demissão do governo, só veio aumentar o grau de incerteza sobre a evolução do país. Os efeitos colaterais da guerra da Ucrânia e a recente dissolução do parlamento por parte do presidente vieram aumentar o clima de incerteza.

Entretanto, face ao risco de *default*, foram retomadas as negociações com o Fundo Monetário Internacional, que elencou um conjunto de medidas e reformas necessárias para restaurar a estabilidade macroeconómica, bem como para melhorar a eficiência das empresas estatais e o reforço da competitividade da economia tunisina.

As perspetivas para Angola (*World Economic Outlook*, FMI outubro 2022) são de uma retoma de 2,9% para 2022, seguida de um aumento de 3,4% em 2023. Em relação à inflação, a previsão é de 21,7% e 11,8% para 2022 e 2023, respetivamente.

ETSA - AMBIENTE

A ETSA não está imune a todos os riscos inerentes ao atual enquadramento macroeconómico e, nesse sentido, os diversos fatores de produção continuam num patamar elevado, principalmente os relacionados com energia, nomeadamente custos com eletricidade e combustíveis térmicos.

Apesar dos riscos, a ETSA encara o futuro com confiança devido à aposta contínua em produtos de elevado valor acrescentado a serem escoados no mercado internacional. Nesse sentido, as exportações representaram cerca de 52,7% do valor global de vendas acumuladas a 31 de dezembro de 2022. Deu-se também início à construção de uma nova unidade fabril em Coruche, designada de ETSA ProHy, fruto do forte investimento em inovação, prevendo-se a sua inauguração no início de 2024.

SEMAPA NEXT - VENTURE CAPITAL

Para 2023, a Semapa Next dará sequência à sua estratégia e atividade de investimento, com enfoque em oportunidades de investimento em séries A/B. Adicionalmente, a Semapa Next continuará a acompanhar o seu portefólio de forma a acrescentar valor às suas Participadas nas suas respetivas expansões e a participar em eventos tecnológicos nacionais e internacionais com o objetivo de fortalecer a marca Semapa Next.

UTIS - HIDROGÉNIO PARA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E DESCARBONIZAÇÃO

Para 2023, a UTIS está a alargar a sua tecnologia UC3 a outros setores de atividade/negócio, nomeadamente, biomassa, centrais de energia, indústrias químicas, incineração, entre outras, bem como produção de hidrogénio para as HRS – *Hydrogen Refueling Stations*. Na área da combustão interna, face aos desenvolvimentos tecnológicos entretanto ocorridos para os motores de elevada cilindrada UCLE – *Ultimate Cell Large Engines*, o seu incremento quase que exponencial será, no curto/médio prazo, um objetivo muito importante no contexto do crescimento do volume de negócios e resultados que espera alcançar.

A definição das geografias prioritárias, o reforço da estrutura comercial e de *marketing*, a criação de novas patentes com o aumento e diversificação na ligação às Universidades, o assegurar da formação contínua de todos os Colaboradores, assim como uma continuada aposta no reforço do *procurement* e manutenção como objetivo de exportação na ordem dos 95% da sua produção, são alguns dos vetores considerados essenciais para a sua sustentabilidade a longo prazo.

8\ Eventos Subsequentes à Data do Balanço

Já em fevereiro de 2023, a Navigator acordou a aquisição do negócio de *consumer tissue* em Espanha do Grupo Gomà-Camps. A aquisição da GC Consumer, que apresentou em 2022 um volume total de vendas de 115,6 milhões de euros, enquadra-se no plano ambicioso de crescimento e diversificação da Navigator. A integração desta nova fábrica permitirá à Navigator posicionar-se como o segundo maior produtor ibérico de *tissue*, adicionando 35.000 toneladas de capacidade de produção de papel *tissue*, para um total de 165.000 toneladas, e aumentando a capacidade de *converting* em 60.000 toneladas para 180.000 toneladas. O Enterprise Value desta aquisição ascende a 85 milhões de euros.

Este contrato encontra-se sujeito às condições suspensivas que são comuns neste tipo de contratos que dizem respeito, designadamente, ao pagamento de passivo e à libertação de garantias que impendem neste momento sobre as ações da GC Consumer.

9\ Referências Finais

Gostaríamos de deixar expressos os nossos agradecimentos a todos aqueles que contribuíram para os resultados obtidos, nomeadamente:

- > Aos nossos Acionistas que continuamente nos têm acompanhado e cuja confiança acreditamos que continuaremos a merecer;
- > Aos nossos Colaboradores, cujo esforço e dedicação tornou possível o desenvolvimento e dinâmica da sociedade;
- > O apoio e compreensão dos nossos Clientes e Fornecedores, assumindo-se como parceiros do nosso projeto;
- > A cooperação das Instituições Financeiras, das Autoridades de Regulação e de Fiscalização;
- > A colaboração do Conselho Fiscal, da Mesa da Assembleia Geral e das Comissões existentes no âmbito do funcionamento da Sociedade.

10 \ Proposta de Aplicação de Resultados

Considerando que a Sociedade deve manter uma estrutura financeira compatível com o crescimento sustentado do Grupo que tutela nas diversas Unidades de Negócio onde opera, e

Considerando que a independência da Sociedade perante o sistema financeiro passa pela preservação no curto, médio e longo prazo de níveis de endividamento consolidados que permitam a manutenção de uma posição financeira sólida,

Propõe-se:

1. Que o Resultado Líquido do exercício apurado nas contas individuais, segundo o normativo IFRS, no montante de 307.089.834,22 euros (trezentos e sete milhões, oitenta e nove mil, oitocentos e trinta e quatro euros e vinte e dois cêntimos) tenha a seguinte aplicação:

Dividendos às ações em circulação	75.875.904,35 euros*
	(0,95 euros por ação)
Reservas livres	228.913.929,87 euros
Participação dos Colaboradores e Administração nos lucros do exercício até.....	2.300.000,00 euros

* Excluindo as ações próprias em carteira; para o efeito foram consideradas 1.400.627 ações próprias; caso, à data de pagamento, esse montante seja alterado, o valor global de dividendos a pagar poderá ser ajustado, mantendo-se inalterado o valor a pagar por ação.

2. Que a distribuição individual da participação nos lucros seja efetuada pela Comissão Executiva na parte relativa aos Colaboradores e pela Comissão de Remunerações na parte relativa aos Administradores e que, caso não seja integralmente distribuído o montante afeto à participação nos lucros, o remanescente seja aplicado em Reservas Livres.
3. Que o valor relativo à participação dos Colaboradores e Administradores nos lucros do exercício que nos termos das normas contabilísticas aplicáveis foi especializado em custos com pessoal, seja revertido através do crédito do respetivo montante em reservas livres.

Lisboa, 23 de março de 2023

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE

José António do Prado Fay

VOGAIS

Ricardo Miguel dos Santos Pacheco Pires

Vítor Paulo Paranhos Pereira

Filipa Mendes de Almeida de Queiroz Pereira

Mafalda Mendes de Almeida de Queiroz Pereira

Lua Mónica Mendes de Almeida de Queiroz Pereira

António Pedro de Carvalho Viana-Baptista

Paulo José Lameiras Martins

DEFINIÇÕES

EBITDA = EBIT + Depreciações, amortizações e perdas por imparidade + Provisões

EBIT = Resultados operacionais

Resultados operacionais = Resultados antes de impostos, de resultados financeiros e de resultados de associadas e empreendimentos conjuntos tal como apresentado na Demonstração dos Resultados em formato IFRS

Cash Flow = Lucros do período + Depreciações, amortizações e perdas por imparidade + Provisões

Cash Flow Livre = Variação de dívida remunerada + Variação cambial de dívida em moeda estrangeira + Dividendos (pagos-recebidos) + Aquisição de ações próprias

Dívida líquida remunerada = Dívida remunerada não corrente (líquida de encargos com emissão de empréstimos) + Dívida remunerada corrente (incluindo dívida a acionistas) – Caixa e seus equivalentes

ADVERTÊNCIA

O presente documento contém afirmações que dizem respeito ao futuro e estão sujeitas a riscos e incertezas que podem levar a resultados reais diferentes dos indicados nessas afirmações. Os referidos riscos e incertezas resultam de fatores alheios ao controlo e capacidade de previsão da Semapa, como, por exemplo, condições macroeconómicas, mercados de concessão de crédito, flutuações de moeda e alterações legislativas ou regulamentares. As afirmações acerca do futuro previstas neste documento referem-se apenas ao mesmo e à data da sua divulgação, pelo que a Semapa não assume qualquer obrigação de as atualizar.

(Página intencionalmente deixada em branco)





RELATÓRIO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

Índice

PARTE I	186
INFORMAÇÃO SOBRE ESTRUTURA ACIONISTA, ORGANIZAÇÃO E GOVERNO SOCIETÁRIO	
A. ESTRUTURA ACIONISTA	186
I. Estrutura de capital	186
II. Participações sociais e obrigações detidas	187
B. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES	188
I. Assembleia geral	188
II. Administração e supervisão	189
III. Fiscalização	211
IV. Revisor Oficial de Contas	217
V. Auditor Externo	217
C. ORGANIZAÇÃO INTERNA	219
I. Estatutos	219
II. Comunicação de irregularidades	219
III. Controlo interno e gestão de riscos	221
IV. Apoio ao Investidor	226
V. Sítio de Internet (59 a 65)	227
D. REMUNERAÇÕES E RELATÓRIO SOBRE REMUNERAÇÕES	227
I. Competência para a determinação	227
II. Comissão de remunerações	227
III. Estrutura das remunerações	228
IV. Divulgação das remunerações	231
V. Acordos com implicações remuneratórias	235
VI. Planos de atribuição de ações ou opções sobre ações (<i>'stock options'</i>)	235
E. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS. CONFLITOS DE INTERESSES	236
I. Mecanismos e procedimentos de controlo	236
II. Elementos relativos aos negócios	238
<hr/>	
PARTE II	239
AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO	
1. Identificação do Código de Governo das Sociedades adotado	239
2. Análise de cumprimento do Código de Governo das Sociedades adotado	239
3. Outras Informações	249

ANEXO I INFORMAÇÕES A QUE SE REFERE O ARTIGO 447.º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS	250
ANEXO II POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO	252
ANEXO III DECLARAÇÃO A QUE SE REFERE A ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 29-G.º DO CÓDIGO DOS VALORES MOBILIÁRIOS	259

Parte I

Informação sobre estrutura acionista, organização e Governo Societário

A. ESTRUTURA ACIONISTA

I. ESTRUTURA DE CAPITAL

1. Estrutura de capital (capital social, número de ações, distribuição do capital pelos acionistas, etc.), incluindo indicação das ações não admitidas à negociação, diferentes categorias de ações, direitos e deveres inerentes às mesmas e percentagem de capital que cada categoria representa (art. 245.º-A, n.º 1, al. a¹)).

A Semapa tem um capital social de 81.270.000 Euros, representado por um total de 81.270.000 ações, sem valor nominal. Todas as ações são ordinárias, têm os mesmos direitos e deveres a elas inerentes e encontram-se admitidas à negociação.

A distribuição do capital pelos acionistas, detentores de participação qualificada, é a que consta do quadro inserido no ponto 7. *infra*.

2. Restrições à transmissibilidade das ações, tais como cláusulas de consentimento para a alienação, ou limitações à titularidade de ações (art. 245.º-A, n.º 1, al. b²)).

Não existem na Semapa restrições de qualquer natureza relativamente à transmissibilidade ou titularidade das suas ações.

3. Número de ações próprias, percentagem de capital social correspondente e percentagem de direitos de voto a que corresponderiam as ações próprias (art. 245.º-A, n.º 1, al. a³)).

A Semapa era, a 31 de dezembro de 2022, detentora de 1.400.627 ações próprias, correspondentes a 1,723% do respetivo capital social. Se os direitos de voto não se encontrassem suspensos, a percentagem de direitos de voto seria igual à percentagem de capital.

4. Acordos significativos de que a sociedade seja parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição, bem como os efeitos respetivos, salvo se, pela sua natureza, a divulgação dos mesmos for seriamente prejudicial para a sociedade, exceto se a sociedade for especificamente obrigada a divulgar essas informações por força de outros imperativos legais (art. 245.º-A, n.º 1, al. j⁴)).

A Semapa não é parte em acordos significativos de financiamento, instrumentos de emissão de dívida ou outros que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da sociedade, na sequência de uma oferta pública de aquisição.

A Semapa também não adotou quaisquer medidas que determinem pagamentos ou a assunção de encargos pela sociedade em caso de mudança de controlo ou da composição do órgão de administração e que se afigurem suscetíveis de prejudicar o interesse económico na transmissão das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos administradores.

1 Corresponde ao atual artigo 29.º-H, n.º 1, al. a) do Código dos Valores Mobiliários.

2 Corresponde ao atual artigo 29.º-H, n.º 1, al. b) do Código dos Valores Mobiliários.

3 Corresponde ao atual artigo 29.º-H, n.º 1, al. a) do Código dos Valores Mobiliários.

4 Corresponde ao atual artigo 29.º-H, n.º 1, al. j) do Código dos Valores Mobiliários.

5. Regime a que se encontre sujeita a renovação ou revogação de medidas defensivas, em particular aquelas que prevejam a limitação do número de votos suscetíveis de detenção ou de exercício por um único acionista de forma individual ou em concertação com outros acionistas.

Não existem na sociedade quaisquer medidas defensivas, designadamente relativas à limitação dos direitos de voto exercíveis pelos acionistas.

6. Acordos parassociais que sejam do conhecimento da sociedade e possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto (art. 245.º-A, n.º 1, al. gº)).

A sociedade não tem conhecimento de, a 31 de dezembro de 2022, existirem acordos parassociais que possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto.

II. PARTICIPAÇÕES SOCIAIS E OBRIGAÇÕES DETIDAS

7. Identificação das pessoas singulares ou coletivas que, direta ou indiretamente, são titulares de participações qualificadas (art. 245.º-A, n.º 1, als. c) e dº) e art. 16.º), com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos imputável e da fonte e causas de imputação.

Os titulares de participações qualificadas na Semapa, a 31 de dezembro de 2022, e de acordo com a legislação em vigor a essa data, são os identificados no quadro *infra*:

Entidade	Nº ações	% capital e direitos de voto	% dir. de voto não suspensos
Sodim, SGPS, S.A.	27.508.892	33,849%	34,442%
Cimo - Gestão de Participações, SGPS, S.A.	38.959.431	47,938%	48,779%
Soma:	66.468.323	81,787%	83,221%

A imputação dos direitos de voto relativos à Sodim e à Cimo resulta da titularidade direta de ações e da existência de uma relação de domínio da Sodim sobre a Cimo.

8. Indicação sobre o número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização.

Esta informação é prestada no Anexo I a este Relatório.

9. Poderes especiais do órgão de administração, nomeadamente no que respeita a deliberações de aumento do capital (art. 245.º-A, n.º 1, al. iº)), com indicação, quanto a estas, da data em que lhe foram atribuídos, prazo até ao qual aquela competência pode ser exercida, limite quantitativo máximo do aumento do capital social, montante já emitido ao abrigo da atribuição de poderes e modo de concretização dos poderes atribuídos.

Os estatutos da sociedade não autorizam o Conselho de Administração a deliberar aumentos de capital.

10. Informação sobre a existência de relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações qualificadas e a sociedade.

Todas as transações ocorridas em 2022 entre a sociedade e os titulares de participação qualificada encontram-se descritas na Nota 10.4 do Anexo às contas consolidadas e na Nota 10.2 do Anexo às contas separadas. Não ocorreram em 2022, por aplicação do Regulamento sobre Conflito de Interesses e Transações com Partes Relacionadas e nos termos e condições nele previstos em cada momento, conforme descrito nos pontos 89. e seguintes do presente relatório, relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participação qualificada e a sociedade.

5 Corresponde ao atual artigo 29.º-H, n.º 1, al. g) do Código dos Valores Mobiliários.

6 Corresponde ao atual artigo 29.º-H, n.º 1, als. c) e d) do Código dos Valores Mobiliários.

7 Corresponde ao atual artigo 29.º-H, n.º 1, al. i) do Código dos Valores Mobiliários.

B. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES

I. ASSEMBLEIA GERAL

A) COMPOSIÇÃO DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

11. Identificação e cargo dos membros da Mesa da Assembleia Geral e respetivo mandato (início e fim).

A Mesa da Assembleia Geral é composta pelas seguintes pessoas:

PRESIDENTE:

Rui Manuel Pinto Duarte (mandato de 27/05/2022 a 31/12/2024). O cargo de Presidente da Mesa da Assembleia Geral encontrou-se vago de 10 de junho de 2021 até 27 de maio de 2022, por óbito do anterior Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

SECRETÁRIO:

Luís Nuno Pessoa Ferreira Gaspar (mandato de 27/05/2022 a 31/12/2024).

B) EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO

12. Eventuais restrições em matéria de direito de voto, tais como limitações ao exercício do voto dependente da titularidade de um número ou percentagem de ações, prazos impostos para o exercício do direito de voto ou sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial (Art. 245.º-A, n.º 1, al. fº).

Os estatutos da Semapa preveem que a cada ação da sociedade corresponde um voto.

Relativamente à participação dos acionistas na Assembleia Geral, os estatutos da sociedade foram objeto de revisão em 2022, tendo sido consagradas alterações conducentes a uma maior harmonização das previsões estatutárias com a lei aplicável, por um lado, e ao reforço das boas práticas do governo societário, por outro.

Em sequência da referida revisão, as regras estatutárias em matéria de direito de voto passaram a ser as seguintes:

- i. Poderão participar na Assembleia Geral os acionistas com direito de voto, sendo que a participação na Assembleia Geral e o exercício do direito de voto depende da comprovação da qualidade de acionista com direito de voto às 00:00 horas (GMT) do 5.º dia de negociação anterior ao da realização da Assembleia Geral;
- ii. É permitido o exercício do direito de voto por correspondência postal ou por via eletrónica, cabendo ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral verificar a sua autenticidade e regularidade e assegurar a sua confidencialidade até ao momento da votação, observando-se o seguinte:
 - a) As declarações de voto devem ser dirigidas ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral e recebidas na sede social até à véspera da Assembleia Geral;
 - b) No caso de exercício do direito de voto por via eletrónica, a mensagem de correio eletrónico dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral deve conter, em anexo, documento em formato PDF, assinado em conformidade com assinatura constante de documento de identificação válido do respetivo titular, de onde constem as declarações de voto relativas a cada um dos pontos da ordem de trabalhos, bem como cópia do documento de identificação do titular. O Presidente da Mesa da Assembleia Geral poderá estabelecer na convocatória da assembleia em causa um regime diverso do estabelecido nesta alínea que assegure equivalente segurança e fiabilidade;

8 Corresponde ao atual artigo 29.º-H, n.º 1, al. f) do Código dos Valores Mobiliários.

- c) No caso de exercício do direito de voto por correspondência postal, o sobrescrito deve conter uma carta dirigida ao Presidente da Mesa, devidamente assinada em conformidade com assinatura constante de documento de identificação válido do respetivo titular e de onde constem as declarações de voto relativas a cada um dos pontos da ordem de trabalhos, bem como cópia do documento de identificação do titular;
 - d) Os votos emitidos por estes meios serão computados em conjunto com os votos que venham a ser expressos na Assembleia Geral, valendo como votos negativos em relação às propostas apresentadas ulteriormente à sua emissão.
- iii. A Assembleia Geral poderá ser efetuada por meios telemáticos, sempre que tal se revelar adequado e conveniente, desde que o Presidente da Mesa da Assembleia Geral confirme que, para efeitos de realização da mesma, se encontram assegurados os respetivos meios, a autenticidade das declarações e a segurança das comunicações, procedendo a sociedade ao registo do seu conteúdo e dos respetivos intervenientes.

Na Assembleia Geral Anual da sociedade realizada em 27 de maio de 2022, e no âmbito da qual foram aprovadas as novas regras estatutárias *supra* identificadas, aplicaram-se os estatutos anteriormente em vigor, que – não obstante não regularem especificamente o voto por correspondência eletrónica – autorizavam a regulação de outras formas de exercício do direito de voto alternativas ao suporte em papel, desde que assegurassem igualmente a autenticidade e confidencialidade dos votos até ao momento da votação, e tendo alguns acionistas exercido o seu direito de voto por correspondência eletrónica ao abrigo dessa autorização.

As assembleias gerais da sociedade realizadas em 2022 decorreram em formato presencial, considerando a inexistência de quaisquer solicitações ou manifestações de interesse, por parte dos acionistas, relativamente à respetiva participação através de meios telemáticos, e atendendo ainda aos custos e à sobrecarga administrativa necessária para a preparação e instalação de um sistema de participação por meios telemáticos, beneficiando ainda as referidas reuniões de Assembleia Geral de alargados prazos de divulgação e de requisitos flexíveis de participação.

Não existem sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial.

13. Indicação da percentagem máxima dos direitos de voto que podem ser exercidos por um único acionista ou por acionistas que com aquele se encontrem em alguma das relações do n.º 1 do art. 20.º.

Não existem regras estatutárias que estabeleçam que não sejam contados direitos de voto acima de certo número, quando emitidos por um só acionista ou por acionistas com ele relacionados.

14. Identificação das deliberações acionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada, para além das legalmente previstas, e indicação dessas maiorias.

Não existem na sociedade quóruns constitutivos e deliberativos diferentes dos legais supletivos.

II. ADMINISTRAÇÃO E SUPERVISÃO



GRI 2-9/10/11/12/13/14/15/17/23/24

A) COMPOSIÇÃO

15. Identificação do modelo de governo adotado.

A sociedade adota o modelo de governo previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 278.º (Conselho de Administração e Conselho Fiscal) e na alínea b) do n.º 1 do artigo 413.º (Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas), ambos do Código das Sociedades Comerciais.

16. Regras estatutárias sobre requisitos procedimentais e materiais aplicáveis à nomeação e substituição dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão (art. 245.º-A, n.º 1, al. hº)). Política de diversidade.

Atualmente, não existem na Semapa quaisquer regras estatutárias especiais relativas à nomeação e substituição dos administradores, aplicando-se, nesta matéria, o regime geral supletivo que resulta do Código das Sociedades Comerciais, ou seja, a competência para a designação dos administradores (bem como do órgão de fiscalização) pertence aos acionistas. A sociedade divulga, no entanto, no [sítio](#)¹⁰ da sociedade na Internet os Princípios de Diversidade, que consagram os requisitos e critérios relativamente ao perfil de novos membros dos órgãos societários.

Estes Princípios de Diversidade constituem um reconhecimento formal pela sociedade dos benefícios da diversidade nos seus órgãos sociais, designadamente como forma de assegurar maior equilíbrio na sua composição, de potenciar o desempenho de cada membro e, em conjunto, de cada órgão, de melhorar a qualidade dos processos de tomada de decisão e de contribuir para o seu desenvolvimento sustentável.

Em conformidade e para a promoção da diversidade no seio da sociedade, esta aceitou que, para além dos atributos individuais, tais como a competência, a independência, a integridade de carácter, a disponibilidade e a experiência, são também relevantes outros requisitos e critérios de diversidade na composição dos seus órgãos sociais, tais como a diversidade de género, habilitações e experiências profissionais distintas, a inclusão de membros de idades diferentes e, bem assim, com vivências ou origens geográficas diversas.

Veja-se que a análise *infra* transmite a existência de um nível bastante razoável de diversidade:

Fator de diversidade	Parâmetro	%
Idade	<50	50,00%
	50-65	37,50%
	>65	12,50%
Género	Feminino	37,50%
	Masculino	62,50%
Habilitações	Econ./Gest.	37,50%
	Engenharia	25,00%
	Matemáticas aplicadas	12,50%
	Não licenciado	25,00%
Antecedentes profissionais	Trabalho no estrangeiro	37,50%
	Setores diferentes do grupo	100%

A Comissão de Talento é a comissão com atribuições consultivas em matéria de nomeação dos órgãos sociais, com competências de apoio na identificação de potenciais membros dos órgãos sociais e de avaliação da adequação de perfil, conhecimentos e currículo dos mesmos, devendo induzir processos de seleção transparentes e que sejam propostos os candidatos que apresentem maior mérito, melhor se adequem às exigências da função e promovam, dentro da organização, uma diversidade adequada, incluindo a de género.

Desta forma, entende a sociedade que estão atingidos todos os objetivos resultantes da adoção formal de uma política de diversidade, o que a realidade também demonstra.

Diga-se, por último, e reforçando a promoção da diversidade, que a sociedade aprovou em 2022 o Plano para a Igualdade de 2023, com progressos relativamente ao Plano para a Igualdade de 2022 aprovado em 2021, e procedeu à comunicação desse Plano à CMVM, encontrando-se ainda o mesmo publicado no [sítio](#)¹¹ da Internet da Semapa.

9 Corresponde ao atual artigo 29.º-H, n.º 1, al. h) do Código dos Valores Mobiliários.

10 <https://www.semapa.pt/pt-pt/governo/principiosdiversidade>

11 <https://www.semapa.pt/pt-pt/sustentabilidade/planoparaigualdade>

17. Composição, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro.

Os estatutos da sociedade, no n.º 1 do artigo 11.º, estipulam que o Conselho de Administração é composto por três a quinze administradores e que o mandato, na sequência da alteração estatutária aprovada em 2022, é de três anos.

Individualiza-se, em relação a cada um dos membros a data da primeira designação e termo do mandato:

Membros do Conselho de Administração	Data da primeira designação e termo do mandato
José António do Prado Fay	2018-2024
Ricardo Miguel dos Santos Pacheco Pires	2014-2024
Vítor Paulo Paranhos Pereira	2014-2024
António Pedro de Carvalho Viana-Baptista	2010-2024
Carlos Eduardo Coelho Alves	2015-2021
Filipa Mendes de Almeida de Queiroz Pereira	2018-2024
Francisco José Melo e Castro Guedes	2001-2021
Lua Mónica Mendes de Almeida de Queiroz Pereira	2018-2024
Mafalda Mendes de Almeida de Queiroz Pereira	2018-2024
Paulo José Lameiras Martins	2022-2024
Vítor Manuel Galvão Rocha Novais Gonçalves	2010-2021

O Conselho de Administração da Semapa designou, em 3 de novembro de 2021, o Administrador Senhor Dr. Ricardo Miguel dos Santos Pacheco Pires como Presidente da Comissão Executiva da sociedade, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2022.

Na Assembleia Geral anual que teve lugar em 27 de maio de 2022, o Senhor Eng.º José Paulo Lameiras Martins foi pela primeira vez designado para exercer funções como administrador, para o mandato 2022/2024, Assembleia na qual foram reconduzidos todos os membros do Conselho de Administração com exceção dos Administradores Senhores Eng.º Carlos Eduardo Coelho Alves, Dr. Francisco José Melo e Castro Guedes e Dr. Vítor Manuel Galvão Rocha Novais Gonçalves, que cessaram o exercício dessas funções nessa data.

18. Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração e, relativamente aos membros não executivos, identificação dos membros que podem ser considerados independentes, ou, se aplicável, identificação dos membros independentes do Conselho Geral e de Supervisão.

Os membros executivos do Conselho de Administração são os que pertencem à Comissão Executiva e que estão identificados no ponto 28. *infra*, sendo os restantes membros não executivos.

O Conselho de Administração da sociedade, durante o exercício de 2022, foi composto por dez membros até ao dia 27 de maio e por oito membros desde essa data e até ao dia 31 de dezembro, dos quais, ao longo de todo o ano, dois membros integravam a Comissão Executiva. Dado que, ao longo de 2022, o número de administradores não executivos representou entre 80% e 75% dos membros do Conselho de Administração, consideramos esta percentagem adequada à dimensão da sociedade e à complexidade dos riscos inerentes à sua atividade e suficiente para assegurar com eficiência as funções que lhes estão cometidas. Este juízo de adequação teve em conta, em particular, a dimensão da Comissão Executiva e a delegação de poderes que lhe foi confiada pelo Conselho de Administração, as atividades da sociedade e a sua natureza de sociedade *holding*, a estabilidade da estrutura acionista, bem como o conjunto de competências diversificadas e a disponibilidade dos membros não executivos para o desempenho das suas funções, que através da estreita cooperação desenvolvida com o Presidente do Conselho de Administração, asseguram uma efetiva capacidade de acompanhamento, supervisão e avaliação da atividade dos membros executivos do Conselho de Administração.

Dos membros não executivos, que exerceram funções durante o exercício de 2022, podem ser qualificados como independentes, à luz dos critérios elencados no código de governo das sociedades adotado, o Senhor Eng.º Carlos Eduardo Coelho Alves e, não obstante existir entre a sociedade e a entidade na qual exerce funções de administração não executiva no Haitong Bank, que mantém uma relação comercial com a Semapa, e que entende a sociedade ser não significativa, o Senhor Eng.º Paulo José Lameiras Martins, por não estarem associados a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade, nem se encontrarem em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão.

Por outro lado, o Administrador Senhor Dr. Francisco José Melo e Castro Guedes não foi qualificado como independente, porquanto exerceu funções de administrador na sociedade desde 2001. Já os Administradores Senhores Eng.º José Antônio do Prado Fay, Dr.ª Filipa Mendes de Almeida de Queiroz Pereira, D.ª Mafalda Mendes de Almeida de Queiroz Pereira e D.ª Lua Mónica Mendes de Almeida de Queiroz Pereira não foram qualificados como independentes à luz dos referidos critérios, porquanto exerceram também funções como administradores de sociedades titulares de participação qualificada na Semapa no decurso do exercício de 2022. O Administrador Senhor Dr. Vítor Manuel Galvão Rocha Novais Gonçalves não foi igualmente qualificado como independente no âmbito dos critérios aplicáveis e acima referidos, porquanto era administrador de sociedade em relação de domínio com a Semapa auferindo remuneração pelo respetivo cargo. Por fim, o Administrador Senhor Dr. António Pedro de Carvalho Viana-Baptista não é administrador independente em virtude da relação comercial existente entre a sociedade e a entidade na qual exerce funções de gestão.

Assim, verifica-se que, no decurso do exercício de 2022, o Conselho de Administração incluiu, em cada momento, apenas um administrador não executivo que cumpria os requisitos formais de independência estabelecidos no código do governo de sociedades adotado, entendendo, contudo, a sociedade que este número é adequado e consentâneo com uma atuação plenamente independente do Conselho de Administração e suficiente para garantir a efetiva capacidade de supervisão, avaliação e fiscalização da atividade dos restantes membros do órgão de administração.

Na verdade, entende a sociedade que, considerando o perfil, a idade, o percurso e a experiência profissional e, principalmente, a demonstrada independência de juízo e integridade de carácter dos membros que compõem o Conselho de Administração, a atual proporção entre administradores não executivos não independentes e independentes, estabelecida pela aplicação dos critérios formais de aferição da independência, está perfeitamente ajustada à natureza e à dimensão da sociedade, nomeadamente atendendo à sua natureza familiar, à estabilidade da respetiva estrutura de capital e à complexidade dos riscos inerentes à sua atividade.

19. Qualificações profissionais e outros elementos curriculares relevantes de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo.

JOSÉ ANTÔNIO DO PRADO FAY

José Fay é licenciado em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, tendo frequentado um curso específico de pós-graduação em Engenharia de Equipamentos na Coppe/Petrobras (Coordenação de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia). Iniciou a sua atividade profissional na Copesul em 1978, onde foi gerente do setor de engenharia até 1986. De 1986 até 1988 foi chefe da Divisão de Engenharia e Manutenção da Petroquímica Triunfo, S.A.. Entre 1988 e 2000 exerceu diversas funções de direção na Bunge Group, nas áreas de Engenharia e Negócios de Produtos de Consumo. Assumiu a Direção Comercial e de Marketing da Electrolux de 2000 até 2003 e, desde essa data e até 2007, assumiu a presidência da Batavo, S.A., que, em 2006, seria incorporada na Perdigão, S.A., assumindo a Presidência desta empresa em 2008. Presidiu à Brasil Foods S.A. de 2007 até 2013. Desde 2013 participa no Conselho de Administração da Camil, S.A.. É *Senior Advisor* do fundo Warburg Pincus, tendo ainda sido *Senior Advisor* da McKinsey & Co. até 2020. Exerce desde 2020 funções como Presidente do Conselho de Administração da Semapa e da Sodim e noutras sociedades com esta relacionadas. Exerce ainda funções de administrador nos Conselhos de Administração da São Salvador Alimentos, S.A. e da Superbac Biotechnology Solutions.

RICARDO MIGUEL DOS SANTOS PACHECO PIRES

Ricardo Pires é licenciado em Administração e Gestão de Empresas pela Universidade Católica Portuguesa, detém uma especialização em *Corporate Finance* pelo ISCTE e um MBA em Gestão de Empresas pela Universidade Nova de Lisboa. Iniciou a sua carreira na área de consultoria de gestão, entre 1999 e 2002, primeiro na BDO Binder e posteriormente na GTE Consultores. Nos anos de 2002 a 2008 exerceu funções na Direção de *Corporate Finance* do ES Investment, onde executou diversos projetos de M&A e mercado de capitais nos setores de Energia, Pasta e Papel e *Food & Beverages*. Colabora desde 2008 com a Semapa, inicialmente como Diretor de Planeamento Estratégico e Novos Negócios e depois, a partir de 2011, como Chefe de Gabinete do Presidente do Conselho de Administração. É, desde 2014, Administrador Executivo da Semapa e, desde 2022, Presidente da respetiva Comissão Executiva, exercendo ainda funções noutras sociedades com esta relacionadas. Desde 2015, exerce cargos de administração não executivo na The Navigator Company e na Secil, tendo passado, em 2022, a exercer o cargo de Presidente do Conselho de Administração das referidas sociedades. Em 2017 foi designado CEO da Semapa Next, tendo assumido em 2022 funções de Presidente do Conselho de Administração dessa sociedade. É desde 2020 Presidente do Conselho de Administração no grupo ETSA. Entre 2020 e 2022 lecionou o Master in Finance, mestrado da Universidade Católica de Lisboa.

VÍTOR PAULO PARANHOS PEREIRA

Vítor Paranhos Pereira é licenciado em Economia pela Universidade Católica Portuguesa e frequentou a AESE (Universidade de Navarra). Iniciou a sua atividade profissional em 1982, na Empresa Gaspar Marques Campos Correia & C^ª. Lda., como Diretor Financeiro até 1987. De 1987 a 1989, exerceu o cargo de Adjunto da Direção Financeira no Instituto do Comércio Externo de Portugal (ICEP). Em 1989 ingressou no grupo como Diretor Financeiro da Sodim, tendo sido nomeado vogal do Conselho de Administração da mesma em 2009, funções que exerceu até maio de 2018 e, depois, desde março de 2020 até ao presente. Exerce ainda funções de Administração em diversas sociedades relacionadas com a Sodim, nomeadamente, desde 1998 na Hotel Ritz. Exerceu ainda entre 2001 e 2016 funções de administração na Hotel Villa Magna. É administrador da Sonagi desde 1995, exercendo funções de Presidente do Conselho de Administração desde junho de 2020. Foi designado administrador da Refundos em 2005, exercendo funções de Presidente do Conselho de Administração dessa sociedade de 2018 até maio de 2020. De 2006 a 2015, exerceu o cargo de Presidente do Conselho Fiscal da Associação da Hotelaria de Portugal (AHP) e em abril de 2019 foi nomeado Presidente da Mesa da Assembleia Geral desta entidade. Foi, de 2007 a 2016, Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios (APFIPP). Exerceu funções de Vogal do Conselho Fiscal da Eurovida – Companhia de Seguros, S.A. e da Popular Seguros – Companhia de Seguros, S.A. de 2009 a 2018. Em 2014, foi designado vogal do Conselho de Administração da Semapa. É desde março de 2020 Administrador Executivo da Semapa, e de outras sociedades com esta relacionadas, exercendo também desde fevereiro e março de 2020 cargos de administração na Secil e na The Navigator Company, respetivamente.

ANTÓNIO PEDRO DE CARVALHO VIANA-BAPTISTA

António Viana-Baptista é licenciado em Economia, pós-graduado em Economia Europeia e tem um MBA (INSEAD). Entre 1984 e 1991, foi Principal *Partner* da McKinsey & Co. Entre 1991 e 1998 exerceu o cargo de Administrador do Banco Português de Investimento. Entre 1998 e 2008 desempenhou funções na Telefonica, S.A., como Presidente da Telefonica Internacional (1998-2002), Presidente da Telefonica Moviles (2002-2006) e Presidente da Telefonica España (2006-2008), tendo também desempenhado funções como Administrador da Telefonica S.A. e da Portugal Telecom, em representação da Telefonica. Entre 2011 e 2016, foi CEO do Credit Suisse AG para Espanha e Portugal. Foi Administrador não executivo da Jasper Inc, California, até 2016, e da Abertis, S.A. entre 2017 e 2018 e da Atento, S.A., entre 2018 e 2021. Atualmente é Administrador Executivo da Alter Venture Partners G.P., SARL, e ainda Administrador não executivo da Jerónimo Martins, S.A. e da Azora Capital S.L.. É Administrador não executivo da Semapa desde 2010.

CARLOS EDUARDO COELHO ALVES

Carlos Alves é licenciado em Engenharia Mecânica pelo Instituto Superior Técnico, tendo o Grau de Especialista em Gestão Industrial pela Ordem dos Engenheiros. No início da sua atividade profissional foi Assistente das cadeiras de Órgãos de Máquinas I e II, no Instituto Superior Técnico, e Estagiário para Especialista da Divisão de Observação de Obras do Laboratório Nacional de Engenharia Civil de Lisboa. Foi Engenheiro dos Serviços Técnicos da Cometna – Companhia Metalúrgica Nacional, SARL e posteriormente Administrador responsável pela Direção Fabril e Administrador-Delegado da Cobrascom S.A. (Rio de Janeiro, Brasil). Entre 1989 e 2009 exerceu cargos de Administração na Semapa, na Sodim e noutras sociedades com esta relacionadas. Foi ainda Presidente da Comissão Executiva da Secil e da CMP entre 1994 e 2009, tendo desempenhado cargos de Administração na Portucel (atualmente The Navigator Company), na Soporcel, bem como na Enersis, onde foi Presidente do Conselho de Administração. Foi presidente da ATIC - Associação Técnica da Indústria do Cimento entre 2004 e 2009 e membro do *Steering Committee* do Cembureau entre 2004 e 2009. Foi entre novembro de 2015 e maio de 2022 Administrador não executivo da Semapa. É desde outubro de 2020 Administrador não executivo da Secil.

FILIPA MENDES DE ALMEIDA DE QUEIROZ PEREIRA

Filipa Queiroz Pereira é licenciada em Matemáticas Aplicadas pela Universidade Lusíada e pós-graduada em Sistemas de Informação pela Harvard Extension School. Completou programas para executivos no INSEAD, London Business School, Harvard Business School e Singularity University e tem estado envolvida na atividade de consultoria informática e no setor imobiliário. É Administradora da Sodim (empresa controladora da Semapa) desde 2014, integrando também, a partir de 2018, o Conselho de Administração da Semapa e do Hotel Ritz.

FRANCISCO JOSÉ MELO E CASTRO GUEDES

Francisco Guedes é licenciado em Ciências Económicas e Financeiras e tem um MBA pelo INSEAD. Iniciou a sua atividade profissional em 1971, na Companhia União Fabril. Entre os anos de 1972 e 1975 cumpriu o Serviço Militar. Nos anos seguintes, em 1976 exerceu funções de Administrador Financeiro na Companhia Rio Moju e, de 1977 a 1987, na Anglo American Corporation (no Brasil), exerceu funções de Administrador Executivo, Administrador Financeiro da *holding*, Administrador responsável por todas as empresas de mineração (não ouro) e industriais no Brasil e Administrador Financeiro da Mineração Morro Velho. Nos anos de 1988 e 1989 foi responsável pela Corretora Ricardo Schedel. Em 1990, foi Administrador do projeto Aroeira na Formentur, e nos anos seguintes exerceu ainda cargos de administração e direção na Anglo American Corporation Portugal, Nacional – C.I.T.C., Nutrinveste e Sociedade Ponto Verde. Entre 2009 e 2015, exerceu funções de administração na The Navigator Company. Desde 2001 e até junho de 2020, exerceu funções de Administração na Secil. Igualmente desde 2001 e até 2022 exerceu funções de Administração na Semapa, tendo desempenhado funções executivas de 2001 a 2014 na Semapa e noutras empresas do grupo.

LUA MÓNICA MENDES DE ALMEIDA DE QUEIROZ PEREIRA

Lua Queiroz Pereira, após concluir o Ensino Secundário, frequentou várias escolas de gestão internacionais, nomeadamente o INSEAD, onde obteve o certificado em Global Management, a London Business School, Singularity University e Harvard Business School, onde completou cursos para executivos. No passado foi gestora de negócios ligados à modalidade do hipismo. É Administradora da Sodim (empresa controladora da Semapa) desde 2014, integrando também, a partir de 2018, o Conselho de Administração da Semapa e da Semapa Next, sociedade de *venture capital* do grupo.

MAFALDA MENDES DE ALMEIDA DE QUEIROZ PEREIRA

Mafalda Queiroz Pereira tem o Ensino Secundário em conjunto com os cursos técnicos de Entalhe e Marcenaria pela Fundação Ricardo Espírito Santo e de Arquitetura de Interiores pelo SENAI (Brasil). Completou programas para executivos no INSEAD, London Business School e Harvard Business School e tem estado envolvida no desenvolvimento de projetos no setor imobiliário. É Administradora da Sodim (empresa controladora da Semapa) desde 2014, integrando também, a partir de 2018, o Conselho de Administração da Semapa e da Sonagi, sociedade dedicada à gestão e exploração imobiliária.

VÍTOR MANUEL GALVÃO ROCHA NOVAIS GONÇALVES

Vítor Novais Gonçalves é licenciado em Gestão de Empresas pelo ISC-HEC, em Bruxelas, e tem mais de 30 anos de experiência profissional com responsabilidades de gestão executiva nos setores de Produtos de Consumo, Telecomunicações e Financeiro. Iniciou a sua atividade profissional em 1984 na Unilever como *Management Trainee* e posteriormente como Gestor de Produto e Gestor de Mercado. De 1989 a 1992 exerceu funções no Citibank Portugal, como Gestor de Negócios na área de Capital de Risco, tendo sido responsável pela área de *Corporate Finance* e membro do *Management Committee*. Entre 1992 e 2000, na área financeira do grupo José de Mello, foi administrador em várias empresas e, entre outros, Diretor Geral da Companhia de Seguros Império. Entre 2001 e 2009 exerceu funções na área de telecomunicações do grupo SGC como administrador da SGC Comunicações, responsável pelo Desenvolvimento Internacional de Negócios. É administrador, entre outras, da Zoom Investment e da The Navigator Company. Exerceu funções de administrador na Semapa de 2010 a 2022.

PAULO JOSÉ LAMEIRAS MARTINS

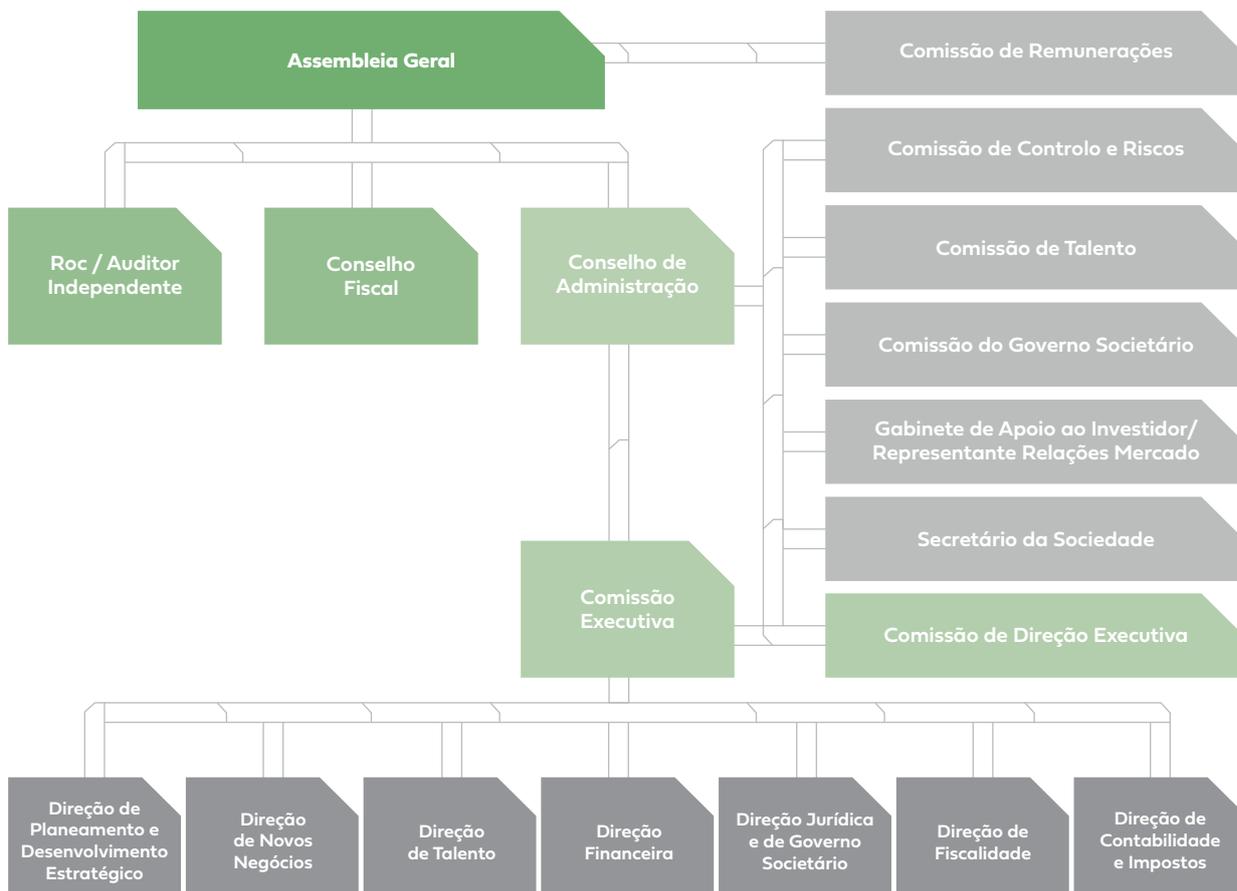
Paulo Lameiras Martins é licenciado em Engenharia de Produção Industrial pela Universidade Nova, pós-graduado em Gestão e frequentou o curso do International Directors Program (INSEAD). Possui uma longa carreira em Investment Banking. Foi membro do Conselho de Administração de bancos e de várias empresas desde 2005. Trabalhou em empresas portuguesas, americanas, alemãs e chinesas, tendo adquirido uma grande experiência multicultural. Engenheiro de formação, com experiência inicial na indústria de componentes automóveis, tornou-se um executivo sénior com uma experiência ampla em várias empresas. Foi também Membro do Conselho de Administração de mais de vinte empresas, quer como Presidente Executivo ou Não Executivo em diversos setores e em várias geografias, desde o Brasil, Portugal e Polónia. Convidado de diversos fóruns, conferências & workshops (na Europa, América Latina e China) em assuntos relacionados com Banca e Economia. É, desde 2022, Vogal do Conselho de Administração da Semapa.

20. Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo com acionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto.

Para além do exercício de cargos de administração por parte de vários administradores na Sodim e na Cimo, enquanto sociedades detentoras de participação qualificada na Semapa conforme resulta do ponto 26. *infra*, e da detenção por parte das Senhoras Dr.ª Filipa Mendes de Almeida de Queiroz Pereira, D.ª Mafalda Mendes de Almeida de Queiroz Pereira e D.ª Lua Mónica Mendes de Almeida de Queiroz Pereira, direta e indiretamente por sociedades por si controladas, e enquanto herdeiras da Herança Indivisa do Senhor Pedro Mendonça de Queiroz Pereira, de uma posição acionista na Sodim, não existem outras relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros do Conselho de Administração com acionistas da Semapa titulares de participação qualificada.

21. Organogramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da sociedade, incluindo informação sobre delegações de competências, em particular no que se refere à delegação da administração quotidiana da sociedade.

Apresenta-se de forma gráfica simplificada o organograma dos vários órgãos, comissões e direções da Semapa a 31 de dezembro de 2022:



A gestão da sociedade é centrada na articulação entre o Conselho de Administração e a Comissão Executiva, sendo esta última coadjuvada pela Comissão de Direção Executiva.

A coordenação e a aproximação foram asseguradas pela estreita cooperação desenvolvida pelo Presidente do Conselho de Administração com a equipa executiva, através do respetivo Presidente, Dr. Ricardo Pires, pela disponibilidade dos membros da Comissão Executiva para a transmissão regular de toda a informação relevante ou urgente, ou que seja solicitada, relativa à gestão corrente da sociedade aos membros não executivos do Conselho de Administração, de forma a permitir um acompanhamento permanente da vida societária, e pela convocação de reuniões do Conselho de Administração para todas as decisões estratégicas ou consideradas especialmente relevantes, ainda que estas se enquadrem no âmbito dos poderes gerais delegados.

Também relativamente aos restantes membros dos órgãos sociais, as informações solicitadas são prestadas pelos membros da Comissão Executiva em tempo útil e de forma adequada.

A 1 de Janeiro de 2022, foi constituída uma Comissão de Direção Executiva para coadjuvar a Comissão Executiva no âmbito da respetiva delegação de poderes, e tendo, em especial, as competências referidas no ponto 29. deste relatório.

Para assegurar uma transmissão regular de informação, a Comissão Executiva disponibiliza ainda as convocatórias e as atas dessa Comissão ao Conselho Fiscal. Também as restantes comissões e órgãos sociais da sociedade asseguram, atempada e adequadamente e nos termos dos respetivos regulamentos de funcionamento, o fluxo de informação, nomeadamente, através da disponibilização de convocatórias e de atas, nos termos necessários e adequados ao exercício das competências legais e estatutárias por parte dos restantes órgãos e comissões.

Até 31 de dezembro de 2022, a distribuição de pelouros entre os membros da Comissão Executiva era a seguinte, muito embora não existisse uma compartimentação rígida de funções e responsabilidades:

- 1º. Áreas de desenvolvimento e planeamento estratégico e política de investimentos, controlo de gestão, tecnologias de informação, jurídica, governo societário, recursos humanos e gestão de talento, que cabe ao Presidente da Comissão Executiva, Senhor Dr. Ricardo Miguel dos Santos Pacheco Pires.
- 2º. Áreas financeira, contabilística, fiscal e sustentabilidade, que cabe ao Administrador Senhor Dr. Vítor Paulo Paranhos Pereira.

Em relação ao planeamento estratégico, e sem prejuízo do pelouro a que se faz referência, esclarece-se que é por natureza uma área de maior intervenção dos membros não executivos e que contou com significativo envolvimento por parte do Presidente do Conselho de Administração. Participam assim os administradores não executivos na definição da estratégia, principais políticas, estrutura empresarial e decisões que devam considerar-se estratégicas em virtude do seu montante ou risco, bem como na avaliação do respetivo cumprimento.

No âmbito da definição da estratégia e principais políticas, a sociedade procurou incorporar e concretizar os Princípios Estratégicos definidos pela sociedade, que são os seguintes:

- i. Crescer, com criação de valor para o acionista numa perspetiva de desenvolvimento sustentável e com elevada consciência social;
- ii. Promover o desenvolvimento das comunidades com que se relaciona;
- iii. Desenvolver os seus Recursos Humanos, proporcionando-lhes valorização permanente e oportunidades de carreira de acordo com a ambição e capacidades demonstradas, e
- iv. Estar atento às oportunidades de negócio concretizando aquisições geradoras de valor.

O Grupo Semapa tem uma abordagem de gestão que assenta nos princípios de ética, integridade e honestidade na relação interna e externa e no desenvolvimento das atividades que integram todas as fases da cadeia de valor. As suas atividades regem-se por políticas internas como o Código de Ética e de Conduta, a Política de Direitos Humanos, a Política de Prevenção da Corrupção, a Política de Prevenção do Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo, a Política Fiscal, o Código de Boa Conduta e Prevenção do Assédio e o Plano Anual para a Igualdade e com mecanismos e procedimentos instituídos para comunicação de irregularidades e de prevenção de conflitos de interesses.

No âmbito da sustentabilidade, está criada uma comissão *ad hoc*, com diversos grupos de trabalho para tratar de temas específicos, que tem desenvolvido a sua atividade sob a supervisão da Comissão Executiva e envolvendo de forma transversal todas as sociedades do grupo, procurando dentro da lógica de criação de valor um contributo significativo com impacto positivo para o meio ambiente, sociedade e governança em geral.

A sociedade definiu cinco vetores de atuação ou Capitais, que acompanha:

1º. Capital financeiro (Capítulo 4.1 do Relatório Anual):

A Semapa é responsável pelo investimento em setores-chave da economia nacional e internacional, procurando equilibrar as exigências de criação de valor para os acionistas com os princípios de desenvolvimento sustentável e, deste modo, gerar valor para os seus diferentes *stakeholders*. A criação de valor sustentável é um tópico material que se reflete transversalmente nas diferentes atividades desenvolvidas quer pela Semapa *holding*, quer pelas suas participadas.

A forma como o Grupo cria e distribui valor económico ao longo da cadeia de valor reflete os impactos significativos que gera na sociedade e a forma como impacta na vida de milhares de pessoas, ilustrado através do valor monetário adicionado às economias locais, através da geração de produtos e serviços, pagamento de serviços de capital, salários, impostos, investimento comunitário, entre outros.

As empresas do Grupo têm dado passos importantes nas finanças sustentáveis, através da procura de opções de financiamento diretamente ligadas ao cumprimento de objetivos de desenvolvimento sustentável ou a indicadores de desempenho ESG – *Environmental, Social and Governance*.

A Semapa assume como dever a gestão dos riscos inerentes à sua atividade e também o acompanhamento do contexto e a gestão dos riscos aos quais as suas Participadas se encontram expostas. A Semapa dispõe de um sistema de controlo e gestão de riscos ágil e robusto, de modo a responder aos diferentes negócios, geografias e situações de risco aos quais o Grupo se encontra exposto.

2º. Capital natural (Capítulo 4.2 do Relatório Anual):

O Grupo Semapa está comprometido em reduzir a sua pegada ambiental, através de uma atuação responsável, promotora da eficiência dos recursos, que minimize a poluição gerada, seja protetora da biodiversidade e dos ecossistemas, e fomenta o desenvolvimento de novos produtos e soluções. Esse compromisso reflete-se nos tópicos materiais de negócio, nomeadamente: alterações climáticas e energia; gestão da água; economia circular; e conservação da biodiversidade e serviços dos ecossistemas.

As alterações climáticas são atualmente um dos temas mais relevantes para a sociedade, em que a indústria desempenha um papel determinante, considerando que é um dos principais responsáveis pelas emissões de gases com efeito de estufa (GEE), a seguir aos setores da energia e da logística. A descarbonização dos processos industriais do Grupo Semapa assenta na implementação de medidas relacionadas com o aumento da incorporação de energia de fonte renovável e de combustíveis alternativos, bem como através da promoção da eficiência energética e de recursos. Em muitos casos implica também a implementação de projetos de I&D para o desenvolvimento de novos produtos e processos de baixo carbono.

A água é um recurso essencial para várias etapas dos processos industriais das empresas participadas do Grupo Semapa. Dados os volumes de água utilizados e as perspetivas da sua tendencial escassez no meio natural, quer em quantidade quer em qualidade, o Grupo está empenhado em fazer uma utilização racional deste recurso e em assegurar que as suas atividades não constituam *per se* um fator adicional de risco para o ambiente e comunidades envolventes. Dado o impacto significativo neste recurso, as captações de água e a descarga dos efluentes industriais das participadas estão abrangidas por licenças neste domínio. Deste modo, as participadas adotam medidas para reduzir a utilização da água e aumentar a qualidade dos efluentes tratados, contribuindo para uma otimização da circularidade deste recurso natural.

Sendo o Grupo maioritariamente industrial, as Participadas procuram promover a circularidade por forma a obter ganhos em termos de eficiência do consumo dos recursos e a potenciar novos produtos e serviços, com consequentes ganhos económicos.

A diversidade genética de espécies de fauna e flora, e as interrelações que estabelecem entre si, são elementos base para o equilíbrio da natureza e dos ecossistemas. Ecossistemas saudáveis produzem um conjunto variado de serviços, que sustentam as necessidades de matérias-primas e serviços essenciais à vida e atividades humanas, influenciando, de forma positiva, o bem-estar, a saúde e a geração de riqueza para as comunidades.

Adicionalmente, as atividades de conservação da biodiversidade são um aliado importante na mitigação e na adaptação aos efeitos das alterações climáticas – aspeto relevante para as empresas do Grupo.

3º. Capital humano (Capítulo 4.3 do Relatório Anual):

Essencial à prossecução da missão, visão e estratégia do Grupo, o capital humano representa um dos seus ativos mais importantes, investindo-se em criar um projeto atrativo para os Colaboradores e proporcionando-lhes uma experiência de valorização permanente e oportunidades de carreira de acordo com a ambição e capacidades demonstradas.

As empresas do Grupo procuram reconhecer e valorizar o mérito, fomentar o crescimento interno e o desenvolvimento de competências ao longo da carreira, assim como potenciar o envolvimento e motivação dos seus Colaboradores. A capacitação dos Colaboradores tem uma relevância estratégica para o Grupo, investindo-se em planos de formação para o desenvolvimento das competências técnicas e pessoais dos Colaboradores.

O Grupo aposta em mecanismos de envolvimento e na comunicação interna como instrumentos fundamentais para o estabelecimento de um diálogo aberto e de uma relação de proximidade com os Colaboradores, visando a transmissão de valores e cultura interna, a mobilização do espírito de equipa e o fomento da identidade corporativa.

A natureza industrial da maior parte dos negócios das empresas do Grupo acarreta riscos potencialmente significativos para a saúde e segurança dos Colaboradores, que poderão levar à ocorrência de acidentes de trabalho e desenvolvimento de doenças ocupacionais. Atentos a esta realidade, o Grupo investe na criação de condições de trabalho seguras, na prevenção e na formação, como parte do desenvolvimento de uma cultura de segurança e saúde no trabalho. Pelo impacto na vida das pessoas e pela perda de produtividade e outros custos que acarreta, o tema da “Saúde, segurança e bem-estar no trabalho” representa, portanto, um tema da maior relevância para o Grupo Semapa.

4º. Capital social (Capítulo 4.4 do Relatório Anual):

A promoção do desenvolvimento das comunidades constitui um dos princípios estratégicos que orientam a atuação do Grupo Semapa. Importa referir que o envolvimento com as comunidades assenta também numa abordagem de proximidade, potenciando-se uma relação de confiança e reforçando a licença social para operar das diferentes participadas.

Por outro lado, e como herdeira da longa tradição empresarial de filantropia e mecenato da Família Queiroz Pereira – sua acionista de referência – o Grupo Semapa desenvolve e apoia projetos de responsabilidade social, quer pela Fundação Nossa Senhora do Bom Sucesso, quer pelas empresas, em alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas. Estas ações visam, em última análise, melhorar a qualidade de vida das comunidades e a preservação ambiental.

5º. Capital intelectual (Capítulo 4.5 do Relatório Anual):

O Grupo Semapa investe em atividades de Investigação, Desenvolvimento e Inovação como forma de garantir novas fronteiras de rentabilidade do negócio, aumentar a eficiência dos processos e criar produtos inovadores. Este alinhamento é partilhado por todos os segmentos de negócios do Grupo, que possuem áreas próprias de IDI, para garantir a geração de conhecimento científico e tecnológico, mantendo a competitividade nos diversos setores.

Por forma a alavancar as suas atividades de Investigação, Desenvolvimento e Inovação, as empresas do Grupo participam em redes de trabalho e em consórcios, apresentando candidaturas a fundos e programas de financiamento externo (nacionais e internacionais), para além do investimento próprio que realizam neste domínio.

Relativamente aos poderes da Comissão Executiva, estão delegados nesta comissão poderes de gestão amplos, na sua grande parte discriminadamente indicados no ato de delegação, e apenas limitados no que respeita à matéria identificada no artigo 407.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais. Estão, em concreto, delegados os seguintes atos:

- a) Sem prejuízo dos limites constantes das alíneas d) a f) *infra*, negociar e deliberar a celebração por ato público ou particular de qualquer contrato de natureza comercial ou civil, nos termos e condições que considere mais convenientes, bem como tomar todas as decisões que considere apropriadas na execução desses contratos;
- b) Deliberar emitir, subscrever, sacar, aceitar, endossar, avalizar, protestar ou praticar qualquer outro ato no âmbito da utilização de títulos de crédito;
- c) Deliberar sobre todos os atos correntes de natureza bancária, junto de instituições financeiras portuguesas ou estrangeiras, designadamente abrindo, consultando e estabelecendo o modo de movimentação de contas bancárias por todas as formas legalmente admissíveis;
- d) Negociar e deliberar, contrair e alterar as condições de contratos de financiamento, junto de instituições financeiras ou outras entidades, incluindo a prestação de respetivas garantias nos casos em que tal é delegável nos termos da lei, tudo nos termos que entender mais convenientes, até ao montante acumulado de € 50.000.000,00 (cinquenta milhões de euros), por ano, e desde que o rácio de "Dívida Líquida (excluindo o efeito da norma IFRS 16) / EBITDA", apurado através das contas consolidadas do exercício transato, não ultrapasse 2,5 (duas vírgula cinco) vezes; os limites previstos na parte final da presente alínea não são aplicáveis à renovação de contratos de descoberto bancário e de abertura de crédito em conta corrente até ao montante acumulado de € 10.000.000,00 (dez milhões de euros), por ano;
- e) Deliberar adquirir, alienar e onerar ativos de todas as naturezas, até ao montante de € 5.000.000,00 (cinco milhões de euros), por operação, nos termos e condições que entender mais adequados, negociando e deliberando a formalização para o efeito, por documento público ou particular, de qualquer instrumento contratual, e praticando quaisquer atos acessórios ou complementares, que se revelem necessários na execução desses contratos;
- f) Deliberar adquirir, alienar ou onerar participações noutras sociedades, até ao montante acumulado de € 10.000.000,00 (dez milhões de euros), por ano, nos termos e condições que entender mais adequados, negociando e deliberando a formalização para o efeito, por documento público ou particular, de qualquer instrumento contratual, e praticando quaisquer atos acessórios ou complementares que se revelem necessários na execução desses contratos;
- g) Tomar todas as decisões e praticar todos os atos no âmbito do exercício pela sociedade da sua posição de acionista, designadamente indicando os seus representantes nas Assembleias Gerais das sociedades em que participe e tomando deliberações unânimes por escrito;
- h) Preparar os projetos de relatórios de atividade, balanços, demonstrações financeiras e propostas de aplicação de resultados;
- i) Praticar todos os atos necessários ou convenientes, no âmbito das relações laborais da sociedade com os seus trabalhadores, designadamente, contratar, despedir, transferir, definir condições de trabalho e de remuneração, bem como as suas atualizações e alterações;
- j) Deliberar sobre a representação da sociedade perante qualquer Tribunal ou instituto de mediação ou arbitragem, tomando todas as decisões que se mostrem necessárias ou convenientes no âmbito de qualquer procedimento aí pendente ou a instaurar, designadamente as de desistir, confessar ou transigir;
- k) Constituir procuradores da sociedade dentro dos poderes que lhe estão delegados;
- l) Praticar todos os atos necessários ou convenientes no âmbito da emissão de obrigações e papel comercial, já emitidos ou a emitir, incluindo a decisão de emissão, e
- m) Em geral, praticar todos os atos de gestão corrente da sociedade, com exceção daqueles que por lei não podem ser delegados nos termos do artigo 407.º, n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais.

Estão vedadas à Comissão Executiva as deliberações sobre:

- a) Escolha do Presidente do Conselho de Administração;
- b) Cooptação de administradores;
- c) Pedido de convocação de Assembleias Gerais;
- d) Relatórios e contas anuais;
- e) Prestação de cauções e garantias pessoais ou reais pela sociedade;
- f) Mudança de sede e aumentos de capital, e
- g) Projetos de fusão, de cisão e de transformação da sociedade.

Estão ainda institucionalizados alguns procedimentos que sempre constituíram a prática na sociedade, de modo a garantir a intervenção do Conselho de Administração na tomada de decisões estratégicas em razão do seu montante, risco ou características especiais.

No caso do **Conselho Fiscal**, que tem as competências que resultam da lei e melhor descritas no ponto 38. deste relatório, não existem poderes delegados ou pelouros atribuídos.

A **Comissão de Controlo e Riscos** tem, entre outras atribuições, como objeto a deteção e o controlo de todos os riscos relevantes na atividade da sociedade, tendo-lhe sido atribuídas todas as competências referidas no ponto 29. deste relatório, necessárias ao prosseguimento daquele objetivo.

A **Comissão do Governo Societário** tem por objeto a supervisão permanente do cumprimento pela sociedade das disposições legais, regulamentares e estatutárias aplicáveis ao governo societário e demais competências desenvolvidas no ponto 29. deste relatório.

A **Comissão de Talento** tem competências de natureza recomendatória e consultiva em matéria de nomeações e avaliações, mais desenvolvidas no ponto 29. deste relatório.

As funções do **Gabinete de Apoio ao Investidor** vêm referidas no ponto 56. deste relatório.

O **Secretário da Sociedade** é designado pelo Conselho de Administração e possui as competências definidas na lei.

A **Comissão de Remunerações** elabora a política de remuneração dos membros do órgão de administração e fiscalização, competindo-lhe ainda realizar todo o trabalho de análise e fixação da remuneração dos administradores, em estreita cooperação com a Comissão de Talento.

A **Direção de Planeamento e Desenvolvimento Estratégico** é responsável pelos processos de planeamento, orçamentação e controlo de negócio do Grupo, sendo também responsável pelo planeamento e desenvolvimento estratégico do Grupo.

A **Direção de Novos Negócios** promove a identificação e estudo de novas oportunidades de negócio, com vista à sua concretização.

A **Direção de Talento**, cuja Diretora integra a Comissão de Direção Executiva da Semapa, tem como principal responsabilidade propor as Políticas de Gestão de Talento para a Semapa e assegurar a sua concretização, garantindo que a Semapa tem uma oferta de valor robusta enquanto empregador, que garanta a atração e a retenção do melhor talento e lhe proporcione uma experiência com impacto positivo enquanto colaborador.

Neste âmbito, assegura todos os processos do ciclo de vida de um colaborador (atração, integração, desenvolvimento, mobilidade, avaliação e acompanhamento dos *alumni*), apoiando as hierarquias em cada um destes momentos.

Tem ainda a responsabilidade de fomentar os traços de Cultura da Semapa, garantindo uma comunicação interna próxima e eventos que reforcem o querermos ser *Simples, Próximos e Empowered*.

A nível corporativo, a Direção de Talento assegura a assessoria em processos que dizem respeito a:

- > Nomeação de administradores executivos e membros de outros órgãos e comissões;
- > Planos de Sucessão de administradores executivos;
- > Desenho das Políticas de Avaliação e Compensação e sua execução relativamente aos administradores executivos.

Ainda a nível corporativo, cria e implementa programas de desenvolvimento para alguns segmentos, nomeadamente Diretores de 1ª linha e jovens talentos.

A **Direção Financeira** tem como principais funções a gestão e planeamento financeiro.

A **Direção Jurídica e de Governo Societário** presta assessoria jurídica à sociedade e é responsável pelo *compliance* legal e das matérias associadas relativas ao governo societário, com o objetivo de garantir a conformidade dos processos e procedimentos com a legislação aplicável.

A **Direção de Fiscalidade**, por seu turno, presta assessoria em matéria tributária, assegurando o cumprimento da legislação em vigor e evitando o planeamento fiscal abusivo.

Por fim, a **Direção de Contabilidade e Impostos** tem como principais competências assegurar a prestação de contas da sociedade e o cumprimento das suas obrigações fiscais.

Os órgãos sociais e as comissões internas acima identificadas estão obrigadas, nos termos dos respetivos regulamentos internos de funcionamento, a disponibilizar entre si, nos termos legal e estatutariamente exigidos, toda a informação e documentação necessária ao exercício das competências legais e estatutárias de cada um dos restantes órgãos e comissões, devendo ainda as várias direções e serviços da sociedade colaborar na produção, tratamento e divulgação da referida informação, de modo adequado, rigoroso e atempado. Nos termos dos referidos regulamentos e das demais normas aplicáveis, os mencionados órgãos sociais e as demais comissões da sociedade elaboram atas completas das respetivas reuniões.

Os regulamentos do Conselho de Administração e do órgão de fiscalização estabelecem ainda, em especial, mecanismos que garantem, dentro dos limites da legislação e da regulamentação aplicável, o acesso dos seus membros aos Colaboradores da sociedade e a toda a informação que seja necessária à avaliação do desempenho, situação e perspectivas de desenvolvimento da sociedade, incluindo e sem limitar, atas, documentação de suporte das deliberações tomadas, convocatórias e arquivo das reuniões do Conselho de Administração e da respetiva Comissão Executiva, sem prejuízo de poderem aceder a outros documentos ou pessoas a quem possam ser solicitados esclarecimentos.

A Semapa prossegue a sua atividade seguindo práticas empresariais responsáveis, norteadas pelos valores do Empreendedorismo, Inovação e Consciência social e ambiental, constituindo os mesmos a base das diversas políticas, códigos e regulamentos que asseguram os elevados padrões comportamentais, dos quais se destacam:

- > Código de Ética e de Conduta;
- > Política de Direitos Humanos;
- > Código de Boa Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho;
- > Política de Prevenção da Corrupção;
- > Política de Prevenção do Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo, e
- > Política Fiscal.

A existência de políticas e regulamentos robustos, conjuntamente com uma monitorização das áreas que representam maior risco, têm suportado a prevenção e combate de qualquer tipo de corrupção, bem como de outros comportamentos ilícitos, reforçando ainda o compromisso da sociedade de respeitar os Direitos Humanos e os demais princípios e regras constantes das referidas políticas e regulamentos, constituindo um referencial da sua atuação e integrando o seu compromisso com o desenvolvimento sustentável e uma conduta empresarial responsável.

B) FUNCIONAMENTO



GRI 2-18

22. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo.

Existe um regulamento de funcionamento do Conselho de Administração que se encontra publicado no [sítio](#)¹² da sociedade na Internet, onde pode ser consultado.

23. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade de cada membro, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo, às reuniões realizadas.

Em 2022, tiveram lugar 13 reuniões do Conselho de Administração, tendo a assiduidade de cada membro (presenças físicas ou através de meios telemáticos) sido a seguinte:

Membros do Conselho de Administração	Membros presentes (%)	Membros presentes e representados (%)
José António do Prado Fay	100%	100%
Ricardo Miguel dos Santos Pacheco Pires	100%	100%
Vítor Paulo Paranhos Pereira	100%	100%
António Pedro de Carvalho Viana-Baptista	92%	92%
Carlos Eduardo Coelho Alves	100%	100%
Filipa Mendes de Almeida de Queiroz Pereira	100%	100%
Francisco José Melo e Castro Guedes	100%	100%
Lua Mónica Mendes de Almeida de Queiroz Pereira	100%	100%
Mafalda Mendes de Almeida de Queiroz Pereira	100%	100%
Paulo José Lameiras Martins	100%	100%
Vítor Manuel Galvão Rocha Novais Gonçalves	100%	100%

No quadro *supra* foi indicada a percentagem de reuniões nas quais os administradores participaram no período em que exerceram funções.

24. Indicação dos órgãos da sociedade competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos.

A Comissão de Remunerações é o órgão da sociedade que prepara todo o enquadramento da avaliação dos administradores executivos, no âmbito da Política de Remuneração. A avaliação de desempenho de cada administrador executivo segue um processo interno estruturado, sob a responsabilidade/liderança do respetivo responsável (i.e. sob a responsabilidade da pessoa que preside à equipa, no caso dos vogais da Comissão Executiva, e sob a responsabilidade do Presidente do Conselho de Administração, no caso do Presidente da Comissão Executiva) e no qual participam também os administradores não executivos que o responsável entenda pertinente envolver.

Neste processo está ainda envolvida a Comissão de Talento, atualmente composta por 6 membros, dos quais 4 são administradores não executivos, a quem compete acompanhar o sistema de avaliação de desempenho da administração executiva e de atribuição de remuneração pela sociedade e pronunciar-se sobre as propostas de avaliação individual de desempenho da administração executiva, o que torna desnecessário um envolvimento adicional do próprio Conselho de Administração na avaliação de desempenho dos administradores executivos.

¹² https://www.semapa.pt/sites/regulamento_do_conselho_de_administracao

Por fim, compete à Comissão de Remunerações confirmar, no tocante à avaliação de desempenho, os respetivos fatores de realização e garantir a coerência geral do processo, fixando a remuneração variável.

Assim, em 2022 e relativamente ao exercício de 2021, a Comissão de Talento reuniu e pronunciou-se sobre as propostas de avaliação de desempenho individual dos membros da Comissão Executiva, Senhores Dr. Ricardo Pires e Dr. Vítor Paranhos Pereira, emitidas pelo respetivo Presidente, e deste, Senhor Eng.º João Castello Branco, emitida pelo Presidente do Conselho de Administração, comunicando o seu parecer à Comissão de Remunerações. Estas propostas de avaliação basearam-se na aplicação dos critérios base para a avaliação do desempenho dos administradores executivos em vigor na Semapa e melhor descritos no ponto 25.

Por seu turno, e nos termos previstos no Regulamento do Conselho de Administração e no Regulamento da Comissão de Talento, o Conselho de Administração, com o acompanhamento da Comissão de Talento, deve avaliar anualmente o seu desempenho, bem como o desempenho das suas comissões, incluindo a Comissão Executiva, tendo em conta o cumprimento do plano estratégico da sociedade e do orçamento anual, a gestão de riscos, o seu funcionamento interno, o contributo de cada membro para o efeito e o relacionamento entre órgãos e comissões da sociedade. Nos termos previstos no respetivo regulamento, a Comissão de Talento procede ao acompanhamento da avaliação global do desempenho do Conselho de Administração.

A avaliação dos administradores executivos, bem como a autoavaliação do Conselho de Administração e das suas comissões, tiveram lugar no exercício de 2022 relativamente ao desempenho de 2021 e ocorrerão em 2023 relativamente ao exercício de 2022, nos termos acima descritos.

25. Critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos administradores executivos.

Os critérios-base para a avaliação do desempenho dos administradores executivos a vigorar em 2021-2024 são os definidos no ponto 7. do capítulo IV da Política de Remuneração para definição da componente variável da remuneração. Estes critérios são concretizados através de um sistema de *Key Performance Indicators (KPIs)*, quantitativos e qualitativos, relacionados com o desempenho da sociedade (indicadores gerais de negócio, com um peso de 65%) e do administrador em causa (objetivos específicos, com um peso de 20%, e indicadores comportamentais, com um peso de 15%). Dentro dos indicadores gerais de negócio, relevam especialmente o EBITDA, os resultados líquidos, o *cash flow* e o *Total Shareholder Return vs. Pares*, e nas competências comportamentais releva o alinhamento de cada administrador com os interesses de longo prazo e de sustentabilidade da sociedade.

26. Disponibilidade de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo, com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício.

Os membros do Conselho de Administração têm a disponibilidade adequada ao desempenho das funções que lhes estão cometidas, tendo as demais atividades exercidas pelos membros executivos no decurso do exercício, fora do grupo económico de que a Semapa faz parte, um carácter inexpressivo, quando comparado com o desempenho das suas funções na sociedade e restantes sociedades do mesmo grupo económico.

Para além das atividades referidas no ponto 19., os membros do Conselho de Administração desempenham os cargos sociais que se descrevem *infra*:

JOSÉ ANTÔNIO DO PRADO FAY

Funções exercidas noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa:
Não exerce funções noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa.

Funções exercidas noutras sociedades:

CAMIL ALIMENTOS, S.A.	Administrador
CIMO – Gestão de Participações, SGPS, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
SÃO SALVADOR ALIMENTOS S.A.	Administrador
SODIM, SGPS, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
SUPERBAC Biotechnology Solutions	Administrador

RICARDO MIGUEL DOS SANTOS PACHECO PIRES

Funções exercidas noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa:

ABAPOR – Comércio e Indústria de Carnes, S.A.	Presidente do Conselho de Administração ¹³
APHELION, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
BIOLOGICAL – Gestão de Resíduos Industriais, Lda.	Gerente ¹⁴
ETSA LOG, S.A.	Presidente do Conselho de Administração ¹⁵
ETSA – Investimentos, SGPS, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
I.T.S. – Indústria Transformadora de Subprodutos, S.A.	Presidente do Conselho de Administração ¹⁶
SEBOL – Comércio e Indústria de Sebo, S.A.	Presidente do Conselho de Administração ¹⁷
SEMAPA Inversiones, S.L.	Administrador
SEMAPA NEXT, S.A.	Presidente do Conselho de Administração ¹⁸

Funções exercidas noutras sociedades:

CIMO – Gestão de Participações, SGPS, S.A.	Administrador
PYRUS AGRICULTURAL LLC	Administrador
PYRUS INVESTMENTS LLC	Administrador
PYRUS REAL ESTATE LLC	Administrador
SECIL – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	Presidente do Conselho de Administração ¹⁹
SODIM, SGPS, S.A.	Administrador
THE NAVIGATOR COMPANY, S.A.	Presidente do Conselho de Administração ²⁰
UPSIS, S.A.	Administrador

VÍTOR PAULO PARANHOS PEREIRA

Funções exercidas noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa:

APHELION, S.A.	Administrador
SEMAPA Inversiones, S.L.	Presidente do Conselho de Administração
SEMAPA NEXT, S.A.	Administrador ²¹

Funções exercidas noutras sociedades:

ANTASOBRAL – Sociedade Agropecuária, S.A.	Administrador
CAPITAL HOTELS - Sociedade de Investimentos e Gestão, S.A.	Administrador
CIMO – Gestão de Participações, SGPS, S.A.	Administrador
GALERIAS RITZ, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
HOTEL RITZ, S.A.	Administrador
PARQUE RITZ, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
SECIL – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	Administrador
SODIM, SGPS, S.A.	Administrador
SOCIEDADE AGRÍCOLA da HERDADE dos FIDALGOS, Unip., Lda.	Gerente
SONAGI, SGPS, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
SONAGI – Imobiliária, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
THE NAVIGATOR COMPANY, S.A.	Administrador
ASSOCIAÇÃO DA HOTELARIA DE PORTUGAL	Presidente da Mesa da Assembleia Geral

13 Funções desempenhadas até 27 de maio de 2022.

14 Funções desempenhadas até 27 de maio de 2022.

15 Funções desempenhadas até 27 de maio de 2022.

16 Funções desempenhadas até 27 de maio de 2022.

17 Funções desempenhadas até 27 de maio de 2022.

18 Designado Presidente do Conselho de Administração a partir de 1 de janeiro de 2022.

19 Designado Presidente do Conselho de Administração a partir de 1 de janeiro de 2022.

20 Designado Presidente do Conselho de Administração a partir de 1 de janeiro de 2022.

21 Designado Vogal do Conselho de Administração a partir de 1 de dezembro de 2022.

ANTÓNIO PEDRO DE CARVALHO VIANA-BAPTISTA

Funções exercidas noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa:
 Não exerce funções noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa.

Funções desempenhadas noutras sociedades:

ALTER VENTURE PARTNERS G.P., SARL	Administrador
ATENTO, S.A.	Administrador ²²
AZORA CAPITAL S.L.	Administrador
JERÓNIMO MARTINS SGPS, S.A.	Administrador

FILIPA MENDES DE ALMEIDA DE QUEIROZ PEREIRA

Funções exercidas noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa:
 Não exerce funções noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa.

Funções exercidas noutras sociedades:

ABSTRACTREASON, LDA.	Gerente
BESTWEB, Prestação de Serviços e Consultoria Informática Lda.	Gerente
CAPITAL HOTELS – Sociedade de Investimento e Gestão S.A.	Presidente do Conselho de Administração
CIMO – Gestão de Participações, SGPS, S.A.	Administradora
FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO BOM SUCESSO	Presidente do Conselho Geral
HOTEL RITZ, S.A.	Administradora
LAGUM – Sociedade Imobiliária, Lda.	Gerente
TARGET ONE CAPITAL, S.A.	Administradora Única ²³
SODIM, SGPS, S.A.	Administradora
ABELAR CAPITAL, Lda. ²⁴	Gerente
PREMIUM PECULI, S.A. ²⁵	Administradora ²⁶

LUA MÓNICA MENDES DE ALMEIDA DE QUEIROZ PEREIRA

Funções exercidas noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa:
 SEMAPA NEXT, S.A. Administradora

Funções exercidas noutras sociedades:

CIMO – Gestão de Participações, SGPS, S.A.	Administradora
ECO MALHADA, Lda.	Gerente
SODIM, SGPS, S.A.	Administradora
PREMIUM CAELI, S.A.	Administradora Única ²⁷
PREMIUM PECULI, S.A. ²⁸	Presidente do Conselho de Administração ²⁹

22 Cessou funções em 30 de junho de 2022.

23 Início de funções em 17 de maio de 2022.

24 Anteriormente designada Realtraje, Lda.

25 Anteriormente designada por Representações Carvalhal, S.A.

26 Cessou funções a 17 de maio de 2022.

27 Início de funções em 17 de maio de 2022.

28 Anteriormente designada por Representações Carvalhal, S.A.

29 Até ao dia 17 de maio de 2022 exerceu funções de Vogal do Conselho de Administração, tendo sido nomeada Presidente do Conselho de Administração após essa data.

MAFALDA MENDES DE ALMEIDA DE QUEIROZ PEREIRA

Funções exercidas noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa:
 Não exerce funções noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa.

Funções exercidas noutras sociedades:

CIMO – Gestão de Participações, SGPS, S.A.	Administradora
KEYTARGET INVESTMENTS – Consultoria e Investimentos, S.A.	Administradora Única ³⁰
MONTE DA PRAIA RECURSOS NATURAIS, S.A.	Administradora
SOCIEDADE AGRÍCOLA da HERDADE dos FIDALGOS, Unip., Lda.	Gerente
SODIM, SGPS, S.A.	Administradora
SONAGI, SGPS, S.A.	Administradora
PREMIUM PECULI, S.A. ³¹	Presidente do Conselho de Administração ³²

PAULO JOSÉ LAMEIRAS MARTINS

Funções exercidas noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa:
 Não exerce funções noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa.

Funções desempenhadas noutras sociedades:

HAITONG BANK, S.A.	Administrador
PARAMA UNIPessoal, Lda.	Administrador

Nos termos do regulamento do Conselho de Administração, os administradores que integram a Comissão Executiva não podem desempenhar funções de administração executiva em entidades exteriores ao grupo empresarial em que se enquadra a sociedade, salvo se a atividade dessas entidades for considerada acessória ou complementar à atividade do Grupo ou não implicar um dispêndio de tempo relevante, não desempenhando os administradores executivos funções noutras sociedades que não cumpram os critérios atrás referidos.

No mesmo regulamento está previsto que os administradores que não integram a Comissão Executiva podem desempenhar funções de administração (executivas ou não) em entidades exteriores ao grupo empresarial em que se enquadra a sociedade, sempre que não estejam em causa sociedades que desempenham uma atividade concorrente com a da sociedade ou das sociedades direta ou indiretamente participadas por esta, devendo informar o Presidente do Conselho de Administração previamente ao início dessas mesmas funções. Os administradores não executivos da sociedade não desempenham funções noutras sociedades que não cumpram os requisitos atrás descritos.

C) COMISSÕES NO SEIO DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO OU SUPERVISÃO E ADMINISTRADORES DELEGADOS**27. Identificação das comissões criadas no seio, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo, e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento.**

Na sociedade estão constituídas as seguintes comissões criadas no seio do Conselho de Administração: Comissão Executiva, Comissão de Direção Executiva, Comissão de Controlo e Riscos, Comissão do Governo Societário e Comissão de Talento.

A Comissão de Direção Executiva, a Comissão de Controlo e Riscos, a Comissão do Governo Societário e a Comissão de Talento dispõem de regulamentos de funcionamento, encontrando-se os mesmos publicados no [sítio](#)³³ da sociedade na Internet, onde podem ser consultados.

³⁰ Início de funções em 17 de maio de 2022.

³¹ Anteriormente designada por Representações Carvalhal, S.A.

³² Cessou funções a 17 de maio de 2022.

³³ <https://www.semapa.pt/pt-pt/governo/estatutos>

Atendendo à sua natureza, composição e origem no seio do Conselho de Administração, que dispõe de um regulamento de funcionamento autónomo e que contém também regras específicas sobre a organização e o funcionamento da respetiva Comissão Executiva, esta última não dispõe de um regulamento autonomizado, sendo-lhe aplicáveis as seguintes regras de funcionamento previstas no referido regulamento e no respetivo ato de delegação de poderes:

- a) A Comissão Executiva reúne quando for convocada pelo seu Presidente ou por quaisquer outros dois membros;
- b) Os membros da Comissão Executiva podem fazer-se representar por outro membro, não podendo cada pessoa representar mais que um membro;
- c) O Presidente da Comissão Executiva tem voto de qualidade;
- d) Os membros ausentes podem votar por escrito, e
- e) Compete em especial ao Presidente da Comissão Executiva assegurar a prestação de informação e a articulação com o Conselho de Administração.

28. Composição, se aplicável, da comissão executiva e/ou identificação de administrador(es) delegado(s).

Os membros da Comissão Executiva foram, em 2022, os seguintes:

- a) Dr. Ricardo Miguel dos Santos Pacheco Pires, que preside, e
- b) Dr. Vítor Paulo Paranhos Pereira.

O Senhor Dr. Ricardo Pires foi designado membro da Comissão Executiva por deliberação do Conselho de Administração de 5 de junho de 2018, passando a presidi-la a 1 de janeiro de 2022 por deliberação do Conselho de Administração de 3 de novembro de 2021, tendo o Senhor Dr. Vítor Paranhos Pereira sido designado administrador executivo por deliberação do Conselho de Administração de 31 de janeiro de 2020 e com produção de efeitos a 1 de março de 2020.

29. Indicação das competências de cada uma das comissões criadas e síntese das atividades desenvolvidas no exercício dessas competências.

COMISSÃO EXECUTIVA:

Os poderes da Comissão Executiva vêm referidos no ponto 21. deste relatório.

A Comissão Executiva é o órgão de gestão executivo da sociedade, tendo prosseguido as suas competências no âmbito da delegação de poderes que lhe foi confiada pelo Conselho de Administração. Esta comissão reúne com regularidade e sempre que necessário, em função dos negócios em curso e do acompanhamento da atividade da sociedade, tendo reunido 41 vezes durante o exercício de 2022. Para além dos membros da Comissão Executiva, estas reuniões são secretariadas pelo Secretário da Sociedade, Senhor Dr. Rui Gouveia, e incluem, sempre que as matérias assim o justifiquem, a presença de administradores não executivos e de sociedades do Grupo e de elementos das várias direções da empresa.

COMISSÃO DE DIREÇÃO EXECUTIVA:

À Comissão de Direção Executiva compete coadjuvar a Comissão Executiva nas funções que lhe forem delegadas pelo Conselho de Administração da sociedade, competindo-lhe igualmente, e a pedido da Comissão Executiva, emitir pareceres não vinculativos, quanto às seguintes matérias:

- a) Implementação das linhas estratégicas e políticas definidas e do orçamento anual;
- b) Controlo financeiro, contabilístico e fiscal;

- c) Política de gestão de recursos humanos;
- d) Realização de investimentos ou desinvestimentos, incluindo a negociação dos mesmos e respetiva concretização;
- e) Realização de operações de reorganização;
- f) Acompanhamento das subsidiárias, incluindo a prestação de apoio técnico, financeiro e em matérias de governo societário;
- g) Operações financeiras, incluindo a emissão de valores mobiliários representativos de dívida;
- h) Instauração e acompanhamento de ações, desistência ou negociação de acordos no âmbito de processos judiciais ou de natureza similar;
- i) Atribuição de patrocínios, donativos ou contribuições de natureza similar;
- j) Elaboração de propostas a apresentar ao Conselho de Administração pela Comissão Executiva, incluindo linhas estratégicas ou planos de médio e longo prazo, orçamentos para o exercício seguinte, documentos de prestação de contas e resultados, relatórios de sustentabilidade, de riscos e de governo societário e propostas de aplicação de resultados;

A Comissão de Direção Executiva reuniu 41 vezes durante o exercício de 2022 e é composta pelos Senhores Dr. Ricardo Pires, Presidente, e Dr. Vítor Paranhos Pereira, Dr.ª Isabel Viegas e Eng.º Hugo Pinto, Vogais, sendo os Senhores Dr. Ricardo Pires e Dr. Vítor Paranhos Pereira igualmente administradores da sociedade.

A Comissão de Direção Executiva desempenhou o seu papel de acompanhamento e apoio à Comissão Executiva, colaborando ativamente, nomeadamente, através de reuniões regulares, com todas as direções existentes na Semapa, nas diferentes matérias que lhe estão atribuídas, e em especial, no domínio da estratégia, com vista a assegurar a sua implementação junto das diferentes unidades de negócio do Grupo e da Semapa como *holding* individual, dentro das competências anteriormente referidas.

COMISSÃO DE CONTROLO E RISCOS:

A Comissão de Controlo e Riscos, para a prossecução do seu objeto de deteção e controlo de todos os riscos relevantes na atividade da sociedade, em especial dos riscos financeiros, tem, nomeadamente, as seguintes competências:

- a) Acompanhar os negócios da sociedade, assegurando uma análise integrada e permanente dos riscos associados aos mesmos;
- b) Propor e acompanhar a implementação de medidas concretas e procedimentos relativos ao controlo e redução dos riscos na atividade da sociedade, visando o aperfeiçoamento do sistema de controlo interno e, nomeadamente, da função de gestão de riscos;
- c) Verificar a implementação dos ajustamentos ao sistema de controlo interno, nomeadamente, à função de gestão de riscos propostos pelo Conselho Fiscal; e
- d) Propor a discussão, alteração e introdução de novos procedimentos que visem o aperfeiçoamento da deteção, controlo e gestão dos riscos inerentes à atividade da sociedade.

Compete ainda à Comissão de Controlo e Riscos a elaboração, para aprovação pelo Conselho de Administração, da política de risco da sociedade para cada exercício social, que deverá identificar, sem limitar:

- a) Os principais riscos a que a sociedade se encontra sujeita no desenvolvimento da sua atividade e os limites em matéria de assunção de riscos para a sociedade;
- b) A probabilidade da ocorrência, e respetivo impacto, desses riscos relevantes na atividade da sociedade, e

- c) Os instrumentos e medidas a adotar tendo em vista a mitigação dos riscos relevantes para a atividade da sociedade identificados.

A Comissão de Controlo e Riscos reuniu 4 vezes durante o exercício de 2022 e, em 31 de dezembro de 2022, era composta pelo Senhor Eng.º Paulo Lameiras Martins, Presidente, e pelos Senhores Dr. Vítor Paranhos Pereira e Dr.ª Margarida Rebocho, Vogais, sendo os Senhores Eng.º Paulo Lameiras Martins e Dr. Vítor Paranhos Pereira igualmente administradores da sociedade.

No âmbito das suas atividades, esta comissão praticou os atos, manteve o acompanhamento e fez todas as verificações inerentes às suas competências, tendo realizado reuniões conjuntas com os membros do Conselho Fiscal, com o apoio da Direção Financeira e da Direção de Contabilidade e Impostos.

COMISSÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO:

À Comissão do Governo Societário, para além da supervisão permanente do cumprimento, pela sociedade, das disposições legais, regulamentares e estatutárias aplicáveis ao governo societário, compete a análise crítica das práticas e comportamentos da sociedade no âmbito do governo societário, e a iniciativa no sentido de propor a discussão, alteração e introdução de novos procedimentos que visem o aperfeiçoamento da estrutura e governo societários. A Comissão do Governo Societário deve ainda avaliar anualmente a situação do governo da sociedade e submeter ao Conselho de Administração as propostas que entenda convenientes.

A Comissão do Governo Societário reuniu 2 vezes durante o exercício de 2022. Em 31 de dezembro de 2022 era composta pelos Senhores Eng.º José Fay, Presidente, e Dr. Ricardo Pires e Dr. Rui Gouveia, Vogais e, respetivamente, Presidente do Conselho de Administração, Presidente da Comissão Executiva e Secretário da Sociedade.

A Comissão do Governo Societário desenvolveu as suas atividades de supervisão e avaliação do governo societário ao longo do exercício e contribuiu ativamente para a elaboração do relatório anual do governo da sociedade, tendo tido acesso à informação necessária essencialmente através do seu membro Senhor Dr. Rui Gouveia, que é também Diretor Jurídico da sociedade, e do contacto permanente e da presença em reuniões de mais um membro da Direção Jurídica.

COMISSÃO DE TALENTO:

A Comissão de Talento funciona em conformidade com o disposto no respetivo regulamento competindo-lhe, relativamente aos órgãos sociais, em especial, o seguinte:

a) Em matéria de nomeação:

- i. Assistir o Conselho de Administração na identificação e avaliação da adequação de perfil, conhecimentos, e currículo de membros dos órgãos sociais a designar, nomeadamente a nomeação por cooptação para o desempenho de funções de membro do Conselho de Administração da sociedade, e, bem assim, na escolha dos administradores que desempenharão funções executivas;
- ii. Disponibilizar os seus termos de referência e induzir, na medida das suas competências, processos de seleção transparentes que incluam mecanismos efetivos de identificação de potenciais candidatos, e que sejam escolhidos para proposta os que apresentem maior mérito, melhor se adequem às exigências da função e promovam, dentro da organização, uma diversidade adequada incluindo de género, e
- iii. Sempre que julgado conveniente, conhecer e acompanhar os processos de seleção de potenciais candidatos para o desempenho de funções executivas de administração em sociedades subsidiárias do Grupo, nos casos em que a sociedade pretenda apresentar a respetiva proposta eletiva.

b) Em matéria de avaliação:

- i. Acompanhar o sistema de avaliação de desempenho da administração e de atribuição de remuneração da sociedade;
- ii. Pronunciar-se sobre as propostas de avaliação individual anual de desempenho dos vogais da Comissão Executiva, emitidas pelo respetivo Presidente, e deste, emitida pelo Presidente do Conselho de Administração, e
- iii. Acompanhar a avaliação global do desempenho do Conselho de Administração, enquanto órgão, tendo em conta o cumprimento do plano estratégico da sociedade e do orçamento, a gestão de riscos, o seu funcionamento interno e o contributo de cada membro para o efeito.

Compete também à Comissão em matéria de gestão de talento: (i) acompanhar e emitir recomendações sobre as políticas e procedimentos internos relativos à gestão de talento do Grupo e (ii) apreciar periodicamente a necessidade e disponibilidade de talento ao nível do Grupo e recomendar as atuações adequadas para assegurar a capacidade do Grupo de responder aos desafios que se apresentem.

A Comissão de Talento reuniu 4 vezes durante o exercício de 2022. A 31 de dezembro de 2022 eram membros da Comissão de Talento os Senhores Eng.º José Fay, Presidente, Dr. Ricardo Pires, Dr.ª Filipa Queiroz Pereira, D.ª Mafalda Queiroz Pereira, D.ª Lua Queiroz Pereira, e Dr.ª Isabel Viegas, Vogais, sendo os cinco primeiros administradores da sociedade.

O processo de fixação de remunerações, que é acompanhado pela Comissão de Talento, cabe em especial à Comissão de Remunerações existente na sociedade, criada ao abrigo do artigo 399.º do Código das Sociedades Comerciais, com competências, nomeadamente, para a elaboração da Política de Remuneração e para a fiscalização e realização de todo o trabalho de análise e fixação da remuneração dos administradores.

III. FISCALIZAÇÃO**A) COMPOSIÇÃO****30. Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adotado.**

A fiscalização da sociedade compete ao Conselho Fiscal e ao Revisor Oficial de Contas, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 413.º do Código das Sociedades Comerciais.

31. Composição, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no n.º 17.

Em termos estatutários, o Conselho Fiscal é composto por três a cinco membros efetivos, um dos quais será o Presidente com voto de qualidade, e por um ou dois suplentes, conforme o número de membros efetivos seja igual ou superior a três, sendo os mandatos de três anos.

Membros do Conselho Fiscal	Data da primeira designação e termo do mandato
José Manuel Oliveira Vitorino (Presidente)	2014-2024
Gonçalo Nuno Palha Gaió Picão Caldeira (Vogal Efetivo)	2006-2024
Maria da Graça Torres Ferreira da Cunha Gonçalves (Vogal Efetivo)	2018-2024
Ana Isabel Moraes Nobre de Amaral Marques (Vogal Suplente)	2016-2021
Maria da Luz Gonçalves de Andrade Campos (Vogal Suplente)	2022-2024

A Senhora Dr.^a Ana Isabel Moraes Nobre de Amaral Marques não foi reconduzida no exercício de funções como Vogal Suplente do Conselho Fiscal para o novo mandato 2022/2024, tendo a Senhora Dr.^a Maria da Luz Gonçalves de Andrade Campos sido designada para exercer essas funções, para o referido mandato, na Assembleia Geral que teve lugar em 27 de maio de 2022.

A sociedade considera existir um número de membros do Conselho Fiscal perfeitamente adequado à sua dimensão e à complexidade dos riscos inerentes à sua atividade, assegurando com eficiência as funções que lhes estão cometidas. Este juízo de adequação teve em conta, em particular, as atividades da sociedade e a sua natureza de sociedade *holding*, a estabilidade da estrutura acionista, bem como o conjunto de competências diversificadas e a disponibilidade dos membros do Conselho Fiscal para o desempenho das suas funções, nomeadamente, através da estreita colaboração com os restantes órgãos e comissões da sociedade e o Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas.

32. Identificação, consoante aplicável, dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras que se considerem independentes, nos termos do art. 414.º, n.º 5 do Código das Sociedades Comerciais, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no n.º 18.

Os membros do Conselho Fiscal Senhores Dr. José Manuel Oliveira Vitorino (Presidente) e Dr.^a Maria da Graça Torres Ferreira da Cunha Gonçalves são considerados independentes pela Semapa, à luz dos critérios previstos do n.º 5 do artigo 414.º do Código das Sociedades Comerciais, estando o primeiro a cumprir o seu terceiro mandato e a segunda a cumprir o seu segundo mandato.

O Senhor Dr. Gonçalo Nuno Palha Gaió Picão Caldeira não pode ser considerado membro independente por estar a cumprir o seu quinto mandato como vogal do Conselho Fiscal, conforme resulta da aplicação da al. b) do n.º 5 do artigo 414.º do Código das Sociedades Comerciais.

33. Qualificações profissionais, consoante aplicável, de cada um dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras e outros elementos curriculares relevantes, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no n.º 21.

JOSÉ MANUEL OLIVEIRA VITORINO

José Manuel Vitorino é licenciado em Organização e Gestão de Empresas pelo Instituto Superior de Economia da Universidade de Lisboa. Qualificado como Revisor Oficial de Contas, bem como no Programa de formação para executivos da Universidade Nova de Lisboa. Foi Professor Assistente da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, onde se manteve até 1980, tendo de seguida ingressado na PricewaterhouseCoopers e repartido a sua atividade pelas áreas de auditoria e assessoria financeira, tanto em empresas e grupos nacionais e estrangeiros, como em projetos em que integrou equipas internacionais. Desempenhava há vários anos as funções de *Partner* quando deixou a PricewaterhouseCoopers em 2013, por atingir o limite de idade na função. Exerceu funções de Presidente do Conselho Fiscal do Novo Banco, S.A. até 2017, e exerce funções de Vogal do Conselho Fiscal da ANA – Aeroportos de Portugal, S.A. É membro do Conselho Fiscal da The Navigator Company desde 2015 e da Semapa e da Secil desde 2016, desempenhando, desde 2018, funções de Presidente desses órgãos de fiscalização. Exerce igualmente, desde 2022, o cargo de Membro da Comissão de Controlo Interno da Jerónimo Martins, S.A.

GONÇALO NUNO PALHA GAIO PICÃO CALDEIRA

Gonçalo Picão Caldeira é licenciado em Direito e esteve inscrito na Ordem dos Advogados em 1991, após a conclusão do estágio profissional de advocacia. É pós-graduado em gestão (MBA – Universidade Nova de Lisboa) e frequentou o curso de Gestão e Avaliação Imobiliária do ISEG. Tem vindo a exercer a atividade de gestão e promoção imobiliária, através de empresas familiares, desde 2004. Antes disso, colaborou com o grupo BCP de 1992 a 1998 e com o grupo Sorel de outubro de 1998 a março de 2002. Foi ainda colaborador da Semapa de abril de 2002 a fevereiro de 2004. É membro do Conselho Fiscal da Semapa desde 2006, e da The Navigator Company e da Secil desde 2007 e 2013, respetivamente.

MARIA DA GRAÇA TORRES FERREIRA DA CUNHA GONÇALVES

Maria da Graça da Cunha Gonçalves licenciou-se em Organização e Gestão de Empresas pelo Instituto de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), em 1978. É qualificada como Técnica Oficial de Contas. Exerceu diversos cargos na Contabilidade Geral, Analítica e Planeamento/Análise Financeira na Magnetic Peripherals Inc. Portugal (Control Data Corporation) até 1985, e de Analista Financeira na Shell Portuguesa, S.A. de 1985 a 1989. De 1989 a 1995 colaborou como CFO na United Distillers Comp. Velha, Lda. e na ITT Automotive Europe GmbH. Exerceu funções de *Back Office Director* na Pernod Ricard Portugal de 1995 a 2015. É membro do Conselho Fiscal da Semapa, da The Navigator Company e da Secil desde 2018.

B) FUNCIONAMENTO

34. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria, Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no n.º 22.

Existe um regulamento de funcionamento do Conselho Fiscal que se encontra publicado no [sítio](#)³⁴ da sociedade na Internet, onde o mesmo pode ser consultado.

35. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade às reuniões realizadas, consoante aplicável, de cada membro do Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria, Conselho Geral e de Supervisão e da Comissão para as Matérias Financeiras, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no n.º 23.

No exercício de 2022, o Conselho Fiscal reuniu 34 vezes, tendo os membros do mesmo estado presentes em todas as reuniões (presenças físicas ou através de meios telemáticos).

36. Disponibilidade de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no n.º 26.

Os membros do Conselho Fiscal têm a disponibilidade adequada ao desempenho das funções que lhes estão cometidas.

Para além das atividades referidas no ponto 33., os membros do Conselho Fiscal desempenham as funções que se descrevem *infra*:

JOSÉ MANUEL OLIVEIRA VITORINO

Funções exercidas noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa:

Não exerce funções noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa.

Funções exercidas noutras sociedades:

ANA Aeroportos de Portugal, S.A.	Vogal do Conselho Fiscal
SECIL – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	Presidente do Conselho Fiscal
THE NAVIGATOR COMPANY, S.A.	Presidente do Conselho Fiscal
JERÓNIMO MARTINS, S.A.	Membro da Comissão de Controlo Interno ³⁵

³⁴ https://www.semapa.pt/sites/default/files/participacoes/Regulamento_CF.pdf

³⁵ Início de funções em 2 de maio de 2022.

GONÇALO NUNO PALHA GAIO PICÃO CALDEIRA

Funções exercidas noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa:
Não exerce funções noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa.

Funções exercidas noutras sociedades:

LINHA DO HORIZONTE – Investimentos Imobiliários, Lda.	Gerente
LOFTMANIA – Gestão Imobiliária, Lda.	Gerente
SECIL – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	Vogal do Conselho Fiscal
THE NAVIGATOR COMPANY, S.A.	Vogal do Conselho Fiscal

MARIA DA GRAÇA TORRES FERREIRA DA CUNHA GONÇALVES

Funções exercidas noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa:
Não exerce funções noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa.

Funções exercidas noutras sociedades:

SECIL – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	Vogal do Conselho Fiscal
THE NAVIGATOR COMPANY, S.A.	Vogal do Conselho Fiscal

C) COMPETÊNCIAS E FUNÇÕES

37. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de contratação de serviços adicionais ao Auditor Externo.

O Conselho Fiscal analisa os serviços distintos de auditoria e as propostas apresentadas pelo Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas para a prestação dos mesmos, que lhe são transmitidas pela administração, procurando salvaguardar, essencialmente, que não é afetada a independência e a isenção do Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas, necessárias à prestação dos serviços de auditoria, e que os serviços adicionais são prestados com elevada qualidade e autonomia.

Refira-se que, nesta análise, o Conselho Fiscal aplicou as regras previstas no Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, aprovado pela Lei n.º 140/2015 de 7 de setembro, e seguiu os procedimentos internos instituídos para garantia de que as disposições legais são cumpridas.

38. Outras funções dos órgãos de fiscalização e, se aplicável, da Comissão para as Matérias Financeiras.

Como referido *supra*, o Conselho Fiscal tem as funções que resultam da lei, nomeadamente as que constam do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais, bem como as que constam do Regulamento do Conselho Fiscal, nomeadamente:

- a) Fiscalizar a administração da sociedade incluindo, neste âmbito, avaliar anualmente o orçamento, o funcionamento interno do Conselho de Administração e das suas comissões, bem como o relacionamento entre os vários órgãos e comissões da sociedade;
- b) Vigiar pela observância da lei e do contrato de sociedade;
- c) Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte;
- d) Verificar, quando o julgue conveniente e pela forma que entenda adequada, a extensão da caixa e as existências de qualquer espécie dos bens ou valores pertencentes à sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- e) Verificar a exatidão dos documentos de prestação de contas;

- f) Verificar se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados pela sociedade conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados;
- g) Elaborar anualmente relatório sobre a sua ação fiscalizadora e dar parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentados pela Administração;
- h) Convocar a Assembleia Geral, quando o Presidente da respetiva Mesa o não faça, devendo fazê-lo;
- i) Avaliar e pronunciar-se sobre as linhas estratégicas e a política de riscos previamente à sua aprovação final pelo órgão de administração;
- j) Fiscalizar e avaliar a eficácia do sistema de controlo interno, compreendendo as funções de gestão de risco, *compliance* e auditoria interna, se existentes, propondo os ajustamentos que se mostrem necessários;
- k) Pronunciar-se sobre os planos de trabalho e os recursos afetos aos serviços do sistema de controlo interno, incluindo as funções de gestão de risco, *compliance* e auditoria interna, se existentes, podendo propor os ajustamentos que se mostrem necessários;
- l) Receber as comunicações de irregularidades apresentadas por acionistas, Colaboradores da sociedade ou outros;
- m) Contratar a prestação de serviços de peritos que coadjuvem um ou vários dos seus membros no exercício das suas funções, devendo a contratação e a remuneração dos peritos ter em conta a importância dos assuntos a eles cometidos e a situação económica da sociedade;
- n) Fiscalizar a adequação do processo de preparação e de divulgação de informação financeira pelo Conselho de Administração, incluindo a adequação das políticas contabilísticas, das estimativas, dos julgamentos, das divulgações relevantes e sua aplicação consistente entre exercícios, de forma devidamente documentada e comunicada;
- o) Selecionar as sociedades de revisores oficiais de contas a propor à Assembleia Geral e recomendar justificadamente a preferência por uma delas e propondo a respetiva remuneração; o respetivo processo de seleção deverá ter lugar através de convites dirigidos pela sociedade a sociedades de revisores oficiais de contas identificadas como de referência na prestação de serviços de revisão legal das contas, que, por sua vez, apresentarão as respetivas propostas, sendo as mesmas sujeitas à análise interna da sociedade, de acordo com os seguintes critérios de seleção:
 - i. Qualidade das propostas recebidas;
 - ii. Conhecimento nos setores onde o Grupo Semapa opera;
 - iii. Qualidade técnica e senioridade dos profissionais envolvidos nas equipas dos proponentes, e
 - iv. Condições financeiras apresentadas por cada entidade.
- p) Propor à Assembleia Geral a destituição do Revisor Oficial de Contas ou a resolução do contrato de prestação dos seus serviços sempre que se verifique justa causa para o efeito;
- q) Fiscalizar a revisão de contas aos documentos de prestação de contas da sociedade;
- r) Atestar se o relatório sobre a estrutura e práticas de governo societário divulgado inclui os elementos referidos no art.º 29.º-H do Código dos Valores Mobiliários;
- s) Fiscalizar a independência do revisor oficial de contas, designadamente no tocante à prestação de serviços adicionais e avaliar anualmente o trabalho realizado pelo revisor oficial de contas e a sua adequação para o exercício das funções que lhe são atribuídas;

- t) Emitir parecer prévio e vinculativo sobre o Regulamento sobre Conflitos de Interesses e Transações com Partes Relacionadas a elaborar e aprovar pelo Conselho de Administração, ou na falta deste regulamento, sobre a definição a efetuar pela administração sobre se as transações que a sociedade efetua com partes relacionadas são realizadas no âmbito da sua atividade corrente e em condições de mercado;
- u) Emitir, em prazo razoável, parecer prévio sobre quaisquer negócios com partes relacionadas que não sejam realizados no âmbito da atividade corrente da sociedade e em condições de mercado;
- v) Verificar se as transações com partes relacionadas que a sociedade efetua são realizadas no âmbito da atividade corrente da sociedade e em condições de mercado;
- w) Acompanhar o processo de preparação e divulgação de informação financeira e apresentar recomendações ou propostas para garantir a sua integridade;
- x) Fiscalizar a eficácia dos sistemas de controlo de qualidade interno e de gestão do risco e, se aplicável, de auditoria interna, no que respeita ao processo de preparação e divulgação de informação financeira, sem violar a sua independência;
- y) Acompanhar a revisão legal das contas anuais, individuais e consolidadas, nomeadamente a sua execução;
- z) Verificar e acompanhar a independência da sociedade de revisores oficiais de contas no exercício da sua atividade de revisão legal de contas ou na prestação de outros serviços legalmente permitidos, nos termos definidos na lei e regulamentação aplicável, nomeadamente através (i) da demonstração, aquando do processo de seleção da sociedade de revisores oficiais de contas, que essa sociedade dispõe e tem implementados mecanismos internos que assegurem independência e prevenção de conflitos de interesses; (ii) da comprovação regular, por parte da sociedade de revisores oficiais de contas, que os referidos mecanismos internos se mantêm adequados e conformes à legislação e regulamentação aplicável, (iii) da obtenção anual de declaração quanto à sua independência; (iv) da comunicação anual dos serviços distintos de auditoria que tenham sido prestados; (v) da proposta fundamentada quanto à eventual prorrogação das funções da sociedade de revisores oficiais de contas, para além do período máximo legal, com a ponderação das respetivas condições de independência e das vantagens e custos associados à sua substituição; (vi) da comunicação da sociedade de revisores oficiais de contas quanto à ultrapassagem do limiar em matéria de honorários, e (vii) da análise conjunta de eventuais ameaças à sua independência e quanto à aplicação de salvaguardas para mitigar as mesmas;
- aa) Verificar que as propostas relativas à prestação de serviços distintos de auditoria apresentadas pela sociedade de revisores oficiais de contas não se enquadram nos serviços distintos de auditoria não permitidos e assegurar que se verificam os requisitos para a sua prestação, incluindo a avaliação no que respeita à manutenção de independência e de prevenção de conflito de interesses e a adequação aos serviços a prestar; nos termos e para os efeitos previstos nesta alínea não podem ser prestados os serviços distintos de auditoria que como tal não sejam permitidos realizar nos termos da legislação e regulamentação aplicável nesta matéria, nomeadamente no artigo 5.º do Regulamento Europeu de Auditoria (Regulamento (UE) n.º 537/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho), e
- bb) Cumprir as demais atribuições constantes da lei ou do contrato de sociedade.

O Conselho Fiscal é ainda o principal interlocutor do Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas, tendo acesso e conhecimento direto da atividade por este desenvolvida. A sociedade crê que é possível esta ação fiscalizadora direta do Conselho Fiscal, sem interferência do Conselho de Administração, relativamente ao trabalho desenvolvido pelo Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas desde que não saia prejudicado o conhecimento atempado e adequado do órgão de administração, responsável último pelo que se passa na sociedade e pelas demonstrações financeiras, quanto a este mesmo trabalho. Respeitando este princípio, os relatórios do Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas são dirigidos ao Conselho Fiscal e discutidos em reuniões conjuntas deste órgão com um membro do Conselho de Administração, de onde constam,

designadamente, os resultados da revisão legal das contas, zelando o Conselho Fiscal para que sejam assegurados dentro da sociedade as condições necessárias para a prestação dos serviços de auditoria. Cabe ainda ao Conselho Fiscal propor e acompanhar, com o apoio dos serviços internos da sociedade, a remuneração do Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas.

O Revisor Oficial de Contas colabora ainda com o Conselho Fiscal, no sentido de prestar, de imediato e nos termos legais e regulamentares aplicáveis, informação sobre irregularidades relevantes para o desempenho das funções do Conselho Fiscal que tenha detetado, bem como quaisquer dificuldades com que se tenha deparado no exercício das suas funções.

Nos termos do regulamento do Conselho Fiscal, o Revisor Oficial de Contas e a sociedade mantêm canais de comunicação permanentes e adequados, nomeadamente através da realização de reuniões regulares com a administração, com o Conselho Fiscal e com os serviços e direções com responsabilidades nas matérias em causa e com a consequente discussão e análise de toda a informação que seja pertinente no âmbito do exercício da correspondente atividade.

IV. REVISOR OFICIAL DE CONTAS

39. Identificação do Revisor Oficial de Contas e do Sócio Revisor Oficial de Contas que o representa.

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Efetivo: KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. representada pelo Senhor Dr. Paulo Alexandre Martins Quintas Paixão (ROC)

Suplente: Senhor Dr. Vítor Manuel da Cunha Ribeirinho (ROC)

40. Indicação do número de anos em que o Revisor Oficial de Contas exerce funções consecutivamente junto da sociedade e/ou grupo.

A KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. exerce funções junto da sociedade desde 2018.

41. Descrição de outros serviços prestados pelo ROC à sociedade.

A KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. prestou à sociedade, para além dos serviços de revisão legal de contas e auditoria, outros serviços permitidos.

V. AUDITOR EXTERNO

42. Identificação do Auditor Externo designado para os efeitos do art. 8.º e do Sócio Revisor Oficial de Contas que o representa no cumprimento dessas funções, bem como o respetivo número de registo na CMVM.

O Auditor Externo da sociedade e o seu representante são os referidos no ponto 39., encontrando-se a KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. registada junto da CMVM com o número 20161489.

43. Indicação do número de anos em que o Auditor Externo e o respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções exercem funções consecutivamente junto da sociedade e/ou do grupo.

O Auditor Externo é o Revisor Oficial de Contas KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., representada pelo sócio responsável, Senhor Dr. Paulo Alexandre Martins Quintas Paixão (ROC), exercendo ambas funções junto da sociedade desde 2018.

44. Política e periodicidade da rotação do Auditor Externo e do respetivo Sócio Revisor Oficial de Contas que o representa no cumprimento dessas funções.

A política e periodicidade da rotação do Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas e do seu representante é determinada pelo artigo 54.º da Lei n.º 140/2015, de 7 de setembro (Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas), que entrou em vigor em 1 de janeiro de 2016 e veio consagrar um novo regime jurídico aplicável à rotação obrigatória dos Revisores Oficiais de Contas nas sociedades de interesse público, como a Semapa.

Em 2022, sob proposta do Conselho Fiscal que considerou reunidas as condições legais aplicáveis, a KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. foi reconduzida para o novo triénio 2022-2024 como Revisor Oficial de Contas da sociedade, nos termos do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e dos limites máximos temporais de exercício de funções de revisão legal das contas aí previstos.

45. Indicação do órgão responsável pela avaliação do Auditor Externo e periodicidade com que essa avaliação é feita.

No âmbito da sua função fiscalizadora e de revisão dos documentos de prestação de contas da sociedade, o Conselho Fiscal avalia o Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas de forma contínua e, em especial, no âmbito dos trabalhos preparatórios do seu Relatório e Parecer sobre as contas anuais.

46. Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados pelo Auditor Externo para a sociedade e/ ou para sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio, bem como indicação dos procedimentos internos para efeitos de aprovação da contratação de tais serviços e indicação das razões para a sua contratação.

Os serviços prestados pelo Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas, distintos dos de auditoria, foram sempre aprovados pelo Conselho Fiscal, obedecendo às normas legais aplicáveis e aos procedimentos internos instituídos para o efeito.

Os referidos serviços consistem essencialmente em serviços de apoio na salvaguarda do cumprimento de obrigações legais ou contratuais permitidos à luz do regime legal consagrado pelo Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas em vigor, em Portugal e no estrangeiro, os quais são aprovados pelo Conselho Fiscal. O Conselho de Administração e o Conselho Fiscal entendem que a contratação pontual de tais serviços é justificada pela experiência acumulada do Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas nos setores onde a sociedade atua e pela qualidade do seu trabalho, para além da definição criteriosa do escopo do trabalho solicitado, apoiando-se ainda o Conselho Fiscal na análise e pareceres internos dos serviços.

Na prestação dos serviços de consultoria fiscal e outros que não de auditoria, os nossos auditores têm instituídas exigentes regras internas para garantir a salvaguarda da sua independência, tendo essas regras sido adotadas na prestação destes serviços e objeto de monitorização por parte da sociedade, em especial pelo Conselho Fiscal e pela Comissão de Controlo e Riscos.

47. Indicação do montante da remuneração anual paga pela sociedade e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo ao auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede e discriminação da percentagem respeitante aos seguintes serviços:

Serviços	Sociedade		Entidades que integrem o Grupo (incluindo a própria sociedade)	
	Valor	Percentagem	Valor	Percentagem
Valor dos serviços de revisão de contas	35.549,00	68%	896.702,00	73%
Valor dos serviços de garantia de fiabilidade	16.500,00	32%	208.700,00	17%
Valor dos serviços de consultoria fiscal	-	-	-	-
Valor de outros serviços que não revisão de contas	-	-	125.750,00	10%
Soma:	52.049,00	100%	1.231.152,00	100%

Nota:
Valores em Euros

Em 2022, os serviços distintos dos serviços de auditoria faturados à sociedade ou a entidades que com ela mantenham uma relação de domínio pelo Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas, incluindo as entidades que com ele se encontram em relação de participação ou que integram a mesma rede, representaram 27% do total dos serviços prestados.

C. ORGANIZAÇÃO INTERNA

I. ESTATUTOS

48. Regras aplicáveis à alteração dos estatutos da sociedade (art. 245.º-A, n.º 1, al. h³⁶)).

Não existem na Semapa quaisquer regras especiais relativas à alteração dos seus estatutos, pelo que se aplica o regime geral que resulta do Código das Sociedades Comerciais.

II. COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES



GRI 2-16, 2-26

49. Meios e política de comunicação de irregularidades ocorridas na sociedade.

Na sociedade vigora, desde 2006, um Regulamento Relativo à Comunicação de Irregularidades, que tem como objeto regular a comunicação pelos órgãos sociais e pelos trabalhadores da sociedade de irregularidades alegadamente ocorridas no seu seio.

O referido regulamento foi objeto de revisão em 2022, no âmbito da entrada em vigor da Lei de Proteção de Denunciantes – Lei n.º 93/2021, de 20 de dezembro – prevendo, entre outras, a obrigatoriedade de determinadas empresas criarem canais de denúncia interna que permitam a apresentação e o seguimento seguro de denúncias, a fim de garantir a exaustividade, integridade e conservação da denúncia, a confidencialidade da identidade ou o anonimato dos denunciantes e a confidencialidade da identidade de terceiros mencionados na denúncia, e de impedir o acesso de pessoas não autorizadas.

Assim, e até à implementação do Canal de Denúncias em 15 de junho de 2022, vigorava na Semapa um conjunto de regras e procedimentos relativos à comunicação de irregularidades que previam o seguinte:

- a) Consagração de um dever geral de comunicação de alegadas irregularidades, sendo o Conselho Fiscal a entidade com competência para as receber, e prevendo-se também uma solução alternativa na eventualidade de existir conflito de interesses por parte do Conselho Fiscal no âmbito da comunicação em causa.
- b) O Conselho Fiscal, podendo para o efeito socorrer-se da colaboração da Comissão de Controlo e Riscos, deveria proceder à averiguação de todos os factos necessários à apreciação da alegada irregularidade. Em caso de existência de conflito de interesses quanto à irregularidade alegadamente praticada com um membro do Conselho Fiscal, deveria igualmente ser remetida uma cópia da comunicação ao Presidente do Conselho de Administração.
- c) O processo terminaria com o arquivamento ou com a apresentação ao Conselho de Administração ou à Comissão Executiva, conforme esteja ou não em causa um titular dos órgãos sociais, de uma proposta de aplicação das medidas mais adequadas face à irregularidade em causa.
- d) Salvaguarda da confidencialidade da comunicação, do tratamento não prejudicial do trabalhador comunicante e da difusão do respetivo regime na sociedade.

36 Corresponde ao atual artigo 29.º-H, n.º 1, al. h) do Código dos Valores Mobiliários.

A revisão do Regulamento Relativo à Comunicação de Irregularidades veio alargar o âmbito de aplicação das regras aí consagradas às comissões da sociedade, aos acionistas, aos candidatos em processo de recrutamento, aos prestadores de serviços, aos contratantes, aos subcontratantes, aos fornecedores, aos voluntários e aos estagiários da sociedade, bem como redefinir o conceito de “irregularidade” de acordo com a legislação em vigor.

Nos termos do referido Regulamento, a comunicação de irregularidades é realizada no canal de denúncias disponibilizado no sítio da Internet da sociedade, e a receção e seguimento das comunicações é feita pela Direção Jurídica – podendo esta socorrer-se de outras Direções e Comissões Internas, salvo conflito de interesses, ou contratar entidades externas – seguindo-se a comunicação ao Conselho Fiscal de todas as irregularidades comunicadas e seguidas. Confere-se ainda a possibilidade de a comunicação da irregularidade ser feita de forma anónima, garantindo-se em qualquer caso o tratamento confidencial da mesma e um tratamento não prejudicial do denunciante.

Em caso de existência de conflito de interesses com a Direção Jurídica quanto à irregularidade alegadamente praticada, o seguimento da irregularidade será feito diretamente pelo Conselho Fiscal.

O tratamento da comunicação deve obedecer a um conjunto de regras, melhor descritas no Regulamento Relativo à Comunicação de Irregularidades em vigor e que, sumariamente, preveem um processo de averiguações que inclui os atos internos adequados à verificação das irregularidades comunicadas e, quando possível, à sua cessação, bem como um conjunto de comunicações a realizar ao denunciante sobre o andamento do processo. O processo de averiguações termina com a apresentação de proposta de arquivamento ou de uma proposta de aplicação das medidas mais adequadas face à irregularidade em causa, para apreciação e decisão final da Comissão Executiva ou do Conselho de Administração, caso esteja em causa um titular da Comissão Executiva, devendo a decisão final ser comunicada ao Conselho Fiscal e ao Presidente do Conselho de Administração, e tendo sempre presentes as regras resultantes do Regulamento sobre Conflito de Interesses e Transações com Partes Relacionadas.

O Canal de Denúncias da sociedade, que é gerido por uma entidade externa e independente, a Deloitte, que faz a triagem das denúncias apresentadas e que garante o respeito do anonimato e da confidencialidade, está disponível no [sítio](#)³⁷ da Internet da sociedade, e por linha telefónica através do número +351 210 427 83. A linha telefónica direciona o denunciante para contacto com a operação do Canal de Denúncias, que registará os detalhes da denúncia.

Os regulamentos internos dos órgãos e comissões da sociedade preveem igualmente a adoção e o cumprimento do referido Regulamento Relativo à Comunicação de Irregularidades, sendo o mesmo de acesso público.

Refira-se ainda a este propósito, que na sociedade vigora, desde 2002, um conjunto de Princípios Deontológicos, aprovados pelo Conselho de Administração, que estabelecem regras e princípios de natureza deontológica aplicáveis aos trabalhadores e aos membros dos órgãos sociais, tendo o seu âmbito pessoal de aplicação sido alargado aos membros de comissões, representantes e prestadores de serviços, na revisão ocorrida em fevereiro de 2023 que passou a designar este documento de Código de Ética e de Conduta, tendo o mesmo passado também a ser de acesso público.

São em especial consagrados os deveres de diligência, traduzidos em obrigações concretas de profissionalismo, zelo e responsabilidade, o dever de lealdade, que no âmbito dos princípios de honestidade e integridade visa especialmente precaver situações de conflito de interesses, e o dever de confidencialidade com incidência no tratamento de informação privilegiada.

São ainda consagrados deveres de responsabilidade social empresarial, nomeadamente de defesa ambiental e de proteção de todos os acionistas, assegurando designadamente o cumprimento de deveres de informação e um tratamento igual e justo.

O Código de Ética e de Conduta que, no final de 2018, tinha passado a consagrar expressamente o compromisso de respeitar e promover os Direitos Humanos, bem como o combate ao branqueamento de capitais e à corrupção, veio, com a recente revisão de fevereiro de 2023, reforçar o respeito da legislação relativa à concorrência.

³⁷ <https://www.semapa.pt/pt-pt/governo/canaldedenuncias>

Está também em vigor na Semapa, desde 1 de outubro de 2017, um Código de Boa Conduta e Prevenção do Assédio, que consagra regras específicas com o objetivo de reforçar a prevenção e combate de todo e qualquer tipo de assédio no local de trabalho, sem prejuízo de outras normas de conduta aplicáveis aos mesmos, tendo este código sido revisto em 2022, de forma a acautelar as alterações decorrentes da revisão do Regulamento Relativo à Comunicação de Irregularidades.

Na sociedade vigora também, desde 2022, uma Política Fiscal que visa assegurar o cumprimento integral das obrigações fiscais da Semapa e das restantes empresas que integram o Grupo, em todas as jurisdições em que operam. Esta Política está alinhada com a estratégia empresarial de desenvolvimento do Grupo e é definida de acordo com a substância económica da sua atividade, sendo que as implicações fiscais das transações realizadas são uma de entre as múltiplas razões económicas a considerar nas decisões de gestão do Grupo.

Acresce que a sociedade procede à divulgação adequada e eficaz da sua política fiscal no [sítio](#)³⁸ da Internet da sociedade, procedendo à sua revisão quando se mostre adequado, e assegura tanto o estabelecimento como o cumprimento de procedimentos internos através de uma adequada e regular supervisão das suas práticas fiscais, com o envolvimento dos seus órgãos sociais, sempre com o objetivo de minimizar potenciais riscos na tomada de decisões em matéria fiscal.

Para além das revisões às Políticas existentes, atrás mencionadas, o Conselho de Administração procedeu ainda, em fevereiro de 2023, à aprovação de um conjunto de políticas no âmbito do reforço do compromisso da sociedade com os objetivos de sustentabilidade e a garantia das salvaguardas mínimas, designadamente, a Política de Direitos Humanos, a Política de Prevenção da Corrupção e a Política de Prevenção do Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo, encontrando-se as referidas políticas disponíveis no [sítio](#)³⁹ da Internet da sociedade.

III. CONTROLO INTERNO E GESTÃO DE RISCOS



GRI 2-25, 2-26

50. Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistemas de controlo interno.

Embora a sociedade não possua serviços estruturados de forma independente para a auditoria interna, o controlo interno – que compreende as funções de gestão de riscos e *compliance* – na sociedade é efetuado pelo Conselho de Administração e através de uma comissão interna com funções específicas nesta área – a Comissão de Controlo e Riscos – cabendo a avaliação e fiscalização do sistema de controlo interno, incluindo a verificação da eficácia do mesmo, ao Conselho Fiscal e ao Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas, e devendo igualmente qualquer um desses órgãos, e bem assim a Comissão de Controlo e Riscos, identificar e propor as alterações que se mostrarem necessárias. O Conselho Fiscal tem conhecimento e oportunidade de se pronunciar sobre a atividade desenvolvida neste âmbito pela Comissão de Controlo e Riscos e pelas várias Direções da Semapa, sobre os recursos afetos aos serviços do sistema de controlo interno, podendo propor, neste âmbito, os ajustamentos que se mostrem necessários, sendo destinatário, quando existam, dos relatórios ou pareceres realizados por estes serviços quando estejam em causa matérias relacionadas com a prestação de contas, a identificação ou a resolução de conflitos de interesses e a deteção de potenciais ilegalidades e irregularidades.

Adicionalmente o universo empresarial que representa a grande maioria dos trabalhadores do Grupo e que é relativo às principais Participadas da *holding*, The Navigator Company e Secil, está abrangido por sistemas de auditoria próprios com unidades orgânicas específicas para o efeito, pelo que considera a sociedade que os referidos sistemas de controlo interno, concretizados pelos referidos órgãos e Comissões, estão estruturados em termos plenamente adequados às especificidades e dimensão da sociedade e à complexidade dos riscos inerentes à sua atividade.

³⁸ [https://www.semapa.pt/sites/default/files/participacoes/Política Fiscal.pdf](https://www.semapa.pt/sites/default/files/participacoes/Política%20Fiscal.pdf)

³⁹ <https://www.semapa.pt/pt-pt/governo/estatutos>

Assim, a inexistência de serviços com funções exclusivas nesta área é uma opção que fica a dever-se à estrutura administrativa simplificada da Semapa enquanto sociedade *holding* e à forma como o controlo de riscos é feita no Grupo em que está inserida.

51. Explicitação, ainda que por inclusão de organograma, das relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos ou comissões da sociedade.

As relações de dependência funcional constam do organograma do ponto 21. deste relatório, estando as funções dos órgãos e comissões com relevância nesta matéria melhor descritas no ponto 54.

52. Existência de outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos.

Não existem outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos.

53. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos (económicos, financeiros e jurídicos) a que a sociedade se expõe no exercício da atividade.

O dinamismo do contexto em que o Grupo opera obriga ao acompanhamento permanente dos principais fatores que influenciam a sua atividade, internos e externos, e que constituem desafios constantes ao cumprimento dos seus planos e objetivos estratégicos. Enquanto agente económico, a Semapa está exposta a riscos inerentes à sua atividade, que podem impactar de forma determinante o valor dos seus ativos. O desempenho da Semapa enquanto Sociedade Gestora de Participações Sociais (SGPS) está também intimamente ligado aos resultados das suas participadas.

A Semapa promove um clima de autonomia e responsabilização das empresas suas Participadas, o que se traduz na exposição a um conjunto de riscos que impactam não só cada uma das empresas, mas podem também propagar-se à Semapa e restantes empresas do Grupo.

O capítulo 3.6 do Relatório Anual apresenta uma análise desenvolvida de todos os riscos de natureza estratégica, e o capítulo 11 das notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas apresenta uma análise desenvolvida de todos os riscos de natureza operacional, incluindo os económicos e jurídicos. Já os riscos de natureza financeira encontram-se identificados no capítulo 8.1 das notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Os riscos de natureza estratégica incluem o risco de portefólio, o risco de negócio, o risco de capital reputacional, risco de tomada de decisão de investimento, o risco relativo ao talento, o risco relativo ao quadro legal e regulatório em Portugal, o risco de choque externo, o risco de fraude, o risco de acesso a matéria-prima, o risco de cibersegurança e o risco de catástrofes ambientais não naturais. De referir que, fruto de uma reavaliação do quadro de risco estratégico efetuada pela Semapa, foram adicionados o risco de eventos climáticos adversos, o risco de transição climática e o risco de desempenho ESG, que resultam do compromisso assumido pelo Grupo com os temas ligados às alterações climáticas e aos desafios ESG. Estes três últimos riscos encontram-se em desenvolvimento em conjunto com diversas iniciativas em curso no âmbito destas matérias.

Os riscos de natureza operacional incluem, designadamente, o risco de abastecimento de matérias-primas, o risco de preço de venda, o risco de procura dos produtos, o risco de concorrência, o risco de concentração da carteira de clientes, o risco ambiental e o risco de custos energéticos.

Os riscos de natureza financeira incluem o risco cambial, o risco de taxa de juro, o risco de liquidez e o risco de crédito.

Os referidos riscos de natureza estratégica da Semapa e do Grupo, encontram-se devidamente mapeados e amplamente descritos no referido capítulo 3.6 do Relatório Anual, sendo monitorizados ao longo do ano e objeto de um relatório de risco aprovado anualmente pelo Conselho de Administração.

Do referido relatório de risco resulta, nomeadamente, uma efetiva identificação e caracterização dos principais riscos a que a sociedade e o Grupo se encontram sujeitos, os vários contextos de risco em que cada sociedade opera (global, regional, nacional e interno), as métricas para a avaliação de impacto e a probabilidade de ocorrência dos mesmos, os procedimentos de monitorização e acompanhamento dos riscos e, bem assim, as medidas a adotar tendo em vista a respetiva mitigação, com a aprovação de um plano de atividades e medidas concretas a implementar, respeitante ao exercício subsequente.

O ano de 2022, estimulado pelas mudanças abruptas de contexto e por eventos como a invasão da Ucrânia pela Rússia, a escalada da inflação, a escassez de recursos e de matéria-prima, fatores que no seu conjunto provocaram uma degradação do contexto económico e social global, revelou-se especialmente dinâmico no que respeita à gestão do risco na Semapa. O Grupo manteve, no entanto, uma forte capacidade de resiliência, dando continuidade ao esforço de melhoria contínua encetado nos últimos anos, o que lhe permitiu manter as suas operações num nível normal de funcionamento.

54. Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo e gestão de riscos.

No que respeita à gestão dos riscos considerados estratégicos, a Semapa tem vindo a consolidar o seu sistema de gestão e controlo de riscos desenhado com base nas melhores práticas e referências metodológicas como o COSO e a ISO 31000, que dão seguimento às recomendações do Código de Governo das Sociedades emitido pelo IPCG e CMVM.

O Grupo desenvolve o seu modelo de acompanhamento anual de risco por meio da recolha, preenchimento, discussão e aprovação das fichas individuais de cada risco, as quais incluem a identificação e acompanhamento da evolução das medidas de mitigação existentes. Adicionalmente, desenhou indicadores de risco (*Key Risk Indicators*) para permitir a sua monitorização atempada, bem como a antecipação de eventos que possam causar disrupções significativas.

Neste contexto, a política de assunção de riscos aprovada pelo Conselho de Administração da Semapa define qualitativamente o nível de risco que a Semapa está disposta a aceitar para alcançar os objetivos e estratégia de negócio, e encontra-se alinhada com os principais tópicos materiais para a Semapa, garantindo a consistência do sistema de gestão e controlo de riscos.

O modelo de governo definido em matéria de acompanhamento e gestão do risco encontra-se ajustado à estrutura da Semapa, definindo os focos de atuação e a atribuição de responsabilidade aos diferentes intervenientes no sistema de gestão de riscos.

Assim, a identificação dos principais riscos e a definição da estratégia global de risco é da responsabilidade do Conselho de Administração, cabendo a sua supervisão ao Conselho Fiscal. A Comissão de Controlo e Riscos – que tem as funções e competências referidas nos pontos 21. e 29. – é responsável pela deteção, controlo, gestão e monitorização de todos os riscos relevantes na atividade da sociedade, em especial dos riscos jurídicos e financeiros através do sistema *supra* mencionado, que permite promover, acompanhar e avaliar o quadro de risco e as medidas existentes e necessárias à sua mitigação.

Ainda na vertente interna, para além da relevância nesta área das funções desempenhadas pelo Conselho Fiscal, o controlo de riscos assume particular relevância a nível das principais dominadas, onde é diferente a natureza dos riscos e a exposição das sociedades, que dispõem por isso de sistemas próprios e independentes de controlo dos riscos a que estão sujeitas.

A auditoria externa foi realizada na Semapa e nas sociedades por si dominadas, até ao final do ano de 2022, pela KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.. O Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas da sociedade verifica, designadamente, a aplicação das políticas e sistemas de remunerações, bem como a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno através dos elementos que lhe são facultados pela sociedade, em especial pela Comissão de Remunerações e pela Comissão de Controlo e Riscos. As conclusões das verificações efetuadas são reportadas pelo Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas ao Conselho Fiscal, que as partilha e discute com o Conselho de Administração.

Os sistemas de controlo interno implementados, incluindo a função de gestão de risco, têm-se demonstrado eficazes, não se tendo verificado situações que não tivessem sido devidamente acauteladas ou expressamente assumidas previamente como riscos controlados. Como referido acima, o Conselho de Administração, para além das competências próprias nesta matéria, e por forma a salvaguardar a não assunção excessiva de riscos pela sociedade, criou a Comissão de Controlo e Riscos, comissão esta que, de acordo com as atribuições por ele definidas, está incumbida de assegurar o controlo interno e a gestão de riscos.

Por seu turno, o Conselho Fiscal é responsável por fiscalizar e avaliar anualmente a eficácia do próprio sistema de controlo interno, compreendendo as funções de gestão de risco e *compliance*, propondo ajustamentos ao sistema existente sempre que se justifiquem, estando a Comissão de Controlo e Riscos incumbida de implementar tais ajustamentos. Por fim, importa referir que este sistema é sempre acompanhado e controlado pelo Conselho de Administração, como responsável último pelos atos praticados no âmbito da sociedade.

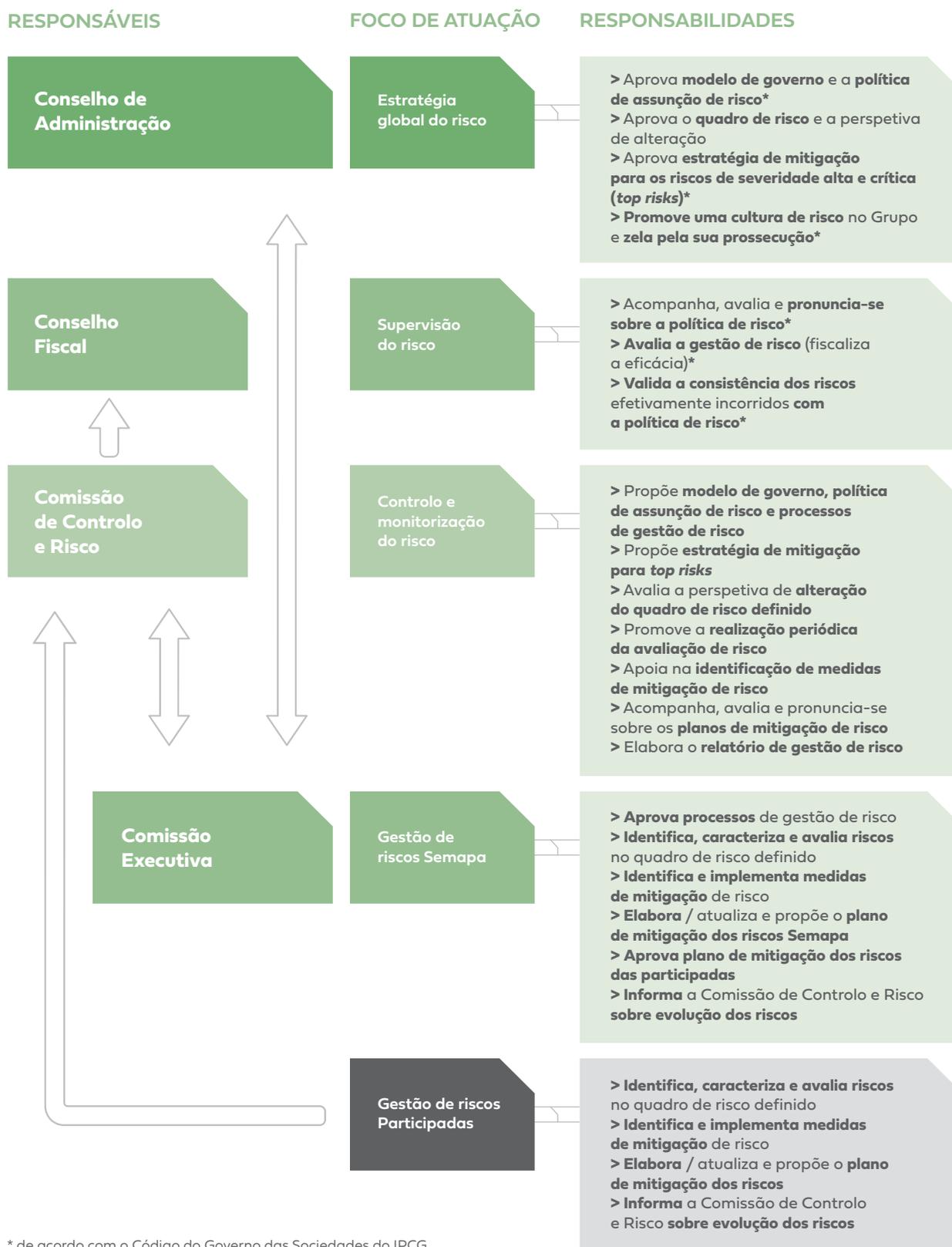
Neste âmbito, a sociedade procedeu à aprovação do Sistema de Gestão de Riscos (Política de Risco), em reunião do Conselho de Administração realizada no início de 2019. Este sistema, que se concretiza num Relatório de Risco anual, fixa, nomeadamente, os objetivos e limites em matéria de assunção de riscos e identifica os índices de probabilidade e impacto relativamente aos mesmos e de onde resulta a avaliação do grau de cumprimento interno e o desempenho da função de gestão de riscos, bem como a perspetiva de alteração do quadro de risco anteriormente definido, assim como os instrumentos e medidas a adotar tendo em vista a respetiva mitigação, mais prevendo os procedimentos de monitorização, tendo em vista o seu acompanhamento. O Relatório de Risco respeitante ao ano de 2021 foi aprovado em reunião do Conselho de Administração ocorrida em março de 2022, devendo o Relatório de Risco respeitante ao ano de 2022 ser aprovado na data de aprovação do presente Relatório, estando o respetivo conteúdo descrito no ponto 53. *supra*.

O Conselho Fiscal, que desempenha um papel especialmente preponderante nesta área, com todas as atribuições que resultam diretamente da lei e do Regulamento do Conselho Fiscal, tomou conhecimento, pronunciou-se e avaliou a referida Política de Risco e, bem assim, tem vindo a acompanhar, nomeadamente em reuniões do Conselho Fiscal com a Comissão de Controlo e Risco e a Comissão Executiva realizadas ao longo do exercício, os trabalhos de monitorização desses riscos até à emissão do respetivo Relatório de Risco Anual.

Relativamente às linhas estratégicas, o Conselho Fiscal avaliou e pronunciou-se em 2023, previamente à atualização das linhas estratégicas aprovada em janeiro de 2023 pelo Conselho de Administração.

O Conselho Fiscal acompanhou ainda o desenvolvimento dos trabalhos realizados pela Comissão de Controlo e Riscos no decurso de 2022. Neste âmbito, o Conselho Fiscal, em articulação com a Comissão de Controlo e Riscos e, sempre que necessário, com as direções da sociedade, tem vindo a implementar mecanismos e procedimentos de controlo periódico com vista a garantir que os riscos efetivamente incorridos pela sociedade são consistentes com os objetivos fixados pelo órgão de administração. Os referidos procedimentos correspondem a (i) reuniões regulares com os demais órgãos sociais e comissões com competências nesta matéria, em especial para apreciar os resultados e fiabilidade do modelo de acompanhamento dos riscos, para discutir e monitorizar o modelo e os *Key Risk Indicators* e as fichas de risco, tendo algumas destas reuniões a presença da consultora externa que auxilia a Semapa neste processo, e (ii) interações com os vários envolvidos do sistema de gestão de risco através da solicitação de verificações e esclarecimentos sempre que necessários e adequados.

A atribuição de responsabilidades às áreas orgânicas ou aos órgãos de Gestão do Grupo encontram-se estabelecidas e formalizadas, de acordo com o esquema seguinte:



* de acordo com o Código do Governo das Sociedades do IPCG

55. Principais elementos dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na sociedade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira (art. 245.º-A, n.º 1, al. m⁴⁰)).

A divulgação da informação financeira é da responsabilidade do responsável pelas relações com o mercado, cabendo previamente, se aplicável, ao Conselho Fiscal, à Comissão de Controlo e Riscos e ao Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas avaliar a qualidade, fiabilidade e integridade da informação financeira aprovada pelo Conselho de Administração da sociedade e preparada pelas direções Financeira e de Contabilidade e Impostos.

O processo de preparação da informação financeira está sujeito a um sistema de controlo interno e regras, que têm como objetivo garantir uma adequada e consistente aplicação das políticas contabilísticas adotadas pela sociedade, bem como a razoabilidade das estimativas e julgamentos utilizados na preparação dessa informação.

No que respeita aos mecanismos de controlo interno associados ao processo de divulgação da informação financeira, a sociedade tem implementadas regras que visam garantir a tempestividade das divulgações a efetuar e mitigar o risco de assimetrias nas informações disponibilizadas ao mercado.

IV. APOIO AO INVESTIDOR

56. Serviço responsável pelo apoio ao investidor, composição, funções, informação disponibilizada por esses serviços e elementos para contacto.

O serviço de apoio ao investidor funciona num gabinete sob a responsabilidade da Diretora Financeira da sociedade, Senhora Dr.ª Susana Coutinho, que dispõe de Colaboradores e de acesso em tempo útil a todos os órgãos sociais, comissões e direções da sociedade e, quando necessário e de acordo com os procedimentos estabelecidos e os limites previstos na lei, das sociedades do Grupo, por forma a garantir, por um lado, a eficácia necessária na resposta às solicitações e, por outro, a produção, tratamento e transmissão de informação pertinente aos acionistas, investidores e demais *stakeholders*, aos analistas financeiros e ao mercado em geral, de forma atempada, rigorosa, adequada e sem desigualdades, nos termos legais e regulamentares aplicáveis.

A Senhora Dr.ª Susana Coutinho pode ser contactada através do endereço eletrónico investors@semapa.pt ou através dos contactos telefónicos gerais da sociedade (+351 21 318 47 00). Por este meio, é possível ter acesso a toda a informação pública relativa à sociedade. Nota-se, de qualquer forma, que a informação mais usualmente solicitada pelos investidores está disponível no [sítio](#)⁴¹ da sociedade na Internet, e respeita essencialmente a informação relativa ao Grupo Semapa, à atividade da sociedade, ao governo societário e à informação financeira.

57. Representante para as relações com o mercado.

O representante da sociedade para as relações com o mercado é a Senhora Dr.ª Susana Coutinho.

58. Informação sobre a proporção e o prazo de resposta aos pedidos de informação entrados no ano ou pendentes de anos anteriores.

A Semapa recebe vários tipos de pedidos de informação, aos quais habitualmente responde nas 24 horas subsequentes à receção do pedido, sem prejuízo de alguns dos pedidos, pela sua amplitude, abrangência ou complexidade, necessitarem obrigatoriamente de um prazo mais alongado de resposta. Existem também períodos do ano em que a Semapa recebe maior solicitação de pedidos, designadamente nos períodos que antecedem a realização de Assembleias Gerais e o pagamento de dividendos, onde poderá ocorrer uma dilatação pontual dos prazos de resposta. Não existem pedidos de informação pendentes de anos anteriores.

⁴⁰ Corresponde ao atual artigo 29.º-H, n.º 1, al. I) do Código dos Valores Mobiliários.

⁴¹ www.semapa.pt

V. SÍTIOS DE INTERNET (59 A 65)

Descritivo	Endereço da página na Internet
59. Site Semapa	https://www.semapa.pt
60. Local onde se encontra informação sobre a firma, a qualidade de sociedade aberta, a sede e demais elementos mencionados no artigo 171.º do Código das Sociedades Comerciais.	https://www.semapa.pt/pt-pt/frmcontacto
61. Local onde se encontram os estatutos e os regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões.	https://www.semapa.pt/pt-pt/governo/estatutos
62. Local onde se disponibiliza informação sobre a identidade dos titulares dos órgãos sociais, do representante para as relações com o mercado, do Gabinete de Apoio ao Investidor ou estrutura equivalente, respetivas funções e meios de acesso.	https://www.semapa.pt/pt-pt/governo/os https://www.semapa.pt/pt-pt/frmcontacto
63. Local onde se disponibilizam os documentos de prestação de contas, que devem estar acessíveis pelo menos durante cinco anos, bem como o calendário semestral de eventos societários, divulgado no início de cada semestre, incluindo, entre outros, reuniões da Assembleia Geral, divulgação de contas anuais, semestrais e, caso aplicável, trimestrais.	https://www.semapa.pt/pt-pt/investidores/informacao/demonstracoes https://www.semapa.pt/pt-pt/investidores/calendario
64. Local onde são divulgados a convocatória para a reunião da Assembleia Geral e toda a informação preparatória e subsequente com ela relacionada.	https://www.semapa.pt/pt-pt/investidores/assembleia/ags/AG2022-05-27
65. Local onde se disponibiliza o acervo histórico com as deliberações tomadas nas reuniões das Assembleias Gerais da sociedade, o capital social representado e os resultados das votações, com referência aos 3 anos antecedentes.	https://www.semapa.pt/pt-pt/investidores/assembleias

D. REMUNERAÇÕES E RELATÓRIO SOBRE REMUNERAÇÕES



GRI 2-19, 2-20

A Semapa optou, nos termos do n.º 8 do artigo 26º-G do Código dos Valores Mobiliários, por integrar neste capítulo do Relatório do Governo Societário o Relatório sobre Remunerações dos órgãos de administração e fiscalização da Semapa, incluindo, assim, nos pontos pertinentes deste capítulo a informação necessária para dar cumprimento ao referido preceito legal.

I. COMPETÊNCIA PARA A DETERMINAÇÃO

66. Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais, dos membros da comissão executiva ou administrador delegado e dos dirigentes da sociedade.

O órgão competente para determinar a remuneração do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal é a Comissão de Remunerações.

Relativamente aos dirigentes da sociedade essa competência pertence ao Conselho de Administração.

II. COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES

67. Composição da comissão de remunerações, incluindo identificação das pessoas singulares ou coletivas contratadas para lhe prestar apoio e declaração sobre a independência de cada um dos membros e assessores.

Durante o ano de 2022, a Comissão de Remunerações foi composta, até à Assembleia Geral de 27 de maio, pelos Senhores Dr. José Gonçalo Ferreira Maury, Eng.º João Rodrigo Appleton Moreira Rato e Dr. João do Passo Vicente Ribeiro e, após essa data, pelos Senhores Dr.ª Maria Eduarda Faria e Maia de Oliveira Luna Pais, Dr. João do Passo Vicente Ribeiro e Dr.ª Carlota Infante da Câmara Albergaria Caldeira.

A sociedade considera que todos os membros da Comissão de Remunerações são independentes.

A Comissão de Remunerações não dispõe de pessoas contratadas para a auxiliar. A sociedade pode indicar livremente a contratação dos serviços que se mostrem necessários ou convenientes, dentro dos limites orçamentais da sociedade, direito que já exerceu no passado, devendo, nesse caso, assegurar que os serviços são prestados com independência e que os respetivos prestadores não são contratados para a prestação de outros serviços à própria sociedade ou outras que se encontrem em relação de domínio ou de grupo sem autorização expressa da comissão. A sociedade considera que a composição da Comissão de Remunerações assegura a sua independência em face à administração, porquanto todos os seus membros são independentes.

Na sociedade, a Comissão de Remunerações presta todas as informações ou esclarecimentos aos acionistas nas respetivas Assembleias Gerais Anuais ou em quaisquer outras Assembleias Gerais, se a respetiva ordem de trabalhos incluir assunto conexo com a remuneração dos membros dos órgãos e comissões da sociedade ou se tal presença for requerida pelos acionistas, fazendo-o através da presença, de, pelo menos, um dos seus membros. Foi o que sucedeu na Assembleia Geral Anual de 27 de maio de 2022, na qual estiveram presentes todos os seus membros cessantes.

68. Conhecimentos e experiência dos membros da comissão de remunerações em matéria de política de remunerações.

Dois dos membros da Comissão de Remunerações, as Senhoras Dr.ª Eduarda Luna Pais e Dr.ª Carlota Albergaria Caldeira, têm vastos conhecimentos e experiência em matéria de política de remunerações.

A Senhora Dr.ª Eduarda Luna Pais foi durante vários anos consultora da sociedade Egon Zehnder, e posteriormente *Office Leader e Partner* desta sociedade líder em recrutamento de executivos. Possui larga experiência e um profundo e permanentemente atualizado conhecimento dos processos e critérios de avaliação para o recrutamento de funções seniores, bem como dos pacotes remuneratórios associados.

Por sua vez, a Senhora Dr.ª Carlota Albergaria Caldeira desenvolveu durante vários anos uma sólida experiência em consultoria de recursos humanos, nomeadamente *Capital Humano e Leadership Services*, com maior foco na gestão de projetos de *executive search* (mercado nacional e internacional) *assessments* e *benchmark* salarial tendo passado por empresas como a Heidrick & Struggles, Jason Associates, a Argo Talents e a Mercer. Desempenhou ainda funções na Nova School of Business & Economics como *advisor* e depois como responsável de relações corporativas com vista ao recrutamento.

III. ESTRUTURA DAS REMUNERAÇÕES

69. Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho⁴².

A política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização (“Política de Remuneração”), elaborada pela Comissão de Remunerações, foi aprovada na Assembleia Geral Anual de 30 de abril de 2021 para o período de 2021 a 2024, e corresponde ao Anexo II deste Relatório, não existindo quaisquer afastamentos do procedimento de aplicação da política de remuneração aprovada ou derrogações à mesma.

70. Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de longo prazo da sociedade, bem como sobre o modo como é baseada na avaliação do desempenho e desincentiva a assunção excessiva de riscos.

A forma como foi estruturada a remuneração dos órgãos sociais e como foi baseada a avaliação do desempenho da administração executiva em 2022 respeitou o modelo e os princípios – funções desempenhadas, situação económica da sociedade e critérios de mercado – constantes da Política de Remuneração dos membros do órgão de administração e fiscalização da Semapa em vigor, designadamente dos capítulos III, IV e V, para os quais se remete. No ponto 24. *supra* está descrito o processo e os órgãos que intervêm na avaliação de desempenho dos administradores executivos.

⁴² Esta matéria encontra-se atualmente regulada nos artigos 26º-A e seguintes do Código dos Valores Mobiliários.

O sistema remuneratório em vigor na Semapa assegura a sua estratégia empresarial e bem assim, a longo prazo, do alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses da sociedade e da sua sustentabilidade, em especial, por ser uma remuneração que se procura justa e equitativa no âmbito dos princípios enunciados e por associar os membros do órgão de administração aos resultados através de uma componente variável da remuneração que tem nos resultados o fator preponderante, mas também leva em conta competências comportamentais de cada administrador como sejam o seu alinhamento com os interesses de longo prazo da sociedade e da sua sustentabilidade.

Relativamente às componentes da remuneração: (i) a remuneração dos membros do Conselho de Administração é constituída por uma componente fixa, correspondente a um valor anual, pagável ao longo do ano, e, para os administradores executivos, incorpora também uma componente variável que pode corresponder a uma percentagem não superior a cinco por cento do resultado líquido do exercício anterior de acordo com os estatutos da sociedade, (ii) a remuneração dos membros do Conselho Fiscal corresponde a um valor fixo anual, pagável ao longo do ano, e (iii) a remuneração dos membros da Mesa da Assembleia Geral consiste apenas numa quantia fixa determinada em função das reuniões efetivamente ocorridas.

No tocante à componente variável da remuneração dos administradores executivos, esta tem por base um valor *target* aplicável a cada administrador e que é devido em condições de desempenho do próprio e da sociedade que correspondam às expectativas e aos objetivos previamente fixados. Este valor *target* é definido ponderando os princípios acima referidos – mercado, funções concretas, situação da sociedade –, com destaque para situações comparáveis de mercado em funções de relevância equivalente. As ponderações do desempenho efetivo face às expectativas e objetivos, que determinam a variação em relação ao *target*, têm por base um conjunto de *KPIs*, como referido no ponto 25. *supra*, quantitativos e qualitativos, relacionados com o desempenho da sociedade (indicadores gerais de negócio) e do administrador em causa (objetivos específicos e indicadores comportamentais). Dentro dos indicadores gerais de negócio relevam especialmente o EBITDA, os resultados líquidos, o *cash flow* e o *Total Shareholder Return vs. Pares*, e nas competências comportamentais releva o alinhamento de cada administrador com os interesses de longo prazo e de sustentabilidade da sociedade. Com este sistema, consegue-se garantir na Semapa a inexistência de remunerações variáveis discricionárias.

Para além do limite estatutário à participação da administração nos lucros do exercício, existem também na sociedade mecanismos de limitação da remuneração variável: (i) a componente variável é eliminada no caso de os resultados evidenciarem uma deterioração considerada relevante do desempenho da empresa no último exercício apurado ou quando esta seja expectável no exercício em curso, e (ii) o montante da componente variável atribuível tem um *cap* definido por forma a prevenir que o bom desempenho num momento, com vantagens remuneratórias imediatas para a administração, seja feito em sacrifício de um bom desempenho futuro. Face ao exposto, resulta claro que os critérios para a atribuição da remuneração contribuem para a concretização da estratégia definida pela Semapa, bem como para os interesses de longo prazo e para a sustentabilidade da sociedade.

Embora não exista na sociedade qualquer mecanismo remuneratório independente com o objetivo específico de desincentivar a assunção excessiva de riscos, a Semapa não integra nos objetivos de desempenho dos administradores quaisquer objetivos específicos que promovam o risco excessivo nem tem instituído qualquer mecanismo que permita pagamentos antecipados de remunerações futuras. O risco é uma característica inerente a qualquer ato de gestão e, como tal, inevitável e permanentemente objeto de ponderação em qualquer decisão da administração. A sua avaliação qualitativa ou quantitativa como boa ou má não pode ser efetuada de forma isolada em si mesma, mas apenas no seu resultado no desempenho da sociedade ao longo do tempo, confundindo-se assim com os interesses de longo prazo, e beneficiando por isso com os incentivos ao alinhamento geral de longo prazo e sustentabilidade acima referidos.

71. Referência, se aplicável, à existência de uma componente variável da remuneração e informação sobre eventual impacto da avaliação de desempenho nesta componente.

A remuneração dos administradores executivos integra uma componente variável que depende da avaliação de desempenho, nos termos descritos no ponto anterior e na Política de Remuneração, em especial nos pontos 3. e 7. do seu capítulo IV. No ponto 24. *supra* está descrito o processo e os órgãos que intervêm na avaliação de desempenho dos administradores executivos.

A componente individual e qualitativa da avaliação de desempenho teve, na avaliação de desempenho efetuada em 2022 e respeitante ao exercício de 2021, um impacto considerável de 35% (objetivos específicos, com um peso de 20%, e indicadores comportamentais, com um peso de 15%) na componente variável da remuneração, percentagens que se aplicarão na avaliação de desempenho relativa ao exercício de 2022.

Relativamente aos administradores não executivos, refira-se que, apesar de ser apenas composta por uma parte fixa, a mesma poderá ser diferenciada em virtude da acumulação de funções e de responsabilidades acrescidas, nomeadamente através do desempenho de funções em comissões ou comités especializados.

Para além do limite estatutário à participação da administração nos lucros do exercício, não existem outros limites máximos de remuneração e não está instituído qualquer mecanismo que permita à sociedade solicitar a restituição de remuneração variável paga.

Já a remuneração dos membros do Conselho Fiscal não inclui nenhuma componente variável.

72. Diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento.

Na sociedade não existe diferimento do pagamento da componente variável da remuneração.

73. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em ações bem como sobre a manutenção, pelos administradores executivos, dessas ações, sobre eventual celebração de contratos relativos a essas ações, designadamente contratos de cobertura (hedging) ou de transferência de risco, respetivo limite, e sua relação face ao valor da remuneração total anual.

Na Semapa, a remuneração variável não tem qualquer componente em ações.

74. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em opções e indicação do período de diferimento e do preço de exercício.

Na Semapa, a remuneração variável não tem qualquer componente em opções.

75. Principais parâmetros e fundamentos de qualquer sistema de prémios anuais e de quaisquer outros benefícios não pecuniários.

Os critérios que pautam a fixação dos prémios anuais são os referentes à remuneração variável descritos no ponto 7. do capítulo IV da Política de Remuneração, e no ponto 25. e 70., *supra*.

Para além da componente variável que possa vir a ser atribuída aos membros dos órgãos de administração executiva, não são atribuídos aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização outros benefícios não pecuniários, sem prejuízo dos meios colocados à disposição dos mesmos para o exercício das suas funções e de um seguro de saúde e acidentes pessoais em linha com as práticas de mercado.

76. Principais características dos regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores e data em que foram aprovados em Assembleia Geral, em termos individuais.

Na sociedade não existem atualmente regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores. Não obstante, o Senhor Eng.º Frederico José da Cunha Mendonça e Meneses recebe uma pensão mensal por ter exercido uma opção no âmbito da extinção de um regime de pensões para administradores que existia no passado.

É esta a única pensão atualmente a ser paga pela Semapa. Trata-se de uma pensão mensal vitalícia, paga 12 vezes por ano, relativamente à qual está prevista (i) a transmissibilidade de metade do seu valor ao cônjuge sobrevivente ou filhos menores ou incapazes e (ii) a obrigatoriedade de deduzir ao valor da pensão, quer o montante de serviços remunerados que venham a ser prestados posteriormente à Semapa ou a sociedades dominadas, quer o valor das pensões que o beneficiário tenha direito a receber de um sistema público de Segurança Social e respeitem ao mesmo período de serviço. O montante da responsabilidade da Semapa com esta pensão é, em 31 de dezembro de 2022, de 687.661 Euros, conforme referido na Nota 7.3 às Demonstrações Financeiras Consolidadas e na Nota 7.2 às Demonstrações Financeiras Separadas.

IV. DIVULGAÇÃO DAS REMUNERAÇÕES

77. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de administração da sociedade, proveniente da sociedade, incluindo remuneração fixa e variável e, relativamente a esta, menção às diferentes componentes que lhe deram origem.

Indica-se abaixo o montante da remuneração auferida no ano de 2022, sendo que a remuneração variável foi paga em 2022, mas diz respeito ao desempenho de 2021, pelos membros do órgão de administração da sociedade, proveniente da Semapa, com distinção entre remuneração fixa e variável, e percentagens relativas, mas sem distinguir as diferentes componentes que deram origem à remuneração variável, porque a componente variável é definida como um todo, ponderando os elementos explicados na Política de Remuneração, sem identificação de componentes.

Conselho de Administração	Remuneração Fixa		Remuneração Variável	
	Montante	Percentagem relativa	Montante	Percentagem relativa
Comissão Executiva				
João Nuno de Sottomayor Pinto de Castello Branco ⁴³	-	-	846.366,00	100%
Ricardo Miguel dos Santos Pacheco Pires	650.000,05	50,27%	643.077,00	49,73%
Vítor Paulo Paranhos Pereira	315.969,50	33,24%	634.657,00	66,76%
SUBTOTAL	965.969,55	-	2.124.100,00	-
Administradores Não Executivos				
António Pedro de Carvalho Viana-Baptista	128.305,13	100%	-	-
Carlos Eduardo Coelho Alves	27.500,00	100%	-	-
Filipa Mendes de Almeida de Queiroz Pereira	77.825,00	100%	-	-
Francisco José de Melo e Castro Guedes	47.258,71	100%	-	-
José António do Prado Fay	400.020,50	100%	-	-
Lua Mónica Mendes de Almeida de Queiroz Pereira	77.825,00	100%	-	-
Mafalda Mendes de Almeida de Queiroz Pereira	77.825,00	100%	-	-
Vítor Manuel Galvão Rocha Novais Gonçalves	27.500,00	100%	-	-
Paulo Lameiras Martins	46.478,84	100%	-	-
SUBTOTAL	910.538,18	-	-	-
TOTAL	1.876.507,73	-	2.124.100,00	-

Nota:
Valores em Euros

No quadro *supra* foi indicado o montante anual correspondente ao período em que os membros do Conselho de Administração exerceram funções.

Nas tabelas abaixo encontram-se discriminadas, para efeitos da alínea c) do n.º 2 do artigo 26.º-G do Código dos Valores Mobiliários, as variações anuais, nos últimos cinco exercícios, da remuneração paga individualmente pela sociedade aos membros do Conselho de Administração, assim como das remunerações médias dos Colaboradores em termos equivalentes a tempo inteiro da sociedade, bem como os indicadores de desempenho da sociedade verificados:

⁴³ João Nuno de Sottomayor Pinto de Castello Branco cessou as funções de Presidente da Comissão Executiva em 31 de dezembro de 2021, tendo recebido, em 2022, remuneração variável referente àquele exercício.

Conselho de Administração		2018	2019	2020	2021	2022
António Pedro de Carvalho Viana-Baptista	Remuneração Fixa	128.305	128.305	128.305	128.305	128.305
	Variação em %	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Carlos Eduardo Coelho Alves	Remuneração Fixa	77.825	77.825	77.825	77.825	27.500
	Variação em %	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	-64,7%
Filipa Mendes de Almeida de Queiroz Pereira	Remuneração Fixa	47.467	77.825	77.825	77.825	77.825
	Variação em %	-	64,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Francisco José Melo e Castro Guedes	Remuneração Fixa	77.825	77.825	77.825	77.825	47.259
	Variação em %	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	-39,3%
Heinz-Peter Elstrodt	Remuneração Fixa	-	347.414	275.149	-	-
	Variação em %	-	-	-20,8%	-	-
João Nuno de Sottomayor Pinto de Castello Branco	Remuneração Fixa	761.199	761.199	761.199	925.763	-
	Remuneração Variável	662.411	688.623	546.953	769.537	846.366
	Variação em %	-3,1%	1,8%	-9,8%	29,6%	-50,1%
José Antônio do Prado Fay	Remuneração Fixa	78.260	128.816	243.524	400.021	400.021
	Variação em %	-	64,6%	89,0%	64,3%	0,0%
José Miguel Pereira Gens Paredes	Remuneração Fixa	315.970	315.970	129.817	-	-
	Remuneração Variável	564.464	567.864	381.541	-	-
	Variação em %	3,4%	0,4%	-42,1%	-	-
Lua Mónica Mendes de Almeida de Queiroz Pereira	Remuneração Fixa	47.467	77.825	77.825	77.825	77.825
	Variação em %	-	64,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Mafalda Mendes de Almeida de Queiroz Pereira	Remuneração Fixa	47.467	77.825	77.825	77.825	77.825
	Variação em %	-	64,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Manuel Custódio de Oliveira	Remuneração Fixa	45.338	-	-	-	-
	Variação em %	-64,7%	-	-	-	-
Paulo Miguel Garcês Ventura	Remuneração Fixa	315.970	192.013	-	-	-
	Remuneração Variável	541.667	512.811	143.449	-	-
	Variação em %	5,1%	-17,8%	-79,6%	-	-
Paulo Lameiras Martins	Remuneração Fixa	-	-	-	-	46.479
	Remuneração Variável	-	-	-	-	-
	Variação em %	-	-	-	-	-
Pedro Mendonça de Queiroz Pereira	Remuneração Fixa	344.576	-	-	-	-
	Remuneração Variável	922.866	-	-	-	-
	Variação em %	-4,3%	-	-	-	-
Ricardo Miguel dos Santos Pacheco Pires ⁴⁴	Remuneração Fixa	295.381	315.970	315.970	315.970	650.000
	Remuneração Variável	535.403	557.560	462.202	586.133	643.077
	Variação em %	6,6%	5,1%	-10,9%	15,9%	43,3%
Vitor Manuel Galvão Rocha Novais Gonçalves	Remuneração Fixa	77.825	77.825	77.825	77.825	27.500
	Variação em %	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	-64,7%
Vitor Paulo Paranhos Pereira ⁴⁵	Remuneração Fixa	128.305	128.305	289.445	315.970	315.970
	Remuneração Variável	-	-	-	582.159	634.657
	Variação em %	0,0%	0,0%	125,6%	210,3%	5,8%

Nota:
Valores em Euros

⁴⁴ Ricardo Miguel dos Santos Pacheco Pires foi designado como Presidente da Comissão Executiva com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2022.

⁴⁵ Vitor Paulo Paranhos Pereira iniciou funções executivas em 1 de março 2020.

Colaboradores da Sociedade		2018	2019	2020	2021	2022
Remuneração Total	Remuneração média	77.100	85.744	66.243	77.188	88.387
	Varição em %	-4,1%	11,2%	-22,7%	16,5%	14,5%

Nota:
Valores em Euros

Desempenho do Grupo		2018	2019	2020	2021	2022
EBITDA	Milhões de Euros	548,5	486,8	419,3	508,7	894,2
	Varição em %	9,5%	-11,2%	-13,9%	21,3%	75,8%
EPS (Resultados por Ação)	Euros/ação	1,643	1,540	1,333	2,481	3,845
	Varição em %	6,8%	-6,3%	-13,4%	86,1%	55,0%

78. Montantes a qualquer título pagos por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum.

Importa esclarecer que os montantes a que se refere este número não dizem apenas respeito a sociedades dominadas pela Semapa. Estão igualmente compreendidos valores a que a Semapa e os seus órgãos sociais são alheios, por dizerem respeito a acionistas seus, a acionistas de acionistas e a outras sociedades controladas por acionistas, desde que haja relações de domínio.

Auferiram remunerações noutras sociedades em relação de domínio ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum, os Administradores Senhores, Dr.ª Filipa Mendes de Almeida de Queiroz Pereira (70.750,00 Euros), Eng.º José Antônio do Prado Fay (100.000,03 Euros), D.ª Lua Mónica Mendes de Almeida de Queiroz Pereira (70.750,00 Euros), D.ª Mafalda Mendes de Almeida de Queiroz Pereira (70.750,00 Euros) e Dr. Vítor Manuel Galvão Rocha Novais Gonçalves (98.000,00 Euros). Esclarece-se que os membros do Conselho de Administração não auferiram remunerações noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa, tendo por base a definição de grupo na aceção da alínea g) do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, de acordo com o disposto na al. d) do n.º 2 do artigo 26.º-G do Código dos Valores Mobiliários.

79. Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios e os motivos por que tais prémios e/ou participação nos lucros foram concedidos.

O montante da remuneração paga pela Semapa sob a forma de participação nos lucros e/ou pagamento de prémios corresponde à remuneração variável constante do ponto 77. deste relatório, tendo tais montantes sido fixados com base na aplicação concreta pela Comissão de Remunerações dos critérios descritos no ponto 7. do capítulo IV da Política de Remuneração.

80. Indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.

Não foram pagas durante o exercício, não são devidas, nem estão previstas quaisquer indemnizações a ex-administradores executivos pela cessação de funções.

81. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de fiscalização da sociedade, para efeitos da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho.

Conselho Fiscal	Remuneração Fixa		Remuneração Variável	
	Montante	Percentagem relativa	Montante	Percentagem relativa
José Manuel Oliveira Vitorino	26.755,55	100%	-	-
Gonçalo Nuno Palha Gaio Picão Caldeira	19.471,53	100%	-	-
Maria da Graça Torres Ferreira da Cunha Gonçalves	19.471,53	100%	-	-
TOTAL	65.698,61	-	-	-

Nota:
Valores em Euros

Na tabela abaixo encontra-se discriminada, para efeitos da alínea c) do n.º 2 do artigo 26.º-G do Código dos Valores Mobiliários, a variação anual, nos últimos cinco exercícios, da remuneração paga individualmente pela sociedade aos membros do Conselho Fiscal:

Conselho Fiscal		2018	2019	2020	2021	2022
José Manuel Oliveira Vitorino	Remuneração Fixa	20.304	22.000	22.000	22.000	26.756
	Variação em %	26,9%	8,4%	0,0%	0,0%	21,6%
Gonçalo Nuno Palha Gaio Picão Caldeira	Remuneração Fixa	16.000	16.000	16.000	16.000	19.472
	Variação em %	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	21,7%
Maria da Graça Torres Ferreira da Cunha Gonçalves	Remuneração Fixa	9.759	16.000	16.000	16.000	19.472
	Variação em %	-	64,0%	0,0%	0,0%	21,7%
Miguel Camargo de Sousa Eiró*	Remuneração Fixa	13.369	-	-	-	-
	Variação em %	-39,2%	-	-	-	-

Nota:
Valores em Euros

*Miguel Camargo de Sousa Eiró cessou funções em 2018.

82. Indicação da remuneração no ano de referência do Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

Durante o exercício de 2022, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral auferiu uma remuneração fixa no montante de 5.000 Euros.

V. ACORDOS COM IMPLICAÇÕES REMUNERATÓRIAS

83. Limitações contratuais previstas para a compensação a pagar por destituição sem justa causa de administrador e sua relação com a componente variável da remuneração.

Não existe na Semapa nenhum contrato com administradores que limite ou de outra forma altere o regime legal supletivo para os casos de cessação de funções, com ou sem justa causa, prevendo-se na Política de Remuneração que, em caso de cessação de funções dos administradores, aplicar-se-á o regime legal supletivo nesta matéria.

Assim, considerando a ausência de contratos individuais com administradores neste âmbito e o previsto na Política de Remuneração, no caso de destituição que não decorra de violação grave de deveres do administrador nem de inaptidão para o exercício normal das respetivas funções, a sociedade estará obrigada a pagar uma indemnização nos termos gerais de direito, sem que a mesma possa exceder o montante das remunerações que presumivelmente receberia até ao final do período para que foi eleito.

A cessação de funções antes do termo do mandato não origina pois, direta ou indiretamente, o pagamento ao administrador de quaisquer montantes além dos previstos na lei.

84. Referência à existência e descrição, com indicação dos montantes envolvidos, de acordos entre a sociedade e os titulares do órgão de administração e dirigentes, na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da sociedade (art. 245.º-A, n.º 1, al. 1⁶⁶)).

Não existem também acordos entre a sociedade e os titulares dos órgãos sociais ou dirigentes que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho, na sequência de uma mudança de controlo da sociedade.

VI. PLANOS DE ATRIBUIÇÃO DE AÇÕES OU OPÇÕES SOBRE AÇÕES ('STOCK OPTIONS')

85. Identificação do plano e dos respetivos destinatários.

Não existem na sociedade planos de atribuição de ações nem planos de atribuição de opções de aquisição de ações.

86. Caracterização do plano (condições de atribuição, cláusulas de inalienabilidade de ações, critérios relativos ao preço das ações e o preço de exercício das opções, período durante o qual as opções podem ser exercidas, características das ações ou opções a atribuir, existência de incentivos para a aquisição de ações e/ou o exercício de opções).

Não aplicável.

87. Direitos de opção atribuídos para a aquisição de ações ('stock options') de que sejam beneficiários os trabalhadores e colaboradores da empresa.

Não aplicável.

88. Mecanismos de controlo previstos num eventual sistema de participação dos trabalhadores no capital na medida em que os direitos de voto não sejam exercidos diretamente por estes (art. 245.º-A, n.º 1, al. e⁴⁷)).

Não existe também na Semapa qualquer mecanismo de participação dos trabalhadores no seu capital.

⁴⁶ Corresponde ao atual artigo 29.º-H, n.º 1, al. k) do Código dos Valores Mobiliários.

⁴⁷ Corresponde ao atual artigo 29.º-H, n.º 1, al. e) do Código dos Valores Mobiliários.

E. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS. CONFLITOS DE INTERESSES



GRI 2-15

I. MECANISMOS E PROCEDIMENTOS DE CONTROLO

89. Mecanismos implementados pela sociedade para efeitos de controlo de transações com partes relacionadas (para o efeito remete-se para o conceito resultante da IAS 24) e Conflito de Interesses.

Vigora na sociedade um Regulamento sobre Conflito de Interesses e Transações com Partes Relacionadas através do qual foram definidas as regras relativas a conflitos de interesses e transações com partes relacionadas, em que seja parte a sociedade, em complemento dos mecanismos internos que a sociedade tem em vigor para efeitos do cumprimento da norma internacional de contabilidade (IAS) 24 (Divulgações de Partes Relacionadas), e é aplicável sem prejuízo das obrigações da sociedade e dos seus Dirigentes em matéria de Informação Privilegiada, do regime legal de negócios da sociedade com administradores e regulamento interno relativo à Comunicação de Irregularidades e da demais legislação aplicável nesta matéria. Este regulamento foi alterado em 2020 em virtude das alterações decorrentes da Lei n.º 50/2020, de 25 de agosto e, mais recentemente para acomodar exigências recomendatórias, por deliberação do Conselho de Administração de 3 de novembro de 2021, com parecer favorável e vinculativo do Conselho Fiscal, passando o mesmo a contemplar o regime legal e regulamentar aplicável em vigor sobre esta matéria.

O referido regulamento encontra-se disponível para consulta no [sítio](#)⁴⁸ da Internet da sociedade.

Nos termos do Regulamento sobre Conflito de Interesses e Transações com Partes Relacionadas, as transações, entre a sociedade e partes relacionadas, qualificadas como tal pelas normas internacionais de contabilidade adotadas nos termos do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, designadamente, pela norma internacional de contabilidade (IAS) 24 (Divulgações de Partes Relacionadas), estão sujeitas aos seguintes procedimentos de aprovação:

São aprovadas pela Comissão Executiva as seguintes transações:

- a) Empréstimos realizados à sociedade por sociedades suas acionistas, de valor igual ou inferior a cem milhões de euros;
- b) Transações no âmbito do regime de tributação dos grupos de sociedades, de valor igual ou inferior a cem milhões de euros;
- c) Transações realizadas com sociedades controladas que consolidem contas com a sociedade, de valor, individual ou acumulado anual, igual ou inferior a dois por cento do volume de negócios da sociedade controlada, apurado de acordo com as últimas contas anuais aprovadas;
- d) Empréstimos a sociedades controladas que consolidem contas com a sociedade e, bem assim, subscrição de dívida das mesmas, (i) de prazo inferior a seis meses, (ii) valor, individual ou acumulado anual, inferior a um quinto do volume de negócios da respetiva sociedade controlada, apurado de acordo com as últimas contas anuais aprovadas, e que não exceda cem milhões de euros, e (iii) desde que a sociedade controlada assegure linhas de crédito para o reembolso da operação, e
- e) Quaisquer outras transações cujo valor, individual ou acumulado anual, seja igual ou inferior a um milhão de euros.

⁴⁸ [https://www.semapa.pt/sites/default/files/participacoes/Regulamento_CITPR_rev.\(20211108\).pdf](https://www.semapa.pt/sites/default/files/participacoes/Regulamento_CITPR_rev.(20211108).pdf)

As transações que **(i)** não caibam no âmbito das alíneas anteriores, ou **(ii)** caibam nessas alíneas mas não sejam realizadas no âmbito da atividade corrente da sociedade, são aprovadas por deliberação do Conselho de Administração, precedida de parecer favorável do Conselho Fiscal.

Nos termos do referido regulamento, apenas são permitidas transações realizadas em condições de mercado e se existir justificado interesse próprio da sociedade.

No que respeita aos procedimentos de informação, verificação e formalização das transações com partes relacionadas, dispõe o regulamento que:

- > O Conselho de Administração é informado semestralmente das deliberações relativas a transações em que não tenha participado;
- > O Conselho Fiscal é informado das transações que a sociedade efetue para efeitos da verificação da conformidade da realização das transações com o regime descrito *supra* e com a legislação e regulamentação aplicável, sendo que as partes relacionadas não poderão participar na verificação em causa;
- > Compete ainda aos Dirigentes da sociedade que intervêm na formalização de transações com partes relacionadas assegurar que as transações são previamente submetidas às deliberações exigidas pelo regulamento e na legislação e regulamentação aplicável, e
- > A formalização e execução das deliberações de transações com partes relacionadas deve ser objeto de especial acompanhamento por parte da Comissão Executiva.

A sociedade divulgará as transações que devam ser divulgadas nos termos da legislação e regulamentação aplicável, designadamente por não terem preenchido algum dos requisitos legalmente previstos e em função do valor em causa, nos termos e prazo previstos na legislação e regulamentação aplicável.

O regulamento não será aplicável às transações tratadas como isentas pela legislação e regulamentação aplicável.

No que respeita aos procedimentos aplicáveis em matéria de conflitos de interesses, o referido regulamento prevê que existe uma situação de conflito sempre que algum Dirigente se encontre numa posição que, vista de forma objetiva, é suscetível de comprometer a sua independência e de causar no seu juízo influência de interesses distintos dos interesses da sociedade, sejam esses interesses patrimoniais ou não, próprios ou alheios, e que, para efeitos da sua adequada prevenção, identificação e resolução, o Dirigente deve:

- a) Comunicar a existência de um conflito de interesses, ainda que potencial, ao seu superior hierárquico ou, tratando-se de membro de órgão colegial, ao órgão em causa, nos termos dos respetivos regulamentos de funcionamento, e
- b) Abster-se de interferir ou participar, caso esteja em causa uma situação de conflito de interesses e, caso se trate de um processo de decisão, fazer constar esse impedimento de ata ou de outro documento escrito que documente a decisão, sem prejuízo do dever de prestar as informações e os esclarecimentos que o órgão em causa e os respetivos membros lhe solicitarem.

Acresce ainda que todos os regulamentos de funcionamento dos órgãos sociais e comissões internas consagram disposições sobre conflitos de interesses de harmonia com as regras acima descritas.

90. Indicação das transações que foram sujeitas a controlo no ano de referência.

Em 2022 tiveram lugar as transações com partes relacionadas que estão identificadas na informação sobre os negócios com partes relacionadas constante da Nota 10.4 do Anexo às contas consolidadas e da Nota 10.2 do Anexo às contas separadas e que foram analisadas e aprovadas nos termos do Regulamento sobre Conflito de Interesses e Transações com Partes Relacionadas.

Em 2022, em cumprimento do Regulamento sobre Conflito de Interesses e Transações com Partes Relacionadas, o Conselho de Administração informou o Conselho Fiscal sobre todas as transações realizadas para efeitos da verificação da conformidade da realização dessas transações com o regime previsto na cláusula quarta do mencionado Regulamento e com a legislação e regulamentação aplicável, tendo o Conselho Fiscal efetuado essa verificação.

91. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos da avaliação prévia dos negócios a realizar entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários.

Estes procedimentos e critérios encontram-se descritos nos anteriores pontos 89. e 90.

II. ELEMENTOS RELATIVOS AOS NEGÓCIOS**92. Indicação do local dos documentos de prestação de contas onde está disponível informação sobre os negócios com partes relacionadas, de acordo com a IAS 24, ou, alternativamente, reprodução dessa informação.**

A informação sobre os negócios com partes relacionadas consta da Nota 10.4 do Anexo às contas consolidadas e da Nota 10.2 do Anexo às contas separadas.



Parte II

Avaliação do Governo Societário

1. IDENTIFICAÇÃO DO CÓDIGO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES ADOTADO

A Semapa adotou o Código de Governo das Sociedades do IPCG, revisto em 2020, cumprindo igualmente o Regulamento da CMVM n.º 4/2013.

O Código adotado é divulgado pelo IPCG e pode ser acedido através do respetivo sítio da Internet.

2. ANÁLISE DE CUMPRIMENTO DO CÓDIGO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES ADOTADO

No quadro abaixo faz-se a declaração das recomendações adotadas e não adotadas. Em relação às recomendações adotadas, indica-se apenas o local deste relatório onde a matéria se encontra desenvolvida. Em relação às recomendações não adotadas, indica-se depois do quadro a respetiva justificação de não acolhimento e eventual mecanismo alternativo adotado.

#	Adoção	Texto	Remissão
I. PARTE GERAL			
Princípio geral:			
O governo societário deve promover e potenciar o desempenho das sociedades, bem como do mercado de capitais, e sedimentar a confiança dos investidores, dos trabalhadores e do público em geral na qualidade e transparência da administração e da fiscalização e no desenvolvimento sustentado das sociedades.			
I.1 Relação da sociedade com investidores e informação			
Princípio:			
As sociedades e, em particular, os seus administradores devem tratar de forma equitativa os acionistas e restantes investidores, assegurando designadamente mecanismos e procedimentos para o adequado tratamento e divulgação da informação.			
I.1.1	Adotada	A sociedade deve instituir mecanismos que assegurem, de forma adequada e rigorosa, a atempada divulgação de informação aos seus órgãos sociais, aos acionistas, aos investidores e demais <i>stakeholders</i> , aos analistas financeiros e ao mercado em geral.	Parte I n.º 21 Parte I n.º 55 a n.º 65
I.2 Diversidade na composição e funcionamento dos órgãos da sociedade			
Princípio:			
I.2.A - As sociedades asseguram a diversidade na composição dos respetivos órgãos de governo e a adoção de critérios de mérito individual nos respetivos processos de designação, os quais são da exclusiva competência dos acionistas.			
I.2.B - As sociedades devem ser dotadas de estruturas decisórias claras e transparentes e assegurar a máxima eficácia do funcionamento dos seus órgãos e comissões.			
I.2.C - As sociedades asseguram que o funcionamento dos seus órgãos e comissões é devidamente registado, designadamente em atas, que permitam conhecer não só o sentido das decisões tomadas, mas também os seus fundamentos e as opiniões expressas pelos seus membros.			
I.2.1	Adotada	As sociedades devem estabelecer critérios e requisitos relativos ao perfil de novos membros dos órgãos societários adequados à função a desempenhar, sendo que, além de atributos individuais (como competência, independência, integridade, disponibilidade e experiência), esses perfis devem considerar requisitos de diversidade, dando particular atenção ao do género, que possam contribuir para a melhoria do desempenho do órgão e para o equilíbrio na respetiva composição.	Parte I n.º 16

#	Adoção	Texto	Remissão
I.2.2	Adotada	Os órgãos de administração e de fiscalização e as suas comissões internas devem dispor de regulamentos internos – nomeadamente sobre o exercício das respectivas atribuições, presidência, periodicidade de reuniões, funcionamento e quadro de deveres dos seus membros – divulgados na íntegra no sítio da Internet da sociedade, devendo ser elaboradas atas das respetivas reuniões.	Parte I n.º 21, 22, 27, 29, 34 e 61
I.2.3	Adotada	A composição e o número de reuniões anuais dos órgãos de administração, de fiscalização e das suas comissões internas devem ser divulgados através do sítio Internet da sociedade.	Parte I n.º 23, 29 e 35
I.2.4	Adotada	Deve ser adotada uma política de comunicação de irregularidades (<i>whistleblowing</i>) que garanta os meios adequados para a comunicação e tratamento das mesmas com salvaguarda da confidencialidade das informações transmitidas e da identidade do transmitente, sempre que esta seja solicitada.	Parte I n.º 49

I.3 Relação entre órgãos da sociedade

Princípio:

Os membros dos órgãos sociais, mormente os administradores, deverão criar as condições para que, na medida das responsabilidades de cada órgão, seja assegurada a tomada de medidas ponderadas e eficientes e, de igual modo, para que os vários órgãos da sociedade atuem de forma harmoniosa, articulada e com a informação adequada ao exercício das respetivas funções.

I.3.1	Adotada	Os estatutos ou outras vias equivalentes adotadas pela sociedade devem estabelecer mecanismos para garantir que, dentro dos limites da legislação aplicável, seja permanentemente assegurado aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização o acesso a toda a informação e colaboradores da sociedade para a avaliação do desempenho, da situação e das perspetivas de desenvolvimento da sociedade, incluindo, designadamente, as atas, a documentação de suporte às decisões tomadas, as convocatórias e o arquivo das reuniões do órgão de administração executivo, sem prejuízo do acesso a quaisquer outros documentos ou pessoas a quem possam ser solicitados esclarecimentos.	Parte I n.º 21
I.3.2	Adotada	Cada órgão e comissão da sociedade deve assegurar, atempada e adequadamente, o fluxo de informação, desde logo das respetivas convocatórias e atas, necessário ao exercício das competências legais e estatutárias de cada um dos restantes órgãos e comissões.	Parte I n.º 21 e 29

I.4 Conflitos de interesses

Princípio:

Deve ser prevenida a existência de conflitos de interesses, atuais ou potenciais, entre os membros de órgãos ou comissões societárias e a sociedade. Deve garantir-se que o membro em conflito não interfere no processo de decisão.

I.4.1	Adotada	Por regulamento interno ou via equivalente, os membros dos órgãos de administração e de fiscalização e das comissões internas ficam vinculados a informar o respetivo órgão ou comissão sempre que existam factos que possam constituir ou dar causa a um conflito entre os seus interesses e o interesse social.	Parte I n.º 89
I.4.2	Adotada	Deverão ser adotados procedimentos que garantam que o membro em conflito não interfere no processo de decisão, sem prejuízo do dever de prestação de informações e esclarecimentos que o órgão, a comissão ou os respetivos membros lhe solicitarem.	Parte I n.º 89

I.5 Transações com partes relacionadas

Princípio:

Pelos potenciais riscos que comportam, as transações com partes relacionadas devem ser justificadas pelo interesse da sociedade e realizadas em condições de mercado, sujeitando-se a princípios de transparência e a adequada fiscalização.

I.5.1	Adotada	O órgão de administração deve divulgar, no relatório de governo ou por outra via publicamente disponível, o procedimento interno de verificação das transações com partes relacionadas.	Parte I n.º 38 e 89 a 91
-------	---------	---	--------------------------

#	Adoção	Texto	Remissão
I.5.2	Não aplicável	O órgão de administração deve comunicar ao órgão de fiscalização os resultados do procedimento interno de verificação das transações com partes relacionadas, incluindo as transações objeto de análise, com periodicidade pelo menos semestral.	Recomendação não aplicável face à publicação da Nota n.º 3 sobre Interpretação do Código de Governo das Sociedades IPCG 2018 (revisto em 2020)

II. ACIONISTAS E ASSEMBLEIA GERAL

Princípios:

II.A - O adequado envolvimento dos acionistas no governo societário constitui um fator positivo de governo societário, enquanto instrumento para o funcionamento eficiente da sociedade e para a realização do fim social.

II.B - A sociedade deve promover a participação pessoal dos acionistas nas reuniões da Assembleia Geral, enquanto espaço de comunicação dos acionistas com os órgãos e comissões societários e de reflexão sobre a sociedade.

II.C - A sociedade deve implementar meios adequados para a participação e o voto à distância dos acionistas na assembleia.

II.1	Adotada	A sociedade não deve fixar um número excessivamente elevado de ações necessárias para conferir direito a um voto, devendo explicitar no relatório de governo a sua opção sempre que a mesma implique desvio ao princípio de que a cada ação corresponde um voto.	Parte I n.º 12 e 13
II.2	Adotada	A sociedade não deve adotar mecanismos que dificultem a tomada de deliberações pelos seus acionistas, designadamente fixando um quórum deliberativo superior ao previsto por lei.	Parte I n.º 14
II.3	Adotada	A sociedade deve implementar meios adequados para a participação dos acionistas na Assembleia Geral à distância, em termos proporcionais à sua dimensão.	Parte I n.º 12
II.4	Adotada	A sociedade deve ainda implementar meios adequados para o exercício do direito de voto à distância, incluindo por correspondência e por via eletrónica.	Parte I n.º 12
II.5	Não aplicável	Os estatutos da sociedade que prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco em cinco anos, seja sujeita a deliberação pela assembleia geral a alteração ou a manutenção dessa disposição estatutária – sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal – e que, nessa deliberação, se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione.	Parte I n.º 5 e 13
II.6	Adotada	Não devem ser adotadas medidas que determinem pagamentos ou a assunção de encargos pela sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração e que se afigurem suscetíveis de prejudicar o interesse económico na transmissão das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos administradores.	Parte I n.º 4 e 84

III. ADMINISTRAÇÃO NÃO EXECUTIVA E FISCALIZAÇÃO

Princípios:

III.A - Os membros de órgãos sociais com funções de administração não executiva e de fiscalização devem exercer, de modo efetivo e criterioso, uma função fiscalizadora e de desafio à gestão executiva para a plena realização do fim social, devendo tal atuação ser complementada por comissões em áreas centrais do governo da sociedade.

III.B - A composição do órgão de fiscalização e o conjunto dos administradores não executivos devem proporcionar à sociedade uma equilibrada e adequada diversidade de competências, conhecimentos e experiências profissionais.

III.C - O órgão de fiscalização deve desenvolver uma fiscalização permanente da administração da sociedade, também numa perspetiva preventiva, acompanhando a atividade da sociedade e, em particular, as decisões de fundamental importância para a sociedade.

#	Adoção	Texto	Remissão
III.1	Não adotada	Sem prejuízo das funções legais do presidente do conselho de administração, se este não for independente, os administradores independentes devem designar entre si um coordenador para, designadamente, (i) atuar, sempre que necessário, como interlocutor com o presidente do conselho de administração e com os demais administradores, (ii) zelar por que disponham do conjunto de condições e meios necessários ao desempenho das suas funções; e (iii) coordená-los na avaliação do desempenho pelo órgão de administração prevista na recomendação V.1.1.	Explicação das Recomendações não adotadas <i>infra</i>
III.2	Adotada	O número de membros não executivos do órgão de administração, bem como o número de membros do órgão de fiscalização e o número de membros da comissão para as matérias financeiras deve ser adequado à dimensão da sociedade e à complexidade dos riscos inerentes à sua atividade, mas suficiente para assegurar com eficiência as funções que lhes estão cometidas, devendo constar do relatório de governo a formulação deste juízo de adequação.	Parte I n.º 18 e 31
III.3	Adotada	Em todo o caso, o número de administradores não executivos deve ser superior ao de administradores executivos.	Parte I n.º 18
III.4	Não Adotada	Cada sociedade deve incluir um número não inferior a um terço mas sempre plural, de administradores não executivos que cumpram os requisitos de independência. Para efeitos desta recomendação, considera-se independente a pessoa que não esteja associada a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade, nem se encontre em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de: (i) Ter exercido durante mais de doze anos, de forma contínua ou intercalada, funções em qualquer órgão da sociedade; (ii) Ter sido colaborador da sociedade ou de sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo nos últimos três anos; (iii) Ter, nos últimos três anos, prestado serviços ou estabelecido relação comercial significativa com a sociedade ou com sociedade que com esta se encontre em relação de domínio ou de grupo, seja de forma direta ou enquanto sócio, administrador, gerente ou dirigente de pessoa coletiva; (iv) Ser beneficiário de remuneração paga pela sociedade ou por sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo para além da remuneração decorrente do exercício das funções de administrador; (v) Viver em união de facto ou ser cônjuge, parente ou afim na linha reta e até ao 3.º grau, inclusive, na linha colateral, de administradores da sociedade, de administradores de pessoa coletiva titular de participação qualificada na sociedade ou de pessoas singulares titulares direta ou indiretamente de participação qualificada; (vi) Ser titular de participação qualificada ou representante de um acionista titular de participações qualificadas.	Explicação das Recomendações não adotadas <i>infra</i>
III.5	Não aplicável	O disposto no parágrafo (i) da recomendação III.4 não obsta à qualificação de um novo administrador como independente se, entre o termo das suas funções em qualquer órgão da sociedade e a sua nova designação, tiverem entretanto decorrido pelo menos três anos (<i>cooling-off period</i>).	Parte I n.º 18
III.6	Adotada	Com respeito pelas competências que lhe são conferidas por lei, o órgão de fiscalização avalia e pronuncia-se sobre as linhas estratégicas e a política de risco, previamente à sua aprovação final pelo órgão de administração.	Parte I n.º 38 e 54
III.7	Adotada	As sociedades devem dispor de comissões especializadas em matéria de governo societário, nomeações e avaliação de desempenho, separada ou cumulativamente. No caso de ter sido criada a comissão de remunerações prevista pelo artigo 399º do Código das Sociedades Comerciais, e de tal não ser proibido por lei, esta recomendação pode ser cumprida mediante a atribuição a esta comissão de competência nas referidas matérias.	Parte I n.º 16, 21, 27, 29

IV. ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA

Princípios:

IV.A - Como forma de aumentar a eficiência e a qualidade do desempenho do órgão de administração e o adequado fluxo de informação para este órgão, a gestão corrente da sociedade deve pertencer a administradores executivos com as qualificações, competências e a experiência adequadas à função. À administração executiva compete gerir a sociedade, prosseguindo os objetivos da sociedade e visando contribuir para o seu desenvolvimento sustentável.

IV.B - Na determinação do número de administradores executivos, devem ser ponderados, além dos custos e da desejável agilidade de funcionamento da administração executiva, a dimensão da empresa, a complexidade da sua atividade e a sua dispersão geográfica.

#	Adoção	Texto	Remissão
IV.1	Adotada	O órgão de administração deve aprovar, através de regulamento interno ou mediante via equivalente, o regime de atuação dos administradores executivos aplicável ao exercício por estes de funções executivas em entidades fora do grupo.	Parte I n.º 26 e 27
IV.2	Adotada	O órgão de administração deve assegurar que a sociedade atua de forma consentânea com os seus objetivos e não deve delegar poderes, designadamente, no que respeita a: i) definição da estratégia e das principais políticas da sociedade; ii) organização e coordenação da estrutura empresarial; iii) matérias que devam ser consideradas estratégicas em virtude do seu montante, risco ou características especiais.	Parte I n.º 21
IV.3	Adotada	No relatório anual, o órgão de administração explicita em que termos a estratégia e as principais políticas definidas procuram assegurar o êxito a longo prazo da sociedade e quais os principais contributos daí resultantes para a comunidade em geral.	Parte I n.º 21

V. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO, REMUNERAÇÕES E NOMEAÇÕES

V.1 Avaliação Anual de Desempenho

Princípio:

A sociedade deve promover a avaliação do desempenho do órgão executivo e dos seus membros individualmente e ainda do desempenho global do órgão de administração e das comissões especializadas constituídas no seu seio.

V.1.1	Adotada	O órgão de administração deve avaliar anualmente o seu desempenho, bem como o desempenho das suas comissões e dos administradores executivos, tendo em conta o cumprimento do plano estratégico da sociedade e do orçamento, a gestão de riscos, o seu funcionamento interno e o contributo de cada membro para o efeito, e o relacionamento entre órgãos e comissões da sociedade.	Parte I n.º 24 e 25
-------	---------	---	---------------------

V.2 Remunerações

Princípio:

V.2.A. – A política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização deve permitir à sociedade atrair, a um custo economicamente justificável pela sua situação, profissionais qualificados, induzir o alinhamento de interesses com os dos acionistas – tomando em consideração a riqueza efetivamente criada pela sociedade, a situação económica e a do mercado – e constituir um fator de desenvolvimento de uma cultura de profissionalização, de sustentabilidade, de promoção do mérito e de transparência na sociedade.

V.2.B. – Os administradores devem receber uma remuneração:

- i) que retribua adequadamente a responsabilidade assumida, a disponibilidade e a competência colocadas ao serviço da sociedade;
- ii) que garanta uma atuação alinhada com os interesses de longo prazo dos acionistas e promova a atuação sustentável da sociedade; e
- iii) que premeie o desempenho.

V.2.1	Adotada	A sociedade deve constituir uma comissão de remunerações, cuja composição assegure a sua independência em face da administração, podendo tratar-se da comissão de remunerações designada nos termos do artigo 399.º do Código das Sociedades Comerciais.	Parte I n.º 66 e 67
V.2.2	Adotada	A fixação das remunerações deve competir à comissão de remunerações ou à assembleia geral, sob proposta daquela comissão.	Parte I n.º 29 e 66 e Anexo II
V.2.3	Não adotada	Para cada mandato, a comissão de remunerações ou a assembleia geral, sob proposta daquela comissão, deve igualmente aprovar o montante máximo de todas as compensações a pagar ao membro de qualquer órgão ou comissão da sociedade em virtude da respetiva cessação de funções, procedendo-se à divulgação da referida situação e montantes no relatório de governo ou no relatório de remunerações.	Explicação das recomendações não adotadas <i>infra</i>
V.2.4	Adotada	A fim de prestar informações ou esclarecimentos aos acionistas, o presidente ou, no seu impedimento, outro membro da comissão de remunerações deve estar presente na assembleia geral anual e em quaisquer outras se a respetiva ordem de trabalhos incluir assunto conexo com a remuneração dos membros dos órgãos e comissões da sociedade ou se tal presença tiver sido requerida por acionistas.	Parte I n.º 67
V.2.5	Adotada	Dentro das limitações orçamentais da sociedade, a comissão de remunerações deve poder decidir livremente a contratação, pela sociedade, dos serviços de consultadoria necessários ou convenientes para o exercício das suas funções.	Parte I n.º 67

#	Adoção	Texto	Remissão
V.2.6	Adotada	A comissão de remunerações deve assegurar que os serviços são prestados com independência e que os respetivos prestadores não serão contratados para a prestação de quaisquer outros serviços à própria sociedade ou a outras que com ela se encontrem em relação de domínio ou de grupo sem autorização expressa da Comissão.	Parte I n.º 67
V.2.7	Adotada	Tendo em vista o alinhamento de interesses entre a sociedade e os administradores executivos, uma parte da remuneração destes deve ter natureza variável que reflita o desempenho sustentado da sociedade e não estimule a assunção de riscos excessivos.	Parte I n.º 70 e 71
V.2.8	Não Adotada	Uma parte significativa da componente variável deve ser parcialmente diferida no tempo, por um período não inferior a três anos, associando-a, necessariamente, à confirmação da sustentabilidade do desempenho, nos termos definidos em regulamento interno da sociedade.	Explicação das recomendações não adotadas <i>infra</i>
V.2.9	Não aplicável	Quando a remuneração variável compreender opções ou outros instrumentos direta ou indiretamente dependentes do valor das ações, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos.	Parte I n.º 73 e 74
V.2.10	Adotada	A remuneração dos administradores não executivos não deve incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho da sociedade ou do seu valor.	Parte I n.º 71
V.3 NOMEAÇÕES			
Princípio: Independentemente do modo de designação, o perfil, conhecimentos e currículo dos membros dos órgãos sociais e dos quadros dirigentes devem adequar-se à função a desempenhar.			
V.3.1	Adotada	A sociedade deve, nos termos que considere adequados, mas de forma suscetível de demonstração, promover que as propostas para eleição dos membros dos órgãos sociais sejam acompanhadas de fundamentação a respeito da adequação do perfil, conhecimentos e currículo à função a desempenhar por cada candidato.	Parte I n.º 16
V.3.2	Não Adotada	A não ser que a dimensão da sociedade o não justifique, a função de acompanhamento e apoio às designações de quadros dirigentes deve ser atribuída a uma comissão de nomeações.	Explicação das recomendações não adotadas <i>infra</i>
V.3.3	Não Adotada	Esta comissão inclui uma maioria de membros não executivos independentes.	Explicação das recomendações não adotadas <i>infra</i>
V.3.4	Não aplicável	A comissão de nomeações deve disponibilizar os seus termos de referência e deve induzir, na medida das suas competências, processos de seleção transparentes que incluam mecanismos efetivos de identificação de potenciais candidatos, e que sejam escolhidos para proposta os que apresentem maior mérito, melhor se adequem às exigências da função e promovam, dentro da organização, uma diversidade adequada incluindo de género.	Parte I n.º 29

#	Adoção	Texto	Remissão
VI. CONTROLO INTERNO			
Princípio: Tendo por base a estratégia de médio e longo prazo, a sociedade deverá instituir um sistema de gestão e controlo de risco e de auditoria interna que permita antecipar e minimizar os riscos inerentes à atividade desenvolvida.			
VI.1	Adotada	O órgão de administração deve debater e aprovar o plano estratégico e a política de risco da sociedade, que inclua a fixação de limites em matéria de assunção de riscos.	Parte I n.º 29 e 54
VI.2	Adotada	O órgão de fiscalização deve organizar-se internamente, implementando mecanismos e procedimentos de controlo periódico com vista a garantir que os riscos efetivamente incorridos pela sociedade são consistentes com os objetivos fixados pelo órgão de administração.	Parte I n.º 21, n.º 29, n.º 53 e n.º 54
VI.3	Adotada	O sistema de controlo interno, compreendendo as funções de gestão de riscos, <i>compliance</i> e auditoria interna, deve ser estruturado em termos adequados à dimensão da sociedade e à complexidade dos riscos inerentes à sua atividade, devendo o órgão de fiscalização avaliá-lo e, no âmbito da sua competência de fiscalização da eficácia deste sistema, propor os ajustamentos que se mostrem necessários.	Parte I n.º 38, 50 e 54
VI.4	Adotada	O órgão de fiscalização deve pronunciar-se sobre os planos de trabalho e os recursos afetos aos serviços do sistema de controlo interno, incluindo às funções de gestão de riscos, <i>compliance</i> e auditoria interna, podendo propor os ajustamentos que se mostrem necessários.	Parte I n.º 38 e 50
VI.5	Adotada	O órgão de fiscalização deve ser destinatário dos relatórios realizados pelos serviços de controlo interno, incluindo as funções de gestão de riscos, <i>compliance</i> e auditoria interna, pelo menos quando estejam em causa matérias relacionadas com a prestação de contas, a identificação ou a resolução de conflitos de interesses e a deteção de potenciais irregularidades.	Parte I n.º 50
VI.6	Adotada	Tendo por base a sua política de risco, a sociedade deve instituir uma função de gestão de riscos, identificando (i) os principais riscos a que se encontra sujeita no desenvolvimento da sua atividade, (ii) a probabilidade de ocorrência dos mesmos e o respetivo impacto, (iii) os instrumentos e medidas a adotar tendo em vista a respetiva mitigação e (iv) os procedimentos de monitorização, visando o seu acompanhamento.	Parte I n.º 53 e 54
VI.7	Adotada	A sociedade deve estabelecer procedimentos de fiscalização, avaliação periódica e de ajustamento do sistema de controlo interno, incluindo uma avaliação anual do grau de cumprimento interno e do desempenho desse sistema, bem como da perspetiva de alteração do quadro de risco anteriormente definido.	Parte I n.º 54
VII. INFORMAÇÃO FINANCEIRA			
VII.1 Informação financeira			
Princípios: VII.A - O órgão de fiscalização deve, com independência e de forma diligente, assegurar-se de que o órgão de administração cumpre as suas responsabilidades na escolha de políticas e critérios contabilísticos apropriados e no estabelecimento de sistemas adequados para o reporte financeiro, para a gestão de riscos, para o controlo interno e para a auditoria interna. VII.B - O órgão de fiscalização deve promover uma adequada articulação entre os trabalhos da auditoria interna e da revisão legal de contas.			
VII.1.1	Adotada	O regulamento interno do órgão de fiscalização deve impor que este fiscalize a adequação do processo de preparação e de divulgação de informação financeira pelo órgão de administração, incluindo a adequação das políticas contabilísticas, das estimativas, dos julgamentos, das divulgações relevantes e sua aplicação consistente entre exercícios, de forma devidamente documentada e comunicada.	Parte I n.º 38
VII.2 Revisão legal de contas e fiscalização			
Princípio: Cabe ao órgão de fiscalização estabelecer e monitorizar procedimentos formais, claros e transparentes sobre a forma de seleção e relacionamento da sociedade com o revisor oficial de contas, e sobre a fiscalização do cumprimento por este das regras de independência que a lei e as normas profissionais lhe impõem.			

#	Adoção	Texto	Remissão
VII.2.1	Adotada	Através de regulamento interno, o órgão de fiscalização deve definir, nos termos do regime legal aplicável, os procedimentos de fiscalização destinados a assegurar a independência do revisor oficial de contas.	Parte I n.º 38
VII.2.2	Adotada	O órgão de fiscalização deve ser o principal interlocutor do revisor oficial de contas na sociedade e o primeiro destinatário dos respetivos relatórios, competindo-lhe, designadamente, propor a respetiva remuneração e zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços.	Parte I n.º 38
VII.2.3	Adotada	O órgão de fiscalização deve avaliar anualmente o trabalho realizado pelo revisor oficial de contas, a sua independência e adequação para o exercício das funções e propor ao órgão competente a sua destituição ou a resolução do contrato de prestação dos seus serviços sempre que se verifique justa causa para o efeito.	Parte I n.º 38

EXPLICAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES NÃO ADOTADAS:

RECOMENDAÇÃO III.1.

Estipula esta recomendação que “Sem prejuízo das funções legais do Presidente do Conselho de Administração, se este não for independente, os administradores independentes devem designar entre si um coordenador para, designadamente, **(i)** atuar, sempre que necessário, como interlocutor com o Presidente do Conselho de Administração e com os demais Administradores, **(ii)** zelar por que disponham do conjunto de condições e meios necessários ao desempenho das suas funções; e **(iii)** coordená-los na avaliação do desempenho pelo órgão de administração prevista na recomendação V.1.1.”

Atendendo à dimensão e especificidades da sociedade, nomeadamente a sua natureza familiar e concentração da respetiva estrutura de capital, e ao número total de administradores não executivos e, de entre estes, de administradores independentes, e, bem assim, às características e atual posicionamento do Presidente do Conselho de Administração, considera a sociedade que a designação de um coordenador seria desajustada e almejaria apenas o mero cumprimento formal da presente recomendação, no qual a sociedade não se reveria.

Na realidade, e como já vem referido no presente relatório, existem instituídas na sociedade várias regras e procedimentos que permitem uma articulação estreita e regular entre os vários membros do Conselho de Administração, designadamente entre o respetivo Presidente e os demais Administradores, e a existência das condições e meios necessários ao desempenho das suas funções de forma independente, informada e eficiente, garantindo a função fiscalizadora e de supervisão da atuação da gestão executiva.

Destacamos a este respeito, os diversos mecanismos previstos no Regulamento do Conselho de Administração e das diversas comissões internas da sociedade, nos termos dos quais:

- a) Os membros do Conselho de Administração, incluindo os membros não executivos, podem ter acesso a toda a informação e Colaboradores da sociedade para a avaliação do desempenho, da situação e das perspetivas de desenvolvimento da sociedade, incluindo, designadamente, as atas, a documentação de suporte às decisões tomadas, as convocatórias e o arquivo das reuniões dos demais órgãos sociais, sem prejuízo do acesso a quaisquer outros documentos ou pessoas a quem possam ser solicitados esclarecimentos;
- b) O Presidente do Conselho de Administração deve informar os administradores da sociedade, no início de todas as reuniões do Conselho de Administração, das deliberações e atos mais relevantes praticados pela Comissão Executiva desde a anterior reunião, que ainda não sejam do conhecimento dos restantes administradores;
- c) De todas as reuniões da Comissão Executiva devem ser lavradas atas que ficam ao cuidado do Secretário da Sociedade e que devem ser disponibilizadas a qualquer membro do Conselho de Administração que as solicite;

- d) O Presidente da Comissão Executiva deve, na medida do possível, promover o envolvimento dos administradores não executivos em projetos e atos específicos de modo a permitir um maior acompanhamento e aproximação dos administradores não executivos à atividade da sociedade, em função das matérias em causa e das habilitações específicas e preferências de cada um;
- e) Todos os administradores executivos devem estar disponíveis para prestar os esclarecimentos e informações que sejam solicitados pelos administradores não executivos;
- f) O Presidente das Comissões Internas da sociedade deve informar o Conselho de Administração das deliberações da comissão que integra, que atendendo à sua relevância devam ser do seu conhecimento. No caso da Comissão de Direção Executiva, esta atribuição cabe ao Presidente da Comissão Executiva;
- g) Todos os membros das Comissões Internas da sociedade devem estar disponíveis para prestar os esclarecimentos e informações que sejam solicitados pelos demais administradores, e
- h) Os documentos de suporte relativos aos diversos pontos da ordem de trabalhos das reuniões do Conselho de Administração e das Comissões Internas da sociedade devem ser distribuídos por todos os membros com antecedência que permita a sua análise atempada, preferencialmente com a convocatória da reunião.

Adicionalmente, pelo menos um administrador não executivo integra a Comissão do Governo Societário, a Comissão de Controlo e Riscos e a Comissão de Talento – *sendo que o Presidente do Conselho de Administração é igualmente presidente da Comissão do Governo Societário e da Comissão de Talento* –, reforçando a coordenação e desempenho dos trabalhos dos membros com funções não executivas.

Assim, esta recomendação não é formalmente adotada pela sociedade, sendo, no entanto, atingidos todos os objetivos dela decorrentes.

RECOMENDAÇÃO III.4.

Determina esta recomendação que “Cada sociedade deve incluir um número não inferior a um terço mas sempre plural, de administradores não executivos que cumpram os requisitos de independência. (...)”

No decurso do exercício de 2022, conforme melhor descrito no ponto 18. do presente Relatório, o Conselho de Administração incluiu apenas um administrador não executivo que cumpria o requisito de independência. Por essa razão, o limiar recomendado de um terço não foi atingido e a presente recomendação III.4 não é cumprida.

Porém, a sociedade entende que a referida proporção de administradores independentes é adequada e consentânea com uma atuação plenamente independente do Conselho de Administração e suficiente para garantir a efetiva capacidade de supervisão, avaliação e fiscalização da atividade dos restantes membros do órgão de administração.

Na verdade, entende a sociedade que, considerando o perfil, a idade, o percurso e a experiência profissional e, principalmente, a demonstrada independência de juízo e integridade de carácter dos membros que compõem o Conselho de Administração, a atual proporção entre administradores não executivos não independentes e independentes, estabelecida pela aplicação dos critérios formais de aferição da independência, está perfeitamente ajustada à natureza e à dimensão da sociedade, nomeadamente atendendo à sua natureza familiar, à estabilidade da respetiva estrutura de capital e à complexidade dos riscos inerentes à sua atividade.

Donde se conclui que existe uma efetiva e concreta independência de atuação da administração, atingindo-se materialmente os objetivos propostos pela recomendação em causa.

RECOMENDAÇÃO V.2.3.

Prevê esta recomendação que “Para cada mandato, a comissão de remunerações ou a assembleia geral, sob proposta daquela comissão, deve igualmente aprovar o montante máximo de todas as compensações a pagar ao membro de qualquer órgão ou comissão da sociedade em virtude da respetiva cessação de funções, procedendo-se à divulgação da referida situação e montantes no relatório de governo ou no relatório de remunerações.”

Esta recomendação não é cumprida, dado que a Comissão de Remunerações, apesar de ser matéria da sua competência, não definiu o montante máximo de todas as compensações a pagar ao membro de qualquer órgão ou comissão da sociedade em virtude da respetiva cessação de funções.

De facto, a Comissão de Remunerações nunca sentiu, até hoje, necessidade de criar uma autolimitação relativamente ao referido montante máximo independentemente da forma de cessação de funções que esteja em causa. A circunstância concreta a que se refere esta limitação não é de verificação comum e, quando acontece, é sempre tão grande a sensibilidade e especificidade que não pode deixar de se impor uma avaliação casuística, ainda que integrada no regime geral remuneratório e com ponderação histórica.

Para além disso, considera a Semapa que, face à regulação existente no regime português, a fixação prévia de um montante máximo pode inclusive funcionar de forma inversa à pretendida pelo escopo da presente recomendação, constituindo um incentivo à cessação prematura de funções de administração.

Refira-se, no entanto, que no caso de destituição de administradores que não decorra de violação grave de deveres do administrador nem de inaptidão para o exercício normal das respetivas funções, a sociedade estará obrigada a pagar uma indemnização nos termos gerais de direito, sem que a mesma possa exceder o montante das remunerações que presumivelmente receberia até ao final do período para que foi eleito.

Refira-se ainda que durante o exercício de 2022 não houve lugar à apresentação de quaisquer renúncias ao exercício das respetivas funções, por parte dos membros dos órgãos ou comissões da sociedade.

RECOMENDAÇÃO V.2.8.

Prevê esta recomendação que “Uma parte significativa da componente variável deve ser parcialmente diferida no tempo, por um período não inferior a três anos, associando-a necessariamente à confirmação da sustentabilidade do desempenho, nos termos definidos em regulamento interno da sociedade.”

A justificação para a não adoção desta recomendação vem explicada na Política de Remuneração em vigor, que corresponde ao Anexo II deste relatório, cuja parte relevante a seguir se transcreve:

“É já abundante a literatura que defende o diferimento do pagamento da parte variável da remuneração para um momento posterior, que permita de alguma forma estabelecer uma relação mais direta entre a remuneração e o impacto da gestão na sociedade num prazo mais alargado.

Aceitamos o princípio em abstrato como bom, mas o elemento histórico, associado à estabilidade e à prática que vem sendo já seguida com sucesso há muitos anos sem esse elemento de diferimento, leva a que essa opção não seja tomada por agora.”

A recomendação não é assim acolhida pela sociedade, sem prejuízo de assegurar a substância que a justifica em medida ainda maior do que resultaria do seu cumprimento.

Refira-se ainda que o resultado consolidado do exercício da Semapa tem vindo a ser sempre de forma reiterada e consistente muito positivo, evidenciando a sustentabilidade de desempenho que a Recomendação visa acautelar. Resulta, pois, deste histórico, que o possível diferimento parcial, por um período não inferior a três anos, da componente variável da remuneração, não teria tido impacto no direito à componente variável pelos administradores da Semapa.

Importa, no entanto, esclarecer que a Semapa se encontra a analisar o modelo de diferimento do pagamento de parte da remuneração variável tendo em vista a sua eventual implementação.

RECOMENDAÇÃO V.3.2.

Prevê a Recomendação V.3.2 que “A não ser que a dimensão da sociedade o não justifique, a função de acompanhamento e apoio às designações de quadros dirigentes deve ser atribuída a uma comissão de nomeações.”

Há que olhar para a Semapa a título individual, como sociedade *holding* com uma estrutura administrativa simplificada e com um número reduzido de Direções e Colaboradores e por isso reconhecer que a dimensão da sociedade não justifica que a função de acompanhamento e apoio a nomeações de cargos dirigentes seja atribuída a uma comissão.

Dada a dimensão da Semapa, esta competência pertence à Comissão Executiva, sem prejuízo de a Comissão de Talento poder emitir recomendações relativamente aos dirigentes do Grupo.

RECOMENDAÇÃO V.3.3

Dispõe a Recomendação V.3.3 que “Esta comissão inclui uma maioria de membros não executivos independentes”, referindo-se à comissão interna relativa às matérias de avaliação do desempenho.

Apesar de a Comissão de Talento da Semapa ser composta por uma maioria de administradores não executivos, nenhum deles é independente. Na escolha dos membros dessa comissão privilegiou-se a diversidade de perfis (idade, género, qualificações, experiência e percurso profissionais), assegurando-se que todos possuem plena isenção de análise e de decisão e demonstrada integridade de carácter.

A sociedade considera que esta diversidade de perfis, aliada ao facto de a Comissão de Talento recorrer, sempre que necessário, a estudos de mercados e à análise de situações comparáveis dentro do Grupo, é bastante para garantir que as suas análises estão alinhadas com as melhores práticas e fortalecem a tomada de decisão independente e isenta.

3. OUTRAS INFORMAÇÕES

Não existem outros elementos ou informações adicionais que sejam relevantes para a compreensão do modelo e das práticas de governo adotadas.

Anexo I

Informações a que se refere o artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais

(por referência ao exercício de 2022)

1. Valores mobiliários da sociedade detidos pelos titulares dos órgãos sociais, na aceção do n.º 1 do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais:

Não existem.

2. Valores mobiliários de sociedades em relação de domínio ou de grupo com a Semapa detidos pelos titulares dos órgãos sociais na aceção dos n.ºs 1 e 2 do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais:

Herança indivisa de Maria Rita de Carvalhosa Mendes de Almeida de Queiroz Pereira, na qual são interessadas as administradoras da sociedade Filipa Mendes de Almeida de Queiroz Pereira, Mafalda Mendes de Almeida de Queiroz Pereira e Lua Mónica Mendes de Almeida de Queiroz Pereira – 1.000 ações da The Navigator Company, S.A.

Filipa Mendes de Almeida de Queiroz Pereira – 139.800 ações da Sodim, SGPS, S.A.

Mafalda Mendes de Almeida de Queiroz Pereira – 139.800 ações da Sodim, SGPS, S.A.

Lua Mónica Mendes de Almeida de Queiroz Pereira – 139.800 ações da Sodim, SGPS, S.A.

Herança indivisa de Pedro Mendonça de Queiroz Pereira, na qual são interessadas as administradoras da sociedade Filipa Mendes de Almeida de Queiroz Pereira, Mafalda Mendes de Almeida de Queiroz Pereira e Lua Mónica Mendes de Almeida de Queiroz Pereira – 134.422 ações da Sodim, SGPS, S.A.

3. Valores mobiliários da sociedade e de sociedades em relação de domínio ou de grupo detidos por sociedades em que os membros dos órgãos de administração e fiscalização exercem cargos nos órgãos sociais:

Cimo – Gestão de Participações, SGPS, S.A. – 38.959.431 ações da sociedade, 1.000 ações da Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A. e 5.000 ações da ETSA – Investimentos, SGPS, S.A.

Sodim, SGPS, S.A. – 27.508.892 ações da sociedade.

Target One Capital, S.A. – 190.568 ações da Sodim, SGPS, S.A.

Keytarget Investments – Consultoria e Investimentos, S.A. – 190.567 ações da Sodim, SGPS, S.A.

Premium Caeli, S.A. – 190.567 ações da Sodim, SGPS, S.A.

4. Aquisição, alienação, oneração ou promessas relativas a valores mobiliários da sociedade ou de sociedades em relação de domínio ou de grupo pelos titulares dos órgãos sociais e pelas sociedades referidas em 2 e 3:

- > Em 22 de dezembro de 2022 a sociedade Target One Capital, S.A, adquiriu 190.568 ações da SODIM, SGPS, S.A., pelo preço de € 200,00 por ação, à UPSIS, S.A.
- > Em 22 de dezembro de 2022 a sociedade Keytarget Investments – Consultoria e Investimentos, S.A. adquiriu 190.567 ações da SODIM, SGPS, S.A., pelo preço de € 200,00 por ação, à UPSIS, S.A.
- > Em 22 de dezembro de 2022 a sociedade Premium Caeli, S.A. adquiriu 190.567 ações da SODIM, SGPS, S.A., pelo preço de € 200,00 por ação, à UPSIS, S.A.

5. Transações de ações próprias:

Em 2022, a Semapa não adquiriu nem vendeu quaisquer ações representativas do seu capital social.



Anexo II

Política de Remuneração

“POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA SEMAPA (2021 A 2024)”

I. INTRODUÇÃO

A Comissão de Remunerações da Semapa tem vindo a elaborar uma declaração sobre política de remuneração desde 2007, inicialmente no âmbito de uma recomendação da CMVM, desde 2009 já com o enquadramento da Lei n.º 28/2009 de 19 de junho e mais recentemente em linha com as recomendações constantes do Código de Governo das Sociedades do Instituto Português de Corporate Governance de 2018.

Com a entrada em vigor da Lei n.º 50/2020, de 25 de agosto, e a consequente revogação da Lei n.º 28/2009 de 19 de junho, a Comissão de Remunerações da Semapa passa a estar obrigada a elaborar uma Política de Remuneração dos seus membros dos órgãos de administração e fiscalização em conformidade com o novo regime legal.

Refira-se que, com a revisão ocorrida em 2020 ao Código de Governo das Sociedades do Instituto Português de Corporate Governance, e tendo em vista a necessária harmonização com a Lei n.º 50/2020, de 25 de agosto, o conteúdo da política de remuneração deixa de ter uma base recomendatória.

A presente Política de Remuneração é assim o reflexo dos trabalhos desenvolvidos pela Comissão de Remunerações, com base na anterior declaração sobre a política de remuneração e tendo em conta o referido novo enquadramento.

Tendo em conta o percurso da Semapa, continuou-se a optar por uma conciliação entre, por um lado, aquilo que são as novas tendências em termos de opções de remuneração de gestão, e por outro, o peso da história, opções anteriores e as características próprias desta empresa.

A elaboração da política de remuneração é da exclusiva competência da Comissão de Remunerações, composta por três membros, todos eles independentes face à administração, devendo esta ser aprovada pela Assembleia Geral, pelo menos de 4 em 4 anos e sempre que ocorra uma alteração relevante da mesma.

Na sua atuação, designadamente na determinação, revisão e aplicação da Política a Comissão de Remunerações observa a legislação aplicável e as políticas e regulamentos em vigor na Semapa, nomeadamente, o regulamento sobre Conflitos de Interesses e Transações com Partes Relacionadas, que dispõe de regras de atuação tendo em vista a prevenção, identificação e resolução de conflitos de interesses entre a sociedade e os seus dirigentes.

II. REGIME LEGAL E ESTATUTÁRIO

A presente política tem como enquadramento a já referida Lei n.º 50/2020, de 25 de agosto, que alterou o Código dos Valores Mobiliários (CVM).

Quanto àquele diploma legal, para além do que determina quanto à periodicidade da política e sua aprovação e quanto à divulgação do seu teor, determina, no número 2 do artigo 26.º-C do CVM, quanto ao seu conteúdo, que a Política tenha em consideração:

- a) Explicação de como contribui para a estratégia empresarial da sociedade, para os seus interesses de longo prazo e para a sua sustentabilidade;
- b) Explicação da forma como as condições de emprego e de remuneração dos trabalhadores da sociedade foram tidas em conta quando essa política foi estabelecida;
- c) Descrição das diferentes componentes da remuneração fixa e variável;
- d) Explicação de todos os bónus e outros benefícios, independentemente da sua forma, que podem ser atribuídos aos membros dos órgãos de administração e fiscalização, e indicar a respetiva proporção;
- e) Indicação da duração dos contratos ou dos acordos com os membros dos órgãos de administração e fiscalização, os períodos de pré-aviso aplicáveis, as cláusulas de cessação e os pagamentos associados à cessação dos mesmos;
- f) Indicação das principais características dos regimes de pensão complementar ou de reforma antecipada.

Adicionalmente, o número 3 do artigo 26.º-C do CVM estipula que, caso seja prevista a atribuição de remuneração variável a administradores, a Política de Remuneração deve identificar:

- a) Os critérios para a atribuição da remuneração variável, incluindo os critérios financeiros e não financeiros e, se for caso disso, os critérios relacionados com a responsabilidade social das empresas, de forma clara e abrangente, e explica a forma como esses critérios contribuem para a estratégia empresarial da sociedade, para os seus interesses de longo prazo e para a sua sustentabilidade;
- b) Os métodos a aplicar para determinar em que medida os critérios de desempenho foram cumpridos;
- c) Os períodos de diferimento e a possibilidade de a sociedade solicitar a restituição de remuneração variável já entregue.

Por outro lado, o número 4 do artigo 26.º-C do CVM estabelece que, caso seja prevista a atribuição de uma componente da remuneração com base em ações, a política de remuneração deve identificar:

- a) Os prazos de aquisição dos direitos;
- b) Se aplicável, o prazo para a conservação das ações após a aquisição dos direitos;
- c) A forma como a remuneração com base em ações contribui para a estratégia empresarial da sociedade, para os seus interesses de longo prazo e para a sua sustentabilidade.

Para além da mencionada Lei n.º 50/2020, de 25 de agosto, qualquer definição de remunerações não pode deixar de ter em conta quer o regime legal geral quer o regime particular acolhido pelos estatutos da sociedade, quando for caso disso.

O regime legal para o Conselho de Administração vem essencialmente estabelecido no artigo 399.º do Código das Sociedades Comerciais, e do mesmo resulta essencialmente o seguinte:

- > A fixação das remunerações compete à assembleia geral de acionistas ou a uma comissão por aquela nomeada.
- > Aquela fixação de remunerações deve ter em conta as funções desempenhadas e a situação económica da sociedade.
- > A remuneração pode ser certa ou consistir parcialmente numa percentagem dos lucros do exercício, mas a percentagem máxima destinada aos administradores deve ser autorizada por cláusula do contrato de sociedade e não incide sobre distribuições de reservas nem sobre qualquer parte do lucro do exercício que não pudesse, por lei, ser distribuído aos acionistas.

Para o Conselho Fiscal e para os membros da Mesa da Assembleia Geral determina a lei que a remuneração deve consistir numa quantia fixa, e que é determinada nos mesmos moldes pela assembleia geral de acionistas ou uma comissão por aquela nomeada, devendo ter em conta as funções desempenhadas e a situação económica da sociedade.

Já no que respeita aos estatutos, no caso da Semapa existe uma cláusula específica apenas para o Conselho de Administração, a décima sétima, que rege simultaneamente o regime de reforma, e tem, na parte que aqui interessa, o seguinte conteúdo:

"2 - A remuneração dos administradores [...] é fixado por uma Comissão de Remunerações constituída por número ímpar de membros e eleita pela Assembleia Geral.

3 - A remuneração pode ser constituída por uma parte fixa e uma parte variável, que englobará uma participação nos lucros, não podendo esta participação nos lucros ser superior, para o conjunto dos administradores, a cinco por cento do resultado líquido do exercício anterior."

É este o enquadramento formal em que deve ser definida a política de remuneração.

III. PRINCÍPIOS GERAIS

Os princípios gerais a observar na fixação das remunerações dos órgãos sociais são essencialmente aqueles que de forma muito genérica resultam da lei: por um lado as funções desempenhadas e por outro a situação económica da sociedade. Se a estes acrescentarmos as condições gerais de mercado para situações equivalentes, encontramos aqueles que nos parecem ser os três grandes princípios gerais:

a) Funções desempenhadas.

As funções desempenhadas por cada titular de órgãos sociais abrangem quer as funções num sentido formal como também as funções num sentido mais amplo do nível de responsabilidade concreto da função exercida, considerando critérios tão diversos como, por exemplo, o compromisso e o tempo de dedicação, a natureza, a dimensão, a complexidade e as competências requeridas para a função ou o valor acrescentado para a empresa que resulta de um determinado tipo de intervenção ou de uma representação institucional.

Também a existência de funções desempenhadas noutras sociedades dominadas não pode ser alheia a esta ponderação, pelo que significa em termos de aumento de responsabilidade e em termos de fonte cumulativa de rendimento.

b) A situação económica da sociedade.

A dimensão da sociedade e a inevitável complexidade da gestão associada são claramente aspetos relevantes da situação económica entendida na sua forma mais lata. Estes aspetos têm implicações quer na necessidade de remunerar uma responsabilidade que é maior em sociedades maiores e com modelos de negócio complexos quer na capacidade de remunerar adequadamente a gestão.

c) Critérios de mercado.

O encontro entre a oferta e a procura é incontornável na definição de qualquer remuneração, e os titulares dos órgãos sociais não são exceção.

É fundamental ter capacidade para atrair, desenvolver e reter profissionais competentes, o que requer que a Política de Remuneração seja competitiva e atrativa de modo a assegurar os legítimos interesses individuais mas essencialmente os da Semapa e a criação de valor sustentável para os acionistas.

Pelas suas características e dimensão, os critérios e práticas de mercado a ter em conta, são no caso da Semapa, tanto as nacionais como as internacionais e, por forma a manter-se atualizada sobre estas práticas, a Semapa socorre-se regularmente de estudos de mercado e de benchmarking.

IV. ENQUADRAMENTO DOS PRINCÍPIOS NO REGIME LEGAL

Consignados os princípios gerais adotados importa agora fazer o enquadramento dos princípios nos regimes normativos aplicáveis.

1. Alínea a) do número 2 do artigo 26.º-C do CVM. Estratégia, interesses de longo prazo e sustentabilidade.

A prática tem revelado que o sistema remuneratório em vigor na Semapa é bem-sucedido no assegurar da sua estratégia empresarial e bem assim, a longo prazo, do alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses da sociedade e da sua sustentabilidade, em especial pelas razões a seguir enunciadas.

Em primeiro lugar por ser uma remuneração que se procura justa e equitativa no âmbito dos princípios enunciados, e em segundo lugar por associar os membros do órgão de administração aos resultados através de uma componente variável da remuneração que tem nos resultados o fator preponderante mas também leva em conta competências comportamentais de cada administrador como sejam o seu alinhamento com os interesses de longo prazo da sociedade.

2. Alínea b) do número 2 do artigo 26.º-C do CVM. Condições de emprego e de remuneração dos trabalhadores.

O alinhamento entre a presente Política e o regime de remuneração e as condições de emprego dos trabalhadores da Semapa encontra-se assegurado dado que ambos os sistemas de remuneração têm por base os mesmos Princípios Gerais enunciados nesta Política de Remuneração, em especial as condições de mercado nos mercados de referência para as funções desempenhadas.

3. Alínea c) do número 2 do artigo 26.º-C do CVM. Componentes da remuneração fixa e variável.

A remuneração dos membros do Conselho de Administração é constituída por uma componente fixa, correspondente a um valor anual, pagável ao longo do ano, e, para os Administradores Executivos, incorpora também uma componente variável que pode corresponder a uma percentagem não superior a cinco por cento do resultado líquido do exercício anterior de acordo com os estatutos da Sociedade.

Já a remuneração dos membros do Conselho Fiscal corresponde a um valor fixo anual, pagável ao longo do ano.

Por último, a remuneração dos membros da Mesa da Assembleia Geral consiste apenas numa quantia fixa determinada em função das reuniões efetivamente ocorridas.

Note-se que os valores concretos das remunerações são fixados em execução dos princípios acima definidos no capítulo III desta Política.

4. Alínea d) do número 2 do artigo 26.º-C do CVM. Bónus e outros benefícios.

Para além da componente variável que possa vir a ser atribuída aos membros dos órgãos de administração, não são atribuídos aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização outros benefícios não pecuniários, sem prejuízo dos meios colocados à disposição dos mesmos para o exercício das suas funções e de um seguro de saúde e acidentes pessoais em linha com as práticas de mercado.

5. Alínea e) do número 2 do artigo 26.º-C do CVM. Acordos relativos à cessação de funções de administradores.

Não existem nem nunca foram fixados por esta Comissão quaisquer acordos quanto a pagamentos pela Semapa relativos à destituição ou cessação de funções de administradores. Esta circunstância resultou naturalmente dos vários casos concretos existentes na sociedade e não de uma posição de princípio desta Comissão contra a existência de acordos desta natureza. Aplica-se, assim, somente o regime legal supletivo estabelecido no Código das Sociedades Comerciais, que regula o pagamento aos administradores de quaisquer montantes em caso de cessação de funções antes do termo do mandato.

6. Alínea f) do número 2 do artigo 26.º-C do CVM. Regimes de pensão complementar ou de reforma antecipada.

Não existem atualmente na Semapa regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores.

7. Alínea a) do número 3 do artigo 26.º-C do CVM. Critérios para a componente variável.

A fixação, da competência desta Comissão, da componente variável da remuneração tem por base um valor target aplicável a cada administrador e que é devido em condições de desempenho do próprio e da sociedade que correspondam às expectativas e aos objetivos previamente fixados. Este valor target é definido ponderando os princípios acima referidos - mercado, funções concretas, situação da sociedade -, com destaque para situações comparáveis de mercado em funções de relevância equivalente. Um outro fator relevante na definição dos targets é a opção pela inexistência na Semapa de planos de ações ou opções de aquisição de ações.

As ponderações do desempenho efetivo face às expectativas e objetivos, que determinam a variação em relação ao target, têm por base um conjunto de *KPIs*, quantitativos e qualitativos, relacionados com o desempenho da sociedade (indicadores gerais de negócio) e do administrador em causa (objectivos específicos e indicadores comportamentais). Dentro dos indicadores gerais de negócio relevam especialmente o EBITDA, os resultados líquidos, o *cash flow* e o *Total Shareholder Return vs. Pares*, e nas competências comportamentais releva o alinhamento de cada administrador com os interesses de longo prazo da sociedade.

Para além do limite estatutário à participação da administração nos lucros do exercício, existem também na sociedade mecanismos de limitação da remuneração variável.

Por um lado, a componente variável é eliminada no caso de os resultados evidenciarem uma deterioração considerada relevante do desempenho da empresa no último exercício apurado ou quando esta seja expectável no exercício em curso. E, por outro, o montante da componente variável atribuível tem um *cap* definido por forma a prevenir que o bom desempenho num momento, com vantagens remuneratórias imediatas para a administração, seja feito em sacrifício de um bom desempenho futuro.

Face ao exposto, resulta claro que os critérios para a atribuição da remuneração contribuem para a concretização da estratégia definida pela Semapa, bem como para os interesses de longo prazo e para a sustentabilidade da sociedade.

8. Alínea b) do número 3 do artigo 26.º-C do CVM. Cumprimento dos critérios de desempenho.

Os critérios de desempenho referidos no ponto anterior são aplicados de forma matemática na sua parte quantitativa, e através de apreciações valorativas no tocante à parte qualitativa.

Dentro do processo de determinação da remuneração variável, a Comissão de Remunerações elabora a presente Política, sendo que a avaliação de desempenho de cada administrador executivo segue um processo interno estruturado sob a responsabilidade/liderança do respectivo responsável (i.e. sob a responsabilidade da pessoa que preside à equipa, no caso dos vogais da Comissão Executiva, e sob a responsabilidade do Presidente do Conselho de Administração, no caso do Presidente da Comissão Executiva) e no qual participam também os administradores não executivos que o responsável entenda pertinente envolver.

Neste processo está ainda envolvida a Comissão de Talento, a quem compete acompanhar o sistema de avaliação de desempenho da administração e de atribuição de remuneração da sociedade e pronunciar-se sobre as propostas de avaliação individual de desempenho da administração executiva.

Por fim, compete à Comissão de Remunerações confirmar, no tocante à avaliação de desempenho, os respectivos factores de realização e garantir a coerência geral do processo, fixando a remuneração variável.

9. Alínea c) do número 3 do artigo 26.º-C do CVM. Diferimento e restituição de remuneração.

É já abundante a literatura que defende o diferimento do pagamento da parte variável da remuneração para um momento posterior, que permita de alguma forma estabelecer uma relação mais direta entre a remuneração e o impacto da gestão na sociedade num prazo mais alargado.

Aceitamos o princípio em abstrato como bom, mas o elemento histórico, associado à estabilidade e à prática que vem sendo já seguida com sucesso há muitos anos sem esse elemento de diferimento, leva a que essa opção não seja tomada por agora.

Quanto à obrigação de restituição de remuneração variável já entregue, e sem prejuízo do regime legal aplicável, não está instituído qualquer mecanismo que permita à sociedade solicitar a mesma aos respetivos membros da administração.

10. Número 4 do artigo 26.º-C do CVM. Planos de ações.

Na Semapa, a remuneração não tem qualquer componente em ações.

V. OPÇÕES CONCRETAS

As opções concretas de política de remuneração propostas podem pois ser sumariadas da seguinte forma:

1.º. Na fixação de todas as remunerações serão observados os princípios gerais acima consignados: funções desempenhadas, situação económica da sociedade e critérios de mercado.

2.º. Administradores Executivos

- > A remuneração dos membros executivos do Conselho de Administração será composta por uma componente fixa e por uma componente variável;
- > A componente fixa da remuneração consistirá num valor anual, pagável ao longo do ano;
- > A componente variável da remuneração está associada quer ao desempenho da Semapa quer ao desempenho individual de cada administrador;
- > O processo de atribuição de remunerações variáveis aos membros executivos do Conselho de Administração, que é acompanhado pela Comissão de Talento, deverá seguir os critérios definidos pela Comissão de Remunerações, não devendo exceder o valor global de cinco por cento do resultado líquido consolidado em formato IFRS previsto nos estatutos da sociedade.

3.º. Administradores Não Executivos

- > A remuneração dos membros não executivos do Conselho de Administração será composta apenas por uma componente fixa, que poderá ser diferenciada em virtude da acumulação de funções e de responsabilidades acrescidas, por exemplo membros de comissões ou comités especializados;
- > A componente fixa da remuneração consistirá num valor anual, pagável ao longo do ano, ou num valor predeterminado por cada participação em reunião do Conselho de Administração.

4.º. Conselho Fiscal

- > A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será composta apenas por uma componente fixa, que consistirá num valor fixo anual, pagável ao longo do ano.

5º. Mesa da Assembleia Geral

> A remuneração dos membros da Mesa da Assembleia Geral será composta apenas por uma componente fixa, que consistirá num valor predeterminado por cada reunião, sendo inferior o valor para as segunda e seguintes reuniões que tenham lugar durante o mesmo ano.

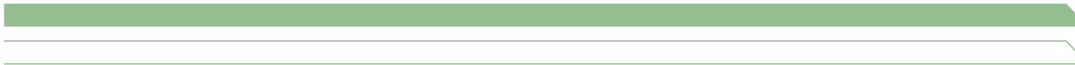
Lisboa, 6 de abril de 2021

A Comissão de Remunerações

José Gonçalo Ferreira Maury

João Rodrigo Appleton Moreira Rato

João do Passo Vicente Ribeiro”



Anexo III

Declaração a que se refere a alínea c) do n.º 1 do artigo 29.º-G do Código dos Valores Mobiliários

Dispõe a alínea c) do n.º 1 do artigo 29.º-G do Código de Valores Mobiliários que cada uma das pessoas responsáveis dos emitentes deve fazer um conjunto de declarações aí previstas. No caso da Semapa, foi adotada uma declaração uniforme, com o seguinte teor:

“Declaro, nos termos e para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 29.º-G do Código de Valores Mobiliários que, tanto quanto é do meu conhecimento, o relatório de gestão, as contas anuais, a certificação legal de contas e demais documentos de prestação de contas da Semapa - Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A., todos relativos ao exercício de 2022, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados daquela sociedade e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição daquela sociedade e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.”

Considerando que os membros do Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas subscrevem uma declaração equivalente no âmbito dos documentos que são da sua responsabilidade, a declaração independente com aquele texto foi subscrita apenas pelos titulares do órgão de administração, pois só se considerou que estão compreendidos no conceito de “responsáveis do emitente” os titulares dos órgãos sociais. Nos termos da referida disposição legal, faz-se a indicação nominativa das pessoas subscritoras e das suas funções:

Nome	Funções
José António do Prado Fay	Presidente do Conselho de Administração
Ricardo Miguel dos Santos Pacheco Pires	Vogal do Conselho de Administração
Vítor Paulo Paranhos Pereira	Vogal do Conselho de Administração
Filipa Mendes de Almeida de Queiroz Pereira	Vogal do Conselho de Administração
Mafalda Mendes de Almeida de Queiroz Pereira	Vogal do Conselho de Administração
Lua Mónica Mendes de Almeida de Queiroz Pereira	Vogal do Conselho de Administração
António Pedro de Carvalho Viana-Baptista	Vogal do Conselho de Administração
Paulo José Lameiras Martins	Vogal do Conselho de Administração





DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

Valores em Euros	Nota	2022	2021
Réditos	2.1	3.122.019.519	2.131.384.149
Outros rendimentos e ganhos operacionais	2.2	165.301.664	96.921.389
Varição de Justo valor nos ativos biológicos	3.7	(24.824.186)	(1.260.392)
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	4.1.3	(1.204.522.749)	(787.618.058)
Varição da produção	4.1.4	90.792.701	5.111.833
Fornecimentos e serviços externos	2.3	(817.733.973)	(607.961.284)
Gastos com o pessoal	7.1	(281.789.100)	(248.316.920)
Outros gastos e perdas operacionais	2.3	(155.079.708)	(79.586.925)
Provisões líquidas	9.1	(3.933.862)	(4.674.414)
Depreciações, amortiz. e perdas por imparidade em ativos não financeiros	3.6	(248.398.561)	(193.920.507)
Resultado operacional		641.831.745	310.078.871
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos	10.3	7.526.731	2.101.110
Rendimentos e ganhos financeiros	5.11	8.655.401	5.042.207
Gastos e perdas financeiros	5.11	(101.365.799)	(56.492.927)
Posição monetária líquida (ganhos/ (perdas))	5.12	979.084	7.214.110
Resultado antes de impostos		557.627.162	267.943.371
Imposto sobre o rendimento	6.1	(135.564.768)	(17.989.082)
Resultado líquido do exercício		422.062.394	249.954.289
Atribuível aos detentores do capital da Semapa		307.089.834	198.128.028
Atribuível a interesses que não controlam	5.6	114.972.560	51.826.261
Resultado por ação			
Resultado básico por ação, Eur	5.3	3,845	2,481
Resultado diluído por ação, Eur	5.3	3,845	2,481

As notas no Anexo constituem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO

Valores em Euros	Nota	2022	2021
Resultado líquido do exercício antes de interesses que não controlam		422.062.394	249.954.289
Itens que poderão ser reclassificados para a demonstração dos resultados			
Instrumentos financeiros derivados de cobertura			
Variações no justo valor	8.2	60.639.683	2.277.728
Efeito de imposto		(16.567.036)	(626.376)
Diferenças de conversão cambial		37.702.859	(29.452.019)
Outros rendimentos integrais		(555.435)	(1.926.753)
Itens que não poderão ser reclassificados para a demonstração dos resultados			
Remensuração de Benefícios pós-emprego			
Remensurações	7.3.11	1.029.116	2.276.241
Efeito de imposto	7.3.11	593.482	(317.651)
Total de outros rendimentos integrais líquidos de imposto		82.842.669	(27.768.830)
Total dos rendimentos integrais		504.905.063	222.185.459
Atribuível a:			
Detentores do capital da Semapa		372.169.322	183.873.369
Interesses que não controlam		132.735.741	38.312.090
		504.905.063	222.185.459

As notas no Anexo constituem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

Valores em Euros	Nota	2022	2021
ATIVO			
Ativos não correntes			
Goodwill	3.1	338.806.427	333.842.893
Ativos intangíveis	3.2	455.064.081	345.068.211
Ativos fixos tangíveis	3.3	1.684.929.711	1.732.729.259
Ativos sob direito de uso	3.5	101.188.676	97.398.364
Ativos biológicos	3.7	122.499.874	147.324.061
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	10.3	38.379.742	4.097.178
Propriedades de investimento	3.9	366.436	368.848
Outros investimentos financeiros	8.3	48.718.902	21.244.092
Valores a receber não correntes	4.2	28.920.465	12.120.307
Ativos por impostos diferidos	6.2	85.880.368	90.299.604
		2.904.754.682	2.784.492.817
Ativos correntes			
Inventários	4.1.1	393.487.480	259.384.961
Valores a receber correntes	4.2	642.034.932	432.077.177
Imposto sobre o rendimento	6.1	23.726.172	8.287.130
Caixa e equivalentes de caixa	5.9	593.396.576	382.287.392
		1.652.645.160	1.082.036.660
Ativos não correntes detidos para venda	3.8	1.008.000	4.162.459
		1.653.653.160	1.086.199.119
Ativo total		4.558.407.842	3.870.691.936
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital e reservas			
Capital social	5.2	81.270.000	81.270.000
Ações próprias	5.2	(15.946.363)	(15.946.363)
Reserva de conversão cambial	5.5	(202.244.411)	(234.772.441)
Reserva de justo valor	5.5	29.889.067	(2.291.184)
Reserva legal	5.5	16.695.625	16.695.625
Outras reservas	5.5	1.105.635.572	1.048.397.118
Resultados transitados	5.5	990.821	832.780
Resultado líquido do exercício		307.089.834	198.128.028
Capital Próprio atribuível aos detentores do capital da Semapa		1.323.380.145	1.092.313.563
Interesses que não controlam	5.6	310.245.813	253.113.874
Total do Capital Próprio		1.633.625.958	1.345.427.437
Passivos não correntes			
Financiamentos obtidos	5.7	1.051.581.390	1.119.730.077
Passivos de locação	5.8	84.908.949	81.377.645
Responsabilidades por benefícios definidos	7.3.6	5.576.670	6.878.807
Passivos por impostos diferidos	6.2	237.260.488	231.393.956
Provisões	9.1	53.325.780	52.482.945
Valores a pagar não correntes	4.3	37.652.398	37.014.427
		1.470.305.675	1.528.877.857
Passivos correntes			
Financiamentos obtidos	5.7	335.991.058	278.153.916
Passivos de locação	5.8	16.308.812	15.312.306
Valores a pagar correntes	4.3	960.909.689	647.350.258
Imposto sobre o rendimento	6.1	141.266.650	55.570.162
		1.454.476.209	996.386.642
Passivo total		2.924.781.884	2.525.264.499
Capital Próprio e passivo total		4.558.407.842	3.870.691.936

As notas no Anexo constituem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS CONSOLIDADOS

Valores em Euros	Nota	Capital Social	Ações Próprias	Reserva de conversão cambial	Reservas de justo valor	Reserva legal	Outras Reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total	Interesses que não controlam	Total
Capital próprio em 1 de janeiro de 2022		81.270.000	(15.946.363)	(234.772.441)	(2.291.184)	16.695.625	1.048.397.118	832.780	198.128.028	1.092.313.563	253.113.874	1.345.427.437
Resultado líquido do período		-	-	-	-	-	-	-	307.089.834	307.089.834	114.972.560	422.062.394
Outros rendimentos integrais (líquidos de imposto)		-	-	32.528.030	32.180.251	-	-	371.207	-	65.079.488	17.763.181	82.842.669
Total dos rendimentos integrais do período		-	-	32.528.030	32.180.251	-	-	371.207	307.089.834	372.169.322	132.735.741	504.905.063
Aplicação do lucro do período 2021:												
- Transferência para reservas		-	-	-	-	-	157.234.909	-	(157.234.909)	-	-	-
- Dividendos pagos	5.4	-	-	-	-	-	(99.996.455)	-	(40.893.119)	(140.889.574)	-	(140.889.574)
Dividendos pagos por subsidiárias a interesses que não controlam	5.6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(75.412.032)	(75.412.032)
Outras operações - Economias hiperinflacionárias (Líbano)	5.6	-	-	-	-	-	-	(206.716)	-	(206.716)	(198.221)	(404.937)
Total de transações com acionistas		-	-	-	-	-	57.238.454	(206.716)	(198.128.028)	(141.096.290)	(75.610.253)	(216.706.543)
Outros movimentos		-	-	-	-	-	-	(6.450)	-	(6.450)	6.451	1
Capital próprio em 31 de dezembro de 2022		81.270.000	(15.946.363)	(202.244.411)	29.889.067	16.695.625	1.105.635.572	990.821	307.089.834	1.323.380.145	310.245.813	1.633.625.958

Valores em Euros	Nota	Capital Social	Ações Próprias	Reserva de conversão cambial	Reservas de justo valor	Reserva legal	Outras Reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total
Capital próprio em 1 de janeiro de 2021		81.270.000	(15.946.363)	(218.994.285)	(3.922.725)	16.695.625	982.702.158	429.769	106.588.079	948.822.258	259.154.345	1.207.976.603
Resultado Líquido do período		-	-	-	-	-	-	-	198.128.028	198.128.028	51.826.261	249.954.289
Outros rendimentos integrais (líquidos de imposto)		-	-	(15.778.156)	1.631.541	-	-	(108.044)	-	(14.254.659)	(13.514.171)	(27.768.830)
Total dos rendimentos integrais do período		-	-	(15.778.156)	1.631.541	-	-	(108.044)	198.128.028	183.873.369	38.312.090	222.185.459
Aplicação do lucro do período 2020:												
- Transferência para reservas	5.5	-	-	-	-	-	65.694.960	-	(65.694.960)	-	-	-
- Dividendos pagos	5.4	-	-	-	-	-	-	-	(40.893.119)	(40.893.119)	-	(40.893.119)
Aquisições/Alienções a interesses que não controlam	5.2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	344.462	344.462
Dividendos pagos por subsidiárias a interesses que não controlam	5.6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(45.218.594)	(45.218.594)
Outras operações - Economias hiperinflacionárias (Líbano)	5.6	-	-	-	-	-	-	548.779	-	548.779	526.227	1.075.006
Total de transações com acionistas		-	-	-	-	-	65.694.960	548.779	(106.588.079)	(40.344.340)	(44.347.905)	(84.692.245)
Outros movimentos		-	-	-	-	-	-	(37.724)	-	(37.724)	(4.656)	(42.380)
Capital próprio em 31 de dezembro de 2021		81.270.000	(15.946.363)	(234.772.441)	(2.291.184)	16.695.625	1.048.397.118	832.780	198.128.028	1.092.313.563	253.113.874	1.345.427.437

As notas no Anexo constituem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

Valores em Euros	Notas	2022	2021
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes		3.234.029.629	2.212.815.890
Pagamentos a fornecedores		(2.218.361.472)	(1.556.971.990)
Pagamentos ao pessoal		(194.645.986)	(170.235.475)
Fluxos gerados pelas operações		821.022.171	485.608.425
(Pagamentos)/recebimentos do imposto sobre o rendimento		(47.743.399)	(23.250.071)
Outros (pagamentos)/recebimentos da atividade operacional		(42.341.962)	23.954.396
Fluxos das atividades operacionais (1)		730.936.810	486.312.750
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		4.155.953	5.789.524
Ativos fixos tangíveis		1.839.959	6.626.339
Juros e rendimentos similares		853.005	5.891.587
Dividendos de associadas e empreendimentos conjuntos		1.965.010	1.115.004
Outros ativos		32.026	-
		8.845.953	19.422.454
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		(26.832.541)	(17.660.181)
Saldos de caixa e equivalentes de caixa por variação de perímetro		-	155.089
Ativos fixos tangíveis		(179.468.224)	(125.733.783)
Ativos intangíveis		(3.288.016)	(17.416.194)
		(209.588.781)	(160.655.069)
Fluxos das atividades de investimento (2)		(200.742.828)	(141.232.615)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		1.258.307.876	1.928.819.790
Outras operações de financiamento		96.055	-
		1.258.403.931	1.928.819.790
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(1.277.611.131)	(2.187.632.702)
Amortização de contratos de locação financeira	5.10	(23.803.857)	(19.948.814)
Juros e gastos similares	5.11	(58.522.406)	(38.828.331)
Dividendos e Outras Reservas	5.4 e 5.6	(216.301.015)	(86.198.246)
Outras operações de financiamento		(13.971.051)	(4.472.875)
		(1.590.209.460)	(2.337.080.968)
Fluxos das atividades de financiamento (3)		(331.805.529)	(408.261.178)
VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (1)+(2)+(3)		198.388.453	(63.181.043)
Efeito das diferenças de câmbio		13.487.422	(6.901)
Efeito da Hiperinflação em Caixa e seus equivalentes		(1.209.715)	(469.363)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	5.9	382.287.392	444.755.259
Imparidades		443.024	1.189.440
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO EXERCÍCIO	5.9	593.396.576	382.287.392

As notas no Anexo constituem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

1	INTRODUÇÃO	269
1.1	APRESENTAÇÃO DO GRUPO	269
1.2	EVENTOS RELEVANTES DO PERÍODO	269
1.3	EVENTOS SUBSEQUENTES	272
1.4	BASES DE PREPARAÇÃO	272
1.5	NOVAS NORMAS IFRS ADOTADAS E A ADOTAR	275
1.6	ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTABILÍSTICOS RELEVANTES	278
2	PERFORMANCE OPERACIONAL	279
2.1	RÉDITO E RELATO POR SEGMENTOS	279
2.2	OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS OPERACIONAIS	285
2.3	GASTOS E PERDAS OPERACIONAIS	287
3	INVESTIMENTOS	289
3.1	GOODWILL	289
3.2	ATIVOS INTANGÍVEIS	292
3.3	ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	295
3.4	SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO	298
3.5	ATIVOS SOB DIREITO DE USO	301
3.6	DEPRECIAÇÕES, AMORTIZAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADE	302
3.7	ATIVOS BIOLÓGICOS	303
3.8	ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA	305
3.9	PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO	306
4	FUNDO DE MANEIO	307
4.1	INVENTÁRIOS	307
4.2	VALORES A RECEBER	309
4.3	VALORES A PAGAR	310
5	ESTRUTURA DE CAPITAL	312
5.1	GESTÃO DE CAPITAL	312
5.2	CAPITAL SOCIAL E AÇÕES PRÓPRIAS	312
5.3	RESULTADO POR AÇÃO	313
5.4	DIVIDENDOS	314
5.5	RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS	314
5.6	INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM	315
5.7	FINANCIAMENTOS OBTIDOS	316
5.8	PASSIVOS DE LOCAÇÃO	322
5.9	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	322
5.10	FLUXOS DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	323
5.11	RENDIMENTOS E GASTOS FINANCEIROS	323
5.12	POSIÇÃO MONETÁRIA LÍQUIDA LÍBANO	324
6	IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	325
6.1	IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO	325
6.2	IMPOSTOS DIFERIDOS	328
7	PESSOAL	331
7.1	BENEFÍCIOS DE CURTO PRAZO AOS EMPREGADOS	331
7.2	REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS	332
7.3	BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO	332

8 INSTRUMENTOS FINANCEIROS	339
8.1 GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO	339
8.2 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS	347
8.3 OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS	351
8.4 ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS	352
9 PROVISÕES, COMPROMISSOS E CONTINGÊNCIAS	354
9.1 PROVISÕES	354
9.2 COMPROMISSOS	356
9.3 ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES	357
10 ESTRUTURA DO GRUPO	359
10.1 EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO	359
10.2 VARIAÇÕES DO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO	363
10.3 INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS	363
10.4 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	366
11 GESTÃO DE RISCOS	368
11.1 RISCOS ESTRATÉGICOS	368
11.2 RISCOS OPERACIONAIS	368

1 INTRODUÇÃO

Na apresentação das Notas às demonstrações financeiras, são utilizados os seguintes símbolos:



POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Este símbolo indica a divulgação de políticas contabilísticas especificamente aplicáveis aos itens na respetiva Nota.



ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTABILÍSTICOS

Este símbolo indica a divulgação das estimativas e/ou julgamentos realizados em relação aos itens na respetiva Nota. As estimativas e julgamentos mais significativos são indicados na Nota 1.6.



REFERÊNCIA

Este símbolo indica uma referência a outra Nota ou outra secção do Relatório e Contas onde é apresentada mais informação sobre os itens divulgados.

1.1 APRESENTAÇÃO DO GRUPO

O Grupo SEMAPA (Grupo) é constituído pela Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A. (Semapa), cuja designação não sofreu alteração neste exercício, e suas Subsidiárias. A Semapa, sediada na Av. Fontes Pereira de Melo, 14, 10.º Piso, Lisboa, foi constituída em 21 de junho de 1991, e tem como objeto social a gestão de participações sociais noutras sociedades como forma indireta de exercício de atividades económicas e encontra-se cotada na NYSE Euronext Lisbon, desde 1995, com o ISIN PTSEM0AM0004 e código LEI 549300HNGOW85KIOH584.

Designação Social: Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A.

Sede Social: Av. Fontes Pereira de Melo, 14, 10.º Piso, Lisboa | Portugal

País: Portugal

Forma Jurídica: Sociedade Anónima

Capital Social: Euros 81 270 000

N.I.P.C.: 502 593 130

Empresa-mãe: Sodim, SGPS, S.A.

A Semapa lidera um Grupo Empresarial com atividades em três ramos de negócio distintos: pasta e papel, cimentos e derivados e ambiente, desenvolvidos, respetivamente, sob a égide da The Navigator Company (“Navigator” ou “Grupo Navigator”), da Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A. (“Secil” ou “Grupo Secil”) e da ETSA – Investimentos, SGPS, S.A. (“ETSA” ou “Grupo ETSA”).

A Semapa detém ainda uma unidade de negócio de capital de risco, atividade exercida pela sua participada Semapa Next, S.A., cujo objetivo é promover investimentos em *startups* e fundos de *venture capital* com elevado potencial de crescimento.



Uma descrição mais detalhada da atividade em cada ramo de negócio do Grupo encontra-se divulgada na Nota 2.1 Rêdito e relato por segmentos.

A Semapa é incluída no perímetro de consolidação da Sodim – SGPS, S.A., sendo esta a sua empresa-mãe e a entidade controladora final.

1.2 EVENTOS RELEVANTES DO PERÍODO

INVASÃO DA UCRÂNIA PELA RÚSSIA

Em 21 de fevereiro de 2022, a Federação Russa reconheceu oficialmente duas repúblicas separatistas do leste da Ucrânia e autorizou o uso de forças militares nesse território. Em 24 de fevereiro, as tropas russas invadiram a Ucrânia e iniciou-se um conflito militar generalizado neste país, que tem implicado elevadas perdas materiais e humanas, conduzindo a deslocações massivas da população.

Em resposta, múltiplas jurisdições, onde se inclui a União Europeia, Reino Unido, Suíça, Estados Unidos da América, Canadá, Japão e a Austrália, condenaram este conflito e iniciaram a aplicação de diversas sanções económicas à Rússia, a diversos dos seus agentes económicos e, por vezes, à Bielorrússia. Por sua vez, a Rússia iniciou uma retaliação também com medidas económicas, afetando especialmente as operações de empresas estrangeiras localizadas na Rússia e com contrapartes russas.

A mudança do quadro macroeconómico e geopolítico europeu decorrente deste conflito aumentou a incerteza e a insegurança em termos globais, assistindo-se a: i) suspensão e/ou interrupção nos negócios com entidades sediadas ou de origem na Rússia e Ucrânia; ii) aumento dos preços das *commodities*, sendo de realçar os combustíveis fósseis, os metais e os cereais; iii) aumento da incerteza económica global, sendo de esperar mais volatilidade nas taxas de câmbio, nas taxas de juro e um aumento da taxa de inflação. Eventuais riscos de fornecimento de energia, bem como as descontinuidades no abastecimento de matérias-primas e subsidiárias ou nos meios logísticos continuarão a pressionar a economia global e a dificultar o normal funcionamento das operações industriais e de transporte europeias.

Conforme anunciado em março de 2022, a subsidiária Navigator suspendeu a comercialização dos seus produtos nos mercados da Rússia e da Bielorrússia e está a acompanhar e a monitorizar continuamente a situação ao nível dos mercados onde atua geograficamente e em toda a cadeia de fornecimento – desde o abastecimento de madeira, de energia, de matérias-primas e subsidiárias (incluindo as questões de logística), nos serviços técnicos e de apoio prestados por empresas estrangeiras e nos prestadores de serviço em regime de *outsourcing*, entre outros. Os restantes segmentos do Grupo não tinham quaisquer relações comerciais com a Rússia.

Face ao peso dos mercados da Rússia e Ucrânia nas vendas do Grupo, os quais representavam menos de 1% com referência ao período findo a 31 de dezembro de 2021 e 0% em 2022, e o facto de estes mercados não afetarem diretamente a cadeia de fornecimento, a exposição direta do Grupo aos mercados da Ucrânia e Rússia é inócua.

Apesar do aumento generalizado de custos, a agilidade do Grupo na condução da sua política de negócios conseguiu compensar de forma decisiva esse aumento, através de uma política responsável de ajustamento de preços e uma estratégia de diversificação eficaz, bem como através do aumento de produtividade dos seus ativos industriais e maior eficiência no consumo de matérias-primas e subsidiárias.

A Semapa continua a analisar os potenciais impactos na sua posição financeira, na *performance* e nos fluxos de caixa do Grupo decorrentes do conflito militar na Ucrânia, nomeadamente ao nível das estimativas e julgamentos contabilísticos relevantes. Dessa análise não resultaram quaisquer indícios de imparidade.

REFORÇO DA PARCERIA NA UTIS

No exercício de 2022, a Semapa alargou a parceria com a Ultimate Cell, consolidando na UTIS – Ultimate Technology to Industrial Savings (a *joint-venture* 50/50 entre a Semapa e o parceiro) todas as soluções de otimização de combustão interna e continua com injeção de hidrogénio. Este reforço da parceria ficou também consubstanciado no investimento numa nova fábrica que substitui as 3 antigas instalações e que permite à UTIS reforçar a sua capacidade instalada e aumentar o ritmo de produção dos seus equipamentos (Nota 10.3).

RECUPERABILIDADE DO GOODWILL E MARCAS

O Grupo avaliou a existência de indícios de imparidade decorrentes dos impactos da invasão da Ucrânia pela Rússia, de acordo com as atuais previsões, baseadas nas projeções do crescimento do PIB e da inflação nos mercados onde o Grupo atua, de acordo com o FMI e Banco de Portugal, que poderiam indiciar a existência de imparidade do *goodwill*. Não foram identificadas imparidades sobre o *goodwill*, existindo uma folga confortável face ao valor contabilístico dos ativos associados a cada um dos segmentos de negócio (Nota 3.1). Conclusões semelhantes foram alcançadas nas avaliações efetuadas às marcas identificadas com exceção da marca do segmento Cimentos e Derivados na Tunísia, sobre a qual foi registada uma imparidade de 4,7 milhões de euros conforme descrito na Nota 3.2.

RECUPERABILIDADE, VIDA ÚTIL E DEPRECIÇÃO DE ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Tendo em consideração as perspetivas de consumo global dos principais produtos produzidos pelo Grupo nos seus segmentos de negócio, bem como a evolução prevista nos preços e as folgas substanciais face aos valores contabilísticos dos ativos, não foram identificados indícios de imparidades sobre os ativos fixos tangíveis, com exceção dos ativos fixos tangíveis do segmento Cimentos e Derivados na Tunísia, sobre os quais foi registada uma imparidade de cerca de 7,9 milhões de euros conforme descrito na Nota 3.6.

ATIVOS BIOLÓGICOS

Na determinação do justo valor das florestas é utilizado o método do valor presente dos fluxos de caixa descontados, sendo a taxa de desconto, o período de corte e o preço, alguns dos principais pressupostos que poderão estar sujeitos a alterações decorrentes do conflito militar na Ucrânia. Neste sentido, durante o ano de 2022 os planos de corte decorreram dentro do expectável, tendo o Grupo procedido à atualização dos pressupostos do modelo de justo valor em conformidade com a evolução de mercado, nomeadamente atualizando a taxa de desconto de 2,99% para 5,17%. Na Nota 3.8 são indicados os impactos decorrentes dessa atualização, bem como uma análise de sensibilidade a esses pressupostos.

INVENTÁRIOS

Face aos impactos na procura, nomeadamente ao nível do UWF, o Grupo reforçou em 2022 as imparidades de inventários em cerca de 14 milhões de euros (Notas 2.3 e 4.1). Face às margens praticadas, o Grupo considera que, a 31 de dezembro de 2022, o valor realizável líquido dos seus inventários é superior ao valor contabilístico.

RECUPERABILIDADE DE SALDOS DE CLIENTES E DE OUTROS VALORES A RECEBER

As perdas por imparidade são registadas com base no modelo simplificado previsto na IFRS 9 registando as perdas esperadas até à maturidade. No Grupo Semapa, os impactos da IFRS 9 na demonstração da posição financeira consolidada são reduzidos considerando que parte significativa das suas vendas são seguradas ou devidamente colateralizadas.

Ainda assim, o Grupo avalia periodicamente as perdas com crédito esperadas e os impactos em todos os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. Neste sentido, o Grupo avaliou a atual exposição ao risco de crédito e o eventual impacto das previsões económicas futuras, tendo concluído que o impacto desta componente é reduzido.

PRESSUPOSTOS ATUARIAIS

O Grupo avaliou a taxa de desconto aplicável ao plano de benefícios definidos para empregados e outros benefícios pós-emprego. A definição das taxas utilizadas para descontar as responsabilidades (taxa de juro técnica) baseia-se em curvas de rentabilidade (*yield*) de obrigações com notação *rating* elevado e com maturidade consistente com a duração das responsabilidades dos planos em vigor nas diversas empresas do grupo. Decorrente dessa avaliação e tendo por base os estudos atuariais realizados por referência a 31 de dezembro de 2022, as taxas de desconto foram revistas em alta face às utilizadas no exercício anterior por ser essa a tendência verificada nas taxas de juro de referência. O Grupo apresenta na Nota 7.2 uma análise de sensibilidade que permite avaliar o impacto a variações nas taxas de desconto.

IMPACTO CAMBIAL

O Grupo Semapa desenvolve atividades fora de Portugal através das suas subsidiárias dos segmentos de Pasta e Papel e segmento dos Cimentos e Derivados, estando desta forma exposta ao risco cambial das atividades operacionais denominadas em moedas distintas da sua moeda funcional.

As limitações provocadas pela invasão da Ucrânia pela Rússia e pelos efeitos da pandemia, nomeadamente no que se refere à circulação de pessoas e bens, impactaram a economia e vieram acrescentar incerteza aos mercados. Neste cenário de grande volatilidade, verificou-se um impacto cambial significativo no exercício de 2022, nomeadamente no segmento de Cimentos e Derivados decorrente da conversão dos ativos e passivos denominados em moeda estrangeira reconhecida nos capitais próprios na rubrica de reserva de conversão cambial (Nota 5.5), bem como impactos cambiais decorrentes da operação das subsidiárias, os quais são reconhecidos na demonstração de resultados.

LIQUIDEZ

O Grupo dispõe atualmente de uma situação de liquidez confortável, em resultado de um aumento significativo das suas disponibilidades de curto prazo e de uma gestão criteriosa de fundo de maneio. A 31 de dezembro de 2022, o Grupo dispõe de linhas de crédito contratadas e não utilizadas no montante de aproximadamente 698 milhões de euros (Nota 5.7).

O Grupo tem trabalhado e continuará a trabalhar de forma exaustiva naquilo que está ao seu alcance, nomeadamente ao nível do seu planeamento operacional e comercial, na sua eficiência de custos, na alocação do seu *cash flow* e na gestão eficaz da sua liquidez para garantir a continuidade das suas operações e a saúde e bem-estar dos seus trabalhadores. De salientar que o Grupo se encontra em situação de cumprimento dos *covenants* negociados, sendo a margem de segurança destes, em 31 de dezembro de 2022, confortável.

1.3 EVENTOS SUBSEQUENTES

Entre 1 de janeiro de 2023 e 23 de março de 2023 (Nota 1.4) ocorreram os seguintes eventos, os quais não originaram ajustamentos às demonstrações financeiras consolidadas de 2022:

NAVIGATOR | AQUISIÇÃO DA GC CONSUMER

A subsidiária Navigator formalizou um contrato de compra e venda de ações que representam a totalidade do capital social da Gomà-Camps Consumer, S.L.U., sociedade com sede em Saragoça, Espanha, que por sua vez detém a totalidade do capital social da Gomà-Camps France SAS, com sede em Castres, França (doravante conjuntamente designadas por “GC Consumer”).

A aquisição da GC Consumer, que apresentou em 2022 um volume total de vendas de 115,6 milhões de euros, enquadra-se no plano ambicioso de crescimento e diversificação do Grupo. A integração desta nova fábrica permitirá à Navigator posicionar-se como o segundo maior produtor ibérico de *tissue*, adicionando 35.000 toneladas de capacidade de produção anual de papel *tissue*, que passam a um total de 165.000 toneladas anuais, e aumentando a capacidade anual de converting em 60.000 toneladas, que passam assim para 180.000 toneladas anuais. O Enterprise Value desta aquisição ascende a 85 milhões de euros.

1.4 BASES DE PREPARAÇÃO

AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 23 de março de 2023 estando no entanto ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

Os responsáveis do Grupo, isto é, os membros do Conselho de Administração que assinam o presente relatório, declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação nele constante foi elaborada em conformidade com o referencial contabilístico aplicável, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados das empresas incluídas no perímetro de consolidação do Grupo.

BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS | REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

As demonstrações financeiras consolidadas do período findo em 31 de dezembro de 2022 foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Board (IASB) e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC), em vigor em 1 de janeiro de 2022 e conforme adotadas pela União Europeia.

BASES DE MENSURAÇÃO, CONTINUIDADE E COMPARABILIDADE

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 10.1).

As presentes demonstrações financeiras consolidadas foram igualmente preparadas tomando por base o custo histórico, exceto para os ativos biológicos (Nota 3.7), e para os instrumentos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados ou ao justo valor através de capital (Nota 8.3), nos quais se incluem os instrumentos financeiros derivados (Nota 8.2). O passivo relativo a responsabilidades por benefícios definidos é reconhecido pelo seu valor presente deduzido do respetivo ativo.

As presentes demonstrações financeiras consolidadas são comparáveis em todos os seus aspetos materialmente relevantes com as do exercício anterior de 2021.

BASES DE CONSOLIDAÇÃO

SUBSIDIÁRIAS

Subsidiárias são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) sobre as quais o Grupo tem controlo. O Grupo controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direitos sobre os retornos variáveis gerados, em resultado do seu envolvimento com a entidade, e tem a capacidade de afetar esses retornos variáveis através do poder que exerce sobre as atividades relevantes da entidade.

O capital próprio e o resultado líquido destas empresas correspondentes à participação de terceiros nas mesmas são apresentados nas rubricas de Interesses não controlados, respetivamente, na Demonstração da posição financeira consolidada em linha própria no capital próprio e na demonstração de resultados consolidada.

As políticas seguidas no exercício de consolidação, bem como o detalhe das empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, encontram-se detalhadas na Nota 10.1.

INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Associadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo exerce influência significativa mas não possui controlo, geralmente com investimentos representando entre 20% a 50% dos direitos de voto. Os investimentos em associadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.

As políticas contabilísticas aplicáveis aos investimentos em Associadas e Empreendimentos conjuntos encontram-se detalhadas na Nota 10.3.

MOEDA DE APRESENTAÇÃO E TRANSAÇÕES EM MOEDA DIFERENTE DA MOEDA DE APRESENTAÇÃO E ECONOMIAS HIPERINFLACIONÁRIAS

Os elementos incluídos nas Demonstrações Financeiras de cada uma das entidades do Grupo que estão no perímetro de consolidação são mensurados utilizando a moeda do ambiente económico em que a entidade opera (moeda funcional). As presentes demonstrações financeiras consolidadas encontram-se apresentadas em Euros.

Todos os ativos e passivos do Grupo expressos em moeda diferente da moeda de apresentação foram transpostos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data da Posição financeira consolidada (Nota 8.1.1). As diferenças de câmbio, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data da Posição financeira consolidada, são registadas como rendimentos e gastos do período (Nota 5.11).

As rubricas de resultados das unidades operacionais estrangeiras são transpostas ao câmbio médio do período. As diferenças resultantes da aplicação destas taxas comparativamente aos valores anteriores são refletidas na Reserva de conversão cambial no capital próprio (Nota 5.5). Sempre que uma entidade estrangeira é alienada, a diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração dos resultados consolidados como parte do ganho ou perda na venda.

Para unidades operacionais estrangeiras em economias hiperinflacionárias, as demonstrações financeiras em moeda local são reexpressas em termos da unidade de mensuração corrente à data da posição financeira de forma a refletir o impacto da inflação antes da transposição para a moeda de apresentação do Grupo.

A IAS 29 – Relato Financeiro em Economias Hiperinflacionárias requer que as quantias ainda não expressas em termos da unidade de mensuração corrente à data da posição financeira sejam reexpressas pela aplicação de um índice geral de preços, levando a um potencial ganho ou perda na posição monetária. A norma exige também que todos os itens da demonstração de fluxos de caixa sejam expressos em termos da unidade de mensuração corrente à data de balanço.

Quando a moeda de apresentação do Grupo não for hiperinflacionária, a IAS 21 – Os Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio exige que os valores comparativos sejam aqueles que foram apresentados nas demonstrações financeiras anteriores, sendo o ganho ou perda na posição monetária líquida relacionada com alterações de preços em períodos anteriores reconhecida diretamente nos Capitais Próprios.

Adicionalmente, o Grupo avalia o valor escriturado dos ativos não correntes em conformidade com a IAS 36 – Imparidade de ativos, pelo que a quantia reexpressa é reduzida à quantia recuperável, assegurando que o valor escriturado reflète o valor económico dos ativos.

Os resultados e a posição financeira das operações estrangeiras em economias hiperinflacionárias são transpostas à taxa de fecho na data da posição financeira. No caso do Líbano, o Grupo usa a taxa de câmbio aplicável aos dividendos e repatriamento de capital, porque é a taxa que, à data da posição financeira, o investimento na operação estrangeira será recuperado.

As taxas de câmbio utilizadas na transposição dos ativos e passivos expressos em moeda diferente do Euro, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, detalham-se como segue:

	Valorização/ 31/12/2022 31/12/2021 (desvalorização)			Valorização/ 31/12/2022 31/12/2021 (desvalorização)		
TND (dinar tunisino)				DKK (coroa dinamarquesa)		
Câmbio médio do período	3,2535	3,2889	1,08%	Câmbio médio do período	7,4396	7,4370 (0,03%)
Câmbio de fim do período	3,3342	3,2673	(2,05%)	Câmbio de fim do período	7,4365	7,4364 (0,00%)
LBP (libra libanesa)				HUF (forint húngaro)		
Câmbio médio do período	44.903,90	31.316,40	(43,39%)	Câmbio médio do período	391,4304	358,5161 (9,18%)
Câmbio de fim do período	44.903,90	31.316,40	(43,39%)	Câmbio de fim do período	400,8700	369,1900 (8,58%)
USD (dólar americano)				AUD (dólar australiano)		
Câmbio médio do período	1,0534	1,1828	10,94%	Câmbio médio do período	1,5164	1,5749 3,71%
Câmbio de fim do período	1,0666	1,1326	5,83%	Câmbio de fim do período	1,5693	1,5615 (0,50%)
GBP (libra esterlina)				MZN (metical moçambicano)		
Câmbio médio do período	0,8528	0,8596	0,79%	Câmbio médio do período	67,2043	77,7469 13,56%
Câmbio de fim do período	0,8869	0,8403	(5,55%)	Câmbio de fim do período	68,1800	78,0900 12,69%
PLN (zloti polaco)				BRL (real brasileiro)		
Câmbio médio do período	4,6867	4,5652	(2,66%)	Câmbio médio do período	5,4409	6,3773 14,68%
Câmbio de fim do período	4,6808	4,5969	(1,83%)	Câmbio de fim do período	5,5680	6,3199 11,90%
SEK (coroa sueca)				MAD (dirham marroquino)		
Câmbio médio do período	10,6305	10,1465	(4,77%)	Câmbio médio do período	10,6861	10,6728 (0,12%)
Câmbio de fim do período	11,1218	10,2503	(8,50%)	Câmbio de fim do período	11,1592	10,5165 (6,11%)
CZK (coroa checa)				NOK (coroa norueguesa)		
Câmbio médio do período	24,5670	25,6405	4,19%	Câmbio médio do período	10,1033	10,1633 0,59%
Câmbio de fim do período	24,1160	24,8580	2,98%	Câmbio de fim do período	10,5138	9,9888 (5,26%)
CHF (franco suíço)				AOA (kwanza angolano)		
Câmbio médio do período	1,0046	1,0811	7,08%	Câmbio médio do período	486,7246	751,3343 35,22%
Câmbio de fim do período	0,9847	1,0331	4,68%	Câmbio de fim do período	544,6434	632,4237 13,88%
TRY (lira turca)				MXN (peso mexicano)		
Câmbio médio do período	17,4170	10,5124	(65,68%)	Câmbio médio do período	21,1789	23,9852 11,70%
Câmbio de fim do período	19,9649	15,2335	(31,06%)	Câmbio de fim do período	20,8560	23,1438 9,89%
ZAR (rand sul-africano)				AED (dirham dos emirados árabes unidos)		
Câmbio médio do período	17,2081	17,4766	1,54%	Câmbio médio do período	3,8674	4,3416 10,92%
Câmbio de fim do período	18,0986	18,0625	(0,20%)	Câmbio de fim do período	3,9171	4,1595 5,83%
EGP (libra egípcia)				CAD (dólar canadiano)		
Câmbio médio do período	20,1843	18,5502	(8,81%)	Câmbio médio do período	1,3692	1,4826 7,64%
Câmbio de fim do período	26,3086	17,8209	(47,63%)	Câmbio de fim do período	1,4440	1,4393 (0,33%)

1.5 NOVAS NORMAS IFRS ADOTADAS E A ADOTAR

NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES ADOTADAS EM 2022

Alteração	
Normas e alterações endossadas pela União Europeia	
Referências à Estrutura Conceptual (alterações à IFRS 3)	<p>Em maio de 2020, o IASB emitiu "Referências à Estrutura Conceptual", alterando a IFRS 3 Concentração de Negócios.</p> <p>As alterações atualizaram a IFRS 3, substituindo a referência a uma versão antiga da Estrutura Conceptual por uma referência à versão mais recente, que foi emitida em março de 2018.</p> <p>As alterações devem ser aplicadas a concentrações de negócios para as quais a data de aquisição é no ou após o início do primeiro período de relatório anual com início em ou após 1 de janeiro de 2022.</p>
Ativos fixos tangíveis – Receitas antes do uso pretendido, alterações à IAS 16 Ativos fixos tangíveis	<p>Em maio de 2020, o IASB emitiu "Ativos fixos tangíveis - Receitas antes do Uso Pretendido", que alterou a IAS 16 Ativos fixos tangíveis.</p> <p>As alterações proíbem a dedução ao custo de um item do ativo fixo tangível, de qualquer receita da venda de itens produzidos ao trazer esse ativo para o local e condição necessários para que seja capaz de operar da forma pretendida pela administração. Em vez disso, a entidade deverá reconhecer em resultados essas receitas de vendas.</p> <p>As alterações devem ser aplicadas retrospectivamente para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2022.</p>
Contratos Onerosos – Custo de cumprir um contrato	<p>Em maio de 2020, o IASB emitiu "Contratos Onerosos - Custo de cumprir um contrato", que alterou a IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.</p> <p>O objetivo das alterações é o de esclarecer os requisitos da IAS 37 sobre contratos onerosos no que diz respeito à avaliação se, num contrato, os custos inevitáveis de cumprir as obrigações decorrentes do contrato excedem os benefícios económicos que se esperam receber do mesmo.</p> <p>As alterações devem ser aplicadas para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2022.</p>
Melhoramentos do ciclo 2018-2020	<p>Em 14 de maio de 2020, o IASB emitiu melhoramentos às normas IFRS 2018-2020 contendo as seguintes alterações às IFRS:</p> <p>(a) permitir que uma entidade, enquanto subsidiária, associada ou <i>joint venture</i>, que adota as IFRS pela primeira vez depois da sua controladora e opta por aplicar o parágrafo D16 (a) da IFRS 1 Adoção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relatório Financeiro, possa mensurar as diferenças de conversão cumulativas usando os valores relatados pela controladora, com base na respetiva data de transição para as IFRS;</p> <p>(b) esclarecer que a referência às taxas no teste de 10 por cento inclui apenas taxas pagas ou recebidas entre o mutuário e o credor, incluindo taxas pagas ou recebidas pelo mutuário ou pelo credor em nome do outro (IFRS 9);</p> <p>(c) remover a confusão potencial em relação ao tratamento de incentivos de locação aplicando a IFRS 16 Locações, conforme ilustrado no Exemplo Ilustrativo 13 que acompanha a IFRS 16; e</p> <p>(d) remover o requisito do parágrafo 22 da IAS 41 Agricultura para que as entidades excluam fluxos de caixa para tributação ao mensurar o justo valor aplicando a IAS 41.</p> <p>As alterações serão aplicadas para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2022.</p>

As normas, alterações e interpretações acima não tiveram impacto nas demonstrações financeiras.

NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE APLICAÇÃO OBRIGATÓRIA EM OU APÓS 1 DE JANEIRO DE 2023

Alteração	Data de aplicação
Normas e alterações endossadas pela União Europeia que a Semapa optou pela não aplicação antecipada	
Alterações à IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras e IFRS Practice Statement 2: Divulgações de políticas contabilísticas	1 de janeiro de 2023
<p>Na sequência de <i>feedback</i> obtido sobre a necessidade de existir mais orientação que ajude as empresas a decidir sobre que informação divulgar relativamente às políticas contabilísticas, o IASB emitiu em 12 de fevereiro de 2021 alterações à IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras e à IFRS Practice Statement 2 – Fazendo julgamentos de materialidade.</p> <p>As principais alterações à IAS 1 incluem: i) exigir que as entidades divulguem informação relativa a políticas contabilísticas materiais em vez de políticas contabilísticas significativas; ii) esclarecer que as políticas contabilísticas relacionadas com transações imateriais são igualmente imateriais e como tal não precisam de ser divulgadas; e iii) esclarecer que nem todas as políticas contabilísticas relacionadas com transações materiais são, elas mesmas, materiais para as demonstrações financeiras de uma entidade.</p> <p>O IASB também alterou a IFRS Practice Statement 2 para incluir orientações e dois exemplos adicionais na aplicação de materialidade às divulgações de políticas contabilísticas. Estas alterações são consistentes com a definição revista de material: “A informação relativa a políticas contabilísticas é material se, quando considerada em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, é razoavelmente esperado que influencie as decisões que os principais utilizadores das demonstrações financeiras de uma forma geral tomem com base nessas demonstrações financeiras.” As alterações entram em vigor a partir de 1 de janeiro de 2023, mas a sua aplicação antecipada é permitida.</p>	
Alterações à IAS 8 Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros: Definição de Estimativas Contabilísticas	1 de janeiro de 2023
<p>O IASB emitiu alterações à IAS 8 Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros para clarificar como as entidades devem distinguir as alterações nas políticas contabilísticas das alterações nas estimativas contabilísticas, com foco principal na definição e esclarecimentos sobre as estimativas contabilísticas.</p> <p>As alterações introduzem uma nova definição para estimativas contabilísticas: clarificando que são valores monetários nas demonstrações financeiras que estão sujeitos à incerteza de mensuração.</p> <p>As alterações também clarificam a relação entre as políticas contabilísticas e as estimativas contabilísticas, especificando que uma entidade desenvolve uma estimativa contabilística para atingir o objetivo estabelecido por uma política contabilística. Os efeitos das alterações em tais dados ou técnicas de mensuração são alterações nas estimativas contabilísticas.</p> <p>As alterações são efetivas para períodos com início em ou após 1 de janeiro de 2023, com aplicação antecipada permitida, e serão aplicadas prospetivamente às alterações nas estimativas contabilísticas e alterações nas políticas contabilísticas ocorridas no ou após o início do primeiro período de relatório anual ao qual a entidade aplica as alterações.</p>	
Alterações à IAS 12: imposto diferido relacionado com ativos e passivos decorrentes de uma única transação	1 de janeiro de 2023
<p>As alterações exigem que as empresas reconheçam impostos diferidos sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis.</p> <p>Em determinadas circunstâncias, as empresas estão isentas de reconhecer impostos diferidos quando reconhecem ativos ou passivos pela primeira vez. Anteriormente, havia alguma incerteza sobre se a isenção se aplicava a transações como locações e provisões para desmantelamento, isto é, transações no âmbito das quais as empresas reconhecem um ativo e um passivo.</p> <p>As alterações esclarecem que a isenção não se aplica a este tipo de transações e que as empresas são obrigadas a reconhecer impostos diferidos. O objetivo das alterações é reduzir a diversidade na divulgação de impostos diferidos sobre locações e provisões para desmantelamento.</p> <p>As alterações entram em vigor para os períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023. A aplicação antecipada é permitida.</p>	

Alteração	Data de aplicação
Normas e alterações ainda não endossadas pela União Europeia	
<p>Clarificação dos requisitos de classificação de passivos como corrente ou não corrente (alterações à IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras)</p>	1 de janeiro de 2024
<p>O IASB emitiu em 23 de janeiro de 2020 uma alteração à IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras para clarificar como classificar dívida e outros passivos como corrente e não corrente.</p> <p>As alterações esclarecem um critério da IAS 1 para classificar um passivo como não corrente: a exigência de uma entidade ter o direito de diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses após o período de relatório.</p> <p>As alterações visam:</p> <p>a) especificar que o direito de uma entidade de diferir a liquidação deve existir no final do período de relatório e tem de ser substantivo;</p> <p>b) esclarecer que os rácios que a empresa deve cumprir após a data do balanço (ou seja, rácios futuros) não afetam a classificação de um passivo na data do balanço. No entanto, quando passivos não correntes estão sujeitos a rácios futuros, as empresas têm de divulgar informação que permita aos utilizadores compreender o risco de que esses passivos possam ser reembolsados dentro de 12 meses após a data do balanço; e</p> <p>c) esclarecer os requisitos para classificar passivos que uma entidade irá liquidar, ou possa liquidar, através da emissão dos seus próprios instrumentos patrimoniais (ex: dívida convertível).</p> <p>Esta alteração é efetiva para períodos após 1 de janeiro de 2024.</p>	
<p>Passivo de locação numa transação de venda e relocação (alterações à IFRS 16 – Locações)</p>	1 de janeiro de 2024
<p>O IASB emitiu em setembro de 2022 alterações à IFRS 16 – Locações que introduzem um novo modelo contabilístico para pagamentos variáveis numa transação de venda e relocação.</p> <p>As alterações confirmam que:</p> <ul style="list-style-type: none"> - No reconhecimento inicial, o vendedor-locatário inclui os pagamentos variáveis de locação quando mensura um passivo de locação decorrente de uma transação de venda e relocação. - Após o reconhecimento inicial, o vendedor-locatário aplica os requisitos gerais para a contabilização subsequente do passivo de locação, de modo que não reconheça nenhum ganho ou perda relacionado com o direito de uso que retém. - Um vendedor-locatário pode adotar diferentes abordagens que satisfaçam os novos requisitos de mensuração subsequente. <p>As alterações são efetivas para períodos anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2024, com aplicação antecipada permitida.</p> <p>De acordo com a IAS 8 - Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros, um vendedor-locatário terá de aplicar as alterações retrospectivamente às transações de venda e relocação celebradas ou após a data de aplicação inicial da IFRS 16. Isto significa que terá de identificar e reanalisar as transações de venda e relocação celebradas desde a implementação da IFRS 16 em 2019 e, potencialmente, reexpressar aquelas que incluíam pagamentos variáveis de locação.</p>	

Relativamente às normas apresentadas acima, cuja entrada obrigatória em vigor ainda não ocorreu, o Grupo não concluiu ainda o apuramento de todos os impactos decorrentes da sua aplicação, pelo que optou pela sua não adoção antecipada, ainda que não se espere que tais impactos sejam significativos.

1.6 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTABILÍSTICOS RELEVANTES

A preparação de demonstrações financeiras consolidadas exige que sejam efetuadas estimativas e julgamentos que afetam os montantes de rendimentos, gastos, ativos, passivos e divulgações à data da posição financeira consolidada. Para o efeito, o Conselho de Administração baseia-se:

- i. na melhor informação e conhecimento de eventos presentes e em alguns casos em relatos de peritos independentes, e
- ii. nas ações que o Grupo considera poder a vir desenvolver no futuro.

Na data de concretização das operações, os seus resultados poderão ser diferentes destas estimativas.

ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS MAIS SIGNIFICATIVOS

Estimativas e julgamentos	Notas
Recuperabilidade do <i>goodwill</i> e marcas	3.1 – <i>Goodwill</i> 3.2 – Ativos intangíveis
Incerteza quanto aos tratamentos do imposto sobre o rendimento	6.1 – Imposto sobre o rendimento do período 6.2 – Impostos diferidos
Pressupostos atuariais	7.2 – Benefícios aos empregados
Justo valor dos ativos biológicos	3.7 – Ativos biológicos
Reconhecimento de provisões	9.1 – Provisões
Recuperabilidade, vida útil e depreciação de ativos fixos tangíveis	3.3 – Ativos fixos tangíveis

2 PERFORMANCE OPERACIONAL

2.1 RÉDITO E RELATO POR SEGMENTOS



POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

RELATO POR SEGMENTOS

Em conformidade com o estabelecido na IFRS 8, um segmento operacional é uma componente de uma entidade:

- i) que desenvolve atividades de negócio de que pode obter réditos e incorrer em gastos (incluindo réditos e gastos relacionados com transações com outros componentes da mesma entidade);
- ii) cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais da entidade para efeitos da tomada de decisões sobre a imputação de recursos ao segmento e da avaliação do seu desempenho; e
- iii) relativamente à qual esteja disponível informação financeira distinta.

A Comissão Executiva da Semapa e das diversas subsidiárias são as principais responsáveis pela tomada de decisões operacionais do Grupo, analisando periodicamente, e de forma consistente, os relatórios da informação financeira e operacional de cada segmento. Os relatórios são utilizados para monitorizar a *performance* operacional dos seus negócios e decidir sobre a melhor alocação de recursos ao segmento, bem como a avaliação do seu desempenho, e tomadas de decisão estratégicas.

A informação utilizada no relato por segmentos corresponde à informação financeira preparada pelo Grupo. Todos os réditos intersegmentais correspondem a preços de mercado e todos os réditos intersegmentais são eliminados na consolidação.

Na agregação dos segmentos operacionais do Grupo, a gestão definiu como segmentos relatáveis aqueles que correspondem a cada uma das áreas de negócio desenvolvidas pelo Grupo:

PASTA E PAPEL

A principal atividade do Grupo Navigator consiste na produção e comercialização de papel fino de impressão e escrita (UWF) e de papel de uso doméstico (*tissue*), estando presente de forma relevante em toda a cadeia de valor, desde a investigação e desenvolvimento à produção florestal, aquisição e venda de madeiras, produção de pasta branqueada de eucalipto – pasta BEKP – e produção de energia térmica e elétrica, bem como a respetiva comercialização.

O Grupo Navigator dispõe de quatro complexos industriais, dois dos quais localizados na Figueira da Foz e em Setúbal onde produz pasta BEKP, energia elétrica e papel UWF. Dispõe ainda de um outro complexo industrial localizado em Aveiro onde produz pasta BEKP, energia e papel *tissue*, e de outro em Vila Velha de Ródão onde produz apenas papel *tissue*.

A produção própria de madeira e cortiça é efetuada em plantações florestais em terrenos próprios e arrendados situados em Portugal e Espanha, bem como em terrenos concessionados situados em Moçambique. A cortiça e a madeira de pinho produzidas são vendidas a terceiros, enquanto a madeira de eucalipto é essencialmente consumida na produção de pasta BEKP.

Na produção de UWF e de *tissue* apenas no complexo de Aveiro é consumida uma parte significativa da produção própria de pasta BEKP. As vendas de pasta BEKP, papel UWF e papel *tissue* – destinam-se a mais de 130 países e territórios em todo o mundo.

A produção de energia é efetuada principalmente a partir de biomassa, através de três centrais de cogeração, integradas na produção de pasta, produzindo-se vapor e eletricidade, sendo o primeiro consumido internamente e a segunda maioritariamente vendida à rede nacional de energia. O Grupo Navigator possui ainda duas centrais de cogeração a gás natural, integradas na produção de papel na Figueira da Foz e em Setúbal, e duas centrais independentes, alimentadas a biomassa, sendo que a produção das duas últimas é toda vendida à rede nacional de energia ou em mercado. Possui ainda três centrais fotovoltaicas para autoconsumo, duas em Setúbal e uma na Figueira da Foz.

CIMENTO E DERIVADOS

O segmento Cimento e Derivados é liderado pela Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A. que tem uma forte presença no setor industrial cimenteiro, sendo um grupo empresarial com diversas operações em Portugal e em vários países do mundo (Grupo Secil).

O principal produto comercializado pelo Grupo Secil é o cimento, constituindo a comercialização de betão pronto, agregados, argamassas e prefabricados de betão, uma verticalização da fileira do cimento, que permite a obtenção de sinergias para o Grupo.

O Grupo Secil possui três fábricas de cimento em Portugal, a Secil-Outão, Maceira-Liz e Cibra-Pataias, sendo o cimento comercializado nas suas diversas formas (a granel ou ensacado, em palete ou *big bags*) através dos diversos entrepostos comerciais detidos pelo Grupo. O Grupo Secil detém também outras fábricas que se encontram localizadas no Brasil, Tunísia, Líbano e Angola.

Um fator relevante na comercialização do cimento é o custo de transporte, razão pela qual o Grupo Secil mantém um cais privativo na Secil-Outão, um terminal marítimo em Espanha e um terminal marítimo na Holanda.

No que se refere aos “derivados” do cimento, o que tem maior peso no réditio do Grupo é o betão pronto, sendo o Grupo Secil detentor de vários centros de produção e comercialização em Portugal, Espanha, Tunísia, Líbano e Brasil.

O Grupo Secil tem ainda licenciado o direito à exploração de diversas pedreiras, das quais extrai materiais para incorporação na produção do cimento ou comercialização como agregados.

SEGMENTO AMBIENTE

O segmento Ambiente é liderado pela ETSA – Investimentos, S.G.P.S., S.A., cujas atividades operacionais em Portugal e Espanha referem-se maioritariamente à prestação de serviços associados à valorização cumulativa de subprodutos de origem animal e de produtos alimentares contendo substâncias de origem animal, e à venda dos produtos resultantes desta valorização para incorporação na produção de fertilizantes, rações para animais e biodiesel (“Grupo ETSA”).

As atividades desenvolvidas pelo Grupo ETSA têm um papel muito importante na defesa das populações e do ambiente, proporcionando uma nova vida a produtos que, de outra forma, seriam direcionados para aterros ou centros de tratamento de resíduos indiferenciados.

As principais atividades desenvolvidas pelo Grupo referem-se:

- à recolha, acondicionamento, triagem, desembalamento e revalorização de subprodutos de origem animal (categorias 1, 2 e 3), outros géneros alimentícios e óleos usados, a partir de locais de recolha como matadouros, salas de desmancha, talhos, mercados municipais e retalho moderno;
- à venda de gorduras animais, farinhas e óleos alimentares usados.

O Grupo ETSA desenvolve a sua atividade através das unidades de transformação localizadas em Coruche e Loures, sendo a rede de recolha assegurada por frota rodoviária própria, devidamente certificada pela DGAV.

HOLDINGS

O segmento *Holdings* refere-se às atividades de gestão do Grupo Semapa, correspondendo aos serviços prestados pela Semapa às suas subsidiárias em diversas áreas, como são disso exemplo o planeamento estratégico, assessoria jurídica, financeira, contabilística, fiscal, gestão de talentos, entre outras, incorrendo ao mesmo tempo em gastos com pessoal e com a contratação de serviços especializados.

Neste segmento encontra-se incluída a unidade de capital de risco, a qual assume ainda expressão reduzida no global na informação financeira consolidada do Grupo.

RÉDITO

O rédito é apresentado desagregando por segmento operacional e por área geográfica, com base no país de destino dos bens e serviços vendidos pelo Grupo.

O reconhecimento de rédito em cada segmento operacional descreve-se como segue:

Pasta e papel

Os contratos comerciais com clientes referem-se essencialmente à venda de produtos como papel, pasta, *tissue* e energia, e numa extensão limitada ao transporte inerente a esses produtos, quando aplicável.

O rédito de papel refere-se às vendas efetuadas através de Lojas de retalho (B2C) ou Distribuidores comerciais (B2B), os quais incluem grandes distribuidores, grossistas ou operadores comerciais. O rédito é reconhecido num momento específico, aquando da transferência de controlo em conformidade com o Incoterm acordado, pelo montante da obrigação de desempenho satisfeita, sendo que o preço da transação corresponde a uma quantia fixa faturada em função das quantidades vendidas, deduzida de descontos de pronto pagamento e descontos de quantidade, que são determináveis com fiabilidade.

O rédito da pasta resulta das vendas efetuadas a produtores internacionais de papel. O rédito é reconhecido num momento específico, pelo montante da obrigação de desempenho satisfeita, correspondendo o preço da transação a uma quantia fixa faturada em função das quantidades vendidas, deduzida de descontos de pronto pagamento e descontos de quantidade, que são determináveis com fiabilidade. Na vertente da exportação, a transferência de controlo dos produtos ocorre na sua generalidade quando existe transferência de controlo para o cliente, conforme os Incoterms negociados.

O rédito de *tissue* resulta das vendas de papel *tissue* produzido para a marca própria de redes de retalho moderno nacionais e internacionais.

O rédito é reconhecido num momento específico, pelo montante da obrigação de desempenho satisfeita, sendo que o preço da transação corresponde a uma quantia fixa faturada em função das quantidades vendidas. O rédito é reconhecido contra a entrega do produto, data em que se considera existir a transferência do controlo sobre o produto.

O rédito de energia resulta da valorização da energia produzida e entregue na Rede Nacional de Energia, conforme contagem em contador, valorizada à tarifa definida no contrato para um período de 25 anos em curso.

Cimento e derivados

Cimento

Parte significativa do rédito do Grupo Secil refere-se à venda de cimento cinzento, a granel ou ensacado, em paletes ou pacotões. A forma de acondicionamento do cimento e ponto de entrega, depende da dimensão do cliente.

Os principais clientes do Grupo Secil são empresas industriais na área do betão, prefabricados e construção civil e consórcios associados à construção de obras de elevada complexidade técnica como barragens e pontes. A venda de cimento ensacado para o consumidor final é residual, sendo assegurada através de revendedores locais.

A Secil fornece os seus produtos nas suas fábricas e entrepostos e assegura o transporte até às instalações do cliente, mediante subcontratação do transporte, existindo neste caso duas obrigações de desempenho, às quais a Secil aloca o preço da transação baseado nos preços de venda.

O rédito é reconhecido num momento específico, aquando da transferência de controlo, pelo montante da obrigação de desempenho satisfeita, sendo que o preço da transação resulta das tabelas de preços em vigor ajustadas por descontos de pronto pagamento e descontos de quantidade, atribuídos aos clientes, consoante se tratem de clientes revendedores ou clientes industriais, tal como descrito nas condições gerais de venda. No que se refere aos grandes clientes e projetos específicos, os preços e condições de desconto são fixados contrato a contrato.

Os descontos atribuídos constituem uma componente variável do preço que é considerada na determinação do rédito registado na data da entrega do produto ao cliente, que corresponde à data da transferência do controlo dos produtos.

No caso da exportação, a transferência de controlo dos produtos ocorre na sua generalidade quando estes passam para o controlo do cliente, conforme os Incoterms negociados.

Materiais

A linha de negócio dos Materiais respeita aos “derivados” do cimento: betão pronto, agregados, argamassas e prefabricados de betão.

O rédito dos Materiais é reconhecido num momento específico, na data da entrega do produto ao cliente, mesmo que o contrato implique entregas faseadas, devido às diferentes fases da obra e quantidades a movimentar.

O rédito é reconhecido pelo montante da obrigação de desempenho satisfeita, sendo que o preço da transação corresponde a uma quantia fixa faturada em função das quantidades vendidas, com concessão de descontos de quantidade (*rappe*) determináveis com fiabilidade.

No que se refere às argamassas, o aluguer de equipamentos de obra, para a armazenagem, mistura e aplicação de argamassas, corresponde a uma obrigação de desempenho separada com preço de venda autónomo deduzido de eventuais descontos concedidos.

A área de prefabricados de betão, refere-se essencialmente à comercialização de materiais prefabricados *standard*, não existindo produção de prefabricados mediante pedido específico dos clientes. Nesta área de negócio, o Grupo reconhece o rédito de todos os produtos com a entrega do produto ao cliente.

Ambiente

O rédito registado pelo segmento do Ambiente refere-se à venda de produtos e à prestação de serviços.

As vendas de produtos referem-se maioritariamente a Banha, Sebo, Gordura animal, Farinha (para a indústria de rações), e Óleos (para o mercado biodiesel). O rédito é reconhecido num momento específico, com a entrega dos produtos nas instalações do cliente ou local por este designado, momento em que se considera que ocorre a transferência do controlo para o cliente.

Os principais clientes são produtores de rações para animais, nacionais e internacionais.

Os serviços prestados pelo Grupo ETSA referem-se maioritariamente a:

- recolha e tratamento de matérias de Categoria 1 e 2 de cadáveres de animais de criação e domésticos, conforme contrato com a DGAV – Direção Geral de Alimentação e Veterinária, bem como de matadouros e de outros centros convencionais de recolha; e
- acondicionamento em equipamentos refrigerados, recolha, transporte, triagem e desembalamento de matérias de Categoria 3 (cárnico e pescado) e de outros géneros alimentícios (frescos ou congelados), a granel ou embalados, junto da rede de lojas do Retalho moderno e Mercados municipais.

O reconhecimento do rédito é efetuado numa base mensal para os serviços prestados de forma regular e uniforme junto da rede de retalho moderno. Para o contrato com a DGAV, o rédito é reconhecido por cada serviço prestado, conforme apuramento efetuado numa base mensal.



ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTABILÍSTICOS

RELATO POR SEGMENTOS

Na agregação dos segmentos operacionais do Grupo, a gestão definiu como segmentos relatáveis aqueles que correspondem a cada uma das áreas de negócio desenvolvidas pelo Grupo: Pasta e Papel, Cimentos e Derivados, e Ambiente, consistente com a forma de monitorização e análise de desempenho pela equipa de gestão do Grupo Semapa.

INFORMAÇÃO FINANCEIRA POR SEGMENTOS OPERACIONAIS EM 2022 E 2021

2022 Valores em Euros	Nota	Pasta e Papel	Cimento e Derivados	Ambiente	Holdings	Eliminações Intragrupo	Total
Rédito		2.464.624.691	602.980.604	54.622.984	13.878.639	(14.087.399)	3.122.019.519
Outros rendimentos (a)	2.2 e 3.7	45.417.808	94.205.493	827.732	26.445	-	140.477.478
Custos das mercadorias vendidas e mercadorias consumidas	4.1	(968.849.205)	(221.631.246)	(14.042.298)	-	-	(1.204.522.749)
Fornecimentos e serviços externos	2.3	(626.158.733)	(187.638.327)	(12.830.540)	(5.193.772)	14.087.399	(817.733.973)
Outros gastos (b)	2.3	(178.675.782)	(149.254.076)	(9.259.053)	(8.887.196)	-	(346.076.107)
Depreciações e amortizações	3.6	(176.547.483)	(55.929.998)	(3.341.081)	(238.407)	-	(236.056.969)
Perdas por imparidade	3.6	(1.646)	(12.339.946)	-	-	-	(12.341.592)
Provisões líquidas	9.1	(1.621.447)	(2.312.415)	-	-	-	(3.933.862)
Gastos de juros	5.11	(16.556.492)	(20.882.917)	(31.387)	(6.071.981)	-	(43.542.777)
Resultados de associadas/EC	10.3	-	(1.227.649)	-	8.754.380	-	7.526.731
Posição monetária líquida (Líbano)	5.11	-	979.084	-	-	-	979.084
Outros ganhos e perdas financeiros	5.11	(40.426.518)	(11.381.531)	(97.754)	2.738.182	-	(49.167.621)
Resultado Antes de Impostos		501.205.193	35.567.076	15.848.603	5.006.290	-	557.627.162
Imposto sobre o rendimento	6.1	(119.738.136)	(22.941.214)	(3.622.227)	10.736.809	-	(135.564.768)
Resultado líquido do período		381.467.057	12.625.862	12.226.376	15.743.099	-	422.062.394
Atribuível aos detentores do capital		266.912.542	12.360.811	12.073.382	15.743.099	-	307.089.834
Interesses que não controlam	5.6	114.554.515	265.051	152.994	-	-	114.972.560
OUTRAS INFORMAÇÕES (31/12/2022)							
Total dos ativos segmentais		2.844.231.449	1.329.926.151	109.770.383	293.793.164	(19.313.305)	4.558.407.842
Goodwill	3.1	122.907.528	176.961.949	38.936.950	-	-	338.806.427
Ativos intangíveis	3.2	196.301.091	258.762.990	-	-	-	455.064.081
Ativos fixos tangíveis	3.3	1.134.836.698	520.514.451	29.078.704	499.858	-	1.684.929.711
Ativos biológicos	3.7	122.499.874	-	-	-	-	122.499.874
Ativos por impostos diferidos	6.2	27.204.659	33.722.579	608.566	25.923.522	(1.578.958)	85.880.368
Investimentos em associadas/JV	10.3	-	549.997	6.250	37.823.495	-	38.379.742
Caixa e equivalentes de caixa	5.9	343.083.788	69.001.851	13.241.920	168.069.017	-	593.396.576
Total de passivos segmentais		1.703.645.286	886.265.648	20.145.525	334.038.730	(19.313.305)	2.924.781.884
Financiamentos obtidos	5.7	725.301.722	375.227.211	591.859	286.537.234	(85.578)	1.387.572.448
Aquisição de ativos fixos tangíveis	3.3	112.023.810	48.108.244	7.814.950	27.523	-	167.974.527

(a) Inclui "Outros rendimentos e ganhos operacionais" e "Variação de justo valor nos ativos biológicos"

(b) Inclui "Variação da produção", "Gastos com o pessoal" e "Outros gastos e perdas operacionais"

NOTA: Os valores apresentados por segmentos de negócio poderão diferir dos apresentados individualmente por cada Grupo, na sequência de ajustamentos de harmonização e de justo valor efetuados na consolidação em conformidade com o normativo contabilístico aplicável, bem como da alocação do *goodwill* dos diferentes segmentos independentemente da entidade detentora da referida participação.

2021 Valores em Euros	Nota	Pasta e Papel	Cimento e Derivados	Ambiente	Holdings	Eliminações Intragrupo	Total
Rédito		1.595.870.445	495.863.777	39.972.442	16.090.072	(16.412.587)	2.131.384.149
Outros rendimentos (a)	2.2 e 3.7	29.176.014	66.357.185	68.996	102.779	(43.977)	95.660.997
Custos das mercadorias vendidas e mercadorias consumidas	4.1	(629.794.745)	(150.103.844)	(7.719.469)	-	-	(787.618.058)
Fornecimentos e serviços externos	2.3	(449.402.361)	(157.576.119)	(9.850.613)	(7.588.755)	16.456.564	(607.961.284)
Outros gastos (b)	2.3	(191.133.025)	(114.806.024)	(7.870.065)	(8.982.898)	-	(322.792.012)
Depreciações e amortizações	3.6	(137.269.249)	(53.459.382)	(3.209.954)	(252.836)	-	(194.191.421)
Perdas por imparidade	3.6	(1.646)	272.560	-	-	-	270.914
Provisões líquidas	9.1	(3.142.944)	(1.531.470)	-	-	-	(4.674.414)
Gastos de juros	5.11	(16.061.895)	(19.528.580)	(73.312)	(6.212.710)	75	(41.876.422)
Resultados de associadas/EC	10.3	-	1.767.749	-	333.361	-	2.101.110
Posição monetária líquida (Líbano)	5.11	-	7.214.110	-	-	-	7.214.110
Outros ganhos e perdas financeiros	5.11	(1.715.313)	(8.833.333)	(118.624)	1.093.048	(76)	(9.574.298)
Resultado Antes de Impostos		196.525.281	65.636.629	11.199.401	(5.417.939)	(1)	267.943.371
Imposto sobre o rendimento	6.1	(36.178.643)	(9.457.032)	(2.288.855)	29.935.448	-	(17.989.082)
Resultado líquido do período		160.346.638	56.179.597	8.910.546	24.517.509	(1)	249.954.289
Atribuível aos detentores do capital		112.190.169	52.503.014	8.917.336	24.517.509	-	198.128.028
Interesses que não controlam	5.6	48.156.469	3.676.583	(6.790)	-	(1)	51.826.261
OUTRAS INFORMAÇÕES (31/12/2021)							
Total dos ativos segmentais		2.474.786.454	1.195.545.725	95.630.789	128.302.129	(23.573.161)	3.870.691.936
<i>Goodwill</i>	3.1	122.907.528	172.126.164	38.809.201	-	-	333.842.893
Ativos intangíveis	3.2	176.240.529	168.827.682	-	-	-	345.068.211
Ativos fixos tangíveis	3.3	1.195.663.348	512.215.525	24.259.948	590.438	-	1.732.729.259
Ativos biológicos	3.7	147.324.061	-	-	-	-	147.324.061
Ativos por impostos diferidos	6.2	28.037.408	35.984.124	596.664	25.681.408	-	90.299.604
Investimentos em associadas/JV	10.3	-	629.077	-	3.468.101	-	4.097.178
Caixa e equivalentes de caixa	5.9	239.171.252	75.222.758	8.920.334	58.973.048	-	382.287.392
Total de passivos segmentais		1.537.721.851	733.936.297	17.134.307	260.045.205	(23.573.161)	2.525.264.499
Financiamentos obtidos	5.7	833.944.049	329.081.019	681.389	234.276.331	(98.795)	1.397.883.993
Aquisição de ativos fixos tangíveis	3.3	80.033.573	36.400.488	3.792.902	45.463	-	120.272.426

(a) Inclui "Outros rendimentos e ganhos operacionais" e "Variação de justo valor nos ativos biológicos"

(b) Inclui "Variação da produção", "Gastos com o pessoal" e "Outros gastos e perdas operacionais"

NOTA: Os valores apresentados por segmentos de negócio poderão diferir dos apresentados individualmente por cada Grupo, na sequência de ajustamentos de harmonização e de justo valor efetuados na consolidação em conformidade com o normativo contabilístico aplicável, bem como da alocação do *goodwill* dos diferentes segmentos independentemente da entidade detentora da referida participação.

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS POR LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA

Valores em Euros	31/12/2022		31/12/2021	
Portugal	1.419.564.092	84,25%	1.469.456.792	84,81%
Resto da Europa	5.005.371	0,30%	8.007.389	0,46%
América	188.264.195	11,17%	170.635.423	9,85%
África	55.126.154	3,27%	64.192.963	3,70%
Ásia	16.969.899	1,01%	20.436.692	1,18%
	1.684.929.711	100,00%	1.732.729.259	100,00%

RÉDITO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO, POR ÁREAS GEOGRÁFICAS E POR PADRÃO DE RECONHECIMENTO

2022	Pasta e Papel	Cimentos e Derivados	Ambiente	Total Valor	Total %
Portugal	428.410.901	300.923.952	34.478.854	763.813.707	24,47%
Resto da Europa	1.297.330.715	53.324.022	17.566.223	1.368.220.960	43,82%
América	312.166.411	126.998.735	-	439.165.146	14,07%
África	285.563.826	92.542.694	-	378.106.520	12,11%
Ásia	140.834.661	29.191.202	2.577.907	172.603.770	5,53%
Oceânia	109.416	-	-	109.416	0,00%
	2.464.415.930	602.980.605	54.622.984	3.122.019.519	100,00%
Padrão de reconhecimento					
Em determinado momento do tempo	2.464.415.930	602.980.605	38.234.816	3.105.631.351	99,48%
Ao longo do tempo	-	-	16.388.168	16.388.168	0,52%

2021	Pasta e Papel	Cimentos e derivados	Ambiente	Total Valor	Total %
Portugal	255.177.473	269.882.937	29.875.811	554.936.221	26,04%
Resto da Europa	796.014.559	40.838.204	9.539.753	846.392.517	39,71%
América	202.621.906	90.554.519	-	293.176.425	13,76%
África	210.722.215	69.877.919	24.351	280.624.485	13,17%
Ásia	129.519.943	24.520.101	532.526	154.572.569	7,25%
Oceânia	1.681.932	-	-	1.681.932	0,08%
	1.595.738.028	495.673.680	39.972.441	2.131.384.149	100,00%
Padrão de reconhecimento					
Em determinado momento do tempo	1.595.738.028	495.673.680	24.726.233	2.116.137.942	99,28%
Ao longo do tempo	-	-	15.246.208	15.246.208	0,72%

Os réditos apresentados nos diversos segmentos de negócio, em 2022 e 2021, correspondem a réditos gerados com clientes externos com base na região de destino dos produtos e serviços comercializados pelo Grupo, não representando nenhum dos quais, individualmente, 10% ou mais dos réditos totais do Grupo.

2.2 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS OPERACIONAIS



POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO E SUBSÍDIOS RELACIONADOS COM ATIVOS BIOLÓGICOS

Os subsídios do Governo só são reconhecidos após existir segurança de que o Grupo cumprirá as condições inerentes aos mesmos e que os subsídios serão recebidos. Os subsídios à exploração, recebidos com o objetivo de compensar o Grupo por custos incorridos, são registados na demonstração dos resultados de forma sistemática durante os períodos em que são reconhecidos os custos que aqueles subsídios visam compensar.

Os subsídios relacionados com ativos biológicos (Nota 3.7) valorizados pelo seu justo valor, conforme a IAS 41, são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os termos e condições de atribuição do subsídio estão satisfeitos.

No exercício de 2022 e 2021, a rubrica Outros rendimentos e ganhos operacionais decompõe-se como segue:

Valores em Euros	2022	2021
Subsídios - Licenças de emissão CO ₂	110.787.715	52.114.959
Subsídios à exploração	14.946.868	3.122.470
Ganhos na alienação de ativos não correntes	5.641.972	7.707.805
Indemnizações recebidas	5.555.304	6.005.195
Trabalhos para a própria empresa	3.721.980	3.818.727
Rendimentos suplementares	2.292.318	1.178.392
Banda de reserva de regulação – REN	2.247.044	4.392.012
Rendimentos de tratamento de resíduos	1.220.385	1.049.311
Ganhos em inventários	2.993.118	1.100.847
Alienação de licenças de emissão CO ₂	-	5.194.370
Outros rendimentos operacionais	15.894.960	11.237.301
	165.301.664	96.921.389

O montante relevado na rubrica Subsídios – Licenças de emissão de CO₂ corresponde ao reconhecimento da atribuição gratuita de licenças de emissão, as quais são maioritariamente compensadas com o gasto reconhecido pela emissão/consumo das licenças atribuídas gratuitamente, pelo que a redução não impacta de forma significativa o resultado líquido do período do Grupo. A variação verificada no montante face ao período homólogo resulta essencialmente do aumento verificado na cotação de mercado a que estas licenças são valorizadas, correspondente à cotação da data em que as mesmas são anualmente atribuídas.

Os subsídios à exploração incluem Euros 9.951.051, provenientes da subsidiária Navigator, relativos ao recebimento da medida de auxílio a custos indiretos a favor das instalações abrangidas pelo regime de Comércio Europeu de Licenças de Emissão (CELE), nos termos do Decreto-Lei n.º 12/2020, de 6 de abril. Esta rubrica inclui ainda, subsídios atribuídos à Navigator no âmbito de projetos de investigação e desenvolvimento realizados pelo instituto RAIZ, como o projeto Inpactus (Euros 712.216) e IdTecFor (Euros 609.934), entre outros, bem como o incentivo relativo ao Programa Apoiar Gás (Euros 2.103.437). No ano de 2022, foram ainda recebidos pela Navigator Euros 378.850 relativos ao Programa ATIVAR do IEF, que compreende formação profissional, estágios profissionais e apoios reforçados à contratação e ao empreendedorismo, os quais foram considerados a deduzir à rubrica de Custos com Pessoal.

A rubrica Ganhos na alienação de ativos não correntes inclui, em 2022, uma mais-valia no montante de Euros 1.993.480 (Nota 10.2) gerada pela subsidiária Secil com a alienação de 100% do capital da Silonor. Inclui ainda um ganho de Euros 1.910.180 resultante da alienação, pela Secil, da participação de 50% que detinha na Allmicroalgae. Em 2021, esta rubrica incluía um ganho obtido com a venda do Parque de madeira e biomassa em Albergaria-a-Velha, pela subsidiária Navigator, que gerou uma mais-valia de Euros 2.458.230, bem como o ganho gerado pela subsidiária Secil com a venda da Prêbetão, no montante de Euros 1.434.537.

A rubrica de Indemnizações recebidas inclui, em 2022, cerca de 4 milhões de euros de indemnização relativa ao sinistro ocorrido num moinho da subsidiária tunisina da Secil, a SCG.

A rubrica Trabalhos para a própria empresa inclui essencialmente a capitalização de gastos incorridos no âmbito do projeto Clean Cement Line (CCL) em curso na subsidiária Secil, projeto este de atualização tecnológica da sua unidade de produção do Outão, que recorre à utilização de tecnologias maduras mais eficientes e a tecnologias inovadoras e que irão permitir a redução das emissões carbónicas e um consumo de energia elétrica e térmica mais eficiente.

A rubrica de Outros rendimentos operacionais inclui um montante de Euros 10.997.793 referentes a vendas de desperdícios de papel UWF e *Tissue* efetuadas pela subsidiária Navigator.

No exercício de 2021, a subsidiária Secil registou ganhos com a Alienação de licenças de emissão de CO₂, no montante de Euros 5.194.370, correspondentes à alienação de 129.000 ton de licenças.

2.3 GASTOS E PERDAS OPERACIONAIS

No exercício de 2022 e 2021, a rubrica Gastos e perdas operacionais decompõe-se como segue:

Valores em Euros	Nota	2022	2021
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	4.1.3	1.204.522.749	787.618.058
Variação da produção	4.1.4	(90.792.701)	(5.111.833)
Fornecimentos e serviços externos			
Energia e fluídos		264.164.755	176.636.021
Transporte de mercadorias		270.317.247	198.380.951
Trabalhos especializados		130.287.193	105.580.817
Conservação e reparação		63.499.725	48.845.457
Honorários		5.163.247	5.958.355
Seguros		13.444.649	12.166.075
Subcontratos		2.615.010	3.101.478
Outros		68.242.147	57.292.130
		817.733.973	607.961.284
Gastos com o pessoal	7.1	281.789.100	248.316.920
Outros gastos e perdas operacionais			
Quotizações		1.495.600	750.813
Donativos		1.084.380	1.049.229
Gastos com emissões de CO ₂		117.688.466	62.064.166
Imparidades em dívidas a receber		5.534.145	487.598
Imparidades em inventários	4.1.5	12.293.133	1.403.190
Outras perdas em inventários		5.571.080	2.072.767
Impostos indiretos e taxas		4.559.942	4.768.893
Perdas na alienação de ativos não correntes		577.363	298.375
Outros gastos operacionais		6.275.599	6.691.894
		155.079.708	79.586.925
Provisões líquidas	9.1	3.933.862	4.674.414
Total dos gastos e perdas operacionais		2.372.266.691	1.723.045.768

No exercício de 2022, fruto do contexto macroeconómico, assistiu-se a um aumento generalizado dos custos, com destaque para os custos das matérias-primas, nomeadamente energia (eletricidade e gás natural), fibra externa e químicos.

Os custos de logística apresentam igualmente um agravamento face ao período homólogo, em virtude dos constrangimentos logísticos que têm afetado de forma transversal a economia. Não obstante, o Grupo conseguiu manter a sua atividade sem disrupções significativas de fornecimentos.

O aumento verificado na imparidade de inventários inclui ajustamentos ao *stock* de papel UWF e de papel *tissue*, na subsidiária Navigator, no valor de Euros 7.931.309, na sequência da identificação de itens com menor rotação e perspetiva de venda futura decorrente da *performance* de vendas do Grupo e do mix de vendas. Adicionalmente, considerando as perspetivas de investimento futuras e as vidas úteis remanescentes dos equipamentos industriais, a Navigator estimou as peças de reserva necessárias até à descontinuação destes equipamentos, tendo reconhecido uma imparidade para o excedente de peças de reserva em *stock*, no montante de Euros 5.309.900.

HONORÁRIOS POR SERVIÇOS DE REVISÃO LEGAL DE CONTAS E AUDITORIA

Valores em Euros	2022		2021	
	Gastos do período	Honorários faturados	Gastos do período	Honorários faturados
KPMG (SROC) e outras entidades pertencentes à mesma rede				
Serviços de revisão legal de contas e auditoria	799.342	896.702	518.214	639.557
Outros serviços de garantia de fiabilidade	195.972	208.700	157.341	119.750
Outros serviços	129.748	125.750	109.250	114.250
	1.125.062	1.231.152	784.805	873.557

Os serviços indicados como “Outros serviços de garantia de fiabilidade” dizem essencialmente respeito a emissão de relatórios sobre informação financeira, certificação de despesas de I&D para efeitos de subsídios, serviços de verificação da informação de sustentabilidade e revisões limitadas relativas a informação financeira. Os “Outros serviços” são referentes a pareceres efetuados no âmbito de operações de fusão entre sociedades do Grupo e a trabalhos de *Due Dilligence* de demonstrações financeiras.

O Conselho de Administração entende existirem suficientes procedimentos de salvaguarda da independência dos auditores através dos processos de análise do Conselho Fiscal relativamente aos trabalhos propostos e da sua definição criteriosa em sede de contratação.

3 INVESTIMENTOS

3.1 GOODWILL



POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

O *goodwill* representa a diferença entre o justo valor do custo de aquisição e o justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis das subsidiárias incluídas na consolidação na data de aquisição do controlo e é alocado a cada Unidade Geradora de Caixa (UGC) ou Grupo de UGC mais baixas a que pertence.

Amortização e imparidade	O <i>goodwill</i> não é amortizado. O Grupo realiza testes de imparidade ao <i>goodwill</i> anualmente ou sempre que existam indícios de imparidade. Os valores recuperáveis das unidades geradoras de fluxos de caixa são determinados como o maior entre o valor de uso e o justo valor menos custo de venda. As perdas por imparidade relativas ao <i>goodwill</i> não podem ser revertidas.
Alienações e perdas de controlo	Ganhos ou perdas decorrentes da venda ou perda de controlo sobre uma entidade ou negócio ao qual o <i>goodwill</i> está alocado incluem o valor do <i>goodwill</i> correspondente.
Aquisições em moeda diferente da moeda de apresentação	O <i>goodwill</i> originado na aquisição de uma entidade estrangeira encontra-se registado na moeda funcional dessa mesma entidade, sendo convertido para a moeda de relato do Grupo (Euro) à taxa de câmbio em vigor na data de relato. As diferenças cambiais geradas nessa conversão são registadas na rubrica Reserva de conversão cambial (Nota 5.5) como outro rendimento integral.
Dedutibilidade fiscal	À luz da legislação fiscal atualmente vigente em Portugal, não se espera que o <i>goodwill</i> reconhecido ou a reconhecer venha a ser dedutível em termos fiscais. Noutras geografias onde o Grupo opera, o tratamento fiscal é diferenciado.



ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTABILÍSTICOS

TESTES DE IMPARIDADE

Para efeitos de testes de imparidade às UGC, o valor recuperável foi determinado com base no valor em uso, de acordo com o método dos fluxos de caixa descontados. O valor recuperável das UGC deriva de pressupostos relativos à atividade, designadamente, volumes de vendas, preços médios de venda e custos variáveis que nos períodos de projeção resultam de uma combinação de previsões económicas para as regiões e mercados onde o Grupo opera, previsões da indústria, incluindo alterações nos mercados derivadas de alteração de capacidades instaladas para cada atividade operacional, projeções internas da Gestão e *performance* histórica.

Estas projeções resultam dos orçamentos para o ano seguinte e da estimativa dos fluxos de caixa para um período subsequente de quatro anos refletida nos Planos de Médio Longo Prazo aprovados pelo Conselho de Administração.

O Grupo na sua análise identifica primordialmente as UGC, que se consubstancia nos segmentos de negócio definidos. A análise do *goodwill* inclui já os resultados das análises de imparidade de ativos individuais que sejam por sua vez realizadas ao nível de cada um dos segmentos de atividade do Grupo.

PRESSUPOSTOS NA BASE DOS PLANOS DE NEGÓCIOS

Pressupostos (CAGR 2023-2027)	Pasta e Papel	Cimento e Derivados*	Ambiente
Vendas em quantidade (kt)			
Referência	Papel UWF	Cimento e Clínquer	Gordura [3,5]
CAGR Vendas em quantidade (kt)	-0,1%	-1,3% a 6,0%	-3,5%
Preço Médio de Venda ML/t			
Referência	Papel UWF	Cimento cinzento no MI	Gordura [3,5]
CAGR Preço Médio de Venda ML/t	-1,8%	2,5% a 21,3%	-7,7%
Total Cash Costs ML			
CAGR Total Cash Costs ML	-6,25%	3,8% a 24,0%	0,91%

* Intervalo correspondente às geografias Portugal, Brasil, Tunísia, Líbano e Angola

Pressupostos (CAGR 2022-2026)	Pasta e Papel	Cimento e Derivados*	Ambiente
Vendas em quantidade (kt)			
Referência	Papel UWF	Cimento e Clínquer	Gordura [3,5]
CAGR Vendas em quantidade (kt)	0,7%	-0,8% a 7,3%	-0,5%
Preço Médio de Venda ML/t			
Referência	Papel UWF	Cimento cinzento no MI	Gordura [3,5]
CAGR Preço Médio de Venda ML/t	-1,2%	0,6% a 9,6%	-3,7%
Total Cash Costs ML			
CAGR Total Cash Costs ML	-1,90%	-0,40% a 19,28%	0,69%

* Intervalo correspondente às geografias Portugal, Brasil, Tunísia, Líbano e Angola

PRESSUPOSTOS MACROECONÓMICOS E FINANCEIROS

Os principais pressupostos considerados a nível macroeconómico são as projeções de taxa de crescimento do PIB e de inflação nos mercados onde o Grupo atua (Portugal, no caso de todas as UGC, e ainda Tunísia, Líbano, Brasil e Angola no segmento Cimento e Derivados). As fontes das projeções são o FMI e o Banco de Portugal.

A taxa de crescimento na perpetuidade reflete a visão da Gestão a médio longo prazo para as diferentes UGC, tendo presente os pressupostos macroeconómicos.

Pressupostos financeiros	31/12/2022			31/12/2021				
	Taxa de Juro sem risco*	Taxa WACC EUR	Tx Cresci ^o na perp. EUR	Taxa de Imposto	Taxa de Juro sem risco*	Taxa WACC EUR	Tx Cresci ^o na perp. EUR	Taxa de Imposto
Pasta e Papel								
Portugal								
Período de Planeamento explícito	2,94%	6,76%	-	27,50%	0,30%	4,46%	-	27,50%
Perpetuidade	2,94%	6,76%	0,00%	27,50%	2,31%	6,34%	0,00%	27,50%
Cimentos e derivados								
Portugal								
Período de Planeamento explícito	2,94%	6,48%	-	27,50%	0,30%	4,47%	-	27,50%
Perpetuidade	2,94%	6,48%	1,85%	27,50%	2,31%	6,30%	1,71%	27,50%
Ambiente								
Portugal								
Período de Planeamento explícito	2,94%	7,70%	-	25,50%	0,30%	4,59%	-	25,50%
Perpetuidade	2,94%	7,70%	1,25%	25,50%	2,31%	6,50%	1,25%	25,50%

Nota: Nos Cimentos e Derivados foram ainda consideradas taxas WACC em euros situadas entre os 6,48% e os 20,50% para o Brasil, Tunísia, Angola e Líbano

* Inclui o Country Risk Premium

TESTE DE IMPARIDADE

Em resultado dos testes de imparidade efetuados nos períodos de 2022 e 2021, não foi identificada qualquer perda por imparidade no *goodwill*.

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

Foi realizada uma análise de sensibilidade aos pressupostos considerados chave (de forma independente para cada pressuposto), taxa WACC e *cash flow* livre, a qual não determinou qualquer imparidade para o *goodwill* alocado a cada UGC.

VARIAÇÃO DO EQUITY SEMAPA POR VARIAÇÃO DA TAXA WACC:

Análise de sensibilidade à Taxa WACC	-50bps	+50bps	-1%	+1%
Pasta e Papel				
Período de Planeamento explícito	2%	-2%	5%	-5%
Perpetuidade	7%	-6%	15%	-11%
Planeamento explícito e Perpetuidade	10%	-8%	21%	-16%
Cimentos e outros materiais de construção				
Período de Planeamento explícito	3%	-3%	6%	-6%
Perpetuidade	11%	-9%	25%	-17%
Planeamento explícito e Perpetuidade	14%	-12%	32%	-22%
Ambiente				
Período de Planeamento explícito	2%	-2%	4%	-4%
Perpetuidade	6%	-5%	13%	-10%
Planeamento explícito e Perpetuidade	8%	-7%	18%	-13%

VARIAÇÃO DO EQUITY SEMAPA POR VARIAÇÃO DO CASH FLOW LIVRE:

Análise de sensibilidade ao FCF	-5%	+5%	-10%	+10%
Pasta e Papel	-6%	6%	-11%	11%
Cimentos e outros materiais de construção	-7%	7%	-14%	14%
Ambiente	-5%	5%	-9%	9%

GOODWILL – VALOR LÍQUIDO

O *Goodwill* é atribuído às unidades geradoras de fluxos de caixa (UGC) do Grupo, as quais correspondem aos segmentos operacionais identificados na Nota 2.1, conforme segue:

Valores em Euros	31/12/2022	31/12/2021
Pasta e Papel	122.907.528	122.907.528
Cimento e Derivados	176.961.949	172.126.164
Ambiente	38.936.950	38.809.201
	338.806.427	333.842.893

MOVIMENTOS DO PERÍODO

Valores em Euros	2022	2021
Valor líquido no início do exercício	333.842.893	331.146.928
Aquisições	228.547	2.386.267
Regularizações	127.750	-
Ajustamento Cambial	4.607.238	309.698
Valor líquido no final do exercício	338.806.427	333.842.893

No dia 1 de setembro de 2021, a subsidiária ETSA concretizou a aquisição de 70% do capital da Tribérica, S.A., sociedade com sede em Vila Nova de Famalicão que produz embalagens provenientes da recolha e da transformação de produtos de origem animal. O valor de aquisição ascendeu a Euros 2.950.478 tendo sido inicialmente apurado, no âmbito da IFRS 3, um *goodwill* no montante de Euros 2.386.267. Este foi, no entanto, revisto, conforme igualmente previsto na referida norma, revisão da qual resultou um aumento de Euros 127.750 registado em regularizações.

No exercício de 2022, a Secil concretizou a aquisição de 100% do capital da Trancim, sociedade de transportes de direito libanês. O valor de aquisição ascendeu a Euros 1.271.903 tendo sido apurado, no âmbito da IFRS 3, um *goodwill* no montante de Euros 228.547 (Nota 10.2).

3.2 ATIVOS INTANGÍVEIS



POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido de amortizações e perdas por imparidade, pelo método das quotas constantes durante um período que varia entre 3 e 5 anos, e anualmente para os direitos de emissão de CO₂.

Dada a ausência de normativo contabilístico para o reconhecimento e mensuração das licenças de CO₂, a política definida pela gestão é como segue:

Direitos de emissão de CO ₂	
Reconhecimento de licenças atribuídas a título gratuito e Mensuração subsequente	<p>As Licenças de emissão de CO₂ atribuídas ao Grupo, no âmbito do regime CELE – Comércio Europeu de Licenças de Emissão de gases com efeito de estufa, a título gratuito dão origem a um ativo intangível correspondente às licenças atribuídas, um subsídio de igual montante e um passivo pela obrigação de entregar as licenças equivalentes aos consumos durante o período.</p> <p>As licenças de emissão só são registadas enquanto ativos intangíveis quando o Grupo é capaz de exercer controlo, e são mensurados pelo seu justo valor (nível 1) na data do reconhecimento inicial. Se o valor de mercado das licenças cai significativamente abaixo do valor contabilístico e a diminuição é considerada permanente, é registada uma perda por imparidade sobre as licenças que o Grupo não vai utilizar nas suas operações.</p> <p>O passivo associado à obrigação de devolver as licenças é reconhecido com base nas emissões efetivas reais (Nota 4.3 – Valores a pagar), será liquidado com a entrega das licenças e é mensurado pelo valor contabilístico das licenças detidas, sendo eventuais emissões adicionais mensuradas pelo valor de mercado das licenças à data de relato.</p>
Reconhecimento em resultados	<p>Na Demonstração dos Resultados Consolidados, o Grupo reconhece como gasto (rubrica de Outros gastos e perdas) as emissões efetuadas ao justo valor à data de atribuição, exceto no que respeita a licenças adquiridas, onde o gasto é mensurado pelo custo de aquisição das licenças. Os referidos gastos irão compensar os outros rendimentos operacionais que resultam do reconhecimento do subsídio original (também ele reconhecido em resultados pelo justo valor à data de atribuição) e das libertações ou vendas de eventuais licenças em excesso.</p> <p>O efeito na Demonstração dos Resultados Consolidados será assim neutro, no que respeita aos consumos de licenças atribuídas. Qualquer efeito nos resultados resultará da compra de licenças adicionais para cobrir o excesso de emissões, a venda de eventuais licenças excessivas face aos consumos efetivos ou ainda de perdas por imparidade de licenças que não são utilizadas operacionalmente.</p>
Marcas	
Reconhecimento e mensuração inicial	Sempre que numa concentração de atividades empresariais sejam identificadas marcas, o Grupo procede ao seu reconhecimento em separado sendo mensuradas ao justo valor na data da aquisição.
Mensuração subsequente e imparidade	<p>Ao custo deduzido de perdas por imparidade acumuladas. As marcas não se encontram sujeitas a amortização por se considerar não terem vida útil definida.</p> <p>O Grupo realiza testes de imparidade às marcas anualmente, ou sempre que existam indícios de imparidade.</p>

INTANGÍVEIS DESENVOLVIDOS INTERNAMENTE



POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As despesas de desenvolvimento apenas são reconhecidas como ativo intangível na medida em que se demonstre a capacidade técnica para completar o desenvolvimento do ativo e que este está disponível para uso próprio ou comercialização. Caso as despesas não satisfaçam esses requisitos, nomeadamente as despesas com investigação, são registados como custo quando incorrida.



ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTABILÍSTICOS

MARCAS – TESTES DE IMPARIDADE

As avaliações anuais são preparadas por entidade independente com base no *income-split method*, um modelo de fluxos de caixa pós-imposto associados à influência da marca (diferença entre a margem líquida da marca deduzida de investimentos em *marketing* e a margem líquida da marca branca associada), descontados para o momento da avaliação com base numa taxa de desconto específica, tendo em consideração as diferentes dinâmicas esperadas de mercado.

PASTA E PAPEL – PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS UTILIZADOS NAS AVALIAÇÕES DAS MARCAS

2022		Taxa de Desconto	Taxa Imposto
Marca	Mercados		
Navigator e Soporset	Europa	6,76%	27,5%
	EUA	6,76%	27,5%
	Resto do Mundo	6,76%	27,5%

2021		Taxa de Desconto	Taxa Imposto
Marca	Mercados		
Navigator e Soporset	Europa	4,46%	27,5%
	EUA	4,46%	27,5%
	Resto do Mundo	4,46%	27,5%

CIMENTO E DERIVADOS – PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS UTILIZADOS NAS AVALIAÇÕES DAS MARCAS

2022		Taxa de Desconto*	Taxa Imposto
Marca	Mercado		
Secil Portugal	Portugal	6,48%	27,5%
Supremo Cimentos	Brasil	9,21%	34,0%
Société des Ciments de Gabés	Tunísia	17,34%	15,0%

* Moeda local | Período explícito

2021		Taxa de Desconto*	Taxa Imposto
Marca	Mercado		
Secil Portugal	Portugal	4,47%	27,5%
Supremo Cimentos	Brasil	8,72%	34,0%
Société des Ciments de Gabés	Tunísia	12,68%	25,0%

MARCAS – TESTE DE IMPARIDADE E ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

Em resultado das avaliações efetuadas em 2022, foi registada uma perda por imparidade correspondente ao valor total da marca Secil Tunísia, no montante de Euros 4.794.836, explicada essencialmente pelo contexto adverso, político, social e financeiro, em que esta geografia se encontra.

Foram efetuadas análises de sensibilidade aos pressupostos fundamentais considerados nas avaliações realizadas, nomeadamente: 1) redução do indicador EVA em 5%, face ao utilizado no cenário base, e 2) aumento de 50 pontos base na taxa WACC em euros utilizada no cenário base. Estas análises de sensibilidade foram realizadas de forma independente para cada pressuposto. Caso tivessem sido adotados estes pressupostos às marcas identificadas, esta análise de sensibilidade não determinaria qualquer perda por imparidade adicional.

MARCAS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o valor líquido das marcas detalha-se como segue:

Valores em Euros	31/12/2022	31/12/2021
Pasta e Papel		
Navigator	107.568.000	107.568.000
Soporset	43.919.000	43.919.000
Cimento e Derivados		
Secil Portugal	71.700.000	71.700.000
Supremo (Brasil)*	16.545.521	14.577.044
Gabés (Tunísia)*	-	4.774.585
Outras	299	4.137
	239.732.820	242.542.766

* O valor destas marcas está sujeito a atualização cambial.

LICENÇAS DE CO₂

Nos exercícios de 2022 e 2021, o movimento ocorrido nas licenças de CO₂ foi como segue:

Valores em Euros	31/12/2022		31/12/2021	
	Toneladas	Valor	Toneladas	Valor
Saldo inicial	2.970.325	93.213.066	2.939.553	66.930.220
Licenças atribuídas gratuitamente	1.799.780	151.199.518	1.882.815	63.474.545
Licenças adquiridas	48.000	3.251.520	368.598	22.706.518
Licenças alienadas	-	-	(129.000)	(2.905.080)
Licenças devolvidas à Entidade Coordenadora de Licenciamento	(1.917.037)	(58.033.051)	(2.091.641)	(56.993.137)
Saldo final	2.901.068	189.631.053	2.970.325	93.213.066

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o Grupo detinha licenças de CO₂ registradas em conformidade com a política acima descrita, com o seguinte detalhe:

Valores em Euros	31/12/2022	31/12/2021
Licenças CO ₂ (ton)	2.901.068	2.970.325
Valor unitário médio	65,37	31,38
	189.631.053	93.213.066
Cotação de mercado	81,49	80,65

MOVIMENTOS EM ATIVOS INTANGÍVEIS

Valores em Euros	Marcas	Propriedade industrial e outros direitos	Licenças de Emissão de CO ₂	Ativos intangíveis em curso	Total
Valor bruto					
Saldo a 1 de janeiro de 2021	270.121.268	28.165	66.930.219	2.425.399	339.505.051
Aquisições/Atribuições	-	17.823	86.181.063	6.886.980	93.085.866
Alienações	-	-	(2.905.080)	-	(2.905.080)
Regularizações, transferências e abates	-	-	(56.993.136)	-	(56.993.136)
Ajustamento cambial	(3.015.411)	-	-	-	(3.015.411)
Saldo a 31 de dezembro de 2021	267.105.857	45.988	93.213.066	9.312.379	369.677.290
Variação de perímetro	-	291.951	-	-	291.951
Aquisições/Atribuições	-	-	154.451.038	16.213.285	170.664.323
Alienações	-	-	-	-	-
Regularizações, transferências e abates	(2)	-	(58.033.051)	2	(58.033.051)
Ajustamento cambial	1.371.559	(88.342)	-	-	1.283.217
Saldo a 31 de dezembro de 2022	268.477.414	249.597	189.631.053	25.525.666	483.883.730
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas					
Saldo a 1 de janeiro de 2021	(26.341.454)	(18.101)	-	-	(26.359.555)
Amortizações do exercício (Nota 3.6)	-	(19.400)	-	-	(19.400)
Perdas por imparidade do exercício (Nota 3.6)	(1.405.093)	-	-	-	(1.405.093)
Regularizações, transferências e abates	8.487	(8.487)	-	-	-
Ajustamento cambial	3.174.969	-	-	-	3.174.969
Saldo a 31 de dezembro de 2021	(24.563.091)	(45.988)	-	-	(24.609.079)
Amortizações do exercício (Nota 3.6)	-	(20.579)	-	-	(20.579)
Perdas por imparidade do exercício (Nota 3.6)	(4.807.158)	-	-	-	(4.807.158)
Regularizações, transferências e abates	8.487	(8.487)	-	-	-
Ajustamento cambial	617.168	-	-	-	617.168
Saldo a 31 de dezembro de 2022	(28.744.594)	(75.054)	-	-	(28.819.648)
Valor líquido a 1 de janeiro de 2021	243.779.814	10.064	66.930.219	2.425.399	313.145.496
Valor líquido a 31 de dezembro de 2021	242.542.766	-	93.213.066	9.312.379	345.068.211
Valor líquido a 31 de dezembro de 2022	239.732.820	174.542	189.631.053	25.525.666	455.064.081

Em 31 de dezembro de 2022, a rubrica de ativos intangíveis em curso um montante aproximado de 24 milhões de euros relativos ao projeto CCL (Clean Cement Line) em desenvolvimento na subsidiária Secil.

3.3 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS



POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Reconhecimento e mensuração inicial	Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2004 (data de transição para IFRS) encontram-se registados ao custo de aquisição, ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Os ativos fixos tangíveis adquiridos posteriormente à data de transição são apresentados ao custo de aquisição deduzido de depreciações e perdas por imparidade.
Custos subsequentes	Os gastos com manutenção programada são considerados como uma componente do custo de aquisição do ativo fixo tangível, sendo depreciados integralmente até à data prevista da próxima manutenção. Os demais dispêndios com reparações e manutenção são reconhecidos como um gasto no período em que são incorridos.
Peças de reserva e de manutenção	As peças de reserva são consideradas estratégicas dado que estão diretamente relacionadas com os equipamentos da produção, sendo expectável que a sua utilização se venha a prolongar por mais que dois exercícios económicos. As peças de manutenção consideradas como “peças de substituição críticas” são reconhecidas no ativo não corrente, como Ativos fixos tangíveis. Respeitando esta classificação, as peças de reserva são depreciadas desde o momento em que se tornam disponíveis para uso e é-lhes atribuída uma vida útil que segue a natureza dos equipamentos onde se prevê que venham a ser integradas, não ultrapassando a vida útil remanescente destes.
Encargos financeiros com empréstimos	Os encargos financeiros de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição ou construção (caso o período de construção ou desenvolvimento exceda um ano) de ativos fixos são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. No decurso dos exercícios apresentados, não foram capitalizados quaisquer encargos financeiros de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição ou construção de ativos fixos tangíveis.

Abates e alienações	Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações, quando aplicável, deduzido dos custos de transação e a quantia escriturada do ativo, e são reconhecidos na demonstração dos resultados, como Outros rendimentos e ganhos operacionais (Nota 2.2) ou Gastos e perdas operacionais (Nota 2.3).
Depreciações e imparidade	<p>É utilizado o método das quotas constantes, a partir do momento em que o bem se encontra disponível para uso, utilizando-se as taxas que melhor refletem a sua vida útil estimada.</p> <p>A depreciação dos terrenos de exploração resulta da estimativa de vida útil média dos terrenos, tendo em consideração o período de extração de matéria-prima.</p>
Vida útil estimada (em anos)	
Terrenos de exploração	14
Edifícios e outras construções	12 – 30
Equipamento básico	6 – 25
Equipamento de transporte	4 – 9
Ferramentas e utensílios	2 – 8
Equipamento administrativo	4 – 8
Taras e vasilhames	6
Outros ativos fixos tangíveis	4 – 10
Os valores residuais dos ativos e as respetivas vidas úteis são revistos e ajustados, se necessário, na data da Posição Financeira Consolidada. Se a quantia escriturada é superior ao valor recuperável do ativo, procede-se ao seu reajustamento para o valor recuperável estimado mediante o registo de perdas por imparidade (Nota 3.6).	

RECUPERABILIDADE DOS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

A recuperabilidade dos ativos fixos tangíveis requer a definição de estimativas e pressupostos por parte da Gestão, nomeadamente, quando aplicável, no que diz respeito ao apuramento do valor de uso no âmbito dos testes de imparidade às unidades geradoras de caixa do Grupo.

VIDA ÚTIL E DEPRECIAÇÃO

Os ativos fixos tangíveis representam a componente mais significativa do Ativo total do Grupo. Estes ativos são sujeitos a uma depreciação sistemática pelo período que se determina ser a sua vida útil económica. A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar, é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na Demonstração dos Resultados Consolidados de cada período.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do setor ao nível internacional e a evolução das condições económicas em que o Grupo atua.

Dada a relevância desta estimativa, o Grupo recorre com alguma regularidade a técnicos externos e independentes para aferir da adequação das estimativas utilizadas.

MOVIMENTOS EM ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Valores em Euros	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamentos e outros tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Valor bruto					
Saldo em 1 de janeiro de 2021	407.654.901	1.067.538.097	5.461.580.472	141.879.339	7.078.652.810
Varição de perímetro	(1.106.923)	(2.235.163)	(13.366.629)	(110.635)	(16.819.350)
Aquisições	-	70.294	15.919.069	104.283.063	120.272.426
Alienações	(806.562)	(2.799.659)	(12.175.147)	(4.208)	(15.785.576)
Regularizações, transferências e abates	746.302	921.716	133.070.549	(166.462.115)	(31.723.548)
Ajustamento cambial	(13.394.043)	(8.213.049)	(48.609.655)	(322.970)	(70.539.717)
Efeito de economias hiperinflacionárias	17.423.483	5.026.230	49.324.921	584.812	72.359.446
Saldo em 31 de dezembro de 2021	410.517.158	1.060.308.466	5.585.743.580	79.847.286	7.136.416.491
Varição de perímetro	-	(6.509.309)	(6.703.628)	(25.000)	(13.237.937)
Aquisições	-	46.938	14.266.529	153.661.060	167.974.527
Alienações	(915.733)	(746.469)	(59.070.707)	-	(60.732.909)
Regularizações, transferências e abates	2.627.452	5.172.791	57.418.961	(75.021.846)	(9.802.642)
Ajustamento cambial	(2.819.309)	4.949.595	(7.647.111)	112.165	(5.404.660)
Efeito de economias hiperinflacionárias	2.561.401	25.673.176	83.674.472	227.969	112.137.018
Saldo em 31 de dezembro de 2022	411.970.969	1.088.895.188	5.667.682.096	158.801.634	7.327.349.888
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas					
Saldo em 1 de janeiro de 2021	(91.023.465)	(711.238.797)	(4.469.798.465)	(3.630.707)	(5.275.691.434)
Varição de perímetro	-	1.782.441	13.176.376	-	14.958.817
Depreciações do período (Nota 3.6)	(5.078.568)	(20.671.079)	(155.936.627)	-	(181.686.274)
Alienações	10.898	7.742.529	10.607.739	-	18.361.166
Perdas por imparidade (Nota 3.6)	1.435.557	(570.155)	812.251	-	1.677.653
Regularizações, transferências e abates	52.754	3.363.590	26.075.526	102.292	29.594.162
Ajustamento cambial	3.990.393	5.428.878	41.770.527	-	51.189.798
Efeito de economias hiperinflacionárias	(6.165.694)	(3.364.090)	(52.561.336)	-	(62.091.120)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(96.778.125)	(717.526.683)	(4.585.854.009)	(3.528.415)	(5.403.687.232)
Varição de perímetro	-	5.656.139	5.683.105	-	11.339.244
Depreciações do período (Nota 3.6)	(5.385.708)	(28.323.068)	(187.273.627)	-	(220.982.403)
Alienações	701	696.752	56.409.969	-	57.107.422
Perdas por imparidade (Nota 3.6)	-	43.185	(8.612.297)	-	(8.569.112)
Regularizações, transferências e abates	5.504	286.587	10.291.688	-	10.583.779
Ajustamento cambial	2.429.700	792.534	18.084.177	-	21.306.411
Efeito de economias hiperinflacionárias	3.860.775	(15.532.841)	(97.846.221)	-	(109.518.287)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(95.867.153)	(753.907.395)	(4.789.117.215)	(3.528.415)	(5.642.420.178)
Valor líquido em 1 de janeiro de 2021	316.631.436	356.299.300	991.782.007	138.248.632	1.802.961.376
Valor líquido em 31 de dezembro de 2021	313.739.034	342.781.783	999.889.571	76.318.871	1.732.729.259
Valor líquido em 31 de dezembro de 2022	316.103.816	334.987.794	878.564.881	155.273.219	1.684.929.711

Em 31 de dezembro de 2022, a rubrica de investimentos em curso inclui investimentos associados a projetos de desenvolvimento em curso, no segmento de negócio da Pasta e Papel, onde se destaca a nova linha de preparação de madeiras da Figueira da Foz (cerca de 21 milhões de euros), a nova linha de evaporação de Aveiro (cerca de 13 milhões de euros), a nova caldeira de Gás Natural de Setúbal (cerca de 4 milhões de euros) e o *upgrade* do sistema de controlo da bobinadora 1 da Figueira da Foz (cerca de 2 milhões de euros) e no segmento de negócio do Cimento e Derivados onde se destaca o projeto Clean Cement Line (35 milhões de euros). O remanescente respeita a diversos projetos de melhoria e otimização do processo produtivo nas unidades fabris do Grupo.

Em 2020, foi aplicada a IAS 29 – Relato financeiro em economias hiperinflacionárias às demonstrações financeiras das subsidiárias do Líbano, antes da transposição para a moeda de apresentação do Grupo. A aplicação da referida norma teve um impacto líquido, nos ativos fixos tangíveis, a 31 de dezembro de 2020, de Euros 20.057.538, com o aumento do valor bruto dos ativos fixos de Euros 69.097.172 e das depreciações acumuladas de Euros 49.039.635. A 31 de dezembro de 2022, o valor líquido dos ativos fixos tangíveis referente às subsidiárias do Líbano nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo ascende a Euros 14.557.096 (31 de dezembro de 2021: Euros 20.441.256).

Em 2022 e 2021, a rubrica Regularizações, transferências e abates refere-se essencialmente à transferência de investimentos em curso para as restantes rubricas de ativos fixos tangíveis firmes, efetivada no momento em que os mesmos ficaram disponíveis para o uso pretendido.

No decurso dos exercícios de 2022 e 2021 não foram capitalizados quaisquer encargos financeiros de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos tangíveis. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não existem ativos fixos tangíveis dados como garantia real.



Os compromissos assumidos pelo Grupo para a aquisição de ativos fixos tangíveis são detalhados na Nota 9.2 – Compromissos.

3.4 SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO



POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Os subsídios ao investimento recebidos com o objetivo de compensar o Grupo por investimentos efetuados em ativos fixos tangíveis, incluindo os atribuídos como créditos fiscais, são classificados como Rendimentos diferidos (Nota 4.3 – Valores a pagar) e são reconhecidos em resultados durante a vida útil estimada dos respetivos ativos subsidiados, sendo associado à depreciação do período (Nota 3.6), para efeitos de apresentação.

SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO REEMBOLSÁVEIS

Os subsídios obtidos do Governo, sob a forma de atribuição de empréstimos reembolsáveis a taxa bonificada, são descontados na data do reconhecimento inicial com base na taxa de juro de mercado à data da atribuição, constituindo o valor do desconto o valor do subsídio a amortizar pelo período do empréstimo ou do ativo cuja aquisição pretende financiar, consoante as atividades financiadas. Estes passivos são incluídos em Valores a pagar (Nota 4.3).

SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO – DETALHE

Valores em Euros	Natureza	31/12/2022	31/12/2021
Ao abrigo dos contratos AICEP			
Enerpulp, S.A.	Financeira	254.071	328.243
Navigator Pulp Aveiro, S.A.	Financeira/Fiscal	5.315.822	6.806.000
Navigator Pulp Setúbal, S.A.	Financeira	52.676	101.018
Navigator Pulp Figueira, S.A.	Financeira/Fiscal	8.184.597	8.898.687
Navigator Parques Industriais, S.A.	Financeira	1.810.283	1.869.640
Navigator Tissue Aveiro, S.A.	Financeira/Fiscal	10.964.744	11.690.182
Navigator Brands, S.A.	Financeira	-	499.805
Ao abrigo do Plano de Recuperação e Resiliência			
Navigator Forest Portugal, S.A.	Financeira	36.510	-
Viveiros Aliança, SA	Financeira	20.800	-
Navigator Pulp Aveiro, S.A.	Financeira	38.336	-
Navigator Pulp Figueira, S.A.	Financeira	520.678	-
Raiz	Financeira	122.560	-
Outros			
Raiz	Financeira	2.007.338	1.479.841
Viveiros Aliança, SA	Financeira	98	21.306
Navigator Pulp Setúbal, S.A.	Financeira	4.488.046	-
Secil Clean Cement Line	Financeira	9.403.349	7.462.387
Saldo final		43.219.908	39.157.109

SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO – MOVIMENTOS

Valores em Euros	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	39.157.109	42.694.058
Atribuição	7.167.892	721.599
Utilização	(3.398.204)	(4.633.832)
Outros	293.111	375.284
Saldo final	43.219.908	39.157.109
<i>De natureza financeira</i>	<i>25.319.459</i>	<i>19.548.144</i>
<i>De natureza fiscal</i>	<i>17.900.449</i>	<i>19.608.965</i>

O Grupo espera reconhecer os subsídios em resultados conforme segue:

Valores em Euros	31/12/2022	31/12/2021
2022	-	3.456.831
2023	3.278.135	3.320.612
2024	3.237.288	3.275.288
2025	2.619.995	2.658.793
2026	2.522.759	2.588.156
2027	1.919.810	1.919.810
Posteriores a 2027	29.641.921	21.937.618
	43.219.908	39.157.109

INCENTIVO AO AUMENTO DA CAPACIDADE DE PRODUÇÃO DE PASTA NA FIGUEIRA DA FOZ

Em 27 de dezembro de 2018, foi celebrado um contrato fiscal de investimento entre a subsidiária Navigator Pulp Figueira, S.A. e a AICEP – Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, relativo ao investimento associado ao aumento da capacidade de produção de pasta na Figueira da Foz, o qual compreende um incentivo fiscal até ao montante máximo de Euros 17.278.657, correspondente a 19,5% do investimento realizado, mediante o cumprimento, até 31 de dezembro de 2025, de objetivos definidos contratualmente. Este subsídio está a ser reconhecido em 20 anos, na proporção da depreciação dos ativos, pese embora esteja já utilizado totalmente desde 2018.

INCENTIVOS AO PROJETO DE EXPANSÃO DA FÁBRICA DE PASTA DE CACIA

Em 18 de junho de 2014, a subsidiária Navigator Pulp Aveiro, S.A. assinou com a AICEP dois contratos de incentivos de natureza financeira e fiscal, tendentes ao apoio ao investimento a promover por aquela empresa no projeto de expansão de capacidade da fábrica de pasta de Aveiro, sendo o montante total de investimento realizado de 49,3 milhões de euros.

Os incentivos aprovados são de 9,3 milhões de euros de incentivo financeiro reembolsável e de 5,6 milhões de euros de incentivo fiscal, a utilizar até 2024, no limite, estando, todavia, totalmente utilizados desde o final de 2016, muito embora vá ser reconhecido em resultados até 2034. O contrato inclui um prémio de realização já reconhecido em balanço, que corresponde à conversão do incentivo reembolsável atribuído, em incentivo não reembolsável, até ao limite de 75% (Euros 6.947.450), mediante o cumprimento dos objetivos definidos contratualmente até 31 de dezembro de 2023.

INCENTIVO AO PROJETO DE CONVERSÃO DO FORNO DA CAL DE SETÚBAL

No âmbito do Roteiro para a Neutralidade Carbónica, o Grupo assinou um contrato de investimento de natureza financeira com a União Europeia, tendente ao apoio ao investimento a realizar pela Navigator Pulp Setúbal na conversão do forno da cal da fábrica de pasta de Setúbal, sendo o montante total de investimento previsto de Euros 7.500.000. O incentivo máximo aprovado ascende a Euros 4.488.046 e será pago através de uma tranche única não reembolsável, no máximo até ao final do terceiro ano de operação do equipamento.

PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA

O Grupo Navigator está envolvido em quatro Agendas para a Inovação Empresarial do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), através do investimento de 91,8 milhões de euros. O Grupo, através da Navigator Paper Setúbal, S.A. lidera a Agenda “From Fossil to Forest” (FF2F), a qual tem por grande propósito o desenvolvimento de uma gama de soluções para embalagem – centradas na marca gKRAFT lançada em 2021 – e a produção de celulose microfibrilada para o desenvolvimento de propriedades mecânicas e de barreiras funcionais (a gorduras e a líquidos, entre outros) nestes papeis. No total, o Grupo beneficiará de cerca de 25,9 milhões de euros de apoio desta componente do PRR (C5 – Capitalização e Inovação Empresarial).

Durante 2022, as empresas do Grupo Navigator Paper Setubal, S.A., Navigator Pulp Setúbal, S.A., Navigator Paper Figueira, S.A., Navigator Pulp Figueira, S.A., Navigator Pulp Aveiro, S.A. e Navigator Tissue Aveiro, S.A., apresentaram a sua candidatura ao «Apoio à Descarbonização da Indústria» do PRR. Este apoio enquadra-se num conjunto de medidas da Componente 11 (C11) do PRR, que visam contribuir para o objetivo da neutralidade carbónica, promovendo a transição energética por via da eficiência energética, do apoio às energias renováveis, com enfoque na adoção de processos e tecnologias de baixo carbono na indústria, na adoção de medidas de eficiência energética na indústria e na incorporação de energia de fonte renovável e armazenamento de energia.

Mais recentemente, o mesmo foi estendido a uma segunda fase de candidatura, no âmbito da qual a Navigator Tissue Rodão S.A. apresentou, à semelhança das restantes empresas, um conjunto de iniciativas relacionadas com a sua neutralidade carbónica. Com efeito, o Grupo espera, no futuro, investir no âmbito destas iniciativas 176,2 milhões de euros, valor que espera ver financiado em 66,8 milhões de euros.

Ainda em 2022, as empresas do Grupo apresentaram a sua candidatura aos incentivos do PRR relativos à Rede Nacional de Test Bed, esta última visando a criação de uma rede nacional para a prestação de serviços às empresas, para o desenvolvimento e teste de novos produtos e serviços. A candidatura, envolvendo um investimento de 2,2 milhões de euros, foi aprovada no final do ano, tendo o IAPMEI decidido atribuir à Navigator Pulp Figueira, S.A. 1,4 milhões de euros.

A participação do Grupo no PRR só fica, no entanto, completa com a participação do RAIZ na Componente 12 do PRR, relativa à Bioeconomia, onde tem perspectivado realizar um investimento de 1,7 milhões de euros e atribuição de 1,4 milhões de euros de incentivo para acelerar, em parceria com o CITEVE e outros 52 promotores, a criação de produtos de alto valor acrescentado a partir de recursos biológicos, em alternativa às matérias de base fóssil, mas sem deixar de garantir e até elevando padrões de qualidade com forte potencial em diferentes segmentos de mercado.

INCENTIVO AO PROJETO CLEAN CEMENT LINE

No âmbito do programa de apoio e financiamento Europeu PT 2020, o Grupo assinou um contrato de investimento de natureza financeira com a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E. (“AICEP”), tendente ao apoio ao investimento a realizar pela Secil, S.A. designado “Clean Cement Line” cujo objetivo consiste no desenvolvimento e demonstração de uma nova tecnologia de produção de cimento, a ser implementada na fábrica do Outão, que permitirá a produção de um clínquer de baixo carbono e, conseqüentemente, a criação de uma gama de cimentos de baixa pegada ecológica.

O montante total do investimento previsto é de Euros 86.339.792, com um incentivo máximo de Euros 14.924.773, do qual cerca de Euros 11.443.580 é não reembolsável. Até ao período findo a 31 de dezembro de 2022 já foi recebido um montante de Euros 9.403.348.

SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO REEMBOLSÁVEIS

Em 13 de dezembro de 2017, a subsidiária Navigator Tissue Aveiro, S.A. celebrou um contrato de investimento com a AICEP, para a construção da nova fábrica de *tissue* em Aveiro. Este contrato compreende um incentivo financeiro sob a forma de um incentivo reembolsável, o qual inclui um período de carência de dois anos, sem o pagamento de juros, até ao valor máximo de Euros 42.166.636, correspondente a 35% sobre o montante das despesas consideradas elegíveis, as quais se estimaram em 120.476 milhões de euros. A 31 de dezembro de 2022 o saldo a receber relativo ao total do subsídio reembolsável concedido ascende a Euros 2.108.332.

Foi ainda assinado com a mesma entidade, em 20 de abril de 2018, a atribuição de um incentivo fiscal atribuído mediante o cumprimento de objetivos definidos contratualmente até 31 de dezembro de 2028, cujo montante máximo previsto será de Euros 11.515.870, correspondente a 10% das despesas associadas ao projeto de investimento. Este montante está totalmente utilizado deste 2019 e será reconhecido em resultados em 24 anos.

Não existem condições não satisfeitas e outras contingências ligadas ao apoio governamental que tenham sido reconhecidas, estando a Navigator a cumprir com as condições de acordo com o planeado.

3.5 ATIVOS SOB DIREITO DE USO



POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Na data da entrada em vigor da locação, o Grupo reconhece um ativo sob direito de uso pelo valor do seu custo o qual corresponde ao montante inicial do passivo da locação ajustado de: i) quaisquer pagamentos antecipados; ii) incentivos à locação recebidos; e iii) custos diretos iniciais incorridos. Ao ativo sob direito de uso, poderá crescer a estimativa de remover e/ou restaurar o ativo subjacente e/ou o local onde se situa, quando exigido pelo contrato de locação.

O ativo sob direito de uso é subsequentemente depreciado usando o método linear a partir da data de entrada em vigor até ao menor entre o final da vida útil do ativo e o termo da locação. Adicionalmente, o ativo sob direito de uso é reduzido de perdas por imparidade, se existirem, e ajustado por eventuais remensurações do passivo de locação.

A vida útil considerada para cada classe de ativos sob direito de uso é igual à vida útil dos ativos fixos tangíveis (Nota 3.3) na mesma classe quando existe opção de compra e o Grupo espera exercê-la.

LOCAÇÕES DE CURTA DURAÇÃO E LOCAÇÕES DE ATIVOS DE VALOR REDUZIDO

O Grupo reconhece os pagamentos de locações por períodos iguais ou inferiores a 12 meses e de locações de ativos cujo valor de aquisição individual seja inferior a USD 5.000 diretamente como gastos operacionais do período (Nota 2.3), numa base linear.

MOVIMENTOS EM ATIVOS SOB DIREITO DE USO

Valores em Euros	Propriedade industrial e outros direitos	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamentos e outros tangíveis	Total
Valor bruto					
Saldo em 1 de janeiro de 2021	1.194.388	58.798.569	9.682.875	34.902.718	104.578.550
Variação de perímetro	-	-	-	38.830	38.830
Aquisições	-	12.623.101	1.450.037	19.562.945	33.636.083
Alienações	-	-	-	-	-
Regularizações, transferências e abates	(215)	(2.323.924)	(384.346)	(652.520)	(3.361.005)
Ajustamento cambial	-	(55.559)	(141.418)	(16.447)	(213.424)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.194.173	69.042.187	10.607.148	53.835.526	134.679.034
Variação de perímetro	-	(984.268)	-	-	(984.268)
Aquisições	2.822	9.443.325	636.395	13.373.491	23.456.033
Alienações	-	-	-	(25.000)	(25.000)
Regularizações, transferências e abates	(1.857)	(155.823)	(685.240)	(3.585.565)	(4.428.485)
Ajustamento cambial	-	14.168	34.834	201.653	250.655
Saldo a 31 de dezembro de 2022	1.195.138	77.359.589	10.593.137	63.800.105	152.947.969
Amortizações, depreciações e perdas por imparidade acumuladas					
Saldo em 1 de janeiro de 2021	(304.830)	(8.996.847)	(3.239.585)	(11.030.772)	(23.572.034)
Variação de perímetro	-	-	-	(31.330)	(31.330)
Depreciações e perdas por imparidade (Nota 3.6)	(69.279)	(4.482.717)	(1.573.832)	(11.526.874)	(17.652.702)
Alienações	-	-	-	-	-
Regularizações, transferências e abates	-	1.799.613	222.443	1.755.878	3.777.934
Ajustamento cambial	-	31.329	145.398	20.735	197.462
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(374.109)	(11.648.622)	(4.445.576)	(20.812.363)	(37.280.670)
Variação de perímetro	-	207.517	-	-	207.517
Depreciações e perdas por imparidade (Nota 3.6)	(69.434)	(5.066.941)	(1.576.152)	(13.005.137)	(19.717.664)
Alienações	-	-	-	23.750	23.750
Regularizações, transferências e abates	1.857	72.729	429.518	4.647.891	5.151.995
Ajustamento cambial	-	643	11.684	(156.548)	(144.221)
Saldo a 31 de dezembro de 2022	(441.686)	(16.434.674)	(5.580.526)	(29.302.407)	(51.759.293)
Valor líquido em 1 de janeiro de 2021	889.558	49.801.722	6.443.290	23.871.946	81.006.516
Valor líquido em 31 de dezembro de 2021	820.064	57.393.565	6.161.572	33.023.163	97.398.364
Valor líquido a 31 de dezembro de 2022	753.452	60.924.915	5.012.611	34.497.698	101.188.676

A rubrica Terrenos respeita, essencialmente, a direitos de utilização de terrenos:

- para exploração florestal existentes na subsidiária Navigator no montante de cerca 3,5 milhões de euros, cujos contratos têm habitualmente uma duração de 24 anos, podendo ser cancelados antecipadamente caso o 2º corte florestal ocorra antes do 24º ano do prazo; e
- associados a contratos de concessão portuários de longo prazo da subsidiária Secil no montante cerca de 8 milhões de euros.

A rubrica Equipamentos e Outros Tangíveis respeita, essencialmente, a equipamento de transporte, nos quais se destacam as auto-betoneiras na subsidiária Secil, os empilhadores na subsidiárias Navigator e as viaturas que integram a frota automóvel em uso nas diversas empresas do Grupo.

3.6 DEPRECIAÇÕES, AMORTIZAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADE

Nos exercícios de 2022 e 2021, os montantes registados em Depreciações, Amortizações e Perdas por imparidade detalham-se como segue:

Valores em Euros	Nota	2022	2021
Depreciações de ativos fixos tangíveis do período	3.3	221.565.942	182.217.530
Utilização de subsídios ao investimento	3.4	(3.981.743)	(4.633.832)
Depreciações de ativos fixos tangíveis, líquidos de subsídios utilizados		217.584.199	177.583.698
Imparidades em ativos fixos tangíveis – reversões		(43.185)	(2.247.808)
Imparidades em ativos fixos tangíveis – perdas		8.612.297	570.155
Imparidades em ativos fixos tangíveis do exercício	3.3	8.569.112	(1.677.653)
Amortizações em ativos intangíveis do exercício	3.2	20.579	19.399
Imparidades em ativos intangíveis - perdas	3.2	4.807.158	1.405.093
Imparidades em ativos intangíveis do exercício	3.2	-	-
		4.807.158	1.405.093
Depreciações de ativos de direito de uso do exercício	3.5		
		19.717.664	17.652.702
Imparidades em ativos detidos para venda	3.8		
Depreciações de propriedades de investimento	3.9	(1.036.324)	-
Perdas por imparidade em propriedades de investimento	3.9	766	766
ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços incluído nas depreciações (Brasil)		1.646	1.646
		(1.266.239)	(1.065.144)

No decurso do exercício de 2022, a Navigator solicitou a avaliação externa dos seus ativos a uma entidade independente que estimou o *fair value* dos mesmos considerando o valor de reposição a novo, bem como a vida útil estimada dos ativos, considerando as atuais condições e a obsolescência funcional. O estudo efetuado considerou informação técnica dos ativos afetos aos centros produtores, onde se incluí a durabilidade técnica, física e tecnológica dos equipamentos.

Tendo por base o resultado dos estudos efetuados, bem como as perspetivas internas de investimento do Grupo para o período 2023-2027 que considera os compromissos assumidos no âmbito do Plano de descarbonização e dos projetos de investimento ao abrigo do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), e considerando que, nos termos da IAS 8, as alterações de estimativa da vida útil são ajustadas prospetivamente, a Navigator procedeu à revisão da vida útil dos seus ativos com referência a 1 de janeiro de 2022, a qual determinou um aumento de 36,8 milhões de euros nas depreciações do exercício, em resultado de uma redução média de, aproximadamente, sete anos de vida útil.

Conforme referido na Nota 3.2, procedeu ao registo de uma imparidade pelo valor global da marca Secil Tunísia, no montante de Euros 4.794.836. Adicionalmente, fruto do contexto adverso, político, social e financeiro, em que esta geografia se encontra foi igualmente efetuada uma análise à recuperação do valor líquidos contabilísticos dos ativos fixos tangíveis desta geografia da qual resultou uma imparidade de Euros 7.877.407.

3.7 ATIVOS BIOLÓGICOS



POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Os ativos biológicos do Grupo correspondem principalmente às florestas detidas para produção de madeira suscetível de incorporação no processo de fabrico de pasta BEKP ou para venda no mercado, maioritariamente o eucalipto, incluindo ainda outras espécies, como o pinho e o sobreiro.

Os ativos biológicos são mensurados ao justo valor, deduzido dos gastos estimados de venda no momento do corte.

Justo Valor (nível 3 da hierarquia do justo valor da IFRS 13)	<p>Na determinação do justo valor das florestas foi utilizado o método do valor presente dos fluxos de caixa descontados, os quais foram apurados através de um modelo desenvolvido internamente, alvo de validação periódica por avaliadores externos e independentes.</p> <p>No modelo desenvolvido são considerados pressupostos correspondentes à natureza dos ativos em avaliação, nomeadamente, o ciclo de desenvolvimento das diferentes espécies, a produtividade das florestas, o preço de venda da madeira (quando existe mercado ativo) deduzido do custo de corte, das rendas dos terrenos próprios, arrendados e concessionados, recheia e transporte, os custos de plantação e manutenção, do custo inerente ao arrendamento dos terrenos florestais; e a taxa de desconto.</p> <p>A taxa de desconto corresponde à taxa de juro de mercado, sem inflação, de forma consistente com a estrutura de projeções, determinada tendo em consideração a rentabilidade que o Grupo espera obter dos ativos florestais, os quais se destinam a serem alienados intragrupo.</p>
Áreas concessionadas	Os custos incorridos com a preparação de terrenos para uma primeira florestação são registados como um ativo fixo tangível, depreciado de acordo com a sua vida útil esperada, que coincide com o período de concessão.
Alteração de estimativas	As alterações de estimativas de crescimento, período de corte, preço, custo e outras premissas são reconhecidas enquanto variações de justo valor de ativos biológicos na demonstração dos resultados.
Corte	No momento do corte, a madeira é valorizada pelo seu justo valor deduzido dos gastos estimados desde o local de abate até ao ponto de venda ou consumo, o qual constitui o custo inicial do inventário.



ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTABILÍSTICOS

PRESSUPOSTOS

Foram considerados pressupostos correspondentes à natureza dos ativos em avaliação, nomeadamente:

- Produtividade das florestas;
- Preço de venda da madeira (quando existe mercado ativo) deduzido do custo de corte, das rendas dos terrenos próprios, arrendados e concessionados, recheia e transporte, os custos de plantação e manutenção, do custo inerente ao arrendamento dos terrenos florestais; o valor de tendência para 2022 agravou-se 5% face a 2021;
- Taxa de desconto, 2022: 5,17% (2021: 2,99%). Note-se que o Grupo incorpora o risco de incêndio nos *cash flows* do modelo. Caso este risco fosse incorporado na taxa de desconto, a mesma seria de 7% (2021: 4,61%).

O valor dos ativos biológicos, apurado em função da expectativa de extração das produções das diversas espécies, corresponde às seguintes expectativas de produção futura:

	31/12/2022	31/12/2021
Eucalipto (Portugal) - Potencial Futuro de extrações de madeira k m3ssc	10.371	10.207
Eucalipto (Moçambique) - Potencial Futuro de extrações de madeira k m3ssc (1)	4.451	2.758
Resinosas (Portugal) - Potencial Futuro de extrações de madeira k ton	309	311
Resinosas (Portugal) - Potencial Futuro de extrações de pinhas k ton	n/a	n/a
Sobreiro (Portugal) - Potencial Futuro de extrações de cortiça k @	563	461

No que diz respeito ao eucalipto, o ativo biológico com maior expressão nas demonstrações financeiras apresentadas, em 2022 foram extraídos 512.112 m³ssc de madeira das matas detidas e exploradas pelo Grupo (31 de dezembro de 2021: 651.654 m³ssc).

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, (i) não existem quantias de ativos biológicos cuja posse seja restrita e/ou penhoradas como garantia de passivos, nem compromissos não reversíveis relativos à aquisição de ativos biológicos, e (ii) não existem subsídios governamentais relacionados com ativos biológicos reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

O Grupo considera a taxa de desconto utilizada em Portugal e o preço *forward* da madeira como as variáveis mais significativas. Alterações nos pressupostos podem implicar valorizações/desvalorizações destes ativos:

Valores em Euros	31/12/2022	31/12/2021
1) Agravamento em 0,5% da taxa de desconto em Portugal	5.422.029	7.896.515
Desvalorização do ativo florestal de Portugal		
2) Diminuição de 3% no preço <i>forward</i>	10.848.174	11.731.495
Desvalorização do ativo florestal de Portugal		
3) Agravamento em 0,5% da taxa de desconto em Moçambique	503.338	273.043
Desvalorização do ativo florestal de Moçambique		
4) Diminuição de 3% no preço <i>forward</i>	761.695	718.666
Desvalorização do ativo florestal de Moçambique		

DETALHE DOS ATIVOS BIOLÓGICOS

Valores em Euros	31/12/2022	31/12/2021
Eucalipto (Portugal)	93.301.990	113.826.448
Eucalipto (Espanha)	2.932.530	-
Pinho (Portugal)	8.149.506	6.697.561
Sobreiro (Portugal)	819.980	6.268.821
Outras espécies (Portugal)	73.108	1.015.078
Eucalipto (Moçambique)	17.222.761	19.516.153
	122.499.874	147.324.061

O Grupo iniciou a exploração silvícola em Espanha, mais propriamente na região da Galiza, com a plantação de cerca de 700 ha, prevendo-se o aumento desta atividade no futuro.

A diminuição do justo valor do Sobreiro e das outras espécies (de menor relevância) decorre, essencialmente, dos efeitos associados ao aumento dos custos de corte, recheia e transporte.

Relativamente à floresta de Moçambique, foi iniciada a operação de colheita de madeira das plantações da Portucel Moçambique em Manica, para exportação a partir do Porto da Beira, o que permitirá, entre outros objetivos, colocar Moçambique no mapa mundial desta indústria de base florestal. Ao longo de 2022, foram colhidos cerca de 100.000 m³ de madeira, tendo sido concretizados três embarques de navios para Portugal, com cerca de 100.000 m³.

O Grupo considera, de acordo com a IAS 41, ativos maduros aqueles que tenham atingido as especificações necessárias para obter o máximo rendimento em função da sua rentabilidade, das necessidades de fornecimento e o custo de oportunidade. Tipicamente a floresta em Portugal atinge a sua maturidade entre os 8 e os 12 anos, sendo que este referencial depende da espécie, das condições do solo, bem como das condições edafoclimáticas. Os dados sobre a floresta, a sua condição e o seu potencial futuro são aferidos pelo menos duas vezes ao longo do seu ciclo de crescimento. A 31 de dezembro de 2022 os ativos maduros representavam cerca de 48% (48% em 31 de dezembro de 2021) da floresta da Navigator em território nacional, estando os mesmos valorizados ao justo valor.

MOVIMENTOS EM ATIVOS BIOLÓGICOS

Valores em Euros	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	147.324.061	148.584.452
Variações:		
Cortes efetuados	(19.268.187)	(25.277.834)
Crescimento	22.077.444	19.653.667
Replantações	4.241.964	3.313.648
Outras variações de justo valor:		
- alteração do preço da madeira	23.872.905	-
- alteração da taxa de custo de capital	(28.053.077)	1.212.800
- impacto dos incêndios	(31.633)	(68.795)
- custos de logística de transporte	(2.076.774)	(2.417.701)
- custos fixos de estrutura	(9.396.335)	-
- variação nas outras espécies	(4.938.867)	-
- outras alterações de expectativa	(11.251.626)	2.323.824
Total de variações do período	(24.824.186)	(1.260.391)
Saldo Final	122.499.874	147.324.061

3.8 ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA



POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Os ativos não correntes (ou operações descontinuadas) são classificados como detidos para venda se o respetivo valor for realizável principalmente através de uma transação de venda ao invés de ser através do seu uso continuado.

Considera-se que esta situação se verifica apenas quando i) a venda é muito provável e o ativo está disponível para venda imediata nas suas atuais condições; ii) o Grupo assumiu um compromisso de vender; e iii) é expectável que a venda se concretize num período de 12 meses.

Mensuração e apresentação	A partir do momento em que ativos tangíveis são classificados como ativos não correntes detidos para venda, são mensurados pelo menor do valor contabilístico ou do justo valor deduzido dos custos de venda, cessando a sua depreciação. Quando o justo valor deduzido dos custos de venda é inferior ao valor contabilístico, a diferença é reconhecida em resultados.
Alienações	Os ganhos ou perdas nas alienações de ativos não correntes, determinados pela diferença entre o valor de venda e o respetivo valor líquido contabilístico, são reconhecidos em resultados como Outros rendimentos e ganhos operacionais (Nota 2.2) ou Gastos e perdas operacionais (Nota 2.3).

Em 31 de dezembro de 2022, os ativos detidos para venda, no montante de Euros 1.008.000 (2021: Euros 4.162.459), correspondem essencialmente a terrenos do segmento Cimentos e Derivados.

3.9 PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO



POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

O Grupo classifica como propriedades de investimento nas demonstrações financeiras consolidadas os imóveis detidos com o objetivo de valorização do capital e/ou obtenção de rendas de terceiros.

Mensuração	Uma propriedade de investimento é mensurada inicialmente pelo seu custo de aquisição ou produção, incluindo os custos das transações que lhe sejam diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, as propriedades de investimento são mensuradas ao custo deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos subsequentes com as propriedades de investimento só são adicionados ao custo do ativo se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros acrescidos face aos considerados no reconhecimento inicial
------------	---

MOVIMENTOS EM PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Valores em Euros	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	368.848	371.260
Amortizações e perdas por imparidade	(2.412)	(2.412)
	366.436	368.848

Estes ativos compostos essencialmente terrenos e imóveis detidos para obtenção de rendas e/ou valorizações do capital não se encontram afetos à atividade operacional do Grupo, nem têm uso futuro determinado.

4 FUNDO DE MANEIO

4.1 INVENTÁRIOS



POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Mercadorias e Matérias-Primas	As mercadorias e as matérias-primas encontram-se valorizadas ao mais baixo entre o custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio das saídas.
Produtos Acabados, Intermédios e Produtos e trabalhos em curso	Os produtos acabados e intermédios e os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao mais baixo entre o custo de produção (que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico, tomando por base o nível normal de produção) e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado deduzido dos custos estimados de acabamento e de comercialização. As diferenças entre o custo de produção e o valor realizável líquido, se inferior, são registadas em custos operacionais.

4.1.1 INVENTÁRIOS – DETALHE POR NATUREZA

VALORES LÍQUIDOS DE PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

Valores em Euros	31/12/2022	31/12/2021
Matérias-primas	190.967.739	145.524.442
Mercadorias	16.861.149	10.744.001
Subprodutos e desperdícios	730.540	5.318.819
	208.559.428	161.587.262
Produtos acabados e intermédios	181.431.055	94.230.580
Produtos e trabalhos em curso	3.496.998	3.567.119
	184.928.053	97.797.699
Total	393.487.481	259.384.961

4.1.2 INVENTÁRIOS – DISTRIBUIÇÃO POR SEGMENTOS E POR ÁREA GEOGRÁFICA

Valores em Euros	31/12/2022	%	31/12/2021	%
Pasta e Papel				
Portugal	245.248.393	82,1%	167.690.434	89,9%
Resto da Europa	18.581.866	6,2%	6.277.358	3,4%
América	34.898.958	11,7%	12.582.866	6,7%
	298.729.217	100,0%	186.550.658	100,0%
Cimento e Derivados				
Portugal	47.400.250	51,3%	33.416.204	46,8%
Resto da Europa	2.440.682	2,6%	2.173.368	3,0%
América	14.952.106	16,2%	13.387.577	18,8%
África	25.801.252	27,9%	20.286.081	28,4%
Ásia	1.791.680	1,9%	2.103.515	2,9%
	92.385.970	100,0%	71.366.745	100,0%
Ambiente - Portugal	2.372.293	100,0%	1.467.558	100,0%
	393.487.480		259.384.961	

O valor relativo a Portugal, do segmento da Pasta e Papel, inclui Euros 4.286.997 (31 de dezembro de 2021: Euros 11.739.049) relativos a inventários cujas faturas já foram emitidas, mas cujo controlo não foi transferido para os clientes.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não existem inventários cuja posse seja restrita e/ou penhoradas como garantia de passivos.

4.1.3 CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS NO PERÍODO

Valores em Euros	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Saldo Inicial		161.587.262	139.358.079
Compras		1.251.494.914	809.847.241
Saldo Final		(208.559.427)	(161.587.262)
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	2.3	1.204.522.749	787.618.058

4.1.4 VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO NO PERÍODO

Valores em Euros	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Saldo Inicial		(97.797.698)	(97.185.887)
Regularizações		3.662.346	4.500.022
Saldo Final		184.928.053	97.797.698
Variação da produção	2.3	90.792.701	5.111.833

4.1.5 MOVIMENTOS EM PERDAS POR IMPARIDADE EM INVENTÁRIOS

Valores em Euros	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Saldo Inicial		(11.211.141)	(10.509.972)
Aumentos		(14.065.760)	(2.990.582)
Reversões		1.772.627	1.587.392
Impacto em resultados do período	2.3	(12.293.133)	(1.403.190)
Ajustamento cambial		150.570	520.745
Economias hiperinflacionárias		2.359	-
Utilizações		62.052	(73.657)
Variações de perímetro		-	254.933
Saldo Final		(23.289.293)	(11.211.141)

Conforme referido na nota 2.3, o aumento verificado na imparidade de inventários inclui ajustamentos feitos pela subsidiária Navigator ao *stock* de papel UWF e de papel *tissue*, no valor de Euros 7.931.309, na sequência da identificação de itens com menor rotação e perspectiva de venda futura decorrente da *performance* de vendas do Grupo e do mix de vendas. Adicionalmente, considerando as perspectivas de investimento futuras e as vidas úteis remanescentes dos equipamentos industriais, a Navigator estimou as peças de reserva necessárias até à descontinuação destes equipamentos, tendo reconhecido uma imparidade para o excedente de peças de reserva em *stock*, no montante de Euros 5.309.900

A partir de 2020 passou a ser aplicada a IAS 29 – Relato financeiro em economias hiperinflacionárias às demonstrações financeiras das subsidiárias do Líbano, antes da transposição para a moeda de apresentação do Grupo. A 31 de dezembro de 2022, o valor dos inventários referente às subsidiárias do Líbano nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo ascende a Euros 1.870.869 (2021: Euros 2.192.208).

4.2 VALORES A RECEBER



POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

CLIENTES E OUTROS DEVEDORES

Classificação	Os saldos a receber de clientes resultam das atividades principais do Grupo e o modelo de negócio seguido é “deter para cobrar”, embora pontualmente o segmento Cimento e Derivados utilize o <i>confirming</i> . Saldos de outros devedores são tipicamente do modelo “deter para cobrar”.
Mensuração inicial	Ao justo valor.
Mensuração subsequente	Ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade.
Imparidade de clientes	As perdas por imparidade são registadas com base no modelo simplificado previsto na IFRS 9 registando as perdas esperadas até à maturidade. As perdas esperadas são determinadas tendo por base a experiência de perdas reais históricas ao longo de um período estatisticamente relevante e representativas das características específicas do risco de crédito subjacente.
Imparidade de outros devedores	As perdas por imparidade são registadas com base no modelo geral de perdas de crédito estimadas da IFRS 9.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os valores a receber correntes e não correntes detalham-se como segue:

Valores em Euros	Nota	31/12/2022			31/12/2021		
		Não Corrente	Corrente	Total	Não Corrente	Corrente	Total
Cientes							-
Segmento Pasta e Papel	8.1.4	-	341.601.458	341.601.458	-	210.789.083	210.789.083
Segmento Cimento e Derivados	8.1.4	-	70.135.124	70.135.124	-	56.370.752	56.370.752
Segmento Ambiente	8.1.4	-	17.095.052	17.095.052	-	13.516.485	13.516.485
		-	428.831.634	428.831.634	-	280.676.320	280.676.320
Contas a receber - Partes relacionadas	10.4	-	649.639	649.639	-	1.301.899	1.301.899
Estado		-	77.264.743	77.264.743	-	57.035.474	57.035.474
Department of Commerce (EUA)		-	-	-	-	281.653	281.653
Enviva Pellets Greenwood, LLC (EUA)		-	8.168.426	8.168.426	7.826.849	25.384.072	33.210.921
Incentivos financeiros a receber		13.219.416	13.239.885	26.459.301	-	-	-
Acréscimos de rendimento		-	9.687.577	9.687.577	-	22.161.246	22.161.246
Gastos diferidos		-	16.209.297	16.209.297	-	14.094.535	14.094.535
Instrumentos financeiros derivados	8.2	-	54.773.410	54.773.410	-	3.066.689	3.066.689
Adiantamentos a fornecedores		-	15.397.572	15.397.572	-	6.047.344	6.047.344
Outros		15.701.049	17.812.749	33.513.798	4.293.458	22.027.945	26.321.403
		28.920.465	642.034.932	670.955.397	12.120.307	432.077.177	444.197.484



Os valores acima são apresentados líquidos de perdas de imparidade acumuladas. A análise de imparidade dos valores a receber é apresentada na Nota 8.1.4 – Risco de crédito.

DEPARTMENT OF COMMERCE (EUA)

A 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo corresponde ao valor a receber do Department of Commerce (DoC) na sequência da investigação iniciada em 2015 de alegadas práticas de *dumping* nas exportações de papel UWF para os Estados Unidos da América, por parte da subsidiária Navigator.

Durante 2021, o Department of Commerce confirmou a taxa final a aplicar relativa ao 4.º período de revisão, compreendido entre março de 2019 e fevereiro de 2020, em 2,21%, pelo que o Grupo recebeu em 2022 o montante de Euros 281.653 pela diferença entre os depósitos efetuados e a taxa final a pagar.

No exercício de 2022 foi igualmente confirmada a taxa relativa ao 5.º período de revisão, compreendido entre março de 2020 e fevereiro de 2021, em 5,81%, mantendo-se em aberto os períodos de revisão subsequente (6 e 7). Relativamente a estes três períodos estima-se que a Navigator tenha a pagar ao DoC cerca de 5,6 milhões de euros (Nota 4.3).

ENVIVA PELLETS GREENWOOD, LLC (EUA)

Reflete o valor atual do montante ainda a receber pela venda do negócio de *pellets* pela Navigator (Nota 2.2). Sobre o valor nominal a receber, vencem juros à taxa de 2,5% (Nota 5.11).

OUTROS VALORES A RECEBER NÃO CORRENTES

O montante evidenciado pela rubrica de Outros valores a receber não correntes inclui, em 2022, um montante de Euros 11.200.000 que respeita a um valor ressegurado no âmbito do programa de seguros do Grupo para fazer face a potenciais sinistros.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de Estado detalha-se conforme segue:

Valores em Euros	31/12/2022	31/12/2021
Imposto sobre o Valor Acrescentado a recuperar	22.526.996	9.095.712
Imposto sobre o Valor Acrescentado - Reembolsos pedidos	45.395.267	37.924.732
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ((ICMS)	1.474.947	1.477.913
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)	418.413	720.250
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	12.943	358.057
Crédito de PIS e COFINS sobre ativos fixos	7.407.482	7.362.187
Restantes Impostos	28.695	94.153
Valores pendentes de reembolso (processos fiscais decididos a favor do Grupo)	-	2.470
	77.264.743	57.035.474

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as rubricas de Acréscimos de rendimento e Gastos diferidos detalham-se conforme segue:

Valores em Euros	31/12/2022	31/12/2021
Acréscimos de rendimento		
Vendas de energia	1.871.271	17.470.569
Indemnizações a receber	4.062.997	1.636.141
Outros	3.753.309	3.054.536
	9.687.577	22.161.246
Gastos diferidos		
Seguros	1.912.478	1.584.282
Rendas e alugueres	10.002.722	8.386.747
Outros	4.294.097	4.123.506
	16.209.297	14.094.535
	25.896.874	36.255.781

4.3 VALORES A PAGAR



POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO

Mensuração inicial	Ao justo valor, líquido dos custos de transação incorridos.
Mensuração subsequente	Ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva. A diferença entre o valor de reembolso e o valor da mensuração inicial é reconhecida nos resultados ao longo do período da dívida em "Juros de outros passivos financeiros ao custo amortizado" (Nota 5.11).

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os valores a pagar detalham-se como segue:

Valores em Euros	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores c/c		455.914.395	345.144.866
Fornecedores de imobilizado c/c		10.956.609	7.275.993
Estado		93.456.795	62.922.234
Instituto do Ambiente		118.333.488	58.822.137
Partes relacionadas	10.4	26.461.118	874.436
Outros credores		11.927.142	9.214.444
Instrumentos financeiros derivados	8.2.2	11.759.237	9.811.872
Acréscimos de gastos com o pessoal		71.581.424	52.954.299
Outros acréscimos de gastos		67.073.865	53.139.891
Subsídios não reembolsáveis		92.995.915	46.802.840
Outros rendimentos diferidos - ISP		449.701	387.246
Valores a pagar - corrente		960.909.689	647.350.258
Subsídios não reembolsáveis		30.545.424	28.460.138
Department of Commerce (EUA)		4.306.974	8.554.289
Ultimate Cell (Utis)		2.800.000	-
Valores a pagar - Não corrente		37.652.398	37.014.427
		998.562.087	684.364.685

O aumento dos acréscimos de gastos com o pessoal resulta do reconhecimento de um valor mais elevado para o pagamento, em 2023, de gratificações aos colaboradores, bem como do valor referente ao prémio de produtividade relativo ao 4.º trimestre de 2022 e do reforço do programa de rejuvenescimento, estes últimos da subsidiária Navigator.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica Estado detalha-se como segue:

Valores em Euros	31/12/2022	31/12/2021
Retenções de Imposto sobre o Rendimento (IRS)	5.435.737	4.464.393
Imposto sobre o Valor Acrescentado	43.335.782	25.788.642
Contribuições para a Segurança Social	4.558.876	4.140.623
ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços	1.246.835	570.096
Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC)	781.096	653.577
Programa Paraná Competitivo	36.370.666	25.598.165
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	58.611	73.997
Outros	1.669.192	1.632.741
	93.456.795	62.922.234

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não existiam dívidas em situação de mora com o Estado.

SUBSÍDIOS NÃO REEMBOLSÁVEIS – DETALHE

Valores em Euros	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Subsídios ao investimento	3.4	12.674.484	10.696.971
Subsídios - licenças de emissão CO ₂		71.343.238	31.001.180
Outros subsídios		8.978.193	5.104.689
Subsídios não reembolsáveis - corrente		92.995.915	46.802.840
Subsídios ao investimento	3.4	30.545.424	28.460.138
Subsídios não reembolsáveis - não corrente		30.545.424	28.460.138
		123.541.339	75.262.978

5 ESTRUTURA DE CAPITAL

5.1 GESTÃO DE CAPITAL

POLÍTICA DE GESTÃO DE CAPITAL

O Grupo Semapa gere o seu capital numa ótica de continuidade e criação de valor para os acionistas, consubstanciado na política de dividendos conservadora assente em princípios de solidez financeira, por um lado através da manutenção de uma estrutura financeira compatível com o crescimento sustentado do Grupo e respetivas áreas de negócio e, por outro, indicadores sólidos de solvabilidade e autonomia financeira. Nesse sentido o capital considerado para efeitos da gestão de capital corresponde ao Capital Próprio, não sendo considerado nenhum passivo financeiro como parte integrante do mesmo.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, o Grupo pode ajustar o montante de dividendos a pagar aos acionistas, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir a dívida.

5.2 CAPITAL SOCIAL E AÇÕES PRÓPRIAS



POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

O capital social da Semapa encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo totalmente representado por ações sem valor nominal.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou outros instrumentos de capital próprio são apresentados como uma dedução, líquida de impostos, ao valor recebido. Os custos diretamente imputáveis à emissão de novas ações ou opções, para a aquisição de um negócio são incluídos no custo de aquisição, como parte do valor da compra.

AÇÕES PRÓPRIAS

Reconhecimento	Ao valor de aquisição, como uma redução do capital próprio.
Aquisições por empresa do Grupo	Quando alguma empresa do Grupo adquire ações da empresa-mãe, o pagamento, que inclui os custos incrementais diretamente associados, é deduzido ao capital próprio atribuível aos detentores do capital da empresa-mãe até que as ações sejam canceladas, reemitidas ou alienadas.
Alienação de ações próprias	Quando as ações próprias são subsequentemente vendidas ou reemitidas, qualquer recebimento, líquido de custos de transação diretamente atribuíveis e de impostos, é refletido no capital próprio dos detentores do capital da empresa em Outras reservas (Nota 5.5).
Extinção de ações próprias	A extinção de ações próprias é refletida nas demonstrações financeiras consolidadas como uma redução do Capital social e na rubrica Ações próprias, pelo valor equivalente ao valor nominal e de aquisição, respetivamente, sendo o diferencial apurado entre os dois montantes registado em Outras reservas.

DETENTORES DE CAPITAL DA SEMAPA

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os detentores do capital da Semapa detalham-se como segue:

Denominação	31/12/2022		31/12/2021	
	Nº de ações	%	Nº de ações	%
Ações sem valor nominal				
Cimo - Gestão de Participações, SGPS, S.A.	38.959.431	47,94	38.959.431	47,94
Sodim, SGPS, S.A.	27.508.892	33,85	27.508.892	33,85
Bestinver Gestión, S.A., S.G.I.I.C.	2.458.623	3,03	2.458.623	3,03
Cobas Asset Management, SGIC, S.A.	1.637.038	2,01	1.637.038	2,01
Norges Bank (the Central Bank of Norway)	1.699.613	2,09	1.699.613	2,09
Ações próprias	1.400.627	1,72	1.400.627	1,72
Outros acionistas com participações inferiores a 2%	7.605.776	9,36	7.605.776	9,36
	81.270.000	100,00	81.270.000	100,00

AÇÕES PRÓPRIAS – MOVIMENTOS

Nos exercícios de 2022 e 2021, os movimentos ocorridos em ações próprias detalham-se como segue:

	2022		2021	
	Nº de ações	Valor contabilístico (Euros)	Nº de ações	Valor contabilístico (Euros)
Ações próprias detidas no início do período	1.400.627	15.946.363	1.400.627	15.946.363
Aquisição de ações pela Semapa	-	-	-	-
Alienações do período	-	-	-	-
Ações próprias no final do período	1.400.627	15.946.363	1.400.627	15.946.363

5.3 RESULTADO POR AÇÃO



POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

O resultado básico por ação é apurado com base na divisão dos lucros ou prejuízos atribuíveis aos detentores de capital social ordinário da Semapa pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período.

Para a finalidade de calcular o resultado diluído por ação, a Semapa ajusta os lucros ou prejuízos atribuíveis aos detentores ordinários de capital próprio, bem como o número médio ponderado de ações em circulação, para efeitos de todas as potenciais ações ordinárias diluidoras.

Valores em Euros	2022	2021
Resultado atribuível aos acionistas da Semapa	307.089.834	198.128.028
Número total de ações emitidas	81.270.000	81.270.000
Número médio de ações próprias em carteira	(1.400.627)	(1.400.627)
Número médio ponderado de ações	79.869.373	79.869.373
Resultado básico por ação	3,845	2,481
Resultado diluído por ação	3,845	2,481

5.4 DIVIDENDOS



POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Os dividendos por ação apresentados são calculados com base no número de ações em circulação na data de atribuição.

DIVIDENDOS ATRIBUÍDOS NO PERÍODO

Valores em Euros	Data	Montante atribuído	Dividendos por ação
Atribuições em 2022			
Aprovação na Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Semapa da distribuição de reservas livres	30 de novembro de 2022	99.996.455	1,252
Aprovação na Assembleia Geral Anual de Acionistas da Semapa do pagamento de dividendos relativos aos resultados líquidos de 2021 obtidos em base individual de acordo com o normativo IFRS	27 de maio de 2022	40.893.119	0,512
Atribuições em 2021			
Aprovação na Assembleia Geral Anual de Acionistas da Semapa do pagamento de dividendos relativos aos resultados líquidos de 2020 obtidos em base individual de acordo com o normativo IFRS	30 de abril de 2021	40.893.119	0,512

5.5 RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

RESERVA DE JUSTO VALOR

A reserva de justo valor corresponde à variação acumulada do justo valor dos instrumentos financeiros derivados classificados como de cobertura (Nota 8.2), e dos investimentos financeiros mensurados ao justo valor através de outros rendimentos integrais (Nota 8.3), líquida de impostos diferidos.

As variações relativas aos derivados são reclassificadas para os resultados do período (Nota 5.11) à medida que os instrumentos cobertos afetam os resultados do período. A variação de justo valor de investimentos financeiros registada nesta rubrica não é reciclada para resultados.

RESERVA DE CONVERSÃO CAMBIAL

A Reserva de conversão cambial corresponde ao montante acumulado relativo à apropriação pelo Grupo das diferenças cambiais resultantes da conversão das demonstrações financeiras das subsidiárias e associadas que operam fora da zona Euro, essencialmente no Brasil, Tunísia, Líbano, Angola, Moçambique, Estados Unidos da América, Suíça e Reino Unido.

RESERVA LEGAL

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da sociedade. Poderá, contudo, ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

A reserva legal encontra-se constituída pelo seu limite máximo nos períodos apresentados.

OUTRAS RESERVAS

Esta rubrica corresponde a reservas constituídas através da transferência de resultados de períodos anteriores e outros movimentos. Não é distribuível a parte do saldo correspondente ao valor de aquisição das ações próprias detidas (Nota 5.2).

Valores em Euros	31/12/2022	31/12/2021
Reserva de conversão cambial	(202.244.411)	(234.772.441)
Justo valor de instrumentos financeiros derivados	29.889.067	(2.291.184)
Reserva de justo valor	29.889.067	(2.291.184)
Reserva legal	16.695.625	16.695.625
Outras reservas	1.105.635.572	1.048.397.118
Resultados transitados	990.822	832.780
Reservas e resultados transitados	950.966.675	828.861.898

RESERVA DE CONVERSÃO CAMBIAL

O impacto da variação cambial por divisa (ver Nota 8.1.1 – Risco cambial) é como segue:

Valores em Euros	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	(234.772.441)	(218.994.285)
Real Brasileiro	15.701.839	1.028.156
Dinar Tunisino	(601.981)	319.175
Libra Libanesa	(3.219.620)	(14.496.061)
Dólar Americano	1.670.441	1.656.367
Metical Moçambicano	20.216.302	(2.684.188)
Outras divisas	(1.238.951)	(1.601.605)
Saldo final	(202.244.411)	(234.772.441)

A variação na rubrica de reserva de conversão cambial relativa ao Metical moçambicano deve-se essencialmente às diferenças de câmbio desfavoráveis acumuladas associadas ao reembolso do empréstimo (suprimentos da Navigator) de longo prazo concedido à subsidiária Portucel Moçambique. Este empréstimo, com a natureza de quasi-capital, encontrava-se denominado em moeda estrangeira e, pela extinção do mesmo e de acordo com a política contabilística do Grupo, as correspondentes diferenças cambiais acumuladas, reconhecidas em anos anteriores na Demonstração de Rendimento Integral, foram reconhecidas em resultados do exercício (Nota 5.11).

5.6 INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM

DETALHE DE INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM, POR SUBSIDIÁRIA

Valores em Euros	%	Capitais próprios		Resultado líquido	
		detida	31/12/2022	31/12/2021	2022
Pasta e Papel					
The Navigator Company, S.A.	30,56%	305.690.923	244.577.443	114.552.654	48.149.411
RAIZ - Instituto de Investigação da Floresta e Papel	3,00%	297.977	286.896	1.861	7.058
Portucel Moçambique	9,98%	-	-	-	-
Cimentos e Derivados					
Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	0,00%	8.167	7.621	254	1.077
Société des Ciments de Gabés	1,28%	478.267	710.606	(122.470)	40.128
IRP - Indústria de Rebocos de Portugal, S.A.	25,00%	458.162	458.262	275.900	272.121
Secil - Companhia de Cimento do Lobito, S.A.	49,00%	(4.291.198)	(3.995.565)	386.984	(415.215)
Ciments de Sibline, S.A.L.	48,95%	6.645.567	10.163.827	(273.900)	3.774.622
Madebritas - Sociedade de Britas da Madeira, Lda.	49,00%	56.716	57.637	(921)	(1.411)
Outros		504.654	505.451	(796)	5.263
Ambiente					
ETSA - Investimentos, SGPS, S.A.	0,01%	10.918	9.680	1.350	997
Tribérica, S.A.	30,00%	385.660	332.016	151.644	(7.790)
		310.245.813	253.113.874	114.972.560	51.826.261

Em 2014, o Grupo Navigator assinou com o IFC – Internacional Finance Corporation acordos tendentes à entrada desta instituição no capital da subsidiária Portucel Moçambique, S.A., assegurando assim a fase de construção do projeto florestal do Grupo em Moçambique, tendo em 2015 esta empresa operado um aumento de capital de 1.000 milhões de meticais, para 1.680,798 milhões de meticais, no qual o IFC subscreveu 332.798 milhões de meticais, correspondentes a 19,98% do capital à data.

Em fevereiro de 2019, ocorreu a redução do capital subscrito, realizado e escriturado do acionista The Navigator Company, S.A. para 456.596.000 meticais, a que correspondem 90,02% do capital social da Empresa, tendo a participação do IFC sido revista para 50.620.000 meticais, a que correspondem 9,98% do capital social da Portucel Moçambique.

À data de relato, não existem direitos de proteção dos interesses que não controlam que restrinjam significativamente a capacidade da entidade para aceder ou usar ativos e liquidar passivos do Grupo.

MOVIMENTOS DOS INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM, POR SEGMENTO OPERACIONAL

Valores em Euros	Pasta e Papel	Cimento e Derivados	Ambiente	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2021	242.501.663	16.643.887	8.795	259.154.345
Varição de perímetro	-	-	339.807	339.807
Economias hiperinflacionárias (Líbano)	-	526.227	-	526.227
Dividendos	(44.912.881)	(305.601)	(112)	(45.218.594)
Reserva de conversão cambial	(1.040.357)	(12.633.505)	-	(13.673.862)
Instrumentos financeiros	311.495	13	-	311.508
Ganhos e perdas atuariais	510.885	232	-	511.117
Outros movimentos nos CP's	(662.935)	-	-	(662.935)
Resultado líquido do período	48.156.469	3.676.583	(6.791)	51.826.261
Saldo em 31 de dezembro de 2021	244.864.339	7.907.836	341.699	253.113.874
Economias hiperinflacionárias (Líbano)	-	(198.221)	-	(198.221)
Dividendos	(75.070.504)	(341.416)	(112)	(75.412.032)
Reserva de conversão cambial	8.915.714	(3.740.886)	-	5.174.828
Instrumentos financeiros	11.892.312	84	-	11.892.396
Ganhos e perdas atuariais	902.078	2.938	-	905.016
Outros movimentos nos CP's	(69.556)	(35.053)	(97.998)	(202.607)
Resultado líquido do período	114.554.517	265.053	152.990	114.972.559
Saldo em 31 de dezembro de 2022	305.988.900	3.860.335	396.579	310.245.813



As políticas contabilísticas aplicáveis a interesses que não controlam, assim como a informação sobre as subsidiárias do Grupo com interesses que não controlam significativos, são divulgadas na Nota 10.1 – Empresas incluídas na consolidação.

5.7 FINANCIAMENTOS OBTIDOS



POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Financiamentos	Os financiamentos obtidos incluem as Obrigações, o Papel Comercial, os empréstimos bancários e outros financiamentos.
Mensuração inicial	Ao justo valor, líquido dos custos de transação incorridos.
Mensuração subsequente	Ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva. A diferença entre o valor de reembolso e o valor da mensuração inicial é reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período da dívida em "Juros suportados com outros empréstimos obtidos" na Nota 5.11 – Rendimentos e gastos financeiros.
Justo valor	O valor contabilístico dos financiamentos obtidos de curto prazo ou contratados com taxas de juro variáveis aproxima-se do seu justo valor. O justo valor dos financiamentos obtidos que são remunerados a taxa fixa é divulgado na Nota 8.4 – Ativos e passivos financeiros.
Apresentação	No passivo corrente, exceto se o Grupo detiver um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses após a data de relato.



ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTABILÍSTICOS

DIVULGAÇÃO POR SEGMENTO OPERACIONAL

Na medida em que a gestão de tesouraria é efetuada autonomamente por cada segmento de negócio, conforme divulgado na Nota 8.1 – Gestão do risco financeiro, a informação sobre os financiamentos obtidos que é divulgada nesta Nota segue essa estrutura.

PAPEL COMERCIAL

O Grupo tem diversos programas de emissão de papel comercial negociados, de acordos com os quais é frequente a realização de emissões com maturidade contratual inferior a um ano mas com natureza revolving. Nos casos em que o Grupo tem o direito de realizar o *roll over* destes financiamentos, apresenta os mesmos como passivos não correntes.

FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Valores em Euros	31/12/2022			31/12/2021		
	Não Corrente	Corrente	Total	Não Corrente	Corrente	Total
Empréstimos por obrigações	666.000.000	182.214.286	848.214.286	748.214.286	22.500.000	770.714.286
Papel Comercial	181.500.000	46.750.000	228.250.000	158.250.000	144.750.000	303.000.000
Empréstimos bancários	179.005.652	99.525.565	278.531.217	191.422.385	106.537.708	297.960.093
Encargos com emissão de empréstimos	(5.357.671)	281.768	(5.075.903)	(13.124.546)	266.304	(12.858.242)
Títulos de dívida e dívida bancária	1.021.147.981	328.771.619	1.349.919.600	1.084.762.125	274.054.012	1.358.816.137
Outras dívidas remuneradas	30.433.409	7.219.439	37.652.848	34.967.952	4.099.904	39.067.856
Outros financiamentos obtidos	30.433.409	7.219.439	37.652.848	34.967.952	4.099.904	39.067.856
Total financiamentos obtidos	1.051.581.390	335.991.058	1.387.572.448	1.119.730.077	278.153.916	1.397.883.993

A rubrica “Outras dívidas remuneradas” inclui essencialmente incentivos reembolsáveis da AICEP – Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, no âmbito de diversos projetos de investigação e desenvolvimento da subsidiária Navigator, onde se inclui o incentivo no âmbito do contrato de investimento celebrado com a subsidiária do Grupo Navigator Tissue Aveiro, S.A., para a construção da nova fábrica de *tissue* em Aveiro. Este contrato compreende um incentivo financeiro sob a forma de um incentivo reembolsável, até ao valor máximo de Euros 42.166.636, sem o pagamento de juros, com um período de carência de dois anos, tendo a última amortização em 2027.

EMPRÉSTIMOS | TAXA FIXA E TAXA VARIÁVEL

Valores em Euros	31/12/2022			31/12/2021		
	Não Corrente	Corrente	Total	Não Corrente	Corrente	Total
TAXA FIXA						
Pasta e Papel						
Empréstimos obrigacionistas	50.000.000	-	50.000.000	150.000.000	-	150.000.000
Papel Comercial	105.000.000	35.000.000	140.000.000	140.000.000	35.000.000	175.000.000
Empréstimos bancários	71.428.571	8.492.064	79.920.635	79.920.634	5.634.921	85.555.555
Cimento e Derivados						
Empréstimos obrigacionistas	110.000.000	45.714.286	155.714.286	105.714.286	20.000.000	125.714.286
Empréstimos bancários	-	-	-	15.861.677	12.502.176	28.363.853
Holdings						
Empréstimos obrigacionistas	-	100.000.000	100.000.000	100.000.000	-	100.000.000
Papel Comercial	-	10.000.000	10.000.000	10.000.000	35.000.000	45.000.000
Empréstimos bancários	-	16.000.000	16.000.000	16.000.000	8.000.000	24.000.000
Total de Financiamentos taxa fixa	336.428.571	215.206.350	551.634.921	617.496.597	116.137.097	733.633.694
TAXA VARIÁVEL						
Pasta e Papel						
Empréstimos obrigacionistas	370.000.000	22.500.000	392.500.000	292.500.000	2.500.000	295.000.000
Papel Comercial	-	-	-	-	65.000.000	65.000.000
Empréstimos bancários	20.083.334	9.083.333	29.166.667	29.166.667	7.083.333	36.250.000
Cimento e Derivados						
Empréstimos obrigacionistas	-	-	-	50.000.000	-	50.000.000
Papel Comercial	70.000.000	-	70.000.000	-	8.000.000	8.000.000
Empréstimos bancários	87.493.747	63.316.652	150.810.400	47.839.892	70.727.747	118.567.639
Ambiente						
Empréstimos bancários	-	133.516	133.516	133.515	89.531	223.046
Holdings						
Empréstimos obrigacionistas	136.000.000	14.000.000	150.000.000	50.000.000	-	50.000.000
Papel Comercial	6.500.000	1.750.000	8.250.000	8.250.000	1.750.000	10.000.000
Empréstimos bancários	-	2.500.000	2.500.000	2.500.000	2.500.000	5.000.000
Total de Financiamentos taxa variável	690.077.081	113.283.501	803.360.583	480.390.074	157.650.611	638.040.685
Total de Financiamentos bancários	1.026.505.652	328.489.851	1.354.995.503	1.097.886.671	273.787.708	1.371.674.379
% Taxa Fixa	33%	66%	41%	56%	42%	53%
% Taxa Variável	67%	34%	59%	44%	58%	47%

EMPRÉSTIMOS POR OBRIGAÇÕES

Valores em Euros	31/12/2022			Maturidade	Taxa de Juro
	Não Corrente	Corrente	Total		
Segmento - Pasta e Papel					
Navigator 2022 / 2028 ESG	150.000.000	-	150.000.000	junho 2028	Indexada a Euribor
Navigator 2019 / 2026	50.000.000	-	50.000.000	janeiro 2026	Fixa
Navigator 2019 / 2025	30.000.000	20.000.000	50.000.000	março 2025	Indexada a Euribor
Navigator 2021 / 2026	15.000.000	2.500.000	17.500.000	abril 2026	Indexada a Euribor
Navigator 2020 / 2026	75.000.000	-	75.000.000	dezembro 2026	Indexada a Euribor
Navigator 2021 / 2026	100.000.000	-	100.000.000	agosto 2026	Indexada a Euribor
	420.000.000	22.500.000	442.500.000	-	
Segmento - Cimento e Derivados					
Secil 2016 / 2023	-	25.714.286	25.714.286	fevereiro 2023	Fixa
Secil 2018 / 2023	-	20.000.000	20.000.000	junho 2023	Fixa
Secil 2019 / 2026	60.000.000	-	60.000.000	dezembro 2026	Fixa
Secil 2020/2027	50.000.000	-	50.000.000	abril 2027	Fixa
	110.000.000	45.714.286	155.714.286	-	
Holdings					
Semapa 2016 / 2023	-	100.000.000	100.000.000	junho 2023	Fixa
Semapa 2021 / 2026	50.000.000	-	50.000.000	julho 2026	Indexada a Euribor
Semapa 2022 / 2027	86.000.000	14.000.000	100.000.000	outubro 2027	Indexada a Euribor
	136.000.000	114.000.000	250.000.000		
	666.000.000	182.214.286	848.214.286		

No final de junho de 2022, a subsidiária Navigator emitiu um empréstimo obrigacionista no valor de 150 milhões de euros, com maturidade em 2028, ao abrigo do Sustainability-Linked Bonds Framework, tendo em simultâneo reembolsado antecipadamente um financiamento no mesmo montante válido até 2023. Esta operação contribuiu para a extensão da vida média da sua dívida, bem como para a redução do custo de financiamento, além de ter condições ajustadas ao cumprimento de compromissos de sustentabilidade. As condições do empréstimo estão indexadas a três indicadores ESG já presentes na Agenda de Sustentabilidade da Navigator e, por sua vez, alinhados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas.

Valores em Euros	31/12/2021			Maturidade	Taxa de Juro
	Não Corrente	Corrente	Total		
Segmento - Pasta e Papel					
Navigator 2015 / 2023	150.000.000	-	150.000.000	setembro 2023	Indexada a Euribor
Navigator 2019 / 2026	50.000.000	-	50.000.000	janeiro 2026	Fixa
Navigator 2019 / 2025	50.000.000	-	50.000.000	março 2025	Indexada a Euribor
Navigator 2021 / 2026	17.500.000	2.500.000	20.000.000	abril 2026	Indexada a Euribor
Navigator 2020 / 2026	75.000.000	-	75.000.000	dezembro 2026	Indexada a Euribor
Navigator 2021 / 2026	100.000.000	-	100.000.000	agosto 2026	Fixa
	442.500.000	2.500.000	445.000.000		
Segmento - Cimento e Derivados					
Secil 2017 / 2022	-	20.000.000	20.000.000	outubro 2022	Fixa
Secil 2016 / 2023	25.714.286	-	25.714.286	fevereiro 2023	Fixa
Secil 2018 / 2023	20.000.000	-	20.000.000	junho 2023	Fixa
Secil 2019 / 2026	60.000.000	-	60.000.000	dezembro 2026	Fixa
Secil 2020 / 2023	50.000.000	-	50.000.000	maio 2023	Indexada a Euribor 6M
	155.714.286	20.000.000	175.714.286		
Holdings					
Semapa 2021 / 2026	50.000.000	-	50.000.000	Julho 2026	Indexada a Euribor
Semapa 2016 / 2023	100.000.000	-	100.000.000	junho 2023	Fixa
	150.000.000	-	150.000.000		
	748.214.286	22.500.000	770.714.286		

EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS

Valores em Euros	31/12/2022			31/12/2021		
	Não Corrente	Corrente	Total	Não Corrente	Corrente	Total
Pasta e Papel - taxa variável	20.083.334	9.083.333	29.166.666	29.166.667	7.083.333	36.250.000
Pasta e Papel - taxa fixa	71.428.571	8.492.064	79.920.635	79.920.634	5.634.921	85.555.555
Cimento e Derivados - taxa variável	87.493.747	63.316.652	150.810.400	47.839.892	70.727.747	118.567.639
Cimento e Derivados - taxa fixa	-	-	-	15.861.677	12.502.176	28.363.853
Ambiente - taxa variável	-	133.516	133.516	133.515	89.531	223.046
Holdings - taxa variável	-	2.500.000	2.500.000	2.500.000	2.500.000	5.000.000
Holdings - taxa fixa	-	16.000.000	16.000.000	16.000.000	8.000.000	24.000.000
	179.005.652	99.525.565	278.531.217	191.422.385	106.537.708	297.960.093

PAPEL COMERCIAL

Em 31 de dezembro de 2022, os empréstimos sob a forma de Papel Comercial detalham-se como segue:

Montante Contratado	31/12/2022			Maturidade	Taxa de Juro
	Não Corrente	Corrente	Total		
Segmento - Pasta e Papel					
140.000.000	105.000.000	35.000.000	140.000.000	fevereiro 2026	Fixa
65.000.000	-	-	-	fevereiro 2026	
75.000.000	-	-	-	fevereiro 2026	
50.000.000	-	-	-	dezembro 2025	
330.000.000	105.000.000	35.000.000	140.000.000		
Segmento - Cimento e Derivados					
50.000.000	-	-	-	abril 2026	
50.000.000	50.000.000	-	50.000.000	junho 2027	Indexada a Euribor
75.000.000	-	-	-	outubro 2026	
20.000.000	20.000.000	-	20.000.000	dezembro 2027	Indexada a Euribor
195.000.000	70.000.000	-	70.000.000		
Ambiente					
5.000.000	-	-	-	janeiro 2024	
1.300.000	-	-	-	julho 2023	
6.300.000	-	-	-		
Holdings					
12.500.000	-	10.000.000	10.000.000	outubro 2023	Fixa
40.000.000	-	-	-	maio 2024	
80.000.000	-	-	-	julho 2026	
40.000.000	-	-	-	agosto 2026	
16.500.000	6.500.000	1.750.000	8.250.000	outubro 2026	Indexada a Euribor
90.000.000	-	-	-	janeiro 2027	
20.000.000	-	-	-	março 2027	
25.000.000	-	-	-	maio 2027	
324.000.000	6.500.000	11.750.000	18.250.000		
855.300.000	181.500.000	46.750.000	228.250.000		

Em 31 de dezembro de 2021, os empréstimos sob a forma de Papel Comercial detalham-se como segue:

Montante Contratado	31/12/2021			Maturidade	Taxa de Juro
	Não Corrente	Corrente	Total		
Segmento - Pasta e Papel					
175.000.000	140.000.000	35.000.000	175.000.000	fevereiro 2026	Fixa
65.000.000	-	65.000.000	65.000.000	fevereiro 2026	Indexada a Euribor
75.000.000	-	-	-	fevereiro 2026	
50.000.000	-	-	-	dezembro 2025	
365.000.000	140.000.000	100.000.000	240.000.000		
Segmento - Cimento e Derivados					
50.000.000	-	8.000.000	8.000.000	abril 2026	Indexada a Euribor
20.000.000	-	-	-	dezembro 2022	
50.000.000	-	-	-	janeiro 2023	
75.000.000	-	-	-	outubro 2023	
195.000.000	-	8.000.000	8.000.000		
Ambiente					
5.000.000	-	-	-	novembro 2022	
5.000.000	-	-	-	janeiro 2024	
2.600.000	-	-	-	jan 2022 a jul 2023	
12.600.000	-	-	-		
Holdings					
25.000.000	-	25.000.000	25.000.000	fevereiro 2022	Fixa
40.000.000	-	-	-	agosto 2026	
25.000.000	10.000.000	10.000.000	20.000.000	outubro 2023	Fixa
40.000.000	-	-	-	maio 2024	
80.000.000	-	-	-	julho 2026	
20.000.000	-	1.750.000	10.000.000	outubro 2026	Indexada a Euribor
	8.250.000				
230.000.000	18.250.000	36.750.000	55.000.000		
802.600.000	158.250.000	144.750.000	303.000.000		

PRAZOS DE REEMBOLSO DOS EMPRÉSTIMOS SUPERIOR A UM ANO

Valores em Euros	31/12/2022	31/12/2021
1 a 2 anos	132.045.492	442.707.780
2 a 3 anos	240.034.546	101.816.761
3 a 4 anos	368.648.621	139.499.524
4 a 5 anos	188.671.633	353.496.208
Mais de 5 anos	127.538.769	95.334.350
Total	1.056.939.061	1.132.854.623

COVENANTS FINANCEIROS

Para determinado tipo de operações de financiamento, existem compromissos de manutenção de certos rácios financeiros cujos limites se encontram previamente negociados. Os *covenants* existentes referem-se nomeadamente a cláusulas de *cross default*, *pari passu*, *negative pledge*, *ownership-clause*, cláusulas relacionadas com a manutenção das atividades do Grupo, manutenção de rácios financeiros, nomeadamente de Dívida Líquida/EBITDA, Cobertura de juros, Endividamento e Autonomia financeira, bem como de cumprimento das suas obrigações (operacionais, legais e fiscais), comuns nos contratos de financiamento e plenamente conhecidas no mercado mesmo considerando o impacto da adoção da IFRS 16.

Adicionalmente, o Grupo cumpre os rácios a que está obrigado pelos contratos de financiamento em vigor em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

5.8 PASSIVOS DE LOCAÇÃO



POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Mensuração inicial	<p>Na data de início da locação, o Grupo reconhece passivos de locação mensurados ao valor presente dos pagamentos futuros da locação, os quais incluem pagamentos fixos deduzidos de incentivos de locação a receber, de pagamentos variáveis da locação, e valores que se esperam pagar a título de valor residual garantido.</p> <p>Os pagamentos de locação incluem ainda o preço de exercício de opções de compra ou renovação razoavelmente certas de serem exercidas pelo Grupo ou pagamentos de penalidades de rescisão de locações, se o prazo da locação refletir a opção do Grupo de rescindir o contrato.</p> <p>No cálculo do valor presente dos pagamentos futuros da locação, o Grupo usa uma taxa de juro incremental de financiamento se a taxa de juro implícita na locação não for facilmente determinável.</p>
Mensuração subsequente	Subsequentemente, o valor dos passivos de locação é incrementado pelo valor dos juros (Nota 5.11 Rendimentos e gastos financeiros) e diminuído pelos pagamentos de locação (rendas).

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os passivos de locação detalham-se como segue:

Valores em Euros	31/12/2022			31/12/2021		
	Não correntes	Correntes	Total	Não correntes	Correntes	Total
Pasta e Papel	55.089.083	6.551.966	61.641.049	47.417.092	5.823.833	53.240.925
Cimento e Derivados	28.734.457	9.262.605	37.997.062	32.640.299	8.965.972	41.606.271
Ambiente	896.471	396.400	1.292.871	1.163.717	434.784	1.598.501
Holdings	188.938	97.841	286.779	156.537	87.717	244.254
	84.908.949	16.308.812	101.217.761	81.377.645	15.312.306	96.689.951



A análise de maturidade dos passivos de locação é apresentada na Nota 8.1.3 – Risco de liquidez.

5.9 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA



POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

A rubrica de Caixa e equivalentes de caixa inclui caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo com maturidade inicial até 3 meses, que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor. Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, esta rubrica inclui também os descobertos bancários, os quais são apresentados na Posição financeira consolidada, no passivo corrente, na rubrica Financiamentos obtidos (Nota 5.7).

Valores em Euros	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Numerário		924.987	896.996
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	8.1.4	441.773.009	363.812.915
Outras aplicações de tesouraria	8.1.4	151.253.105	18.576.390
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração de fluxos de caixa consolidada		593.951.101	383.286.301
Imparidades	8.1.4	(554.525)	(998.909)
Caixa e equivalentes de caixa		593.396.576	382.287.392

Em 2022 e 2021, a rubrica Outras aplicações de tesouraria corresponde a montantes aplicados em portefólio de ativos financeiros de curto prazo, elevada liquidez e emitentes com *rating* adequado.

O movimento ocorrido no exercício de 2022 na rubrica Imparidades detalha-se como segue:

Valores em Euros	Saldo inicial	Reforço	Reversão	Var. Cambial	Saldo final
Libano	998.909	395.837	(536.601)	(303.620)	554.525
Outras	-	-	-	-	-
	998.909	395.837	(536.601)	(303.620)	554.525

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não existem saldos significativos de caixa e equivalentes de caixa que estejam sujeitos a restrições de uso pelas empresas do Grupo.

5.10 FLUXOS DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

MOVIMENTOS NOS PASSIVOS DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO DO GRUPO

No exercício de 2022 e 2021, os movimentos ocorridos nos passivos de atividades de financiamento detalham-se como segue:

Valores em Euros	01/01/22	Fluxos de caixa de atividades de financiamento	Transações que não afetam caixa e equivalentes de caixa			31/12/22
			Reconhecimento de locações	Ajustamento cambial	Especialização de juros	
Financiamentos obtidos (Nota 5.7)						
Empréstimos por obrigações	770.714.286	77.500.000	-	-	-	848.214.286
Papel comercial	303.000.000	(74.750.000)	-	-	-	228.250.000
Empréstimos bancários	297.960.093	(35.478.541)	-	16.049.665	-	278.531.217
Encargos com emissão de empréstimos	(12.858.242)	15.794.302	-	-	(8.011.963)	(5.075.903)
Outros financiamentos obtidos	39.067.856	(16.244.012)	-	-	14.829.004	37.652.848
Passivos de locação (Nota 5.8)	96.689.951	(23.803.857)	23.431.033	8.532.385	(3.631.751)	101.217.761
Total	1.494.573.944	(56.982.108)	23.431.033	24.582.050	3.185.290	1.488.790.209

Valores em Euros	01/01/21	Fluxos de caixa de atividades de financiamento	Transações que não afetam caixa e equivalentes de caixa			31/12/21
			Reconhecimento de locações	Ajustamento cambial	Especialização de juros	
Financiamentos obtidos (Nota 5.7)						
Empréstimos por obrigações	836.714.286	(66.000.000)	-	-	-	770.714.286
Papel comercial	525.000.000	(222.000.000)	-	-	-	303.000.000
Empréstimos bancários	270.029.647	25.416.410	-	2.514.036	-	297.960.093
Encargos com emissão de empréstimos	(9.705.859)	3.770.678	-	-	(6.923.061)	(12.858.242)
Outros financiamentos obtidos	38.447.832	(4.472.875)	-	-	5.092.899	39.067.856
Passivos de locação (Nota 5.8)	80.139.646	(19.948.814)	33.636.083	(213.422)	3.076.458	96.689.951
Total	1.740.625.552	(283.234.601)	33.636.083	2.300.614	1.246.296	1.494.573.944

5.11 RENDIMENTOS E GASTOS FINANCEIROS



POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Os gastos financeiros relacionados com empréstimos são geralmente reconhecidos como custos financeiros, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

O Grupo Semapa classifica como Rendimentos financeiros os rendimentos e ganhos que resultam da atividade de gestão de tesouraria tais como: i) os juros obtidos pela aplicação de excedentes de tesouraria; e ii) as variações de justo valor de instrumentos financeiros derivados negociados para a cobertura do risco de taxa de juro e taxa de câmbio dos financiamentos, independentemente da designação formal de cobertura.

Nos exercícios de 2022 e 2021, os Rendimentos e Gastos financeiros detalham-se como segue:

Valores em Euros	Nota	2022	2021
Juros suportados com títulos de dívida e dívida bancária	5,7	(31.899.063)	(30.819.249)
Comissões de empréstimos e gastos com aberturas de crédito		(8.011.963)	(7.855.757)
Juros suportados por aplicação do método do juro efetivo		(39.911.026)	(38.675.006)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	5,8	(27.528.659)	(4.236.776)
Juros suportados com passivos de locação	9,1	(3.631.751)	(3.201.416)
Desconto financeiro de provisões Recuperação ambiental		(117.714)	(59.257)
Perdas com instrumentos derivados de cobertura	8,2	(1.504.772)	(3.191.640)
Perdas com instrumentos derivados de negociação		(25.364.400)	(5.936.014)
Outros gastos e perdas financeiros		(3.307.477)	(1.192.818)
Outros gastos e perdas financeiros		(61.454.773)	(17.817.921)
Juros obtidos de ativos financeiros ao custo amortizado	8,2	6.109.758	2.107.531
Ganhos de justo valor de Outros investimentos financeiros		2.545.643	236.350
Outros rendimentos e ganhos financeiros		-	2.698.326
Rendimentos e ganhos financeiros		8.655.401	5.042.207
Total de Gastos e perdas financeiros		(101.365.799)	(56.492.927)
Total de Rendimentos e ganhos financeiros		8.655.401	5.042.207
Resultados financeiros		(92.710.398)	(51.450.720)

As Diferenças de câmbio desfavoráveis incluem o impacto não recorrente de Euros 30.356.972 relativo a diferenças de câmbio desfavoráveis acumuladas, diretamente associadas ao reembolso do empréstimo (suprimentos da Navigator) de longo prazo concedido à subsidiária Portucel Moçambique. Este empréstimo com a natureza de quasi-capital encontrava-se denominado em moeda estrangeira e, pela extinção do mesmo e de acordo com a política contabilística do Grupo, as correspondentes diferenças cambiais acumuladas, reconhecidas em anos anteriores na Demonstração de rendimento integral, foram reconhecidas em resultados do exercício.

5.12 POSIÇÃO MONETÁRIA LÍQUIDA | LÍBANO

No último trimestre de 2020, o Líbano foi considerado uma economia hiperinflacionária, nos termos da IAS 29 – Relato Financeiro em Economias Hiperinflacionárias, tendo como base a inflação registada nos últimos três anos. Com efeito, em 31 de dezembro de 2020, a taxa de inflação acumulada nos últimos três anos ultrapassou os 100%, o que constituiu condição quantitativa objetiva para designar o Líbano uma economia hiperinflacionária.

As taxas de inflação e índice IPC verificados nos anos de 2022 e 2021 foram como segue:

- 31 de dezembro de 2021 – 224%
- 31 de dezembro de 2022 – 113%
- Média 2022 – 184%

A IAS 29 aplica-se às demonstrações financeiras individuais e demonstrações financeiras consolidadas de qualquer entidade cuja moeda funcional seja a moeda de uma economia hiperinflacionária, e é aplicável desde o início do período de reporte no qual a entidade identifica a sua moeda como hiperinflacionária.

De acordo com a IAS 29, os ativos e passivos não monetários das subsidiárias do Líbano foram reexpressos pela aplicação de um índice geral de preços que reflita as alterações no poder geral de compra do Líbano desde a data de aquisição dos ativos. A quantia reexpressa de um item não monetário foi reduzida quando excede o seu valor recuperável. Os itens monetários das subsidiárias do Líbano não são reexpressos porque já estão expressos em termos da unidade monetária corrente à data do balanço.

Os itens da demonstração de resultados relativas às subsidiárias do Líbano foram reexpressos pela aplicação da alteração no índice geral de preços a partir das datas em que os itens de rendimentos e gastos foram registados nas demonstrações financeiras. A variação na posição monetária líquida decorrente das alterações de preços em 2022 e 2021 foi reconhecida em resultados na rubrica Ganhos ou perdas na Posição Monetária Líquida, tendo representado nos exercícios referidos ganhos nos montantes de Euros 979.084 e Euros 7.214.110, respetivamente.

6 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

6.1 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO



POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

O imposto corrente sobre o rendimento é determinado com base nos resultados líquidos, ajustados em conformidade com a legislação fiscal vigente à data da Posição financeira consolidada.

De acordo com a legislação em vigor, os ganhos e perdas em empresas associadas e empreendimentos conjuntos, resultantes da aplicação do método da equivalência patrimonial, são deduzidos ou acrescidas, respetivamente, ao resultado do período, para apuramento da matéria coletável. Os dividendos são considerados no apuramento da matéria coletável do ano em que são recebidos, se as participações forem detidas por um período inferior a um ano ou representem uma percentagem inferior a 10% do capital social.

GRUPO FISCAL

O Grupo Semapa encontra-se sujeito ao Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS), constituído pelas empresas com uma participação igual ou superior a 75% e que cumprem as condições previstas no artigo 69º e seguintes do Código do IRC.

As empresas incluídas no RETGS apuram e registam o imposto sobre o rendimento tal como se fossem tributadas numa ótica individual. As responsabilidades apuradas são, no entanto, reconhecidas como devidas à sociedade dominante do grupo fiscal, atualmente a Semapa, SGPS, S.A., a quem compete o apuramento global e a autoliquidação do imposto. Caso sejam apurados ganhos na aplicação deste regime, estes são registados como um proveito na sociedade dominante.

Nos períodos apresentados, o Grupo fiscal dominado pela Semapa integra as sociedades dos Grupos Secil e ETSA, bem como todas as restantes subsidiárias que cumprem com os requisitos legalmente definidos pelo Código do IRC. As empresas que compõem o Grupo Navigator integram um RETGS dominado pela The Navigator Company, S.A. em Portugal. No período de 2018 foi também constituído um grupo fiscal em Espanha, o qual inclui as três subsidiárias do Grupo sedeadas naquele país, detidas em mais de 90%, sendo Bosques do Atlântico, S.L. a sociedade dominante do grupo fiscal.

No período de tributação iniciado em 1 de janeiro de 2023, a sociedade dominante do grupo onde se integram as sociedades do grupo fiscal Semapa será a Sodim, SGPS, SA., uma vez que foi por esta última ultrapassado o limiar de participação de 75% na Semapa, facto que motiva esta alteração, conforme referido acima.



ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTABILÍSTICOS

O Grupo reconhece passivos para liquidações adicionais de impostos que possam resultar de revisões efetuadas pelas autoridades fiscais dos diferentes territórios onde o Grupo desenvolve atividade. Quando o resultado final destas situações é diferente dos valores inicialmente registados, as diferenças terão impacto no imposto sobre o rendimento, no período em que tais diferenças se constatam.

Em Portugal, as declarações anuais de rendimentos estão sujeitas a revisão e eventual ajustamento por parte das autoridades fiscais durante um período de 4 anos. Contudo, no caso de serem apresentados prejuízos fiscais estes podem ser sujeitos a revisão pelas autoridades fiscais por um período de 6 anos. Noutros países em que o Grupo desenvolve a sua atividade estes prazos são diferentes, em regra superiores.

O Conselho de Administração entende que eventuais correções àquelas declarações em resultado de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais não terão efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2021, sendo certo que já foram revistos pela Autoridade Tributária e Aduaneira os períodos até 2018, inclusive.

POSIÇÕES FISCAIS INCERTAS

O montante dos ativos e passivos estimados registados por conta de processos fiscais decorre de uma avaliação efetuada pelo Grupo com referência à data da demonstração da posição financeira consolidada quanto a potenciais divergências de entendimento com a Administração Tributária, tendo em conta os desenvolvimentos que vão ocorrendo nas matérias fiscais.

O Grupo, no que se refere à mensuração das posições fiscais incertas, tem em consideração o disposto na IFRIC 23 – Incerteza quanto aos impostos sobre o rendimento, nomeadamente na mensuração dos riscos e incertezas na definição da melhor estimativa do gasto exigido para liquidar a obrigação, através da ponderação de todos os possíveis resultados por si controlados e respetivas probabilidades associadas.

IMPOSTO RECONHECIDO NA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

Valores em Euros	2022	2021
Imposto corrente	(151.885.251)	(40.074.078)
Varição de posições fiscais incertas no período	13.711.281	8.542.808
Imposto diferido (Nota 6.2)	2.609.202	13.542.188
	(135.564.768)	(17.989.082)

Em 2022 e 2021, a rubrica Varição de posições fiscais incertas reflete um conjunto de reversões de provisões fiscais, em consequência do encerramento de alguns processos de inspeção fiscal e de decisões dos tribunais favoráveis ao Grupo.

TAXA DE IMPOSTO NOMINAL NAS PRINCIPAIS GEOGRAFIAS ONDE O GRUPO OPERA

	2022	2021
Portugal		
Taxa nominal de imposto sobre o rendimento	21,0%	21,0%
Derrama municipal	1,5%	1,5%
	22,5%	22,5%
Derrama estadual - sobre as partes dos lucros tributáveis entre 1.500.000 Euros e 7.500.000 Euros	3,0%	3,0%
Derrama estadual - sobre as partes dos lucros tributáveis entre 7.500.000 Euros e 35.000.000 Euros	5,0%	5,0%
Derrama estadual - sobre as partes dos lucros tributáveis acima de 35.000.000 Euros	9,0%	9,0%
Outros países		
Brasil - taxa nominal	34,0%	34,0%
Tunísia - taxa nominal	15,0%	25,0%
Líbano - taxa nominal	17,0%	17,0%
Angola - taxa nominal	30,0%	30,0%

RECONCILIAÇÃO DA TAXA EFETIVA DE IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO

Valores em Euros	2022	2021
Resultado antes de impostos	557.627.162	267.943.371
Imposto esperado à taxa nominal (22.5%)	125.466.111	60.287.258
Derrama estadual	29.145.278	9.929.488
Imposto resultante da taxa aplicável	154.611.389	70.216.746
Diferenças (a)	(16.354.824)	(6.445.901)
Imposto relativo a períodos anteriores	(11.277.795)	(12.494.372)
Prejuízos fiscais recuperáveis	526.162	(26.119.748)
Prejuízos fiscais não recuperáveis	4.383.322	3.471.669
Aumento das responsabilidades adicionais de imposto	7.486.061	578.976
Reversão de responsabilidades adicionais de imposto	(2.749.217)	-
Efeito da reconciliação das taxas nominais dos diferentes países	1.100.602	381.208
Benefícios fiscais	(1.825.457)	(136.034)
Economias hiperinflacionárias	(196.525)	(1.257.598)
Outros ajustamentos à coleta	(138.950)	(10.205.864)
	135.564.768	17.989.082
Taxa efetiva de imposto	24,31%	6,71%
(a) Este valor respeita essencialmente a :	2022	2021
Efeito da aplicação do método da Equivalência Patrimonial (Nota 10.3)	(7.526.731)	(2.101.110)
Mais / (Menos) valias fiscais	(365.141)	1.992.370
(Mais) / Menos valias contabilísticas	(4.760.190)	(4.384.901)
Imparidades e provisões tributadas	(31.188.241)	(4.110.529)
Benefícios fiscais	(27.385.860)	(7.989.610)
Redução de imparidades e provisões tributadas	(802.653)	(4.250.993)
Benefícios pós-emprego	(2.501.674)	(5.225.157)
Outros	1.842.382	(2.578.519)
	(72.688.108)	(28.648.449)
Impacto fiscal (22,5%)	(16.354.824)	(6.445.901)

IMPOSTO RECONHECIDO NA DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

Valores em Euros	31/12/2022	31/12/2021
Ativo		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas - IRC	7.509.629	7.168.315
Valores pendentes de reembolso (processos fiscais decididos a favor do Grupo)	16.216.543	1.118.815
	23.726.172	8.287.130
Passivo		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas - IRC	111.567.095	21.475.157
Responsabilidades adicionais de imposto	29.699.555	34.095.005
	141.266.650	55.570.162

DECOMPOSIÇÃO DA RUBRICA IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLETIVAS – IRC (LÍQUIDO)

Valores em Euros	31/12/2022	31/12/2021
Imposto sobre o rendimento do período	157.006.582	43.253.448
Ajustamento cambial	(43.355)	14.615
Pagamentos por conta, especiais e adicionais por conta	(44.433.314)	(24.829.291)
Retenções na fonte a recuperar	(1.874.631)	(1.462.104)
IRC de períodos anteriores	(6.597.816)	(2.669.826)
	104.057.466	14.306.842

POSIÇÕES FISCAIS INCERTAS – PASSIVOS

Valores em Euros	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do período	34.095.005	36.584.557
Aumentos	12.492.635	8.094.261
Reversões/Pagamentos/Recebimentos	13.937.899	379.153
Utilizações	(30.825.984)	(10.962.966)
Saldo no final do período	29.699.555	34.095.005
Varição no período	(13.711.281)	(8.542.808)

LIQUIDAÇÕES PAGAS EM CONTENCIOSO

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as liquidações adicionais de imposto que se encontram pagas e contestadas, não reconhecidas no ativo, respeitam ao Grupo Navigator e resumem-se como segue:

Valores em Euros	31/12/2022	31/12/2021
Segmento Pasta e Papel		
IRC agregado 2005	10.394.386	10.394.386
IRC agregado 2006	8.150.146	8.150.146
IRC 2015 - Navigator Tissue Ródão, S.A.	7.586.361	7.586.361
IRC agregado 2018	14.433.913	-
Derrama Estadual 2016	3.761.397	3.761.397
Derrama Estadual 2017	8.462.724	8.462.724
Derrama Estadual 2018	12.223.705	12.223.705
CDTJI IRC 2016 e 2017	1.522.660	1.522.660
	66.535.292	52.101.379

6.2 IMPOSTOS DIFERIDOS



POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

O imposto diferido é calculado com base na responsabilidade da Posição financeira consolidada, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a respetiva base de tributação. Para a determinação do imposto diferido é utilizada a taxa fiscal que se espera estar em vigor no período em que as diferenças temporárias serão revertidas. São reconhecidos impostos diferidos ativos sempre que exista razoável segurança de que serão gerados lucros tributáveis futuros contra os quais poderão ser utilizados. Os impostos diferidos ativos são revistos periodicamente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do período, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica. Os incentivos fiscais atribuídos no âmbito de projetos de investimento a desenvolver pelo Grupo são reconhecidos em resultados do período na medida da existência de matéria coletável nas empresas beneficiárias que permita a sua utilização.



ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTABILÍSTICOS

IMPOSTOS DIFERIDOS RECONHECIDOS EM RELAÇÃO A PREJUÍZOS FISCAIS POR UTILIZAR

Os ativos por imposto diferido registados em relação a prejuízos fiscais por utilizar, com referência a 31 de dezembro de 2022, são referentes a:

- Ativos por impostos diferidos (no montante de Euros 25.923.522) sobre prejuízos fiscais gerados em anos anteriores no seio do grupo fiscal dominado pela Semapa (no montante de Euros 123.445.342), na medida em que os planos de negócio de médio prazo das subsidiárias Secil e ETSA (integradas no RETGS Semapa) preveem a geração de lucro tributável em montante suficiente para recuperar este ativo no período de reporte fiscal dos referidos prejuízos.

No exercício de 2022, a Semapa consumiu no seio do grupo fiscal, do qual é dominante, prejuízos fiscais no montante de Euros 18.542.318 e, adicionalmente, procedeu ao reconhecimento de prejuízos fiscais recuperáveis em exercícios posteriores, no montante de Euros 19.695.243. Estas operações originaram uma redução de ativos por impostos diferidos no montante de Euros 3.893.887 e um aumento de ativos por impostos diferidos no montante de Euros 4.136.001.

- Prejuízos fiscais gerados pela subsidiária Margem Companhia de Mineração, S.A., no montante de Euros 59.486.833, subsidiária do Grupo sedeadada no Brasil detentora de uma fábrica de Cimento construída pelo Grupo em Adrianópolis, Estado do Paraná. Na medida em que a legislação fiscal brasileira em vigor não impõe qualquer limite temporal para a sua utilização contra lucros tributáveis futuros, é convicção da gestão que, de acordo com o plano de negócios de médio prazo, o projeto gere lucros tributáveis em montante suficiente para compensar os prejuízos fiscais acumulados nos primeiros anos de arranque. Adicionalmente, salienta-se que as depreciações fiscais da Margem Companhia de Mineração, S.A. são mais aceleradas do que as depreciações económicas, gerando impacto negativo significativo no resultado fiscal da referida subsidiária.

MOVIMENTOS EM IMPOSTOS DIFERIDOS

Valores em Euros	Em 1 de janeiro de 2022	Ajustamento Cambial	Demonstração de resultados		Capital próprio	Transferências	Ativos detidos para venda	Variação de perímetro	Em 31 de dezembro de 2022
			Aumentos	Reduções					
Diferenças temporárias que originam ativos por impostos diferidos									
Prejuízos fiscais reportáveis	181.779.250	8.058.639	18.230.354	(18.600.614)	-	-	-	-	189.467.629
Provisões tributadas	30.551.160	53.842	9.756.597	(2.206.548)	-	-	-	9.085	38.164.137
Ajustamento de ativos fixos tangíveis	64.786.438	-	-	(28.886.525)	-	-	10.336.213	-	46.236.126
Pensões e outros benefícios pós-emprego	3.087.713	(2.793)	(14.217)	(354.231)	(122.031)	-	-	-	2.594.441
Instrumentos financeiros	7.448.831	-	-	-	(7.448.831)	-	-	-	-
Mais-valias contabilísticas diferidas (intragrupa)	23.783.217	-	5.686.717	-	-	402.532	-	-	29.872.466
Subsídios ao investimento	2.824.415	-	-	(627.643)	-	-	-	-	2.196.772
Justo valor apurado em combinações empresariais	87.991	(26.625)	-	-	-	-	-	-	61.366
Remuneração convencional de capital	4.200.000	-	-	(3.640.000)	-	-	-	-	560.000
Outras diferenças temporárias	7.550.265	131.424	1.330.472	(3.651.828)	638.518	-	-	-	5.998.850
	326.099.280	8.214.487	34.989.923	(57.967.389)	(6.932.344)	402.532	10.336.213	9.085	315.151.787
Diferenças temporárias que originam passivos por impostos diferidos									
Reavaliação de ativos fixos tangíveis	(31.666.399)	(4.066.439)	-	498.317	-	-	-	-	(35.234.521)
Pensões e outros benefícios pós-emprego	(2.454.552)	-	(213.971)	770	2.279.764	-	-	-	(387.989)
Instrumentos financeiros	1.820.140	103.611	-	6.228.594	(53.433.453)	-	-	-	(45.281.108)
Incentivos fiscais	(4.142.627)	-	-	213.450	66.683	-	-	-	(3.862.494)
Ajustamento de ativos fixos tangíveis	(382.997.653)	(4.740.469)	(6.923.645)	27.315.343	-	-	-	-	(367.346.424)
Menos-valias contabilísticas diferidas (intragrupa)	(16.946.490)	3.705	-	23.303	-	26.320	-	-	(16.893.162)
Valorização das florestas em crescimento	(25.294.177)	-	(1.680.081)	21.570.514	-	-	-	-	(5.403.744)
Justo valor dos ativos intangíveis - Marcas	(230.877.993)	4.380.889	-	-	-	-	-	-	(226.497.104)
Justo valor dos ativos fixos	(50.418.841)	-	-	15.271.550	-	-	-	-	(35.147.291)
Justo valor apurado em combinações empresariais	(56.173.110)	(5.521.463)	-	5.362.659	-	-	-	(1.113.928)	(57.445.842)
Economias hiperinflacionárias	(17.339.384)	5.246.735	(777.752)	-	214.226	(1.179.620)	-	-	(13.835.795)
Outras diferenças temporárias	(35.477.473)	(21.955)	(21.190.994)	1.360.028	-	-	-	-	(55.330.394)
	(851.968.560)	(4.615.386)	(30.786.443)	77.844.528	(50.872.780)	(1.153.300)	-	(1.113.928)	(862.665.869)
Ativos por impostos diferidos	90.299.604	2.908.039	10.875.684	(19.453.988)	(1.904.974)	-	3.154.459	1.544	85.880.368
Passivos por impostos diferidos	(231.393.956)	(2.650.311)	(214.858)	11.402.364	(14.013.824)	(200.535)	-	(189.368)	(237.260.488)

Valores em Euros	Em 1 de janeiro de 2021	Ajustamento Cambial	Demonstração de resultados				Capital próprio	Transferências	Variação de perímetro	Em 31 de dezembro de 2021
			Aumentos	Reduções	Posição Monetária líquida					
Diferenças temporárias que originam ativos por impostos diferidos										
Prejuízos fiscais reportáveis	60.109.268	530.184	122.301.499	(1.210.915)	-	-	-	49.214	181.779.250	
Provisões tributadas	31.062.839	(629.423)	5.120.617	(4.980.869)	-	-	(1)	(22.003)	30.551.160	
Ajustamento de ativos fixos tangíveis	73.884.043	-	-	(9.097.605)	-	-	-	-	64.786.438	
Pensões e outros benefícios pós-emprego	3.478.059	5.735	52.163	(330.823)	-	(117.421)	-	-	3.087.713	
Instrumentos financeiros	8.879.578	-	-	-	-	(1.430.747)	-	-	7.448.831	
Mais-valias contabilísticas diferidas (intragrupo)	16.784.840	-	7.400.909	-	-	(402.532)	-	-	23.783.217	
Subsídios ao investimento	3.237.155	-	-	(412.740)	-	-	-	-	2.824.415	
Justo valor apurado em combinações empresariais	267.331	(179.340)	-	-	-	-	-	-	87.991	
Remuneração convencional de capital	7.000.000	-	-	(3.360.000)	-	560.000	-	-	4.200.000	
Outras diferenças temporárias	11.651.364	(1.303.544)	2.674.214	(4.222.258)	-	(1.249.513)	2	-	7.550.265	
	216.354.476	(1.576.388)	137.549.402	(23.615.210)	-	(2.640.213)	1	27.211	326.099.280	
Diferenças temporárias que originam passivos por impostos diferidos										
Reavaliação de ativos fixos tangíveis	(31.862.821)	(268.117)	-	452.834	-	-	-	11.705	(31.666.399)	
Pensões e outros benefícios pós-emprego	(2.036.760)	-	(19.866)	649.357	-	(1.047.284)	-	-	(2.454.552)	
Instrumentos financeiros	(966.562)	16.458	-	2.770.244	-	-	-	-	1.820.140	
Incentivos fiscais	(6.406.374)	-	-	489.447	-	1.774.300	-	-	(4.142.627)	
Ajustamento de ativos fixos tangíveis	(389.933.230)	(191.423)	(6.623.000)	13.750.000	-	-	-	-	(382.997.653)	
Menos-valias contabilísticas diferidas (intragrupo)	(26.656.333)	(1.353)	(218.403)	-	-	9.929.599	-	-	(16.946.490)	
Valorização das florestas em crescimento	(23.121.032)	-	(2.173.145)	-	-	-	-	-	(25.294.177)	
Justo valor dos ativos intangíveis - Marcas	(232.227.585)	1.349.592	-	-	-	-	-	-	(230.877.993)	
Justo valor dos ativos fixos	(65.690.391)	-	-	15.271.550	-	-	-	-	(50.418.841)	
Justo valor apurado em combinações empresariais	(57.305.287)	(749.797)	-	1.038.607	-	-	-	843.367	(56.173.110)	
Economias hiperinflacionárias	(22.147.892)	14.858.050	(114.796)	-	(8.958.759)	(975.987)	-	-	(17.339.384)	
Outras diferenças temporárias	(674.355)	(1.446)	(35.092.263)	290.595	-	-	(4)	-	(35.477.473)	
	(859.028.622)	15.011.964	(44.241.473)	34.712.634	(8.958.759)	9.680.628	(4)	855.072	(851.968.560)	
Ativos por impostos diferidos	73.621.270	(170.510)	28.173.721	(10.647.476)	-	(570.342)	(112.443)	5.384	90.299.604	
Passivos por impostos diferidos	(231.285.380)	2.435.617	(9.874.126)	5.890.069	(1.522.989)	2.764.539	-	198.314	(231.393.956)	

PREJUÍZOS FISCAIS POR UTILIZAR SEM IMPOSTOS DIFERIDOS RECONHECIDOS

31 de dezembro de 2022	Valores em Euros						2028 e posteriores
	Total	2023	2024	2025	2026	2027	
Prejuízos fiscais sem prazo de caducidade							
Prejuízos fiscais do Grupo Fiscal (RETGS) Semapa	126.104.440	-	-	-	-	-	-
Secil Brasil Participações, S.A. (Brasil)	6.427.424	-	-	-	-	-	-
Supremo Cimentos, SA (Brasil)	51.250.983	-	-	-	-	-	-
Semapa Inversiones SL (Espanha)	13.249.366	-	-	-	-	-	-
ALLMA, Lda.	162.851	-	-	-	-	-	-
Madebritas, Lda.	17.558	-	-	-	-	-	-
Navigator África	17.560	-	-	-	-	-	-
Cementos Secil (Espanha)	2.503.653	-	-	-	-	-	-
AISIB (Espanha)	284.876	-	-	-	-	-	-
Grupo fiscal Semapa em Espanha	2.670.991	-	-	-	-	-	-
Prejuízos fiscais com prazo de caducidade							
Secil Angola, SARL	1.227.694	629.147	598.547	-	-	-	-
Secil Lobito	6.356.982	-	2.309.455	2.844.042	1.203.485	-	-
Soime, S.A.L.	88.537	27.452	-	-	-	-	61.085
Portucel Moçambique	17.163.097	-	113.267	-	3.953.013	13.096.817	-
Raíz	638.240	-	-	105.855	148.616	-	383.770
Prejuízos Fiscais reportáveis sem Imposto Diferido	228.164.252	656.599	3.021.269	2.949.897	5.305.113	13.096.817	444.855

7 PESSOAL

7.1 BENEFÍCIOS DE CURTO PRAZO AOS EMPREGADOS



POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

DIREITOS ADQUIRIDOS – FÉRIAS E SUBSÍDIO DE FÉRIAS

De acordo com a legislação vigente, os colaboradores têm, anualmente, direito a 22 dias úteis de férias, bem como a um mês de subsídio de férias, direito esse adquirido no ano anterior ao do seu pagamento.

GRATIFICAÇÕES

De acordo com o sistema de gestão de desempenho vigente, os empregados podem vir a receber uma gratificação no caso de cumprirem determinados objetivos, direito esse normalmente adquirido no ano anterior ao do seu pagamento.

Estas responsabilidades são registadas no período em que os empregados adquirem o respetivo direito, por contrapartida da demonstração dos resultados, independentemente da data do seu pagamento, e o saldo por liquidar à data da Posição financeira consolidada está relevado na rubrica de Valores a pagar correntes.

BENEFÍCIOS DE CESSAÇÃO DE EMPREGO

Os benefícios de cessação de emprego são reconhecidos quando o Grupo deixa de poder retirar a oferta dos benefícios; ou na qual o Grupo reconhece os gastos de uma reestruturação, no âmbito do registo das provisões. Os benefícios devidos a mais de 12 meses após o final do período de reporte são descontados para o seu valor presente.

GASTOS COM PESSOAL RECONHECIDOS NO PERÍODO

Valores em Euros	Nota	2022	2021
Remunerações dos Órgãos Sociais	7.2	17.995.485	21.163.020
Outras remunerações		187.603.212	163.940.161
Benefícios de pós-emprego	7.3.10	2.843.279	3.120.359
Outros gastos com o pessoal		73.347.124	60.093.380
Gastos com o pessoal		281.789.100	248.316.920

O aumento dos gastos com pessoal acompanhou o bom desempenho do Grupo em 2022, o que permitiu o reconhecimento de acréscimos de gastos para pagamento de gratificações aos empregados em 2023. No caso do segmento de Pasta e Papel, foi igualmente feito o reforço para o pagamento de um novo prémio de produtividade aos colaboradores e para o programa de rejuvenescimento.

OUTROS GASTOS COM PESSOAL

Valores em Euros	2022	2021
Contribuições para a Segurança social	38.431.954	36.125.589
Seguros	6.282.453	6.251.717
Gastos de ação social	8.748.769	7.807.275
Indemnizações	13.093.118	6.544.629
Outros gastos com pessoal	6.790.830	3.364.170
	73.347.124	60.093.380

NÚMERO DE EMPREGADOS NO FINAL DO PERÍODO

	31/12/2022	31/12/2021	Var. 22/21
Pasta e Papel	3.246	3.150	96
Cimento e Derivados	2.388	2.346	42
Ambiente	314	302	12
Holdings e Outros	38	32	6
	5.986	5.830	156

7.2 REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Valores em Euros	Nota	2022	2021
Órgãos Sociais da Semapa			
Conselho de Administração		3.309.123	4.568.856
Conselho Fiscal		56.973	54.000
Comissão de Remunerações		42.067	24.000
Mesa da Assembleia Geral		9.000	4.000
		3.417.163	4.650.856
Órgãos Sociais de outras empresas do Grupo		14.578.322	16.512.164
Total	7.1	17.995.485	21.163.020

REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Todos os detalhes da política de remunerações dos membros do Conselho de Administração da Semapa encontram-se expressos no relatório do Governo Societário da sociedade, Parte I - Secção D.

No que respeita a benefícios pós-emprego e conforme descrito na Nota 7.3, em 31 de dezembro de 2022, o montante de responsabilidades afetas a planos de benefícios pós-emprego, respeitantes a um administrador do Grupo Navigator, ascendia a Euros 827.005 (31 de dezembro de 2021: Euros 956.764). Adicionalmente, três dos atuais administradores da subsidiária Navigator são participantes de planos de pensões da Navigator Brands, S.A., na qualidade de colaboradores daquela sociedade, antes de integrarem cargos de administração.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, relativamente aos membros do Conselho de Administração da Semapa, não existiam: i) quaisquer responsabilidades adicionais afetas a outros benefícios de longo prazo, ii) benefícios de cessação de emprego, iii) pagamentos com base em ações atribuídas nem iv) quaisquer saldos pendentes.

7.3 BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO



POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

PLANOS DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS

Algumas subsidiárias do Grupo assumiram o compromisso de pagar aos seus empregados prestações pecuniárias a título de complementos de pensões de reforma por velhice, invalidez, reforma antecipada e pensões de sobrevivência, constituindo planos de benefício definido.

O Grupo constituiu Fundos de Pensões autónomos como forma de financiar uma parte das suas responsabilidades. Com base no método das unidades de crédito projetadas, o Grupo reconhece os custos com a atribuição destes benefícios à medida que os serviços são prestados pelos empregados. Deste modo a responsabilidade total do Grupo é estimada, pelo menos, semestralmente, à data dos fechos intercalar e anuais de contas, para cada plano separadamente, por uma entidade especializada e independente.

A responsabilidade assim determinada é apresentada na Posição financeira consolidada, deduzida do justo valor dos fundos constituídos, na rubrica Pensões e outros benefícios pós-emprego.

Os desvios atuariais que resultam da alteração no valor das responsabilidades estimadas, como consequência de alterações aos pressupostos financeiros e demográficos utilizados e ganhos de experiência, adicionadas do diferencial entre o retorno real dos ativos do fundo e a quota parte estimada no juro líquido, são designados por remensurações e registados diretamente na Demonstração do rendimento integral, em resultados transitados.

O juro líquido corresponde à aplicação da taxa de desconto ao valor das responsabilidades líquidas (valor das responsabilidades deduzido do justo valor dos ativos do fundo) e é reconhecido nos resultados do período, na rubrica de Gastos com o pessoal.

Os ganhos e perdas gerados por um corte ou uma liquidação de um plano de pensões de benefícios definidos são reconhecidos em resultados do período quando o corte ou a liquidação ocorrer. Um corte ocorre quando se verifica uma redução material no número de empregados.

Os custos por responsabilidades passadas, que resultem da implementação de um novo plano ou acréscimos nos benefícios atribuídos, são reconhecidos imediatamente em resultados do período.

PLANOS DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

Algumas subsidiárias do Grupo assumiram compromissos relativos à contribuição para planos de contribuição definida de uma percentagem dos vencimentos dos empregados abrangidos por esses planos, por forma a proporcionar um complemento de pensões de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência.

Para este efeito, foram constituídos Fundos de Pensões que visam a capitalização daquelas contribuições, para os quais os empregados podem ainda efetuar contribuições voluntárias, mas relativamente aos quais o Grupo não assume responsabilidades de contribuição adicionais ou um retorno pré-fixado. Desta forma, as contribuições efetuadas são registadas como gastos do período, no qual são reconhecidas, independentemente do momento da sua liquidação.

7.3.1 PLANOS | SUBGRUPO NAVIGATOR

Navigator – Planos de Benefício definido

Descrição	<p>O Grupo Navigator tem responsabilidades com planos de benefício pós-emprego de Benefício Definido para um reduzido grupo de Colaboradores que optaram por manter o Plano de Benefício Definido (The Navigator Company), ou, tendo convertido o seu plano num Plano de Contribuição Definida, optaram por manter uma Cláusula de Salvaguarda (Navigator Brands).</p> <p>Na prática a cláusula de salvaguarda dá a opção ao Colaborador, à data da reforma, do pagamento de uma pensão de acordo com o previsto no Plano de Benefício Definido. Para quem optar por acionar a Cláusula de Salvaguarda, o montante acumulado no plano de Contribuição Definida (Conta 1) será utilizado para financiar a responsabilidade do Plano de Benefício Definido.</p>
------------------	---

Navigator - Planos de contribuição definida

Descrição	A 31 de dezembro de 2022 estavam em vigor três planos de Contribuição Definida, que abrangiam 3.097 Colaboradores (2021: 2.936 Colaboradores).
------------------	--

7.3.2 PLANOS | SUBGRUPO SECIL

Secil - Responsabilidades por complementos de pensões de reforma e sobrevivência (planos de benefícios definidos com fundos geridos por terceiras entidades)

Descrição	<p>A subsidiária Secil e as suas subsidiárias Unibetão - Indústrias de Betão Preparado, S.A., Cimentos Madeira, Lda., Betomadeira, S.A. e Societé des Ciments de Gabès assumiram o compromisso de pagar aos seus empregados prestações pecuniárias a título de complementos de reforma por velhice, invalidez, reforma antecipada e pensões de sobrevivência e subsídio de reforma.</p> <p>As responsabilidades derivadas destes planos são asseguradas por fundos autónomos, administrados por terceiros, ou cobertas por apólices de seguro. Estes planos são avaliados semestralmente, às datas dos fechos intercalar e anuais das demonstrações financeiras, por entidades especializadas e independentes, utilizando o método de crédito da unidade projetada.</p>
------------------	---

Secil - Responsabilidades por complementos de pensões de reforma e sobrevivência (planos de benefícios definidos a cargo do Grupo)

Descrição	<p>As responsabilidades decorrentes dos reformados da Secil, à data de constituição do Fundo de Pensões, 31 de dezembro de 1987, são asseguradas diretamente pela Secil. De igual forma, as responsabilidades assumidas pela subsidiária Secil Martingança, S.A. são asseguradas diretamente pela empresa.</p> <p>Estes planos são igualmente avaliados semestralmente, por entidades independentes, utilizando o método de cálculo dos capitais de cobertura correspondentes aos prémios únicos das rendas vitalícias imediatas, na avaliação das responsabilidades com atuais pensionistas e o método de crédito da unidade projetada, na avaliação das responsabilidades com ativos.</p>
------------------	---

Secil - Responsabilidades por assistência na doença (plano de benefícios definidos)

Descrição	A subsidiária Cimentos Madeira, Lda., mantém com os seus reformados regimes de assistência na doença, de natureza supletiva relativamente aos serviços oficiais de saúde, através de um seguro de saúde contratado.
------------------	---

Secil - Responsabilidades por subsídios de reforma e morte (plano de benefícios definidos)

Descrição	<p>A subsidiária do Grupo Societé des Ciments de Gabès (Tunísia) assumiu com os seus trabalhadores a responsabilidade pelo pagamento de um subsídio de reforma por velhice e por invalidez com base no Acordo Coletivo de Trabalho, artigo 52, que representa: (i) 3 meses do último salário, se o trabalhador tem menos de 30 anos ao serviço da empresa e (ii) 4 meses do último salário, se o trabalhador tem 30 anos ou mais ao serviço da empresa.</p> <p>A Secil assumiu com os seus trabalhadores admitidos até 1 de janeiro de 2011 a responsabilidade pelo pagamento de um subsídio por morte do trabalhador ativo, de igual valor a 3 meses do último salário auferido ou 1 mês caso se tratem de ex-colaboradores da CMP – Cimentos Maceira e Patais, S.A..</p>
------------------	--

Secil - Planos de contribuição definida

<p>Plano Secil e CMP</p> <p>(Aplicável a Secil, CMP e Secil Brands)</p>	<p>Incluem todos os trabalhadores que à data de 31 de dezembro de 2009 tinham um contrato de trabalho sem termo (e que se encontravam abrangidos pelo plano de benefícios definidos em vigor nas empresas) e que tenham optado pela transição para estes Planos e todos os trabalhadores admitidos ao abrigo de um contrato sem termo, a partir de 1 de janeiro de 2010, sendo também aplicável aos membros dos órgãos de administração.</p>
<p>Plano SBI</p> <p>(Aplicável a Unibetão, Secil Britas, Betomadeira, Cimentos Madeira, Brimade)</p>	<p>Unibetão e Secil Britas: Incluem todos os trabalhadores que à data de 31 de dezembro de 2009 tinham um contrato de trabalho sem termo. No caso da Unibetão, celebrado ao abrigo do CCT celebrado entre a APEB e a FETESE e todos os trabalhadores admitidos ao abrigo de um contrato sem termo, a partir de 1 de janeiro de 2010, com exceção dos trabalhadores da Unibetão que estejam abrangidos pelo CCT celebrado entre a APEB e a FEVICOM, os quais continuam a beneficiar do Plano de benefício definido. O plano é aplicável aos membros dos órgãos de administração.</p> <p>Betomadeira: Incluem todos os trabalhadores que à data de 31 de dezembro de 2010 tinham um contrato de trabalho sem termo, celebrado ao abrigo do CCT celebrado entre a APEB e a FETESE, e todos os trabalhadores admitidos ao abrigo de um contrato sem termo a partir de 1 de janeiro de 2011. O plano é aplicável aos membros dos órgãos de administração.</p> <p>Cimentos Madeira e Brimade: Incluem todos os trabalhadores que à data de 1 de janeiro de 2012 e 1 de julho de 2012, para a Cimentos Madeira e Brimade, respetivamente, tinham um contrato de trabalho sem termo e a todos os trabalhadores admitidos ao abrigo de um contrato sem termo a partir das datas anteriormente referidas. O plano é aplicável aos membros dos órgãos de administração.</p>

Secil – Responsabilidades por prémios de antiguidade

<p>Descrição</p>	<p>A Secil assumiu com os seus empregados a responsabilidade pelo pagamento de prémios àqueles que atingem 25 anos de antiguidade, os quais são pagos no ano em que o empregado perfaz aquele número de anos ao serviço da empresa.</p>
-------------------------	---

7.3.3 POLÍTICA DE GESTÃO DO RISCO ASSOCIADO A PLANOS DE BENEFÍCIO DEFINIDO

A exposição do Grupo ao risco encontra-se limitada ao número de beneficiários já existentes e terá tendência a diminuir, uma vez que não existem no Grupo planos de benefício definido abertos à adesão de novos empregados. Os riscos mais significativos a que o Grupo se encontra exposto através dos planos de benefício definido incluem:

- Risco de alteração da longevidade dos participantes
- Risco de variação das taxas de mercado – a variação de taxas impacta a taxa utilizada para descontar as responsabilidades (taxa de juro técnica) que se baseia em curvas de rentabilidade (*yield*) de obrigações com notação *rating* elevado e com maturidades semelhantes às datas de termo das responsabilidades e a taxa fixa de rendimento dos ativos.
- Risco de alteração da taxa de crescimento salarial e de pensões

O nível de financiamento do fundo pode variar em função não só dos riscos enunciados, mas também da rentabilidade dos ativos financeiros do fundo. Apesar do perfil conservador do fundo (composto maioritariamente por ativos de rendimento fixo), a verificação dos riscos atrás referidos poderá levar à necessidade de contribuições adicionais para o fundo considerando a natureza de benefício definido.

O Grupo tem por objetivo manter um nível da cobertura das responsabilidades de 90%.



ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTABILÍSTICOS

7.3.4 PRESSUPOSTOS ATUARIAIS

	31/12/2022	31/12/2021
Fórmula de Benefícios da Segurança Social	Decreto-Lei nº 187/2007 de 10 de maio	
Tabelas de invalidez	EKV 80	EKV 80
Tabelas de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Taxa de crescimento salarial - Segmento dos Cimentos	2,00%	1,00%
Taxa de crescimento salarial - Restantes Segmentos	2,00%	1,00%
Taxa de juro técnica - Segmento dos Cimentos	2,50%	1,25%
Taxa de juro técnica - Restantes Segmentos	3,50%	1,25%
Taxa de crescimento das pensões - Segmento dos Cimentos	1,35%	0,45%
Taxa de crescimento das pensões - Restantes Segmentos	1,5% ou 2,00%	0,75%
Taxa de reversibilidade das pensões Semapa	50,00%	50,00%
Nº de prestações anuais do complemento Semapa	12	12

7.3.5 ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

O Grupo considera a taxa de juro técnica e a taxa de crescimento salarial esperada como as variáveis mais significativas no cálculo das responsabilidades referentes a planos de benefícios definidos.

Em 31 de dezembro de 2022, uma alteração em baixa de 0,5 pontos percentuais nas taxas de desconto utilizadas no cálculo das responsabilidades com pensões originaria um acréscimo de responsabilidades de cerca de 11,2 milhões de euros (31 de dezembro de 2021: uma alteração em baixa na taxa de desconto utilizada em 0,25 pontos percentuais originaria um acréscimo de responsabilidades de cerca de 7,9 milhões de euros).

7.3.6 RESPONSABILIDADES LÍQUIDAS COM PENSÕES

As responsabilidades líquidas refletidas na demonstração da posição financeira consolidada e o número de beneficiários dos planos de benefício definido em vigor no Grupo detalham-se como segue:

31 de dezembro de 2022	Pasta e Papel		Cimento e Derivados		Holdings		Total	
	Nº Benef.	Valor	Nº Benef.	Valor	Nº Benef.	Valor	Nº Benef.	Valor
Responsabilidades com Pensões								
Ativos	367	49.465.578	39	167.889	-	-	406	49.633.467
Ex-colaboradores	140	22.728.925	-	-	-	-	140	22.728.925
Aposentados	590	85.075.143	565	13.979.978	1	687.661	1.156	99.742.782
Valor de mercado dos Fundos de pensões	-	(154.433.916)	-	(12.184.420)	-	-	-	(166.618.336)
Capital seguro	-	-	-	185.458	-	-	-	185.458
Apólices de Seguro	-	-	-	(108.062)	-	-	-	(108.062)
Conta reserva*	-	-	-	(548.482)	-	-	-	(548.482)
Responsabilidades com pensões não cobertas	1.097	2.835.730	604	1.492.361	1	687.661	1.702	5.015.752
Outras Responsabilidades sem fundo afeto								
Assistência na doença	-	-	5	43.457	-	-	5	43.457
Reforma e morte	-	-	432	151.975	-	-	432	151.975
Total responsabilidades pós-emprego	1.097	2.835.730	1.041	1.687.793	1	687.661	2.139	5.211.184
Prémio de antiguidade	-	-	-	365.486	-	-	-	365.486
Total responsabilidades líquidas	1.097	2.835.730	1.041	2.053.279	1	687.661	2.139	5.576.670

* Excesso de fundo na passagem a CD

31 de dezembro de 2021	Pasta e Papel		Cimento e Derivados		Holdings		Total	
	Nº Benef.	Valor	Nº Benef.	Valor	Nº Benef.	Valor	Nº Benef.	Valor
Responsabilidades com Pensões								
Ativos	408	71.291.405	52	4.918	-	-	460	71.296.323
Ex-colaboradores	126	26.059.671	-	-	-	-	126	26.059.671
Aposentados	567	93.651.512	612	16.224.680	1	794.744	1.180	110.670.936
Valor de mercado dos Fundos de pensões	-	(185.327.671)	-	(15.866.510)	-	-	-	(201.194.181)
Capital seguro	-	-	-	187.856	-	-	-	187.856
Apólices de Seguro	-	-	-	(108.746)	-	-	-	(108.746)
Conta reserva*	-	-	-	(613.826)	-	-	-	(613.826)
Responsabilidades com pensões não cobertas	1.101	5.674.917	664	(171.628)	1	794.744	1.766	6.298.033
Outras Responsabilidades sem fundo afeto								
Assistência na doença	-	-	5	39.915	-	-	5	39.915
Reforma e morte	-	-	467	146.179	-	-	467	146.179
Total responsabilidades pós-emprego	1.101	5.674.917	1.136	14.466	1	794.744	2.238	6.484.127
Prémio de antiguidade	-	-	405	394.680	-	-	405	394.680
Total responsabilidades líquidas	1.101	5.674.917	1.541	409.146	1	794.744	2.643	6.878.807

* Excesso de fundo na passagem a CD

INFORMAÇÃO HISTÓRICA – ÚLTIMOS CINCO ANOS

Valores em Euros	2018	2019	2020	2021	2022
Valor presente das obrigações	177.168.200	201.578.121	211.076.149	208.795.561	172.851.550
Justo valor dos ativos e conta Reserva	166.390.298	192.082.763	196.564.942	201.916.753	167.274.880
Excedente / (défice)	10.777.902	9.495.358	14.511.207	6.878.808	5.576.670
Remensurações	(13.696.791)	(15.257.474)	(9.822.581)	2.276.241	1.029.116

7.3.7 EVOLUÇÃO DAS RESPONSABILIDADES COM PENSÕES E OUTROS BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A duração média esperada das responsabilidades por benefícios definidos é de 7 anos para os planos do segmento dos Cimentos e de 13 anos para os planos do segmento da Pasta e Papel.

31 de dezembro de 2022	Variação		Gastos e		Desvios		Pagamentos	
Valores em Euros	Saldo inicial	cambial	rendimentos	atuariais	efetuados	Saldo final		
Segmento Pasta e Papel								
Pensões com fundo autónomo	191.002.587	-	2.375.516	(29.869.349)	(6.239.110)	157.269.644		
Segmento Cimento e Derivados								
Pensões a cargo do Grupo	2.413.516	-	27.831	(210.337)	(322.935)	1.908.075		
Pensões com fundo autónomo	13.816.083	-	(23.839)	(7.362)	(1.545.090)	12.239.792		
Capital de seguro	187.856	(3.804)	13.405	(7.243)	(4.756)	185.458		
Reforma e morte	146.180	3.991	12.630	(7.538)	(3.287)	151.976		
Assistência na doença	39.914	-	477	6.432	(3.367)	43.456		
Prémios de antiguidade	394.680	-	(17.968)	-	(11.226)	365.486		
Holdings								
Pensões a cargo do Grupo	794.744	-	23.430	-	(130.511)	687.663		
	208.795.560	187	2.411.482	(30.095.397)	(8.260.282)	172.851.550		

31 de dezembro de 2021						
Valores em Euros	Saldo inicial	Variação cambial	Gastos e rendimentos	Desvios atuariais	Pagamentos efetuados	Saldo final
Segmento Pasta e Papel						
Pensões com fundo autónomo	191.253.525	-	2.398.059	3.350.242	(5.999.239)	191.002.587
Segmento Cimento e Derivados						
Pensões a cargo do Grupo	2.860.025	-	32.991	(38.853)	(440.647)	2.413.516
Pensões com fundo autónomo	15.331.096	-	(19.788)	267.112	(1.762.337)	13.816.083
Capital de seguro	208.970	1.172	14.914	(4.726)	(32.474)	187.856
Reforma e morte	105.281	5.313	37.483	(1.897)	-	146.180
Assistência na doença	44.219	-	639	(2.095)	(2.849)	39.914
Prémios de antiguidade	371.207	-	50.385	-	(26.912)	394.680
Holdings						
Pensões a cargo do Grupo	901.825	-	23.431	2	(130.514)	794.744
	211.076.148	6.485	2.538.114	3.569.785	(8.394.972)	208.795.560

7.3.8 EVOLUÇÃO DOS FUNDOS AFETOS AOS PLANOS DE PENSÕES DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS

Valores em Euros	31/12/2022		31/12/2021	
	Fundo autónomo	Capital seguro	Fundo autónomo	Capital Seguro
Valor no início	201.194.181	108.745	195.819.269	125.955
Variação cambial	-	(2.216)	-	673
Dotação efetuada	3.015	-	5.318.407	-
Juros	137.906	6.289	2.618.803	4.102
Retorno dos ativos dos planos	(26.932.571)	-	5.275.230	-
Pensões pagas	(7.784.195)	(4.756)	(7.684.143)	(21.985)
Outras	-	-	(153.385)	-
Valor no fim do período	166.618.336	108.062	201.194.181	108.745

No decurso dos períodos de 2022 e 2021, as contribuições para os planos de benefício definido apresentadas supra como Dotações efetuadas foram integralmente realizadas pelas subsidiárias do Grupo, não se tendo verificado quaisquer contribuições por parte dos participantes dos mesmos.

FUNDOS AFETOS A PLANOS DE BENEFÍCIO DEFINIDO – CONTRIBUIÇÕES ESTIMADAS NO PRÓXIMO PERÍODO

As contribuições previstas para o próximo período de relato anual estão, entre outros fatores, dependentes da rentabilidade dos ativos dos fundos.

7.3.9 COMPOSIÇÃO DO PATRIMÓNIO DOS FUNDOS AFETOS A PLANOS DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS

	31/12/2022	%	31/12/2021	%
Títulos cotados em mercado ativo				
Obrigações	102.557.460	61,6%	122.349.754	60,8%
Ações	42.856.268	25,7%	53.641.068	26,7%
Dívida pública	17.282.244	10,4%	14.558.914	7,2%
Liquidez	1.987.186	1,2%	4.371.480	2,2%
Outras aplicações	1.935.179	1,2%	6.272.965	3,1%
	166.618.337	100,0%	201.194.181	100,0%

Os montantes evidenciados nas categorias Obrigações, Ações e Dívida Pública, correspondem aos justos valores destes ativos, integralmente determinados com base nas cotações observáveis em mercados líquidos ativos (regulamentados) à data de referência da Demonstração da posição financeira consolidada. Os ativos dos fundos não incluem quaisquer ativos afetos ao Grupo.

7.3.10 GASTOS SUPORTADOS COM PLANOS DE BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Valores em Euros	2022					
	Custo serviços correntes	Custo dos juros	Retorno esperado dos ativos	Outros custos	Planos CD Contribuições do período	Impacto no resultado líquido (Nota 7.1)
Pensões a cargo do Grupo	-	51.261	-	-	-	51.261
Pensões com fundo autónomo	26.476	233.648	(186.361)	-	1.207.399	1.281.162
Apólice de Seguro	6.842	16.679	(10.115)	-	-	13.406
Morte e subsídios de reforma	14.148	13.089	(14.607)	-	-	12.630
Assistência na doença	480	-	-	-	-	480
Prémios de antiguidade	28.442	5.207	(51.619)	-	-	(17.970)
Contribuições para planos CD	-	-	-	-	1.502.310	1.502.310
	76.388	319.884	(262.702)	-	2.709.709	2.843.279

Valores em Euros	2021					
	Custo serviços correntes	Custo dos juros	Retorno esperado dos ativos	Outros custos	Planos CD Contribuições do período	Impacto no resultado líquido (Nota 7.1)
Pensões a cargo do Grupo	-	56.422	-	-	-	56.422
Pensões com fundo autónomo	45.806	338.227	(201.346)	-	1.362.558	1.545.244
Apólice de Seguro	7.445	18.010	(10.541)	-	-	14.914
Morte e subsídios de reforma	35.159	5.067	(2.744)	-	-	37.482
Assistência na doença	640	-	-	-	-	640
Prémios de antiguidade	57.855	5.194	(12.666)	-	-	50.383
Contribuições para planos CD	-	-	-	-	1.415.274	1.415.274
	146.905	422.920	(227.297)	-	2.777.831	3.120.359

7.3.11 REMENSURAÇÕES RECONHECIDAS DIRETAMENTE EM OUTROS RENDIMENTOS INTEGRAIS

Valores em Euros	2022					
	Ganhos e perdas	Retorno sobre ativos dos planos	Valor bruto	Imposto diferido	Impacto nos Capitais próprios (Nota 5.5)	
Benefícios pós-emprego						
Pensões a cargo do Grupo	(56.942)	-	(56.942)	(57.869)	(114.811)	
Pensões com fundo autónomo	3.147.870	(2.330.203)	817.667	650.226	1.467.893	
Morte e subsídios de reforma	7.537	-	7.537	-	7.537	
Assistência na doença	(6.429)	-	(6.429)	1.383	(5.046)	
	3.092.036	(2.330.203)	761.833	593.740	1.355.573	

Valores em Euros	2021					
	Ganhos e perdas	Retorno sobre ativos dos planos	Valor bruto	Imposto diferido	Impacto nos Capitais próprios (Nota 5.5)	
Benefícios pós-emprego						
Pensões a cargo do Grupo	94.420	-	94.420	(25.966)	68.454	
Pensões com fundo autónomo	1.874.490	303.339	2.177.829	(290.961)	1.886.868	
Morte e subsídios de reforma	1.897	-	1.897	(273)	1.624	
Assistência na doença	2.095	-	2.095	(450)	1.645	
	1.972.902	303.339	2.276.241	(317.650)	1.958.590	

8 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

8.1 GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

A Semapa enquanto sociedade gestora de participações sociais (SGPS) desenvolve direta e indiretamente atividades de gestão sobre as suas Participadas. Deste modo, o cumprimento das obrigações por si assumidas depende dos *cash flows* gerados por estas. A Empresa depende assim da eventual distribuição de dividendos por parte das suas subsidiárias, do pagamento de juros, do reembolso de empréstimos concedidos e de outros *cash flows* gerados por essas sociedades.

A capacidade das subsidiárias da Semapa disponibilizarem fundos à *holding* dependerá, em parte, da sua capacidade de geração de *cash flows* positivos e, por outro lado, está dependente dos respetivos resultados, reservas disponíveis para distribuição e estrutura financeira.

O Grupo Semapa tem um programa de gestão de risco que concentra a sua análise nos mercados financeiros com vista a minimizar os potenciais efeitos adversos na sua *performance* financeira. A gestão do risco é conduzida pela direção financeira da *holding* e dos principais subgrupos de acordo com políticas aprovadas pelos respetivos Conselhos de Administração e acompanhada pela Comissão de Controlo e Riscos.

O Grupo tem tido uma postura ativa de gestão do risco, procurando minimizar os potenciais efeitos adversos a eles associados, nomeadamente no que respeita ao risco cambial, risco de taxa de juro e risco de acesso a financiamento.

8.1.1 RISCO CAMBIAL

POLÍTICA DE GESTÃO DO RISCO CAMBIAL

PASTA E PAPEL

No que respeita ao segmento da Pasta e do Papel, uma parte significativa das vendas do Grupo é denominada em moedas diferentes do Euro, pelo que a sua evolução poderá ter um impacto significativo nos fluxos de caixa obtidos com as vendas futuras do Grupo, sendo as moedas com maior impacto o USD. Também as vendas em GBP, PLN e CHF têm alguma expressão, tendo as vendas noutras moedas menor significado.

As compras de algumas matérias-primas são efetuadas em USD, nomeadamente parte das importações de madeira e de pasta de fibra longa, pelo que variações nesta moeda poderão ter um impacto nos valores de aquisição.

Adicionalmente, e muito embora exista uma cobertura natural parcial, uma vez concretizada uma venda ou compras em moeda diferente do Euro, o Grupo incorre em risco cambial até ao recebimento ou pagamento dessa venda ou compra, caso não contrate instrumentos de cobertura deste risco. Deste modo, existe permanentemente, no seu ativo, um montante significativo de créditos a receber, assim como, embora com menor expressão, débitos a pagar, expostos a risco cambial.

CIMENTO E DERIVADOS

O risco cambial do segmento do Cimento e Derivados resulta sobretudo dos investimentos detidos no Brasil e das compras de combustíveis e fretes de navios, estes pagos em USD. Este segmento prosseguiu a sua política de maximização do potencial de cobertura natural da sua exposição cambial. Este segmento integra igualmente ativos localizados na Tunísia, Angola e Líbano, pelo que a variação das moedas dos referidos países poderá ter impacto na Posição financeira consolidada da Semapa.

O segmento analisa a sua exposição cambial numa ótica consolidada ao nível do Grupo Secil, sendo a sua política maximizar a cobertura natural dos fluxos em moeda diferente da moeda de apresentação,

UTILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Pontualmente, quando tal se afigura oportuno, o Grupo recorre à utilização de instrumentos financeiros derivados para a gestão do risco cambial, de acordo com uma política definida periodicamente e que tem como objetivo limitar o risco líquido de exposição cambial associado às vendas e compras futuras, aos créditos e débitos a receber e a pagar denominados em moedas diferentes do Euro. Contudo, quando uma unidade negocia financiamentos em moeda diferente da moeda de apresentação do Grupo ou da sua moeda funcional, é efetuada cobertura imediata.

Nos períodos apresentados, o Grupo detém derivados que se encontram a cobrir o risco cambial de operações futuras em moeda diferente da moeda de apresentação (ver Nota 8.2 – Instrumentos financeiros derivados).

EXPOSIÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS AO RISCO CAMBIAL E ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

	Dólar Norte- americano	Libra Esterlina	Zloti Polaco	Coroa Sueca	Lira Turca	Franco Suíço	Real Brasileiro
31 de dezembro de 2022							
Taxa de câmbio no final do período	1,067	0,887	4,681	11,122	19,965	0,985	5,568
Valorização/(desvalorização) face ao ano anterior	(5,83%)	5,55%	1,83%	8,50%	31,06%	(4,68%)	(11,9%)
Taxa de câmbio média no período	1,053	0,853	4,687	10,631	17,417	1,005	5,441
Valorização/(desvalorização) face ao ano anterior	(10,94%)	(0,79%)	2,66%	4,77%	65,68%	(7,08%)	(14,7%)
Valores em Divisas							
Caixa e equivalentes de caixa	11.599.498	920.577	628.521	-	277.417	60.783	200.689.277
Valores a receber	127.293.040	27.203.259	22.284.073	-	124.322	3.171.682	42.990.334
Outros ativos	26.781.806	4.854.927	-	-	-	-	-
Total de ativos financeiros	165.674.344	32.978.763	22.912.594	-	401.739	3.232.465	243.679.611
Financiamentos	(56.508.439)	-	-	-	-	-	(209.076.285)
Valores a pagar	(8.681.563)	(270.975)	(11.083)	-	(22.910)	(30.685)	(309.937.974)
Total de passivos financeiros	(65.190.002)	(270.975)	(11.083)	-	(22.910)	(30.685)	(519.014.259)
Posição financeira líquida em moeda estrangeira	100.484.342	32.707.788	22.901.511	-	378.829	3.201.780	(275.334.648)
Posição financeira líquida em Euros	94.209.959	36.877.530	4.892.649	-	18.975	3.251.528	(49.449.470)
<i>Impacto da variação de +10% na taxa de câmbio</i>	<i>(8.564.542)</i>	<i>(3.352.503)</i>	<i>(444.786)</i>	<i>-</i>	<i>(1.725)</i>	<i>(295.593)</i>	<i>4.495.406</i>
<i>Impacto da variação de -10% na taxa de câmbio</i>	<i>10.467.773</i>	<i>4.097.503</i>	<i>543.628</i>	<i>-</i>	<i>2.108</i>	<i>361.281</i>	<i>(5.494.386)</i>
31 de dezembro de 2021							
Taxa de câmbio no final do período	1,133	0,840	4,597	10,250	15,234	1,033	6,320
Valorização/(desvalorização) face ao ano anterior	(7,70%)	(6,53%)	0,82%	2,15%	67,16%	(4,36%)	(0,89%)
Taxa de câmbio médio no período	1,183	0,860	4,565	10,146	10,512	1,081	6,377
Valorização/(desvalorização) face ao ano anterior	3,55%	(3,38%)	2,75%	(3,23%)	30,51%	0,99%	8,13%
Valores em Divisas							
Caixa e equivalentes de caixa	3.988.396	442.905	546.861	-	102.302	117.265	236.507.513
Valores a receber	63.348.587	7.550.211	6.306.245	-	-	1.498.477	5.038.156
Outros ativos	20.207.653	1.637.386	-	-	-	-	45.127.775
Total de ativos financeiros	87.544.636	9.630.502	6.853.106	-	102.302	1.615.742	286.673.444
Financiamentos	(47.819.676)	-	-	-	-	-	(307.237.219)
Valores a pagar	(18.243.458)	(24.525)	(12.180)	(62.730)	(1.312)	(4.062)	(249.408.855)
Total de passivos financeiros	(66.063.134)	(24.525)	(12.180)	(62.730)	(1.312)	(4.062)	(556.646.074)
Posição financeira líquida em moeda estrangeira	21.481.502	9.605.977	6.840.926	(62.730)	100.990	1.611.680	(269.972.630)
Posição financeira líquida em Euros	18.966.539	11.431.876	1.488.161	(6.120)	6.629	1.560.043	(42.717.864)
<i>Impacto da variação de +10% na taxa de câmbio</i>	<i>(1.724.231)</i>	<i>(1.039.261)</i>	<i>(135.287)</i>	<i>556</i>	<i>(603)</i>	<i>(141.822)</i>	<i>3.883.442</i>
<i>Impacto da variação de -10% na taxa de câmbio</i>	<i>2.107.393</i>	<i>1.270.208</i>	<i>165.351</i>	<i>(680)</i>	<i>737</i>	<i>173.338</i>	<i>(4.746.429)</i>

31 de dezembro de 2022	Metical Moçambicano	Diram Marroquino	Libras Libanesas	Dinar Tunisino	Kwanza Angolano	Rand Sul- africano
Taxa de câmbio no final do período	68,180	11,159	44.903,9	3,334	544,643	18,099
Valorização/(desvalorização) face ao ano anterior	(12,69%)	6,11%	43,39%	2,0%	(13,88%)	0,20%
Taxa de câmbio média no período	67,204	10,686	44.903,9	3,254	486,725	17,208
Valorização/(desvalorização) face ao ano anterior	(13,56%)	0,12%	43,39%	(1,1%)	(35,22%)	(1,54%)
Valores em Divisas						
Caixa e equivalentes de caixa	69.989.502	528.284	35.277.945	9.188.351	199.214.219	40.922
Valores a receber	119.228.330	-	9.798.214	27.919.258	211.576.184	-
Outros ativos	-	-	657.966	13.613.868	1.680.000	-
Total de ativos financeiros	189.217.832	528.284	45.734.125	50.721.477	412.470.403	40.922
Financiamentos	-	-	-	(110.959.947)	-	-
Valores a pagar	-	(98.203)	(123.624.248)	(45.894.250)	(397.337.690)	-
Total de passivos financeiros	-	(98.203)	(123.624.248)	(156.854.197)	(397.337.690)	-
Posição financeira líquida em moeda estrangeira	189.217.832	430.081	(77.890.123)	(106.132.720)	15.132.713	40.922
Posição financeira líquida em Euros	2.775.269	38.540	(1.735)	(31.831.540)	27.785	2.261
<i>Impacto da variação de +10% na taxa de câmbio</i>	<i>(252.297)</i>	<i>(3.504)</i>	<i>158</i>	<i>2.893.776</i>	<i>(2.526)</i>	<i>(206)</i>
<i>Impacto da variação de -10% na taxa de câmbio</i>	<i>308.363</i>	<i>4.282</i>	<i>(193)</i>	<i>(3.536.838)</i>	<i>3.087</i>	<i>251</i>

31 de dezembro de 2021	Metical Moçambicano	Diram Marroquino	Libras Libanesas	Dinar Tunisino	Kwanza Angolano	Rand Sul- africano
Taxa de câmbio no final do período	78,090	10,517	31.316,400	3,267	632,424	18,063
Valorização/(desvalorização) face ao ano anterior	(15,96%)	(3,83%)	203,82%	(0,63%)	(23,10%)	0,23%
Taxa de câmbio média no período	77,747	10,673	31.316,400	3,289	751,334	17,477
Valorização/(desvalorização) face ao ano anterior	(3,10%)	(1,33%)	203,82%	2,78%	8,91%	(6,87%)
Valores em Divisas						
Caixa e equivalentes de caixa	10.352.877	651.982	104.796.938	8.840.005	96.270.753	40.922
Valores a receber	3.588.455	-	9.785	4.547.351	1.680.000	-
Outros ativos	-	-	30.589.678	26.431.863	(441.729.608)	-
Total de ativos financeiros	13.941.332	651.982	135.396.401	39.819.219	(343.778.855)	40.922
Financiamentos	-	-	(916.248)	(85.099.325)	-	-
Valores a pagar	(6.579.943)	(71.000)	(113.265.268)	(35.054.215)	(791.822.896)	-
Total de passivos financeiros	(6.579.943)	(71.000)	(114.181.516)	(120.153.540)	(791.822.896)	-
Posição financeira líquida em moeda estrangeira	7.361.389	580.982	21.214.885	(80.334.321)	(1.135.601.751)	40.922
Posição financeira líquida em Euros	94.268	55.245	677	(24.587.372)	(1.795.634)	2.266
<i>Impacto da variação de +10% na taxa de câmbio</i>	<i>(8.570)</i>	<i>(5.022)</i>	<i>(62)</i>	<i>2.235.216</i>	<i>163.239</i>	<i>(206)</i>
<i>Impacto da variação de -10% na taxa de câmbio</i>	<i>10.474</i>	<i>6.138</i>	<i>75</i>	<i>(2.731.930)</i>	<i>(199.515)</i>	<i>252</i>

8.1.2 RISCO DE TAXA DE JURO

POLÍTICA DE GESTÃO DO RISCO DE TAXA DE JURO

Uma parte do custo associado à dívida financeira contraída pelo Grupo está indexada a taxas de referência de curto prazo, revistas com uma periodicidade inferior a um ano (geralmente seis meses na dívida de médio e longo prazo). Deste modo, variações nas taxas de juro podem afetar os resultados do Grupo.

A estratégia de gestão do risco de taxa de juro é revista periodicamente pelo Grupo. Face ao nível atual das taxas de juro, o Grupo tem privilegiado a contratação de dívida a taxa fixa.

Nos casos em que a Administração considera adequado, o Grupo recorre à utilização de Instrumentos financeiros derivados (Nota 8.2), nomeadamente *swaps*, tendo estes instrumentos como objetivo fixar a taxa de juro dos empréstimos que obtém, dentro de determinados parâmetros, considerados adequados pelas políticas de gestão de risco do Grupo.



ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTABILÍSTICOS

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

A Semapa utiliza a técnica da análise de sensibilidade que mede as alterações estimadas nos resultados e capitais de um aumento ou diminuição imediata das taxas de juro de mercado, com todas as outras variáveis constantes. Esta análise é apenas para fins ilustrativos, já que na prática as taxas de mercado raramente se alteram isoladamente.

A análise de sensibilidade é baseada nos seguintes pressupostos:

- i) Alterações nas taxas de juro do mercado afetam rendimentos ou despesas de juros de Instrumentos financeiros variáveis;
- ii) Alterações nas taxas de juro de mercado afetam o justo valor de Instrumentos financeiros derivados e outros ativos e passivos financeiros;
- iii) Alterações no justo valor de Instrumentos financeiros derivados e outros ativos e passivos financeiros são estimados descontando os fluxos de caixa futuros de valores atuais líquidos, utilizando taxas de mercado do final do ano.

Sob estes pressupostos, o impacto dum aumento de 0,5% nas taxas de juro de mercado para todas as moedas às quais o Grupo tem passivos e ativos remunerados, e instrumentos financeiros derivados a 31 de dezembro de 2022 e 2021, é como segue:

Valores em Euros	31/12/2022	31/12/2021
Aumento de 0.5% nas taxas de juro de mercado		
Impacto no resultado antes de imposto - aumento / (diminuição)	(1.833.147)	(773.200)

EXPOSIÇÃO AO RISCO DE TAXA DE JURO

Os ativos e passivos financeiros remunerados a taxa fixa (que não expõem o Grupo ao risco de taxa de juro) e remunerados a taxa variável (que expõem o Grupo ao risco de taxa de juro) detalham-se como segue:

Valores em Euros	Até 1 mês	1-3 meses	3-12 meses	1-5 anos	+ 5 anos	Total
A 31 de dezembro de 2022						
Ativos						
Correntes						
Disponibilidades	593.396.576	-	-	-	-	593.396.576
Instrumentos Financeiros Derivados	-	-	-	-	-	-
Total de ativos financeiros	593.396.576	-	-	-	-	593.396.576
Passivos						
Não correntes						
Passivos remunerados	-	162.500.000	50.000.000	687.981.305	126.482.690	1.026.963.995
Outros passivos	-	-	-	28.877.757	1.097.309	29.975.066
Correntes						
Passivos remunerados	-	98.983.063	57.878.080	171.628.709	-	328.489.852
Outros passivos	-	-	7.219.439	-	-	7.219.439
Total de passivos financeiros	-	261.483.063	115.097.519	888.487.771	127.579.999	1.392.648.353
Posição financeira líquida de balanço	593.396.576	(261.483.063)	(115.097.519)	(888.487.771)	(127.579.999)	(799.251.777)

Valores em Euros	Até 1 mês	1-3 meses	3-12 meses	1-5 anos	+ 5 anos	Total
A 31 de dezembro de 2021						
Ativos						
Correntes						
Disponibilidades	382.287.392	-	-	-	-	382.287.392
Total de ativos financeiros	382.287.392	-	-	-	-	382.287.392
Passivos						
Não correntes						
Passivos remunerados	52.500.000	-	8.250.000	948.485.018	89.109.997	1.098.345.015
Outros passivos	-	-	-	28.877.757	5.631.853	34.509.610
Correntes						
Passivos remunerados	86.744.908	147.286.559	39.756.240	-	-	273.787.707
Outros passivos	-	-	4.099.903	-	-	4.099.903
Total de passivos financeiros	139.244.908	147.286.559	52.106.143	977.362.775	94.741.850	1.410.742.235
Posição financeira líquida de balanço	243.042.484	(147.286.559)	(52.106.143)	(977.362.775)	(94.741.850)	(1.028.454.843)

8.1.3 RISCO DE LIQUIDEZ

POLÍTICA DE GESTÃO DO RISCO DE LIQUIDEZ

O Grupo gere o risco de liquidez por duas vias:

- i) garantindo que a sua dívida financeira tem uma componente elevada de médio e longo prazo com maturidades adequadas às características das indústrias onde exerce a sua atividade, e
- ii) através da contratação com instituições financeiras de linhas de crédito disponíveis a todo o momento, por um montante que garanta uma liquidez adequada.

MATURIDADE CONTRATUAL DOS PASSIVOS FINANCEIROS (FLUXOS NÃO DESCONTADOS, INCLUINDO JUROS)

Valores em Euros	-1 mês	1-3 meses	3-12 meses	1-5 anos	+ de 5 anos	Total
A 31 de dezembro de 2022						
Passivos						
Empréstimos por obrigações	808.956	10.257.500	186.841.775	606.377.129	101.310.000	905.595.360
Papel comercial	-	35.994.000	13.197.220	164.625.861	20.000.000	233.817.081
Empréstimos bancários	1.273.415	5.281.557	100.990.944	192.958.769	28.149.329	328.654.014
Outros financiamentos	-	-	11.888.984	28.877.757	5.631.853	46.398.594
Instrumentos financeiros derivados	-	(1.027.675)	1.391.280	(24.583.272)	(652.775)	(24.872.442)
Outros passivos financeiros	-	-	-	458.343	-	458.343
Total passivos	2.082.371	50.505.382	314.310.203	968.714.587	154.438.407	1.490.050.950
A 31 de dezembro de 2021						
Passivos						
Empréstimos por obrigações	726.667	2.197.750	32.034.712	726.276.933	50.463.614	811.699.676
Papel comercial	65.130.000	61.652.049	21.266.314	162.979.386	-	311.027.749
Empréstimos bancários	1.292.524	581.459	110.981.248	161.489.358	41.707.872	316.052.461
Outros financiamentos	-	-	4.430.904	28.877.757	5.631.853	38.940.514
Instrumentos financeiros derivados	-	1.185.597	2.940.590	323.238	-	4.449.425
Outros passivos financeiros	-	-	-	458.343	-	458.343
Total passivos	67.149.191	65.616.855	171.653.768	1.080.405.015	97.803.339	1.482.628.168



A maturidade contratual dos financiamentos obtidos apresentada pressupõe o cumprimento de *covenants* financeiros, conforme mencionados na Nota 5.7 – Financiamentos obtidos.

LINHAS DE CRÉDITOS DISPONÍVEIS E NÃO UTILIZADAS

Valores em Euros	31/12/2022	31/12/2021
Linhas de crédito não utilizadas		
Holdings	315.500.000	184.750.000
Pasta e Papel	210.450.714	145.450.714
Cimento e Derivados	158.190.566	230.369.674
Ambiente	14.125.000	20.460.000
	698.266.280	581.030.388

8.1.4 RISCO DE CRÉDITO



POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

IMPARIDADE DE ATIVOS FINANCEIROS

O Grupo avalia, numa base prospetiva, as perdas de crédito esperadas associadas aos seus ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao justo valor por outro rendimento integral, de acordo com a IFRS 9, conforme o detalhe apresentado na Nota 8.4.1 – Categorias de instrumentos financeiros do Grupo.

Nesta base, o Grupo reconhece as perdas de crédito esperadas (*expected credit losses*) ao longo da respetiva duração dos instrumentos financeiros que tenham sido objeto de aumentos significativos do risco de crédito desde o reconhecimento inicial, avaliado numa base individual ou coletiva, tendo em conta todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo a informação prospetiva disponível.

Se, à data de relato, o risco de crédito associado a um instrumento financeiro não tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial, o Grupo mensura a imparidade relativa a esse instrumento financeiro por uma quantia equivalente às perdas de crédito esperadas.

A IFRS 9 prevê que para o cálculo destas imparidades seja utilizado um de dois modelos: método das 3 fases ou uso de uma matriz, sendo a componente distintiva a existência ou não de uma componente significativa de financiamento. No caso dos ativos financeiros do Grupo, não sendo o mesmo uma instituição financeira e não existindo ativos que tenham uma componente significativa de financiamento, optou-se pela utilização de uma matriz.

O modelo seguido na avaliação das imparidades de acordo com a IFRS 9 é como segue:

1. Calcular o total de vendas a crédito realizadas pelo Grupo durante os últimos 12 meses, assim como o montante total de cobrança duvidosa que se lhes associa;
2. Apurar o perfil de pagamento dos clientes e outros credores de curto prazo, definindo intervalos de periodicidade de recebimento;
3. Com base em 1. supra, estimar a probabilidade de *default* ou seja, o montante de cobrança duvidosa apurado em 1. comparado com saldo de vendas em aberto em cada intervalo calculado em 2.;
4. Ajustar as percentagens obtidas em 3. relativamente às projeções futuras;
5. Aplicar as percentagens de *default* conforme calculadas em 4. aos saldos de clientes e outros valores a pagar correntes em aberto na data de relato.

Apesar da IFRS 9 presumir 90 dias como *default*, o Grupo Navigator considerou 180 dias, pois a experiência de perdas reais antes deste prazo é reduzida, além de se encontrar alinhado com as atuais políticas de gestão de risco da entidade, nomeadamente no que diz respeito ao seguro de crédito contratado e ao facto de não existirem vendas com componentes significativas de financiamento à luz da IFRS 15. Adicionalmente, a Navigator avaliou o impacto de considerar 180 dias de *default* em detrimento de 90 dias e a *expected credit loss* não se alteraria significativamente. Além deste prazo, o modelo tem em consideração a franquia paga pela Navigator em caso de sinistro na seguradora de crédito contratada, de 5% (10% para clientes nacionais).

Além disso, o Grupo reconhece imparidades em base casuística, com base em saldos específicos e eventos passados específicos, tendo em conta a informação histórica das contrapartes, o seu perfil de risco e outros dados observáveis de forma a aferir se existe indicadores objetivos de imparidade para esses ativos financeiros. O Grupo utiliza o procedimento de anulação (*write-off*) apenas quando o crédito é considerado definitivamente incobrável, por decisão do tribunal.

POLÍTICA DE GESTÃO DO RISCO DE CRÉDITO

O Grupo encontra-se sujeito a risco no crédito sobre os saldos a receber dos clientes e a outros devedores, tendo adotado uma política de gestão de cobertura de risco dentro de determinados níveis através de seguros de crédito com entidades independentes especializadas. O agravamento das condições económicas globais ou adversidades que afetem as economias locais pode originar uma deterioração na capacidade dos clientes em saldar os seus compromissos.

O Grupo adotou uma política de seguro de crédito para a generalidade dos saldos a receber de clientes. Desta forma considera-se que a exposição efetiva do Grupo ao risco de crédito se encontra mitigada a níveis aceitáveis relativamente às vendas.

No entanto, o agravamento das condições económicas globais ou adversidades que afetem apenas as economias a uma escala local pode originar uma deterioração na capacidade dos clientes do Grupo em saldar as suas obrigações, levando a que as entidades que prestam o seguro de crédito diminuam significativamente o montante das linhas que disponibilizam para esses clientes, o que pode resultar em limitações nos montantes que se conseguem vender a alguns clientes, sem incorrer diretamente em níveis de risco de crédito enquadráveis na política de risco nesta área.

EQUIVALENTES DE CAIXA

O Grupo tem uma política rigorosa de aprovação das suas contrapartes financeiras, limitando a sua exposição de acordo com uma análise individual de risco e com *plafonds* previamente aprovados.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os saldos a receber de clientes apresentavam a seguinte estrutura de antiguidade, considerando como referência a data de vencimento dos valores em aberto antes de imparidades:

Valores em Euros	Pasta e Papel	Cimento e Derivados	Ambiente	Total	
				2022	2021
valores não vencidos	300.633.238	42.690.042	6.488.969	349.812.249	251.775.407
de 1 a 90 dias	40.593.683	21.174.834	6.161.368	67.929.885	22.247.420
de 91 a 180 dias	339.640	3.414.312	2.221.739	5.975.691	3.492.775
de 181 a 360 dias	22.940	1.425.869	868.327	2.317.136	1.988.875
de 361 a 540 dias	2.224	767.972	238.530	1.008.726	689.540
de 541 a 720 dias	8.507	396.908	271.423	676.838	465.823
a mais de 721 dias	1.226	6.462.629	1.794.090	8.257.946	6.305.925
	341.601.458	76.332.566	18.044.446	435.978.471	286.965.765
Em contencioso de cobrança	6.621.083	7.602.003	-	14.223.086	9.715.914
Imparidades	(6.621.083)	(13.799.445)	(949.395)	(21.369.923)	(16.005.359)
Saldo de clientes (Nota 4.2)	341.601.458	70.135.124	17.095.051	428.831.634	280.676.320

Os valores apresentados correspondem aos valores em aberto, face aos prazos de vencimento contratados. Apesar de existirem atrasos na liquidação de alguns valores face a esses prazos, tal não resulta, de acordo com a informação que é do conhecimento do Grupo, na identificação de situações de imparidade para além das consideradas através das correspondentes perdas. Estas são apuradas atendendo à informação regularmente reunida sobre o comportamento financeiro dos clientes do Grupo, que permite, em conjugação com a experiência reunida na análise da carteira e em conjugação com os sinistros de crédito que se verifiquem, na parte não atribuível à seguradora, definir o valor das perdas a reconhecer no período.

A análise de antiguidade de saldos devedores que já se encontram vencidos é a seguinte:

Valores em Euros	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor bruto	Justo Valor Garantias	Valor bruto	Justo Valor Garantias
Saldos devedores vencidos não considerados em imparidades				
Vencidos há menos de 3 meses	67.752.618	40.743.635	22.088.089	14.714.336
Vencidos há mais de 3 meses	11.486.785	550.853	7.063.933	749.088
	79.239.403	41.294.488	29.152.022	15.463.424
Saldos devedores considerados em imparidades				
Vencidos há menos de 3 meses	177.267	-	205.666	-
Vencidos há mais de 3 meses	21.192.656	-	15.799.693	-
	21.369.923	-	16.005.359	-

De referir, conforme descrito anteriormente, que o Grupo adotou uma política de seguro de crédito para parte significativa de saldos a receber de clientes. Desta forma, é convicção do Grupo que a exposição efetiva ao risco de crédito se encontra em níveis aceitáveis.

A qualidade de risco de crédito do Grupo, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, face a Ativos financeiros (Caixa e seus equivalentes e Instrumentos financeiros derivados) cujas contrapartes sejam instituições financeiras, detalha-se como segue:

Valores em Euros	31/12/2022	31/12/2021
AA	6.231.679	9.801.253
AA-	74.995.499	-
A+	204.316.040	84.976.652
A	4.168.750	7.187.873
A-	168.967.841	65.273.454
BBB+	5.847.277	19.357.140
BBB	51.918.542	107.525.760
BBB-	3.034.440	7.003.717
BB+	10.227.361	3.004.206
BB	5.697.168	13.785.672
BB-	35.693.098	34.891.790
B	17.933	9.524.885
B-	2.308.949	30.012
CCC+	2.205.418	75.543
Outros	16.841.594	18.952.439
	592.471.589	381.390.396

A rubrica Outros inclui aplicações de tesouraria em instituições financeiras em Angola e Moçambique relativamente às quais não foi possível obter a notação de *rating* com referência às datas apresentadas.

A exposição máxima ao risco de crédito na Posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2022 e 2021 detalha-se como segue:

Valores em Euros	31/12/2022	31/12/2021
Não Correntes		
Outros investimentos financeiros (Nota 8.3)	48.718.902	21.244.092
Valores a receber não correntes (Nota 4.2)	28.920.465	12.120.307
Correntes		
Valores a receber correntes (Nota 4.2)	493.782.649	357.876.221
Instrumentos financeiros derivados (Nota 8.2)	54.773.410	3.066.689
Depósitos bancários e aplicações de tesouraria (Nota 5.9)	592.471.589	381.390.396
	1.218.667.015	775.697.705

IMPARIDADE DE CLIENTES E OUTROS DEVEDORES

MOVIMENTOS EM PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS EM CLIENTES E OUTROS VALORES A RECEBER

Valores em Euros	Clientes c/c		Outros valores a receber	
	2022	2021	2022	2021
Imparidades acumuladas no início do período	15.827.644	26.253.202	7.003.201	7.144.130
<i>Variações devidas a:</i>				
Reforço	4.705.493	1.252.996	1.456.821	3.762
Reversões	(563.231)	(769.114)	(64.938)	(46)
Variações reconhecidas nos resultados do período (Nota 2.3)	4.142.262	483.882	1.391.883	3.716
Ajustamento cambial	29.679	(107.145)	(1.818)	693
Utilizações	18.442	(7.538.150)	(1.018.935)	(145.338)
Regularizações e transferências	1.171.954	(3.264.145)	-	-
Imparidades acumuladas no final do período	21.189.981	15.827.644	7.374.331	7.003.201

8.2 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS



POLÍTICAS CONTÁBILÍSTICAS

O justo valor dos Instrumentos financeiros derivados encontra-se incluído na rubrica de Valores a pagar (Nota 4.3), quando negativos, e na rubrica Valores a receber (Nota 4.2), quando positivo.

Conforme previsto na IFRS 9 – Instrumentos financeiros, o Grupo optou por continuar a aplicar os requisitos da contabilidade de cobertura presentes na IAS 39 – Instrumentos financeiros, até que exista uma maior visibilidade sobre o projeto de Dynamic Risk Management (*macro hedging*) atualmente em curso.

Sempre que as expectativas de evolução de taxas de juro ou de câmbio o justifiquem, o Grupo procura contratar operações de cobertura contra movimentos adversos, através de instrumentos derivados, tais como *interest rate swaps* (IRS), *collars* de taxa de juro e de câmbio, *forwards* cambiais, etc.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS DE NEGOCIAÇÃO

Apesar de os derivados contratados pelo Grupo corresponderem a instrumentos eficazes na cobertura económica de riscos, nem todos se qualificam como instrumentos de cobertura contábilística de acordo com as regras e requisitos aplicáveis. Os instrumentos que não se qualificam como instrumentos de cobertura contábilística são registados na Posição financeira consolidada pelo seu justo valor e as variações no mesmo são reconhecidas em Rendimentos e gastos financeiros (Nota 5.11), quando relativas a operações de financiamento, ou em Fornecimentos e Serviços Externos (Nota 2.3) ou Rédito (Nota 2.1), quando se referirem à cobertura de riscos cambiais sobre a compra de matérias-primas ou fluxos de recebimento de vendas em moeda diferente da moeda de apresentação.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS DE COBERTURA

Os Instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura podem ser classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as condições definidas na IAS 39.

COBERTURA DE FLUXOS DE CAIXA (RISCO DE TAXA DE JURO E DE CÂMBIO)

O Grupo, na sua gestão da exposição às taxas de juro e de câmbio, realiza cobertura de fluxos de caixa.

Estas operações são registadas na Demonstração da posição financeira intercalar pelo seu justo valor e, na medida em que sejam consideradas coberturas eficazes, as variações no justo valor são inicialmente registadas no outro rendimento integral do período. Se as operações de cobertura se apresentarem como ineficazes, o ganho ou a perda daí decorrente é registada diretamente em resultados.

Os montantes acumulados em capital próprio são transferidos para resultados quando o item coberto afeta a Demonstração dos resultados (por exemplo, quando a venda futura coberta se materializa). O ganho ou a perda correspondente à componente eficaz dos *swaps* de taxa de juro que se encontrem a cobrir financiamentos de taxa variável é reconhecido na rubrica de Rendimentos e gastos financeiros (Nota 5.11). No entanto, quando a transação futura que se encontra coberta origina o reconhecimento de um ativo não financeiro (por exemplo, inventários ou ativos fixos tangíveis), os ganhos e perdas anteriormente diferidos no capital próprio são incluídos na mensuração inicial do custo do ativo.

COBERTURA DE INVESTIMENTO LÍQUIDO NO ESTRANGEIRO (RISCO DE TAXA DE CÂMBIO)

O Grupo, na sua gestão da exposição às taxas de câmbio, realiza cobertura da exposição cambial em investimentos em entidades no estrangeiro (*net investment*) através da contratação de *forwards* cambiais, os quais se encontram registados ao justo valor na Demonstração da posição financeira consolidada.

As coberturas contratadas para investimentos em operações estrangeiras são registadas de forma semelhante às coberturas de fluxos de caixa. Os ganhos e perdas no instrumento de cobertura relacionados com a sua componente de cobertura efetiva são reconhecidos no rendimento integral do período. Os ganhos e perdas relacionados com a componente ineficaz de cobertura são reconhecidos na Demonstração dos resultados. Os ganhos e perdas acumulados no capital próprio são incluídos na Demonstração dos resultados se e quando ocorrer a alienação da operação estrangeira.

DESRECONHECIMENTO

Quando um instrumento de cobertura matura ou é vendido, ou quando deixa de cumprir os critérios exigidos para que seja reconhecido contabilisticamente como de cobertura, os ganhos e perdas acumuladas no capital próprio são reciclados para a Demonstração dos resultados, exceto quando o item coberto é uma transação futura em que os ganhos e perdas acumuladas constantes do capital próprio a essa data permaneçam no capital próprio, caso em que apenas serão reciclados para a Demonstração dos resultados quando a transação for reconhecida na Demonstração dos resultados.

SEGMENTO PASTA E PAPEL

DERIVADOS CAMBIAIS DE NEGOCIAÇÃO

O Grupo Navigator tem uma exposição cambial nas vendas que fatura em divisas, com especial relevância em dólares norte-americanos (USD) e libras esterlinas (GBP). Uma vez que o Grupo apresenta as suas demonstrações financeiras em euros, fica exposta a um risco económico na conversão destes fluxos de moedas para o euro. O Grupo tem também, embora com menor expressão, alguns pagamentos nestas mesmas divisas, que, para efeitos de exposição cambial, funcionam como uma cobertura natural. Deste modo, a cobertura tem como objetivo proteger o saldo dos valores da demonstração da posição financeira denominados em moeda diferente da moeda de apresentação contra as respetivas variações cambiais.

Os instrumentos de cobertura utilizados nesta operação são *forwards* cambiais, contratados sobre a exposição líquida às moedas diferentes da moeda de apresentação, para montantes e datas de vencimento próximas dessa exposição. A natureza do risco coberto é a variação cambial contabilística registada nas vendas e compras tituladas em moedas diferentes da moeda de apresentação. No final de cada mês é feita uma atualização cambial dos saldos de Clientes e dos Fornecedores, cujo ganho ou perda é compensado com a variação do justo valor dos *forwards* negociados.

COBERTURA DE VENDAS FUTURAS | RISCO CAMBIAL EUR/USD E EUR/GBP

O Grupo recorre à utilização de instrumentos financeiros derivados com o objetivo de limitar o risco líquido de exposição cambial associado às vendas e compras futuras estimadas em USD e GBP.

COBERTURA DE FLUXOS DE CAIXA | TAXA DE JURO

O Grupo Navigator procede à cobertura dos pagamentos de juros futuros associados às emissões de papel comercial e do empréstimo obrigacionista, através da contratação de *swaps* de taxa de juro, onde paga uma taxa fixa e recebe uma taxa variável. O referido instrumento é designado como de cobertura dos fluxos de caixa associados ao programa de papel comercial e ao empréstimo obrigacionista.

COBERTURA DE FLUXOS DE CAIXA | COMMODITIES - BHKP

O Grupo Navigator usa instrumentos financeiros derivados com o objetivo de minimizar o risco de exposição associado à variação do preço da pasta, indexado ao PIX, em USD.

SEGMENTO CIMENTO E DERIVADOS

COBERTURA DE RISCO CAMBIAL NA EXPORTAÇÃO E NA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS

O Grupo Secil efetua muito pontualmente operações de cobertura de vendas em moeda diferente da moeda de apresentação e efetua cobertura das aquisições futuras de combustível, nomeadamente do *petcoke*.

COBERTURA DE FLUXOS DE CAIXA | TAXA DE JURO DE EMPRÉSTIMOS A OPERAÇÕES ESTRANGEIRAS

Quando uma operação estrangeira do Grupo Secil contrai empréstimos em moeda que não seja a moeda funcional no país de atividade dessa operação, o Grupo efetua operações de cobertura de forma a que a exposição reflita a moeda funcional.



ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTABILÍSTICOS

JUSTO VALOR DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Sempre que possível, o justo valor dos derivados é estimado com base em instrumentos cotados. Na ausência de preços de mercado, o justo valor dos derivados é estimado através do método de fluxos de caixa descontados e modelos de valorização de opções, de acordo com pressupostos geralmente utilizados no mercado.

MOVIMENTOS EM INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Valores em Euros	2022			2021		
	Derivados de negociação	Derivados de cobertura	Total líquido	Derivados de negociação	Derivados de cobertura	Total líquido
Saldo no início do período	(2.612.553)	(4.132.630)	(6.745.183)	6.472.463	(5.545.156)	927.307
Novos contratos / liquidações	17.938.322	(1.409.254)	16.529.068	(3.178.821)	2.326.437	(852.384)
Variação de justo valor em resultados (Nota 5.11)	(25.364.400)	(1.504.772)	(26.869.172)	(5.936.014)	(3.191.640)	(9.127.654)
Variação de justo valor em outro rendimento integral (Nota 5.5)	-	60.243.766	60.243.766	-	2.277.728	2.277.728
Ajustamento cambial	(144.306)	-	(144.306)	29.819	1	29.820
Saldo no final do período	(10.182.937)	53.197.110	43.014.173	(2.612.553)	(4.132.630)	(6.745.183)

No exercício de 2022, o montante considerado como Variação do justo valor de instrumentos financeiros derivados em Outro rendimento integral inclui um montante de 54,6 milhões de euros da subsidiária Navigator dos quais: a) -29,3 milhões de euros correspondentes a transferências para resultados de coberturas; e b) 83,9 milhões de euros de variações de justo valor de instrumentos financeiros derivados de cobertura.

DETALHE E MATURIDADE DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS POR NATUREZA

31 de dezembro de 2022 Valores em Euros	Nocional	Moeda	Maturidade	Positivos (Nota 4.2)	Negativos (Nota 4.3)	Líquido
De cobertura						
Forwards cambiais (vendas futuras)	345.000.000	USD	2023	6.011.256	-	6.011.256
Forwards cambiais (vendas futuras)	144.000.000	GBP	2023	1.294.665	-	1.294.665
Swaps de taxa de juro (SWAP's)	425.000.000	Euro	2026/2027	38.208.097	-	38.208.097
Energia	50.521.199	EUR	2023	7.683.092	-	7.683.092
				53.197.110	-	53.197.110
De negociação						
Forwards cambiais	76.977.456	USD	2023	1.325.016	(4.679.289)	(3.354.273)
Forwards cambiais	18.800.000	GBP	2023	251.284	-	251.284
Forwards cambiais	1.750.000	CHF	2023	-	(3.244)	(3.244)
Cross currency interest rate swap	17.500.000	Euro	2023/2024	-	(2.612.957)	(2.612.957)
Cross currency interest rate swap	62.145.527	USD	2022/2025	-	(4.463.747)	(4.463.747)
				1.576.300	(11.759.237)	(10.182.937)
				54.773.410	(11.759.237)	43.014.173

31 de dezembro de 2021 Valores em Euros	Nocional	Moeda	Maturidade	Positivos (Nota 4.2)	Negativos (Nota 4.3)	Líquido
De cobertura						
Forwards cambiais (vendas futuras)	242.500.000	USD	2022	9.066	(1.426.675)	(1.417.609)
Forwards cambiais (vendas futuras)	83.000.000	GBP	2022	-	(483.940)	(483.940)
Swaps de taxa de juro (SWAP's)	425.000.000	Euro	2026/2027	2.260.434	(2.804.403)	(543.969)
Pasta BHKP	27.120.000	USD	2022	-	(1.687.112)	(1.687.112)
				2.269.500	(6.402.130)	(4.132.630)
De negociação						
Forwards cambiais	129.745.503	USD	2023	-	(1.640.154)	(1.640.154)
Forwards cambiais	9.050.000	GBP	2021	-	(86.856)	(86.856)
Forwards cambiais	300.000	CHF	2021	-	(1.448)	(1.448)
Cross currency interest rate swap	17.500.000	Euro	2023	-	(1.201.670)	(1.201.670)
Cross currency interest rate swap	48.950.000	USD	2022	227.765	(479.614)	(251.849)
Non Deliverable Forward (NDF)	7.861.000	USD	2021	139.263	-	139.263
Non Deliverable Forward (NDF)	12.500.000	Euro	2022	430.161	-	430.161
				797.189	(3.409.742)	(2.612.553)
				3.066.689	(9.811.872)	(6.745.183)

SEGMENTO PASTA E PAPEL

COBERTURA DE VENDAS FUTURAS | RISCO CAMBIAL EUR/USD E EUR/GBP

No decorrer do último semestre de 2022, o Grupo Navigator concluiu a contratação dos instrumentos financeiros derivados, adquirindo USD 345.000.000 e GBP 144.000.000, em Zero Cost Collar, garantindo assim a cobertura total do valor estimado de exposição para o exercício de 2023.

COBERTURA DE FLUXOS DE CAIXA | TAXA DE JURO

No decorrer do primeiro trimestre de 2022, o Grupo Navigator contratou dois novos *swaps* no valor de Euros 75.000.000 cada, para fixação da taxa de juro associada ao empréstimo obrigacionista Navigator 2022-2028, no montante de Euros 150.000.000, com início em junho de 2022.

COBERTURA DE ENERGIA

Face à exposição do grupo ao preço de energia, durante o último trimestre de 2022 a Navigator procedeu à contratação de *swaps* para fixação do preço da energia vendida para um volume de aproximadamente 253.716 MWh, a findar a 31 de dezembro de 2023.

SEGMENTO CIMENTO E DERIVADOS

DERIVADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Em janeiro de 2022, a subsidiária Supremo contratou um financiamento de USD equivalente a BRL 100.000.000 com maturidade em janeiro 2025, com amortizações de capital semestrais, a primeira em janeiro de 2023 e a última no vencimento. Nessa mesma data foi celebrado um contrato *cross currency interest rate swap* com o objetivo de cobrir a exposição à taxa de câmbio. Este derivado permitiu à Supremo a fixação do valor nominal do financiamento em BRL e o pagamento de juros à taxa CDI acrescida de um *spread*, replicando integralmente o plano de amortização do referido financiamento em USD.

Em maio de 2022, a subsidiária Supremo contratou um financiamento externo no montante de USD 18.000.000 com maturidade em maio de 2025, com uma única amortização no vencimento. Nessa mesma data, foi celebrado um contrato *cross currency interest rate swap* com o objetivo de cobrir a exposição à taxa de câmbio. Este derivado permitiu à Supremo a fixação do valor nominal do financiamento em BRL e o pagamento de juros à taxa CDI acrescida de um *spread*, replicando integralmente o plano de amortização do referido financiamento em USD.

Em maio de 2022, a subsidiária Margem contratou um financiamento externo no montante de USD 16.000.000 com maturidade em maio de 2025, com uma única amortização no vencimento. Nessa mesma data, foi celebrado um contrato *cross currency interest rate swap* com o objetivo de cobrir a exposição à taxa de câmbio. Este derivado permitiu à Margem a fixação do valor nominal do financiamento em BRL e o pagamento de juros à taxa CDI acrescida de um *spread*, replicando integralmente o plano de amortização do referido financiamento em USD.

Em junho de 2022, a subsidiária Margem contratou um financiamento externo no montante de EUR 10.000.000 com maturidade em junho de 2024, com uma única amortização no vencimento. Nessa mesma data, foi celebrado um contrato *cross currency interest rate swap* com o objetivo de cobrir a exposição à taxa de câmbio. Este derivado permitiu à Margem a fixação do valor nominal do financiamento em BRL e o pagamento de juros à taxa CDI acrescida de um *spread*, replicando integralmente o plano de amortização do referido financiamento em EUR.

Em março de 2022, a subsidiária Margem comprou USD 2.000.000 a prazo para cobrir um pagamento em USD com liquidação na mesma data, a 2 de abril de 2022.

Em março de 2021, a subsidiária Supremo contratou um financiamento externo no montante aproximado de EUR 7.500.000 com maturidade em agosto de 2023 com duas amortizações de capital, a primeira em agosto de 2022 e a última no vencimento. Nessa mesma data foi celebrado um contrato *cross currency interest rate swap* com o objetivo de cobrir a exposição à taxa de câmbio. Este derivado permitiu à Supremo a fixação do valor nominal do financiamento em BRL e o pagamento de juros à taxa CDI acrescida de um *spread*, replicando integralmente o plano de amortização do referido financiamento em EUR.

Adicionalmente, a subsidiária Supremo contratou um financiamento de EUR 10.000.000 com maturidade em junho 2024, com duas amortizações de capital, a primeira em junho de 2023 e a última no vencimento. Nessa mesma data foi celebrado um contrato *cross currency interest rate swap* com o objetivo de cobrir a exposição à taxa de câmbio. Este derivado permitiu à Supremo a fixação do valor nominal do financiamento em BRL e o pagamento de juros à taxa CDI acrescida de um *spread*, replicando integralmente o plano de amortização do referido financiamento em EUR.

Em dezembro de 2021, a subsidiária Supremo contratou um financiamento de USD 7.000.000 com maturidade em dezembro 2022, com uma amortização de capital no vencimento. Nessa mesma data foi celebrado um contrato *cross currency interest rate swap* com o objetivo de cobrir a exposição à taxa de câmbio. Este derivado permitiu à Supremo a fixação do valor nominal do financiamento em BRL e o pagamento de juros à taxa CDI acrescida de um *spread*, replicando integralmente o plano de amortização do referido financiamento em USD.

Em março de 2020, a subsidiária Supremo contratou um financiamento externo no montante aproximado de USD 7.950.000 com maturidade em março de 2022. Nessa mesma data, foi celebrado um contrato *cross currency interest rate swap* com o objetivo de cobrir a exposição à taxa de câmbio. Este derivado permitiu à Supremo a fixação do valor nominal do financiamento em BRL e o pagamento de juros à taxa CDI acrescida de um *spread*, replicando integralmente o plano de amortização do referido financiamento em USD.

Em julho de 2020, a subsidiária Supremo contratou um financiamento externo no montante aproximado de EUR 12.500.000 com maturidade em julho 2022 com uma única amortização no vencimento. Nessa mesma data foi celebrado um contrato Non-Deliverable Forward. Este derivado permitiu à Supremo a fixação do valor nominal dos financiamentos em BRL e dos respetivos juros.

COBERTURA DE FLUXOS DE CAIXA | TAXA DE JURO

Em 2020 a Secil contratou um empréstimo obrigacionista de EUR 50.000.000, com reembolso integral ao par em abril de 2027, com pagamento de juros semestrais e postecipados. A 26 de outubro de 2020, foi contratado um derivado de cobertura de risco de taxa de juro, através de um *interest rate swap* (IRS) com valor nominal de EUR 50.000.000, com início a 29 de outubro de 2020 e vencimento a 29 de abril 2027.

8.3 OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS



POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Esta Nota inclui os instrumentos de capital próprio detidos pelo Grupo relativos a empresas sobre as quais não exerce controlo ou influência significativa. Os investimentos financeiros são mensurados ao justo valor através dos resultados quando o Grupo os detém com o objetivo de os negociar. O Grupo designa os restantes investimentos financeiros como ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral.

Estes investimentos correspondem essencialmente a investimentos feitos pela subsidiária Semapa Next, S,A, unidade de negócio de capital de risco do Grupo Semapa que tem vindo a concretizar investimentos diversificados, e detalham-se como segue:

Valores em Euros	31/12/2022	31/12/2021
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral		
Defined AI	7.500.465	3.531.696
RealFevr	3.999.998	-
Oceano Fresco	3.006.930	3.006.930
Probe.ly	2.950.000	-
LOQR	2.499.962	2.499.962
Circuit	2.035.200	-
Techstar Corporate	1.745.339	1.812.562
Overstory	1.155.000	-
Airly	187.510	-
EMOTAI	100.000	-
	25.180.404	10.851.150
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados		
Alter Venture Partners Fund I	10.973.474	6.204.366
Kencko	4.687.800	-
FCR Armilar Venture	3.712.679	1.851.348
Notion Capital	2.309.991	1.230.303
Firstminute	1.128.665	718.316
Kibo Capital	384.323	295.000
Lakestar	318.151	-
Ynvisible, SA	23.415	93.609
	23.538.498	10.392.942
	48.718.902	21.244.092

A subsidiária Semapa Next, S.A., unidade de negócio de capital de risco do Grupo Semapa, tem vindo a concretizar investimentos diversificados entre os quais:

- Uma participação na Defined AI, que opera um *marketplace* de dados de alta qualidade para treino de modelos de inteligência artificial;
- Uma participação na LOQR, que oferece uma plataforma inovadora que facilita a transformação digital e aceleração do negócio *online* das instituições financeiras;
- Uma participação na Oceano Fresco, que se dedica à aquacultura sustentável de bivalves de alta qualidade (amêijoas europeias), aplicando métodos científicos e uma abordagem inovadora;
- Uma participação na Probely, que desenvolveu uma solução dirigida aos programadores e às equipas de cibersegurança das empresas para deteção automática de vulnerabilidades em sites, aplicações web e API;
- Uma participação na Kencko, que se dedica à produção e comercialização de *smoothies*, gomas e *bowls* nutritivos e de alta qualidade com menos desperdício alimentar;
- Uma participação na RealFevr, empresa especializada na comercialização e gamificação de NFT de desporto;
- Uma participação na Overstory, que desenvolveu uma plataforma para planeamento e gestão de risco de vegetação circundante a linhas elétricas;
- Uma participação na Circuit, que disponibiliza uma aplicação para planeamento de rotas para motoristas permitindo a poupança de tempo e combustível;
- Uma participação no fundo da norte-americana Techstars para apoiar e acelerar *startups* globais a partir de Lisboa;
- Conta ainda com participações em vários fundos de capital de risco na Europa e Estados Unidos, a saber: Alter Venture Capital Fund SCA – SICAV, FCR Armilar Venture Partners Tech Transfer Fund, Notion Capital IV LP, Firstminute Capital II LP, Kibo Ventures Fund III FCRE, Lakestar Early IV LP e Lakestar Growth II LP.

8.4 ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

8.4.1 CATEGORIAS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DO GRUPO

Os instrumentos financeiros incluídos em cada rubrica da demonstração da posição financeira consolidada são classificados como segue:

Valores em Euros	Nota	Ativos financeiros ao custo amortizado	Ativos financeiros ao justo valor através de resultados (excluindo derivados)	Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	Instrumentos financeiros derivados de cobertura	Instrumentos financeiros derivados ao justo valor através de resultados	Ativos não financeiros	Total
31 de dezembro de 2022								
Outros investimentos financeiros	8.3	-	23.538.498	25.180.404	-	-	-	48.718.902
Valores a receber	4.2	595.909.693	-	-	53.197.110	1.576.300	20.272.294	670.955.397
Caixa e equivalentes de caixa	5.9	593.396.576	-	-	-	-	-	593.396.576
Total de ativos		1.189.306.269	23.538.498	25.180.404	53.197.110	1.576.300	20.272.294	1.313.070.875
31 de dezembro de 2021								
Outros investimentos financeiros	8.3	-	10.392.942	10.851.150	-	-	-	21.244.092
Valores a receber	4.2	425.400.120	-	-	2.269.500	797.189	15.730.675	444.197.484
Caixa e equivalentes de caixa	5.9	382.287.392	-	-	-	-	-	382.287.392
Total de ativos		807.687.512	10.392.942	10.851.150	2.269.500	797.189	15.730.675	847.728.968

Valores em Euros	Nota	Passivos financeiros ao custo amortizado	Instrumentos financeiros derivados de cobertura	Instrumentos financeiros derivados ao justo valor através de resultados	Passivos não financeiros	" Passivos financeiros fora do âmbito da IFRS 9 "	Total
31 de dezembro de 2022							
Financiamentos obtidos	5.7	1.387.572.448	-	-	-	-	1.387.572.448
Passivos de locação	5.8	-	-	-	-	101.217.761	101.217.761
Valores a pagar	4.3	744.478.322	-	11.759.237	242.324.528	-	998.562.087
Total de passivos		2.132.050.770	-	11.759.237	242.324.528	101.217.761	2.487.352.296
31 de dezembro de 2021							
Financiamentos obtidos	8.3	1.397.883.993	-	-	-	-	1.397.883.993
Passivos de locação	4.2	-	-	-	-	96.689.951	96.689.951
Valores a pagar	4.3	568.540.590	6.402.130	3.409.742	106.012.223	-	684.364.685
Total de passivos		1.966.424.583	6.402.130	3.409.742	106.012.223	96.689.951	2.178.938.629

8.4.2 JUSTO VALOR DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS



POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

O justo valor dos instrumentos financeiros é classificado de acordo com a hierarquia de justo valor da IFRS 13 – Mensuração ao justo valor:

Nível 1	Baseado em cotações de mercados líquidos ativos à data de relato
Nível 2	Determinado com recurso a modelos de avaliação, cujos principais <i>inputs</i> são observáveis no mercado
Nível 3	Determinado com recurso a modelos de avaliação, cujos principais <i>inputs</i> não são observáveis no mercado.



ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTABILÍSTICOS

JUSTO VALOR DE FINANCIAMENTOS OBTIDOS REMUNERADOS A TAXA DE JURO FIXA

O justo valor destes passivos é calculado pelo método dos fluxos de caixa descontados à data de relato, utilizando uma taxa de desconto de acordo com as características de cada financiamento, pertencendo ao nível 2 da hierarquia de justo valor da IFRS 13.

JUSTO VALOR DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO

O Grupo considera que o valor contabilístico dos financiamentos remunerados a taxas variável, assim como dos ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado nas restantes rubricas (Nota 8.4.1), se aproxima do seu justo valor.

9 PROVISÕES, COMPROMISSOS E CONTINGÊNCIAS

9.1 PROVISÕES



POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Reconhecimento e mensuração inicial	São reconhecidas provisões sempre que o Grupo tenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados e seja provável que uma saída de fluxos e/ou de recursos se torne necessária para liquidar a obrigação; e possa ser efetuada uma estimativa fiável do montante da obrigação.
Capitalização de dispêndios	O Grupo incorre em dispêndios e assume passivos de carácter ambiental. Assim, os dispêndios com equipamentos e técnicas operativas que assegurem o cumprimento da legislação e dos regulamentos aplicáveis (bem como a recuperação paisagística e a redução dos impactos ambientais para níveis que não excedam os correspondentes a uma aplicação viável das melhores tecnologias disponíveis referentes à minimização do consumo energético, das emissões atmosféricas, da produção de resíduos e do ruído) são capitalizados quando se destinem a servir de modo duradouro a atividade do Grupo, e se relacionem com benefícios económicos futuros, permitindo prolongar a sua vida útil, aumentar a capacidade ou melhorar a segurança ou eficiência de outros ativos detidos pelo Grupo.
Mensuração subsequente	As provisões são revistas na data da Posição financeira consolidada e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. As provisões de recuperação paisagística são remensuradas em função do efeito temporal do dinheiro, por contrapartida da rubrica "Desconto financeiro de provisões" na Nota 5.11 – Rendimentos e gastos financeiros e consumidas pelos dispêndios efetuados pelo Grupo com a recuperação, na data em que estes ocorrem.

RECUPERAÇÃO PAISAGÍSTICA E OUTROS DISPÊNDIOS DE CARÁTER AMBIENTAL

Algumas empresas do Grupo têm como responsabilidade a recuperação ambiental e paisagística das pedreiras afetas à exploração nos termos da legislação aplicável.

Os trabalhos de reabilitação incluem essencialmente a limpeza e regularização das áreas destinadas à recuperação, a modelação e preparação do terreno, o transporte e espalhamento de materiais rejeitados para aterro, a fertilização, a execução do plano geral de revestimento com hidrossementeiras e plantações e a manutenção e conservação das zonas recuperadas após a implantação.



ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTABILÍSTICOS

PROCESSOS JUDICIAIS

Estas provisões foram constituídas de acordo com as avaliações de risco efetuadas internamente pelo Grupo com o apoio dos seus consultores legais, baseadas na probabilidade da decisão ser favorável ou desfavorável ao Grupo.

Os saldos de responsabilidades adicionais por posições de incerteza do Grupo relativos ao imposto sobre o rendimento são divulgados na Nota 6.1 – Imposto sobre o rendimento.

RECUPERAÇÃO AMBIENTAL

A extensão dos trabalhos necessários e dos respetivos custos a incorrer foram determinados tendo por base os planos de lavra das pedreiras e estudos preparados por entidades independentes, sendo que a responsabilidade total foi mensurada pelo valor esperado dos fluxos de caixa futuros, descontados a valor presente.

Juízos de valor e estimativas estão envolvidos na formação de expectativas sobre atividades futuras e no montante e período de tempo dos fluxos de caixa associados. Estas perspetivas são efetuadas com base na envolvente existente e regulamentação em vigor.

No caso das pedreiras cuja reconstituição apenas é possível no fim da exploração, o Grupo solicitou a entidades independentes e especializadas a avaliação dessas responsabilidades, bem como o período estimado de exploração, reconhecendo provisões para este efeito.

MOVIMENTOS EM PROVISÕES

Valores em Euros	Processos Judiciais	Recuperação Ambiental	Outras	Total
1 de janeiro de 2021	4.668.107	18.146.312	28.125.899	50.940.318
Aumentos	3.815.210	862.581	6.172.135	10.849.926
Reversões	(1.460.202)	(3.217.014)	(1.498.296)	(6.175.512)
Impacto em resultados do período	2.355.008	(2.354.433)	4.673.839	4.674.414
Variação de perímetro	-	-	(6.000)	(6.000)
Economias hiperinflacionárias (Líbano)	-	(37.247)	2.035.187	1.997.940
Utilizações	-	(3.103.060)	(2.386.107)	(5.489.167)
Ajustamento cambial	(71.838)	(135.472)	(684.668)	(891.978)
Descontos financeiros	-	59.257	-	59.257
Transferências e regularizações	-	578.765	619.396	1.198.161
31 de dezembro de 2021	6.951.277	13.154.122	32.377.546	52.482.945
Aumentos	3.488.765	386.489	11.824.709	15.699.963
Reversões	(5.392.411)	(2.775.622)	(3.598.068)	(11.766.101)
Impacto em resultados do período	(1.903.646)	(2.389.133)	8.226.641	3.933.862
Variação de perímetro	-	-	2.544	2.544
Economias hiperinflacionárias (Líbano)	-	450.633	1.262.114	1.712.747
Utilizações	-	(806.874)	(4.911.507)	(5.718.381)
Ajustamento cambial	2.223	(145.508)	(497.452)	(640.737)
Descontos financeiros	-	117.714	-	117.714
Transferências e regularizações	57.126	-	1.377.960	1.435.086
31 de dezembro de 2022	5.106.980	10.380.954	37.837.846	53.325.780

PROCESSOS JUDICIAIS

O desfecho das provisões para processos judiciais depende de decisões dos tribunais laboral e civil. O saldo a 31 de dezembro de 2022 é composto, maioritariamente, por valores referentes a processos laborais (2022: 2,6 milhões de euros; 2021: 6 milhões de euros) e a processos instaurados pelo IGAMAOT (Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território) (2022: 653 mil euros; 2021: 617 mil euros).

RECUPERAÇÃO AMBIENTAL

Esta rubrica inclui, em 31 de dezembro de 2022, Euros 1.818.739 (31 de dezembro de 2021: Euros 2.041.091) correspondente a pedreiras com reconstrução “continuada e progressiva dos espaços libertos” e diz respeito às pedreiras exploradas pela empresa Secil, no Outão.

OUTRAS PROVISÕES

Refere-se a provisões para fazer face a riscos relacionados com eventos de natureza diversa, de cuja resolução poderão resultar saídas de fluxos de caixa, nomeadamente processos de reestruturação organizacional, complementos ao fundo nacional de segurança social libanês, riscos de posições contratuais assumidas em investimentos, entre outras.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de Outras provisões inclui Euros 17.300.000 relativos ao projeto de Moçambique. Pese embora o memorando de entendimento (MoU) celebrado com o governo moçambicano previsse um compromisso de “melhor esforço” para a criação das condições necessárias para avançar com o investimento até 31 de dezembro de 2018, tal não foi possível até à data, continuando ambas as partes a trabalhar para alcançar esse objetivo.

9.2 COMPROMISSOS

GARANTIAS PRESTADAS A TERCEIROS

Valores em Euros	31/12/2022	31/12/2021
GARANTIAS PRESTADAS		
Segmento da Pasta e Papel		
Garantias Navigator para os financiamentos com o BEI	37.708.333	42.916.667
AT - Autoridade Tributária e Aduaneira	-	6.513.318
Comissão Coordenação Desenvolvimento Regional IAPMEI	354.083	-
IAPMEI	1.280.701	1.280.701
Desalfandegamento de produtos	1.250	1.250
Agência Estatal de Administ. Tributaria Espanhola	-	1.033.204
Agência Portuguesa Ambiente	2.390.006	1.527.484
Simria	338.829	338.829
Outras	838.256	1.987.855
Segmento dos Cimentos e Derivados		
Agência de Desenvolvimento e Coesão	4.919.200	4.995.543
APSS - Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra	2.624.820	2.624.820
Conselho de Emprego, Indústria e Turismo	279.648	954.118
Comissão de Coordenação e Desenv. Regional LVT	948.840	948.840
Comissão de Coordenação e Desenv. Regional Centro	789.647	789.647
ICNF_Inst.da Conserv. Natur. e das Florestas, I.P.	668.688	668.688
Comissão de Coordenação e Desenv. Regional Algarve	678.620	678.620
APDL - Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S.A	349.840	377.154
CCRLVT	298.638	298.638
Comissão de Coordenação e Desenv. Regional Norte	236.403	236.403
Tribunal do Trabalho	217.324	217.324
IAPMEI (âmbito do PEDIP)	209.305	209.305
Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais IAPMEI	199.055	199.055
IAPMEI	277.541	277.541
Consej. Econ. Emp. Ind. Tur .Dir. Gen. Minada y Energia	165.900	165.900
Comercime - Comercialização de Cimentos, Lda	-	144.000
Outras	1.094.090	310.920
Segmento do Ambiente		
EDP	9.810	9.810
DGAV	900.000	600.000
IAPMEI	496.966	496.966
	58.275.793	70.802.600
Outros compromissos		
Hipotecas sobre Terrenos, Imóveis e Equipamentos	2.342.297	3.358.569
	60.618.090	74.161.169

COMPROMISSO DE COMPRA

Valores em Euros	31/12/2022	31/12/2021
Compromissos de compra		
Segmento Pasta e Papel Ativos fixos tangíveis - Equipamentos fabris	57.737.388	14.612.464
Segmento Cimento e derivados Ativos fixos tangíveis - Equipamentos fabris	13.045.822	49.071.239
Segmento Pasta e Papel Madeira	480.300.000	375.800.000
Segmento Cimento e Derivados Matérias-primas - Petcoque e Carvão	19.037.381	11.949.371
Outros	4.241.446	3.379.198
	574.362.037	454.812.272

No exercício de 2022, a subsidiária da Navigator, Abastecimento de Madeira, ACE, assinou um contrato com a Portline Ocean Bulk, Inc. relativo ao frete de navios para transporte de madeira, nos anos de 2022, 2023 e 2024. O contrato prevê o transporte de, aproximadamente, 940.000 m³ nesse período.

OUTROS COMPROMISSOS

O Grupo Navigator assumiu um compromisso de atingir a neutralidade carbónica em 2035, com um investimento global previsto de 235 milhões de euros, dos quais 57,4 milhões de euros efetuados até 31 de dezembro de 2022. No âmbito deste compromisso foram ainda adjudicados no final do exercício de 2022 os seguintes investimentos:

- Construção de uma nova Caldeira de Recuperação em Setúbal, com um investimento previsto de Euros 135,8 milhões; e
- o Projeto de recolha e queima dos gases mal odorosos (NCG) em Setúbal, com um investimento previsto de Euros 16 milhões

9.3 ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES



POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas mas são divulgados quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes em que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja apenas possível não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo divulgados nas Notas, a menos que a possibilidade de se concretizar a saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

São reconhecidas provisões para passivos que satisfaçam as condições previstas na Nota 9.1.

FUNDO DE REGULARIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA

Nos termos do Decreto-Lei n.º 36/93 de 13 de fevereiro, as dívidas fiscais de empresas privatizadas referentes a períodos anteriores à data da privatização (25 de novembro de 2006) são da responsabilidade do Fundo de Regularização da Dívida Pública (FRDP). Em 16 de abril de 2008, a The Navigator Company apresentou um requerimento ao FRDP a solicitar o pagamento das dívidas fiscais até então liquidadas pela Administração Fiscal. Em 13 de dezembro de 2010 apresentou novo requerimento a solicitar o pagamento das dívidas liquidadas pela Administração Fiscal relativas aos períodos de 2006 e 2003, tendo este sido complementado, em 13 de outubro de 2011, com os montantes já pagos e não contestados relativos a essas mesmas dívidas, bem como com as despesas com elas diretamente relacionadas, nos termos do Acórdão datado de 24 de maio de 2011 (Processo n.º 0993A/ 02), que veio confirmar a posição da empresa quanto à exigibilidade dessas despesas.

Em 13 de dezembro de 2017 a The Navigator Company, S.A. celebrou um acordo extrajudicial com o Tesouro, no qual se reconheceu a responsabilidade do FRDP pelo ressarcimento do valor de 5.725.771 Euros, correspondente ao valor de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC) pago indevidamente, resultante de invocada qualificação/consideração incorreta, por parte da administração tributária, da menos-valia fiscal apurada na sequência das operações realizadas pela então Soporcel, S.A. em 2003, e, bem assim, a promover a restituição à Navigator da mencionada quantia.

Neste contexto, serão da responsabilidade do FRDP os montantes detalhados como segue:

Valores em Euros	Período	Valores solicitados	Redução via pagamento ao abrigo do RERD	Processos decididos a favor do Grupo	Valores em aberto
Processos transitados em Julgado					
IRC	2002	18.923	-	-	18.923
IRC (RF)	2004	3.324	-	-	3.324
IRC	2004	766.395	-	(139.023)	627.372
Despesas		314.957	-	-	314.957
		1.103.599	-	(139.023)	964.576
Processos não transitados em julgado					
IRC	2005	11.754.680	(1.360.294)	-	10.394.386
IRC	2006	11.890.071	(1.108.178)	-	10.781.893
		23.644.751	(2.468.472)	-	21.176.279
		24.748.350	(2.468.472)	(139.023)	22.140.855

Relativamente aos processos relativos ao IRC agregado de 2005 e 2006, caso os tribunais venham a decidir em favor do Grupo Navigator, o Grupo retirará o pedido ao FRDP.

Para além das questões de natureza fiscal referidas acima, foi apresentado no Tribunal Administrativo de Almada, em 11 de Outubro de 2011 nova petição, em que se solicitava o reembolso de diversos valores, totalizando 136.243.949 Euros, relativos a ajustamentos efetuados nas demonstrações financeiras do Grupo após a sua privatização, por via de imparidades e ajustamentos em ativos e responsabilidades não registadas, os quais não haviam sido considerados na formulação do preço dessa privatização por não constarem do processo disponibilizado para consulta dos concorrentes ao processo.

Em 24 de maio de 2014, o Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada negou o pedido do Grupo para apresentação de prova testemunhal, solicitando alegações por escrito. Em 30 de junho de 2014, o Grupo apresentou a reclamação para conferência desta posição, não deixando de apresentar nesta mesma data as alegações por escrito solicitadas pelo Tribunal. O Tribunal deu razão às pretensões do Grupo a este propósito, foram nomeados peritos pelas partes, o relatório pericial foi emitido em julho de 2017, tendo sido, nessa sequência, requerida, quer pela The Navigator Company, S.A., quer pelo Ministério das Finanças, a comparência dos Peritos designados em audiência de julgamento, para prestação de esclarecimentos verbais sobre o relatório pericial.

Após reclamações apresentadas pela Navigator em 11 de setembro de 2017 e 15 de janeiro de 2019, os peritos apresentaram Relatórios Periciais reformulados em 27 de dezembro de 2018 e 19 de março de 2019, respetivamente.

As sessões da audiência de julgamento tiveram lugar entre maio e junho de 2019, tendo as partes apresentado as alegações finais em setembro de 2019 e aguardando-se agora a decisão do Tribunal.

10 ESTRUTURA DO GRUPO

10.1 EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO



POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

ENTIDADES CONTROLADAS PELO GRUPO

A Semapa controla uma entidade (subsidiária) quando está exposta a, ou tem direitos sobre os retornos variáveis gerados, em resultado do seu envolvimento com a entidade, e tem a capacidade de afetar esses retornos variáveis através do poder que exerce sobre as suas atividades relevantes.

O capital próprio e o resultado líquido destas empresas correspondentes à participação de terceiros nas mesmas são apresentados nas rubricas de Interesses que não controlam (Nota 5.6)

CONCENTRAÇÃO DE ATIVIDADES EMPRESARIAIS

É utilizado o método de compra para contabilizar a aquisição de atividades que constituam um negócio. O custo de uma aquisição é mensurado pelo justo valor dos bens entregues, dos instrumentos de capital emitidos e dos passivos incorridos, ou assumidos na data de aquisição.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos numa concentração empresarial são mensurados inicialmente ao justo valor na data de aquisição, independentemente da existência de interesses não controlados. O excesso do custo de aquisição relativamente ao justo valor da parcela do Grupo dos ativos e passivos identificáveis adquiridos é registado como *goodwill*, nos casos em que se verifica aquisição de controlo, que se encontra detalhado na Nota 3.1.

O custo de aquisição é ajustado subsequentemente quando o preço de aquisição/ atribuição é contingente à ocorrência de eventos específicos acordados com o vendedor/acionista (ex: realização de justo valor de ativos adquiridos).

Quaisquer pagamentos contingentes a efetuar pelo Grupo são reconhecidos ao justo valor na data de aquisição. Caso a obrigação assumida constitua um passivo financeiro, as alterações subsequentes do justo valor são reconhecidas em resultados. Caso a obrigação assumida constitua um instrumento de capital, não há lugar a alteração do valor estimado inicialmente.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida (*goodwill* negativo ou *badwill*), a diferença é reconhecida diretamente em resultados na rubrica Outros rendimentos e ganhos operacionais (Nota 2.2). Os custos de transação diretamente atribuíveis são imediatamente reconhecidos em resultados.

Quando à data de aquisição do controlo o Grupo já detém uma participação adquirida previamente, o justo valor dessa participação concorre para a determinação do *goodwill* ou *badwill*.

MENSURAÇÃO INICIAL DE INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM

Quando a aquisição do controlo é efetuada em percentagem inferior a 100%, na aplicação do método da compra, os interesses que não controlam podem ser mensurados ao justo valor, ou na proporção do justo valor dos ativos e passivos adquiridos, sendo essa opção definida em cada transação.

CONSOLIDAÇÃO

As subsidiárias são consolidadas, pelo método integral, a partir da data em que o controlo é transferido para o Grupo. Na aquisição de parcelas adicionais de capital em sociedades já controladas pelo Grupo, o diferencial apurado entre a percentagem de capitais adquiridos e o respetivo valor de aquisição é registado diretamente no capital próprio (Nota 5.5).

As transações internas, saldos, ganhos não realizados em transações e dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados. As perdas não realizadas são também eliminadas, exceto se a transação revelar evidência de imparidade de um ativo transferido.

POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS DAS SUBSIDIÁRIAS

As políticas contabilísticas das subsidiárias foram alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir consistência com as políticas adotadas pelo Grupo e descritas ao longo do presente relatório.

TRANSAÇÕES SUBSEQUENTES DE SUBSIDIÁRIAS

ALIENAÇÕES COM PERDA DE CONTROLO

No caso de alienações de participações das quais resulte a perda de controlo sobre uma subsidiária, qualquer participação remanescente é reavaliada ao valor de mercado na data da venda, e o ganho ou perda resultante dessa reavaliação é registado por contrapartida dos resultados, assim como o ganho ou perda resultante dessa alienação.

TRANSAÇÕES SEM PERDA DE CONTROLO

Transações subsequentes de alienação ou aquisição de participações a interesses não controlados, que não implicam alteração do controlo, não resultam no reconhecimento de ganhos, perdas ou *goodwill*, sendo qualquer diferença apurada entre o valor da transação e o valor contabilístico da participação transacionada reconhecida no Capital próprio, em Outros instrumentos de Capital próprio.

Os resultados negativos gerados em cada período pelas subsidiárias com interesses não controlados são alocados na percentagem detida por estes, independentemente de assumirem um saldo negativo.

10.1.1 SUBSIDIÁRIAS DO GRUPO SEMAPA

EMPRESAS HOLDING INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

Denominação Social	Sede	% direta e indireta do capital detido pela Semapa			
		Direta	Indireta	31/12/22	31/12/21
Empresa-mãe:					
Semapa	Portugal				
Subsidiárias:					
Semapa Inversiones S.L.	Espanha	100,00	-	100,00	100,00
Semapa Next, S.A.	Portugal	100,00	-	100,00	100,00
Aphelion, S.A.	Portugal	100,00	-	100,00	100,00

EMPRESAS DO SEGMENTO CIMENTO E DERIVADOS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

Denominação Social	Sede	% direta e indireta do capital detido pela Secil			% do capital efetivamente detido pela Semapa	
		Direta	Indireta	Total	31/12/2022	31/12/2021
Empresa-mãe:						
Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	Portugal	100,00	-	100,00	100,00	100,00
Subsidiárias						
Betotrans II - Unipessoal, Lda. (Ex - Hewbol, S.G.P.S., Lda.)	Portugal	100,00	-	100,00	100,00	100,00
Secil Cabo Verde Comércio e Serviços, Lda.	Cabo Verde	99,80	0,20	100,00	100,00	100,00
ICV - Inertes de Cabo Verde, Lda.	Cabo Verde	75,00	25,00	100,00	100,00	100,00
Florimar - Gestão e Participações, S.G.P.S., Lda.	Portugal	100,00	-	100,00	100,00	100,00
Secil Cement, B.V. (ex Seciment Investments, B.V.)	Países Baixos	100,00	-	100,00	100,00	100,00
Silonor, S.A.*	França	-	-	-	-	100,00
Société des Ciments de Gabès	Tunísia	98,72	-	98,72	98,72	98,72
Sud- Béton- Société de Fabrication de Béton du Sud	Tunísia	-	98,72	98,72	98,72	98,72
Zarzis Béton	Tunísia	-	98,52	98,52	98,52	98,52
Secil Angola, SARL	Angola	100,00	-	100,00	100,00	100,00
Secil - Companhia de Cimento do Lobito, S.A.	Angola	-	51,00	51,00	51,00	51,00
Unibetão - Indústrias de Betão Preparado, S.A.	Portugal	100,00	-	100,00	100,00	100,00
Secil Britas, S.A.	Portugal	100,00	-	100,00	100,00	100,00
Secil Martingança - Aglomerantes e Novos Materiais para a Construção, S.A.	Portugal	100,00	-	100,00	100,00	100,00
IRP - Indústria de Rebocos de Portugal, S.A.	Portugal	-	75,00	75,00	75,00	75,00
Argibetão - Sociedade de Novos Produtos de Argila e Betão, S.A.	Portugal	99,53	-	99,53	99,53	99,53
Ciminpart - Investimentos e Participações, S.G.P.S., S.A.	Portugal	100,00	-	100,00	100,00	100,00
ALLMA - Microalgas, Lda.	Portugal	-	70,00	70,00	70,00	70,00
Secil Brasil Participações, S.A.	Brasil	-	100,00	100,00	100,00	100,00
Supremo Cimentos, SA	Brasil	-	100,00	100,00	100,00	100,00
Margem - Companhia de Mineração, SA	Brasil	-	100,00	100,00	100,00	100,00
Secil Brands - Marketing, Publicidade, Gestão e Desenvolvimento de Marcas, Lda.	Portugal	100,00	-	100,00	100,00	100,00
Ciments de Sibline, S.A.L.	Líbano	28,64	22,41	51,05	51,05	51,05
Soime, S.A.L.	Líbano	-	51,05	51,05	51,05	51,05
Trancim, S.A.L.	Líbano	-	51,05	51,05	51,05	-
Cimentos Madeira, Lda.	Portugal	100,00	-	100,00	100,00	100,00
Beto Madeira - Betões e Britas da Madeira, S.A.	Portugal	-	100,00	100,00	100,00	100,00
Brimade - Sociedade de Britas da Madeira, S.A.	Portugal	-	100,00	100,00	100,00	100,00
Madebritas - Sociedade de Britas da Madeira, Lda.	Portugal	-	51,00	51,00	51,00	51,00
Cementos Secil, SLU	Espanha	100,00	-	100,00	100,00	100,00

* Empresa alienada em 2022 (Nota 10.2)

EMPRESAS DO SEGMENTO PASTA E PAPEL INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

Denominação Social	Sede	% direta e indireta do capital detido pela Navigator			% do capital efetivamente detido pela Semapa	
		Direta	Indireta	Total	31/12/2022	31/12/2021
Empresa-mãe:						
The Navigator Company, S.A.	Portugal	69,97	-	69,97	69,97	69,97
Subsidiárias:						
Navigator Brands , S.A.	Portugal	100,00	-	100,00	69,97	69,97
Navigator Parques Industriais, S.A.	Portugal	100,00	-	100,00	69,97	69,97
Navigator Paper Figueira, S.A.	Portugal	100,00	-	100,00	69,97	69,97
Empremédia - Corretores de Seguros, S.A.	Portugal	100,00	-	100,00	69,97	69,97
Empremédia, DAC	Irlanda	100,00	-	100,00	69,97	69,97
Empremédia RE , AC	Irlanda	-	100,00	100,00	69,97	69,97
RAIZ - Instituto de Investigação da Floresta e Papel	Portugal	97,00	-	97,00	67,87	67,87
About The Future , SA*	Portugal	-	-	-	-	67,87
Enerpulp – Cogeração Energética de Pasta, S.A.	Portugal	100,00	-	100,00	69,97	69,97
Navigator Pulp Figueira, S.A.	Portugal	100,00	-	100,00	69,97	69,97
Ema Cacia - Engenharia e Manutenção Industrial, ACE	Portugal	-	73,80	73,80	51,64	51,64
Ema Setúbal - Engenharia e Manutenção Industrial, ACE	Portugal	-	79,70	79,70	55,77	55,77
Ema Figueira da Foz- Engenharia e Manutenção Industrial, ACE	Portugal	-	80,70	80,70	56,47	56,47
Navigator Pulp Setúbal, S.A.	Portugal	100,00	-	100,00	69,97	69,97
Navigator Pulp Aveiro, S.A.	Portugal	100,00	-	100,00	69,97	69,97
Navigator Tissue Aveiro, S.A.	Portugal	100,00	-	100,00	69,97	69,97
Navigator Tissue Ródão , S.A.	Portugal	-	100,00	100,00	69,97	69,97
Navigator Tissue Ibérica, S.A.	Espanha	-	100,00	100,00	69,97	69,97
Portucel Moçambique - Sociedade de Desenvolvimento Florestal e Industrial, Lda	Moçambique	90,02	-	90,02	62,99	62,99
Navigator Internacional Holding SGPS, S.A.*	Portugal	-	-	-	-	69,97
Navigator Forest Portugal, S.A.	Portugal	100,00	-	100,00	69,97	69,97
EucaliptusLand, S.A.	Portugal	-	100,00	100,00	69,97	69,97
Sociedade de Vinhos da Herdade de Espirra - Produção e Comercialização de Vinhos, S.A.	Portugal	-	100,00	100,00	69,97	69,97
Gavião - Sociedade de Caça e Turismo, S.A.	Portugal	-	100,00	100,00	69,97	69,97
Afocelca - Agrupamento complementar de empresas para protecção contra incêndios, ACE	Portugal	-	64,80	64,80	45,34	45,34
Viveiros Aliança - Empresa Produtora de Plantas, S.A.	Portugal	-	100,00	100,00	69,97	69,97
Atlantic Forests, S.A.*	Portugal	-	-	-	-	69,97
Bosques do Atlantico, SL	Espanha	-	100,00	100,00	69,97	69,97
Navigator Africa, SRL	Itália	-	100,00	100,00	69,97	69,97
Navigator Paper Setúbal, S.A.	Portugal	100,00	-	100,00	69,97	69,97
Navigator North America Inc.	EUA	-	100,00	100,00	69,97	69,97
Navigator Afrique du Nord	Marrocos	-	100,00	100,00	69,97	69,97
Navigator España, S.A.	Espanha	-	100,00	100,00	69,97	69,97
Navigator Netherlands, BV	Holanda	-	100,00	100,00	69,97	69,97
Navigator France, EURL	França	-	100,00	100,00	69,97	69,97
Navigator Paper Company UK, Ltd	Reino Unido	-	100,00	100,00	69,97	69,97
Navigator Italia, SRL	Itália	-	100,00	100,00	69,97	69,97
Navigator Deutschland, GmbH	Alemanha	-	100,00	100,00	69,97	69,97
Navigator Paper Austria, GmbH	Áustria	-	100,00	100,00	69,97	69,97
Navigator Paper Poland SP Z o o	Polónia	-	100,00	100,00	69,97	69,97
Navigator Eurasia	Turquia	-	100,00	100,00	69,97	69,97
Navigator Paper Mexico	México	25,00	75,00	100,00	69,97	69,97
Navigator Middle East Trading DMCC	Dubai	-	100,00	100,00	69,97	69,97
Navigator Egypt, ELLC	Egipto	1,00	99,00	100,00	69,97	69,97
Navigator Paper Southern Africa	África do Sul	1,00	99,00	100,00	69,97	-
Navigator Abastecimento de Madeira, ACE	Portugal	97,00	3,00	100,00	69,97	69,97

* Empresas fusionadas e liquidadas em 2022 (Nota 10.2)

EMPRESAS DO SEGMENTO AMBIENTE INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

	Sede	% direta e indireta do capital detido na ETSA			% do capital efetivamente detido pela Semapa	
		Direta	Indireta	Total	31/12/2022	31/12/2021
Empresa-mãe:						
ETSA – Investimentos, SGPS, S.A.	Portugal	99,99	-	99,99	99,99	99,99
Subsidiárias:						
ETSA LOG,S.A.	Portugal	100,00	-	100,00	99,99	99,99
SEBOL – Comércio e Indústria de Sebo, S.A.	Portugal	100,00	-	100,00	99,99	99,99
ITS – Indústria Transformadora de Subprodutos Animais, S.A.	Portugal	100,00	-	100,00	99,99	99,99
ABAPOR – Comércio e Indústria de Carnes, S.A.	Portugal	100,00	-	100,00	99,99	99,99
BIOLOGICAL – Gestão de Resíduos Industriais, Lda.	Portugal	100,00	-	100,00	99,99	99,99
AISIB – Aprovechamiento Integral de Subprodutos Ibéricos, S.A.	Espanha	100,00	-	100,00	99,99	99,99
Tribérica, S.A.	Portugal	70,00	-	70,00	69,99	69,99

10.2 VARIAÇÕES DO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o perímetro foi alterado face ao exercício precedente pelas seguintes operações de reorganização societária:

2022

Aquisição de 100% do capital da Trancim, SAL
 Alienação de 100% do capital da Silonor
 Liquidação da About the Future, S.A.
 Liquidação da Navigator Internacional Holding, SGPS, S.A.
 Fusão por incorporação da Atlantic Forests, S.A. na Navigator Forest Portugal, S.A.
 Incorporação da sociedade Navigator Paper Southern Africa

2021

Aquisição de 70% da Tribérica, S.A.
 Liquidação da Navigator Rus Company, LLC
 Liquidação da Navigator Financial Services sp . Zoo
 Fusão por incorporação da About the Future - Essential Oils, SA na Raiz Ventures , SA
 Incorporação da empresa Empremedia RE
 Liquidação da Celcimo, S.L.
 Alienação de 100% da Secil Prebetão, S.A.
 Fusão por incorporação da SPB, SGPS, Lda. na Secil, S.A.

10.3 INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS



POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

Associadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo exerce influência significativa mas não possui controlo, geralmente com investimentos representando entre 20% a 50% dos direitos de voto. Empreendimentos conjuntos são acordos que conferem ao Grupo controlo conjunto (estabelecido contratualmente) e relativamente ao quais o Grupo detém um interesse nos ativos líquidos. Os investimentos em Associadas e Empreendimentos conjuntos são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação do Grupo nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) das associadas, e pelos dividendos recebidos.

As diferenças entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da associada na data de aquisição, se positivas são reconhecidas como *goodwill* e mantidas na rubrica Investimento em associadas. Se essas diferenças forem negativas são registadas como proveito do período na rubrica Apropriação de resultados em empresas associadas. Os custos de transação diretamente atribuíveis são imediatamente reconhecidos em resultados.

É feita uma avaliação dos investimentos em Associadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade sendo registadas como custo as perdas por imparidade que se demonstrarem existir também naquela rubrica. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir são objeto de reversão.

Quando a participação do Grupo nas perdas da associada iguala ou ultrapassa o seu investimento nestas sociedades, o Grupo deixa de reconhecer perdas adicionais, exceto se tiver incorrido em responsabilidades ou efetuado pagamentos em nome destas. Os ganhos não realizados em transações com as associadas são eliminados na extensão da participação do Grupo nas mesmas. As perdas não realizadas são também eliminadas, exceto se a transação revelar evidência de imparidade de um bem transferido.

As políticas contabilísticas das Associadas são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Uma entidade conjuntamente controlada é um empreendimento conjunto que envolve o estabelecimento de uma sociedade, de uma parceria ou de outra entidade em que o grupo tenha um interesse.

As entidades conjuntamente controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método da equivalência patrimonial de acordo com o qual as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação do Grupo nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) e pelos dividendos recebidos.

Quando a quota-parte das perdas atribuíveis ao Grupo é equivalente ou excede o valor da participação financeira nos empreendimentos conjuntos, o Grupo reconhece perdas adicionais se tiver assumido obrigações, ou caso tenha efetuado pagamentos em benefício dos empreendimentos conjuntos.

Os ganhos e perdas não realizados entre o Grupo e os seus empreendimentos conjuntos são eliminados na proporção do interesse do Grupo nos empreendimentos conjuntos. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação dê evidência adicional de uma imparidade sobre o ativo transferido.

As políticas contabilísticas dos empreendimentos conjuntos são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir que as mesmas são aplicadas de forma consistente com as do Grupo.

Os acordos conjuntos são classificados como operações conjuntas ou empreendimentos conjuntos em função dos direitos e obrigações contratuais de cada investidor. Os empreendimentos conjuntos são contabilizados e mensurados através do método de equivalência patrimonial.

As operações conjuntas são contabilizadas nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo em função da quota-parte de ativos detidos e passivos assumidos conjuntamente, assim como os rendimentos do *output* da operação conjunta, e gastos incorridos conjuntamente. Os ativos, passivos, rendimentos e gastos devem ser contabilizados de acordo com as IFRS aplicáveis.

DETALHE DAS ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Valores em Euros	31/12/2022		31/12/2021	
	% detida	Valor contabilístico	% detida	Valor contabilístico
Associadas				
MC - Materiaux de Construction	49,36%	1.500	49,36%	1.531
J.M.J. - Henriques, Lda.	50,00%	369.912	50,00%	377.522
Ave, S.A.	35,00%	178.585	35,00%	250.024
Empreendimentos conjuntos				
Utis - Ultimate Technology To Industrial Savings, Lda	50,00%	37.823.495	50,00%	3.468.101
Outras participações.		6.250		-
		38.379.742		4.097.178

Durante o ano de 2022, a Ultimate Cell, sócia da Semapa na UTIS igualmente com 50% do capital desta sociedade, concretizou a transferência da atividade desenvolvida pela sua participada Ultimate Power para a UTIS através da venda de *stocks*, da patente e da transferência de pessoal para esta última. Em simultâneo, realizou um aumento de capital na UTIS. De forma a manter a proporção de 50/50 nesta *joint venture*, a Semapa decidiu acompanhar esta operação de aumento de capital ficando contratualmente estabelecido um *earnout* (a pagar pela Semapa à Ultimate Cell) a apurar com base na previsão de EBITDA gerado pela UTIS (já com a incorporação da atividade até então desenvolvida pela Ultimate Power) nos exercícios de 2022 e 2023.

Em face do exposto, a Semapa reforçou a participação financeira no valor de Euros 26.841.074 por contrapartida de um passivo correspondente ao valor estimado do *earnout* a pagar à Ultimate Cell (Nota 4.3), que corresponde essencialmente ao *goodwill* determinado provisoriamente na sequência de identificação de sinergias. Este *earnout* será liquidado após a realização das Assembleias Gerais anuais de 2023 (parcela de 2022 – estimada em Euros 24.041.074 registada em valores a pagar correntes conforme Nota 4.3) e 2024 (parcela de 2023 estimada em Euros 2.800.000 registada em valores a pagar não correntes conforme Nota 4.3), com base nas contas anuais da UTIS aprovadas e certificadas pelo auditor.

MOVIMENTOS EM ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Valores em Euros	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	4.097.178	3.117.099
Aquisições	26.893.324	-
Resultado líquido apropriado	8.904.691	2.894.425
Dividendos atribuídos	(1.346.140)	(1.429.664)
Outros movimentos	(169.281)	(484.693)
Ajustamento cambial	(30)	11
Saldo Final	38.379.742	4.097.178

INFORMAÇÃO SOBRE ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Valores em Euros		31 de dezembro de 2022				
		Ativos Totais	Passivos Totais	Capital Próprio	Resultado Líquido	Réditos
Ave-Gestão Ambiental e Valorização						
Energética, S.A.	a)	5.358.168	4.847.925	510.243	449.273	14.527.005
MC- Materiaux de Construction	a)	1.224.263	1.334.730	(110.467)	30.272	9.092.920
J.M.J. - Henriques, Lda.	a)	1.045.742	305.916	739.826	(15.218)	-
Utis - Ultimate Technology To Industrial Savings, Lda.	b)	33.350.800	11.385.958	21.964.842	17.508.759	40.420.414
Allmicroalgae - Natural Products, S.A.	a) c)	3.288.316	6.739.745	(3.451.429)	(2.628.480)	979.577

a) Valores referentes a 30.11.2022

b) Valores referentes a 31.12.2022

c) Alienação da participação financeira da Secil na Allmicroalgae a 12.2022

Valores em Euros		31 de dezembro de 2021				
		Ativos Totais	Passivos Totais	Capital Próprio	Resultado Líquido	Réditos
Ave-Gestão Ambiental e Valorização						
Energética, S.A.	a)	5.425.874	4.711.519	714.355	653.385	11.599.447
MC- Materiaux de Construction	b)	843.471	926.056	(82.585)	32.951	2.163.761
J.M.J. - Henriques, Lda.	a)	1.073.926	318.884	755.042	29.458	-
Utis - Ultimate Technology To Industrial Savings, Lda	b)	15.823.046	8.886.846	6.936.200	5.302.022	17.388.598
Allmicroalgae - Natural Products, S.A.	a)	3.881.629	4.577.139	(695.510)	(1.586.632)	711.515

a) Valores referentes a 30.11.2021

b) Valores referentes a 31.12.2021

10.4 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

TRANSAÇÕES DO PERÍODO COM PARTES RELACIONADAS

Valores em Euros	2022			2021		
	Compras de serviços	Vendas e Prestações de serviços	Outros rendimentos operacionais	Compras de serviços	Vendas e Prestações de serviços	Outros rendimentos operacionais
Acionistas						
Sodim, SGPS, S.A.	-	-	-	-	-	293
	-	-	-	-	-	293
Associadas e Empreendimentos conjuntos						
Ave-Gestão Ambiental, S.A.	(2.905.742)	1.265	231.383	(1.954.562)	13.677	242.890
	(2.905.742)	1.265	231.383	(1.954.562)	13.677	242.890
Outras entidades relacionadas						
Sonagi - Imobiliária, S.A.	(759.257)	-	-	(766.018)	-	-
Hotel Ritz, S.A.	(118.493)	-	-	(55.162)	-	-
Allmicroalgae - Natural products, S.A.	-	-	399.829	-	236	524.104
Bestweb, Lda.	(22.022)	-	-	(22.022)	-	-
CLA - Soc. Advogados	(72.000)	-	-	(57.000)	-	-
Nofigal, Lda.	(39.600)	-	-	(23.100)	-	-
UTIS, Lda.	751	-	114.710	(76.031)	-	141.680
Letras Criativas, Unipessoal, Lda.	(60.000)	-	-	(60.000)	-	-
José Fernando Morais Carreira de Araújo	(30.785)	-	-	-	-	-
Outros	(1.224)	-	-	-	-	-
	(1.102.630)	-	514.539	(1.059.333)	236	665.784
	(4.008.372)	1.265	745.922	(3.013.895)	13.913	908.967

SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

Valores em Euros	31/12/2022			31/12/2021		
	Valores a receber (Nota 4.2)	Valores a pagar (Nota 4.3)	Passivos de locação	Valores a receber (Nota 4.2)	Valores a pagar (Nota 4.3)	Passivos de locação
Acionistas						
Sodim, SGPS, S.A.	745	-	-	-	-	-
Cimo, SGPS, S.A.	-	1.160	-	-	1.160	-
Associadas e Empreendimentos conjuntos						
Grupo Setefrete - Soc. Tráfego Cargas, S.A.	-	-	-	174.971	-	-
Ave-Gestão Ambiental, S.A.	337.288	1.424.778	-	174.105	801.628	-
J.M.J. Henriques, Lda.	131.280	-	-	104.919	-	-
Outras entidades relacionadas						
Hotel Ritz, S.A.	-	10.160	-	-	-	-
Sonagi, SGPS, S.A.	-	-	63.021	-	-	63.021
Cotif Sicar	-	41.750	-	-	8.747	-
Soc. Agrícola da Herdade dos Fidalgos, Lda.	-	710	-	-	-	-
CLA - Soc. Advogados	-	7.380	-	-	7.380	-
Nofigal, Lda.	-	-	-	-	4.059	-
Inertogrande	216.224	-	-	189.774	-	-
Pedro Soveral	-	6.150	-	-	-	-
UTIS, Lda	(38.037)	900.229	-	658.130	7.610	-
Membros dos órgãos de gestão	2.139	7.255	-	-	7.255	-
Ultimate Cell (Utis) - Nota 10.3	-	26.841.074	-	-	-	-
Outros acionistas de subsidiárias	-	20.473	-	-	36.597	-
	649.639	29.261.118	63.021	1.301.899	874.436	63.021

Os saldos e transações com Acionistas respeitam essencialmente a operações de tesouraria de curto prazo que vencem juros a taxas de mercado.

Em exercícios anteriores, foram celebrados contratos de arrendamento entre a Semapa e a Sonagi – Imobiliária, S.A., relativos ao arrendamento de vários pisos de escritório no edifício de que esta é proprietária e onde opera a sede da Semapa, SGPS, S.A., na Av. Fontes Pereira de Melo, n.º 14, em Lisboa.

No âmbito da identificação das partes relacionadas, para efeitos de relato financeiro, foi ainda referenciada como parte relacionada a sociedade AVE, S.A., por se tratar de uma empresa associada da subsidiária Secil à qual o Grupo adquire serviços de tratamento de resíduos e combustíveis alternativos, e UTIS, Empreendimento Conjunto no qual a Semapa detém uma participação de 50% e que fornece equipamentos à subsidiária Secil.

OUTRAS DIVULGAÇÕES RELATIVAS A PARTES RELACIONADAS

Conforme referido na Nota 8.3 – Investimentos financeiros, em 2018, o Grupo, através da sua subsidiária Semapa Next, S.A., celebrou um contrato com vista à realização de um investimento de 12 milhões de dólares no “Alter Venture Partners Fund 1”, entidade da qual um administrador não executivo da Semapa é membro da equipa executiva.



A remuneração do pessoal de gestão chave do Grupo é detalhada na Nota 7.2 – Remuneração dos membros dos órgãos sociais.

11 GESTÃO DE RISCOS

11.1 RISCOS ESTRATÉGICOS

Enquanto agente económico, a Semapa está exposta a riscos inerentes à sua atividade, que podem impactar de forma determinante o valor dos seus ativos. O desempenho da Semapa enquanto Sociedade Gestora de Participações Sociais (SGPS) também está intimamente ligado aos resultados das suas Participadas. Os riscos estratégicos estão descritos no capítulo 4 do Relatório de Gestão que é parte integrante do presente Relatório e Contas.

11.2 RISCOS OPERACIONAIS

O Grupo está presente nos setores da pasta e papel, cimento e derivados e ambiente, os quais estão sujeitos a riscos diversos, que podem ter um efeito significativo nas atividades que exerce, nos seus resultados operacionais, nos fluxos de caixa que gera e na sua posição financeira.

Os fatores de risco operacional analisados neste capítulo podem ser estruturados da seguinte forma:

- Riscos operacionais associados ao setor da Pasta e Papel
- Riscos operacionais associados ao setor dos Cimentos e derivados
- Riscos operacionais associados ao setor do Ambiente
- Riscos associados ao Grupo em Geral

RISCOS ASSOCIADOS AO SETOR DA PASTA E PAPEL

RISCOS ASSOCIADOS AO SETOR FLORESTAL

Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo Navigator geria cerca de 106,8 milhares de hectares (2021: 105,5 milhares de hectares) distribuídos em Portugal continental, Açores e Galiza (Espanha), em 1.324 Unidades de Gestão em 169 municípios em Portugal, e 42 Unidades de Gestão distribuídas por 3 províncias na Galiza, Espanha, de acordo com os princípios expressos na sua Política Florestal. O eucalipto e as áreas com florestação em curso com as espécies deste género ocupam 73% desta área, designadamente a espécie *Eucalyptus globulus*, considerada como a fibra ideal para papéis de alta qualidade. Na área restante, para além dos espaços de conservação que representam cerca de 12,1% da área total sobre gestão em Portugal, salientam-se as áreas florestais de pinho e sobreiro, espécies das quais o Grupo está entre os maiores produtores privados nacionais.

Tendo sido pioneira em Portugal na promoção da gestão florestal certificada, a gestão florestal da generalidade do seu património florestal localizado em Portugal continental está certificada pelo FSC® (Forest Stewardship Council®) (FSC®-C010852) e pelo PEFC™ (Programme for the Endorsement of Forest Certification schemes) (PEFC™/13-23-001), reconhecimento de que a gestão destes espaços é feita de forma responsável do ponto de vista ambiental, económico e social, e obedecendo a critérios rigorosos e internacionalmente reconhecidos.

A Navigator opera em sofisticados mercados em todo o mundo nos quais a procura de produtos certificados é uma realidade incontornável. Sendo certo que apenas uma reduzida parte da floresta nacional está certificada, a Companhia iniciou em 2016 um programa de dinamização da adesão de produtores a modelos de gestão florestal sustentável que, certificados, permitem a melhoria contínua das práticas de gestão, a valorização da produção e a resposta ao esforço de procura de produtos certificados que se sente a nível mundial. Este esforço tem vindo a aumentar a área florestal certificada em Portugal entre 2016 e 2022, quer via FSC® (de 370.000 ha para 550.600 ha) quer PEFC™ (de 260.000 ha para 318.230 ha).

Ainda assim, é manifesto que o esforço se deverá manter no futuro, dado o peso que ainda representa a área florestal não abrangida por qualquer sistema de gestão florestal sustentável em Portugal. A título de exemplo, a área florestal gerida pelo Grupo em Portugal continental no final de 2022, embora representasse cerca de 3% da área da floresta portuguesa, representava, todavia, 34% de toda a área certificada de acordo com as normas do sistema PEFC™ e 19% de toda a área certificada de acordo com as normas do sistema FSC®.

Estamos, no entanto, otimistas com o caminho percorrido, que demonstra a adesão da Produção Florestal aos modelos de gestão florestal sustentável. Em 2022, 65% da madeira proveniente de fontes de abastecimento nacionais, excluindo o autoabastecimento, já proveio de propriedades que tinham a sua gestão florestal certificada (2021: 63%). Registe-se também o facto de que, no âmbito desta iniciativa, o Grupo ter visto aumentar de forma muito significativa o número de Fornecedores de madeira com certificação da cadeia de custódia/responsabilidade, passo essencial no desenvolvimento de uma base de Fornecedores que possibilitará assegurar os desígnios definidos ao nível da madeira proveniente de fontes com gestão florestal certificada.

Como forma de fomentar a certificação da gestão florestal na floresta nacional de eucalipto, o Grupo diferencia desde 2007 e de forma ininterrupta o valor da madeira recebida nas suas unidades fabris, discriminando positivamente no preço a madeira proveniente de unidades de gestão que certificaram a sua gestão florestal sustentável. Este apoio ao sistema foi inovador a nível mundial e permitiu a estabilização da gestão florestal certificada como uma prática reconhecida no mercado e que, sendo remunerada nos produtos que incorpora, deve remunerar a respetiva cadeia de produção.

Complementarmente, demonstrando um compromisso continuado com os seus objetivos de desenvolvimento sustentável, o Grupo procedeu, em junho de 2022, à emissão de um empréstimo obrigacionista no montante de 150 milhões de euros, ao abrigo de Sustainability Linked Bonds Framework, com taxa de juro associada a três indicadores ESG: emissões de CO₂ (base CELE); % de madeira certificada adquirida no mercado português; consumo de energia de fontes renováveis. Com esta operação de financiamento, concluímos o ano com perto de 40% do total de financiamento emitido com cariz sustentável.

Ao Grupo foram atribuídos Direitos de Uso e Aproveitamento de Terra (DUAT) em Moçambique, localizados nas províncias de Manica e Zambézia constituídos por cerca de 5 dezenas de parcelas não contíguas, e uma autorização de plantação de até 246.000 hectares, disponibilizados ao abrigo de Acordo de Investimento assinado com o Governo moçambicano, dos quais se encontram plantados cerca de 14,0 milhares de hectares. O projeto prevê a instalação de uma unidade industrial destinada à produção de pasta BEKP e energia elétrica naquele país. O Governo moçambicano e a Portucel Moçambique outorgaram em julho de 2018 um Memorando de Entendimento (MoU) através do qual acordaram um conjunto de condições precedentes necessárias para a prossecução do investimento, nomeada e especialmente de natureza logística, que será implementado em duas fases. Num primeiro momento será incrementada a base florestal até cerca de 40.000 hectares, que garantirá o abastecimento de uma unidade (a construir) de produção de estilha de madeira de eucalipto para exportação, de cerca de 1 milhão de toneladas por ano, num investimento adicional estimado de USD 140 milhões.

Em comunicado efetuado ao mercado em novembro de 2021, a concessionária do Porto de Macuze e o fundo americano Ethos Asset Management Inc. informaram terem celebrado um acordo de financiamento de longo prazo no montante de 400 milhões de USD, que assegurará a construção da primeira fase do porto de Macuse e acessibilidades rodoviárias, a qual envolve a construção de terminais para a operação de produtos agrícolas, aparas de madeira (*woodchips*), fertilizantes e combustíveis, com capacidade para operar navios até 65.000 DWT. Tendo em consideração os atrasos registados no início da construção, a melhor expectativa é de que a infraestrutura possa entrar em operação em 2026/2027.

A Navigator e o Governo de Moçambique têm vindo a trabalhar nos termos do MoU assinado em 2018, nomeadamente no tema das terras e fomento, tendo avançado o primeiro programa de Fomento Florestal em Moçambique, iniciativa governamental com financiamento do Banco Mundial. O objetivo é promover plantações florestais comerciais sustentáveis de pequena e média escala e a restauração de áreas degradadas, tendo sido instalados cerca de 2.000 ha entre 2019 e 2022. A Portucel Moçambique tem tido um papel ativo na construção e implementação do Programa, contribuindo com diversos apoios, tais como na definição do modelo de silvicultura, no fornecimento de plantas clonais a preço bonificado, no acesso a matérias-primas e *know-how*.

Foi também iniciada a operação de colheita de madeira das plantações da Portucel Moçambique em Manica, para exportação a partir do porto da Beira, o que permitirá, entre outros objetivos, colocar Moçambique no mapa mundial desta indústria de base florestal. Ao longo de 2022, foram colhidos cerca de 100.000 m³ de madeira, tendo sido concretizados três embarques de navios para Portugal, com cerca de 100.000 m³.

Ao nível da produção florestal, o principal fator de ameaça da competitividade da fileira florestal do eucalipto reside na baixa produtividade da floresta portuguesa, que apresenta uma reduzida intensidade de gestão, o que contribui para uma rentabilidade decrescente e crescentes riscos de incêndio florestal e de fitossanidade. A conjugação de todos estes fatores, sem que, nos últimos anos, tenham existido medidas de atuação estratégica do Estado no setor, tem obrigado à importação de matéria-prima, processo que condiciona a rentabilidade do setor. Sendo todo o setor de produção industrial de base florestal dependente da disponibilização de matéria-prima em qualidade e quantidade para manter as unidades industriais no nosso país, é chocante concluir que a falta de aposta na reabilitação das áreas florestais nacionais compromete neste momento a sustentabilidade de um setor com a importância que este tem para Portugal.

O desafio da produtividade e da gestão florestal ativa é entendido no Grupo como um eixo estratégico de desenvolvimento. Enquanto empresa com responsabilidades no setor, a Navigator tem vindo a promover várias iniciativas que visam contribuir para a inversão desta tendência. Estas iniciativas cobrem diversas áreas, desde o fornecimento de plantas melhoradas provenientes de um programa de melhoramento genético com décadas de desenvolvimento, o apoio técnico a produtores florestais (com programas como o Premium, o e-globulus e o apoio técnico através de dezenas de ações de formação que, complementando as organizadas com os Fornecedores que utilizamos, estendem a transferência de conhecimento a outras empresas do setor).

Complementarmente, através da Biond (Associação da Indústria Papeleira, representativa dos principais Grupos industriais do setor), a Navigator tem também colaborado no Programa Melhor Eucalipto, no qual se desenvolve o “Limpa & Aduba”. Ao abrigo desta iniciativa, a Biond procede a suas custas à adubação das parcelas de particulares que se candidatem ao programa e que limpem as suas propriedades florestais de eucalipto. Esta medida, potenciadora de produtividade, permite ainda a redução do risco de incêndio pela redução da carga combustível nas parcelas, tendo impactado em mais de 15.000 ha durante 2021 e em cerca de 14.550 ha em 2022, acumulando-se mais de 47.000 ha já intervencionados. A Biond está ainda a implementar 2 programas adicionais – o Replantar – que visa fornecer aos proprietários um apoio financeiro direto na replantação das suas parcelas florestais de eucalipto (31 hectares realizados em 2022 no concelho de Pedrógão Grande), bem como uma iniciativa de igual teor – Recuperação de Áreas Ardidas – visando a recuperação de áreas ardidas fustigadas pelos incêndios de 2016 a 2018 procurando a reabilitação dessas áreas para a gestão florestal (400 hectares executados em 2022).

A crescer aos riscos relativos aos impactes dos incêndios rurais e da fitossanidade, acresce um ambiente regulatório fortemente condicionante da atividade florestal profissional, que tem levado a um decréscimo continuado nos níveis de intervenção florestal em escala, cujo indicador avançado é a evolução (redução continuada) das áreas florestais florestadas ou reflorestadas no nosso país. A sustentabilidade de todo um setor, assente num grande número de pequenos Fornecedores de serviços e produtos, está dependente de níveis de atividade (independentemente da espécie) que o nosso país não tem conseguindo assegurar, comprometendo a sustentabilidade dessa malha empresarial, fundamental para assegurar as intervenções em espaço rural que permitem reduzir risco e fomentar produtividade e rendimento em regiões do país onde a floresta é uma componente significativa do rendimento de muitas famílias.

No que diz respeito aos incêndios rurais, os riscos a que a atividade do Grupo Navigator se encontra exposta traduzem-se nos seguintes impactos:

- Na destruição de *stocks* atuais e futuros de madeira próprios e de terceiros;
- Em custos acrescidos de exploração florestal e posterior preparação dos terrenos para plantação.

Nesta matéria, a forma de gestão das explorações que possui ou gere constitui a primeira linha de mitigação deste risco pelo Grupo. Acresce o esforço de Inovação e Desenvolvimento que visa adaptar as técnicas de silvicultura à realidade da floresta nacional, visando a mitigação de impactes, a redução de custos e a melhoria das práticas de gestão, pela Companhia e pelos operadores no mercado.

De entre as diversas medidas de gestão com as quais se comprometeu, o escrupuloso cumprimento das regras de biodiversidade, um adequado planeamento das instalações florestais a executar e a construção e manutenção de caminhos e vias de acesso a cada uma das áreas em exploração, assumem particular relevância na mitigação do risco de incêndio.

Para além disso, o Grupo participa no agrupamento Afocelca – um agrupamento complementar de empresas do Grupo Navigator e do Grupo Altri que, com uma estrutura especializada, tem por missão apoiar o combate aos incêndios florestais nas propriedades das empresas agrupadas, em estrita coordenação e colaboração com a Autoridade Nacional de Proteção Civil – ANEPC. Este agrupamento gere um orçamento anual de cerca de 3 milhões de euros, sem fundos públicos, tendo criado uma estrutura eficiente e flexível, que desenvolve práticas destinadas à redução dos custos de proteção e a minimizar os prejuízos que os incêndios florestais representam para as empresas do ACE, que exploram cerca de 190 mil hectares de floresta em Portugal

O Grupo conta ainda com um instituto de investigação, o RAIZ, que desenvolve a sua atividade em 3 linhas principais: Investigação Aplicada, Consultoria e Formação. Na área da investigação florestal, o RAIZ procura:

- Aumentar a produtividade da floresta de eucalipto;
- Melhorar a qualidade da fibra produzida a partir da madeira dessa espécie;
- Implementar uma gestão florestal sustentada do ponto de vista económico, ambiental e social;
- Induzir práticas e processos tendentes à diminuição dos custos de produção da madeira.

RISCOS ASSOCIADOS À PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE PASTA BEKP, PAPEL UWF E PAPEL TISSUE

ABASTECIMENTO DE MATÉRIAS-PRIMAS

O autoabastecimento de madeira (madeira proveniente de património próprio Navigator e de arrendamentos) para produção de pasta BEKP é apenas cerca de 11% das necessidades do Grupo (2021: 18%). Por este facto, existe a necessidade, regular, de a Empresa recorrer à compra de madeira no mercado nacional (ainda assim insuficiente), recorrendo ao mercado espanhol e aos mercados não europeus (“extraibérica”), principalmente Brasil, Uruguai e Moçambique (proveniente, essencialmente, de plantações locais da NVG) com custo acrescido comparativamente ao mercado nacional por razões de transporte.

O aprovisionamento de madeira dos mercados internacionais, nomeadamente de eucalipto, está sujeito a variações de preço essencialmente por efeito cambial, o que tem, consequentemente, implicações no custo de produção da Navigator e das empresas produtoras de pasta BEKP. Acresce que a volatilidade dos custos de logística de transporte de madeira até às fábricas tem também impactos essencialmente por efeito dos preços dos combustíveis utilizados, preço do petróleo, menor escassez de navios de grande dimensão sem otimização de retornos e oscilação dos fretes marítimos.

Estando a realização de novas plantações florestais sujeita à autorização das entidades competentes e a uma política de restrições de acréscimos de área, que poderão limitar o potencial produtivo nacional, não obstante existirem muitas iniciativas para ajudar os produtores florestais, entre elas o apoio na certificação de madeira para responder à procura comercial de produtos (papel e pasta) certificada, e incrementar a produtividade das áreas existentes, para maior disponibilidade de matéria-prima no mercado nacional, o recurso à importação será sempre uma necessidade não evitável no curto/médio/longo prazo.

Pela insuficiência da produção nacional de madeira em quantidade, a Empresa tem de aumentar a quantidade de madeira importada, seja de Espanha ou de outros mercados mais distantes, para assegurar o abastecimento às fábricas, sem restrições, na(s) próxima(s) década(s).

Importa referir que, sendo a madeira um dos principais custos de produção de pasta de papel, qualquer agravamento no custo do m³ de madeira de eucalipto consumida na produção de pasta BEKP representa sempre um impacto negativo nos resultados operacionais da Empresa.

Em 31 de dezembro de 2022, um agravamento de 10% no custo, à data, do m³ de madeira de eucalipto consumida na produção de pasta BEKP teria representado um impacto negativo nos resultados operacionais do Grupo de cerca de Euros 41.000.000 (31 de dezembro de 2021: Euros 31.400.000).

Relativamente a outras matérias-primas, nomeadamente produtos químicos, o principal risco identificado é o da escassez de disponibilidade de produtos por força da crescente procura destes produtos em mercados emergentes, nomeadamente na Ásia ou mercados que os abastecem, que poderão criar desequilíbrios pontuais de oferta e procura.

A este respeito, o Grupo Navigator, em conjunto com o Grupo Altri, estabeleceram em 2018 um Agrupamento Complementar de Empresas – Pulp Chem, ACE – destinado à aquisição conjunta de produtos químicos, beneficiando de economias de escala e, assim, mitigar este risco.

O Grupo procura mitigar estes riscos mediante um *sourcing* proativo, que procura a identificação de fontes de abastecimento dispersas geograficamente, procurando ainda assegurar contratos de abastecimento a prazo que lhe assegurem níveis de volume, preço e qualidade compatíveis com os seus requisitos.

Em 31 de dezembro de 2022, um agravamento de 10% no preço dos produtos químicos teria representado um impacto negativo nos resultados operacionais do Grupo de cerca de Euros 25.200.000 (31 de dezembro de 2021: Euros 11.300.000).

Finalmente, um outro recurso necessário para o processo produtivo é a água. Sendo a água um recurso finito e atendendo à sua relevância para o processo produtivo de pasta e de papel, o Grupo assumiu uma preocupação especial na sua preservação tendo, ao longo dos últimos anos, sido realizados investimentos tendentes à redução da utilização deste importante recurso. No âmbito do Programa de Redução do Uso de Água (PRUA) implementado pelo Grupo, foi possível reduzir em 10% a utilização de água nos complexos industriais da Navigator entre 2019 (ano base) e 2022, esperando-se diminuir o uso deste recurso em, pelo menos, 33% até 2030. Este é um caminho que faz parte de uma estratégia abrangente e que está a ser percorrido consistentemente, colocando o Grupo mais próximo de atingir os objetivos da sua Agenda 2030.

PREÇO DE MERCADO DA PASTA BEKP, PAPEL UWF E PAPEL *TISSUE*

Desequilíbrios na relação oferta/procura, nos mercados de pasta BEKP, papel UWF e papel *tissue* podem ter um impacto significativo nos preços e consequentemente na rentabilidade do Grupo. Os preços de mercado da pasta BEKP e do papel UWF e *tissue* são formados no mercado mundial em regime de concorrência global e influenciam de forma determinante as receitas do Grupo e a sua rentabilidade. As variações dos preços destes produtos resultam, essencialmente, de alterações da oferta e da procura mundiais e da situação económica e financeira de cada um dos diferentes agentes intervenientes nestes mercados (Produtores, *Traders*, Distribuidores, Clientes finais, etc.) a nível mundial, que provocam diferentes e sucessivos níveis de preços de equilíbrio, aumentando a volatilidade do mercado global.

Os mercados de pasta BEKP e de papel são altamente competitivos, pelo que, na atual conjuntura, variações significativas na capacidade de produção instalada poderão ter um impacto expressivo nos preços praticados a nível mundial. Estes fatores têm incentivado o Grupo a prosseguir a estratégia de *marketing* e *branding* delineada e a realizar investimentos significativos nos anos recentes para melhorar a produtividade e produzir produtos diferenciados e de elevada qualidade.

Em 31 de dezembro de 2022, uma degradação de 10% no preço, à data, por tonelada de pasta BEKP e de 5% no preço por tonelada de papel UWF e *tissue* vendidos pelo Grupo no período teria representado um impacto negativo nos seus resultados operacionais de cerca de Euros 20.900.000 e de Euros 101.400.000, respetivamente (31 de dezembro de 2021: Euros 17.000.000 e Euros 65.400.000, respetivamente).

PROCURA DOS PRODUTOS DO GRUPO

Sem prejuízo do que se refere relativamente à concentração das carteiras de Clientes do Grupo, uma eventual diminuição da procura de pasta BEKP, papel UWF e papel *tissue* nos mercados da União Europeia e dos Estados Unidos poderá ter um impacto significativo nas vendas do Grupo. A procura de pasta BEKP produzida pelo Grupo depende também da evolução da capacidade instalada para produção de papel a nível mundial, dado que vários dos principais Clientes de pasta BEKP do Grupo são produtores de papel.

A procura de papel de impressão e escrita não revestido está relacionada com fatores macroeconómicos (p.e. evolução do PIB, emprego, nomeadamente em profissões *white collar*, índices de confiança), tecnológicos (p.e. penetração de tecnologias de informação e *hardware/software*, designadamente relacionados com tecnologias de impressão, no meio empresarial) e demográficos (p.e. população, nível médio de escolaridade, estrutura etária da sociedade). A evolução destes fatores influencia a procura de papel positiva ou negativamente, sendo que, grosso modo e no passado recente, a tendência de evolução do consumo de papel é negativa nos países mais desenvolvidos e positiva ou estável nos países emergentes/em desenvolvimento. Naturalmente, o desempenho do Grupo Navigator depende também da evolução da procura nos diversos mercados em que atua.

No que respeita à procura de pasta de mercado de eucalipto, esta está dependente em larga medida da evolução da produção nos produtores não-integrados de grades de papel de impressão e escrita, *tissue* e especialidades. A procura chinesa por este tipo de pasta representa mais de 1/3 da procura mundial, o que faz da China um dos mais impactantes *drivers* da procura.

Quanto ao papel *tissue*, as variáveis chave que influenciam a procura deste tipo de papel são:

- Crescimento económico futuro esperado;
- Crescimento da população e outras alterações demográficas e sociais;
- Nível de desenvolvimento do setor terciário, nomeadamente turismo;
- Níveis de penetração do produto;
- Desenvolvimentos na qualidade do papel *tissue* e especificações de produto; e
- Efeitos de substituição.

O consumo de papel *tissue* não é muito sensível a variações cíclicas da economia, muito embora o consumo deste tipo de papel tenda a crescer mais rapidamente com maior crescimento económico. Em contrapartida, uma escalada de custos produtivos e consequentemente preços de venda pode criar um efeito de *downgrading* de consumo.

A importância do crescimento económico para o consumo de *tissue* é mais evidente nos países em desenvolvimento. Se o nível de rendimento per capita é muito baixo, o consumo de *tissue* tende a ser reduzido. Há um limiar após o qual o consumo acelera. O crescimento económico permite uma maior penetração do produto, que é um dos principais *drivers* da procura deste tipo de papel na população com rendimentos mais baixos. Nas economias com forte dependência do setor do turismo, perspetiva-se uma recuperação gradual do consumo do setor profissional, à medida que sejam levantadas as restrições à mobilidade e se normalizem os fluxos turísticos. O papel *tissue* é um produto que não enfrenta grandes ameaças de substituição por outros materiais, não se prevendo alterações a este nível. Em contrapartida, alterações de padrões de higienização e limpeza que podem ser associados à atual crise sanitária tenderão a impulsionar o consumo de *tissue*.

As preferências dos Consumidores podem ter um impacto na procura global do papel ou de certos tipos em particular, tais como na procura de produtos reciclados ou produtos com fibra virgem certificada.

Relativamente a esta matéria, e no caso concreto do papel UWF e *tissue*, o Grupo crê que a estratégia de *marketing* e *branding* que tem vindo a seguir, associada aos investimentos significativos efetuados para melhorar a produtividade e produzir produtos de elevada qualidade e inovadores, lhe permitem colocar os seus produtos em segmentos de mercado menos sensíveis a variações de procura, permitindo uma menor exposição a este risco.

ENERGIA

O processo produtivo de pasta e papel é dependente do abastecimento constante de energia elétrica e vapor. O Grupo dispõe de diversas unidades de produção combinada de calor e energia elétrica em regime de Cogeração, que asseguram este abastecimento, tendo sido previstas redundâncias entre as diversas unidades por forma a mitigar o risco de eventuais paragens não planeadas.

Adicionalmente o grupo possui ainda duas centrais termoelétricas a biomassa, independentes do processo produtivo de pasta e papel, dedicadas à produção de energia elétrica renovável para injeção na rede elétrica.

No quadro regulatório atual, a totalidade da produção de energia elétrica gerada pelas cogerações é vendida em regime de mercado.

De facto, no ano 2022, todas as cogerações renováveis venderam a totalidade da sua produção em mercado, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 119-A/2021, de 22 de dezembro, mais concretamente do Artigo 35.º -Y Regime excecional aplicável à atividade de cogeração. Este diploma permitiu aos cogeradores a transição para a modalidade geral do regime remuneratório, venda a mercado, com possibilidade de regresso posterior à modalidade especial de origem nos termos do n.º 2 do Art.º 6 do Decreto-Lei n.º 23/2010, de 25 de março na sua redação atual. Adicionalmente, também a central de ciclo combinado a gás natural de Setúbal, que já se encontrava em regime de venda parcial de eletricidade a mercado, passou no decurso do ano a vender a totalidade da sua produção em regime de mercado.

Em 31 de dezembro de 2022, um agravamento de 10% no preço de mercado da eletricidade, sem compensação na tarifa contratual, teria representado um impacto negativo nos resultados operacionais do Grupo de cerca de Euros 17.300.000 (31 de dezembro de 2021: Euros 10.800.000).

RISCO PAÍS – PORTUGAL

O Grupo Navigator tem uma forte presença em Portugal. A sua atividade está alicerçada em ativos cuja principal localização é Portugal. Da mesma forma, cerca de 20% da sua matéria-prima provém de florestas portuguesas.

O Grupo é o terceiro maior exportador em Portugal e o maior gerador de Valor Acrescentado Nacional, representando aproximadamente 1% do PIB nacional, cerca de 3% das exportações nacionais de bens, perto de 6% do total da carga contentorizada exportada pelos portos nacionais.

Ainda que aberto ao mundo, a forte dependência do seu país de origem em termos de fatores produtivos expõe o Grupo ao índice de risco de Portugal.

RISCO PAÍS – MOÇAMBIQUE

Em virtude do investimento no projeto de Moçambique, o Grupo Navigator encontra-se exposto ao risco específico deste país. Todavia, a ponderação dos investimentos, em termos de calendarização, escolha dos Fornecedores/Parceiros e localização geográfica, tem sido considerada de acordo com esse risco, acautelando o Grupo a concretização destes passos com razoável segurança de que não existirão efeitos decorrentes daquele risco.

Neste momento, o projeto de Moçambique é essencialmente um projeto de cariz florestal, com uma opção de desenvolvimento de um projeto industrial. O investimento previsto deverá ser concretizado em duas fases, a primeira será um projeto de produção de estilha (*woodchips*) e, numa segunda fase, a construção de uma fábrica de pasta de grande escala. O Grupo encontra-se, contudo, preparado para avançar com o plano florestal previsto, assim que as condições necessárias – cuja maioria continua em discussão com as autoridades moçambicanas – estejam reunidas.

Até 31 de dezembro de 2022 os dispêndios incorridos neste projeto ascendiam a Euros 132.688.730 (31 de dezembro de 2021: 124,9 milhões de euros), essencialmente associados à preparação de terrenos, a atividades de plantação e manutenção silvícola, ao programa de desenvolvimento social, gestão de terras, licenciamento ambiental e social e à construção do que é hoje um dos maiores viveiros florestais de África.

Considerando que a Navigator ainda se encontra a trabalhar nas condições precedentes para a Fase 1 do MoU, tal como anteriormente referido, as responsabilidades prováveis estimadas encontram-se devidamente provisionadas.

RISCO PAÍS – EUA

O mercado dos Estados Unidos da América tem uma ponderação relevante nas vendas totais de papéis UWF, o que aumenta a exposição ao risco específico deste país.

Esta exposição exige uma avaliação cuidada dos impactos decorridos, por exemplo, de alterações em regulamentações ou de natureza tributária, ou mesmo da sua aplicação e interpretação por parte das entidades governamentais e autoridade tributária.

À semelhança do que aconteceu com produtores de outras nacionalidades (australianos, brasileiros, chineses e indonésios), no que diz respeito às importações de papel UWF para os EUA, o Grupo tem sido, desde 2015, alvo de medidas antidumping por parte do Departamento de Comércio deste país, estando os seus produtos sujeitos a taxas antidumping definidas pelo United States Department of Commerce (Departamento de Comércio dos Estados Unidos da América) – ver Nota 4.2. Até 2022, estas taxas afetaram os resultados do Grupo em Euros 32.334.413 - períodos de revisão 1 a 7 (2021: Euros 30.482.935)

CONCORRÊNCIA

O aumento da concorrência nos mercados da pasta e papel pode ter um impacto significativo nos preços e consequentemente na rentabilidade do Grupo.

Os mercados de pasta e papel são altamente competitivos, pelo que a entrada no mercado de novas unidades de produção com um aumento da capacidade de produção disponível poderá ter um impacto relevante nos preços praticados a nível mundial.

Os produtores de pasta BEKP oriundos do hemisfério sul (nomeadamente do Brasil, Chile, Uruguai e da Indonésia), com custos de produção ainda significativamente mais baixos que os do hemisfério norte, têm vindo a adquirir peso acrescido no mercado, pondo em causa o posicionamento competitivo dos produtores europeus de pasta para mercado. Nos próximos anos estão previstos aumentos de capacidade na América do Sul, reforçando a posição desses produtores no mercado global.

Estes fatores têm obrigado o Grupo a realizar investimentos significativos de modo a manter os seus custos competitivos e a produzir produtos de elevada qualidade, sendo de prever que esta pressão concorrencial se mantenha no futuro.

Destaca-se um movimento de desinvestimento no setor papelero nos EUA, com fechos/conversões de capacidade instalada por parte de alguns produtores de UWF, numa clara tentativa de ajustamento da oferta à evolução negativa da procura. Em sentido contrário, têm ocorrido e perspetivam-se investimentos em nova capacidade de UWF na China no curto e médio prazo.

O Grupo Navigator tem vindo a adequar a sua estratégia comercial à evolução dos padrões de consumo regionais. O Grupo tem uma presença importante nos EUA, representando cerca de metade das vendas de produtores europeus para este mercado.

O volume de vendas destinado aos mercados europeus representou 65% (2021: 55%), onde atingiu quotas de mercado particularmente expressivas nos países da Europa Ocidental e quotas de mercado relevantes nos outros principais mercados europeus.

CONCENTRAÇÃO DA CARTEIRA DE CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2022, os 10 principais grupos de Clientes de pasta BEKP do Grupo representavam 15% da produção de pasta BEKP do período (2021: 15%) e 71% das vendas externas de pasta BEKP (2021: 71%). Esta assimetria resulta da estratégia seguida pelo Grupo de crescente integração da pasta BEKP que produz nos papéis UWF que produz e comercializa. Ainda assim, o Grupo crê existir pouca exposição a riscos de concentração de Clientes na comercialização de pasta BEKP.

Em 2022, o Grupo Navigator aumentou ligeiramente a dependência dos seus 10 maiores grupos de Clientes de UWF que representaram 39% do volume de vendas do Grupo (37% em 2021).

O Grupo Navigator registou 171 novos Clientes de papel com vendas em 2022. Também relativamente aos papéis UWF, o Grupo segue uma estratégia de mitigação do risco de concentração da sua carteira de Clientes. O Grupo comercializa papéis UWF para cerca de 130 países e territórios e tem perto de 1.000 clientes individualmente considerados, permitindo assim uma dispersão do risco de concentração das vendas num reduzido número de mercados e/ou Clientes.

Em 2021 o Grupo Navigator lançou a plataforma omnicanal, NVG Hub, com o objetivo de melhorar o nível de serviço, transparência e informação prestado aos seus Clientes. Durante 2022 o Grupo procedeu ao alargamento da plataforma NVG Hub à Unidade de Negócio *Tissue*, à melhoria significativa do *user experience* (UX), graças ao redesign 360º do Portal, e ao lançamento de diversas funcionalidades que visam melhorar o nível de serviço prestado aos clientes e otimização de processos. Pedidos de Cotação Online, Integração do Modulo de Reclamações, nova área dedicada a Notificações e o acompanhamento de envios, são apenas alguns exemplos das novas funcionalidades que os utilizadores podem agora encontrar online. O NVG Hub terminou o ano com presença em 22 mercados, 700 Clientes *onboard* e a manutenção de elevadas taxas de ativação e fidelização ao Portal.

Também o desenvolvimento do novo segmento de *Packaging* continuou a revelar sinais bastante positivos em 2022, traduzidos pela crescente base de clientes, reconhecimento da qualidade dos produtos do Grupo e, conseqüentemente, da marca gKraft, servindo a marcas de grande exposição, em setores tão distintos como a área da moda, retalho alimentar, *e-commerce*, indústria ou agricultura. Os produtos desenvolvidos pela Empresa, para o mercado das embalagens, servem os segmentos das embalagens flexíveis (gKraft FLEX), a indústria dos sacos (gKraft BAG), e do cartão canelado (gKraft BOX).

Apesar do contexto macroeconómico desfavorável, em 2022 o Grupo atingiu vendas superiores a 90 milhões de euros, duplicando o valor de vendas de 2021. A marca gKraft continua a assentar a sua estratégia de crescimento em produtos de maior valor acrescentado, impondo gradualmente os seus argumentos de diferenciação e sustentabilidade, muito assentes nas matérias-primas (fibra de eucalipto globulus) e desenho de produto (especificações de produto que realçam características de superfície, qualidade de impressão, redução de gramagem com vantagens para embaladores e consumidores, e uma *performance* física irrepreensível na transformação e uso final).

No que respeita ao segmento de *tissue*, as vendas de papel *tissue* ascenderam a cerca de 198 milhões de euros em 2022 (+36% do que em 2021), muito impulsionadas pelo fator preço. A base global de clientes manteve-se bastante diversificada – cerca de 600 clientes com compras ativas em 2022 – o que assegura uma diversificação sustentável da atividade comercial.

O Grupo continua com o objetivo de expandir a sua atividade comercial no *tissue* para o mercado externo, nomeadamente aumentando a presença da Navigator em Espanha, e reforçando as vendas de produto acabado.

RISCOS AMBIENTAIS

Ambiente regulatório

Nos últimos anos, a legislação da União Europeia em matéria ambiental tem vindo a tornar-se mais restritiva no que respeita ao controlo das emissões ambientais. As empresas do Grupo respeitam a legislação em vigor, nos seus diversos parâmetros (VLEs).

Em setembro 2014, na decisão de execução da Comissão 2014/687/EU, foi aprovado o BREF (Best Available Technologies Reference Documents) – Conclusões sobre as Melhores Técnicas Disponíveis do Documento de Referência – para os setores da pasta e do papel que contém os novos limites e requisitos para estes setores, dispondo as empresas de 4 anos para promover as necessárias adaptações às suas práticas e equipamentos. Para além disso, foi finalizada a discussão técnica do documento de referência das Grandes Instalações de Combustão, também já publicado. Este documento tem um impacto nos equipamentos do Grupo, nomeadamente nas caldeiras e instalações de combustão, que estarão abrangidas pela nova legislação, obrigando a novos investimentos, como filtros de partículas para caldeira de biomassa.

Em 2015, foi analisado e estabelecido um plano estratégico ambiental que visa a adaptação do Grupo Navigator a um conjunto de novos e futuros requisitos na área do ambiente, nomeadamente o documento de referência para o setor (Conclusões sobre as Melhores Técnicas Disponíveis do Documento de Referência para o setor – BREF. Decisão de execução da Comissão 2014/687/UE) e para as Grandes Instalações de Combustão. Os documentos de referência mencionados correspondem à implementação da Diretiva 2010/75/EU relativa a emissões industriais. Estão em curso os projetos tendentes à implementação das alterações tecnológicas adequadas, bem como em discussão uma nova versão do Plano Diretor Ambiental, que incorpora novos desafios ambientais entretanto surgidos.

O Plano Estratégico Ambiental visou para além das áreas de ambiente reguladas por estes documentos, outras áreas, e foi possível verificar que o Grupo Navigator se encontra genericamente enquadrado nestes referenciais futuros e identificar algumas áreas de melhoria e soluções tecnológicas como as emissões para a atmosfera das caldeiras de biomassa.

Por outro lado, cumprindo com o Decreto-Lei n.º 147/2008 de 29 de junho, que transpôs para o normativo nacional a Diretiva 2004/35/CE, o Grupo assegurou os seguros ambientais exigidos por aquele normativo, garantindo o cumprimento dos regulamentos em vigor e mitigando os riscos de natureza ambiental a que se encontra exposto.

No que respeita à evolução do regime de atribuição de comércio europeu de emissão de gases com efeito de estufa (CELE), foi aprovada a Diretiva UE 2018/410, de 14 de março, que altera a Diretiva 2003/87/CE para reforçar a relação custo-eficácia das reduções de emissões e o investimento nas tecnologias hipocarbónicas. A Diretiva EU 2018/410 enquadra entre outros aspetos o novo período CELE a vigorar entre 2021-2030, no qual se vai verificar uma redução da quantidade de licenças de emissão de CO₂ atribuídas de forma gratuita.

Esta evolução trará certamente custos acrescidos para a indústria transformadora em geral e para a de pasta e papel em particular, sem que exista uma compensação pela absorção de CO₂ que, anualmente, as florestas desta indústria permitem.

Por forma a mitigar o impacto desta alteração, desde há muito que o Grupo empreendeu uma série de investimentos de natureza ambiental que, entre outras vantagens, tem permitido a redução continuada da emissão de CO₂.

Adicionalmente, o Grupo tem em curso o Programa Carbon Neutral Company que visa implementar, até 2035, mudanças nos seus processos produtivos por forma a minimizar a utilização de combustíveis fósseis e por consequência reduzir as suas emissões de CO₂.

Recorde-se que a Navigator foi a primeira empresa portuguesa, e uma das primeiras a nível mundial, a antecipar em 15 anos, para 2035, o compromisso de ter os seus Complexos Industriais neutros em carbono. Para esse efeito, a Empresa havia já definido, em 2019, um Roteiro que inclui projetos baseados no uso de fontes renováveis de energia, designadamente biomassa e solar, com o intuito de minimizar as emissões de CO₂ resultantes da sua atividade e promover a melhoria do seu desempenho energético.

Em 2021, a Navigator aderiu à iniciativa Science Based Targets initiative (SBTi), no seguimento do compromisso assumido na Agenda 2030 e em 2022 recebeu a aprovação das suas metas de redução das emissões de gases com efeito de estufa (GEE) por parte SBTi. A aprovação das metas baseadas na ciência climática foi considerada pela SBTi como um “elemento-chave” para uma trajetória de descarbonização net-zero, tal como preconizado no relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças climáticas (IPCC), com vista a alcançar emissões líquidas nulas em meados do século.

Desta forma, a Navigator reforça o seu compromisso e objetivos para a próxima década em torno de um dos temas relevantes identificados no âmbito da sua Agenda 2030¹ de gestão responsável do negócio – “Alterações Climáticas e Fixação de CO₂” –, perseguindo a ambição de contribuir para o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 13 (Ação Climática) e causar um impacto positivo nas Pessoas e no Planeta.

Também em 2022 a Navigator foi distinguida com a classificação máxima (“A”) pela liderança mundial no combate às alterações climáticas, distinção atribuída pelo CDP – Disclosure Insight Action. A Empresa participa também no CDP Forest, focado na gestão florestal, tendo visto reconhecido, logo no segundo ano, o seu desempenho nesta categoria, com uma classificação de “A-”, ocupando também uma posição de líder nesta área.

Em 2022, a Empresa viu ainda os seus esforços de redução de impacto ambiental serem novamente reconhecidos pela avaliação anual da agência de *rating* Sustainalytics, entidade que avalia a Empresa nas vertentes Environmental, Social and Corporate Governance (ambiente, social e governança empresarial) e atribui anualmente uma classificação da sua *performance* (dentro do contexto do setor de pasta e papel), tendo a Navigator sido classificada novamente como “Empresa de Baixo Risco ESG” para investidores.

As iniciativas políticas da Comissão Europeia incluirão, no futuro, desenvolvimentos sobre políticas e legislação em áreas como as estratégias florestais e de biodiversidade da UE, a Diretiva de Energias Renováveis, o Sistema de Comércio de Emissões da UE

¹ <http://www.thenavigatorcompany.com/agenda2030/conteudos>

(ETS), bem como a Taxonomia da UE, a Diretiva de Reporte de Informação Não Financeira sobre Sustentabilidade (CSRD) e a Diretiva sobre Due Diligence de Sustentabilidade Corporativa (CSDD).

O regulamento de Taxonomia da UE progrediu durante 2022, mas permanece a incerteza sobre o quanto as atividades económicas do Grupo Navigator estarão incluídas no âmbito da taxonomia, à medida que a legislação evolui. Uma boa gestão dos riscos e oportunidades financeiros e de sustentabilidade, bem como a divulgação dos mesmos, melhorará a probabilidade de uma perceção favorável pelos mercados de capitais e, conseqüentemente, o custo de capital.

Para informação mais detalhada sobre estas e outras iniciativas no âmbito do roteiro para a neutralidade carbónica do Grupo Navigator, aconselhamos a leitura do Capítulo 4.

Riscos associados a alterações climáticas

A Navigator tem vindo a desenvolver um conjunto de estratégias para medir e reduzir a sua pegada total de GEE, bem como promover a mitigação e adaptação aos riscos gerados pelas alterações climáticas.

Em dezembro de 2015, o Financial Stability Board (FSB) estabeleceu a Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD) para desenvolver um conjunto de recomendações para divulgar, de forma clara e consistente, informação que ajude os mercados financeiros a entender os riscos e impactos relacionados com as alterações climáticas. Em 2022 o Grupo Navigator integrou as recomendações da TCFD na estratégia e nos processos de gestão de riscos corporativos, aproveitando a oportunidade para avaliar potenciais implicações financeiras e estratégicas decorrentes de alterações climáticas e desenvolver respostas adequadas. Informação mais detalhada sobre esta iniciativa encontra-se divulgada no anexo ao relatório de gestão.

O Grupo monitoriza os potenciais impactes na sua posição financeira, na *performance* e nos seus fluxos de caixa decorrentes de alterações climáticas, designadamente os impactes nas estimativas e julgamentos contabilísticos relevantes.

Alterações de longo prazo (25 a 30 anos) nos padrões de precipitação, períodos de seca, eventos climáticos extremos frequentes e temperaturas médias mais altas que aumentam o risco de incêndios florestais e surtos de insetos podem causar danos às operações e às florestas do Grupo, afetando o justo valor dos ativos biológicos e os preços da madeira. Eventos climáticos extremos mais frequentes também aumentam o risco de interrupções na produção, logística e fornecimento de matérias-primas e energia. As incertezas em relação às alterações climáticas podem ainda resultar em alterações nas projeções de fluxos de caixa do Grupo ou na revisão das vidas úteis dos ativos.

O Grupo possui diversos mecanismos em vigor destinados a monitorizar e mitigar esses riscos por meio de uma gestão proativa e deteção precoce. O Grupo incorporou considerações sobre alterações climáticas nas suas práticas de reflorestação, como o estabelecimento e manutenção de caminhos e aceiros, a conservação da biodiversidade das espécies, e o aumento da monitorização durante os períodos de perigo de incêndio.

Ao nível dos ativos fixos tangíveis o Grupo solicita periodicamente avaliações independentes e revisões das vidas úteis económicas dos seus ativos. Conforme referido na Nota 3.6, durante 2022, a Navigator solicitou a avaliação externa dos seus ativos a uma entidade independente que estimou a vida útil dos ativos, considerando as atuais condições e a obsolescência funcional. Tendo por base o resultado dos estudos efetuados, bem como as perspetivas de investimento do Grupo para o período 2023-2027, nomeadamente em resultado de compromissos de descarbonização e dos projetos ao abrigo do Plano de Recuperação e Resiliência, a Navigator procedeu à revisão da vida útil dos seus ativos com referência a 1 de janeiro de 2022, a qual determinou um aumento de 36,8 milhões de euros nas depreciações do exercício, em resultado de uma redução média de, aproximadamente, 7 anos de vida útil.

Os riscos físicos decorrentes de incêndios e secas estão, em grande medida, dentro da cobertura dos programas de seguro de propriedade e perdas de exploração do Grupo. No entanto, se a frequência e a gravidade desses eventos aumentarem como resultado de alterações climáticas, o custo de tal cobertura pode aumentar.

O Grupo acredita que uma gestão sustentável das florestas, bem como a capacidade de reação a eventos como incêndios florestais e doenças, desempenham um papel importante na mitigação dos impactos negativos das alterações climáticas.

Conforme amplamente divulgado, com um propósito corporativo e uma Agenda de Gestão Responsável 2030 alinhados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, a estratégia do Grupo passa por fornecer alternativas sustentáveis e renováveis para soluções baseadas em fósseis, apresentando oportunidades de crescimento atraentes no futuro e promovendo a descarbonização da economia. A inovação do Grupo, o desenvolvimento de produtos sustentáveis e os investimentos em eficiência energética permitirão à Navigator atingir as suas metas climáticas e uma resposta adequada aos desafios climáticos.

A Navigator continua a evidenciar uma notável geração de *cash flow* livre e uma posição financeira confortável, sendo convicção do Conselho de Administração que, face à sua situação financeira e de liquidez, não se anteveem impactos negativos relevantes decorrentes de alterações climáticas que justifiquem o reconhecimento de imparidades adicionais ou que ponham em causa o princípio da continuidade, aplicado na preparação das presentes demonstrações financeiras.

RISCOS ASSOCIADOS À PRODUÇÃO DE ENERGIA

O ano de 2022 fica marcado por um contexto de preços de energia extraordinariamente elevados, em particular do gás natural, que acabou por ter um impacto direto no preço de energia elétrica. Neste contexto salienta-se o quadro legislativo que acabou por sofrer alterações variadas para fazer face a um contexto extraordinário.

A produção de energia elétrica é uma atividade com importância no Grupo, possibilitando a valorização de um recurso endógeno renovável, a biomassa gerada na produção de pasta BEKP. Os ativos de geração de energia permitem ainda aos Fornecedores de madeira do Grupo gerar um rendimento complementar com a venda de biomassa residual florestal das suas explorações, e desta forma contribuir para a redução dos riscos de incêndio no país.

Como forma de potenciar a utilização da biomassa residual florestal disponibilizada pela fileira florestal, foram construídas pelo Grupo em 2009 duas centrais termoelétricas a biomassa para produção de energia elétrica renovável, que se encontram em laboração plena.

O Grupo foi pioneiro e tem vindo a desenvolver um mercado de comercialização de biomassa, para abastecimento das suas centrais de cogeração renováveis e centrais termoelétricas a biomassa. O desenvolvimento deste mercado numa fase anterior ao arranque das novas unidades de produção de energia permitiu-lhe assegurar uma rede de abastecimento de matéria-prima obtida de forma sustentável.

Os incentivos existentes à data em Portugal só contemplam a utilização de biomassa florestal residual (BFR) e não a utilização de madeira para a produção de energia elétrica.

Em termos de enquadramento legal destacamos os seguintes diplomas:

Decreto-Lei n.º 68-A/2015 de 30 de abril, que estabelece disposições em matéria de eficiência energética e cogeração e altera o Decreto-Lei n.º 23/2010 e Portaria 140/2012, revista pela Portaria 325-A/2012, aplicável ao regime de PRE- Produção em Regime Especial em cogeração;

Para as Centrais Termoelétricas a Biomassa (CTB) florestal residual em operação, dedicadas à produção de energia elétrica o quadro legal é suportado pelo Decreto-Lei 33-A/2005 revisto pelo Decreto-Lei 225/2007, que altera de 15 para 25 anos o período de remuneração garantida em PRE - Produção em Regime Especial. Para estes ativos, o quadro legal sustenta assim um enquadramento tarifário que se prevê estável no decurso dos próximos anos.

Mais recentemente o Decreto-Lei n.º 120/2019, de 22 de agosto, veio criar o um regime especial e extraordinário para a instalação e exploração de novas centrais de valorização de biomassa, situadas na proximidade de áreas florestais consideradas críticas em termos de risco de incêndio.

Decreto-Lei n.º 119-A/2021, de 22 de dezembro, que altera um conjunto de medidas no âmbito da pandemia da doença Covid-19, nomeadamente no âmbito do regime jurídico e remuneratório aplicável à energia elétrica e mecânica e de calor útil produzidos em cogeração, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 23/2010, de 25 de março, que veio proceder à revisão das regras de acesso e exercício da atividade, no que toca às tecnologias e processos produtivos admissíveis e à mudança entre as diferentes modalidades do regime remuneratório para mitigar a subida de preços dos combustíveis fósseis, nomeadamente o gás natural, no período de recuperação pós-pandemia.

Decreto-Lei n.º 33/2022, de 14 de maio que estabelece um mecanismo excecional e temporário de ajuste dos custos de produção de energia elétrica no âmbito do Mecanismo Ibérico de Eletricidade.

A redução tarifária progressiva associada à venda de energia elétrica em regime especial, poderá condicionar a viabilidade económica da venda à rede elétrica, pelo que findados os períodos de enquadramento legal aplicáveis, as cogerações poderão ter de operar em regime de autoconsumo, ou seja, abastecendo diretamente as unidades industriais, ou em alternativa vender a energia em regime de mercado.

A procura constante pela otimização dos custos de produção e pela eficiência das unidades geradoras, a análise de novos projetos de produção de energia a partir de fontes renováveis, uma contratação de energia a mais longo prazo e gestão de risco ativa, e a promoção de vários projetos de energia solar fotovoltaica em regime de autoconsumo são a forma pela qual o Grupo procura mitigar este risco.

RISCOS ASSOCIADOS AO SETOR DO CIMENTO E DERIVADOS

ABASTECIMENTO DE MATÉRIAS-PRIMAS

No que se refere ao segmento do Cimento e Derivados, as principais matérias-primas do processo de fabrico do cimento são os calcários e as margas ou argilas, cuja extração é efetuada em pedreiras próprias, localizadas no perímetro fabril, dispondo o Grupo de reservas que asseguram a exploração sustentada nos próximos anos em parte significativa das localizações geográficas em que opera.

PREÇO DE VENDA

Uma vez que o segmento dos Cimentos e Derivados desenvolve a sua atividade em mercados geograficamente diversos, os preços praticados dependem essencialmente, da conjuntura económica e da concorrência de cada país.

PROCURA DOS PRODUTOS DO GRUPO

O volume de negócios do segmento dos Cimentos e Derivados deriva do nível de atividade no setor da construção em cada um dos mercados geográficos em que opera. O setor da construção tende a ser cíclico, especialmente em economias maduras, e depende do nível de construção residencial e comercial, bem como do nível de investimentos em infraestruturas.

O setor da construção é sensível a fatores como as taxas de juro e uma quebra da atividade económica numa dada economia pode conduzir a uma recessão neste setor.

Apesar de o Grupo considerar que a sua diversificação geográfica é a melhor forma de conseguir a estabilização dos seus resultados, a sua atividade, situação financeira e resultados operacionais podem ser negativamente afetados por uma quebra do setor da construção em qualquer mercado significativo em que opere.

CONCORRÊNCIA

As empresas do segmento dos Cimentos e Derivados desenvolvem a sua atividade num ambiente competitivo. No caso do mercado português, o excesso de capacidade dos operadores nacionais em conjugação com importações poderão afetar a *performance* nesse segmento.

O mesmo se verifica na Tunísia e Líbano, países em recessão atualmente com excesso de capacidade instalada, o que tem impactado negativamente os preços nesses países.

CUSTOS ENERGÉTICOS

Uma parte significativa dos custos do Grupo Secil está dependente dos custos energéticos. A energia é um fator de custo com peso significativo na atividade da Secil e das suas participadas. O Grupo protege-se, em certa medida, contra o risco da subida do preço da energia através da possibilidade de algumas das suas fábricas utilizarem combustíveis alternativos e de contratos de fornecimento de energia elétrica de longo prazo para algumas das necessidades energéticas. Apesar destas medidas, flutuações significativas nos custos da eletricidade e dos combustíveis podem afetar negativamente a sua atividade, situação financeira e resultados operacionais.

RISCO PAÍS – BRASIL, TUNÍSIA E ANGOLA

O Grupo Secil encontra-se exposto ao risco dos países Brasil, Tunísia e Angola nos quais detém investimentos em unidades produtivas.

Relativamente à Tunísia importa destacar que o país continua a enfrentar desafios significativos, incluindo elevados défices externos e fiscais, aumento da dívida e um crescimento insuficiente para reduzir o desemprego. Subsiste ainda alguma instabilidade social e uma pressão nas reivindicações sindicais. O défice do Estado reflete-se nas obras públicas e o setor imobiliário enfrenta desafios devido a dificuldades de financiamento (pela fragilidade do setor bancário), com impacto no volume da construção.

Em outubro, com a tomada de posse do novo governo (após a demissão do anterior em julho), composto essencialmente por personalidades qualificadas, sem ambições políticas, foi dado um sinal positivo para o controlo da recuperação económica e financeira do país. Entretanto, no final do ano, foi publicada a lei das finanças de 2022, entendida como uma lei de transição destinada a preparar as várias reformas económicas e sociais fundamentais que o governo pretende levar a cabo entre 2022 e 2026.

RISCO PAÍS – LÍBANO

No caso do Líbano, as altas taxas de desemprego, inflação e depreciação monetária colocam restrições no acesso a serviços essenciais por parte da população libanesa e dos milhares de refugiados que procuraram abrigo no país.

A chegada da pandemia Covid-19 e as restrições impostas para conter sua propagação, agravaram o cenário de vulnerabilidade enfrentado pelo país, pelo que os riscos no topo das prioridades foram a falha de *governance* nacional, a crise do estado, desemprego e subemprego, hiperinflação e profunda instabilidade social.

O ano de 2021 fica ainda marcado pela impressão massiva de moeda, pela desvalorização da moeda local, pela escassez de reservas de moeda estrangeira e pela deterioração do contexto económico. A escassez de moeda estrangeira para fazer face à importação de bens essenciais (e.g. medicamentos e bens alimentares), levou a medidas de controlo de capitais por parte das entidades bancárias e de supervisão, o que promoveu o crescimento do mercado não regulado de compra e venda de moeda. Estas transações de troca de libras libanesas por outras divisas realizadas a câmbio diferente do oficial, que permitiram aos operadores locais garantir a manutenção das suas operações, constituindo esta uma prerrogativa de “força maior”, foram excecionalmente reconhecidas pelo Ministério das Finanças do Líbano através de uma circular (Guideline) publicada no final do exercício de 2020.

No que respeita à inflação, esta encetou a sua escalada desde o início de 2020, representando em julho uma inflação cumulativa superior a 100% num período de 3 anos, pelo que o país foi declarado como economia hiperinflacionária. Neste sentido, as empresas foram obrigadas a aplicar a IAS29 “Financial Reporting in Hyperinflationary Economies”.

Adicionalmente à inflação generalizada e escassez de divisas, a generalidade das indústrias no Líbano tem enfrentado restrições no abastecimento de energia por parte da empresa pública de produção e distribuição eletricidade.

Importa ainda destacar a explosão ocorrida em 2020 no porto de Beirute que, para além de todos os danos humanos, causou um rasto de destruição e protestos alargados contra a corrupção instalada no país e, conseqüentemente, o Governo. Estes protestos resultaram na renúncia do primeiro-ministro, aumentando o risco de instabilidade política. Em 2021 tomou posse um novo Governo, o qual se encontra a estudar medidas de mitigar a grave crise instalada no país.

LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

Em 2021 iniciou-se o 4º período do CELE – Comércio Europeu de Licenças de Emissões com os últimos atos legislativos ainda a decorrer para o enquadramento definitivo para o subperíodo 2021-2025.

A 14 de julho, a Comissão Europeia adotou um pacote de propostas legislativas, “Fit 55”, para revisão das políticas de clima, energia, uso da terra, transporte e tributação da UE no sentido de materializar a reduzir as emissões líquidas de gases de efeito estufa em pelo menos 55% até 2030, em comparação com os níveis de 1990.

Com estas propostas, a Comissão apresentou os instrumentos legislativos para atingir os objetivos acordados na Lei Europeia do Clima e fundamentalmente transformar a nossa economia e sociedade para um futuro justo, verde e próspero.

Destas iniciativas legislativas destacamos pelo seu impacto na empresa a revisão da Diretiva CELE e a criação de um Mecanismo de Ajuste Fronteiriço com o objetivo de equalizar os custos de CO₂ suportados quer pelos produtores europeus como os não europeus criando condições de concorrência justas entre ambos e que não levem a uma deslocalização da indústria cimenteira para fora da EU para espaços com menos exigências em termos ambientais e climáticos.

O setor cimenteiro está na linha da frente para integrar o novo mecanismo que levará após a sedimentação do mesmo a uma eventual redução da atribuição de emissões gratuitas acentuando o desafio da descarbonização das unidades produtivas que a própria Secil já iniciou na sua unidade do Outão com o projeto CCL.

No mesmo sentido a Secil subscreveu o Roadmap para a Neutralidade Carbónica para o setor cimenteiro nacional publicado pela ATIC em março deste ano.

A Secil, consciente deste novo enquadramento e do impacto na redução de licenças gratuitas a receber, iniciou o processo de atualização tecnológica da sua unidade de produção do Outão, Projeto CCL - Clean Cement Line, recorrendo à utilização de tecnologias maduras mais eficientes e a tecnologias inovadoras que levam a uma redução de 20 % das emissões carbónicas, à produção verde de 30 % do consumo de energia elétrica da unidade, zero utilização de combustíveis fósseis e 20 % redução consumo térmico. Um investimento com o montante total de cerca de 86 milhões de euros com conclusão prevista para 2022 e 2023 e que coloca esta unidade como uma referência ao nível europeu em eficiência energética e ambiental.

RISCOS ASSOCIADOS A ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

O segmento de Cimentos e derivados encontra-se inserido numa indústria com elevadas emissões de CO₂ no seu processo produtivo, nomeadamente na calcinação dos carbonatos presentes nas matérias-primas principais e queima de combustíveis nos fornos. Neste sentido, a Secil tem vindo a desenvolver um conjunto de estratégias e investimentos para reduzir as suas emissões de CO₂, através de ganhos de eficiência térmica e eléctrica, da utilização de combustíveis alternativos e do desenvolvimento de novas tecnologias para captura e utilização de CO₂, para desta forma reduzir a sua pegada total de gases com efeito de estufa (GEE), bem como promover a mitigação e adaptação aos riscos gerados pelas alterações climáticas.

As alterações no ambiente regulatório nomeadamente o aumento do preço das licenças de emissões de CO₂ e eventos climáticos extremos com maior frequência aumentam o risco de interrupções na produção, logística e fornecimento de matérias-primas e energia. As incertezas em relação às alterações climáticas podem ainda resultar em alterações nas projeções de fluxos de caixa do grupo ou na revisão das vidas úteis dos ativos.

Neste contexto desafiante no âmbito da transição para uma economia descarbonizada, o Grupo monitoriza os potenciais impactos na sua posição financeira, na *performance* e nos seus fluxos de caixa decorrentes de alterações climáticas, designadamente os impactos nas estimativas e julgamentos contabilísticos relevantes.

Conforme divulgado, consciente do novo enquadramento e riscos associados, a Secil encontra-se a desenvolver um conjunto de estratégias e investimentos para redução das emissões de CO₂ que permitirão ao Grupo atingir as suas metas e dar uma resposta adequada aos desafios climáticos do setor. Dos investimentos que se encontram a ser realizados importa destacar o processo de atualização tecnológica da sua unidade de produção do Outão, Projeto CCL - Clean Cement Line, um investimento com o montante total de cerca de 86 milhões de euros com conclusão prevista para 2023 e que coloca esta unidade como uma referência ao nível europeu em eficiência energética e ambiental.

O Grupo Secil apresenta uma boa capacidade de geração de *cash flow* livre e uma posição financeira confortável, sendo convicção do Conselho de Administração, que face à sua situação financeira e de liquidez, não se anteveem impactos negativos relevantes decorrentes de alterações climáticas que justifiquem o reconhecimento de imparidades adicionais ou que ponham em causa o princípio da continuidade, aplicado na preparação das presentes demonstrações financeiras.

RISCOS ASSOCIADOS AO SETOR DO AMBIENTE

ABASTECIMENTO DE MATÉRIAS-PRIMAS

O abastecimento de matéria-prima para o segmento do Ambiente, desenvolvido pelo Grupo ETSA, está condicionado à disponibilidade de desmancha e de resíduos da indústria agroalimentar, em particular nos matadouros e nos centros de abate de animais. Este mercado é relativamente vulnerável à degradação da situação económica, assim como à conseqüente alteração de hábitos de consumo e a facilidade de substituição entre produtos alimentares, que poderão limitar a atividade deste subgrupo.

PREÇO DE VENDA

Dada a natureza do seu negócio, o Grupo ETSA está exposto ao risco de volatilidade dos preços das *soft commodities* nos mercados internacionais (cereais e subprodutos de cereais), uma vez que estas são substitutas da gama de alguns dos produtos comercializados pelo Grupo ETSA.

Neste contexto, os preços de venda de alguns produtos deste subgrupo estão correlacionados com a evolução das cotações das *soft commodities* nos mercados internacionais, o que constitui um fator de risco adicional à atividade desenvolvida.

PROCURA DOS PRODUTOS DO GRUPO

A diminuição da procura ou a redução do nível de atividade de empresas das indústrias de rações de animais, de explorações agrícolas com criação de gado, de *petfood* e de biodiesel poderá ter um impacto significativo no volume de negócios do Grupo ETSA.

CONCORRÊNCIA

O Grupo ETSA desenvolve a sua atividade num mercado onde concorre com outras empresas que operam no setor da recolha e valorização de subprodutos de origem animal e com outras empresas que têm como atividade a produção de bens substitutos dos produtos do Grupo ETSA, como são exemplo as indústrias de produção de rações e de óleos alimentares. Neste enquadramento, o eventual aumento ou diminuição da concorrência não deixará de se refletir nos níveis de rentabilidade do Grupo.

OUTROS RISCOS

A subsidiária ITS tem com o Estado Português um contrato de prestação de serviços no âmbito do SIRCA com peso na faturação consolidada do Grupo ETSA. Este contrato tem um prazo limitado e a sua continuidade depende não só de fatores concorrenciais, uma vez que é promovido por concurso público, mas também de fatores regulatórios, pois a sua existência e regime dependem de opções estratégicas do Estado Português.

RISCOS ASSOCIADOS AO GRUPO EM GERAL

DIVULGAÇÕES FINANCEIRAS ASSOCIADAS AO CLIMA (TCFD)

Em dezembro de 2015, o Financial Stability Board (FSB) estabeleceu a Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD) para desenvolver um conjunto de recomendações para divulgar, de forma clara e consistente, informação que ajude os mercados financeiros a entender os riscos e impactos relacionados com as alterações climáticas.

As Recomendações englobam 4 dimensões de reporte:

- Governança: divulgar a governança da organização sobre os riscos e oportunidades climáticos;
- Estratégia: divulgar os impactos reais e potenciais dos riscos e oportunidades climáticos sobre os negócios, a estratégia e planeamento financeiro da organização;
- Gestão de Riscos: divulgar como a organização identifica, avalia e gere os riscos climáticos;
- Métricas e Metas: divulgar as métricas e metas utilizadas para avaliar e gerir os riscos e oportunidades climáticos.

O Grupo está a trabalhar no sentido de integrar as recomendações do TCFD na estratégia e nos processos de gestão de riscos corporativos, aproveitando a oportunidade para avaliar potenciais implicações financeiras e estratégicas decorrentes de alterações climáticas e desenvolver respostas adequadas.

SUBSTITUIÇÃO TECNOLÓGICA

As unidades fabris do Grupo estão sujeitas aos riscos de substituição tecnológica bem como aos inerentes a qualquer atividade económica industrial, como é o caso de acidentes, avarias ou catástrofes naturais que possam originar prejuízos nos ativos do Grupo ou interrupções temporárias no processo produtivo.

Da mesma forma estes riscos podem afetar os principais clientes e fornecedores do Grupo, o que teria um impacto significativo nos níveis de rentabilidade, caso não fosse possível encontrar clientes substitutos de forma a garantir os níveis de vendas ou fornecedores que possibilitassem manter a mesma estrutura de custos.

RISCOS JURÍDICOS

Quanto aos riscos jurídicos, importa referir que resultam essencialmente de riscos fiscais e de regulação que se encontram cobertos pela análise dos riscos de natureza operacional, e riscos específicos de responsabilidade geral ou riscos associados à negociação e celebração de instrumentos contratuais.

Estes riscos são controlados através de assessorias jurídicas instituídas quer a nível da Semapa enquanto *holding* quer a nível das suas Participadas, e através do recurso a advogados externos sempre que a especialidade da matéria, o seu valor ou outros fatores do caso concreto assim o recomendem.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE

José António do Prado Fay

VOGAIS

Ricardo Miguel dos Santos Pacheco Pires

Vítor Paulo Paranhos Pereira

Filipa Mendes de Almeida de Queiroz Pereira

Mafalda Mendes de Almeida de Queiroz Pereira

Lua Mónica Mendes de Almeida de Queiroz Pereira

António Pedro de Carvalho Viana-Baptista

Paulo José Lameiras Martins



KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
 Edifício FPM41 - Avenida Fontes Pereira de Melo, 41 - 15.º
 1069-006 Lisboa - Portugal
 +351 210 110 000 | www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da **Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A.** (o Grupo), que compreendem a demonstração da posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 4.558.407.842 euros e um total de capital próprio de 1.633.625.958 euros, incluindo um resultado líquido atribuível aos acionistas de 307.089.834 euros), a demonstração dos resultados consolidados, a demonstração do rendimento integral consolidado, a demonstração das alterações nos capitais próprios consolidados e a demonstração dos fluxos de caixa consolidados relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da **Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A.** em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.



Recuperabilidade do *goodwill* (338.806.427 euros), ativos intangíveis (455.064.081 euros) e ativos fixos tangíveis (1.684.929.711 euros)

Ver nota 1.6. das Estimativas e julgamentos contabilísticos relevantes e notas 3.1, 3.2 e 3.3 das Demonstrações Financeiras

O Risco

A recuperabilidade do *goodwill*, ativos intangíveis e dos ativos fixos tangíveis é crítica devido à materialidade dos valores envolvidos e à complexidade e subjetividade associada aos testes de imparidade, nomeadamente decorrente da incerteza inerente às projeções financeiras, as quais se baseiam em expectativas do Conselho de Administração, materializadas em planos de negócio, que têm por base diversos pressupostos, associados a taxas de desconto, margens perspectivadas, taxas de crescimento de curto e longo prazo, planos de investimento e comportamentos da procura, pressupostos não observáveis no mercado.

A nossa resposta ao risco identificado

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros aspetos, os que de seguida descrevemos:

- Avaliámos o desenho e implementação dos principais controlos implementados pelo Grupo relacionados com esta matéria e analisámos os procedimentos de orçamentação em que as projeções se baseiam, por referência à comparação do desempenho atual com estimativas efetuadas em períodos anteriores, e a integridade do modelo de fluxos de caixa descontados;
 - Avaliámos os pressupostos internos e externos utilizados e a razoabilidade dos mesmos, tais como as tendências atuais do negócio, o desempenho do mercado, inflação, crescimento económico projetado e taxas de desconto;
 - Realizámos análises de sensibilidade aos pressupostos e previsões utilizados;
 - Envolvemos os nossos especialistas na aferição da taxa de custo médio de capital; e,
 - Avaliámos a adequação das respetivas divulgações nas demonstrações financeiras, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.
-



Justo valor dos ativos biológicos (122.499.874 euros)

Ver nota 1.6. das Estimativas e julgamentos contabilísticos relevantes e nota 3.7 das Demonstrações Financeiras

O Risco

A determinação do justo valor dos ativos biológicos é efetuado através de um modelo desenvolvido internamente, baseado em projeções económicas e de mercado, cujos pressupostos nomeadamente a produtividade das florestas, o preço de venda da madeira deduzido do custo de corte, o valor das rendas dos terrenos próprios e arrendados, os custos de recheia e transporte, os custos de plantação e manutenção e a taxa de desconto, requerem um elevado grau de estimativa e julgamento do Conselho de Administração.

A nossa resposta ao risco identificado

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros aspetos, os que de seguida descrevemos:

- Avaliámos o desenho e implementação dos principais controlos implementados pelo Grupo relacionados com esta matéria;
 - Validámos a correção matemática e a integridade subjacente ao modelo;
 - Analisámos os procedimentos de orçamentação em que as projeções se baseiam;
 - Comparámos o desempenho atual das variáveis subjacentes ao modelo com estimativas efetuadas em períodos anteriores, nas principais variáveis: a produtividade das florestas, o valor das rendas dos terrenos, os custos de estrutura, os custos de recheia e transporte, os custos de plantação e manutenção;
 - Comparámos os pressupostos internos e externos utilizados no modelo, como o preço spot e de tendência e a taxa de desconto com os dados de mercado e considerámos a análise de sensibilidade dos mesmos;
 - Avaliámos a adequação das respetivas divulgações nas demonstrações financeiras, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.
-



Incerteza quanto aos tratamentos do imposto sobre o rendimento

Ver nota 1.6. das Estimativas e julgamentos contabilísticos relevantes e notas 6.1 e 6.2 das Demonstrações Financeiras

O Risco

A aplicação da legislação fiscal às diversas transações e circunstâncias de tratamento fiscal incerto tem uma complexidade inerente e requer o exercício de julgamento na determinação e mensuração dos riscos e incertezas na definição da melhor estimativa, mediante a ponderação de todos os possíveis resultados por si controlados e respetivas probabilidades associadas.

A estimativa das eventuais quantias a despendar requer um elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração, o qual avalia a probabilidade de desfecho, suportado pelo parecer de assessores jurídicos e fiscais.

A nossa resposta ao risco identificado

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros aspetos, os que de seguida descrevemos:

- Avaliámos os processos de monitorização das posições fiscais incertas quanto ao tratamento do imposto sobre o rendimento, incluindo testes ao desenho e implementação dos principais controlos implementados e inquéritos ao Conselho de Administração e aos diretores da área fiscal sobre as bases das suas estimativas e julgamentos;
 - Analisámos os processos fiscais que se encontram em curso e potenciais posições fiscais incertas, considerando o efeito da incerteza para cada tratamento fiscal incerto relativo ao tratamento do imposto sobre o rendimento, com o apoio de especialistas fiscais e revisão da documentação existente;
 - Analisámos as respostas aos pedidos de informação efetuados aos advogados externos;
 - Avaliámos a consistência dos critérios utilizados face aos exercícios anteriores; e
 - Avaliámos a adequação das respetivas divulgações nas demonstrações financeiras, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.
-



Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira consolidada, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório consolidado de gestão, relatório de governo societário, demonstração não financeira consolidada e relatório sobre remunerações nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e,
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;



- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e,
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório consolidado de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais em matéria de governo societário, bem como a verificação de que a demonstração não financeira consolidada e o relatório de remunerações foram apresentados.



RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório consolidado de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório consolidado de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais. Conforme referido no artigo 451.º, n.º 7 do Código das Sociedades Comerciais este parecer não é aplicável à demonstração não financeira consolidada incluída no relatório consolidado de gestão.

Sobre o relatório de governo societário

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis ao Grupo nos termos do artigo 29.º-H do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e l) do n.º 1 do referido artigo.

Sobre a demonstração não financeira consolidada

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que o Grupo incluiu no seu relatório consolidado de gestão a demonstração não financeira consolidada prevista no artigo 508.º-G do Código das Sociedades Comerciais.

Sobre o relatório de remunerações

Dando cumprimento ao artigo 26.º-G, n.º 6, do Código dos Valores Mobiliários, informamos que a Entidade incluiu em capítulo autónomo, no seu relatório de governo societário, as informações previstas no n.º 2 do referido artigo.

Sobre o Formato Eletrónico Único Europeu (ESEF)

As demonstrações financeiras consolidadas da Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 têm de cumprir os requisitos aplicáveis estabelecidos no Regulamento Delegado (UE) 2019/815 da Comissão, de 17 de dezembro de 2018 (Regulamento ESEF).

O órgão de gestão é responsável pela elaboração e divulgação do relatório anual em conformidade com o Regulamento ESEF.

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas, incluídas no relatório anual estão apresentadas em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

Os nossos procedimentos tomaram em consideração a Guia de Aplicação Técnica da OROC sobre o relato em ESEF e incluíram, entre outros:

- a obtenção da compreensão do processo de relato financeiro, incluindo a apresentação do relatório anual no formato XHTML válido; e



- a identificação e avaliação dos riscos de distorção material associados à marcação das informações das demonstrações financeiras, em formato XBRL utilizando a tecnologia iXBRL. Esta avaliação baseou-se na compreensão do processo implementado pela entidade para marcar a informação.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas, incluídas no relatório anual estão apresentadas, em todos os aspetos materiais, em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores da Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A. pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 22 de setembro de 2017 para um mandato compreendido entre 2018 e 2021. Fomos nomeados na assembleia geral de acionistas realizada em 27 de maio de 2022 para um segundo mandato compreendido entre 2022 e 2024.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo em 13 de abril de 2023.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 5.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014 e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.

14 de abril de 2023

KPMG & Associados

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.

(n.º 189 e registada na CMVM com o n.º 20161489)

representada por

Paulo Alexandre Martins Quintas Paixão

(ROC n.º 1427 e registado na CMVM com o n.º 20161037)

SEMAPA – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A.**Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
Demonstrações Financeiras Consolidadas****Exercício de 2022**

Senhores Accionistas,

1. Nos termos da lei, dos estatutos da empresa e no desempenho do mandato que nos conferiram, vimos apresentar o nosso relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida em 2022 e dar o nosso parecer sobre o Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras Consolidadas apresentadas pelo Conselho de Administração da Semapa - Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A., relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.
2. No decurso do exercício, acompanhámos com regularidade a actividade da empresa e das suas filiais e associadas mais significativas, com a periodicidade e extensão que considerámos adequada, nomeadamente através de reuniões periódicas com a Administração e Directores da Sociedade. Acompanhámos a verificação dos registos contabilísticos e da respectiva documentação de suporte, bem como a eficácia dos sistemas de gestão de riscos, de controlo interno e de auditoria interna. Vigiámos pela observância da lei e dos estatutos. No exercício da nossa actividade não deparámos com quaisquer constrangimentos.
3. Reunimos por diversas vezes com o revisor oficial de contas e auditor externo, KPMG & Associados, SROC, Lda., acompanhando os trabalhos de auditoria desenvolvidos e fiscalizando a sua independência. Apreciámos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria, que merece o nosso acordo.
4. O Conselho Fiscal analisou as propostas que lhe foram presentes para prestação de serviços distintos de auditoria pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, tendo aprovado aquelas que respeitavam a serviços permitidos, não afectavam a independência da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e cumpriam os demais requisitos legais.

5. No âmbito das nossas funções, verificámos que:
- a) a Demonstração dos resultados consolidados, a Demonstração da posição financeira consolidada, a Demonstração do rendimento integral consolidado, a Demonstração das alterações nos capitais próprios consolidados, a Demonstração dos fluxos de caixa consolidados e as Notas às demonstrações financeiras consolidadas, permitem uma adequada compreensão da situação financeira da empresa, dos seus resultados, do rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa;
 - b) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados estão conformes com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia, e são adequados por forma a assegurar que os mesmos conduzem a uma correcta avaliação do património e dos resultados, tendo-se dado seguimento às análises e recomendações emitidas pelo auditor externo;
 - c) o Relatório de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da empresa e do conjunto das filiais incluídas na consolidação, evidenciando com clareza os aspectos mais significativos da actividade.
 - d) O Relatório sobre o Governo Societário inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 29.º-H do Código dos Valores Mobiliários e teve em conta as recomendações do Código do Instituto Português de Corporate Governance (IPCG).
6. Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços da Empresa, bem como as conclusões constantes da Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria, somos do parecer que:
- a) seja aprovado o Relatório de Gestão;
 - b) sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras Consolidadas

7. Finalmente, os membros do Conselho Fiscal expressam o seu reconhecimento e agradecimento pela colaboração prestada, ao Conselho de Administração, aos principais responsáveis e aos demais colaboradores da Empresa, bem como à Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, KPMG & Associados, SROC, Lda.

Lisboa, 14 de abril de 2023

O Presidente do Conselho Fiscal,

José Manuel Oliveira Vitorino

O Vogal,

Gonçalo Nuno Palha Gaió Picão Caldeira

O Vogal,

Maria da Graça Torres Ferreira da Cunha Gonçalves

(Página intencionalmente deixada em branco)





7

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS

DEMONSTRAÇÃO SEPARADA DOS RESULTADOS

Valores em Euros	Nota	2022	2021
Réditos	2.1	12.513.339	14.970.998
Outros rendimentos e ganhos operacionais	2.2	25.321	23.492
Fornecimentos e serviços externos	2.3	(4.936.142)	(7.235.403)
Gastos com o pessoal	7.1	(7.327.658)	(7.692.886)
Outros gastos e perdas operacionais	2.3	(437.548)	(424.736)
Depreciações, amortizações e perdas por imparidade em ativos não financeiros	3.3	(232.859)	(247.525)
Resultado operacional		(395.547)	(606.060)
Resultados de subsidiárias e entidades conjuntamente controladas	10.1	302.796.742	174.637.469
Rendimentos e ganhos financeiros	5.10	126.553	423.936
Gastos e perdas financeiros	5.10	(6.192.086)	(6.296.702)
Resultado antes de impostos		296.335.662	168.158.643
Imposto sobre o rendimento	6.1.1	10.754.172	29.969.385
Resultado líquido do período		307.089.834	198.128.028
Resultado por ação			
Resultado básico por ação	5.3	3,845	2,481
Resultado diluído por ação	5.3	3,845	2,481

As notas no Anexo constituem parte integrante destas demonstrações financeiras separadas.

Lisboa, 23 de março de 2023

DEMONSTRAÇÃO SEPARADA DO RENDIMENTO INTEGRAL

Valores em Euros	Nota	2022	2021
Resultado líquido do período		307.089.834	198.128.028
Itens que poderão ser reclassificados para a demonstração dos resultados			
Outros rendimentos integrais de empresas subsidiárias	5.5	64.159.611	(14.326.328)
Itens que não poderão ser reclassificados para a demonstração dos resultados			
Outros rendimentos integrais de empresas subsidiárias	5.5	875.988	620.447
Total de outros rendimentos integrais líquidos de imposto		65.035.599	(13.705.881)
Total dos rendimentos integrais		372.125.433	184.422.147

As notas no Anexo constituem parte integrante destas demonstrações financeiras separadas.

Lisboa, 23 de março de 2023

DEMONSTRAÇÃO SEPARADA DA POSIÇÃO FINANCEIRA

Valores em Euros	Nota	2022	2021
ATIVO			
Ativos não correntes			
Ativos fixos tangíveis	3.1	486.618	579.273
Ativos sob direito de uso	3.2	282.304	240.681
Investimentos em subsidiárias e entidades conjuntamente controladas	10.1	1.449.716.286	1.248.160.273
Outros investimentos financeiros	8.2	23.413	93.607
Valores a receber não correntes	4.1	28.999	24.877
Ativos por impostos diferidos	6.2	25.923.522	25.681.408
		1.476.461.141	1.274.780.119
Ativos correntes			
Valores a receber correntes	4.1	7.096.663	15.272.776
Imposto sobre o rendimento	6.1.2	5.137.839	2.966.665
Caixa e equivalentes de caixa	5.8	167.920.763	58.877.632
		180.155.264	77.117.073
Ativo total		1.656.616.406	1.351.897.192
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital social	5.2	81.270.000	81.270.000
Ações próprias	5.2	(15.946.363)	(15.946.363)
Reservas por aplicação do MEP	5.5	(374.212.824)	(439.079.146)
Reserva legal	5.5	16.695.625	16.695.625
Outras reservas	5.5	1.221.869.880	1.164.631.426
Resultados transitados		86.613.994	86.613.993
Resultado líquido do período		307.089.834	198.128.028
Total do Capital Próprio		1.323.380.145	1.092.313.563
Passivos não correntes			
Financiamentos obtidos	5.6	141.082.665	185.798.921
Passivos de locação	5.7	188.938	156.537
Responsabilidades por benefícios definidos	7.2.1	687.660	794.743
Passivos por impostos diferidos	6.2	1.715.136	164.835
Valores a pagar não correntes	4.2	2.800.000	-
		146.474.399	186.915.036
Passivos correntes			
Financiamentos obtidos	5.6	145.454.569	48.477.410
Passivos de locação	5.7	97.837	87.718
Valores a pagar correntes	4.2	39.809.455	16.255.919
Imposto sobre o rendimento	6.1.2	1.400.000	7.847.546
		186.761.861	72.668.593
Passivo total		333.236.260	259.583.629
Capital próprio e passivo total		1.656.616.406	1.351.897.192

As notas no Anexo constituem parte integrante destas demonstrações financeiras separadas.

Lisboa, 23 de março de 2023

DEMONSTRAÇÃO SEPARADA DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS

Valores em Euros	Nota	Capital social	Ações próprias	Reservas por aplicação do MEP	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total
Capital próprio em 1 de janeiro de 2022		81.270.000	(15.946.363)	(439.079.146)	16.695.625	1.164.631.426	86.613.993	198.128.028	1.092.313.563
Resultado Líquido do período		-	-	-	-	-	-	307.089.834	307.089.834
Outro rendimentos integrais (líquidos de imposto)		-	-	65.035.599	-	-	-	-	65.035.599
Total dos rendimentos integrais do período		-	-	65.035.599	-	-	-	307.089.834	372.125.433
Aplicação do lucro do período 2021:									
- Transferência para reservas		-	-	-	-	157.234.909	-	(157.234.909)	-
- Dividendos pagos	5.4	-	-	-	-	-	-	(40.893.119)	(40.893.119)
Distribuição de reservas	5.4	-	-	-	-	(99.996.455)	-	-	(99.996.455)
Total de transações com acionistas		-	-	-	-	57.238.454	-	(198.128.028)	(140.889.574)
Outros movimentos em capitais próprios de subsidiárias	5.5	-	-	(169.277)	-	-	-	-	(169.277)
Outros movimentos	5.5	-	-	-	-	-	1	(1)	-
Total de outras operações		-	-	(169.277)	-	-	1	(1)	(169.277)
Capital próprio em 31 de dezembro de 2022		81.270.000	(15.946.363)	(374.212.824)	16.695.625	1.221.869.880	86.613.994	307.089.834	1.323.380.145

Valores em Euros	Nota	Capital social	Ações próprias	Reservas por aplicação do MEP	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total
Capital próprio em 1 de janeiro de 2021		81.270.000	(15.946.363)	(425.335.543)	16.695.625	1.098.936.466	86.613.994	106.588.079	948.822.258
Resultado Líquido do período		-	-	-	-	-	-	198.128.028	198.128.028
Outro rendimentos integrais (líquidos de imposto)		-	-	(13.705.881)	-	-	-	-	(13.705.881)
Total dos rendimentos integrais do período		-	-	(13.705.881)	-	-	-	198.128.028	184.422.147
Aplicação do lucro do período 2020:									
- Transferência para reservas		-	-	-	-	65.694.960	-	(65.694.960)	-
- Dividendos pagos	5.4	-	-	-	-	-	-	(40.893.119)	(40.893.119)
Total de transações com acionistas		-	-	-	-	65.694.960	-	(106.588.079)	(40.893.119)
Outros movimentos em capitais próprios de subsidiárias	5.5	-	-	(37.722)	-	-	(1)	-	(37.723)
Total de outras operações		-	-	(37.722)	-	-	(1)	-	(37.723)
Capital próprio em 31 de dezembro de 2021		81.270.000	(15.946.363)	(439.079.146)	16.695.625	1.164.631.426	86.613.993	198.128.028	1.092.313.563

As notas no Anexo constituem parte integrante destas demonstrações financeiras separadas.

Lisboa, 23 de março de 2023

DEMONSTRAÇÃO SEPARADA DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores em Euros	Notas	2022	2021
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes		16.570.425	16.366.482
Pagamentos a fornecedores		(7.184.560)	(9.154.833)
Pagamentos ao pessoal		(7.507.901)	(7.702.967)
Fluxos gerados pelas operações		1.877.964	(491.318)
(Pagamentos)/recebimentos do imposto sobre o rendimento		(62.048)	(2.182.690)
Outros (pagamentos)/recebimentos da atividade operacional		8.713.983	8.005.843
Fluxos das atividades operacionais (1)		10.529.899	5.331.835
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		40.502.069	40.513.335
Ativos fixos tangíveis		612	2.500
Juros e rendimentos similares		-	582.774
Dividendos de subsidiárias		177.652.996	106.267.677
		218.155.676	147.366.286
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		(24.586.000)	(15.256.614)
Ativos fixos tangíveis		(44.368)	(24.732)
		(24.630.368)	(15.281.346)
Fluxos das atividades de investimento (2)		193.525.308	132.084.940
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		163.900.000	1.526.000.000
		163.900.000	1.526.000.000
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(111.160.634)	(1.566.519.241)
Amortização de contratos de locação		(103.744)	(109.824)
Juros e gastos similares		(6.758.125)	(7.068.487)
Dividendos e outras reservas		(140.889.574)	(40.893.119)
		(258.912.076)	(1.614.590.671)
Fluxos das atividades de financiamento (3)		(95.012.076)	(88.590.671)
VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (1)+(2)+(3)		109.043.131	48.826.104
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	5.8	58.877.632	10.051.528
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO PERÍODO	5.8	167.920.763	58.877.632

As notas no Anexo constituem parte integrante destas demonstrações financeiras separadas.

Lisboa, 23 de março de 2023

1	INTRODUÇÃO	404
1.1	APRESENTAÇÃO	404
1.2	EVENTOS RELEVANTES DO PERÍODO	404
1.3	EVENTOS SUBSEQUENTES	405
1.4	BASES DE PREPARAÇÃO	406
1.5	NOVAS NORMAS IFRS ADOTADAS E A ADOTAR	408
1.6	ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTABILÍSTICOS RELEVANTES	411
2	PERFORMANCE OPERACIONAL	412
2.1	RÉDITO	412
2.2	OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS OPERACIONAIS	412
2.3	GASTOS E PERDAS OPERACIONAIS	413
3	INVESTIMENTOS	414
3.1	ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	414
3.2	ATIVOS SOB DIREITO DE USO	415
3.3	DEPRECIAÇÕES, AMORTIZAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADE	416
4	FUNDO DE MANEIO	417
4.1	VALORES A RECEBER	417
4.2	VALORES A PAGAR	418
5	ESTRUTURA DE CAPITAL	419
5.1	GESTÃO DE CAPITAL	419
5.2	CAPITAL SOCIAL E AÇÕES PRÓPRIAS	419
5.3	RESULTADO POR AÇÃO	420
5.4	DIVIDENDOS	420
5.5	RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS	421
5.6	FINANCIAMENTOS OBTIDOS	422
5.7	PASSIVOS DE LOCAÇÃO	424
5.8	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	424
5.9	FLUXOS DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	425
5.10	RENDIMENTOS E GASTOS FINANCEIROS	425
6	IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	426
6.1	IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO	426
6.2	IMPOSTOS DIFERIDOS	428
7	PESSOAL	430
7.1	GASTOS COM O PESSOAL	430
7.2	BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS	430
7.3	REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS	431
8	INSTRUMENTOS FINANCEIROS	432
8.1	GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO	432
8.2	OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS	436
8.3	ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS	436
9	PROVISÕES, COMPROMISSOS E CONTINGÊNCIAS	438
9.1	PROVISÕES	438
9.2	COMPROMISSOS	438
9.3	ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES	438
10	ESTRUTURA DO GRUPO	439
10.1	INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E ENTIDADES CONJUNTAMENTE CONTROLADAS	439
10.2	TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	444

1 INTRODUÇÃO

Na apresentação das Notas às demonstrações financeiras, são utilizados os seguintes símbolos:



POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Este símbolo indica a divulgação de políticas contabilísticas especificamente aplicáveis aos itens na respetiva Nota.



ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTABILÍSTICOS

Este símbolo indica a divulgação das estimativas e/ou julgamentos realizados em relação aos itens na respetiva Nota. As estimativas e julgamentos mais significativos são indicados na Nota 1.6.



REFERÊNCIA

Este símbolo indica uma referência a outra Nota ou outra secção do Relatório e Contas onde é apresentada mais informação sobre os itens divulgados.

1.1 APRESENTAÇÃO

A Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A. (Semapa ou Empresa) sediada na Av. Fontes Pereira de Melo, 14, 10.º Piso, Lisboa, foi constituída em 21 de junho de 1991, e tem como objeto social a gestão de participações sociais noutras sociedades como forma indireta de exercício de atividades económicas e encontra-se cotada na Euronext Lisbon, desde 1995, com o ISIN PTSEM0AM0004.

A Semapa é a empresa-mãe do Grupo Semapa (Grupo), constituído pela Semapa e Subsidiárias, conforme apresentado nas demonstrações financeiras consolidadas. O Grupo desenvolve atividades em três ramos de negócio distintos: pasta e papel, cimentos e derivados, e ambiente, desenvolvidos, respetivamente, sob a égide das subsidiárias The Navigator Company (ex. Portucel, S.A., denominado no presente documento por “Navigator” ou “Grupo Navigator”), da Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A. (“Secil” ou “Grupo Secil”) e da ETSA – Investimentos, SGPS, S.A. (“ETSA” ou “Grupo ETSA”).

Em 2018 o Grupo lançou uma nova unidade de negócio de capital de risco, através da subsidiária Semapa Next, S.A., cujo objetivo é promover investimentos em *startups* e fundos de *venture capital* com elevado potencial de crescimento.



Uma descrição mais detalhada da atividade desenvolvida pela Semapa no contexto da gestão das participações sociais encontra-se divulgada na Nota 2.1 – Rédito.

A Semapa é incluída no perímetro de consolidação da Sodim – SGPS, S.A., sendo esta a sua empresa-mãe e a entidade controladora final.

1.2 EVENTOS RELEVANTES DO PERÍODO

INVASÃO DA UCRÂNIA PELA RÚSSIA

Em 21 de fevereiro de 2022, a Federação Russa reconheceu oficialmente duas repúblicas separatistas do leste da Ucrânia e autorizou o uso de forças militares nesse território. Em 24 de fevereiro, as tropas russas invadiram a Ucrânia e iniciou-se um conflito militar generalizado neste país, que tem implicado elevadas perdas materiais e humanas, conduzindo a deslocamentos massivos da população.

Em resposta, múltiplas jurisdições, onde se inclui a União Europeia, Reino Unido, Suíça, Estados Unidos da América, Canadá, Japão e a Austrália, condenaram este conflito e iniciaram a aplicação de diversas sanções económicas à Rússia, a diversos dos seus agentes económicos e, por vezes, à Bielorrússia. Por sua vez, a Rússia iniciou uma retaliação também com medidas económicas, afetando especialmente as operações de empresas estrangeiras localizadas na Rússia e com contrapartes russas.

A mudança do quadro macroeconómico e geopolítico europeu decorrente deste conflito aumentou a incerteza e a insegurança em termos globais, assistindo-se a: i) suspensão e/ou interrupção nos negócios com entidades sediadas ou de origem na Rússia e Ucrânia; ii) aumento dos preços das *commodities*, sendo de realçar os combustíveis fósseis, os metais e os cereais; iii) aumento da incerteza económica global, sendo de esperar mais volatilidade nas taxas de câmbio, nas taxas de juro e um aumento da taxa de inflação. Eventuais riscos de fornecimento de energia, bem como as descontinuidades no abastecimento de matérias-primas e subsidiárias ou nos meios logísticos continuarão a pressionar a economia global e a dificultar o normal funcionamento das operações industriais e de transporte europeias.

Conforme anunciado em março de 2022, a subsidiária Navigator suspendeu a comercialização dos seus produtos nos mercados da Rússia e da Bielorrússia e está a acompanhar e a monitorizar continuamente a situação ao nível dos mercados onde atua geograficamente e em toda a cadeia de fornecimento – desde o abastecimento de madeira, de energia, de matérias-primas e subsidiárias (incluindo as questões de logística), nos serviços técnicos e de apoio prestados por empresas estrangeiras e nos prestadores de serviço em regime de *outsourcing*, entre outros. As restantes subsidiárias da Semapa não tinham quaisquer relações comerciais com a Rússia.

Face ao peso dos mercados da Rússia e Ucrânia nas vendas das subsidiárias da Semapa, os quais representavam menos de 1% com referência ao período findo a 31 de dezembro de 2021 e 0% em 2022, e o facto de estes mercados não afetarem diretamente a cadeia de fornecimento, a exposição direta da Semapa aos mercados da Ucrânia e Rússia é inócua.

Apesar do aumento generalizado de custos, a agilidade da Semapa na condução da sua política de negócios conseguiu compensar de forma decisiva esse aumento, através de uma política responsável de ajustamento de preços e uma estratégia de diversificação eficaz, bem como através do aumento de produtividade dos seus ativos industriais e maior eficiência no consumo de matérias-primas e subsidiárias.

A Semapa continua a analisar os potenciais impactos na sua posição financeira, na *performance* e nos fluxos de caixa das suas subsidiárias decorrentes do conflito militar na Ucrânia, nomeadamente ao nível das estimativas e julgamentos contabilísticos relevantes. Dessa análise não resultaram quaisquer indícios de imparidade.

REFORÇO DA PARCERIA NA UTIS

No exercício de 2022, a Semapa alargou a parceria com a Ultimate Cell, consolidando na UTIS - Ultimate Technology to Industrial Savings (a *joint-venture* 50/50 entre a Semapa e o parceiro) todas as soluções de otimização de combustão interna e continua com injeção de hidrogénio. Este reforço da parceria ficou também consubstanciado no investimento numa nova fábrica que substituiu as 3 antigas instalações e que permite à UTIS reforçar a sua capacidade instalada e aumentar o ritmo de produção dos seus equipamentos (Nota 10.1).

LIQUIDEZ

A Semapa e as suas subsidiárias dispõem atualmente de uma situação de liquidez confortável, em resultado de uma gestão criteriosa de fundo de maneiço.

A Semapa e as suas subsidiárias têm trabalhado, e continuarão a fazê-lo, de forma exaustiva naquilo que está ao seu alcance, nomeadamente ao nível do seu planeamento operacional e comercial, na sua eficiência de custos, na alocação do seu *cash flow* e na gestão eficaz da sua liquidez, para garantir a continuidade das suas operações e a saúde e bem-estar dos seus trabalhadores. De salientar, que a Semapa se encontra em situação de cumprimento dos *covenants* negociados sendo a margem de segurança destes, em 31 de dezembro de 2022, confortável.

RECUPERABILIDADE DE INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS

A Semapa avaliou a existência de indícios de imparidade decorrentes dos impactos da guerra na Ucrânia nos seus investimentos em subsidiárias, de acordo com as atuais previsões, baseadas nas projeções do crescimento do PIB e da inflação em Portugal e nas diversas geografias em que opera. Decorrente deste exercício, não foram identificadas imparidades sobre os investimentos em subsidiárias, existindo uma folga confortável face à quantia escriturada dos investimentos nos diversos segmentos.

1.3 EVENTOS SUBSEQUENTES

Entre 1 de janeiro de 2023 e 23 de março de 2023 (Nota 1.4) ocorreram os seguintes eventos, os quais não originaram ajustamentos às demonstrações financeiras separadas de 2022:

NAVIGATOR | AQUISIÇÃO DA GC CONSUMER

A subsidiária Navigator formalizou um contrato de compra e venda de ações que representam a totalidade do capital social da Gomà-Camps Consumer, S.L.U., sociedade com sede em Saragoça, Espanha, que por sua vez detém a totalidade do capital social da Gomà-Camps France SAS, com sede em Castres, França (doravante conjuntamente designadas por "GC Consumer").

A aquisição da GC Consumer, que apresentou em 2022 um volume total de vendas de 115,6 milhões de euros, enquadra-se no plano ambicioso de crescimento e diversificação do Grupo. A integração desta nova fábrica permitirá à Navigator posicionar-se como o segundo maior produtor ibérico de *tissue*, adicionando 35.000 toneladas de capacidade de produção anual de papel *tissue*, que passam a um total de 165.000 toneladas anuais, e aumentando a capacidade anual de *converting* em 60.000 toneladas, que passam assim para 180.000 toneladas anuais. O Enterprise Value desta aquisição ascende a 85 milhões de euros.

1.4 BASES DE PREPARAÇÃO

AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 23 de março de 2023 estando no entanto ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

Os responsáveis da Empresa, isto é, os membros do Conselho de Administração que assinam o presente relatório, declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação nele constante foi elaborada em conformidade com o referencial contabilístico aplicável, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Empresa.

REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

As demonstrações financeiras separadas do período findo em 31 de dezembro de 2022 foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Board (IASB) e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC), em vigor em 1 de janeiro de 2022 e conforme adotadas pela União Europeia.

BASES DE MENSURAÇÃO

As demonstrações financeiras separadas anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, e tomando por base o custo histórico, exceto para os instrumentos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados ou ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 8.2). O passivo relativo a responsabilidades por benefícios definidos é reconhecido pelo seu valor presente deduzido do respetivo ativo.

COMPARABILIDADE

As presentes demonstrações financeiras são comparáveis em todos os seus aspetos materialmente relevantes com as do ano anterior.

MOEDA DE APRESENTAÇÃO E TRANSAÇÕES EM MOEDA DIFERENTE DA MOEDA DE APRESENTAÇÃO E ECONOMIAS HIPERINFLACIONÁRIAS

A moeda funcional da Empresa é o Euro. As presentes demonstrações financeiras separadas encontram-se apresentadas em Euros.

Todos os ativos e passivos monetários (montantes de caixa e ativos e passivos a receber ou a pagar em quantias fixas ou determináveis de unidades de uma divisa) da Empresa expressos em moeda diferente da moeda funcional foram convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data da Posição Financeira (Nota 8.1.1).

As diferenças de câmbio, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data da Posição Financeira, foram registadas como rendimentos e gastos do período (Nota 5.10).

As rubricas de resultados do período e outros rendimentos integrais das subsidiárias estrangeiras (Nota 10.1) foram transpostas ao câmbio médio do período, e os saldos de ativos, passivos e *goodwill* das subsidiárias estrangeiras, foram transpostos à taxa de câmbio na data da Posição Financeira. As diferenças cambiais apuradas foram refletidas em Reservas por aplicação do método de equivalência patrimonial ("MEP"), no capital próprio (Nota 5.5).

Para subsidiárias em economias hiperinflacionárias, as demonstrações financeiras em moeda local são reexpressas em termos da unidade de mensuração corrente à data da posição financeira de forma a refletir o impacto da inflação antes da transposição para a moeda de apresentação da Empresa. A IAS 29 – Relato Financeiro em Economias Hiperinflacionárias requer que as quantias ainda não expressas em termos da unidade de mensuração corrente à data da posição financeira sejam reexpressas pela aplicação de um índice geral de preços, levando a um potencial ganho ou perda na posição monetária. Adicionalmente, a Empresa avalia o valor escriturado dos ativos não correntes em conformidade com a IAS 36 – Imparidade de ativos, pelo que a quantia reexpressa é reduzida à quantia recuperável, assegurando que o valor escriturado reflete o valor económico dos ativos.

Os resultados e a posição financeira das operações estrangeiras em economias hiperinflacionárias são transpostas à taxa de fecho na data da posição financeira. No caso do Líbano, a Semapa usa a taxa de câmbio aplicável aos dividendos e repatriamento de capital, porque é a taxa que, à data da posição financeira, o investimento na subsidiária será recuperado.

As taxas de câmbio utilizadas na transposição dos ativos e passivos expressos em moeda diferente do Euro, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, detalham-se como segue:

	Valorização/ 31/12/2022 31/12/2021 (desvalorização)			Valorização/ 31/12/2022 31/12/2021 (desvalorização)		
TND (dinar tunisino)				DKK (coroa dinamarquesa)		
Câmbio médio do período	3,2535	3,2889	1,08%	Câmbio médio do período	7,4396	7,4370 (0,03%)
Câmbio de fim do período	3,3342	3,2673	(2,05%)	Câmbio de fim do período	7,4365	7,4364 (0,00%)
LBP (libra libanesa)				HUF (forint húngaro)		
Câmbio médio do período	44.903,90	31.316,40	(43,39%)	Câmbio médio do período	391,4304	358,5161 (9,18%)
Câmbio de fim do período	44.903,90	31.316,40	(43,39%)	Câmbio de fim do período	400,8700	369,1900 (8,58%)
USD (dólar americano)				AUD (dólar australiano)		
Câmbio médio do período	1,0534	1,1828	10,94%	Câmbio médio do período	1,5164	1,5749 3,71%
Câmbio de fim do período	1,0666	1,1326	5,83%	Câmbio de fim do período	1,5693	1,5615 (0,50%)
GBP (libra esterlina)				MZN (metical moçambicano)		
Câmbio médio do período	0,8528	0,8596	0,79%	Câmbio médio do período	67,2043	77,7469 13,56%
Câmbio de fim do período	0,8869	0,8403	(5,55%)	Câmbio de fim do período	68,1800	78,0900 12,69%
PLN (zloti polaco)				BRL (real brasileiro)		
Câmbio médio do período	4,6867	4,5652	(2,66%)	Câmbio médio do período	5,4409	6,3773 14,68%
Câmbio de fim do período	4,6808	4,5969	(1,83%)	Câmbio de fim do período	5,5680	6,3199 11,90%
SEK (coroa sueca)				MAD (dirham marroquino)		
Câmbio médio do período	10,6305	10,1465	(4,77%)	Câmbio médio do período	10,6861	10,6728 (0,12%)
Câmbio de fim do período	11,1218	10,2503	(8,50%)	Câmbio de fim do período	11,1592	10,5165 (6,11%)
CZK (coroa checa)				NOK (coroa norueguesa)		
Câmbio médio do período	24,5670	25,6405	4,19%	Câmbio médio do período	10,1033	10,1633 0,59%
Câmbio de fim do período	24,1160	24,8580	2,98%	Câmbio de fim do período	10,5138	9,9888 (5,26%)
CHF (franco suíço)				AOA (kwanza angolano)		
Câmbio médio do período	1,0046	1,0811	7,08%	Câmbio médio do período	486,7246	751,3343 35,22%
Câmbio de fim do período	0,9847	1,0331	4,68%	Câmbio de fim do período	544,6434	632,4237 13,88%
TRY (lira turca)				MXN (peso mexicano)		
Câmbio médio do período	17,4170	10,5124	(65,68%)	Câmbio médio do período	21,1789	23,9852 11,70%
Câmbio de fim do período	19,9649	15,2335	(31,06%)	Câmbio de fim do período	20,8560	23,1438 9,89%
ZAR (rand sul-africano)				AED (dirham dos emirados árabes unidos)		
Câmbio médio do período	17,2081	17,4766	1,54%	Câmbio médio do período	3,8674	4,3416 10,92%
Câmbio de fim do período	18,0986	18,0625	(0,20%)	Câmbio de fim do período	3,9171	4,1595 5,83%
EGP (libra egípcia)				CAD (dólar canadiano)		
Câmbio médio do período	20,1843	18,5502	(8,81%)	Câmbio médio do período	1,3692	1,4826 7,64%
Câmbio de fim do período	26,3086	17,8209	(47,63%)	Câmbio de fim do período	1,4440	1,4393 (0,33%)

1.5 NOVAS NORMAS IFRS ADOTADAS E A ADOTAR

NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES ADOTADAS EM 2022

Alteração	
Normas e alterações endossadas pela União Europeia	
Referências à Estrutura Conceptual (alterações à IFRS 3)	<p>Em maio de 2020, o IASB emitiu "Referências à Estrutura Conceptual", alterando a IFRS 3 Concentração de Negócios.</p> <p>As alterações atualizaram a IFRS 3, substituindo a referência a uma versão antiga da Estrutura Conceptual por uma referência à versão mais recente, que foi emitida em março de 2018.</p> <p>As alterações devem ser aplicadas a concentrações de negócios para as quais a data de aquisição é no início ou após o início do primeiro período de relatório anual com início em ou após 1 de janeiro de 2022.</p>
Ativos fixos tangíveis - Receitas antes do uso pretendido, alterações à IAS 16 Ativos fixos tangíveis	<p>Em maio de 2020, o IASB emitiu "Ativos fixos tangíveis - Receitas antes do Uso Pretendido", que alterou a IAS 16 Ativos fixos tangíveis.</p> <p>As alterações proíbem a dedução ao custo de um item do ativo fixo tangível, de qualquer receita da venda de itens produzidos ao trazer esse ativo para o local e condição necessários para que seja capaz de operar da forma pretendida pela administração. Em vez disso, a entidade deverá reconhecer em resultados essas receitas de vendas.</p> <p>As alterações devem ser aplicadas retrospectivamente para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2022.</p>
Contratos Onerosos - Custo de cumprir um contrato	<p>Em maio de 2020, o IASB emitiu "Contratos Onerosos - Custo de cumprir um contrato", que alterou a IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.</p> <p>O objetivo das alterações é o de esclarecer os requisitos da IAS 37 sobre contratos onerosos no que diz respeito à avaliação se, num contrato, os custos inevitáveis de cumprir as obrigações decorrentes do contrato excedem os benefícios económicos que se esperam receber do mesmo.</p> <p>As alterações devem ser aplicadas para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2022.</p>
Melhoramentos do ciclo 2018-2020	<p>Em 14 de maio de 2020, o IASB emitiu melhoramentos às normas IFRS 2018-2020 contendo as seguintes alterações às IFRS:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) permitir que uma entidade, enquanto subsidiária, associada ou <i>joint venture</i>, que adota as IFRS pela primeira vez depois da sua controladora e opta por aplicar o parágrafo D16 (a) da IFRS 1 Adoção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relatório Financeiro, possa mensurar as diferenças de conversão cumulativas usando os valores relatados pela controladora, com base na respetiva data de transição para as IFRS; b) esclarecer que a referência às taxas no teste de 10 por cento inclui apenas taxas pagas ou recebidas entre o mutuário e o credor, incluindo taxas pagas ou recebidas pelo mutuário ou pelo credor em nome do outro (IFRS 9); c) remover a confusão potencial em relação ao tratamento de incentivos de locação aplicando a IFRS 16 Locações, conforme ilustrado no Exemplo Ilustrativo 13 que acompanha a IFRS 16; e d) remover o requisito do parágrafo 22 da IAS 41 Agricultura para que as entidades excluam fluxos de caixa para tributação ao mensurar o justo valor aplicando a IAS 41. <p>As alterações serão aplicadas para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2022.</p>

As normas, alterações e interpretações acima não tiveram impacto nas demonstrações financeiras.

NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE APLICAÇÃO OBRIGATÓRIA EM OU APÓS 1 DE JANEIRO DE 2023

Alteração	Data de aplicação
Normas e alterações endossadas pela União Europeia que a Semapa optou pela não aplicação antecipada	
<p>Alterações à IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras e IFRS Practice Statement 2: Divulgações de políticas contabilísticas</p>	1 de janeiro de 2023
<p>Na sequência de <i>feedback</i> obtido sobre a necessidade de existir mais orientação que ajude as empresas a decidir sobre que informação divulgar relativamente às políticas contabilísticas, o IASB emitiu em 12 de fevereiro de 2021 alterações à IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras e à IFRS Practice Statement 2 – Fazendo julgamentos de materialidade.</p> <p>As principais alterações à IAS 1 incluem: i) exigir que as entidades divulguem informação relativa a políticas contabilísticas materiais em vez de políticas contabilísticas significativas; ii) esclarecer que as políticas contabilísticas relacionadas com transações imateriais são igualmente imateriais e como tal não precisam de ser divulgadas; e iii) esclarecer que nem todas as políticas contabilísticas relacionadas com transações materiais são, elas mesmas, materiais para as demonstrações financeiras de uma entidade.</p> <p>O IASB também alterou a IFRS Practice Statement 2 para incluir orientações e dois exemplos adicionais na aplicação de materialidade às divulgações de políticas contabilísticas. Estas alterações são consistentes com a definição revista de material:</p> <p>“A informação relativa a políticas contabilísticas é material se, quando considerada em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, é razoavelmente esperado que influencie as decisões que os principais utilizadores das demonstrações financeiras de uma forma geral tomem com base nessas demonstrações financeiras.” As alterações entram em vigor a partir de 1 de janeiro de 2023, mas a sua aplicação antecipada é permitida.</p>	
<p>Alterações à IAS 8 Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros: Definição de Estimativas Contabilísticas</p>	1 de janeiro de 2023
<p>O IASB emitiu alterações à IAS 8 Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros para clarificar como as entidades devem distinguir as alterações nas políticas contabilísticas das alterações nas estimativas contabilísticas, com foco principal na definição e esclarecimentos sobre as estimativas contabilísticas.</p> <p>As alterações introduzem uma nova definição para estimativas contabilísticas: clarificando que são valores monetários nas demonstrações financeiras que estão sujeitos à incerteza de mensuração.</p> <p>As alterações também clarificam a relação entre as políticas contabilísticas e as estimativas contabilísticas, especificando que uma entidade desenvolve uma estimativa contabilística para atingir o objetivo estabelecido por uma política contabilística. Os efeitos das alterações em tais dados ou técnicas de mensuração são alterações nas estimativas contabilísticas.</p> <p>As alterações são efetivas para períodos com início em ou após 1 de janeiro de 2023, com aplicação antecipada permitida, e serão aplicadas prospetivamente às alterações nas estimativas contabilísticas e alterações nas políticas contabilísticas ocorridas no ou após o início do primeiro período de relatório anual ao qual a entidade aplica as alterações.</p>	
<p>Clarificação dos requisitos de classificação de passivos como corrente ou não corrente (alterações à IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras)</p>	1 de janeiro de 2023
<p>O IASB emitiu em 23 de janeiro de 2020 uma alteração à IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras para clarificar como classificar dívida e outros passivos como corrente e não corrente.</p> <p>As alterações esclarecem um critério da IAS 1 para classificar um passivo como não corrente: a exigência de uma entidade ter o direito de diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses após o período de relatório.</p> <p>As alterações visam:</p> <ol style="list-style-type: none"> especificar que o direito de uma entidade de diferir a liquidação deve existir no final do período de relatório; esclarecer que a classificação não é afetada pelas intenções ou expectativas da administração sobre se a entidade exercerá o seu direito de adiar a liquidação; esclarecer como as condições de empréstimo afetam a classificação; e esclarecer os requisitos para classificar passivos que uma entidade irá liquidar, ou possa liquidar, através da emissão dos seus próprios instrumentos patrimoniais. <p>Esta alteração é efetiva para períodos após 1 de janeiro de 2023.</p>	
<p>Alterações à IAS 12: imposto diferido relacionado com ativos e passivos decorrentes de uma única transação</p>	1 de janeiro de 2023
<p>As alterações exigem que as empresas reconheçam impostos diferidos sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis.</p> <p>Em determinadas circunstâncias, as empresas estão isentas de reconhecer impostos diferidos quando reconhecem ativos ou passivos pela primeira vez. Anteriormente, havia alguma incerteza sobre se a isenção se aplicava a transações como locações e provisões para desmantelamento, isto é, transações no âmbito das quais as empresas reconhecem um ativo e um passivo. As alterações esclarecem que a isenção não se aplica a este tipo de transações e que as empresas são obrigadas a reconhecer impostos diferidos. O objetivo das alterações é reduzir a diversidade na divulgação de impostos diferidos sobre locações e provisões para desmantelamento.</p> <p>As alterações entram em vigor para os períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023. A aplicação antecipada é permitida.</p>	

NORMAS E ALTERAÇÕES AINDA NÃO ENDOSSADAS PELA UNIÃO EUROPEIA

Alteração	Data de aplicação
Normas e alterações ainda não endossadas pela União Europeia	
<p>Clarificação dos requisitos de classificação de passivos como corrente ou não corrente (alterações à IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras)</p>	1 de janeiro de 2024
<p>O IASB emitiu em 23 de janeiro de 2020 uma alteração à IAS 1- Apresentação das Demonstrações Financeiras para clarificar como classificar dívida e outros passivos como corrente e não corrente.</p> <p>As alterações esclarecem um critério da IAS 1 para classificar um passivo como não corrente: a exigência de uma entidade ter o direito de diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses após o período de relatório.</p> <p>As alterações visam:</p> <p>a) especificar que o direito de uma entidade de diferir a liquidação deve existir no final do período de relatório e tem de ser substantivo;</p> <p>b) esclarecer que os rácios que a empresa deve cumprir após a data do balanço (ou seja, rácios futuros) não afetam a classificação de um passivo na data do balanço. No entanto, quando passivos não correntes estão sujeitos a rácios futuros, as empresas têm de divulgar informação que permita aos utilizadores compreender o risco de que esses passivos possam ser reembolsados dentro de 12 meses após a data do balanço; e</p> <p>c) esclarecer os requisitos para classificar passivos que uma entidade irá liquidar, ou possa liquidar, através da emissão dos seus próprios instrumentos patrimoniais (ex: dívida convertível).</p> <p>Esta alteração é efetiva para períodos após 1 de janeiro de 2024.</p>	
<p>Passivo de locação numa transação de venda e relocação (alterações à IFRS 16 – Locações)</p>	1 de janeiro de 2024
<p>O IASB emitiu em setembro de 2022 alterações à IFRS 16 – Locações que introduzem um novo modelo contabilístico para pagamentos variáveis numa transação de venda e relocação.</p> <p>As alterações confirmam que:</p> <p>- No reconhecimento inicial, o vendedor-locatário inclui os pagamentos variáveis de locação quando mensura um passivo de locação decorrente de uma transação de venda e relocação.</p> <p>- Após o reconhecimento inicial, o vendedor-locatário aplica os requisitos gerais para a contabilização subsequente do passivo de locação, de modo que não reconheça nenhum ganho ou perda relacionado com o direito de uso que retém.</p> <p>Um vendedor-locatário pode adotar diferentes abordagens que satisfaçam os novos requisitos de mensuração subsequente.</p> <p>As alterações são efetivas para períodos anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2024, com aplicação antecipada permitida.</p> <p>De acordo com a IAS 8 - Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros, um vendedor-locatário terá de aplicar as alterações retrospectivamente às transações de venda e relocação celebradas ou após a data de aplicação inicial da IFRS 16. Isto significa que terá de identificar e reanalisar as transações de venda e relocação celebradas desde a implementação da IFRS 16 em 2019 e, potencialmente, reexpressar aquelas que incluíam pagamentos variáveis de locação.</p>	

Relativamente às normas apresentadas acima, cuja entrada obrigatória em vigor ainda não ocorreu, a Semapa não concluiu ainda o apuramento de todos os impactos decorrentes da sua aplicação, pelo que optou pela sua não adoção antecipada, ainda que não se espere que tais impactos sejam significativos.

1.6 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTABILÍSTICOS RELEVANTES

A preparação de demonstrações financeiras exige que o Conselho de Administração efetue estimativas e julgamentos que afetam os montantes de rendimentos, gastos, ativos, passivos e divulgações à data da posição financeira. Para o efeito, o Conselho de Administração baseia-se:

- i. na melhor informação e conhecimento de eventos presentes e em alguns casos em relatos de peritos independentes, e
- ii. nas ações que a Empresa considera poder vir a desenvolver no futuro.

Na data de concretização das operações, os seus resultados poderão ser diferentes destas estimativas.

ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS MAIS SIGNIFICATIVOS

As estimativas e os pressupostos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico dos ativos e passivos, no exercício seguinte, são apresentadas abaixo:

Estimativas e julgamentos	Notas
Valor recuperável dos investimentos em subsidiárias e entidades conjuntamente controladas	10.1 – Investimentos em subsidiárias e entidades conjuntamente controladas
Imposto sobre o rendimento	6.1 – Imposto sobre o rendimento do período 6.2 – Impostos diferidos
Pressupostos atuariais	7.2 – Benefícios aos empregados
Reconhecimento de provisões	9.1 – Provisões

2 PERFORMANCE OPERACIONAL

2.1 RÉDITO



O rédito da Semapa resulta das atividades de gestão centralizada do Grupo, correspondendo aos serviços prestados pela Empresa às suas subsidiárias nas áreas de planeamento estratégico, assessoria jurídica, financeira, contabilística, fiscal, sistemas de informação, gestão de talentos, entre outras.

Na prestação de serviços às empresas do Grupo, a Semapa incorre essencialmente em gastos com pessoal e com a contratação de serviços especializados (Nota 2.3).

O reconhecimento do rédito é efetuado de acordo com o previsto na IFRS 15 numa base mensal para os serviços prestados de forma regular, ao longo do período contratual.

O rédito é apresentado desagregando por linhas de negócios das subsidiárias e por área geográfica, com base no país de destino dos serviços prestados pela Empresa.

RÉDITO POR LINHA DE NEGÓCIO DAS SUBSIDIÁRIAS, POR ÁREAS GEOGRÁFICAS E POR PADRÃO DE RECONHECIMENTO

2022	Pasta e papel	Cimento e derivados	Ambiente	Total Valor	Total %
Portugal	8.932.995	3.235.361	344.983	12.513.339	100%
	8.932.995	3.235.361	344.983	12.513.339	100%
Padrão de reconhecimento Ao longo do tempo	8.932.995	3.235.361	344.983	12.513.339	100%

2021	Pasta e papel	Cimento e derivados	Ambiente	Total Valor	Total %
Portugal	10.043.173	4.546.728	381.097	14.970.998	100%
	10.043.173	4.546.728	381.097	14.970.998	100%
Padrão de reconhecimento Ao longo do tempo	10.043.173	4.546.728	381.097	14.970.998	100%

2.2 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS OPERACIONAIS

No exercício de 2022 e 2021, a rubrica de Outros rendimentos e ganhos operacionais detalha-se como segue:

Valores em Euros	2022	2021
Ganhos na alienação de ativos não correntes	131	4.000
Outros rendimentos operacionais	25.190	19.492
	25.321	23.492

2.3 GASTOS E PERDAS OPERACIONAIS

No exercício de 2022 e 2021, a rubrica de Gastos e Perdas Operacionais detalha-se como segue:

Valores em Euros	2022	2021
Fornecimentos e serviços externos		
Serviços especializados - partes relacionadas	1.688.503	1.292.009
Serviços especializados - outros	1.660.994	4.560.327
Deslocações, estadas e transportes	419.139	185.159
Energia e fluídos	102.349	78.347
Materiais	96.491	44.497
Gastos com imóveis - partes relacionadas (Nota 10.2)	759.257	766.018
Outros	209.410	309.046
	4.936.142	7.235.403
Gastos com o pessoal (Nota 7.1)	7.327.658	7.692.886
Outros gastos e perdas operacionais		
Impostos	219.185	179.002
Donativos	114.500	86.400
Quotizações	51.772	41.861
Outros gastos	52.091	117.473
	437.548	424.736
Total dos gastos e perdas operacionais	12.701.348	15.353.025

No exercício de 2022, o montante relativo a pagamentos de locações de curto prazo foi de Euros 779.802 (2021: Euros 709.418) e os pagamentos de locações de ativos de valor reduzido ascenderam a Euros 10.906 (2021: Euros 9.875).

HONORÁRIOS FATURADOS POR SERVIÇOS DE REVISÃO LEGAL DE CONTAS E AUDITORIA

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o montante dos honorários faturados, bem assim como os respetivos gastos do período em serviços de revisão legal de contas e auditoria, foram como segue:

Valores em Euros	2022		2021	
	Gastos do período	Honorários faturados	Gastos do período	Honorários faturados
KPMG (SROC) e outras entidades pertencentes à mesma rede				
Serviços de revisão legal de contas e auditoria	51.500	35.549	28.290	23.476
Outros serviços de garantia de fiabilidade	16.545	16.500	12.900	15.750
	68.045	52.049	41.190	39.226

Os serviços indicados como "Outros serviços de garantia de fiabilidade" dizem essencialmente respeito a emissão de relatórios sobre informação financeira, serviços de verificação da informação de sustentabilidade e revisão limitada relativa a informação financeira.

O Conselho de Administração entende existirem suficientes procedimentos de salvaguarda da independência dos auditores através dos processos de análise do Conselho Fiscal relativamente aos trabalhos propostos e da sua definição criteriosa em sede de contratação.

3 INVESTIMENTOS

3.1 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS



Os ativos fixos tangíveis da Empresa incluem Edifícios e outras construções, constituídos essencialmente por obras em propriedade alheia, equipamento administrativo, fundamentalmente mobiliário e equipamento informático e outros ativos fixos tangíveis.

Reconhecimento e mensuração inicial	Os ativos fixos tangíveis estão registados ao custo de aquisição deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.							
Depreciações e imparidade	É utilizado o método das quotas constantes, a partir do momento em que o bem se encontra disponível para uso, utilizando-se as taxas que melhor refletem a sua vida útil estimada.							
	Vida útil média estimada (anos):	<table border="1"> <tr> <td>Edifícios e outras construções</td> <td>8 – 10</td> </tr> <tr> <td>Equipamento administrativo</td> <td>3 – 10</td> </tr> <tr> <td>Outros ativos fixos tangíveis</td> <td>8</td> </tr> </table>	Edifícios e outras construções	8 – 10	Equipamento administrativo	3 – 10	Outros ativos fixos tangíveis	8
Edifícios e outras construções	8 – 10							
Equipamento administrativo	3 – 10							
Outros ativos fixos tangíveis	8							
	A Semapa não aplica valores residuais aos seus ativos. As respetivas vidas úteis são revistas e ajustadas, se necessário, na data da Posição Financeira. Se a quantia escriturada é superior ao valor recuperável do ativo, procede-se ao seu reajustamento para o valor recuperável estimado mediante o registo de perdas por imparidade (Nota 3.3).							
Custos subsequentes	Os gastos com grandes reparações são considerados como uma componente do custo de aquisição do ativo fixo tangível, sendo depreciados integralmente pelo período de vida útil estimada. Os demais dispêndios com reparações e manutenção são reconhecidos como um gasto no período em que são incorridos.							
Abates e alienações	Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações quando aplicável deduzido dos custos de transação e a quantia escriturada do ativo, e são reconhecidos na demonstração dos resultados, como Outros rendimentos e ganhos operacionais (Nota 2.2) ou Gastos e perdas operacionais (Nota 2.3).							

MOVIMENTOS EM ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Valores em Euros	Edifícios e outras construções	Equipamentos e outros tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Valor bruto				
Saldo em 1 de janeiro de 2021	2.489.340	1.379.590	102.292	3.971.222
Aquisições	-	42.312	-	42.312
Alienações	-	(12.346)	-	(12.346)
Regularizações, transferências e abates	-	(4.436)	(102.292)	(106.728)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.489.340	1.405.120	-	3.894.460
Aquisições	3.460	32.102	-	35.562
Alienações	-	(4.519)	-	(4.519)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.492.800	1.432.703	-	3.925.503
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas				
Saldo em 1 de janeiro de 2021	(1.935.725)	(1.259.216)	(102.292)	(3.297.233)
Depreciações do período (Nota 3.3)	(76.475)	(60.553)	-	(137.028)
Alienações	-	12.346	-	12.346
Regularizações, transferências e abates	-	4.436	102.292	106.728
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(2.012.200)	(1.302.987)	-	(3.315.187)
Depreciações do período (Nota 3.3)	(75.028)	(53.189)	-	(128.217)
Alienações	-	4.519	-	4.519
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(2.087.228)	(1.351.657)	-	(3.438.885)
Valor líquido em 1 de janeiro de 2021	553.615	120.374	-	673.989
Valor líquido em 31 de dezembro de 2021	477.140	102.133	-	579.273
Valor líquido em 31 de dezembro de 2022	405.572	81.046	-	486.618

3.2 ATIVOS SOB DIREITO DE USO



Na data da entrada em vigor da locação, a Empresa reconhece um ativo sob direito de uso pelo valor do seu custo o qual corresponde ao montante inicial do passivo da locação ajustado de: **i)** quaisquer pagamentos antecipados; **ii)** incentivos à locação recebidos; e **iii)** custos diretos iniciais incorridos.

Ao ativo sob direito de uso, poderá crescer a estimativa de remover e/ou restaurar o ativo subjacente e/ou o local onde se situa, quando exigido pelo contrato de locação.

O ativo sob direito de uso é subsequentemente depreciado usando o método linear a partir da data de entrada em vigor até ao menor entre o final da vida útil do ativo e o termo da locação. Adicionalmente, o ativo sob direito de uso é reduzido de perdas por imparidade, se existirem, e ajustado por eventuais remensurações do passivo de locação. A vida útil considerada para cada classe de ativos sob direito de uso é igual à vida útil dos ativos fixos tangíveis (Nota 3.1) na mesma classe quando existe opção de compra e a Empresa espera exercê-la.

LOCAÇÕES DE CURTA DURAÇÃO E LOCAÇÕES DE ATIVOS DE VALOR REDUZIDO

A Empresa reconhece os pagamentos de locações por períodos iguais ou inferiores a 12 meses e de locações de ativos cujo valor de aquisição individual seja inferior a Euros 5.000 diretamente como gastos operacionais do período (Nota 2.3), numa base linear.

MOVIMENTOS EM ATIVOS SOB DIREITO DE USO

Valores em Euros	Equipamentos e outros ativos tangíveis	Total
Valor bruto		
Saldo em 1 de janeiro de 2021	345.517	345.517
Aquisições	176.706	176.706
Regularizações, transferências e abates	(75.631)	(75.631)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	446.592	446.592
Aquisições	146.265	146.265
Regularizações, transferências e abates	(113.183)	(113.183)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	479.674	479.674
Amortizações, depreciações e perdas por imparidade acumuladas		
Saldo em 1 de janeiro de 2021	(171.045)	(171.045)
Depreciações	(110.497)	(110.497)
Regularizações, transferências e abates	75.631	75.631
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(205.911)	(205.911)
Depreciações	(104.642)	(104.642)
Regularizações, transferências e abates	113.183	113.183
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(197.370)	(197.370)
Valor líquido em 1 de janeiro de 2021	174.472	174.472
Valor líquido em 31 de dezembro de 2021	240.681	240.681
Valor líquido em 31 de dezembro de 2022	282.304	282.304

Os ativos sob direito de uso da empresa correspondem essencialmente a viaturas.

3.3 DEPRECIAÇÕES, AMORTIZAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADE

Valores em Euros	2022	2021
Depreciações de ativos fixos tangíveis do período (Nota 3.1)	128.217	137.028
Amortizações de ativos sob direito de uso do período (Nota 3.2)	104.642	110.497
	232.859	247.525

4 FUNDO DE MANEIO

4.1 VALORES A RECEBER



VALORES A RECEBER DE PARTES RELACIONADAS E OUTROS DEVEDORES

Classificação	Os valores a receber de partes relacionadas resultam essencialmente dos serviços prestados às subsidiárias da Empresa (Nota 2.1), dos montantes a receber das subsidiárias no âmbito da consolidação fiscal (Nota 6.1) e dos empréstimos concedidos às subsidiárias. O modelo de negócio seguido é “deter para cobrar”. Saldos de outros devedores são tipicamente do modelo “deter para cobrar”.
Mensuração inicial	Ao justo valor.
Mensuração subsequente	Ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade.
Imparidade	As perdas por imparidade são registadas com base no modelo geral de perdas de crédito estimadas da IFRS 9.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os valores a receber detalham-se como segue:

Valores em Euros	31/12/2022			31/12/2021		
	Não Corrente	Corrente	Total	Não Corrente	Corrente	Total
Contas a receber - operações correntes com empresas relacionadas	-	5.231.588	5.231.588	-	6.164.356	6.164.356
Resultados atribuídos - empresas relacionadas (Nota 10.2)	-	-	-	-	618.871	618.871
Consolidação fiscal - empresas relacionadas (Nota 10.2)	-	1.556.304	1.556.304	-	8.304.774	8.304.774
Acréscimo de rendimentos	-	78.742	78.742	-	-	-
Gastos diferidos	-	205.145	205.145	-	173.481	173.481
Outros	28.999	24.884	53.883	24.877	11.294	36.171
	28.999	7.096.663	7.125.663	24.877	15.272.776	15.297.653

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os Gastos diferidos nos montantes Euros 205.145 e Euros 173.481, respetivamente, referem-se a fornecimentos e serviços externos.

Em 31 de dezembro de 2022, a rubrica Acréscimo de rendimentos, no montante Euros 78.742, refere-se juros a receber.



Os valores acima são apresentados líquidos de perdas de imparidade acumuladas. A análise de imparidade dos valores a receber é apresentada na Nota 8.1.4 – Risco de crédito.

4.2 VALORES A PAGAR



PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO

Mensuração inicial	Ao justo valor, líquido dos custos de transação incorridos.
Mensuração subsequente	Ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva. A diferença entre o valor de reembolso e o valor da mensuração inicial é reconhecida nos resultados ao longo do período da dívida em “Juros de outros passivos financeiros ao custo amortizado” (Nota 5.10).

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os valores a pagar detalham-se como segue:

Valores em Euros	31/12/2022		31/12/2021		Total
	Não Corrente	Corrente	Corrente	Total	
Contas a pagar - operações correntes com empresas relacionadas (Nota 10.2)	2.800.000	24.071.247	53.207	26.871.247	53.207
Consolidação fiscal - empresas relacionadas (Nota 10.2)	-	10.418.288	9.668.689	10.418.288	9.668.689
Fornecedores c/c	-	350.619	135.548	350.619	135.548
Fornecedores de investimentos	-	-	6.485	-	6.485
Estado	-	690.300	699.897	690.300	699.897
Acréscimos de gastos	-	4.279.000	5.692.093	4.279.000	5.692.093
	2.800.000	39.809.455	16.255.919	42.609.455	16.255.919

Durante o exercício de 2022, a Semapa reforçou a participação financeira na UTIS no valor de Euros 26.841.074 por contrapartida de um passivo correspondente ao valor estimado do *earnout* a pagar à Ultimate Cell (10.1), do qual o montante não corrente a pagar ascende a Euros 2.800.000.

A rubrica de Estado detalha-se conforme segue:

Valores em Euros	31/12/2022	31/12/2021
Retenções de Imposto sobre o Rendimento	118.266	123.858
Imposto sobre o Valor Acrescentado	479.615	432.254
Contribuições para a Segurança Social	91.642	143.273
Restantes impostos	777	512
	690.300	699.897

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não existiam dívidas em situação de mora com o Estado.

A rubrica de Acréscimos de gastos detalha-se conforme segue:

Valores em Euros	31/12/2022	31/12/2021
Gastos com o pessoal	2.818.380	3.037.278
Serviços bancários	-	35.244
Fornecimentos e serviços externos	1.460.620	2.614.554
Outros	-	5.017
	4.279.000	5.692.093

5 ESTRUTURA DE CAPITAL

5.1 GESTÃO DE CAPITAL

POLÍTICA DE GESTÃO DE CAPITAL

Para efeitos de gestão de capital, a Empresa define capital como incluindo os capitais próprios e a dívida líquida.

A Empresa gere a dívida corporativa do Grupo, tendo as principais *holdings* de cada linha de negócio uma gestão de Tesouraria autónoma.

Os objetivos da Empresa em relação à gestão de capital são:

- Salvar a capacidade da Empresa de continuar em atividade e assim proporcionar retornos para os acionistas e benefícios para os restantes *stakeholders*;
- Manter uma estrutura de capital sólida para apoiar o desenvolvimento da atividade do Grupo; e
- Manter uma estrutura de capital ótima que lhe permita reduzir o custo do capital.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Empresa pode ajustar o montante de dividendos a pagar aos acionistas, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir a dívida.

5.2 CAPITAL SOCIAL E AÇÕES PRÓPRIAS



O capital social da Semapa encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo totalmente representado por ações sem valor nominal.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou outros instrumentos de capital próprio são apresentados como uma dedução, líquida de impostos, ao valor recebido resultante da emissão.

Os custos diretamente imputáveis à emissão de novas ações ou opções para a aquisição de um negócio são incluídos no custo de aquisição, como parte do valor da compra.

AÇÕES PRÓPRIAS

Reconhecimento	Ao valor de aquisição, como uma redução do capital próprio.
Alienação de ações próprias	Quando as ações próprias são subsequentemente vendidas ou reemitidas, qualquer recebimento, líquido de custos de transação diretamente atribuíveis e de impostos, é refletido no capital próprio dos detentores do capital da empresa em Outras reservas (Nota 5.5).
Extinção de ações próprias	A extinção de ações próprias é refletida nas demonstrações financeiras como uma redução do Capital social e na rubrica Ações próprias, pelo valor equivalente ao valor nominal e de aquisição, respetivamente, sendo o diferencial apurado entre os dois montantes registado em Outras reservas.

DETENTORES DE CAPITAL DA SEMAPA

Denominação	31/12/2022		31/12/2021	
	Nº de ações	%	Nº de ações	%
Ações sem valor nominal				
Cimo - Gestão de Participações, SGPS, S.A.	38.959.431	47,94	38.959.431	47,94
Sodim, SGPS, S.A.	27.508.892	33,85	27.508.892	33,85
Bestinver Gestión, SGIIC, S.A.	2.458.623	3,03	2.458.623	3,03
Norges Bank (the Central Bank of Norway)	1.699.613	2,09	1.699.613	2,09
Cobas Asset Management, SGIIC, S.A.	1.637.038	2,01	1.637.038	2,01
Ações próprias	1.400.627	1,72	1.400.627	1,72
Outros acionistas com participações inferiores a 2%	7.605.776	9,36	7.605.776	9,36
	81.270.000	100,00	81.270.000	100,00

AÇÕES PRÓPRIAS – MOVIMENTOS

	2022		2021	
	Nº de ações	Valor contabilístico (Euros)	Nº de ações	Valor contabilístico (Euros)
Ações próprias detidas no início do período	1.400.627	15.946.363	1.400.627	15.946.363
Ações próprias no final do período	1.400.627	15.946.363	1.400.627	15.946.363

5.3 RESULTADO POR AÇÃO



O resultado básico por ação é apurado com base na divisão dos lucros ou prejuízos atribuíveis aos detentores de capital próprio ordinário da Empresa pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período.

Para a finalidade de calcular o resultado diluído por ação, a Empresa ajusta os lucros ou prejuízos atribuíveis aos detentores ordinários de capital próprio, bem como o número médio ponderado de ações em circulação, para efeitos de todas as potenciais ações ordinárias diluidoras.

Valores em Euros	2022	2021
Resultado atribuível aos acionistas da Semapa	307.089.834	198.128.028
Número total de ações emitidas	81.270.000	81.270.000
Número médio de ações próprias em carteira	(1.400.627)	(1.400.627)
Número médio ponderado de ações	79.869.373	79.869.373
Resultado básico por ação	3,845	2,481
Resultado diluído por ação	3,845	2,481

5.4 DIVIDENDOS

POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS DA EMPRESA

A Empresa privilegia uma política de dividendos que minimize a volatilidade do valor anual retornado aos acionista por ação (Política de dividendos).

Os dividendos por ação apresentados são calculados com base no número de ações em circulação na data de atribuição.



A distribuição de dividendos aos detentores de capital é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Empresa, no período em que os dividendos são aprovados pelos acionistas e até ao momento da sua liquidação.

DIVIDENDOS ATRIBUÍDOS NO PERÍODO

Valores em Euros	Data	Montante atribuído	Dividendos por ação
Atribuições em 2022			
Aprovação na Assembleia Geral Anual de Acionistas da Semapa do pagamento de dividendos relativos aos resultados líquidos de 2021 obtidos em base individual de acordo com o normativo IFRS	27 de maio de 2022	40.893.119	0,512
Atribuições em 2021			
Aprovação na Assembleia Geral Anual de Acionistas da Semapa do pagamento de dividendos relativos aos resultados líquidos de 2020 obtidos em base individual de acordo com o normativo IFRS	30 de abril de 2021	40.893.119	0,512

Adicionalmente, foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Semapa a distribuição de reservas, no montante de Euros 99.996.455.

5.5 RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

**RESERVAS POR APLICAÇÃO DO MEP**

Corresponde à variação acumulada das variações de capital próprio nas subsidiárias e da entidade conjuntamente controlada da Empresa, cujo investimento é mensurado pelo método da equivalência patrimonial (Nota 10.1). De acordo com o Código das Sociedades Comerciais, estas reservas não são distribuíveis.

RESERVA DE JUSTO VALOR

Corresponde à variação acumulada do justo valor dos investimentos financeiros mensurados ao justo valor através de outros rendimentos integrais (Nota 8.2), líquida de impostos diferidos. A variação de justo valor de investimentos financeiros registada nesta rubrica não é reciclada para resultados.

RESERVA LEGAL

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da sociedade. Poderá, contudo, ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

A reserva legal encontra-se constituída pelo seu limite máximo nos períodos apresentados.

OUTRAS RESERVAS

Esta rubrica corresponde a reservas constituídas através da transferência de resultados de períodos anteriores e outros movimentos. Não é distribuível a parte do saldo correspondente ao valor de aquisição das ações próprias detidas (Nota 5.2).

Valores em Euros	31/12/2022	31/12/2021
Reservas por aplicação do MEP	(374.212.824)	(439.079.146)
Reserva legal	16.695.625	16.695.625
Outras reservas	1.221.869.880	1.164.631.426
Resultados transitados	86.613.994	86.613.993
Reservas e resultados transitados	950.966.675	828.861.898

RESERVA POR APLICAÇÃO DO MEP – MOVIMENTOS

Valores em Euros	2022	2021
Saldo no início do período	(439.079.146)	(425.335.543)
Outros rendimentos integrais		
Itens que poderão ser reclassificados para a demonstração dos resultados		
Justo valor de instrumentos financeiros	31.631.581	1.451.828
Reserva de conversão cambial	32.528.030	(15.778.156)
	64.159.611	(14.326.328)
Itens que não poderão ser reclassificados para a demonstração dos resultados		
Ganhos e perdas atuariais	534.034	(108.045)
Diferenças de câmbio em instrumentos de capital próprio	548.670	179.713
Impacto de economias hiperinflacionárias	(206.716)	548.779
	875.988	620.447
Outros movimentos	(169.277)	(37.722)
	(169.277)	(37.722)
Saldo no final do período	(374.212.824)	(439.079.146)

RESERVA POR APLICAÇÃO DO MEP – POR SUBSIDIÁRIA E ENTIDADE CONJUNTAMENTE CONTROLADA

Valores em Euros	31/12/2022	31/12/2021
Subsidiárias		
ETSA Investimentos, SGPS, S.A.	(9.227.389)	(9.227.390)
Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	(280.100.836)	(294.338.605)
Semapa Inversiones, S.L.	(36.763.554)	(36.763.555)
Semapa Next, S.A.	86.335	(309.583)
The Navigator Company, S.A.	(47.998.968)	(98.400.881)
Entidade conjuntamente controlada		
UTIS - Ultimate Technology to Industrial Savings, S.A.	(208.412)	(39.132)
	(374.212.824)	(439.079.146)

5.6 FINANCIAMENTOS OBTIDOS



Os financiamentos obtidos incluem as Obrigações, o Papel Comercial, os empréstimos bancários e outros financiamentos.

Mensuração inicial	Ao justo valor, líquido dos custos de transação incorridos.
Mensuração subsequente	Ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva. A diferença entre o valor de reembolso e o valor da mensuração inicial é reconhecida na Demonstração separada dos resultados ao longo do período da dívida em “Juros suportados com outros empréstimos obtidos” na Nota 5.10 – Rendimentos e gastos financeiros, utilizando o método da taxa de juro efetiva.
Justo valor	O valor contabilístico dos financiamentos obtidos de curto prazo ou contratados com taxas de juro variáveis aproxima-se do seu justo valor. O justo valor dos financiamentos obtidos que são remunerados a taxa fixa é divulgado na Nota 8.3 – Ativos e passivos financeiros.
Apresentação	No passivo corrente, exceto se a Empresa detiver um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses após a data de relato.

**PAPEL COMERCIAL**

A Empresa tem diversos programas de emissão de papel comercial negociados, de acordos com os quais é frequente a realização de emissões com maturidade contratual inferior a um ano mas com natureza *revolving*. Nos casos em que a Empresa espera realizar o *roll over* destes financiamentos, apresenta os mesmos como passivos não correntes.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o detalhe dos financiamentos obtidos é como segue:

Valores em Euros	31/12/2022			31/12/2021		
	Não Corrente	Corrente	Total	Não Corrente	Corrente	Total
Empréstimos por obrigações	136.000.000	114.000.000	250.000.000	150.000.000	-	150.000.000
Papel Comercial	6.500.000	11.750.000	18.250.000	18.250.000	36.750.000	55.000.000
Empréstimos bancários	-	18.500.000	18.500.000	18.500.000	10.500.000	29.000.000
Encargos com empréstimos	(1.417.335)	1.118.991	(298.344)	(951.079)	1.128.615	177.536
Títulos de dívida e dívida bancária	141.082.665	145.368.991	286.451.656	185.798.921	48.378.615	234.177.536
Empréstimos de curto prazo de subsidiárias (Nota 10.2)	-	85.578	85.578	-	98.795	98.795
Outros financiamentos obtidos	-	85.578	85.578	-	98.795	98.795
Total financiamentos obtidos	141.082.665	145.454.569	286.537.234	185.798.921	48.477.410	234.276.331



A análise de maturidade dos financiamentos obtidos é apresentada na Nota 8.1.3 – Risco de liquidez.

EMPRÉSTIMOS POR OBRIGAÇÕES

Valores em Euros	31/12/2022	31/12/2021	Vencimento	Taxa de Juro
Semapa 2016 / 2023	100.000.000	100.000.000	Junho 2023	Fixa
Semapa 2021 / 2026	50.000.000	50.000.000	Julho 2026	Taxa variável indexada à Euribor
Semapa 2022 / 2027	100.000.000	-	Outubro 2027	Taxa variável indexada à Euribor
	250.000.000	150.000.000		

PAPEL COMERCIAL

31 DE DEZEMBRO DE 2022

Montante contratado	Montante utilizado			Data de Vencimento	Taxa de Juro
	Não corrente	Corrente	Total		
12.500.000	-	10.000.000	10.000.000	Outubro 2023	Taxa fixa
40.000.000	-	-	-	Maio 2024	Taxa variável indexada à Euribor
80.000.000	-	-	-	Julho 2026	Taxa variável indexada à Euribor
40.000.000	-	-	-	Agosto 2026	Taxa variável indexada à Euribor
16.500.000	6.500.000	1.750.000	8.250.000	Outubro 2026	Taxa variável indexada à Euribor
90.000.000	-	-	-	Janeiro 2027	Taxa variável indexada à Euribor
20.000.000	-	-	-	Março 2027	Taxa variável indexada à Euribor
25.000.000	-	-	-	Maio 2027	Taxa variável indexada à Euribor
324.000.000	6.500.000	11.750.000	18.250.000		

31 DE DEZEMBRO DE 2021

Montante contratado	Montante utilizado			Data de Vencimento	Taxa de Juro
	Não corrente	Corrente	Total		
25.000.000	-	25.000.000	25.000.000	Fevereiro 2022	Taxa fixa
50.000.000	10.000.000	10.000.000	20.000.000	Outubro 2023	Taxa fixa
40.000.000	-	-	-	Maio 2024	Taxa variável indexada à Euribor
80.000.000	-	-	-	Julho 2026	Taxa variável indexada à Euribor
20.000.000	8.250.000	1.750.000	10.000.000	Outubro 2026	Taxa variável indexada à Euribor
215.000.000	18.250.000	36.750.000	55.000.000		

EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS

Indexante	31/12/2022			31/12/2021		
	Não Corrente	Corrente	Total	Não Corrente	Corrente	Total
Taxa fixa	-	16.000.000	16.000.000	16.000.000	8.000.000	24.000.000
Taxa variável	-	2.500.000	2.500.000	2.500.000	2.500.000	5.000.000
	-	18.500.000	18.500.000	18.500.000	10.500.000	29.000.000

COVENANTS FINANCEIROS EM VIGOR

Atendendo aos limites contratualizados, em 2022 e 2021 a Empresa encontra-se em situação de cumprimento dos *covenants* negociados.

5.7 PASSIVOS DE LOCAÇÃO



Os financiamentos obtidos incluem as Obrigações, o Papel Comercial, os empréstimos bancários e outros financiamentos.

Mensuração inicial Na data de início da locação, a Empresa reconhece passivos de locação mensurados ao valor presente dos pagamentos futuros da locação, os quais incluem pagamentos fixos deduzidos de incentivos de locação a receber, de pagamentos variáveis da locação, e valores que se esperam pagar a título de valor residual garantido. Os pagamentos de locação incluem ainda o preço de exercício de opções de compra ou renovação razoavelmente certas de serem exercidas pela Empresa ou pagamentos de penalidades de rescisão de locações, se o prazo da locação refletir a opção da Empresa de rescindir o contrato.

No cálculo do valor presente dos pagamentos futuros da locação, a Empresa determina a taxa de juro incremental de financiamento se a taxa de juro implícita na locação não for facilmente determinável.

Mensuração subsequente Subsequentemente, o valor dos passivos de locação é incrementado pelo valor dos juros (Nota 5.10 – Rendimentos e gastos financeiros) e diminuído pelos pagamentos de locação (rendas).

Apresentação No passivo corrente, exceto se a Empresa detiver um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses após a data de relato.

Valores em Euros	31/12/2022			31/12/2021		
	Não Corrente	Corrente	Total	Não Corrente	Corrente	Total
Viaturas	188.938	97.837	286.775	156.537	87.718	244.255
	188.938	97.837	286.775	156.537	87.718	244.255



A análise de maturidade dos financiamentos obtidos é apresentada na Nota 8.1.3 – Risco de liquidez.

5.8 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA



A rubrica de Caixa e equivalentes de caixa inclui caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo com maturidade inicial até 3 meses, que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, esta rubrica inclui também os descobertos bancários, os quais são apresentados na Posição Financeira, no passivo corrente, na rubrica Financiamentos Obtidos (Nota 5.7).

Valores em Euros	31/12/2022	31/12/2021
Numerário	350	406
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	167.920.413	58.877.226
Caixa e equivalentes de caixa	167.920.763	58.877.632

5.9 FLUXOS DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

MOVIMENTOS NOS PASSIVOS DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

Valores em Euros	01/01/2022	Fluxos de caixa de atividades de financiamento	Transações que não afetam caixa e equivalentes de caixa				31/12/2022
			Reconhecimento de locações	Amortização de encargos	Especialização de juros	Outras operações	
Financiamentos obtidos (Nota 5.6)							
Empréstimos por obrigações	150.000.000	100.000.000	-	-	-	-	250.000.000
Papel comercial	55.000.000	(36.750.000)	-	-	-	-	18.250.000
Empréstimos bancários	29.000.000	(10.500.000)	-	-	-	-	18.500.000
Encargos com empréstimos	177.536	(6.198.350)	-	1.135.281	4.927.572	(340.383)	(298.344)
Outros financiamentos obtidos	98.795	(10.634)	-	-	32	(2.615)	85.578
Passivos de locação (Nota 5.7)	244.255	(103.744)	146.265	-	-	(1)	286.775
Total	234.520.586	46.437.272	146.265	1.135.281	4.927.604	(342.999)	286.824.009

Valores em Euros	01/01/2021	Fluxos de caixa de atividades de financiamento	Transações que não afetam caixa e equivalentes de caixa				31/12/2021
			Reconhecimento de locações	Amortização de encargos	Especialização de juros	Outras operações	
Financiamentos obtidos (Nota 5.6)							
Empréstimos por obrigações	100.000.000	50.000.000	-	-	-	-	150.000.000
Papel comercial	135.000.000	(80.000.000)	-	-	-	-	55.000.000
Empréstimos bancários	39.500.000	(10.500.000)	-	-	-	-	29.000.000
Encargos com emissão de empréstimos	(1.008.132)	(1.033.069)	-	1.090.122	1.128.615	-	177.536
Outros financiamentos obtidos	117.895	(19.241)	-	-	141	-	98.795
Passivos de locação (Nota 5.7)	177.373	(109.824)	176.706	-	-	-	244.255
Total	273.787.136	(41.662.134)	176.706	1.090.122	1.128.756	-	234.520.586

5.10 RENDIMENTOS E GASTOS FINANCEIROS



A Empresa classifica como “Rendimentos financeiros” os rendimentos e ganhos que resultam da atividade de gestão de tesouraria tais como: **i)** os juros obtidos pela aplicação de excedentes de tesouraria; e **ii)** as variações de justo valor de investimentos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados.

Durante o exercício de 2022 e 2021, os rendimentos e gastos financeiros detalham-se como segue:

Valores em Euros	2022	2021
Juros suportados com títulos de dívida e dívida bancária	(4.426.969)	(4.582.666)
Juros suportados com outros financiamentos obtidos	(124)	(141)
Comissões de empréstimos e gastos com aberturas de crédito	(1.638.285)	(1.623.930)
Juros suportados por aplicação do método do juro efetivo	(6.065.378)	(6.206.737)
Juros suportados com passivos de locação	(6.727)	(6.040)
Gastos financeiros relativos à estrutura de capital	(6.072.105)	(6.212.777)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Perdas de justo valor de Outros investimentos financeiros	(119.981)	(80.927)
Outros gastos e perdas financeiros	-	(2.998)
Gastos e perdas financeiros	(6.192.086)	(6.296.702)
Juros obtidos de ativos financeiros ao custo amortizado	78.742	-
Ganhos de justo valor de Outros investimentos financeiros	47.811	491
Outros rendimentos e ganhos financeiros	-	423.445
Rendimentos e ganhos financeiros	126.553	423.936
Resultados financeiros	(6.065.533)	(5.872.766)

6 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

6.1 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO



O imposto corrente sobre o rendimento é determinado com base nos resultados líquidos, ajustados em conformidade com a legislação fiscal vigente à data da Posição Financeira.

De acordo com a legislação em vigor, os ganhos e perdas em investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos, resultantes da aplicação do método da equivalência patrimonial não relevam fiscalmente, sendo deduzidos ou acrescidas, respetivamente, ao resultado do período, para apuramento da matéria coletável. Os dividendos são considerados no apuramento da matéria coletável do ano em que são recebidos, se as participações forem detidas por um período inferior a um ano ou representem uma percentagem inferior a 10% do capital social.

GRUPO FISCAL

O Grupo Semapa encontra-se sujeito ao Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS), constituído pelas empresas com uma participação igual ou superior a 75% e que cumprem as condições previstas no artigo 69º e seguintes do Código do IRC.

As empresas incluídas no RETGS apuram e registam o imposto sobre o rendimento tal como se fossem tributadas numa ótica individual. As responsabilidades apuradas são, no entanto, reconhecidas como devidas à sociedade dominante do Grupo fiscal, atualmente a Empresa, a quem compete o apuramento global e a autoliquidação do imposto. Caso sejam apurados ganhos na aplicação deste regime, estes são registados como um ganho na sociedade dominante.

Nos períodos apresentados, o Grupo fiscal integra as sociedades dos Grupos Secil e ETSA, bem como todas as restantes subsidiárias que cumprem com os requisitos legalmente definidos pelo Código do IRC.

A partir do período de tributação iniciado em 1 de janeiro de 2023, a sociedade dominante do Grupo fiscal, onde se integram as sociedades do Grupo fiscal Semapa, passou a ser a Sodim, SGPS, S.A. (Nota 1.1).

Os montantes que a Empresa tem a receber de ou a pagar a outras empresas do Grupo fiscal relativamente às responsabilidades destas são apresentados em Valores a receber (Nota 4.1) e Valores a pagar (Nota 4.2).



A Empresa reconhece passivos para liquidações adicionais de impostos que possam resultar de inspeções efetuadas pela Administração Tributária. Quando o resultado final destas inspeções se revelar diferente dos valores inicialmente registados, as diferenças terão impacto no imposto sobre o rendimento, no período em que for conhecido o resultado final.

Em Portugal, as declarações anuais de rendimentos estão sujeitas a revisão e eventual ajustamento por parte das autoridades fiscais durante um período de 4 anos. Contudo, no caso de serem apresentados prejuízos fiscais estes podem ser sujeitos a revisão pelas autoridades fiscais por um período superior.

O Conselho de Administração entende que eventuais correções àquelas declarações em resultado de revisões/inspeções por parte da Administração Tributária não terão efeito significativo nas demonstrações financeiras separadas em 31 de dezembro de 2022, sendo certo que já foram revistos pela Autoridade Tributária e Aduaneira os períodos até 2018, inclusive.

RESPONSABILIDADES ADICIONAIS DE IMPOSTO POR POSIÇÕES FISCAIS INCERTAS

O montante dos ativos e passivos estimados registados por conta de processos fiscais decorre de uma avaliação efetuada pela Empresa com referência à data da demonstração da posição financeira, quanto a potenciais divergências de interpretação face à Administração Tributária, no que diz respeito à aplicação das regras fiscais e dos seus desenvolvimentos recentes.

A Empresa, no que se refere à mensuração das posições fiscais incertas, tem em consideração o disposto na IFRIC 23 – "Incerteza quanto aos impostos sobre o rendimento", nomeadamente na mensuração dos riscos e incertezas na definição da melhor estimativa do gasto exigido para liquidar a obrigação, através da ponderação de todos os possíveis resultados por si controlados e respetivas probabilidades associadas.

6.1.1 IMPOSTO RECONHECIDO NA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Valores em Euros	2022	2021
Imposto corrente	12.062.359	4.333.646
Imposto diferido	(1.308.187)	25.635.739
	10.754.172	29.969.385

TAXA DE IMPOSTO NOMINAL

	2022	2021
Portugal		
Taxa nominal de imposto sobre o rendimento	21,0%	21,0%
Derrama municipal	1,5%	1,5%
	22,5%	22,5%
Derrama estadual - sobre as partes dos lucros tributáveis entre 1.500.000 Euros e 7.500.000 Euros	3,0%	3,0%
Derrama estadual - sobre as partes dos lucros tributáveis entre 7.500.000 Euros e 35.000.000 Euros	5,0%	5,0%
Derrama estadual - sobre as partes dos lucros tributáveis acima de 35.000.000 Euros	9,0%	9,0%

RECONCILIAÇÃO DA TAXA EFETIVA DE IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO

Valores em Euros	2022	2021
Resultado antes de impostos	296.335.662	168.158.643
Imposto esperado à taxa nominal (22.5%)	66.675.524	37.835.695
Imposto resultante da taxa aplicável	66.675.524	37.835.695
Diferenças (a)	(68.111.401)	(39.244.191)
Imposto relativo a períodos anteriores	(10.427.375)	(5.418.116)
Responsabilidades adicionais de imposto	(2.749.217)	-
Prejuízos fiscais não recuperáveis	1.435.878	1.454.165
Prejuízos fiscais recuperáveis	1.308.187	(25.681.408)
Tributação autónoma	1.114.232	1.084.470
	(10.754.172)	(29.969.385)

Taxa efetiva de imposto	-3,63%	-17,82%
--------------------------------	---------------	----------------

(a) Este valor respeita essencialmente a:	2022	2021
Efeito da aplicação do método da equivalência patrimonial (Nota 10.1)	(302.796.742)	(174.637.469)
Mais / (Menos) valias fiscais	131	4.000
(Mais) / Menos valias contabilísticas	(131)	(4.000)
Benefícios aos empregados (Nota 7.2.1)	23.431	23.431
Benefícios aos empregados - pensões pagas (Nota 7.2.1)	(130.514)	(130.514)
Outros	186.486	325.927
	(302.717.339)	(174.418.625)
Impacto fiscal (22,5%)	(68.111.401)	(39.244.191)

6.1.2 IMPOSTO RECONHECIDO NA DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

Valores em Euros	31/12/2022	31/12/2021
Ativo		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas - IRC	5.137.839	2.966.665
	5.137.839	2.966.665
Passivo		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas - IRC	1.400.000	7.847.546
	1.400.000	7.847.546

DECOMPOSIÇÃO DA RUBRICA IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLETIVAS – IRC (LÍQUIDO)

Valores em Euros	31/12/2022	31/12/2021
Imposto sobre o rendimento do período	(1.114.232)	(1.084.470)
Imposto sobre o rendimento do período de subsidiárias	(1.936.728)	(1.628.926)
Pagamentos por conta, especiais e adicionais por conta	5.237.046	4.338.557
Retenções na fonte a recuperar	163.681	214.405
IRC de períodos anteriores	2.788.072	1.127.099
Responsabilidades adicionais de imposto	(1.400.000)	(7.847.546)
	3.737.839	(4.880.881)

RESPONSABILIDADES ADICIONAIS DE IMPOSTO – PASSIVOS

Valores em Euros	2022	2021
Saldo no início do período	7.847.546	7.847.546
Montante reconhecido em resultados do período (Nota 6.1.1) - (ganho) / perda	(2.749.217)	-
Utilizações	(3.698.329)	-
Saldo no final do período	1.400.000	7.847.546

Durante o exercício de 2022 ocorreu a conclusão de diversos processos fiscais, pelo que a Semapa procedeu à utilização parcial da rubrica Responsabilidades adicionais de imposto, no montante de Euros 3.698.329, e à reversão do excesso no montante de Euros 2.749.217.

6.2 IMPOSTOS DIFERIDOS



O imposto diferido é calculado com base na Posição Financeira, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a respetiva base de tributação. Para a determinação do imposto diferido é utilizada a taxa fiscal que se espera estar em vigor no período em que as diferenças temporárias serão revertidas.

São reconhecidos impostos diferidos ativos sempre que exista razoável segurança de que serão gerados lucros tributáveis futuros contra os quais poderão ser utilizados. Os impostos diferidos ativos são revistos periodicamente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do período, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica. Impostos diferidos passivos não são reconhecidos para diferenças temporárias tributáveis relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que: **i)** a Empresa tem capacidade para controlar o período da reversão da diferença temporária; e **ii)** é provável que a diferença temporária não reverta num futuro próximo.



IMPOSTOS DIFERIDOS RECONHECIDOS EM RELAÇÃO A PREJUÍZOS FISCAIS DE SUBSIDIÁRIAS POR UTILIZAR

A Empresa regista impostos diferidos passivos sobre prejuízos fiscais e benefícios fiscais à coleta das subsidiárias que integram o RETGS, reportáveis intragrupo, sempre que seja expectável a sua utilização futura por essas mesmas subsidiárias numa ótica individual.

MOVIMENTOS EM IMPOSTOS DIFERIDOS

Valores em Euros	Em 1 de janeiro de 2022	Demonstração dos resultados		Em 31 de dezembro de 2022
		Aumentos	Reduções	
Diferenças temporárias que originam ativos por impostos diferidos				
Prejuízos fiscais reportáveis	122.292.417	19.695.243	(18.542.318)	123.445.342
	122.292.417	19.695.243	(18.542.318)	123.445.342
Diferenças temporárias que originam passivos por impostos diferidos				
Prejuízos fiscais reportáveis intragrupo	-	(5.918.648)	-	(5.918.648)
Benefícios fiscais à coleta reportáveis intragrupo	(164.835)	(476.084)	168.699	(472.220)
	(164.835)	(6.394.732)	168.699	(6.390.868)
Ativos por impostos diferidos	25.681.408	4.136.001	(3.893.887)	25.923.522
Passivos por impostos diferidos	(164.835)	(1.719.000)	168.699	(1.715.136)

Valores em Euros	Em 1 de janeiro de 2021	Demonstração dos resultados		Em 31 de dezembro de 2021
		Aumentos	Reduções	
Diferenças temporárias que originam ativos por impostos diferidos				
Prejuízos fiscais reportáveis	-	122.292.417	-	122.292.417
	-	122.292.417	-	122.292.417
Diferenças temporárias que originam passivos por impostos diferidos				
Prejuízos fiscais reportáveis intragrupo	(21.532)	-	21.532	-
Benefícios fiscais à coleta reportáveis intragrupo	(114.644)	(382.210)	332.019	(164.835)
	(136.176)	(382.210)	353.551	(164.835)
Ativos por impostos diferidos	-	25.681.408	-	25.681.408
Passivos por impostos diferidos	(119.166)	(382.210)	336.541	(164.835)

No exercício de 2022, a Semapa consumiu no seio do grupo fiscal, na qual é dominante, prejuízos fiscais no montante de Euros 18.542.318 e adicionalmente, procedeu ao reconhecimento de prejuízos fiscais recuperáveis em exercícios posteriores, no montante de Euros 19.695.243. Estas operações originaram uma redução de ativos por impostos diferidos no montante de Euros 3.893.887 e um aumento de de ativos por impostos diferidos no montante de Euros 4.136.001.

Em 31 de dezembro de 2022, os passivos por impostos diferidos, no montante de Euros 1.715.136 (2021: Euros 164.835), referem-se a ajustes intragrupo derivados do reconhecimento de prejuízos e benefícios fiscais por subsidiárias incluídas no grupo fiscal da Semapa.

No exercício de 2021, a Semapa registou ativos por impostos diferidos, no montante de Euros 25.681.408, sobre prejuízos fiscais gerados em anos anteriores no seio do grupo fiscal dominado pela Semapa (no montante de Euros 122.292.417), na medida em que os planos de negócio de médio prazo da subsidiária Secil (integrada no RETGS Semapa) preveem a geração de lucro tributável em montante suficiente para recuperar este ativo no período de reporte fiscal dos referidos prejuízos.

PREJUÍZOS FISCAIS POR UTILIZAR, SEM IMPOSTOS DIFERIDOS RECONHECIDOS

Conforme o disposto na Lei n.º 24-D/2022 de 30 de dezembro, que aprova o OE para 2023, o reporte de prejuízos fiscais deixou de ter limitação temporal. Em 31 de dezembro de 2022, a Semapa tinha prejuízos fiscais por utilizar, sem impostos diferidos ativos reconhecidos, por não se prever a sua recuperabilidade, no montante de Euros 126.104.440.

7 PESSOAL

7.1 GASTOS COM O PESSOAL



BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS DE CURTO PRAZO

DIREITOS ADQUIRIDOS – FÉRIAS E SUBSÍDIO DE FÉRIAS

De acordo com a legislação vigente, os empregados têm anualmente direito a 22 dias úteis de férias, bem como a um mês de subsídio de férias, direito esse adquirido no ano anterior ao do seu pagamento.

GRATIFICAÇÕES

De acordo com o sistema de gestão de desempenho vigente, os empregados podem vir a receber uma gratificação no caso de cumprirem determinados objetivos, direito esse normalmente adquirido no ano anterior ao do seu pagamento.

Estas responsabilidades são registadas no período em que os empregados adquirem o respetivo direito, por contrapartida da demonstração dos resultados, independentemente da data do seu pagamento, e o saldo por liquidar à data da Posição financeira está relevado na rubrica de Valores a pagar correntes.

BENEFÍCIOS DE CESSAÇÃO DE EMPREGO

Os benefícios de cessação de emprego são reconhecidos quando a Empresa deixa de poder retirar a oferta dos benefícios; ou na qual a Empresa reconhece os gastos de uma reestruturação, no âmbito do registo das provisões. Os benefícios devidos a mais de 12 meses após o final do período de reporte são descontados para o seu valor presente.

Valores em Euros	2022	2021
Remunerações dos Órgãos Sociais (Nota 7.3)	3.319.163	4.552.857
Outras remunerações	2.916.769	2.084.072
Benefícios de pós-emprego (Nota 7.2.1)	23.431	23.431
Indemnizações	88.503	80.123
Encargos sobre remunerações	774.588	834.694
Outros gastos com o pessoal	205.204	117.709
Gastos com o pessoal	7.327.658	7.692.886
Número de empregados no final do período	33	27

7.2 BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS



BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO – PLANOS DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS

A Empresa assumiu o compromisso de pagar aos seus administradores prestações pecuniárias a título de complementos de pensões de reforma por velhice, tendo constituído para o efeito um plano de benefício definido.

Nos períodos apresentados, o montante do passivo refletido na demonstração da posição financeira, na rubrica "Responsabilidades por benefícios pós-emprego", corresponde à responsabilidade da Semapa afeta a um único beneficiário, aposentado, que não aderiu à revogação do plano de pensões dos administradores da Empresa, ocorrida em dezembro de 2012. A Empresa não constituiu fundos relativamente a esta responsabilidade.

Os desvios atuariais que resultam da alteração no valor das responsabilidades estimadas, como consequência de alterações aos pressupostos financeiros e demográficos utilizados e ganhos de experiência, são registados diretamente na Demonstração do rendimento integral, em resultados transitados.

O juro líquido corresponde à aplicação da taxa de desconto ao valor das responsabilidades líquidas e é reconhecido nos resultados do período, na rubrica de Gastos com o pessoal.

Os ganhos e perdas gerados por uma liquidação de um plano de pensões de benefícios definidos são reconhecidos em resultados do período quando a liquidação ocorrer.



PRESSUPOSTOS ATUARIAIS

As responsabilidades referentes a planos de benefícios a empregados com benefícios definidos são calculadas com base em determinados pressupostos atuariais. Alterações nestes pressupostos podem ter um impacto relevante naquelas responsabilidades.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os pressupostos atuariais eram como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Fórmula de Benefícios da Segurança Social	Decreto-Lei nº 187/2007 de 10 de maio	
Tabelas de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tabela de Invalidez	EKV 80	EKV 80
Taxa de crescimento das pensões	0,75%	0,75%
Taxa de juro técnica	1,25%	1,25%
Taxa de reversibilidade das pensões	50,00%	50,00%
Nº de prestações anuais do complemento	12	12

7.2.1 RESPONSABILIDADES COM PENSÕES

Valores em Euros	2022		2021	
	Nº Benef.	Valor	Nº Benef.	Valor
Responsabilidades com Pensões				
Aposentados	1	687.660	1	794.743
Responsabilidades com pensões não cobertas	1	687.660	1	794.743

EVOLUÇÃO DAS RESPONSABILIDADES COM PENSÕES

Valores em Euros	Saldo inicial	Juro líquido (Nota 7.1)	Pagamentos efetuados	Saldo final
2022	794.743	23.431	(130.514)	687.660
2021	901.825	23.431	(130.513)	794.743

7.3 REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

As remunerações dos membros dos órgãos sociais, incluindo a estimativa para o prémio de gestão nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, foram as seguintes:

Valores em Euros	2022	2021
Conselho de Administração		
Remunerações	1.587.023	2.433.027
Prémio de gestão	1.624.100	2.037.830
Conselho Fiscal e outros órgãos sociais	108.040	82.000
Total (Nota 7.1)	3.319.163	4.552.857

REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Todos os detalhes da política de remunerações dos membros do Conselho de Administração da Semapa encontram-se divulgados no relatório do Governo Societário da sociedade, Parte I – Secção D.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, relativamente aos membros do Conselho de Administração da Semapa, não existiam: i) quaisquer responsabilidades adicionais afetas a outros benefícios de longo prazo; ii) benefícios de cessação de emprego nem iii) pagamentos com base em ações atribuídas. Os saldos pendentes com membros do Conselho de Administração da Semapa encontram-se divulgados na Nota 10.2.

8 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

8.1 GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

A Empresa enquanto sociedade gestora de participações sociais (SGPS) desenvolve direta e indiretamente atividades de gestão sobre as suas subsidiárias. Deste modo, o cumprimento das obrigações assumidas pela Empresa depende dos fluxos de caixa gerados pelas subsidiárias, os quais incluem a distribuição de dividendos, o pagamento de juros, o reembolso de empréstimos concedidos e o pagamento por serviços prestados pela Empresa. A capacidade das subsidiárias da Semapa gerarem fluxos de caixa positivos e de disponibilizarem fundos à *holding* está dependente dos respetivos resultados, reservas disponíveis e estrutura financeira.

O Grupo Semapa tem um programa de gestão de risco que concentra a sua análise na atividade e desempenho dos mercados financeiros com vista a minimizar os potenciais efeitos adversos na sua *performance* financeira. A gestão do risco é conduzida pela direção financeira da Empresa e dos principais subgrupos de acordo com políticas aprovadas pelos respetivos Conselhos de Administração e acompanhada pela Comissão de Controlo e Riscos/Comissão de Controlo Interno da Empresa.

O Grupo tem tido uma postura ativa de gestão do risco, procurando minimizar os potenciais efeitos adversos a eles associados, nomeadamente no que respeita ao risco cambial e o risco de taxa de juro.

No contexto das demonstrações financeiras separadas, a exposição da Empresa ao risco financeiro decorrente da atividade do Grupo encontra-se maioritariamente associada aos financiamentos obtidos externamente (Nota 5.6).

8.1.1 RISCO CAMBIAL

POLÍTICA DE GESTÃO DO RISCO CAMBIAL

No contexto das demonstrações financeiras separadas, o risco cambial a que a Empresa se encontra diretamente exposta ao nível de ativos e passivos financeiros não é significativo.

Contudo, uma evolução desfavorável das taxas de câmbio associadas às geografias relevantes para as suas subsidiárias pode originar uma diminuição significativa no valor dos ativos e nos resultados das subsidiárias e na distribuição de dividendos à Empresa. O Grupo procura mitigar este risco através da monitorização constante da exposição a cada moeda e utilização de coberturas naturais, bem como através da contratação de instrumentos financeiros derivados de cobertura cambial, conforme apresentado nas demonstrações financeiras consolidadas.

8.1.2 RISCO DE TAXA DE JURO

POLÍTICA DE GESTÃO DO RISCO DE TAXA DE JURO

Uma parte do custo associado à dívida financeira contraída pela Empresa está indexada a taxas de referência de curto prazo, revistas com uma periodicidade inferior a um ano (geralmente seis meses na dívida de médio e longo prazo). Deste modo, variações nas taxas de juro podem afetar os resultados da Empresa.



ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

A Semapa utiliza a técnica da análise de sensibilidade que mede as alterações estimadas nos resultados e capitais próprios de um aumento ou diminuição imediata das taxas de juro de mercado, com todas as outras variáveis constantes. Esta análise é apenas para fins ilustrativos, já que na prática as taxas de mercado raramente se alteram isoladamente.

EXPOSIÇÃO AO RISCO DE TAXA DE JURO

Valores em Euros	31/12/2022	31/12/2021
Aumento de 0.5% nas taxas de juro de mercado		
Impacto no resultado antes de imposto - aumento / (diminuição)	(804.178)	(325.494)

Os ativos e passivos financeiros remunerados a taxa fixa (que não expõem a Empresa ao risco de taxa de juro) e remunerados a taxa variável (que expõem a Empresa ao risco de taxa de juro) detalham-se como segue:

A 31 de dezembro de 2022	Taxa fixa					Total remunerado	
Valores em Euros	Valor	%	Até 3 meses	3-12 meses	Total	%	
Ativos							
Não correntes							
Valores a receber (Nota 4.1)	-	0%	28.999	-	28.999	100%	28.999
Correntes							
Valores a receber (Nota 4.1)	7.096.663	100%	-	-	-	0%	7.096.663
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5.8)	167.920.763	100%	-	-	-	0%	167.920.763
Total de ativos financeiros	175.017.426	100%	28.999	-	28.999	0%	175.046.425
Passivos							
Não correntes							
Financiamentos obtidos	-	0%	142.500.000	-	142.500.000	100%	142.500.000
Passivos de locação (Nota 5.7)	188.938	100%	-	-	-	0%	188.938
Valores a pagar (Nota 4.2)	2.800.000	100%	-	-	-	0%	2.800.000
Correntes							
Financiamentos obtidos	126.000.000	87%	4.250.000	14.085.578	18.335.578	13%	144.335.578
Passivos de locação (Nota 5.7)	97.837	100%	-	-	-	0%	97.837
Valores a pagar (Nota 4.2)	39.809.455	100%	-	-	-	0%	39.809.455
Total de passivos financeiros	168.896.229	51%	146.750.000	14.085.578	160.835.578	49%	329.731.807
Posição financeira líquida de balanço	6.121.197		(146.721.001)	(14.085.578)	(160.806.578)		(154.685.382)

A 31 de dezembro de 2021	Taxa fixa					Total remunerado	
Valores em Euros	Valor	%	Até 3 meses	3-12 meses	Total	%	
Ativos							
Não correntes							
Valores a receber (Nota 4.1)	-	0%	24.877	-	24.877	100%	24.877
Correntes							
Valores a receber (Nota 4.1)	15.272.776	100%	-	-	-	0%	15.272.776
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5.8)	58.877.632	100%	-	-	-	0%	58.877.632
Total de ativos financeiros	74.150.408	100%	24.877	-	24.877	0%	74.175.285
Passivos							
Não correntes							
Financiamentos obtidos (Nota 5.6)	126.000.000	67%	52.500.000	8.250.000	60.750.000	33%	186.750.000
Passivos de locação (Nota 5.7)	156.537	100%	-	-	-	0%	156.537
Correntes							
Financiamentos obtidos (Nota 5.6)	43.000.000	91%	2.500.000	1.848.795	4.348.795	9%	47.348.795
Passivos de locação (Nota 5.7)	87.718	100%	-	-	-	0%	87.718
Valores a pagar (Nota 4.2)	16.255.919	100%	-	-	-	0%	16.255.919
Total de passivos financeiros	185.500.174	74%	55.000.000	10.098.795	65.098.795	26%	250.598.969
Posição financeira líquida de balanço	(111.349.766)		(54.975.123)	(10.098.795)	(65.073.918)		(176.423.684)

8.1.3 RISCO DE LIQUIDEZ

POLÍTICA DE GESTÃO DO RISCO DE LIQUIDEZ

A Empresa gere o risco de liquidez por duas vias:

- garantindo que a sua dívida financeira tem uma componente elevada de médio e longo prazo com maturidades adequadas à atividade da Empresa enquanto *holding*, considerando as características das indústrias onde as suas subsidiárias exercem a sua atividade, e
- através da contratação com instituições financeiras de linhas de crédito disponíveis a todo o momento, por um montante que garanta uma liquidez adequada.

CRÉDITOS DISPONÍVEIS E NÃO UTILIZADOS

A Empresa tem por política manter linhas de crédito em níveis adequados para fazer face a i) potenciais aquisições de negócios e ii) necessidades de tesouraria para reembolsos programados de financiamentos conforme o orçamento de tesouraria e execução real.

MATURIDADE CONTRATUAL DOS PASSIVOS FINANCEIROS (FLUXOS NÃO DESCONTADOS, INCLUINDO JUROS)

Valores em Euros	-1 mês	1-3 meses	3-12 meses	1-5 anos	Total
A 31 de dezembro de 2022					
Passivos					
Financiamentos obtidos					
Empréstimos por obrigações	388.956	-	118.829.586	148.541.146	267.759.688
Papel comercial	-	-	12.110.759	6.892.361	19.003.120
Empréstimos bancários	1.273.415	-	17.404.528	-	18.677.943
Outros financiamentos	-	-	85.578	-	85.578
Passivos de locação	8.763	16.589	78.444	194.782	298.578
Valores a pagar (Nota 4.2)	1.833.912	697.800	37.277.742	2.800.000	42.609.455
Total passivos	3.505.046	714.389	185.786.637	158.428.289	348.434.362
Dos quais juros (às taxas em vigor à data)	412.892	991	5.363.181	12.976.153	18.753.217
A 31 de dezembro de 2021					
Passivos					
Financiamentos obtidos					
Empréstimos por obrigações	306.667	-	2.981.667	154.040.972	157.329.306
Papel comercial	-	25.409.549	12.272.314	18.754.886	56.436.749
Empréstimos bancários	1.292.524	-	9.639.688	18.674.732	29.606.944
Outros financiamentos	-	-	98.795	-	98.795
Passivos de locação	9.493	17.686	65.503	161.668	254.350
Valores a pagar (Nota 4.2)	2.808.326	741.626	12.705.967	-	16.255.919
Total passivos	4.417.010	26.168.861	37.763.934	191.632.258	259.982.063
Dos quais juros (às taxas em vigor à data)	349.191	409.549	3.893.669	4.720.590	9.372.998

Os fluxos de caixa não descontados dos financiamentos obtidos e outros valores a pagar, incluídos acima, detalham-se como segue:

Valores em Euros	31/12/2022	31/12/2021
Até 12 meses	190.360.760	68.349.805
1 a 2 anos	23.077.739	132.811.602
2 a 3 anos	44.771.900	2.638.663
3 a 4 anos	44.867.727	27.712.304
4 a 5 anos	45.710.923	28.469.689
1 a 5 anos	158.428.289	191.632.258
Total	348.789.049	259.982.063



A maturidade contratual dos financiamentos obtidos apresentada pressupõe o cumprimento de *covenants* financeiros, conforme detalhados na Nota 5.6 – Financiamentos obtidos.

LINHAS DE CRÉDITOS DISPONÍVEIS E NÃO UTILIZADAS

Valores em Euros	31/12/2022	31/12/2021
Linhas de crédito não utilizadas		
Papel comercial	305.750.000	175.000.000
Outras linhas de crédito	9.750.000	9.750.000
	315.500.000	184.750.000
Papel comercial utilizado (Nota 5.6)	18.250.000	55.000.000
Outras linhas de crédito utilizadas (Nota 5.6)	18.500.000	29.000.000
Linhas de crédito contratadas (valor nominal)	352.250.000	268.750.000

8.1.4 RISCO DE CRÉDITO

**IMPARIDADE DE ATIVOS FINANCEIROS**

A Empresa avalia, numa base prospetiva, as perdas de crédito esperadas associadas aos seus ativos financeiros mensurados ao custo conforme o detalhe apresentado na Nota 8.3.1 – Categorias de instrumentos financeiros da Empresa.

VALORES A RECEBER DE SUBSIDIÁRIAS

Os valores a receber de subsidiárias encontram-se sujeitos ao modelo geral de imparidade da IFRS 9 (modelo das três etapas).

Uma vez que o risco de crédito das subsidiárias é considerado reduzido, devido ao reduzido risco de incobrabilidade e à capacidade destas de reembolsar *on demand*, a estimativa de imparidade corresponde à primeira etapa do modelo com a avaliação do risco de incobrabilidade dos fluxos de caixa dos próximos 12 meses.

OUTROS VALORES A RECEBER E OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando não há expectativa real de recebimento. A Empresa classifica um valor a receber para ser desreconhecido quando o devedor falha com os pagamentos contratuais vencidos. Após ser desreconhecido, a Empresa continua a tomar diligências para reaver os valores devidos. Em casos de sucesso com a recuperação de valores, tais quantias são reconhecidas nos resultados do período.

POLÍTICA DE GESTÃO DO RISCO DE CRÉDITO

A Empresa não possui atividade comercial significativa para além da gestão das participações financeiras do Grupo e da prestação de serviços a subsidiárias.

No contexto das demonstrações financeiras separadas, o risco de crédito relativo a ativos financeiros a que a Empresa se encontra diretamente exposta decorre principalmente dos empréstimos concedidos a subsidiárias e outros valores a receber das mesmas (Nota 4.1) e dos saldos de caixa e equivalentes de caixa (Nota 5.8).

**VALORES A RECEBER DE SUBSIDIÁRIAS**

Relativamente aos valores a receber de subsidiárias no âmbito dos serviços a elas prestados pela Empresa e dos financiamentos concedidos às mesmas, a Empresa não registou imparidades nos períodos apresentados.

OUTROS VALORES A RECEBER

Os valores a receber são inicialmente contabilizados ao justo valor sendo subsequentemente mensurados ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade, necessárias para os colocar ao seu valor realizável líquido esperado. As perdas por imparidade são registadas em função das perdas de crédito esperadas ao longo da respetiva duração sempre que, em cada data de relato, exista um aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial dos valores a receber.

Considera-se *default* o pagamento após mora igual ou superior a 180 dias, decorrente da experiência de perdas reais históricas ao longo do período considerado estatisticamente relevante.

EXPOSIÇÃO MÁXIMA AO RISCO DE CRÉDITO

Valores em Euros	31/12/2022	31/12/2021
Não correntes		
Outros investimentos financeiros (Nota 8.2)	23.413	93.607
Valores a receber (Nota 4.1)	28.999	24.877
Correntes		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5.8)	167.920.763	58.877.632
	167.973.175	58.996.116

A qualidade de crédito, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, face a Ativos financeiros (Caixa e seus equivalentes) cujas contrapartes sejam instituições financeiras, detalha-se como segue:

Valores em Euros	31/12/2022	31/12/2021
A+	82.000.000	-
A-	82.204.433	-
BBB+	3.301.665	19.356.770
BBB	-	31.491.780
BBB-	-	7.003.717
Outros	414.315	1.024.959
	167.920.413	58.877.226

8.2 OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS



Esta nota inclui os instrumentos de capital próprio detidos pela Empresa relativos a empresas sobre as quais não exerce controlo ou influência significativa. Os Outros investimentos financeiros são mensurados ao justo valor através dos resultados quando a Empresa os detém com o objetivo de os negociar. A Empresa designa os restantes investimentos financeiros como ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral.

Valores em Euros	31/12/2022	31/12/2021
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados		
Ynvisible, SA	23.413	93.607
	23.413	93.607

8.3 ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

8.3.1 CATEGORIAS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DA EMPRESA

Os instrumentos financeiros incluídos em cada rubrica da demonstração da posição financeira são classificados como segue:

Valores em Euros	Nota	Ativos financeiros ao custo amortizado	Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	Ativos financeiros fora do âmbito da IFRS 9	Ativos não financeiros	Total
31 de dezembro de 2022						
Outros investimentos financeiros	8.3	-	23.413	-	-	23.413
Valores a receber	4.1	7.167.461	28.999	78.742	205.145	7.480.348
Caixa e equivalentes de caixa	5.8	167.920.763	-	-	-	167.920.763
Total de ativos		175.088.224	52.412	78.742	205.145	175.424.524
31 de dezembro de 2021						
Outros investimentos financeiros	8.2	-	93.607	-	-	93.607
Valores a receber	4.1	15.099.295	24.877	-	173.481	15.297.653
Caixa e equivalentes de caixa	5.8	58.877.632	-	-	-	58.877.632
Total de ativos		73.976.927	118.484	-	173.481	74.268.892

Valores em Euros	Nota	Passivos financeiros ao custo amortizado	Passivos não financeiros	Total
31 de dezembro de 2022				
Financiamentos obtidos	5.6	286.537.234	-	286.537.234
Passivos de locação	5.7	286.775	-	286.775
Valores a pagar	4.2	41.919.154	690.300	42.609.455
Total de passivos		328.743.163	690.300	329.433.463
31 de dezembro de 2021				
Financiamentos obtidos	5.6	234.276.331	-	234.276.331
Passivos de locação	5.7	244.255	-	244.255
Valores a pagar	4.2	15.556.022	699.897	16.255.919
Total de passivos		250.076.608	699.897	250.776.505

8.3.2 JUSTO VALOR DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIRO



O justo valor dos instrumentos financeiros é classificado de acordo com a hierarquia de justo valor da IFRS 13 – Mensuração ao justo valor:

Nível 1	Baseado em cotações de mercados líquidos ativos à data de relato.
Nível 2	Determinado com recurso a modelos de avaliação, cujos principais <i>inputs</i> dos quais são observáveis no mercado.
Nível 3	Determinado com recurso a modelos de avaliação, cujos principais <i>inputs</i> não são observáveis no mercado.



JUSTO VALOR DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO

A Empresa considera que o valor contabilístico dos financiamentos remunerados a taxas variável, assim como dos ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado nas restantes rubricas (Nota 8.3.1) se aproxima do seu justo valor.

9 PROVISÕES, COMPROMISSOS E CONTINGÊNCIAS

9.1 PROVISÕES



Reconhecimento e mensuração inicial

São reconhecidas provisões sempre que:

- (i) a empresa tenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados;
- (ii) seja provável que uma saída de fluxos e/ou de recursos se torne necessária para liquidar a obrigação; e
- (iii) possa ser efetuada uma estimativa fiável do montante da obrigação.

Mensuração subsequente

As provisões são revistas na data da Posição Financeira e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS

São reconhecidas provisões pelas responsabilidades que a Empresa assume por perdas em investimentos em subsidiárias (Nota 10.1), após o respetivo valor contabilístico ter sido reduzido a zero, na medida em que a Empresa possa ter incorrido em obrigações legais ou construtivas ou tenha realizado pagamentos em nome dessas subsidiárias.

PROCESSOS FISCAIS

Os saldos das responsabilidades adicionais de imposto por posições de incerteza da Empresa relativos ao imposto sobre o rendimento são divulgados na Nota 6.1 – Imposto sobre o rendimento.



PROCESSOS JUDICIAIS

Estas provisões são constituídas de acordo com as avaliações de risco efetuadas internamente pela Empresa com o apoio dos seus consultores legais, baseadas na probabilidade da decisão ser favorável ou desfavorável à Empresa.

9.2 COMPROMISSOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Semapa não tem quaisquer compromissos para além dos já divulgados acima.

9.3 ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Semapa não identificou quaisquer ativos e passivos contingentes passíveis de divulgação.

10 ESTRUTURA DO GRUPO

10.1 INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E ENTIDADES CONJUNTAMENTE CONTROLADAS



SUBSIDIÁRIAS

Subsidiárias são todas as entidades sobre as quais a Empresa tem controlo, o que ocorre quando a Empresa está exposta, ou tem direito, aos retornos variáveis resultantes do seu envolvimento com as entidades e tem a capacidade para afetar esse retorno através do exercício do poder sobre as entidades, independentemente da percentagem que detém sobre os seus capitais próprios.

A existência e o efeito dos direitos de voto potenciais que sejam correntemente exercíveis ou convertíveis são considerados quando se avalia se a Empresa detém o controlo sobre outra entidade.

ENTIDADES CONJUNTAMENTE CONTROLADAS

Uma entidade conjuntamente controlada é um empreendimento conjunto que envolve o estabelecimento de uma sociedade, de uma parceria ou de outra entidade em que o Grupo tenha um interesse.

MENSURAÇÃO

Os investimentos em subsidiárias e em entidades conjuntamente controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo e posteriormente ajustadas pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas subsidiárias e das entidades conjuntamente controladas por contrapartida de "Resultados de subsidiárias e entidades conjuntamente controladas", pelos dividendos recebidos e por outras variações ocorridas nos seus capitais próprios por contrapartida de "Outro rendimento integral". Adicionalmente, as participações em subsidiárias e em entidades conjuntamente controladas poderão igualmente ser ajustadas pelo reconhecimento de perdas por imparidade.

As políticas contabilísticas das subsidiárias e das entidades conjuntamente controladas são ajustadas, sempre que necessário, de forma a garantir que as mesmas são aplicadas de forma consistente com as da Empresa.

Quando a participação da Empresa nas perdas das subsidiárias e das entidades conjuntamente controladas iguala ou ultrapassa o seu investimento nestas sociedades, a Empresa deixa de reconhecer perdas adicionais, exceto se tiver incorrido em responsabilidades ou efetuado pagamentos em nome destas, conforme apresentado na Nota 9.1 – Provisões. Se posteriormente relatarem lucros, a Empresa retoma o reconhecimento da sua quota-parte nesses lucros somente após a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.



VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E EM ENTIDADES CONJUNTAMENTE CONTROLADAS

A Empresa realiza testes de imparidade aos investimentos em subsidiárias e em entidades conjuntamente controladas anualmente e em datas em que determine existirem indícios de que os investimentos possam estar em imparidade. Nas demonstrações financeiras separadas, o *goodwill* incluído na mensuração das participações financeiras não é apresentado separadamente, sendo que as análises de imparidade têm por referência o valor contabilístico total do investimento testado.

Estas projeções resultam dos orçamentos para o ano seguinte e da estimativa dos fluxos de caixa para um período subsequente de quatro anos refletida nos Planos de Médio Longo Prazo aprovados.

Os *cash flows* são descontados às taxas WACC – *Weighted Average Cost of Capital* – calculadas de acordo com o modelo CAPM (*Capital Asset Pricing Model*) e tendo por base custos médios ponderados de dívida e de *equity*, estimados de acordo com os segmentos onde as UGC se inserem. A taxa de juro sem risco considerada resulta de informação de mercado relativa à dívida soberana a médio longo prazo. O beta e a alavancagem dos sectores têm por base a informação de um conjunto alargado de empresas comparáveis sujeito a uma revisão anual. Toda esta informação é recolhida junto de fontes internacionais e independentes, entre outras, através da Reuters e agências de *rating* (S&P, Moody's e Fitch).

A taxa de crescimento na perpetuidade reflete a visão da Gestão a médio longo prazo para as diferentes UGC, tendo presente os objetivos de inflação dos respetivos Bancos Centrais, estimativas de taxa de inflação futuras, as perspetivas macroeconómicas, bem como a evolução previsível dos Mercados onde o Grupo atua. As fontes das previsões macroeconómicas são o FMI e o Banco de Portugal.

Os pressupostos que estiveram na base dos planos de negócios detalham-se como segue:

PRESSUPOSTOS NA BASE DOS PLANOS DE NEGÓCIOS

Pressupostos (CAGR 2023-2027)	Pasta e Papel	Cimento e Derivados*	Ambiente
Vendas em quantidade (kt)			
Referência	Papel UWF	Cimento e Clinquer	Gordura [3,5]
CAGR Vendas em quantidade (kt)	-0,1%	-1,3% a 6,0%	-3,5%
Preço Médio de Venda ML/t			
Referência	Papel UWF	Cimento cinzento no MI	Gordura [3,5]
CAGR Preço Médio de Venda ML/t	-1,8%	2,5% a 21,3%	-7,7%
Total Cash Costs ML			
CAGR Total Cash Costs ML	-6,25%	3,8% a 24,0%	0,91%

* Intervalo correspondente às geografias Portugal, Brasil, Tunísia, Líbano e Angola

Pressupostos (CAGR 2022-2026)	Pasta e Papel	Cimento e Derivados*	Ambiente
Vendas em quantidade (kt)			
Referência	Papel UWF	Cimento e Clinquer	Gordura [3,5]
CAGR Vendas em quantidade (kt)	0,7%	-0,8% a 7,3%	-0,5%
Preço Médio de Venda ML/t			
Referência	Papel UWF	Cimento cinzento no MI	Gordura [3,5]
CAGR Preço Médio de Venda ML/t	-1,2%	0,6% a 9,6%	-3,7%
Total Cash Costs ML			
CAGR Total Cash Costs ML	-1,90%	-0,40% a 19,28%	0,69%

* Intervalo correspondente às geografias Portugal, Brasil, Tunísia, Líbano e Angola

PRESSUPOSTOS MACROECONÓMICOS E FINANCEIROS

Os principais pressupostos considerados a nível macroeconómico são as projeções de taxa de crescimento do PIB e de inflação nos mercados onde o Grupo atua (Portugal, no caso de todas as UGC, e ainda Tunísia, Líbano, Brasil e Angola no segmento Cimento e Derivados). As fontes das projeções são o FMI e o Banco de Portugal.

A taxa de crescimento na perpetuidade reflete a visão da Gestão a médio longo prazo para as diferentes UGC, tendo presente os pressupostos macroeconómicos.

Pressupostos financeiros	31/12/2022				31/12/2021			
	Taxa de Juro sem risco*	Taxa WACC EUR	Tx Cresci ^o na perp. EUR	Taxa de Imposto	Taxa de Juro sem risco*	Taxa WACC EUR	Tx Cresci ^o na perp. EUR	Taxa de Imposto
Pasta e Papel								
Portugal								
Período de Planeamento explícito	2,94%	6,76%	-	27,50%	0,30%	4,46%	-	27,50%
Perpetuidade	2,94%	6,76%	0,00%	27,50%	2,31%	6,34%	0,00%	27,50%
Cimentos e derivados								
Portugal								
Período de Planeamento explícito	2,94%	6,48%	-	27,50%	0,30%	4,47%	-	27,50%
Perpetuidade	2,94%	6,48%	1,85%	27,50%	2,31%	6,30%	1,71%	27,50%
Ambiente								
Portugal								
Período de Planeamento explícito	2,94%	7,70%	-	25,50%	0,30%	4,59%	-	25,50%
Perpetuidade	2,94%	7,70%	1,25%	25,50%	2,31%	6,50%	1,25%	25,50%

Nota: Nos Cimentos e derivados foram ainda consideradas taxas WACC em euros situadas entre os 6,48% e os 20,50% para o Brasil, Tunísia, Angola e Líbano.

* Inclui o Country Risk Premium

TESTE DE IMPARIDADE

Em resultado dos testes de imparidade efetuados nos períodos de 2022 e 2021, não foi identificada qualquer perda por imparidade no *goodwill*.

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

Foi realizada uma análise de sensibilidade, aos pressupostos considerados chave (de forma independente para cada pressuposto), taxa WACC e *cash flow* livre, a qual não determinou qualquer imparidade para o *goodwill* alocado a cada UGC.

VARIAÇÃO DO EQUITY SEMAPA POR VARIAÇÃO DA TAXA WACC:

Análise de sensibilidade à Taxa WACC	31/12/2022				31/12/2021			
	-50bps	+50bps	-1%	+1%	-50bps	+50bps	-1%	+1%
Pasta e Papel								
Período de Planeamento explícito	2%	-2%	5%	-5%	3%	-3%	6%	-5%
Perpetuidade	7%	-6%	15%	-11%	8%	-7%	18%	-13%
Planeamento explícito e Perpetuidade	10%	-8%	21%	-16%	11%	-10%	25%	-18%
Cimentos e outros materiais de construção								
Período de Planeamento explícito	3%	-3%	6%	-6%	3%	-3%	6%	-6%
Perpetuidade	11%	-9%	25%	-17%	11%	-9%	25%	-16%
Planeamento explícito e Perpetuidade	14%	-12%	32%	-22%	14%	-12%	32%	-21%
Ambiente								
Período de Planeamento explícito	2%	-2%	4%	-4%	2%	-2%	5%	-4%
Perpetuidade	6%	-5%	13%	-10%	9%	-7%	19%	-13%
Planeamento explícito e Perpetuidade	8%	-7%	18%	-13%	11%	-9%	25%	-17%

VARIAÇÃO DO EQUITY SEMAPA POR VARIAÇÃO DO CASH FLOW LIVRE:

Análise de sensibilidade ao FCF	31/12/2022				31/12/2021			
	-5%	+5%	-10%	+10%	-5%	+5%	-10%	+10%
Pasta e Papel	-6%	6%	-11%	11%	-6%	6%	-12%	12%
Cimentos e outros materiais de construção	-7%	7%	-14%	14%	-7%	7%	-13%	13%
Ambiente	-5%	5%	-9%	9%	-5%	5%	-10%	10%

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os investimentos em participações financeiras registados pelo método de equivalência patrimonial na demonstração da posição financeira, incluindo o *goodwill*, tinham a seguinte composição:

Denominação social	Sede	31/12/2022			31/12/2021		
		Capital próprio	% detida	Saldo*	Capital próprio	% detida	Saldo*
Subsidiárias							
Aphelion, S.A.	Portugal	41.924	100,00%	41.924	42.788	100,00%	42.788
ETSA Investimentos, SGPS, S.A.	Portugal	89.239.196	99,99%	89.228.278	78.163.518	99,99%	78.154.783
Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	Portugal	305.643.031	100,00%	439.800.168	319.542.839	100,00%	453.701.588
Semapa Inversiones, S.L.	Espanha	101.045	100,00%	101.045	113.250	100,00%	113.250
Semapa Next, S.A.	Portugal	48.124.114	100,00%	48.124.114	20.479.500	100,00%	20.479.500
The Navigator Company, S.A.	Portugal	1.017.963.740	69,97%	834.597.262	814.453.263	69,97%	692.200.264
Entidades conjuntamente controladas							
UTIS - Ultimate Technology to Industrial Savings, S.A.	Portugal	21.964.842.	50,00%	37.823.495	6.936.200	50,00%	3.468.100
				1.449.716.286	1.248.160.273		

* Inclui *Goodwill*

A subsidiária The Navigator Company, SA é uma sociedade aberta cotada na Euronext Lisboa e que integra o índice PSI, principal índice de referência da Bolsa nacional. Em 31 de dezembro de 2022, a cotação da ação Navigator era de Euros 3,454 (Euros 3,35 em 31 de dezembro de 2021).

Durante o ano de 2022, a Ultimate Cell, sócia da Semapa na UTIS igualmente com 50% do capital desta sociedade, concretizou a transferência da atividade desenvolvida pela sua participada Ultimate Power para a UTIS através da venda de *stocks*, da patente e da transferência de pessoal para esta última. Em simultâneo, realizou um aumento de capital na UTIS. De forma a manter a proporção de 50/50 nesta *joint venture* a Semapa decidiu acompanhar esta operação de aumento de capital ficando contratualmente estabelecido um *earnout* (a pagar pela Semapa à Ultimate Cell) a apurar com base na previsão de EBITDA gerado pela UTIS (já com a incorporação da atividade até então desenvolvida pela Ultimate Power) nos exercícios de 2022 e 2023.

Em face do exposto, a Semapa reforçou a participação financeira no valor de Euros 26.841.074 por contrapartida de um passivo correspondente ao valor estimado do *earnout* a pagar à Ultimate Cell (Nota 4.2), que corresponde essencialmente ao *goodwill* determinado provisoriamente na sequência de identificação de sinergias. Este *earnout* será liquidado após a realização das Assembleias Gerais anuais de 2023 (parcela de 2022 – estimada em Euros 24.041.074 registada em valores a pagar correntes, conforme Nota 4.2) e 2024 (parcela de 2023 estimada em Euros 2.800.000 registada em valores a pagar não correntes, conforme Nota 4.2), com base nas contas anuais da UTIS aprovadas e certificadas pelo auditor.

INFORMAÇÃO FINANCEIRA RESUMIDA DAS SUBSIDIÁRIAS E DA ENTIDADE CONJUNTAMENTE CONTROLADA

31 de dezembro de 2022	Ativos correntes	Ativos não correntes	Passivos correntes	Passivos não correntes	Rédito do período	Resultado líquido	Rendimento integral
Subsidiárias							
Aphelion, S.A.	43.133	-	1.209	-	-	(865)	(865)
ETSA Investimentos, SGPS, S.A.	38.818.129	70.952.253	18.103.625	2.041.900	54.622.984	12.226.376	12.226.376
Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	294.988.271	910.245.638	476.617.248	409.648.399	602.980.604	12.625.862	25.114.647
Semapa Inversiones, S.L.	101.633	-	588	-	-	(12.205)	(12.205)
Semapa Next, S.A.	108.120	48.816.663	800.670	-	1.365.301	2.708.696	3.104.614
The Navigator Company, S.A.	1.157.172.956	1.564.734.047	789.789.174	913.856.112	2.464.624.691	381.467.056	464.581.395
Entidades conjuntamente controladas							
UTIS - Ultimate Technology to Industrial Savings, S.A.	31.290.402	2.060.397	11.385.958	-	40.420.414	17.508.759	17.508.759

31 de dezembro de 2021	Ativos correntes	Ativos não correntes	Passivos correntes	Passivos não correntes	Rédito do período	Resultado líquido	Rendimento integral
Subsidiárias							
Aphelion, S.A.	43.292	-	504	-	-	(691)	(691)
ETSA Investimentos, SGPS, S.A.	29.450.539	66.179.305	14.649.137	2.485.172	39.972.442	8.918.331	8.918.331
Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	258.552.365	812.459.616	373.831.381	360.264.481	495.863.777	52.504.091	40.714.195
Semapa Inversiones, S.L.	115.386	-	2.136	-	-	(19.433)	(19.433)
Semapa Next, S.A.	210.531	21.168.292	899.323	-	1.119.074	713.713	1.005.409
The Navigator Company, S.A.	744.723.485	1.607.738.526	558.184.283	979.537.569	1.595.870.445	160.339.581	168.462.477
Entidades conjuntamente controladas							
UTIS - Ultimate Technology to Industrial Savings, S.A.	14.831.733	991.313	8.886.846	-	17.388.598	5.302.022	5.302.022

Os valores apresentados referentes a cada Participada poderão diferir dos apresentados individualmente por cada uma nas suas Demonstrações Financeiras estatutárias, na sequência de ajustamentos de harmonização e outros decorrentes da aplicação das normas contabilísticas em vigor.

RECONCILIAÇÃO DO CAPITAL PRÓPRIO DAS SUBSIDIÁRIAS MATERIAIS E DA ENTIDADE CONJUNTAMENTE CONTROLADA COM O SALDO DA PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA

31 de dezembro de 2022	Aphelion, S.A.	ETSA Investimentos, SGPS, S.A.	Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	Semapa Inversiones, S.L.	Semapa Next, S.A.	The Navigator Company, S.A.	UTIS - Ultimate Technology to Industrial Savings, S.A.
Valores em Euros							
Capital próprio	41.924	89.239.196	305.643.031	101.045	48.124.114	1.017.963.740	21.964.842
% detida	100%	99,99%	100%	100%	100%	70%	50%
	41.924	89.228.278	305.634.863	101.045	48.124.114	712.272.816	10.982.421
<i>Goodwill</i>	-	-	134.165.305	-	-	122.324.446	26.841.074
Participação financeira	41.924	89.228.278	439.800.168	101.045	48.124.114	834.597.262	37.823.495

31 de dezembro de 2021	Aphelion, S.A.	ETSA Investimentos, SGPS, S.A.	Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	Semapa Inversiones, S.L.	Semapa Next, S.A.	The Navigator Company, S.A.	UTIS - Ultimate Technology to Industrial Savings, S.A.
Valores em Euros							
Capital próprio	42.788	78.163.518	319.542.839	113.250	20.479.500	814.453.263	6.936.200
% detida	100,00%	99,99%	100,00%	100,00%	100,00%	69,97%	50,00%
	42.788	78.154.783	319.536.283	113.250	20.479.500	569.875.818	3.468.100
<i>Goodwill</i>	-	-	134.165.305	-	-	122.324.446	-
Participação financeira	42.788	78.154.783	453.701.588	113.250	20.479.500	692.200.264	3.468.100

MOVIMENTOS EM INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS

Valores em Euros	2022	2021
Saldo inicial	1.248.160.273	1.219.396.344
Aquisições		
Participação na UTIS - Ultimate Technology to Industrial Savings, S.A.	46.000	4.411.614
<i>Goodwill</i> da UTIS - Ultimate Technology to Industrial Savings, S.A.	26.841.074	-
Prestações suplementares		
Semapa Next, S.A.	24.540.000	10.845.000
Aquisições e aumentos de capital	51.427.074	15.256.614
Reembolso de <i>share premium</i>		
Reembolso de prestações suplementares		
Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A	(40.500.000)	(40.500.000)
Reduções de capital, alienações e liquidações	(40.500.000)	(40.500.000)
Resultado líquido apropriado pela aplicação do método de equivalência patrimonial		
Aphelion, S.A.	(865)	(691)
ETSA Investimentos, SGPS, S.A.	12.073.382	8.917.335
Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	12.360.811	52.503.014
Semapa Inversiones, S.L.	(12.205)	(19.433)
Semapa Next, S.A.	2.708.696	713.713
The Navigator Company, S.A.	266.912.541	112.190.170
UTIS - Ultimate Technology to Industrial Savings, S.A.	8.754.382	333.361
Resultado líquido	302.796.742	174.637.469
Dividendos		
The Navigator Company, S.A.	(174.917.457)	(104.648.918)
ETSA Investimentos, SGPS, S.A.	(999.888)	(999.888)
UTIS - Ultimate Technology to Industrial Savings, S.A.	(1.116.780)	(1.237.742)
Dividendos atribuídos	(177.034.125)	(106.886.548)
Outros rendimentos integrais	64.866.322	(13.743.603)
Outros movimentos	-	(3)
Outros movimentos de capital próprio das subsidiárias	64.866.322	(13.743.606)
Saldo final	1.449.716.286	1.248.160.273

10.2 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

Valores em Euros	31/12/2022				
	Valores a receber (Nota 4.1)	Valores a receber - RETGS (Nota 4.1)	Valores a pagar (Nota 4.2)	Valores a pagar - RETGS (Nota 4.2)	Financiamentos obtidos (Nota 5.6)
Acionistas					
Sodim, SGPS, S.A.	745	-	-	-	-
	745	-	-	-	-
Subsidiárias - participações diretas (Nota 10.1)					
Aphelion, S.A.	66	-	-	328	42.042
ETSA Investimentos, SGPS, S.A.	-	-	-	34.539	-
Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	4.288.777	-	-	9.561.646	-
Semapa Inversiones, S.L.	-	-	16	-	43.536
Semapa Next, S.A.	84.301	48.486	229	-	-
	4.373.144	48.486	245	9.596.513	85.578
Outras subsidiárias do Grupo Semapa					
Abapor - Comércio e Indústria de Carnes, S.A.	-	25.085	-	-	-
Argibetão - Soc. de Novos Prod. de Argila e Betão, S.A.	185.046	-	-	550.968	-
Beto Madeira - Betões e Britas da Madeira, S.A.	-	-	-	40	-
Betotrans II - Unipessoal, Lda.	-	1.542	-	-	-
Biological - Gestão de Resíduos Industriais, Lda.	-	57.649	-	-	-
Brimade - Sociedade de Britas da Madeira, S.A.	26.891	-	-	18.240	-
Cimentos Madeira, Lda.	-	-	-	65.795	-
Ciminpart - Investimentos e Participações, SGPS, S.A.	-	-	-	6.640	-
ETSA Log, S.A.	-	22.189	-	-	-
Florimar- Gestão e Participações, S.G.P.S., Lda.	-	-	-	3.531	-
ITS - Indústria Transformadora de Subprodutos, S.A.	-	100.141	-	-	-
Sebol - Comércio e Indústria de Sebo, S.A.	-	1.112.926	-	-	-
Secil - Britas, S.A.	327.162	73.163	-	-	-
Secil Brands - Marketing, Publicidade, Gestão e Desenvolv. de Marcas, Lda.	71.480	-	-	85.871	-
Secil Martingança - Aglomerantes e Novos Materiais para a Construção, S.A.	244.981	115.124	-	-	-
Unibetão - Indústrias de Betão Preparado, S.A.	-	-	-	90.690	-
	855.560	1.507.818	-	821.774	-
Outras entidades relacionadas					
CLA - Castro Caldas, Correia Lopes, Mendes de Almeida e Associados, Soc. Advogados	-	-	7.380	-	-
Hotel Ritz, S.A.	-	-	8.433	-	-
Letras Criativas, Unipessoal, Lda.	-	-	6.150	-	-
Sociedade Agrícola da Herdade dos Fidalgos, Unipessoal, Lda.	-	-	710	-	-
Ultimate Cell, Lda.	-	-	26.841.074	-	-
Membros dos órgãos de gestão	2.139	-	7.255	-	-
	2.139	-	26.871.001	-	-
	5.231.588	1.556.304	26.871.247	10.418.288	85.578

Valores em Euros	31/12/2021				
	Valores a receber (Nota 4.1)	Valores a receber - RETGS (Nota 4.1)	Valores a pagar (Nota 4.2)	Valores a pagar - RETGS (Nota 4.2)	Financiamentos obtidos (Nota 5.6)
Acionistas					
Sodim, SGPS, S.A.	512	-	-	-	-
	512	-	-	-	-
Subsidiárias - participações diretas (Nota 10.1)					
Aphelion, S.A.	-	-	-	328	42.028
ETSA Investimentos, SGPS, S.A.	36.281	-	-	36.283	-
Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	4.382.879	-	34.513	9.105.898	-
Semapa Inversiones, S.L.	-	-	-	-	56.767
Semapa Next, S.A.	441.607	31.470	-	-	-
The Navigator Company, S.A.	1.023.084	6.447.546	-	-	-
	5.883.851	6.479.016	34.513	9.142.509	98.795
Outras subsidiárias do Grupo Semapa					
Abapor - Comércio e Indústria de Carnes, S.A.	-	59.287	-	-	-
Argibetão - Soc. de Novos Prod. de Argila e Betão, S.A.	-	431.129	-	-	-
Beto Madeira - Betões e Britas da Madeira, S.A.	-	-	-	14	-
Betotrans II - Unipessoal, Lda.	-	5.446	-	-	-
Biological - Gestão de Resíduos Industriais, Lda.	-	100.634	-	-	-
Brimade - Sociedade de Britas da Madeira, S.A.	-	42.932	-	-	-
Cimentos Madeira, Lda.	-	-	-	64.770	-
Ciminpart - Investimentos e Participações, SGPS, S.A.	-	-	-	17.805	-
ETSA Log, S.A.	-	18.974	-	-	-
ITS - Indústria Transformadora de Subprodutos, S.A.	-	99.865	-	-	-
Sebol - Comércio e Indústria de Sebo, S.A.	-	836.471	-	-	-
Secil - Britas, S.A.	-	221.029	-	-	-
Secil Brands - Marketing, Publicidade, Gestão e Desenv. de Marcas, Lda.	-	-	-	29.101	-
Secil Martingança - Aglomerantes e Novos Materiais para a Construção, S.A.	279.993	9.991	-	-	-
Unibetão - Indústrias de Betão Preparado, S.A.	-	-	-	414.490	-
	279.993	1.825.758	-	526.180	-
Outras entidades relacionadas					
CLA - Castro Caldas, Correia Lopes, Mendes de Almeida e Associados, Soc. Advogados	-	-	7.380	-	-
Nofigal, Lda.	-	-	4.059	-	-
UTIS - Ultimate Technology to Industrial Savings, S.A.	618.871	-	-	-	-
Membros dos órgãos de gestão	-	-	7.255	-	-
	618.871	-	18.694	-	-
	6.783.227	8.304.774	53.207	9.668.689	98.795

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os financiamentos obtidos junto de empresas acionistas e de empresas subsidiárias referem-se a operações de tesouraria de curto prazo que vencem juros a taxas de mercado, debitados trimestralmente.

TRANSAÇÕES DO PERÍODO COM PARTES RELACIONADAS

Valores em Euros	2022				
	Compras de bens e serviços	Vendas e Prestações de serviços	(Gastos)/ Rendimentos financeiros	Volume de empréstimos concedidos	Volume de empréstimos obtidos
Subsidiárias - participações diretas (Nota 10.1)					
Aphelion, S.A.	-	-	(55)	-	14
ETSA Investimentos, SGPS, S.A.	-	344.983	-	-	-
Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	-	3.235.361	-	-	-
Semapa Inversiones, S.L.	-	-	(69)	-	18
Semapa Next, S.A.	(1.365.301)	-	-	-	-
The Navigator Company, S.A.	-	8.932.995	-	-	-
	(1.365.301)	12.513.339	(124)	-	32
Outras entidades relacionadas					
Bestweb, Lda.	(22.022)	-	-	-	-
CLA - Castro Caldas, Correia Lopes, Mendes de Almeida e Associados, Soc. Advogados	(72.000)	-	-	-	-
Hotel Ritz, S.A.	(97.571)	-	-	-	-
José Fernando Morais Carreira de Araújo	(30.785)	-	-	-	-
Letras Criativas, Unipessoal, Lda.	(60.000)	-	-	-	-
Nofigal, Lda.	(39.600)	-	-	-	-
Sociedade Agrícola da Herdade dos Fidalgos, Lda.	(1.224)	-	-	-	-
Sonagi - Imobiliária, S.A.	(759.257)	-	-	-	-
	(1.082.459)	-	-	-	-
	(2.447.760)	12.513.339	(124)	-	32

Valores em Euros	2021				
	Compras de bens e serviços	Vendas e prestações de serviços	Redêbitos de serviços externos	(Gastos)/ Rendimentos financeiros	Volume de empréstimos obtidos
Acionistas (Nota 5.2)					
Sodim, SGPS, S.A.	-	-	4.219	-	-
	-	-	4.219	-	-
Subsidiárias - participações diretas (Nota 10.1)					
Aphelion, S.A.	-	-	-	(57)	57
ETSA Investimentos, SGPS, S.A.	-	381.097	-	-	-
Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	(28.059)	4.546.728	-	-	-
Semapa Inversiones, S.L.	-	-	-	(84)	84
Semapa Next, S.A.	(1.119.074)	-	43.977	-	-
The Navigator Company, S.A.	-	10.043.173	-	-	-
	(1.147.133)	14.970.998	43.977	(141)	141
Outras entidades relacionadas					
Bestweb, Lda.	(22.022)	-	-	-	-
CLA - Castro Caldas, Correia Lopes, Mendes de Almeida e Associados, Soc. Advogados	(57.000)	-	-	-	-
Hotel Ritz, S.A.	(31.453)	-	-	-	-
Letras Criativas, Unipessoal, Lda.	(60.000)	-	-	-	-
Nofigal, Lda.	(23.100)	-	-	-	-
Sonagi - Imobiliária, S.A.	(766.018)	-	503	-	-
	(1.147.133)	14.970.998	48.196	(141)	141
	(2.294.266)	29.941.996	96.392	(282)	282

Em exercícios anteriores foram celebrados contratos de arrendamento entre a Semapa e a Sonagi – Imobiliária, S.A. relativos ao arrendamento de vários pisos de escritório no edifício de que esta é proprietária e onde opera a sede da Semapa, na Av. Fontes Pereira de Melo, n.º 14, em Lisboa.

VALORES A RECEBER E A PAGAR – CONSOLIDAÇÃO FISCAL (RETGS)

Os saldos a receber e a pagar às subsidiárias incluídas no Grupo fiscal da Empresa, relacionados com as operações do RETGS (Nota 6.1), têm a seguinte natureza:

Valores em Euros	31/12/2022		31/12/2021	
	A receber	A pagar	A receber	A pagar
Imposto sobre o rendimento do exercício de subsidiárias	5.618.221	1.989.724	4.866.603	1.631.970
Recebimentos por conta de IRC	(4.127.130)	(12.166.335)	(3.009.182)	(10.998.870)
Retenções na fonte a recuperar	(331)	(8.632)	(193)	(59.494)
Dupla tributação internacional	-	(233.045)	-	(242.295)
IRC de exercícios anteriores	65.544	-	6.447.546	-
	1.556.304	(10.418.288)	8.304.774	(9.668.689)

OUTRAS DIVULGAÇÕES RELATIVAS A PARTES RELACIONADAS

No período de 2018, a subsidiária Semapa Next. S.A. celebrou um contrato com vista à realização de um investimento de 12 milhões de dólares no “Alter Venture Partners Fund 1”, entidade da qual um administrador não executivo da Semapa é membro da equipa executiva.



A remuneração do pessoal de gestão chave da Empresa é detalhada na Nota 7.3 – Remuneração dos membros dos órgãos sociais.

Lisboa, 23 de março de 2023

CONTABILISTA CERTIFICADO

Paulo Jorge Morais Costa

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE

José António do Prado Fay

VOGAIS

Ricardo Miguel dos Santos Pacheco Pires

Vítor Paulo Paranhos Pereira

Filipa Mendes de Almeida de Queiroz Pereira

Mafalda Mendes de Almeida de Queiroz Pereira

Lua Mónica Mendes de Almeida de Queiroz Pereira

António Pedro de Carvalho Viana-Baptista

Paulo José Lameiras Martins



KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
 Edifício FPM41 - Avenida Fontes Pereira de Melo, 41 - 15.º
 1069-006 Lisboa - Portugal
 +351 210 110 000 | www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A.** (a Entidade), que compreendem a demonstração separada da posição financeira em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 1.656.616.406 euros e um total de capital próprio de 1.323.380.145 euros, incluindo um resultado líquido de 307.089.834 euros), a demonstração separada dos resultados, a demonstração separada do rendimento integral, a demonstração separada das alterações nos capitais próprios e a demonstração separada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A.** em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.



Valorização de participações financeiras (1.449.716.286 euros)

Ver nota 1.6 das Estimativas e julgamentos contabilísticos relevantes e nota 10.1 das Demonstrações Financeiras

O Risco

A valorização das participações financeiras da Entidade, requer um elevado grau de estimativa e julgamento pelo Conselho de Administração, nomeadamente no que diz respeito ao apuramento do valor recuperável dos investimentos efetuados quando identificados indícios de imparidade.

A nossa resposta ao risco identificado

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros aspetos, os que de seguida descrevemos:

- Avaliámos o desenho e implementação dos principais controlos implementados pela Entidade e analisámos os procedimentos de orçamentação em que as projeções se baseiam, por referência à comparação do desempenho atual com estimativas efetuadas em períodos anteriores, e a integridade do modelo de fluxos de caixa descontados;
 - Avaliámos os pressupostos internos e externos utilizados e a razoabilidade dos mesmos, tais como as tendências atuais do negócio, o desempenho do mercado, inflação, crescimento económico projetado e taxas de desconto;
 - Realizámos análises de sensibilidade aos pressupostos e previsões utilizados;
 - Envolvermos os nossos especialistas na aferição da taxa de custo médio de capital; e
 - Avaliámos a adequação das respetivas divulgações nas demonstrações financeiras, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.
-



Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão, relatório de governo societário e relatório sobre remunerações, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;



- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e,
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais em matéria de governo societário, bem como a verificação de que o relatório de remunerações foi apresentado.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.



Sobre o relatório de governo societário

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis à Entidade nos termos do artigo 29.º-H do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e l) do n.º 1 do referido artigo.

Sobre o relatório de remunerações

Dando cumprimento ao artigo 26.º-G, n.º 6, do Código dos Valores Mobiliários, informamos que a Entidade incluiu em capítulo autónomo, no seu relatório de governo societário, as informações previstas no n.º 2 do referido artigo.

Sobre o Formato Eletrónico Único Europeu (ESEF)

As demonstrações financeiras da Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 têm de cumprir os requisitos aplicáveis estabelecidos no Regulamento Delegado (UE) 2019/815 da Comissão, de 17 de dezembro de 2018 (Regulamento ESEF).

O órgão de gestão é responsável pela elaboração e divulgação do relatório anual em conformidade com o Regulamento ESEF.

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras, incluídas no relatório anual estão apresentadas em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

Os nossos procedimentos tomaram em consideração a Guia de Aplicação Técnica da OROC sobre o relato em ESEF e incluíram, entre outros:

- a obtenção da compreensão do processo de relato financeiro, incluindo a apresentação do relatório anual no formato XHTML válido;
- a identificação e avaliação dos riscos de distorção material associados à marcação das informações das demonstrações financeiras, em formato XBRL utilizando a tecnologia iXBRL. Esta avaliação baseou-se na compreensão do processo implementado pela entidade para marcar a informação.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras, incluídas no relatório anual estão apresentadas, em todos os aspetos materiais, em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores da Entidade pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 22 de setembro de 2017 para um mandato compreendido entre 2018 e 2021. Fomos nomeados na assembleia geral de acionistas realizada em 27 de maio de 2022 para um segundo mandato compreendido entre 2022 e 2024.



- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 13 de abril de 2023.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 5.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

14 de abril de 2023

KPMG & Associados

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.

(n.º 189 e registada na CMVM com o n.º 20161489)

representada por

Paulo Alexandre Martins Quintas Paixão

(ROC n.º 1427 e registado na CMVM com o n.º 20161037)

SEMAPA - Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A.**Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
Demonstrações Financeiras Separadas****Exercício de 2022**

Senhores Accionistas,

1. Nos termos da lei, dos estatutos da empresa e no desempenho do mandato que nos conferiram, vimos apresentar o nosso relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida em 2022 e dar o nosso parecer sobre o Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras Separadas apresentadas pelo Conselho de Administração da Semapa - Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A., relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.
2. No decurso do exercício, acompanhámos com regularidade a actividade da empresa, com a periodicidade e extensão que considerámos adequada, nomeadamente através de reuniões periódicas com a Administração da Sociedade e Directores. Acompanhámos a verificação dos registos contabilísticos e da respectiva documentação de suporte, bem como a eficácia dos sistemas de gestão de riscos, de controlo interno e de auditoria interna. Vigiámos pela observância da lei e dos estatutos. No exercício da nossa actividade não deparámos com quaisquer constrangimentos.
3. Reunimos por diversas vezes com o Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo, KPMG & Associados, SROC, Lda., acompanhando os trabalhos de auditoria desenvolvidos e fiscalizando a sua independência. Apreciámos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria, que merece o nosso acordo.
4. O Conselho Fiscal analisou as propostas que lhe foram presentes para prestação de serviços distintos de auditoria pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, tendo aprovado aquelas que respeitavam a serviços permitidos, não afectavam a independência da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e cumpriam os demais requisitos legais.

5. No exercício das nossas funções, verificámos que:
- a) a Demonstração separada dos resultados, a Demonstração separada da posição financeira, a Demonstração separada do rendimento integral, a Demonstração separada das alterações no capital próprio, a Demonstração separada dos fluxos de caixa e as correspondentes Notas às demonstrações financeiras separadas, permitem uma adequada compreensão da situação financeira da empresa e dos seus resultados, do rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa;
 - b) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados estão conformes com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia, e são adequados por forma a assegurar que os mesmos conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados, tendo-se dado seguimento às análises e recomendações emitidas pelo auditor externo;
 - c) o Relatório de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da empresa, evidenciando com clareza os aspectos mais significativos da actividade;
 - d) O Relatório sobre o Governo Societário inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 29.º-H do Código dos Valores Mobiliários e teve em conta as recomendações do Código do Instituto Português de Corporate Governance (IPCG).
6. Somos do parecer que a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.
7. Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços da empresa, bem como as conclusões constantes da Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria, somos do parecer que:
- a) seja aprovado o Relatório de Gestão;
 - b) sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras Separadas;
 - c) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

8. Finalmente, os membros do Conselho Fiscal expressam o seu reconhecimento e agradecimento pela colaboração prestada, ao Conselho de Administração, aos principais responsáveis e aos demais colaboradores da Empresa, bem como à Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, KPMG & Associados, SROC, Lda.

Lisboa, 14 de abril de 2023

O Presidente do Conselho Fiscal,

José Manuel Oliveira Vitorino

O Vogal,

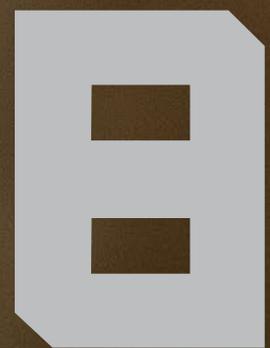
Gonçalo Nuno Palha Gaio Picão Caldeira

O Vogal,

Maria da Graça Torres Ferreira da Cunha Gonçalves

(Página intencionalmente deixada em branco)





Índice

1	INFORMAÇÃO DE SUPORTE DE SUSTENTABILIDADE	462
1.1	Indicadores de <i>Governance</i>	462
1.2	Indicadores Económicos	463
1.3	Indicadores Ambientais	469
1.4	Indicadores Sociais	479
2	RELATÓRIO INDEPENDENTE DE GARANTIA LIMITADA DE FIABILIDADE	512

(Página intencionalmente deixada em branco)

8.1. INFORMAÇÃO DE SUPORTE DE SUSTENTABILIDADE

O relato de informação de sustentabilidade foi elaborado de acordo com as Normas da Global Reporting Initiative (GRI), na sua versão de 2021. Na sua redação estão abrangidas informações da *Holding* e respetivas Participadas – Navigator, Secil, ETSA e Semapa Next. De referir que as informações da *Holding* e da Semapa Next são apresentadas em conjunto e que, no caso da Navigator, todos os indicadores estão consolidados, com exceção de Moçambique, cuja atividade está descrita ao longo do documento, sempre que aplicável.

Através do presente documento é dada resposta aos requisitos legais introduzidos pelo Decreto-Lei N.º 89/2017, de 28 de julho, no referente à divulgação, por parte de grandes empresas e grupos, de informação não financeira e de informações sobre diversidade.

Em anexo, apresenta-se o Índice GRI, as correspondências de conteúdo entre o presente documento e o modelo de relatório para divulgação de informação não financeira definido pela CMVM – Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, assim como o *framework* do World Economic Forum's (WEF) *Measuring Stakeholder Capitalism Towards Common Metrics and Consistent Reporting of Sustainable Value Creation*, publicado em 2020, na sua opção *core*, e ao qual o Grupo Semapa aderiu voluntariamente o ano passado.

Por motivos de simplificação de linguagem, não se distinguem os termos “impacto” e “impacte”, tendo-se optado por adotar exclusivamente o termo “impacto”.

A informação de sustentabilidade constante neste relatório foi alvo de uma verificação externa, conduzida pela KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., que elaborou um relatório independente, de garantia limitada de fiabilidade.

Apresenta-se de seguida a informação de sustentabilidade. As alterações e reformulações, face ao relato do ano anterior, estão assinaladas nas notas metodológicas correspondentes a cada indicador.

8.1.1 INDICADORES DE GOVERNANCE

GRI 2: GOVERNANCE

GRI 2-14: Papel do órgão de governança hierarquicamente mais elevado no relato de sustentabilidade

A aprovação do relato de sustentabilidade (incluindo tópicos materiais) é feita pelo Conselho de Administração. A Comissão Executiva revê o mesmo após o envio pela Comissão de Sustentabilidade. Se estiver de acordo, envia para aprovação para o Conselho de Administração.

GRI 2-21: Rácio de compensação anual

O rácio de compensação anual da *Holding*, em 2022, foi de 22,40.

ESTRATÉGIAS, POLÍTICAS E PRÁTICAS

GRI 2-27: Conformidade com leis e regulamentos

Não se registaram ocorrências significativas nem multas pagas resultantes de não conformidades com leis e /ou regulamentos.

ENVOLVIMENTO COM OS STAKEHOLDERS

GRI 2-28: Participação em associações

A Semapa *Holding* participa de forma ativa nas seguintes associações:

- AEM – Associação de Empresas Emitentes de Valores Cotados em Mercado
- Associação Business Roundtable Portugal
- Instituto Português de Corporate Governance

A estes acresce a participação, por parte das empresas do Grupo, noutras associações setoriais e na área da sustentabilidade, disponíveis nos respetivos relatórios de sustentabilidade (Navigator e Secil).

8.1.2 INDICADORES ECONÓMICOS

GRI 201: DESEMPENHO ECONÓMICO

GRI 201-1: Valor económico direto gerado e distribuído (€)				
	Descrição	2020	2021	2022
Grupo Semapa	Valor Económico Gerado	1.966.260	2.228.306	3.287.321
	Receitas	1.966.260	2.228.306	3.287.321
	Valor Económico Distribuído	1.628.916	1.792.879	2.541.464
	Custos Operacionais	1.288.514	1.389.223	1.930.102
	Salários e benefícios dos Colaboradores	217.299	248.317	281.789
	Pagamentos a provedores de capital	126.887	125.027	274.823
	Impostos	-6.127	28.019	52.303
	Investimentos na comunidade	2.343	2.294	2.446
	Valor Económico Acumulado	337.344	435.426	745.857

GRI 201-2: Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades decorrentes de mudanças climáticas				
Empresa/ Participada	Descrição	2020	2021	2022
Navigator	Número de licenças de emissão de CO ₂	516.319	620.805	574.122
	Valor de mercado (k€)	16.909	50.068	46.785
Secil	Número de licenças de emissão de CO ₂	2.423.234	2.349.520	2.326.945
	Valor de mercado (k€)	79.288	189.489	189.623

O Grupo Semapa está comprometido com a descarbonização das suas operações, estando a implementar roteiros de descarbonização das emissões em cada uma das Participadas. Estes roteiros apresentam-se como os principais planos do Grupo não só para contribuir à escala possível para a descarbonização global, e contribuir assim para uma maior estabilidade da rede energética, mas também para evitar custos associados a licenças de emissões.

O possível aumento do custo de aquisição de energia (combustíveis ou elétrica), associada à descarbonização da economia, é uma das implicações financeiras que o Grupo pode enfrentar nos próximos anos. Outra implicação financeira que o Grupo tem de ter em conta são os custos decorrentes dos custos incorridos através do mercado CELE, nomeadamente com as licenças de CO₂ (indicado na tabela acima). Se atualmente a ETSA não está abrangida pelo CELE, no futuro a legislação pode alterar, e pequenas instalações, atualmente não abrangidas, podem passar a pagar também pelas emissões de CO₂.

De referir que, em 2022, a Navigator iniciou o projeto de implementação das recomendações da Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD) e desenhou um roteiro para, nos próximos anos, desenvolver as atividades que lhe permitirão alcançar o alinhamento com esta iniciativa. O objetivo é poder integrar as recomendações da TCFD na estratégia e nos processos de gestão de riscos corporativos, aproveitando a oportunidade para avaliar potenciais implicações financeiras e estratégicas, decorrentes de alterações climáticas, e desenvolver respostas adequadas.

GRI 201-3: Obrigações com planos de benefícios definidos e outros planos de reforma

Esta informação encontra-se disponível nos Relatórios & Contas das respetivas Participadas.

GRI 201-4: Apoio financeiro recebido do governo (milhares de euros)				
Empresa/ Participada	Descrição	2020	2021	2022
Grupo Semapa	Incentivos fiscais/crédito (k€)	6.589	11.472	5.226
	Subsídios (k€)	440	562	13.413
	Apoios para pesquisa, desenvolvimento e investimento (k€)	2.355	2.560	1.533

Nota: Os valores de 2020 e 2021 referentes aos incentivos fiscais/crédito foram corrigidos face ao publicado no relatório anterior

GRI 202: PRESENÇA NO MERCADO

GRI 202-1: Rácio entre o salário mais baixo por género, comparado com o salário mínimo local				
Empresa/ Participada	Descrição	2020	2021	2022
Navigator	Homens	1,12	1,07	1,13
	Mulheres	1,12	1,07	1,13
Secil	Homens	-	1,00	1,00
	Mulheres	-	1,00	1,00
ETSA	Homens	-	1,03	1,01
	Mulheres	-	1,03	1,01
 Holding	Homens	-	1,72	1,64
	Mulheres	-	1,26	1,56

Nota 1: A Secil, ETSA e Holding passaram a reportar este indicador em 2021.

Nota 2: Os dados apresentados apenas dizem respeito a Portugal.

Nota 3: A forma de apresentação dos valores reportados em 2020 e 2021 foi ajustado para o formato de rácio, em vez de percentagem.

GRI 203: IMPACTES ECONÓMICOS INDIRETOS

GRI 203-1: Investimentos em infraestruturas e serviços assegurados

Ao nível do Grupo, não foram avaliados de forma sistemática os impactos económicos indiretos resultantes dos investimentos em infraestruturas e serviços. Os valores correspondentes ao investimento na comunidade estão apresentados no indicador 201-1.

GRI 203-2: Impactes económicos indiretos significativos

Ao nível do Grupo, não foram avaliados de forma sistemática os impactos económicos indiretos resultantes da sua atividade. Refira-se, no entanto, que, em 2022, o Grupo conta com mais de 5.800 Colaboradores (GRI 2-7), tendo distribuído cerca de 281,8 milhões de euros em salários e benefícios (GRI 201-1). Além dos seus Colaboradores, as empresas do Grupo distribuem o seu volume de compras por alguns milhares de fornecedores, dos quais a maioria são nacionais, num valor superior a 2 milhões de euros¹ (GRI 204-1). Estes números geram um impacto económico indireto, não só através do rendimento das famílias dos Colaboradores, mas também na geração indireta de emprego e rendimento para empresas e fornecedores particulares.

Saliente-se igualmente que a Navigator se posiciona como uma das maiores empresas portuguesas – representando cerca de 1% do PIB² e ocupando o 3.º lugar² na lista das maiores empresas exportadoras em Portugal. Mais de 90% dos seus produtos são vendidos fora de Portugal, tendo como destino mais de 130 países. Pela incorporação na sua cadeia de valor de recursos endógenos naturais gerados pela floresta plantada e por criar rendimento e emprego no país, onde adquire a grande maioria da matéria-prima e dos serviços, ocupa o 1.º lugar na lista das empresas exportadoras com maior contributo para o Valor Acrescentado Nacional². Através das suas atividades são gerados mais de 30.000 empregos diretos, indiretos e induzidos³.

¹ Estes valores não se encontram consolidados para o Grupo, referindo-se, a título indicativo, a soma das Participadas, pelo que poderão existir fornecedores comuns às diferentes empresas.

² Fonte: Dados divulgados pelo INE referentes a 2021

³ Fonte: Estudo da KPMG - 2016

GRI 204: PRÁTICAS DE COMPRAS/ABASTECIMENTO

GRI 204-1: Proporção de despesas com fornecedores locais				
Empresa/ Participada	Descrição	2020	2021	2022
Navigator	Número total de fornecedores	6.756	7.172	7.303
	Fornecedores locais (%)	76%	74%	73%
	Fornecedores estrangeiros (%)	24%	26%	27%
	Total de custos com fornecedores (k€)	1.158.577	1.382.341	1.934.460
	Compras efetuadas a fornecedores locais (%)	77%	74%	72%
	Compras efetuadas a fornecedores estrangeiros (%)	23%	26%	28%
Secil	Número total de fornecedores	7.576	7.759	5.771
	Fornecedores locais (%)	92%	92%	89%
	Fornecedores estrangeiros (%)	8%	8%	11%
	Total de custos com fornecedores (k€)	476.527	553.397	501.304
	Compras efetuadas a fornecedores locais (%)	79%	78%	72%
	Compras efetuadas a fornecedores estrangeiros (%)	21%	22%	28%
ETSA	Número total de fornecedores	701	864	938
	Fornecedores locais (%)	95%	96%	94%
	Fornecedores estrangeiros (%)	5%	4%	6%
	Total de custos com fornecedores (k€)	13.723	17.570	26.873
	Compras efetuadas a fornecedores locais (%)	98%	98%	94%
	Compras efetuadas a fornecedores estrangeiros (%)	2%	2%	6%
 Holding	Número total de fornecedores	166	223	240
	Fornecedores locais (%)	84%	83%	88%
	Fornecedores estrangeiros (%)	16%	17%	12%
	Total de custos com fornecedores (k€)	6.905	7.110	8.180
	Compras efetuadas a fornecedores locais (%)	85%	87%	95%
	Compras efetuadas a fornecedores estrangeiros (%)	15%	13%	5%

GRI 205: ANTICORRUPÇÃO

GRI 205-1: Operações submetidas a avaliação de riscos de corrupção

A Semapa *Holding* iniciou, em 2019, o desenvolvimento e a implementação de um sistema de gestão e controlo de riscos, aplicável a todo o Grupo, sendo que a descrição desse plano poderá ser encontrada de forma breve no presente documento e de forma mais detalhada no Relatório do Governo Societário e na Informação sobre Sustentabilidade que integram os documentos de prestação de contas anuais da Semapa. Acresce que, no âmbito do Grupo e considerando as alterações legislativas e regulamentares mais recentes, têm vindo igualmente a ser preparadas e desenvolvidas políticas e sistemas de controlo e prevenção de corrupção e infrações conexas.

No ano de 2022 e no âmbito do Grupo Semapa, não foram submetidas operações concretas a avaliação de riscos de corrupção.

GRI 205-2: Comunicação e formação em políticas e procedimentos de combate à corrupção

O Grupo Semapa tem desenvolvido sistemas de gestão e controlo de riscos e comunicado aos seus Colaboradores o procedimento e as políticas de combate à corrupção, contudo no último ano, o Grupo não levou a cabo nenhuma formação específica nesta área nas suas Participadas. A Navigator manteve em desenvolvimento o programa de formação em ética e *compliance* que abrange a área de combate à corrupção.

No âmbito do Grupo Semapa foram ainda implementados Canais de Denúncias de irregularidades (*whistleblowing*), incluindo de qualquer alegada violação de normas comunitárias, disposições legais, regulamentares e/ou estatutárias e com garantia de anonimato e confidencialidade dos denunciadores, tendo sido igualmente atualizados os respetivos processos e regulamentos de comunicação de irregularidades no seio do Grupo.

GRI 205-3: Casos confirmados de corrupção e medidas tomadas

No ano de 2022 não houve registo de qualquer caso de corrupção.

No caso da Navigator e na sequência dos eventos ocorridos nos anos de 2020 e de 2021, sustentados na investigação criminal de 2020 relativa à alegada corrupção na atividade de receção de madeira de um dos nossos centros fabris, que levou ao despedimento com justa causa dos trabalhadores envolvidos naquela atividade, continuam em curso processos judiciais nas áreas laboral e penal. Com efeito, durante ano de 2022 e decorrente da referida investigação, a Navigator tem acompanhado, nos competentes juízos do trabalho, as ações de impugnação judicial da regularidade e licitude dos despedimentos de 28 trabalhadores. Por outro lado, no foro penal, a Navigator, enquanto assistente, acompanhou a acusação deduzida pelo Ministério Público quanto aos fornecedores e trabalhadores implicados no mencionado processo-crime, tendo igualmente deduzido o competente pedido de indemnização civil.

GRI 206: CONCORRÊNCIA DESLEAL

GRI 206-1: Ações judiciais por concorrência desleal, práticas de *antitrust* e monopólio

Foi instaurado contra Portugal (em particular no caso vertente contra a Navigator enquanto a única produtora nacional) pelo Department of Commerce dos Estados Unidos da América um processo *anti-dumping* que teve início em 21 de janeiro de 2014 quando um grupo de produtores de papel de escritório norte-americanos e um conjunto de sindicatos da indústria entregou uma queixa tendente à investigação de alegadas práticas de *dumping* nas importações de papel de diversos formatos provenientes de cinco países, nomeadamente Austrália, Brasil, China, Indonésia e Portugal.

Atualmente e por efeito deste processo, às exportações de Portugal para os Estados Unidos de determinados tipos de papel comercializados pela Navigator aplica-se uma taxa *anti-dumping*, sendo numa primeira fase efetuados depósitos junto da alfândega, os quais estão sujeitos a ajustes posteriores, à medida da publicação de novas decisões pelo Department of Commerce.

No final de 2021, foi determinada a taxa final do 4.º período de revisão (2019-2020), a qual foi fixada em 2,21%. A determinação desta taxa de forma final levou à devolução à Navigator, em 2022, de montantes de depósitos efetuados em excesso. Em meados de 2022, foi determinada a taxa final do 5.º período de revisão (2020-2021), a qual foi fixada em 5,81%. É essa também a taxa que está a ser utilizada para os depósitos que a Navigator tem que ir fazendo em cada exportação, embora sujeitos a ajustes posteriores, em função das taxas efetivas calculadas para períodos subsequentes.

Nota: O relato deste indicador reporta-se apenas à Navigator.

GRI 207: TRIBUTAÇÃO

GRI 207-1: Abordagem fiscal

No âmbito da atividade desenvolvida pelas empresas que integram o Grupo Semapa, estas incorrem numa multiplicidade de impostos, taxas e contribuições, constituindo o Grupo um importante contribuinte para as receitas do Estado em Portugal e, desta forma, para o cumprimento dos objetivos sociais e desenvolvimento nacional. Assim, a política fiscal tem um impacto significativo no tecido empresarial, afetando toda a cadeia de valor do Grupo.

A política fiscal do Grupo Semapa⁴ está alinhada com a estratégia empresarial de desenvolvimento do Grupo, definida de acordo com a substância económica da sua atividade. Razão pela qual o tratamento fiscal das transações do grupo é realizado em resposta à sua atividade económica, sendo que as implicações fiscais dessas mesmas transações são apenas uma de entre as múltiplas razões económicas a considerar nas decisões de gestão do Grupo Semapa.

A política fiscal é analisada e aprovada pela Comissão Executiva e Conselho de Administração. São realizadas reuniões regulares com CFO - Chief Financial Officer para análise da implementação da política fiscal do Grupo Semapa.

GRI 207-2: Governação fiscal, controlo e gestão de risco

A política fiscal do Grupo Semapa⁴ está alinhada com a estratégia empresarial de desenvolvimento do grupo pelo que essa política é definida de acordo com a substância económica da sua atividade. O CFO – Chief Financial Officer é responsável pela conformidade da política fiscal. Para a identificação, gestão e monitorização dos riscos fiscais é feita a interligação com a Direção responsável pela identificação de riscos gerais da empresa e a sua monitorização regular em conjunto com a Direção de Fiscalidade.

A conformidade com a estrutura de governança e controlo fiscal é avaliada regularmente junto do CFO e anualmente ao nível do Conselho de Administração.

O reporte de preocupações com os comportamentos antiéticos ou ilícitos e com a integridade da organização em relação a impostos é feito através de relato direto ao CFO e responsável pela auditoria interna da empresa.

A Direção de Fiscalidade prepara memorandos para análise de transações com materialidade, bem como a revisão interna das declarações periódicas de rendimentos para verificação do cumprimento da política fiscal de empresa.

GRI 207-3: Envolvimento dos *stakeholders* e gestão das questões relacionadas com a tributação

O Grupo Semapa apresenta uma postura de diálogo proativa com a Autoridade Tributária (AT), em particular com equipas da Unidade dos Grandes Contribuintes (quer ao nível da inspeção como justiça tributária) e através da apresentação de Pedidos de Informação Vinculativa em matérias em que existam dúvidas sobre a aplicação da legislação fiscal.

Adicionalmente, apresenta uma participação ativa através de Colaboradores da empresa/Grupo em organizações como o Fórum dos Grandes Contribuintes sob a égide da AT e a participações em diversas associações e respetivas secções fiscais (como a Business Roundtable Portugal, a Associação de Emitentes (AEM) ou a Associação Fiscal Portuguesa), bem como participação ativa em iniciativas académicas dos Colaboradores – quer como palestrantes, quer como participantes (como o IDEFF da Faculdade de Direito de Lisboa, a Católica Tax da Universidade Católica Portuguesa a nível nacional, e a WU Wien e o International Tax Center de Leiden a nível internacional). A participação ativa ao nível das associações e instituições académicas permite um contacto próximo com *stakeholders* internos e externos, nos quais a opinião e estratégia fiscal do Grupo é confrontada, discutida e desenvolvida em conjunto com essas partes interessadas.

4 [https://www.semapa.pt/sites/default/files/participacoes/Política fiscal.pdf](https://www.semapa.pt/sites/default/files/participacoes/Política%20fiscal.pdf)

GRI 207-4: Relato por país

No que respeita à distribuição geográfica pelo mundo da sua pegada tributária (*tax footprint*), ao nível do imposto sobre o rendimento de sociedades (IR), com os últimos dados agregados disponíveis em 2021 obtidos no cumprimento das obrigações declarativas *do country by country tax reporting* do grupo, apurados numa lógica de *cash flow basis*, verifica-se que o Grupo Semapa suportou um montante total de 41.1M€, geograficamente discriminado na tabela abaixo, identificando o pagamento de impostos sobre o rendimento por jurisdição/país:

Jurisdição fiscal		Resultado antes do imposto sobre o rendimento (ajustado) 2020	Imposto sobre o rendimento pago (numa base de caixa) 2021	% Imposto sobre o rendimento pago (numa base de caixa) 2021
ES	Espanha	2.084.921	1.172.971	2,85%
NL	Países Baixos	1.285.756	202.841	0,49%
PT	Portugal	304.235.827	25.918.413	63,06%
CV	Cabo Verde	1.621.494	462.247	1,12%
MZ	Moçambique	15.513.296	1.016	0,00%
FR	França	-282.312	32.620	0,08%
TN	Tunísia	5.801.263	771.906	1,88%
AO	Angola	-5.839.750	0	0,00%
BR	Brasil	-1.233.534	8.512.628	20,71%
LB	Líbano	403.962	29.015	0,07%
DE	Alemanha	538.513	20.836	0,05%
AT	Áustria	29.551	11.279	0,03%
UAE	Emirados Árabes Unidos	10.708	0	0,00%
US	Estados Unidos da América	4.697.171	306.846	0,75%
IT	Itália	135.810	17.380	0,04%
MA	Marrocos	14.337	1.592	0,00%
MX	México	10.311	6.692	0,02%
PL	Polónia	5.939.204	2.945.849	7,17%
GB	Reino Unido	1.572.739	306.101	0,74%
RU	Rússia	24.218	0	0,00%
TR	Turquia	7.062	4.353	0,01%
EG	Egipto	14.775	2.176	0,01%
IE	Irlanda	1.506.747	375.032	0,91%
Total		338.092.069	41.101.793	100%

Logo, no contexto do cumprimento das obrigações declarativas *do country by country tax reporting* apresentado pelo Grupo, evidencia-se que, em 2021, o Grupo procedeu ao pagamento em Portugal de 63,03% do IRC global suportado entre as 23 jurisdições onde se encontra representado societariamente.

8.1.3 INDICADORES AMBIENTAIS

GRI 301: MATERIAIS

GRI 301-1: Consumo total de materiais usados por peso ou volume (t)				
Empresa/ Participada	Descrição	2020	2021	2022
Navigator	Renováveis	4.253.717	4.558.516	4.619.939
	Não renováveis	453.128	506.399	536.904
	Subtotal	4.706.846	5.064.915	5.156.843
Secil	Renováveis	14.169	18.241	61.442
	Não renováveis	16.826.554	18.769.901	17.343.204
	Subtotal	16.840.723	18.788.142	17.404.646
ETSA	Renováveis	131.400	135.500	142.656
	Não renováveis	-	-	-
	Subtotal	131.400	135.500	142.656
Grupo Semapa	Renováveis	4.399.287	4.712.257	4.824.037
	Não renováveis	17.279.682	19.276.300	17.880.108
	Total	21.678.968	23.988.557	22.704.145

GRI 301-2: Utilização de materiais reciclados (%)				
Empresa/ Participada	Descrição	2020	2021	2022
Navigator	Total de materiais usados	1.129.903	1.282.318	1.344.105
	Materiais reciclados	465	201	84
	Materiais reciclados utilizados (%)	0,04%	0,02%	0,01%
Secil	Total de materiais usados	16.840.723	18.788.142	17.404.646
	Materiais reciclados	1.311.141	997.523	694.684
	Materiais reciclados utilizados (%)	7,79%	5,31%	3,99%
ETSA	Total de materiais usados	131.400	135.500	142.656
	Materiais reciclados	131.400	135.500	142.656
	Materiais reciclados utilizados (%)	100%	100%	100%

Nota 1: De referir que, relativamente a este indicador, a Navigator apenas considera como reciclados os materiais de fibra reciclada face ao total de fibra utilizada.

Nota 2: Importa referir que o valor de materiais reciclados utilizados (%) da Secil para 2020 foi atualizado face ao publicado em relatórios anteriores.

GRI 302: ENERGIA

GRI 302-1: Consumo de energia dentro da organização (GJ)				
Empresa/ Participada	Descrição	2020	2021	2022
Navigator	Consumo de energia não renovável	12.264.687	9.811.472	9.825.584
	Consumo de energia renovável	29.101.758	31.962.573	31.802.148
	Consumo de energia adquirida	4.893.745	4.651.165	4.910.655
	Energia vendida	5.959.408	5.178.509	5.372.917
	Subtotal	40.300.782	41.246.701	41.165.471
Secil	Consumo de energia não renovável	15.582.007	16.519.257	13.423.212
	Consumo de energia renovável	203.703	305.704	1.242.167
	Consumo de energia adquirida	2.087.856	2.119.988	1.917.994
	Energia vendida	-	-	-
	Subtotal	17.873.566	18.944.949	16.583.373
ETSA	Consumo de energia não renovável	120.340	143.952	116.539
	Consumo de energia renovável	269.229	268.724	303.299
	Consumo de energia adquirida	29.480	30.841	33.821
	Energia vendida	-	-	-
	Subtotal	419.049	443.517	453.659
 Holding	Consumo de energia não renovável	1.017	1.308	1.221
	Consumo de energia renovável	-	-	-
	Consumo de energia adquirida	461	400	495
	Energia vendida	-	-	-
	Subtotal	1.478	1.708	1.716
Grupo Semapa	Consumo de energia não renovável	27.968.051	26.475.989	23.366.557
	Consumo de energia renovável	29.574.690	32.537.001	33.347.614
	Consumo de energia adquirida	7.011.542	6.802.394	6.862.965
	Energia vendida	5.959.408	5.178.509	5.372.917
	Total	58.594.875	60.636.875	58.204.219

Nota 1: Na Navigator, a energia renovável primária consumida, inclui, desde 2021, a energia elétrica produzida nas centrais solares fotovoltaicas. Em 2022 os dados de energia passaram a contabilizar os consumos de gasolina e propano de outras instalações da Companhia, assim como os combustíveis da frota.

GRI 302-3: Intensidade energética (TJ/ Volume negócios M€)				
Empresa/ Participada		2020	2021	2022
Navigator	Consumo de energia dentro da organização (GJ)	46.260.190	46.425.210	46.538.387
	Volume de negócios (M€)	1.385	1.596	2.465
	Intensidade energética (TJ/ Volume negócios M€)	33,4	29,1	18,9
Secil	Consumo de energia dentro da organização (GJ)	17.873.566	18.944.949	16.583.373
	Volume de negócios (M€)	451	496	603
	Intensidade energética (TJ/ Volume negócios M€)	39,6	38,2	27,5
ETSA	Consumo de energia dentro da organização (GJ)	419.049	443.517	453.659
	Volume de negócios (M€)	31	40	55
	Intensidade energética (TJ/ Volume negócios M€)	13,3	11,1	8,3
Grupo Semapa	Consumo de energia dentro da organização (GJ)	64.552.805	65.813.676	63.575.419
	Volume de negócios (M€)	1.867	2.132	3.122
	Intensidade energética (TJ/ Volume negócios M€)	34,6	30,9	20,4

Nota 1: Os consumos energéticos da Semapa Holding consideram-se imateriais, motivo pelo qual não foram contabilizados no cálculo do indicador da intensidade.

Nota 2: Na Navigator o cálculo da intensidade energética por volume de negócios teve em consideração o consumo de energia por fontes primárias e a energia elétrica adquirida.

GRI 302-3: Intensidade energética – Indicadores específicos de atividade				
Navigator	Intensidade energética (GJ/t produzida)	13,40	12,50	12,00
Secil	Intensidade energética (tCO ₂ e/t produzida de clínquer) - Cimento	3,24	3,44	3,23
ETSA	Intensidade energética (GJ/t de matéria-prima recolhida e transformada)	3,19	3,27	3,18

Nota: O cálculo da intensidade energética teve em consideração o consumo de energia por fontes primárias (excluindo a energia das Centrais Termoelétricas a Biomassa – CTB) e a quantidade total de produtos fabricada. A energia utilizada pelas CTB está incluída no total de energia consumida, contudo, estes valores não são contabilizados no cálculo da intensidade energética, uma vez que este consumo não está afeto ao processo produtivo.

GRI 302-4: Redução do consumo de energia (GJ/t)				
Empresa/ Participada		2020	2021	2022
Navigator		48.524	51.184	65.682

Nota: O cálculo das reduções do consumo de energia tem por base os projetos de eficiência energética concluídos em cada ano de relato. Os valores são calculados para um ano de operação, com base em informação de projeto, segundo metodologia validada no âmbito do Sistema de Gestão de Energia, certificado pela ISO 50001.

GRI 303: ÁGUA E EFLUENTES

GRI 303-3: Captação de Água (m³)				
Empresa/ Participada	Descrição	2020	2021	2022
Navigator	Superficial	39.299.457	38.894.889	36.313.333
	Subterrânea	25.197.713	25.921.968	25.489.359
	Adquirida a terceiros	66.000	59.038	54.125
	Produzida	0	0	0
	Subtotal	64.563.170	64.875.895	61.856.817
Secil	Superficial	205.421	196.853	176.295
	Subterrânea	1.390.009	1.331.554	1.316.803
	Adquirida a terceiros	85.974	172.197	192.606
	Produzida	0	0	3.520
	Subtotal	1.681.404	1.700.604	1.689.224
ETSA	Superficial	0	0	0
	Subterrânea	68.365	77.395	82.031
	Adquirida a terceiros	2.202	2.470	19.335
	Produzida	43.043	45.061	45.837
	Subtotal	113.610	124.926	147.203
 Holding	Superficial	0	0	0
	Subterrânea	0	0	0
	Adquirida a terceiros	584	670	762
	Produzida	0	0	0
	Subtotal	584	670	762
Grupo Semapa	Superficial	39.504.878	39.091.742	36.489.628
	Subterrânea	26.656.087	27.330.917	26.888.193
	Adquirida a terceiros	154.760	234.375	266.828
	Produzida	43.043	45.061	49.357
	Total	66.358.768	66.702.095	63.694.006

Nota 1: Na ETSA, a água produzida corresponde a água evaporada resultante do processamento de matéria-prima.

Nota 2: Na Secil, a água produzida refere-se à água proveniente de pedreiras.

GRI 303-4: Descarte de água (m³)				
Empresa/ Participada		2020	2021	2022
Navigator		54.487.237	54.301.834	52.160.502
Secil		372.282	375.713	180.568
ETSA		91.708	96.349	98.622
 Holding		526	603	686
Grupo Semapa		54.951.753	54.774.499	52.440.377

Nota 1: Para o cálculo do descarte de água da *Holding* foi utilizado um fator de afluência à rede de 0,90, uma vez que apenas é utilizada água nos escritórios. Para tal, utilizou-se como referência o artigo 123.º do Decreto Regulamentar nº 23/95, de 23 de agosto.

Nota 2: Na ETSA, os efluentes tratados incluem a água evaporada resultante do processamento de matéria-prima, após o processo de condensação nos aerocondensadores.

GRI 303-5: Consumo de Água (m ³)			
Empresa/ Participada	2020	2021	2022
Navigator	10.076.152	10.574.061	9.696.315
Secil	1.309.122	1.324.892	1.508.656
ETSA	21.902	28.577	48.481
 Holding	58	67	76
Grupo Semapa	11.407.234	11.927.596	11.253.629

GRI 304: BIODIVERSIDADE

GRI 304-1: Instalações operacionais pertencentes, arrendadas, administradas, ou próximas de áreas protegidas, ou em áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas (ha)			
Empresa/ Participada	2020	2021	2022
Navigator	53.492	53.563	53.738
Secil	491	491	491
ETSA	0	0	0
 Holding	0	0	0
Grupo Semapa	53.983	54.054	54.229

GRI 304-3: Habitats protegidos ou recuperados

A Navigator em 2022 foi responsável pela proteção e restauro de 4.314 ha de *habitat*. Por outro lado, a Secil é responsável pela recuperação de 56 hectares de *habitat* em Portugal.

GRI 304-4: Espécies na Lista Vermelha da IUCN e na lista nacional de conservação das espécies, com <i>habitats</i> em áreas afetadas por operações				
Empresa/ Participada	Descrição	2020	2021	2022
Navigator	Criticamente em perigo	4	4	5
	Em perigo	13	13	13
	Vulnerável	31	36	39
	Quase ameaçada	20	21	24
	Pouco preocupante	180	182	195

Nota: Este indicador é respondido apenas tendo em conta os dados relativos à Navigator. Em 2021 e 2022, a maioria do incremento deveu-se ao facto de se terem identificado mais espécies incluídas na Lista Vermelha da Flora Vasculare de Portugal.

GRI 305: EMISSÕES

GRI 305-1: Emissões diretas de GEE (Âmbito 1) (tCO ₂ e)			
Empresa/ Participada	2020	2021	2022
Navigator	741.188	584.090	596.980
Secil	3.632.933	3.610.679	3.046.168
ETSA	9.705	11.395	9.503
Grupo Semapa	4.383.826	4.206.164	3.652.651

Nota 1: Na Navigator, à data da publicação do presente relatório, os dados não se encontram verificados em âmbito CELE - Comércio Europeu de Licenças de Emissão e o PRTR - Registo de Emissões e Transferências de Poluentes (N₂O e CH₄), sendo, portanto, provisórios. Os valores de 2021 foram atualizados de acordo com as verificações ocorridas posteriormente à publicação do Relatório de Sustentabilidade 2021. Os dados anteriormente publicados de 2020 e 2021 foram atualizados passando a incluir a categoria de fertilizantes e fitofertilizantes no solo. Os dados de 2021 foram revistos nas categorias de gases fluorados, combustíveis associados às deslocações e quilômetros percorridos, e outros combustíveis, com base em informação disponibilizada posteriormente à publicação do Relatório de Sustentabilidade de 2021. O inventário de âmbito 1 não considera os escritórios internacionais, devido à baixa significância dos dados (estas emissões representam <0,2%).

Nota 2: De referir ainda que os dados dos três anos de Secil já são pós-verificação CELE.

GRI 305-2: Emissões indiretas (Âmbito 2) de GEE resultantes da energia adquirida (tCO ₂) (Método baseado no mercado)			
Empresa/ Participada	2020	2021	2022
Navigator	281.701	246.860	308.832
Secil	184.175	161.481	145.551
ETSA	2.230	1.557	2.008
Grupo Semapa	468.106	409.898	456.391

Nota 1: Na Navigator, as emissões *market-based* estão a ser reportadas pela primeira vez, com base nos fatores de emissão dos comercializadores. Os valores de 2022 são provisórios, uma vez que os valores finais dos fatores de emissão ainda não estão disponíveis. Em 2022 a Navigator assegurou o fornecimento de 115 GWh/ano no âmbito de um contrato PPA – Power Purchase Agreement, com fornecimento de energia 100% renovável. O inventário de âmbito 2 não considera os escritórios internacionais, devido à baixa significância dos dados (< 0,02%).

GRI 305-4: Intensidade de emissões de GEE (tCO ₂ e/volume de negócios M€)				
Empresa/ Participada		2020	2021	2022
Navigator	Emissões de GEE (Âmbito 1+2) (tCO ₂ e)	1.022.889	830.950	905.812
	Volume de negócios (M€)	1.385	1.596	2.465
	Intensidade de emissões de GEE (tCO ₂ e/volume de negócios M€)	738,3	520,7	367,5
Secil	Emissões de GEE (Âmbito 1+2) (tCO ₂ e)	3.817.108	3.772.160	3.191.719
	Volume de negócios (M€)	451	496	603
	Intensidade de emissões de GEE (tCO ₂ e/volume de negócios M€)	8.463,7	7.606,7	5.293,1
ETSA	Emissões de GEE (Âmbito 1+2) (tCO ₂ e)	11.935	12.952	11.511
	Volume de negócios (M€)	31	40	55
	Intensidade de emissões de GEE (tCO ₂ e/volume de negócios M€)	380,1	323,8	210,8
Grupo Semapa	Emissões de GEE (Âmbito 1+2) (tCO₂e)	4.851.932	4.616.062	4.109.042
	Volume de negócios (M€)	1.867	2.132	3.122
	Intensidade de emissões de GEE (tCO₂e/volume de negócios M€)	2.598,2	2.165,6	1.316,2

Nota 1: Na Navigator, a metodologia de cálculo da intensidade de emissões por volume de negócio considera as emissões totais de âmbito 1 e 2.

Nota 2: As emissões da Semapa *Holding* consideram-se imateriais, motivo pelo qual não foram contabilizados no cálculo do indicador da intensidade.

GRI 305-4: Intensidade de emissões de GEE – Indicadores específicos de atividade				
		2020	2021	2022
Navigator	Intensidade de emissões de GEE (tCO ₂ e/t produzida)	0,26	0,19	0,18
Secil	Intensidade de emissões de GEE (tCO ₂ e/t produzida de clínquer) - Cimento	881,27	878,02	829,03
ETSA	Intensidade de emissões de GEE (tCO ₂ e/t matéria-prima processada)	0,09	0,10	0,08

Nota 1: Na Navigator, a metodologia de cálculo da intensidade de emissões por tonelada produzida foi revista para os três anos, considerando as emissões de âmbito 1 excluindo as emissões das CTB e a quantidade total de produtos fabricada.

Nota 2: As emissões de âmbito 1 Semapa *Holding* não se encontram disponíveis e, no âmbito 2, estas consideram-se imateriais, motivo pelo qual não foram contabilizadas no cálculo do indicador da intensidade.

Nota 3: Na Secil, a metodologia de cálculo da intensidade de emissões por tonelada produzida foi revista para os três anos, considerando as emissões de âmbito 1 apenas para a produção de clínquer.

Nota 4: Na ETSA, os valores de cálculo da intensidade de emissões por tonelada de matéria-prima processada foram revistos para 2020 e 2021.

GRI 305-5: Redução de emissões de GEE (tCO₂e)

Empresa/ Participada	2020	2021	2022
Navigator	246.353	384.598	338.974

Nota: A redução de emissões de GEE diz respeito às emissões evitadas pela venda de energia elétrica renovável produzida em cogerações de elevada eficiência.

GRI 305-6: Emissões de substâncias que empobrecem a camada de ozono (ODS – ozone depleting substances)

Na Navigator e ETSA não se registaram em 2022 emissões de substâncias que empobrecem a camada do ozono. Para a Secil não existem dados disponíveis.

GRI 305-7: Emissões de óxidos de nitrogénio (NO_x), óxido de enxofre (SO_x) e outras emissões atmosféricas significativas (t)

Empresa/ Participada	Descrição	2020	2021	2022
Navigator	NO _x	1.540	1.687	1.737
	SO _x	687	76	83
	Partículas	266	262	261
	Outros	-	-	-
Secil	NO _x	5.546	6.919	6.207
	SO _x	1.040	1.197	1.143
	Partículas	80	101	157
	Outros	-	6.233	5.594
ETSA	NO _x	-	48	47
	SO _x	-	47	50
	Partículas	-	10	9
	Outros	-	6	8
Grupo Semapa	NO_x	7.086	8.653	7.991
	SO_x	1.727	1.319	1.276
	Partículas	346	373	427

Nota 1: Na Navigator, para as fontes de emissão sujeitas a monitorização em contínuo, os dados reportados são obtidos através de monitorização online dos parâmetros de escoamento e dos poluentes. Existem fontes de baixa emissão cuja contabilização das emissões decorre de monitorização pontual, realizada duas vezes por ano, por Laboratório Acreditado. O resultado destas monitorizações pontuais pode ser influenciado em cada monitorização pela tipologia de combustíveis utilizados. Quando uma instalação não é sujeita no ano em causa a monitorização (ex.: fontes com monitorização a cada três anos), as emissões anuais são calculadas com base na última monitorização tendo em conta as horas de funcionamento do ano a que respeitam as emissões. Em 2022, o âmbito de report das emissões de NO_x e Partículas foi alargado às CTBs, tendo os dados 2021 sido corrigidos em conformidade. Adicionalmente, verificou-se um aumento das emissões pelo facto do âmbito de relato ter sido alargado, tendo-se passado a incluir as emissões das Caldeiras Termoeléctricas a Biomassa que, embora não contribuam para a emissão da atividade pasta e papel, integram os complexos industriais.

Nota 2: Na Secil, a categoria "Outros" contempla emissões atmosféricas de Monóxido de Carbono (CO), Amoníaco (NH₃), Cloreto de Hidrogénio (HCl), Fluoreto de Hidrogénio (HF) e Compostos Orgânicos Totais (COT). Na ETSA, a categoria outros contempla os Compostos Orgânicos Voláteis (COV).

GRI 306: RESÍDUOS

GRI 306-3: Resíduos gerados (t)				
Empresa/ Participada	Descrição	2020	2021	2022
Navigator	Perigosos	1.269	563	684
	Não perigosos	394.228	397.439	410.007
	Subtotal	395.498	398.001	410.692
Secil	Perigosos		746	421
	Não perigosos		26.126	28.237
	Subtotal	-	26.872	28.658
ETSA	Perigosos	244	259	375
	Não perigosos	13.702	12.916	14.568
	Subtotal	13.946	13.175	14.943
Grupo Semapa	Perigosos	1.513	1.568	1.480
	Não perigosos	407.930	436.480	452.812
	Total	409.444	438.048	454.293
Empresa/ Participada	Descrição	2020	2021	2022
Navigator	Valorização	345.386	280.579	279.846
	Eliminação	50.112	126.485	133.332
	Subtotal	395.498	407.064	413.178
Secil	Valorização		25.156	18.698
	Eliminação		1.716	9.960
	Subtotal	-	26.872	28.658
ETSA	Valorização	12.348	11.588	13.249
	Eliminação	1.598	1.587	1.694
	Subtotal	13.946	13.175	14.943
Grupo Semapa	Valorização	357.734	317.323	311.793
	Eliminação	51.710	129.788	144.986
	Total	409.444	447.111	456.779

Nota 1: Na Navigator, a diferença existente entre os resíduos gerados e o somatório de resíduos destinados a operações de valorização e eliminação em 2022 resulta da valorização de resíduos produzidos em 2021 que estavam armazenados. Adicionalmente, parte dos resíduos gerados em 2022 foi armazenada temporariamente nas nossas instalações, conforme previsto nas respectivas licenças ambientais e no novo RGGR (DL-102D/2020).

Nota 2: A Secil começou a contabilizar este indicador em 2021.

GRI 306-4: Resíduos não destinados a deposição final (t)				
Empresa/ Participada	Descrição	2020	2021	2022
Navigator	Perigosos	-	394	530
	Não perigosos	-	280.185	279.317
	Subtotal	-	280.579	279.846
Secil	Perigosos	-	596	366
	Não perigosos	-	24.560	18.332
	Subtotal	-	25.156	18.698
ETSA	Perigosos	-	-	-
	Não perigosos	12.348	11.588	13.249
	Subtotal	12.348	11.588	13.249
Grupo Semapa	Perigosos	-	991	896
	Não perigosos	12.348	316.333	310.898
	Total	12.348	317.323	311.793

Nota: O ano de 2021 foi o primeiro em que a Navigator e a Secil responderam ao indicador GRI 306 na sua versão de 2018, motivo pelo qual apenas se apresentam os dados a partir deste ano.

GRI 306-5: Resíduos destinados a deposição final (t)				
Empresa/ Participada	Descrição	2020	2021	2022
Navigator	Perigosos	ND	168,4	155
	Não perigosos	ND	126.316	133.177
	Subtotal	-	126.485	133.332
Secil	Perigosos	ND	149,7	55
	Não perigosos	ND	1.566	9.905
	Subtotal	-	1.716	9.960
ETSA	Perigosos	244,0	259,0	375
	Não perigosos	9.301	9.028	10.023
	Subtotal	9.545	9.287	10.398
Grupo Semapa	Perigosos	244	577	585
	Não perigosos	9.301	136.911	153.105
	Total	9.545	137.488	153.690

Nota: O ano de 2021 foi o primeiro em que a Navigator e a Secil responderam ao indicador GRI 306 na sua versão de 2018, motivo pelo qual apenas se apresentam os dados a partir deste ano.

GRI 308: AVALIAÇÃO AMBIENTAL DE FORNECEDORES

GRI 308-1: Novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais

Entre as práticas das empresas participadas refira-se a existência de códigos de conduta para fornecedores e a definição de critérios de qualificação, entre outros. Em conformidade com as certificações de que dispõem as empresas, estas estão empenhadas em exercer a sua capacidade de influência, envolvendo e sensibilizando cada vez mais os diversos fornecedores (incluindo prestadores de serviços e subcontratados) para aspetos críticos ligados ao ambiente, assim como à segurança, integridade do negócio, qualidade, entre outros. De referir que a ETSA em 2022 avaliou, com base em critérios sociais, 22,0% dos seus novos fornecedores. Neste ano passou-se a incluir fornecedores de matéria-prima e foram incluídos os dados de uma empresa adquirida pela ETSA no final de 2021 (Tribérica).

8.1.4 INDICADORES SOCIAIS

GRI 2-7: Colaboradores					
Empresa/ Participada	Tipologia de Contrato	Gênero	2020	2021	2022
Navigator	Contrato sem termo	Homens	2.525	2.459	2.470
		Mulheres	462	461	496
		Subtotal	2.987	2.920	2.966
	Contrato com termo certo	Homens	61	56	101
		Mulheres	8	12	13
		Subtotal	69	68	114
	Temporário	Homens	29	13	13
		Mulheres	21	20	22
		Subtotal	50	33	35
	Estagiário	Homens	0	0	0
		Mulheres	0	0	0
		Subtotal	0	0	0
	Colaboradores sem horas fixas	Homens	0	0	0
		Mulheres	0	0	0
		Subtotal	0	0	0
Total			3.106	3.021	3.115
Secil	Contrato sem termo	Homens	2.103	1.873	1.864
		Mulheres	285	275	288
		Subtotal	2.388	2.148	2.152
	Contrato com termo certo	Homens		200	202
		Mulheres		7	13
		Subtotal	0	207	215
	Temporário	Homens	48	0	0
		Mulheres	1	0	0
		Subtotal	49	0	0
	Estagiário	Homens		4	0
		Mulheres		3	0
		Subtotal	0	7	0
	Colaboradores sem horas fixas	Homens	0	0	0
		Mulheres	0	0	0
		Subtotal	0	0	0
Total			2.437	2.362	2.367

GRI 2-7: Colaboradores					
Empresa/ Participada	Tipologia de Contrato	Género	2020	2021	2022
ETSA	Contrato sem termo	Homens	184	182	188
		Mulheres	49	51	61
		Subtotal	233	233	249
	Contrato com termo certo	Homens	40	39	56
		Mulheres	7	8	9
		Subtotal	47	47	65
	Temporário	Homens	0	0	0
		Mulheres	0	0	0
		Subtotal	0	0	0
	Estagiário	Homens	0	0	0
		Mulheres	0	0	0
		Subtotal	0	0	0
	Colaboradores sem horas fixas	Homens	0	0	0
		Mulheres	0	0	0
		Subtotal	0	0	0
		Total	280	280	314
 Holding	Contrato sem termo	Homens	15	13	13
		Mulheres	13	18	24
		Subtotal	28	31	37
	Contrato com termo certo	Homens	0	0	0
		Mulheres	0	1	1
		Subtotal	0	1	1
	Temporário	Homens	0	0	0
		Mulheres	0	0	0
		Subtotal	0	0	0
	Estagiário	Homens	0	0	0
		Mulheres	0	0	0
		Subtotal	0	0	0
	Colaboradores sem horas fixas	Homens	0	0	0
		Mulheres	0	0	0
		Subtotal	0	0	0
		Total	28	32	38

GRI 2-7: Colaboradores						
Empresa/ Participada	Tipologia de Contrato	Género	2020	2021	2022	
Grupo Semapa	Contrato sem termo	Homens	4.827	4.527	4.535	
		Mulheres	809	805	869	
		Total	5.636	5.332	5.404	
	Contrato com termo certo	Homens	101	295	359	
		Mulheres	15	28	36	
		Total	116	323	395	
	Temporário	Homens	77	13	13	
		Mulheres	22	20	22	
		Total	99	33	35	
	Estagiário	Homens	0	4	0	
		Mulheres	0	3	0	
		Total	0	7	0	
	Colaboradores sem horas fixas	Homens	0	0	0	
		Mulheres	0	0	0	
		Total	0	0	0	
	Total			5.851	5.695	5.834

Nota 1: No caso da Navigator estão excluídos os dados da Portucel Moçambique (131 em 2022).

Nota 2: Os dados de 2022 da Secil não incluem Secil Angola (3) e Trancim Líbano (18).

GRI 2-8: Trabalhadores que não são Colaboradores

A 31 de dezembro de 2022, as Participadas do Grupo Semapa contabilizavam os seguintes trabalhadores que não são Colaboradores: Navigator – 10.324; Secil – 1.861; ETSA – 0; Holding – 1. Estes incluem trabalhadores que entraram nas instalações fabris como trabalhadores temporários e prestadores de serviços tendo como função limpeza, manutenção e trabalhos associados às paragens anuais e de operação, entre outros.

GRI 2: ENVOLVIMENTO COM OS STAKEHOLDERS

GRI 2-30: Acordos de negociação coletiva					
Empresa/ Participada	Descrição	2020	2021	2022	
Navigator	Número de colaboradores	-	3.021	3.115	
	Número de colaboradores com acordos de negociação coletiva	-	2.944	3.039	
	Percentagem de trabalhadores abrangidos por acordos de negociação coletiva (%)	-	97,5%	97,6%	
Secil	Número de colaboradores	2.437	2.362	2.367	
	Número de colaboradores com acordos de negociação coletiva	2.087	2.231	2.266	
	Percentagem de trabalhadores abrangidos por acordos de negociação coletiva (%)	85,6%	94,5%	95,7%	
ETSA	Número de colaboradores	280	280	314	
	Número de colaboradores com acordos de negociação coletiva	0	0	0	
	Percentagem de trabalhadores abrangidos por acordos de negociação coletiva (%)	0,0%	0,0%	0,0%	
Holding	Número de colaboradores	28	32	38	
	Número de colaboradores com acordos de negociação coletiva	0	0	0	
	Percentagem de trabalhadores abrangidos por acordos de negociação coletiva (%)	0,0%	0,0%	0,0%	
Grupo Semapa	Número de colaboradores	-	5.695	5.834	
	Número de colaboradores com acordos de negociação coletiva	-	5.175	5.305	
	Percentagem de trabalhadores abrangidos por acordos de negociação coletiva (%)	-	90,9%	90,9%	

Nota: Até 2020, na Navigator os Colaboradores considerados correspondiam ao universo de Colaboradores sindicalizados. A metodologia foi alterada no sentido de abranger todos os Colaboradores com acordos de negociação coletiva, pelo que os dados de 2021 e 2022 não são comparáveis com os reportados em anos anteriores.

GRI 401: EMPREGO

GRI 401-1: Contratação de novos colaboradores e rotatividade dos colaboradores																			
Empresa/ Participada	Gênero	2020						2021						2022					
		Entradas			Saídas			Entradas			Saídas			Entradas			Saídas		
		<30	30 a 50	>50	<30	30 a 50	>50	<30	30 a 50	>50	<30	30 a 50	>50	<30	30 a 50	>50	<30	30 a 50	>50
Navigator	Homens	38	49	4	12	35	60	47	62	5	14	65	120	127	111	6	20	69	100
	Mulheres	19	23	1	18	14	10	23	23	1	10	22	13	56	45	1	10	45	10
	Subtotal	57	72	5	30	49	70	70	85	6	24	87	133	183	156	7	30	114	110
Secil	Homens	28	105	35	21	91	117	58	151	16	21	90	74	65	122	29	34	107	86
	Mulheres	13	14	1	12	13	7	14	28	0	9	21	1	25	28	1	10	28	4
	Subtotal	41	119	36	33	104	124	72	179	16	30	111	75	90	150	30	44	135	90
ETSA	Homens	6	14	3	3	7	9	6	25	4	5	22	11	19	46	10	14	30	8
	Mulheres	3	4	0	0	1	2	3	4	1	3	1	1	1	13	4	2	5	0
	Subtotal	9	18	3	3	8	11	9	29	5	8	23	12	20	59	14	16	35	8
 Holding	Homens	1	1	1	0	1	2	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
	Mulheres	0	0	0	0	2	0	1	5	0	0	0	1	3	4	2	2	1	1
	Subtotal	1	1	1	0	3	2	1	5	0	0	0	1	3	5	2	2	1	2
Grupo Semapa	Homens	73	169	43	36	134	188	111	238	25	40	177	205	211	280	45	68	206	195
	Mulheres	35	41	2	30	30	19	41	60	2	22	44	16	85	90	8	24	79	15
	Total	108	210	45	66	164	207	152	298	27	62	221	221	296	370	53	92	285	210
Navigator	Homens	15%	3%	0%	5%	2%	7%	20%	4%	1%	6%	4%	16%	44%	7%	1%	7%	4%	14%
	Mulheres	29%	8%	1%	27%	5%	8%	36%	7%	1%	16%	7%	12%	62%	14%	1%	11%	14%	9%
	Subtotal	18%	4%	1%	10%	3%	7%	24%	5%	1%	8%	5%	15%	48%	8%	1%	8%	6%	13%
Secil	Homens	15%	9%	4%	12%	8%	14%	36%	13%	2%	13%	8%	10%	41%	11%	4%	22%	9%	11%
	Mulheres	30%	8%	1%	24%	8%	10%	27%	14%	0%	18%	11%	2%	47%	16%	1%	19%	16%	6%
	Subtotal	19%	9%	4%	14%	8%	14%	34%	13%	2%	14%	8%	9%	43%	11%	4%	21%	10%	11%
ETSA	Homens	21%	12%	4%	10%	6%	11%	25%	22%	5%	21%	19%	13%	95%	34%	11%	70%	22%	9%
	Mulheres	38%	13%	0%	0%	3%	12%	43%	12%	5%	43%	3%	5%	25%	31%	17%	50%	12%	0%
	Subtotal	24%	12%	3%	8%	6%	11%	29%	20%	5%	26%	16%	12%	83%	33%	13%	67%	20%	7%
 Holding	Homens	100%	9%	33%	0%	9%	67%	---	0%	0%	---	0%	0%	---	8%	0%	---	0%	50%
	Mulheres	0%	0%	0%	0%	40%	0%	50%	56%	0%	0%	0%	14%	100%	31%	25%	67%	8%	13%
	Subtotal	50%	6%	10%	0%	19%	20%	50%	25%	0%	0%	0%	10%	100%	20%	20%	67%	4%	20%
Grupo Semapa	Homens	16%	6%	2%	8%	5%	11%	27%	9%	2%	10%	6%	13%	45%	10%	3%	15%	7%	13%
	Mulheres	30%	8%	1%	24%	6%	9%	33%	11%	1%	18%	8%	8%	56%	16%	4%	16%	14%	7%
	Total	19%	6%	2%	11%	5%	10%	28%	9%	2%	11%	7%	12%	48%	11%	3%	15%	8%	12%

GRI 401-2: Benefícios para Colaboradores a tempo inteiro que não são atribuídos a Colaboradores temporários ou a tempo parcial

Algumas das empresas do Grupo como a Semapa *Holding* e a Navigator têm benefícios específicos para Colaboradores a tempo inteiro que não são oferecidos a Colaboradores temporários ou que se encontrem nas instalações a tempo parcial, tais como: Seguro de vida, seguro de saúde, fundo de pensões ou subsídios de apoio escolar.

GRI 401-3: Licença maternidade/paternidade

Empresa/ Participada	Descrição	Género	2020	2021	2022
Navigator	N.º de Colaboradores que iniciaram licença parental no período de relato	Homens	98	117	111
		Mulheres	26	34	33
		Subtotal	124	151	144
	N.º de Colaboradores que regressaram ao trabalho após licença parental	Homens	98	117	111
		Mulheres	26	34	33
		Subtotal	124	151	144
	N.º de Colaboradores que regressaram ao trabalho e permanecem na empresa após 12 meses	Homens	95	115	104
		Mulheres	20	33	31
		Subtotal	115	148	135
	Taxa de retorno ao trabalho	Homens	100,0%	100,0%	100,0%
		Mulheres	100,0%	100,0%	100,0%
		Subtotal	100,0%	100,0%	100,0%
	Taxa de retenção (12 meses)	Homens	96,9%	98,3%	93,7%
		Mulheres	76,9%	97,1%	93,9%
		Subtotal	92,7%	98,0%	93,8%
Secil	N.º de Colaboradores que iniciaram licença parental no período de relato	Homens		32	46
		Mulheres		12	10
		Subtotal	0	44	56
	N.º de Colaboradores que regressaram ao trabalho após licença parental	Homens		32	46
		Mulheres		12	6
		Subtotal	0	44	52
	N.º de Colaboradores que regressaram ao trabalho e permanecem na empresa após 12 meses	Homens		29	42
		Mulheres		10	8
		Subtotal	0	39	50
	Taxa de retorno ao trabalho	Homens	-	100,0%	100,0%
		Mulheres	-	100,0%	60,0%
		Subtotal	-	100,0%	92,9%
	Taxa de retenção (12 meses)	Homens	-	90,6%	91,3%
		Mulheres	-	83,3%	80,0%
		Subtotal	-	88,6%	89,3%

GRI 401-3: Licença maternidade/paternidade					
Empresa/ Participada	Descrição	Género	2020	2021	2022
ETSA	N.º de Colaboradores que iniciaram licença parental no período de relato	Homens	5	2	10
		Mulheres	2	2	3
		Subtotal	7	4	13
	N.º de Colaboradores que regressaram ao trabalho após licença parental	Homens	5	2	10
		Mulheres	2	2	3
		Subtotal	7	4	13
	N.º de Colaboradores que regressaram ao trabalho e permanecem na empresa após 12 meses	Homens	5	2	10
		Mulheres	2	2	3
		Subtotal	7	4	13
	Taxa de retorno ao trabalho	Homens	100,0%	100,0%	100,0%
		Mulheres	100,0%	100,0%	100,0%
		Subtotal	100,0%	100,0%	100,0%
	Taxa de retenção (12 meses)	Homens	100,0%	100,0%	100,0%
		Mulheres	100,0%	100,0%	100,0%
		Subtotal	100,0%	100,0%	100,0%
 Holding	N.º de Colaboradores que iniciaram licença parental no período de relato	Homens	0	1	2
		Mulheres	2	3	1
		Subtotal	2	4	3
	N.º de Colaboradores que regressaram ao trabalho após licença parental	Homens	0	1	2
		Mulheres	2	3	1
		Subtotal	2	4	3
	N.º de Colaboradores que regressaram ao trabalho e permanecem na empresa após 12 meses	Homens	0	1	2
		Mulheres	2	3	1
		Subtotal	2	4	3
	Taxa de retorno ao trabalho	Homens	-	100,0%	100,0%
		Mulheres	100,0%	100,0%	100,0%
		Subtotal	100,0%	100,0%	100,0%
	Taxa de retenção (12 meses)	Homens	-	100,0%	100,0%
		Mulheres	100,0%	100,0%	100,0%
		Subtotal	100,0%	100,0%	100,0%
 Grupo Semapa	N.º de Colaboradores que iniciaram licença parental no período de relato	Homens	103	152	169
		Mulheres	30	51	47
		Total	133	203	216
	N.º de Colaboradores que regressaram ao trabalho após licença parental	Homens	103	152	169
		Mulheres	30	51	43
		Total	133	203	212
	N.º de Colaboradores que regressaram ao trabalho e permanecem na empresa após 12 meses	Homens	100	147	158
		Mulheres	24	48	43
		Total	124	195	201
	Taxa de retorno ao trabalho	Homens	100,0%	100,0%	100,0%
		Mulheres	100,0%	100,0%	91,5%
		Total	100,0%	100,0%	98,1%
	Taxa de retenção (12 meses)	Homens	97,1%	96,7%	93,5%
		Mulheres	80,0%	94,1%	91,5%
		Total	93,2%	96,1%	93,1%

Nota: Foram corrigidos os dados da taxa de retorno ao trabalho para o Grupo, referente a 2021, que por lapso no relato anterior estava acima dos 100%.

GRI 403: SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

GRI 403-1: Sistema de gestão de Segurança e Saúde no Trabalho

Algumas das empresas do Grupo, nomeadamente a Navigator e a Secil (à exceção do Brasil), possuem Sistemas de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho (SGSST) certificados de acordo com a ISO 45001

GRI 403-2: Identificação de perigos, avaliação de riscos e investigação de incidentes

SEGMENTO PASTA E PAPEL

Identificação de riscos	Em matéria de Identificação de Perigos e Avaliação de Riscos, a Navigator tem um procedimento (PG 138) – transversalmente aplicável a todas as unidades e áreas florestais da Companhia – que tem como objetivos: identificar os perigos associados a todas as atividades que se realizam na Empresa; e avaliar e controlar os riscos associados, através do fornecimento de linhas de orientação para a sua identificação, avaliação e registo e definindo níveis de priorização que permitam a sua gestão.
Qualidade do processo	<p>A legislação portuguesa define que apenas os Técnicos Superior de Segurança no Trabalho (TSST) devidamente certificados (Grau IV e VI) podem realizar esta avaliação.</p> <p>No entanto, este processo tem que ser efetuado com a participação de todos os Colaboradores e que diariamente realizam as tarefas e estão expostos aos perigos daí decorrentes. Assim, esta identificação de Perigos e Avaliação de Riscos é sempre realizada pelas equipas operacionais responsáveis pelas atividades com a Coordenação de um elemento da Segurança habilitado para o efeito, recorrendo, sempre que necessário, a serviços de consultoria interna e externa.</p>
Integração dos resultados dos processos na melhoria do SGSST	<p>Em termos de abordagem metodológica, a avaliação realizada é traduzida em matrizes de avaliação de riscos que são revistas periodicamente (pelo menos uma vez por ano) ou em situações específicas, nomeadamente quando ocorrem incidentes, quando existem novas matérias-primas, processos ou produtos, quando ocorrem alterações à legislação, entre outras.</p> <p>De referir que, nos casos em que não participam diretamente na revisão da matriz, os Colaboradores abrangidos são informados das respetivas alterações.</p>
Processos de reporte de perigos disponíveis aos Colaboradores	Em matéria de reporte, todos os Colaboradores podem relatar quaisquer perigos, situações perigosas ou incidentes de segurança, de forma nominal ou anónima.
Processos que permite aos Colaboradores resguardarem-se de situações que no seu entender podem causar lesões ou doenças	Todos os Colaboradores estão conscientes que podem recusar a realização de tarefas cujo risco seja elevado e que possam conduzir a lesões sem que estejam implementadas as devidas medidas mitigadoras. Neste âmbito, estão implementados diversos procedimentos que servem como guia para estas situações. Destaca-se o PG 55, procedimento que define a autorização de realização de trabalhos, salvaguardando uma prévia avaliação de riscos em que toda a equipa envolvida toma conhecimento das medidas a adotar.
De que formas estão os Colaboradores protegidos contra eventuais represálias face a denúncias dos dois pontos anteriores	<p>A Navigator recorre a vários procedimentos, como o PG 28 - Comunicação e Investigação de Incidentes, e também aos Códigos de Ética e Conduta, que permitem salvaguardar os Colaboradores contra eventuais represálias.</p> <p>Existem ainda Comissões SST e/ou organizações sindicais que recolhem as preocupações dos Colaboradores no que à SST diz respeito e que as transmitem nas reuniões convocadas para o efeito.</p>
Procedimento de investigação de incidentes	Os incidentes de trabalho são analisados através do PG 28, assim como dos procedimentos de Identificação de Perigos e Avaliação de Risco. O PG 28 determina a forma como os incidentes devem ser classificados e comunicados, qual a equipa de investigação nomeada, as causas raiz que conduziram ao incidente e as medidas corretivas a implementar, com os respetivos responsáveis e prazos de implementação. Estes relatórios são amplamente divulgados por toda a Companhia, permitindo que nos diferentes complexos industriais, com operações e tarefas semelhantes, seja avaliada e debatida, quer a possibilidade de ocorrência de situações similares, quer a aplicação das ações identificadas. Em muitas situações, na sequência destes relatórios são emitidas lições aprendidas cuja análise e implementação de ações é de carácter obrigatório em toda a Companhia.

SEGMENTO CIMENTO

Identificação de riscos	Através da Avaliação de Perigos e Riscos implementada em cada local.
Qualidade do processo	Formação qualificada aos técnicos de SST e formação aos trabalhadores em matéria de SST.
Integração dos resultados dos processos na melhoria do SGSST	No âmbito dos Sistemas de Gestão, são realizadas auditorias internas e externas. Caso se verifiquem acidentes de trabalho, ou implementação de novos equipamentos/ projetos ou melhorias, a avaliação de perigos e riscos é revista. Adicionalmente, existe uma revisão periódica desta avaliação por forma a ser continuamente melhorada.
Processos de reporte de perigos disponíveis aos Colaboradores	Através dos procedimentos de segurança, nomeadamente do relato de incidentes ou quase-acidentes, existe, nas várias geografias, um Comité restrito de composição definida, que avalia situações de acidentes de trabalho, garantindo a tomada de decisão na gestão de consequências e na implementação de medidas, caso se verifique necessário.
Processos que permite aos Colaboradores resguardarem-se de situações que no seu entender podem causar lesões ou doenças	Existe uma política de <i>STOP and GO card</i> que pretende dar autoridade a todos os trabalhadores para identificarem o que não deve ser feito e que pode ter consequências para a sua saúde e segurança. O direito de recusa é integrado na filosofia desta política.
De que formas estão os Colaboradores protegidos contra eventuais represálias face a denúncias dos dois pontos anteriores	Através dos procedimentos de segurança, nomeadamente do relato de incidentes ou quase-acidentes, existe, nas várias geografias, um Comité restrito de composição definida, que avalia situações de acidentes de trabalho, garantindo a tomada de decisão na gestão de consequências e na implementação de medidas, caso se verifique necessário.
Procedimento de investigação de incidentes	Existe, para cada acidente, um relatório de investigação de acidentes, que estabelece os requisitos e regras obrigatórios a seguir para o reporte, a classificação e investigação de eventos de segurança. São elaboradas as recomendações e as lições aprendidas e é feita a divulgação através dos alertas para todo o Grupo. Adicionalmente, existem reuniões periódicas de SST, em vários níveis da empresa, onde esta informação é apresentada e discutida.

SEGMENTO AMBIENTE

Identificação de riscos	<p>A Identificação de Perigos e Avaliação de Riscos é realizada conforme metodologia fundamentada na análise e observação das tarefas, no comportamento dos trabalhadores durante a execução das suas funções, em entrevistas aos trabalhadores, e em informações e documentação fornecida pela ETSA.</p> <p>A avaliação dos riscos considera as medidas de controlo do risco já implementadas e prevê 4 níveis de risco – reduzido, moderado, elevado e muito elevado –, sendo que para os níveis de risco moderado, elevado e muito elevado são definidas medidas de segurança. Neste sentido, a lista de medidas de segurança (construída com base na avaliação de riscos, auditorias de segurança e requisitos legais) prioriza a implementação de ações associadas a níveis de risco mais elevados.</p> <p>As ações a implementar são definidas privilegiando as medidas técnicas, organizacionais e de proteção coletiva, em detrimento das restantes.</p> <p>A revisão da avaliação de riscos ocorre anualmente, ou sempre que ocorram: alterações nos processos, nos equipamentos, nos locais de trabalho (com repercussões na segurança); acidentes de trabalho/ doenças profissionais; ou ainda sempre que o resultado de monitorizações o justifique.</p> <p>O acompanhamento da implementação das medidas de segurança é realizado internamente através de reuniões entre os responsáveis de cada área/ unidade, e através de auditorias periódicas, realizadas pela empresa prestadora de serviços de segurança no trabalho.</p> <p>A divulgação da informação sobre perigos e riscos é feita através de formações e da publicação <i>online</i> de documentos relevantes. No caso de trabalhadores estrangeiros, e de modo a ultrapassar a barreira linguística, é assegurada a utilização de linguagem simples nas comunicações com os mesmos.</p>
Qualidade do processo	<p>Empresa prestadora de serviços de segurança devidamente autorizada pela Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT). A equipa técnica possui Certificado de Aptidão Profissional (CAP) de Técnico Superior de Segurança no Trabalho. Os responsáveis de cada unidade têm formação: Representante do Empregador (com programa elaborado de acordo com a ACT).</p>
Integração dos resultados dos processos na melhoria do SGSST	<p>A organização não possui um Sistema de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho (SGSST).</p>
Processos de reporte de perigos disponíveis aos Colaboradores	<p>Durante as visitas/ auditorias de segurança, bem como nas ações de formação, os trabalhadores são consultados relativamente às condições de segurança. Para além disso, são realizadas ações de consulta aos trabalhadores, previstas no regime jurídico da promoção da Segurança e Saúde no Trabalho (SST) – e demais legislação específica, em matéria de SST. Está ainda implementado o programa MAIS ETSA (baseado na recolha de sugestões de melhoria, dos trabalhadores, sobre as infraestruturas, equipamentos, processos, etc.).</p>
Processos que permite aos Colaboradores resguardarem-se de situações que no seu entender podem causar lesões ou doenças	<p>São do conhecimento dos trabalhadores e dos responsáveis – de área/ de cada unidade – as obrigações gerais do empregador (considerando o previsto no regime jurídico da promoção da SST), tendo as mesmas sido transmitidas através de formações sobre o tema.</p>
De que formas estão os Colaboradores protegidos contra eventuais represálias face a denúncias dos dois pontos anteriores	<p>A ETSA tem o compromisso de assegurar o cumprimento legal em todas as dimensões da sua atividade, nomeadamente, nas suas obrigações em matéria de SST.</p>

Procedimento de investigação de incidentes

1. Em caso de ocorrência de incidente/ acidente, o trabalhador e o seu responsável elaboram o registo interno de acidente – a enviar aos Recursos Humanos (RH) e à empresa de serviços de segurança no trabalho.
 2. Se aplicável, os RH asseguram o preenchimento e envio da participação à seguradora.
 3. A empresa prestadora de serviços de segurança contacta o sinistrado e, quando necessário, desloca-se ao local para avaliar as causas do acidente/incidente, discutindo ainda medidas de segurança a implementar.
 4. O relatório final inclui: descrição do acidente, análise de causas, medidas de segurança a implementar e respetivos responsáveis e a necessidade de revisão da avaliação de riscos. É elaborada uma lista de acidentes/incidentes onde, a cada ocorrência, se associam as ações, e que permite acompanhar o estado de implementação das medidas.
- Periodicamente são realizadas reuniões internas (que envolvem os responsáveis de cada área/ unidade) para assegurar o acompanhamento da implementação. No âmbito das atividades e dos serviços externos de segurança, este acompanhamento é também realizado periodicamente.

SEMAPA HOLDING

A Semapa Holding, apesar de ter os seus Colaboradores expostos a níveis de risco consideravelmente inferiores, mantém também a segurança no trabalho como um dos pontos da sua agenda.

Os perigos relacionados com o trabalho são identificados e apresentados no relatório anual de SST, elaborado por uma empresa contratada. Os mesmos são apresentados à Direção da Empresa e é definido um plano de ação, com as medidas a implementar e o prazo para implementação das correções.

A Semapa subcontrata ainda empresas especializadas nesta área de modo a detetar oportunidades de melhoria.

De modo a que todos os Colaboradores possam participar neste processo, apesar de não haver procedimento específico definido, são convidados a reportar os perigos ou potenciais perigos diretamente ao superior hierárquico.

A Semapa analisa anualmente o relatório anual de SST comparando os desenvolvimentos com a versão do ano anterior.

GRI 403-3: Serviços de Saúde

	Pasta e Papel	Cimento	Ambiente
Serviços de saúde	<p>Na Navigator temos um conjunto de iniciativas corporativas que têm como objetivo melhorar, de forma transversal, as práticas, procedimentos e condições de trabalho, de forma a tornar as operações mais saudáveis e seguras.</p> <p>Em conjunto, as equipas de Medicina e de SST realizam visitas periódicas às unidades industriais, o que representa uma oportunidade para, em conjunto e no terreno, avaliarem as condições e validarem as medidas a implementar.</p>	<p>Os serviços de saúde são assegurados, em grande parte, pela Medicina do Trabalho. Os serviços de segurança asseguram a monitorização dos riscos relacionados com a saúde, como sejam: (a) monitorização de poeiras totais, respiráveis e sílica; (b) o ruído; e (c) as vibrações, mantendo um plano de ações de forma a eliminar ou reduzir os riscos.</p>	<p>Os serviços de saúde são assegurados através de: (a) avaliação e controlo de riscos profissionais inerentes a cada posto de trabalho; (b) realização da avaliação clínica inicial / periódica / ocasional com a finalidade de garantir a aptidão do profissional para o desempenho das suas funções; (c) prevenção das doenças no exercício profissional; (d) desenvolvimento de atividades de promoção da saúde; (e) emissão de fichas de aptidão, organizando e mantendo atualizados os registos clínicos e outros elementos informativos relativos ao trabalhador; (f) colaboração nas atividades de controlo dos riscos, sugerindo medidas de prevenção e proteção; e (g) vigia das condições de trabalho de trabalhadores em situações mais vulneráveis.</p>

GRI 403-3: Serviços de Saúde			
	Pasta e Papel	Cimento	Ambiente
Garantia de qualidade	<p>A relação entre as equipas de SST e a Medicina do Trabalho assegura a total partilha de informação, que vai desde a avaliação de riscos até aos resultados das monitorizações de agentes (químicos, físicos, biológicos e radiações ionizantes). Esta partilha permite assegurar que as equipas de Medicina conhecem os riscos a que cada Colaborador está sujeito, tornando possível a monitorização de outros parâmetros complementares nas consultas periódicas.</p> <p>Em conjunto, as equipas de Medicina e de SST realizam visitas periódicas às unidades industriais, o que representa uma oportunidade para, em conjunto e no terreno, avaliarem as condições e validarem as medidas a implementar.</p>	<p>A qualidade deste serviço é assegurada através de: auditorias internas e externas; comunicações aos trabalhadores sobre os perigos, riscos e doenças profissionais aos quais podem estar sujeitos; reuniões periódicas com os trabalhadores; e monitorização dos planos de ações definidos.</p>	<p>Para assegurar a qualidade deste serviço, este é prestado por uma empresa externa especializada e com competências acreditadas para a sua realização.</p> <p>O acesso ao serviço pelos trabalhadores é feito através de avaliação clínica e com recomendações específicas para cada posto de trabalho.</p>

SEMAPA HOLDING

Anualmente, é feita uma ficha de aptidão médica, após exames complementares de diagnóstico, eletrocardiograma e consulta de acompanhamento.

A empresa agenda, também anualmente, nas suas instalações, a visita da equipa médica que faz a colheita de sangue para análises e realiza os exames complementares de diagnóstico. Os mesmos são analisados pelo médico numa consulta posterior, sendo esta também em horário laboral. Quando existem situações que carecem de acompanhamento permanente, o Colaborador é encaminhado para o seu médico de família.

GRI 403-4: Participação, Consulta e Comunicação aos Colaboradores sobre Segurança e Saúde no Trabalho

SEGMENTO PASTA E PAPEL

Desde 2020 que a Navigator assegura, por meio de um inquérito *online*, a consulta a todos os Colaboradores. Este inquérito é realizado duas vezes por ano e é amplamente divulgado por forma a apelar à participação do maior número possível de pessoas. As questões abordam vários aspetos da SST, designadamente ao nível dos perigos e riscos, condições dos locais de trabalho, comunicação de resultados de monitorizações, conhecimento de procedimentos, necessidades de formação, qualidade dos equipamentos de proteção individual (EPI), entre outros. Os resultados desta consulta são publicados para que todos tenham acesso à informação e conhecimento das ações definidas de acordo com as respostas obtidas.

Adicionalmente a esta via, poderão também ser realizadas consultas junto das Comissões de Higiene e Segurança de cada um dos complexos industriais. Todos os complexos (com exceção de Vila Velha de Ródão e áreas florestais) têm Comissões de Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho. As reuniões são periódicas, sendo que ocorrem, no mínimo, uma vez por ano. É da competência destas comissões discutir as avaliações de riscos, perigos e procedimentos, assim como transmitir as preocupações dos Colaboradores. A legislação portuguesa define qual a composição destas comissões garantindo a Companhia o seu cumprimento e aplicação.

SEGMENTO CIMENTO

Na Secil, são várias as formas implementadas para garantir a comunicação com os Colaboradores, destacando-se: a realização periódica de inquéritos aos trabalhadores; as reuniões da comissão de trabalhadores ou com representantes dos trabalhadores para as questões de SST; e ainda a existência de quadros de segurança afixados nas unidades com as informações relevantes.

Existem comissões conjuntas de trabalhadores/administração nas várias geografias, de acordo com periodicidade definida localmente. De uma forma geral, estas têm a responsabilidade de avaliar todas as questões em matéria de SST. Alguns exemplos: recomendar ações de penalização/reconhecimento decorrentes de situações de acidentes de trabalho ou outras situações observadas; sugerir ações corretivas e preventivas com vista à redução dos riscos, acidentes de trabalho e melhoria da saúde dos Colaboradores; sugerir ou dar parecer relativamente aos programas de prevenção e monitorização de SST; promover e sugerir ações de formação na área da saúde e segurança; e discutir sobre a qualidade e o conforto dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI).

SEGMENTO AMBIENTE

A organização não possui um sistema de gestão SST. No que respeita à informação/comunicação, a mesma é assegurada através da partilha de documentação SST em pontos de consulta *online*, e através da afixação de documentos nas instalações e nos quadros de gestão de pessoal. A comunicação é também assegurada através das formações realizadas sobre a matéria.

Durante as visitas/auditorias de segurança, bem como nas ações de formação, os trabalhadores são consultados relativamente às condições de segurança. Para além disso, são realizadas ações de consulta aos trabalhadores, previstas no regime jurídico da promoção da Segurança e Saúde no Trabalho (SST) – e demais legislação específica, em matéria de SST. Está ainda implementado o programa MAIS ETSA (baseado na recolha de sugestões de melhoria, dos trabalhadores, sobre as infraestruturas, equipamentos, processos, etc.). De referir que não existem comissões conjuntas de trabalhadores.

GRI 403-5: Formação dos trabalhadores em Segurança e Saúde no Trabalho

SEGMENTO PASTA E PAPEL

A Navigator assegura um conjunto de ações de formação de frequência obrigatória – tal como estabelecido na legislação nacional –, sendo que, pontualmente, é ministrada formação complementar. O Learning Center disponibiliza aos Colaboradores um conjunto de ações de formação que contempla diversos temas de Segurança. Alguns dos módulos da formação *online* disponibilizada vão ser considerados de frequência obrigatória, estando a ser desenvolvidos outros módulos com recurso a novas tecnologias (realidade aumentada, por exemplo) para motivar os Colaboradores a participar nestas ações. No caso da formação ocorrer fora do horário de trabalho, os Colaboradores são compensados através de remuneração adicional. Em áreas consideradas mais críticas, cujos riscos das atividades sejam mais elevados, existe um reforço da formação neste âmbito, por parte da equipa local de SST.

No *onboarding* de todos os novos Colaboradores existe um programa de indução em que os vários temas de Segurança são abordados.

Os trabalhadores externos recebem uma formação específica obrigatória desenvolvida pela CELPA – Associação da Indústria Papeleira, designada por CSIP – Cartão de Segurança da Indústria Papeleira. Em situações de trabalhos ou projetos considerados especiais, é desenvolvida uma formação dedicada aos temas mais relevantes em matéria de segurança.

De referir ainda que, na Navigator, temos vindo a desenvolver, com a área da Formação, uma matriz de competências por função, identificando para cada Colaborador, e segundo as tarefas que lhe estão atribuídas, qual a formação obrigatória que deverá desenvolver. Este é o projeto que pretende contar com mais desenvolvimento em 2023.

SEGMENTO CIMENTO

Em matéria de SST, é realizada formação obrigatória, decorrente de requisitos legais, e formação voluntária, nomeadamente na área comportamental e de liderança em segurança. Adicionalmente, existe formação de acolhimento em SST para novos Colaboradores internos e externos. É também realizada a comunicação dos resultados da avaliação de riscos.

SEGMENTO AMBIENTE

Todos os trabalhadores possuem formação em matéria de Segurança e Saúde no Trabalho (SST), abordando os seguintes conteúdos: Enquadramento Legal; Conceitos Básicos de Segurança e Saúde no Trabalho; Deveres e Responsabilidade dos Trabalhadores e do Empregador; Estatística de Acidentes de Trabalho; Perigos e Riscos do Posto de Trabalho; Medidas de Prevenção e Proteção; Movimentação Manual de Cargas; Equipamentos de Proteção Individual; Instruções de Segurança; e Sinalização de Segurança; Fichas de Dados de Segurança. No âmbito de perigos específicos, foram adicionalmente abordados: riscos químicos, riscos biológicos, segurança de máquinas e equipamentos de trabalho e movimentação manual de cargas.

A ETSA avalia ainda as necessidades de formação através das ações de consulta aos trabalhadores, previstas no regime jurídico da promoção da SST (e demais legislação na matéria). Os serviços externos de segurança elaboraram um programa de formação com base nos requisitos legais relativos à formação (elencados nos mais distintos diplomas relacionados com a segurança e saúde no trabalho), considerando as informações transmitidas pelos trabalhadores (recolhidas em formações, auditorias, etc.), e com base no conhecimento das atividades desenvolvidas. O programa é gerido pelos Recursos Humanos. Os serviços externos apoiam na priorização das ações a ministrar.

Todas as formações são ministradas gratuitamente e sempre no horário de trabalho.

SEMAPA HOLDING

Estão em fase de implementação as medidas de autoproteção, incluindo simulacro de incêndio (exercícios de evacuação) e formação em primeiros socorros. De referir ainda que todas as necessidades de formação por parte dos Colaboradores da Semapa Holding são avaliadas anualmente, após a receção do relatório anual de SST. Todas as formações nesta área são gratuitas e em horário laboral.

GRI 403-6: Promoção da Saúde do Colaborador

SEGMENTO PASTA E PAPEL

A Navigator dispõe de uma equipa de Saúde Ocupacional (SO), medicina curativa e equipa de enfermagem permanente nas áreas industriais e florestais, sendo que todos os Colaboradores da Navigator têm acesso a estes serviços. As unidades fabris têm um Posto Médico acessível a todos os Colaboradores, o que lhes permite expor as suas necessidades aos profissionais de saúde. O corpo de enfermeiros realiza uma assistência permanente (24 horas) aos Colaboradores, com exceção de Vila Velha de Ródão em que os enfermeiros estão disponíveis apenas durante o horário diurno.

A equipa de SO é constituída por um psicólogo, uma nutricionista, uma assistente social e cinco fisioterapeutas em cada unidade fabril. Esta equipa, em parceria com a equipa de medicina (trabalho e curativa), desenvolvem programas de saúde e bem-estar, avaliando e acompanhando os Colaboradores que apresentem necessidades de apoio em qualquer uma das valências. A equipa residente disponibiliza os seus serviços nos postos médicos e desenvolve programas mais abrangentes com os Colaboradores como, por exemplo, atividade física laboral, análise do sono, alimentação em regime de turnos, respostas sociais, entre outros. Todos os anos, no mês de outubro, celebramos o mês da saúde dinamizando várias iniciativas de maior contacto e proximidade com as operações, sendo muito positivo o *feedback* recolhido.

SEGMENTO CIMENTO

Na Secil, existem serviços de medicina no trabalho para todos os trabalhadores, sendo que nas fábricas existe um posto médico e, nalguns casos, para além da medicina do trabalho, existe medicina curativa. Para complementar a ação na área da promoção da saúde, a empresa disponibiliza seguro de saúde de uma forma geral.

Existe ainda um plano de consultas e exames periódicos, ao qual é realizado o acompanhamento deste plano e são tomadas medidas relativas aos desvios identificados de forma a assegurar o seu pleno cumprimento.

SEGMENTO AMBIENTE

A empresa disponibiliza, em todos os seus estabelecimentos e a todos os seus trabalhadores, o serviço de medicina curativa.

Este serviço permite facilitar o acesso a serviços médicos, sem a necessidade de os trabalhadores recorrerem aos Centros de Saúde ou outros médicos e sem a necessidade de se deslocarem.

SEMAPA HOLDING

Os Colaboradores têm acesso a um seguro de saúde bastante abrangente que pode ser alargado aos restantes membros do agregado familiar, mediante um pagamento adicional, inferior ao preço de mercado.

Adicionalmente, existe um médico de medicina geral e familiar disponível semanalmente, para prescrição de receitas médicas e exames complementares.

GRI 403-7: Prevenção e mitigação de impactes na Segurança e Saúde no Trabalho diretamente relacionados com relações comerciais

SEGMENTO PASTA E PAPEL

A abordagem da Companhia para prevenir ou mitigar impactos negativos significativos na segurança e saúde no trabalho, diretamente ligados com as suas operações, não é diferenciada, uma vez que a SST é uma função coordenada de forma transversal e corporativa, apesar de cada complexo ter uma equipa local de coordenação e SST.

SEGMENTO CIMENTO

A Secil tem uma política de zero danos para os seus Colaboradores, contratados e para a comunidade onde se insere. A identificação dos perigos e a avaliação dos riscos decorrente das suas atividades é o pilar para a prevenção e a mitigação dos impactos negativos em todos os Colaboradores. A sua revisão e atualização é relevante, e é através da implementação do plano de ações das medidas consideradas necessárias que se garante a redução dos impactes negativos.

SEGMENTO AMBIENTE

Verificou-se que um considerável número de acidentes, ocorridos na área logística (abrangendo motoristas), acontecia maioritariamente em pontos de recolha, aos quais os trabalhadores se deslocam para recolher matéria-prima. Muitos destes acidentes estavam associados às condições de acesso aos locais de recolha, à limpeza e organização, ao funcionamento e conservação dos equipamentos de armazenagem de matéria-prima, e à forma de acondicionamento da mesma. Os serviços externos de segurança e os responsáveis pela área logística e comercial elaboraram um cartaz autocolante, que foi afixado nos pontos de recolha, alertando para as boas práticas de acesso aos locais, manutenção e limpeza dos equipamentos e acondicionamento de matéria-prima. O cartaz apela ao contributo dos pontos de recolha para que a ETSA assegure que os seus trabalhadores têm um ambiente de trabalho seguro e saudável.

GRI 403-8: Trabalhadores abrangidos por um sistema de gestão de saúde e segurança no trabalho			
Empresa/ Participada	Descrição	2021	2022
Navigator	Número total de Colaboradores	3.021	3.115
	Número total de outros Colaboradores	14.293	10.324
	Colaboradores abrangidos pelo SGSST	3.021	3.115
	Outros trabalhadores abrangidos pelo SGSST	14.293	10.324
	Total (Colaboradores e outros trabalhadores) abrangidos pelo SGSST	17.314	13.439
	Percentagem de Colaboradores abrangidos pelo SGSST	100%	100%
	Percentagem de outros trabalhadores abrangidos pelo SGSST	100%	100%
	Percentagem de Colaboradores e outros trabalhadores abrangidos pelo SGSST	100%	100%
	Colaboradores abrangidos pelo SGSST - certificado	2.780	2.904
	Outros trabalhadores abrangidos pelo SGSST - certificado	13.896	10.324
	Total (Colaboradores e outros trabalhadores) abrangidos pelo SGSST - certificado	16.676	13.228
	Percentagem de Colaboradores abrangidos pelo SGSST - certificado	92%	93%
	Percentagem de outros trabalhadores abrangidos pelo SGSST - certificado	97%	100%
	Percentagem de Colaboradores e outros trabalhadores abrangidos pelo SGSST - certificado	96%	98%
	Secil	Número total de Colaboradores	2.362
Número total de outros Colaboradores		1.838	1.861
Colaboradores abrangidos pelo SGSST		2.362	2.367
Outros trabalhadores abrangidos pelo SGSST		1.838	1.861
Total (Colaboradores e outros trabalhadores) abrangidos pelo SGSST		4.200	4.228
Percentagem de Colaboradores abrangidos pelo SGSST		100%	100%
Percentagem de outros trabalhadores abrangidos pelo SGSST		100%	100%
Percentagem de Colaboradores e outros trabalhadores abrangidos pelo SGSST		100%	100%
Colaboradores abrangidos pelo SGSST - certificado		1.809	1.819
Outros trabalhadores abrangidos pelo SGSST - certificado		1.614	1.642
Total (Colaboradores e outros trabalhadores) abrangidos pelo SGSST - certificado		3.423	3.461
Percentagem de Colaboradores abrangidos pelo SGSST - certificado		77%	77%
Percentagem de outros trabalhadores abrangidos pelo SGSST - certificado		88%	88%
Percentagem de Colaboradores e outros trabalhadores abrangidos pelo SGSST - certificado		82%	82%

GRI 403-8: Trabalhadores abrangidos por um sistema de gestão de saúde e segurança no trabalho			
Empresa/ Participada	Descrição	2021	2022
ETSA	Número total de Colaboradores	280	314
	Número total de outros Colaboradores	0	0
	Colaboradores abrangidos pelo SGSST	0	0
	Outros trabalhadores abrangidos pelo SGSST	0	0
	Total (Colaboradores e outros trabalhadores) abrangidos pelo SGSST	0	0
	Percentagem de Colaboradores abrangidos pelo SGSST	0%	0%
	Percentagem de outros trabalhadores abrangidos pelo SGSST	---	---
	Percentagem de Colaboradores e outros trabalhadores abrangidos pelo SGSST	0%	0%
	Colaboradores abrangidos pelo SGSST - certificado	0	0
	Outros trabalhadores abrangidos pelo SGSST - certificado	0	0
	Total (Colaboradores e outros trabalhadores) abrangidos pelo SGSST - certificado	0	0
	Percentagem de Colaboradores abrangidos pelo SGSST - certificado	0%	0%
	Percentagem de outros trabalhadores abrangidos pelo SGSST - certificado	---	---
	Percentagem de Colaboradores e outros trabalhadores abrangidos pelo SGSST - certificado	0%	0%
 Holding	Número total de Colaboradores	32	38
	Número total de outros Colaboradores	2	1
	Colaboradores abrangidos pelo SGSST	32	38
	Outros trabalhadores abrangidos pelo SGSST	0	0
	Total (Colaboradores e outros trabalhadores) abrangidos pelo SGSST	32	38
	Percentagem de Colaboradores abrangidos pelo SGSST	100%	100%
	Percentagem de outros trabalhadores abrangidos pelo SGSST	0%	0%
	Percentagem de Colaboradores e outros trabalhadores abrangidos pelo SGSST	94%	97%
	Colaboradores abrangidos pelo SGSST - certificado	32	38
	Outros trabalhadores abrangidos pelo SGSST - certificado	0	0
	Total (Colaboradores e outros trabalhadores) abrangidos pelo SGSST - certificado	32	38
	Percentagem de Colaboradores abrangidos pelo SGSST - certificado	100%	100%
	Percentagem de outros trabalhadores abrangidos pelo SGSST - certificado	0%	0%
	Percentagem de Colaboradores e outros trabalhadores abrangidos pelo SGSST - certificado	94%	97%

GRI 403-8: Trabalhadores abrangidos por um sistema de gestão de saúde e segurança no trabalho				
Empresa/ Participada	Descrição	2021	2022	
Grupo Semapa	Número total de Colaboradores	5.695	5.834	
	Número total de outros Colaboradores	16.133	12.186	
	Colaboradores abrangidos pelo SGSST	5.415	5.520	
	Outros trabalhadores abrangidos pelo SGSST	16.131	12.185	
	Total (Colaboradores e outros trabalhadores) abrangidos pelo SGSST	21.546	17.705	
	Percentagem de Colaboradores abrangidos pelo SGSST	95%	95%	
	Percentagem de outros trabalhadores abrangidos pelo SGSST	100%	100%	
	Percentagem de Colaboradores e outros trabalhadores abrangidos pelo SGSST	99%	98%	
	Colaboradores abrangidos pelo SGSST - certificado	4.621	4.761	
	Outros trabalhadores abrangidos pelo SGSST - certificado	15.510	11.966	
	Total (Colaboradores e outros trabalhadores) abrangidos pelo SGSST - certificado	20.131	16.727	
	Percentagem de Colaboradores abrangidos pelo SGSST - certificado	81%	82%	
	Percentagem de outros trabalhadores abrangidos pelo SGSST - certificado	96%	98%	
	Percentagem de Colaboradores e outros trabalhadores abrangidos pelo SGSST - certificado	92%	93%	

GRI 403-9: Acidentes de trabalho				
Empresa/ Participada	Descrição	2020	2021	2022
Navigator	Número de óbitos resultantes de acidentes de trabalho	0	0	0
	Número de acidentes graves (comunicação em 24h à ACT)	6	3	1
	Número de acidentes de trabalho de comunicação obrigatória (relatório único)	195	147	262
	Número de acidentes de trabalho com baixa	78	64	74
	Número de dias perdidos	2.330	3.443	2.667
	Horas trabalhadas	9.551.086	9.724.952	10.173.190
	Fator de normalização de número de horas trabalhadas	1.000.000	1.000.000	1.000.000
	Índice de óbitos resultantes de acidentes de trabalho	0,0	0,0	0,0
	Índice de acidentes de trabalho graves (excluindo óbitos)	0,6	0,3	0,1
	Índice de acidentes de trabalho de comunicação obrigatória	20,4	15,1	25,8
	Taxa de frequência	8,2	6,6	7,3
	Taxa de gravidade	244,0	354,1	262,2
	Secil	Número de óbitos resultantes de acidentes de trabalho	0	2
Número de acidentes graves (comunicação em 24h à ACT)		6	4	2
Número de acidentes de trabalho de comunicação obrigatória (relatório único)		92	88	85
Número de acidentes de trabalho com baixa		57	53	42
Número de dias perdidos		1.744	1.394	1.348
Horas trabalhadas		7.628.944	7.911.743	7.985.446
Fator de normalização de número de horas trabalhadas		1.000.000	1.000.000	1.000.000
Índice de óbitos resultantes de acidentes de trabalho		0,0	0,3	0,0
Índice de acidentes de trabalho graves (excluindo óbitos)		0,8	0,5	0,3
Índice de acidentes de trabalho de comunicação obrigatória		12,1	11,1	10,6
Taxa de frequência		7,5	6,7	5,3
Taxa de gravidade		228,6	176,2	168,8

GRI 403-9: Acidentes de trabalho				
Empresa/ Participada	Descrição	2020	2021	2022
ETSA	Número de óbitos resultantes de acidentes de trabalho	0	0	0
	Número de acidentes graves (comunicação em 24h à ACT)	0	0	1
	Número de acidentes de trabalho de comunicação obrigatória (relatório único)	29	26	30
	Número de acidentes de trabalho com baixa	29	26	28
	Número de dias perdidos	939	1.088	754
	Horas trabalhadas	514.456	494.331	546.844
	Fator de normalização de número de horas trabalhadas	1.000.000	1.000.000	1.000.000
	Índice de óbitos resultantes de acidentes de trabalho	0,0	0,0	0,0
	Índice de acidentes de trabalho graves (excluindo óbitos)	0,0	0,0	1,8
	Índice de acidentes de trabalho de comunicação obrigatória	56,4	52,6	54,9
	Taxa de frequência	56,4	52,6	51,2
	Taxa de gravidade	1.825,2	2.201,0	1.378,8
	 Holding	Número de óbitos resultantes de acidentes de trabalho	0	0
Número de acidentes graves (comunicação em 24h à ACT)		0	0	0
Número de acidentes de trabalho de comunicação obrigatória (relatório único)		0	0	0
Número de acidentes de trabalho com baixa		0	0	0
Número de dias perdidos		0	0	0
Horas trabalhadas		43.744	45.944	70.696
Fator de normalização de número de horas trabalhadas		1.000.000	1.000.000	1.000.000
Índice de óbitos resultantes de acidentes de trabalho		0,0	0,0	0,0
Índice de acidentes de trabalho graves (excluindo óbitos)		0,0	0,0	0,0
Índice de acidentes de trabalho de comunicação obrigatória		0,0	0,0	0,0
Taxa de frequência		0,0	0,0	0,0
Taxa de gravidade		0,0	0,0	0,0

GRI 403-9: Acidentes de trabalho				
Empresa/ Participada	Descrição	2020	2021	2022
Grupo	Número de óbitos resultantes de acidentes de trabalho	0	2	0
Semapa	Número de acidentes graves (comunicação em 24h à ACT)	12	7	4
	Número de acidentes de trabalho de comunicação obrigatória (relatório único)	316	261	377
	Número de acidentes de trabalho com baixa	164	143	144
	Número de dias perdidos	5.013	5.925	4.769
	Horas trabalhadas	17.738.230	18.176.970	18.776.176
	Fator de normalização de número de horas trabalhadas	1.000.000	1.000.000	1.000.000
	Índice de óbitos resultantes de acidentes de trabalho	0,0	0,1	0,0
	Índice de acidentes de trabalho graves (excluindo óbitos)	0,7	0,4	0,2
	Índice de acidentes de trabalho de comunicação obrigatória	17,8	14,4	20,1
	Taxa de frequência	9,2	7,9	7,7
	Taxa de gravidade	282,6	326,0	254,0

Nota 1: Para o cálculo dos indicadores de segurança, a Navigator inclui o universo de Colaboradores internos e externos. Refere-se ainda que a Secil realizou, em 2021, uma alteração de metodologia, alinhando o seu relato de segurança às *guidelines* do GCCA (associação do setor), deixando de registrar os acidentes *off-site*.

Nota 2: Na Navigator existe um conjunto de atividades que não está abrangido pelos sistemas de SST certificados, nomeadamente a Gestão Florestal, o Abastecimento de Madeira e o RAIZ, que não se encontram no âmbito da certificação. No entanto, as atividades desenvolvidas nestas áreas seguem os mesmos princípios e procedimentos.

Notas metodológicas sobre os cálculos efetuados:

Fórmulas Relatório Único:

- Taxa de Frequência = (N.º acidentes com baixa / N.º horas efetivamente trabalhadas) x 1.000.000
- Taxa de Gravidade = (N.º dias perdidos / N.º horas efetivamente trabalhadas) x 1.000.000

Fórmulas GRI:

- Rácio de óbitos resultantes de acidentes de trabalho = (N.º mortes resultantes de acidentes de trabalho/N.º de horas trabalhadas) x 1.000.000
- Rácio de acidentes de trabalho graves (1: = (acidentes de trabalho graves (excluindo óbitos)/N.º de horas trabalhadas) x 1.000.000
- Rácio de acidentes de trabalho de comunicação obrigatória (2: = (acidentes de trabalho/N.º de horas trabalhadas) x 1.000.000

GRI 403-10: Doenças profissionais				
Empresa/ Participada	Descrição	2020	2021	2022
Navigator	Número óbitos resultantes de doenças ocupacionais	0	0	0
	Número de casos de doenças ocupacionais participadas	11	1	10
	Número de casos de doenças ocupacionais confirmadas	11	1	0
Secil	Número óbitos resultantes de doenças ocupacionais	0	0	0
	Número de casos de doenças ocupacionais participadas	0	8	3
	Número de casos de doenças ocupacionais confirmadas	0	1	0
ETSA	Número óbitos resultantes de doenças ocupacionais	0	0	0
	Número de casos de doenças ocupacionais participadas	0	0	0
	Número de casos de doenças ocupacionais confirmadas	0	0	0
 Holding	Número óbitos resultantes de doenças ocupacionais	0	0	0
	Número de casos de doenças ocupacionais participadas	0	0	0
	Número de casos de doenças ocupacionais confirmadas	0	0	0
Grupo Semapa	Número óbitos resultantes de doenças ocupacionais	0	0	0
	Número de casos de doenças ocupacionais participadas	11	9	13
	Número de casos de doenças ocupacionais confirmadas	11	2	0

Nota: Refere-se que os números apresentados acima apenas dizem respeito a Colaboradores das empresas e não a Trabalhadores externos. De referir ainda que, no caso do indicador "Número de doenças ocupacionais confirmadas", a Navigator apenas tem dados relativos a 2020 e 2021.

GRI 404: EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

GRI 404-1: Média anual de horas de formação anual por Colaborador							
Empresa/ Participada	Descrição			2020	2021	2022	
Navigator	Nº total de horas de formação	Dirigentes	Homens	312	290	528	
			Mulheres	156	268	104	
	Quadros Superiores	Homens	7.643	14.191	17.116		
		Mulheres	4.713	9.047	9.459		
	Quadros Médios	Homens	3.358	3.657	5.530		
		Mulheres	1.017	1.313	1.950		
	Administrativos	Homens	---	---	---		
		Mulheres	---	---	---		
	Executantes	Homens	104.019	87.827	88.809		
		Mulheres	2.489	7.655	5.390		
	Subtotal			Homens	115.332	105.965	111.983
				Mulheres	8.375	18.283	16.904
	Nº médio de horas de formação por Colaborador	Dirigentes	Homens	7	12	16	
			Mulheres	22	54	26	
		Quadros Superiores	Homens	21	37	43	
			Mulheres	23	42	36	
		Quadros Médios	Homens	14	14	21	
			Mulheres	18	15	19	
		Administrativos	Homens	---	---	---	
			Mulheres	---	---	---	
Executantes		Homens	53	47	47		
		Mulheres	11	42	33		
			Homens	44	42	43	
Total			Mulheres	17	37	32	
			Total	40	41	41	

GRI 404-1: Média anual de horas de formação anual por Colaborador							
Empresa/ Participada	Descrição		2020	2021	2022		
Secil	Nº total de horas de formação	Dirigentes	Homens	616	503		
			Mulheres	193,5	98		
		Quadros Superiores	Homens	3.378	1.087		
			Mulheres	1.192	764		
		Quadros Médios	Homens	5.404	3.866		
			Mulheres	1.748	869		
		Administrativos	Homens	4.908	3.064		
			Mulheres	1.582	1.095		
		Executantes	Homens	24.716	18.904		
			Mulheres	419	331		
			Subtotal	Homens	0	39.022	27.424
				Mulheres	0	5.134,5	3.157
			Nº médio de horas de formação por Colaborador	Dirigentes	Homens	---	15
					Mulheres	---	24
			Quadros Superiores	Homens	---	42	14
				Mulheres	---	66	40
			Quadros Médios	Homens	---	24	16
				Mulheres	---	20	10
			Administrativos	Homens	---	19	11
				Mulheres	---	10	8
	Executantes	Homens	---	17	13		
		Mulheres	---	10	7		
		Homens	---	19	13		
	Total	Mulheres	---	17	10		
		Total	---	19	13		

GRI 404-1: Média anual de horas de formação anual por Colaborador							
Empresa/ Participada	Descrição			2020	2021	2022	
ETSA	Nº total de horas de formação	Dirigentes	Homens	98	39	251	
			Mulheres	24	9	18	
		Quadros Superiores	Homens	89	157	302	
			Mulheres	19	21	36	
		Quadros Médios	Homens	160	134	338	
			Mulheres	0	0	0	
		Administrativos	Homens	176	312	327	
			Mulheres	531	447	736	
		Executantes	Homens	914	1.896	2.684	
			Mulheres	63	44	282	
		Subtotal		Homens	1.437	2.538	3.902
				Mulheres	637	521	1.072
		Nº médio de horas de formação por Colaborador	Dirigentes	Homens	49	20	126
				Mulheres	24	9	18
			Quadros Superiores	Homens	22	39	101
				Mulheres	19	21	36
			Quadros Médios	Homens	23	19	48
				Mulheres	---	---	---
			Administrativos	Homens	9	17	18
				Mulheres	20	16	26
			Executantes	Homens	5	10	15
Mulheres	2			2	9		
			Homens	7	12	19	
Total			Mulheres	11	9	17	
			Total	7	11	18	

GRI 404-1: Média anual de horas de formação anual por Colaborador						
Empresa/ Participada	Descrição		2020	2021	2022	
 Holding	Nº total de horas de formação	Dirigentes	Homens	0	56	272
			Mulheres	3	69	318
	Quadros Superiores	Homens	0	13	42	
		Mulheres	0	78	206	
	Quadros Médios	Homens	0	13	14	
		Mulheres	0	13	8	
	Administrativos	Homens	0	0	0	
		Mulheres	0	0	0	
	Executantes	Homens	0	0	0	
		Mulheres	0	4	97	
	Subtotal	Homens	0	82	328	
		Mulheres	3	164	629	
	Nº médio de horas de formação por Colaborador	Dirigentes	Homens	0	8	45
			Mulheres	1	17	64
	Quadros Superiores	Homens	0	4	8	
		Mulheres	0	10	26	
	Quadros Médios	Homens	0	13	14	
		Mulheres	0	13	8	
	Administrativos	Homens	---	---	---	
		Mulheres	---	---	---	
	Executantes	Homens	0	0	0	
		Mulheres	0	1	10	
	Total	Homens	0	6	23	
Mulheres		0	9	26		
Total		0	8	25		

GRI 404-1: Média anual de horas de formação anual por Colaborador								
Empresa/ Participada	Descrição		2020	2021	2022			
Grupo Semapa	Nº total de horas de formação	Dirigentes	Homens	410	1.001	1.554		
			Mulheres	183	539	538		
		Quadros Superiores	Homens	7.732	17.739	18.547		
			Mulheres	4.732	10.338	10.465		
		Quadros Médios	Homens	3.518	9.208	9.748		
			Mulheres	1.017	3.074	2.827		
		Administrativos	Homens	176	5.220	3.391		
			Mulheres	531	2.029	1.831		
		Executantes	Homens	104.933	114.439	110.397		
			Mulheres	2.552	8.122	6.100		
		Subtotal	Homens	116.769	147.607	143.637		
			Mulheres	9.015	24.102	21.761		
		Nº médio de hora de formação por Colaborador		Dirigentes	Homens	7	14	18
					Mulheres	17	30	30
				Quadros Superiores	Homens	21	38	39
					Mulheres	23	43	36
				Quadros Médios	Homens	14	19	19
					Mulheres	18	17	15
				Administrativos	Homens	9	19	11
					Mulheres	20	11	11
Executantes	Homens			49	33	31		
	Mulheres			10	31	24		
Total	Homens			41	31	29		
	Mulheres			16	27	24		
	Total			37	30	29		

Nota 1: Refere-se que para o cálculo deste indicador não estão incluídos os membros do Conselho de Administração (CA). Em 2022, os membros do CA da Holding receberam 38 horas de formação (média de 6 horas por pessoa), na Navigator 77 horas de formação (média de 6 horas por pessoa), na Secil 393 horas de formação (média de 26 horas por pessoa), na ETSA 141 horas de formação (média de 35 horas por pessoa).

Nota 2: Refere-se ainda que até 2020 a ETSA reportava os administrativos junto dos executantes. A partir do ano de 2021, a ETSA desagregou as duas funções.

GRI 404-3: Percentual de Colaboradores que recebem avaliações regulares de desempenho e de desenvolvimento de carreira

Empresa/ Participada	Descrição		2020	2021	2022	
Navigator	Dirigentes	Homens	92%	68%	100%	
		Mulheres	71%	80%	100%	
		Subtotal	89%	70%	100%	
	Quadros Superiores	Homens	100%	98%	100%	
		Mulheres	97%	100%	99%	
		Subtotal	99%	99%	99%	
	Quadros Médios	Homens	100%	99%	100%	
		Mulheres	82%	100%	98%	
		Subtotal	97%	99%	99%	
	Administrativos	Homens	---	---	---	
		Mulheres	---	---	---	
		Subtotal	---	---	---	
	Executantes	Homens	97%	100%	97%	
		Mulheres	97%	97%	96%	
		Subtotal	97%	99%	97%	
	Secil	Dirigentes	Homens	---	85%	69%
			Mulheres	---	88%	88%
			Subtotal	---	85%	72%
Quadros Superiores		Homens	---	79%	64%	
		Mulheres	---	94%	74%	
		Subtotal	---	82%	66%	
Quadros Médios		Homens	---	80%	69%	
		Mulheres	---	98%	90%	
		Subtotal	---	85%	75%	
Administrativos		Homens	---	98%	81%	
		Mulheres	---	67%	69%	
		Subtotal	---	86%	77%	
Executantes		Homens	---	61%	64%	
		Mulheres	---	79%	80%	
		Subtotal	---	61%	65%	
ETSA		Dirigentes	Homens	100%	100%	100%
			Mulheres	100%	100%	100%
			Subtotal	100%	100%	100%
	Quadros Superiores	Homens	100%	100%	100%	
		Mulheres	100%	100%	100%	
		Subtotal	100%	100%	100%	
	Quadros Médios	Homens	100%	100%	100%	
		Mulheres	---	---	---	
		Subtotal	100%	100%	100%	
	Administrativos	Homens	100%	100%	100%	
		Mulheres	100%	100%	100%	
		Subtotal	100%	100%	100%	
	Executantes	Homens	100%	100%	100%	
		Mulheres	100%	100%	100%	
		Subtotal	100%	100%	100%	

GRI 404-3: Percentual de Colaboradores que recebem avaliações regulares de desempenho e de desenvolvimento de carreira						
Empresa/ Participada	Descrição		2020	2021	2022	
 Holding	Dirigentes	Homens	---	100%	100%	
		Mulheres	---	100%	100%	
		Subtotal	---	100%	100%	
	Quadros Superiores	Homens	---	100%	100%	
		Mulheres	---	100%	88%	
		Subtotal	---	100%	92%	
	Quadros Médios	Homens	---	100%	100%	
		Mulheres	---	100%	100%	
		Subtotal	---	100%	100%	
	Administrativos	Homens	---	---	---	
		Mulheres	---	---	---	
		Subtotal	---	---	---	
	Executantes	Homens	---	100%	100%	
		Mulheres	---	100%	60%	
		Subtotal	---	100%	67%	
	 Grupo Semapa	Dirigentes	Homens	92%	81%	83%
			Mulheres	75%	89%	94%
			Total	90%	83%	85%
Quadros Superiores		Homens	100%	95%	93%	
		Mulheres	97%	100%	96%	
		Total	99%	96%	94%	
Quadros Médios		Homens	100%	90%	86%	
		Mulheres	82%	99%	94%	
		Total	97%	93%	88%	
Administrativos		Homens	100%	98%	82%	
		Mulheres	100%	72%	74%	
		Total	100%	88%	80%	
Executantes		Homens	97%	83%	83%	
		Mulheres	97%	94%	93%	
		Total	97%	84%	84%	

GRI 405: DIVERSIDADE E IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

GRI 405-1: Diversidade nos órgãos de governação e Colaboradores							
Empresa/ Participada	Descrição		2020	2021	2022		
Navigator	Género	Conselho de Administração	Homens	78,6%	76,9%	75,0%	
			Mulheres	21,4%	23,1%	25,0%	
	Dirigentes		Homens	87,3%	83,3%	89,5%	
			Mulheres	12,7%	16,7%	10,5%	
	Quadros Superiores		Homens	64,2%	64,2%	59,8%	
			Mulheres	35,8%	35,8%	40,2%	
	Quadros Médios		Homens	80,9%	74,3%	72,2%	
			Mulheres	19,1%	25,7%	27,8%	
	Administrativos		Homens	33,0%	---	---	
			Mulheres	67,0%	---	---	
	Executantes		Homens	95,1%	91,0%	92,2%	
			Mulheres	4,9%	9,0%	7,8%	
		Subtotal	Homens	84,2%	83,7%	82,9%	
			Mulheres	15,8%	16,3%	17,1%	
		Idade	Conselho de Administração	<30	0,0%	0,0%	0,0%
	30 a 50			21,4%	15,4%	0,0%	
	>50			78,6%	84,6%	100,0%	
	Dirigentes		<30	0,0%	0,0%	0,0%	
			30 a 50	30,9%	50,0%	31,6%	
			>50	69,1%	50,0%	68,4%	
Quadros Superiores	<30		8,6%	8,2%	11,8%		
	30 a 50		64,6%	64,5%	62,4%		
	>50		26,8%	27,3%	25,8%		
Quadros Médios	<30		4,3%	5,7%	7,7%		
	30 a 50		44,5%	50,9%	53,4%		
	>50		51,2%	43,4%	38,8%		
Administrativos	<30		5,3%	---	---		
	30 a 50		44,7%	---	---		
	>50		50,0%	---	---		
Executantes	<30		12,2%	11,1%	13,3%		
	30 a 50		59,9%	62,7%	62,8%		
	>50		27,9%	26,2%	23,9%		
			<30	10,1%	9,7%	12,2%	
	Subtotal		30 a 50	57,7%	61,4%	61,0%	
		>50	32,2%	28,9%	26,9%		

GRI 405-1: Diversidade nos órgãos de governação e Colaboradores						
Empresa/ Participada	Descrição		2020	2021	2022	
Secil	Género	Conselho de Administração	Homens	92,6%	100,0%	87,5%
			Mulheres	7,4%	0,0%	12,5%
	Dirigentes		Homens	86,8%	83,3%	84,0%
			Mulheres	13,2%	16,7%	16,0%
	Quadros Superiores		Homens	81,0%	81,8%	80,2%
			Mulheres	19,0%	18,2%	19,8%
	Quadros Médios		Homens	74,2%	72,5%	73,1%
			Mulheres	25,8%	27,5%	26,9%
	Administrativos		Homens	69,3%	63,2%	66,1%
			Mulheres	30,7%	36,8%	33,9%
	Executantes		Homens	97,2%	97,1%	97,0%
			Mulheres	2,8%	2,9%	3,0%
		Subtotal	Homens	88,3%	86,9%	87,3%
			Mulheres	11,7%	13,1%	12,7%
	Idade	Conselho de Administração	<30	0,0%	0,0%	0,0%
			30 a 50	14,8%	33,3%	12,5%
			>50	85,2%	66,7%	87,5%
		Dirigentes	<30	0,0%	0,0%	0,0%
			30 a 50	30,2%	27,1%	26,0%
			>50	69,8%	72,9%	74,0%
		Quadros Superiores	<30	4,6%	2,0%	0,0%
30 a 50			52,9%	55,6%	53,1%	
>50			42,5%	42,4%	46,9%	
Quadros Médios		<30	12,1%	11,7%	10,2%	
		30 a 50	65,1%	69,6%	70,3%	
		>50	22,9%	18,7%	19,5%	
Administrativos		<30	15,0%	14,9%	16,7%	
		30 a 50	49,6%	50,2%	49,2%	
		>50	35,4%	34,9%	34,1%	
Executantes		<30	8,5%	7,5%	7,4%	
		30 a 50	54,0%	56,6%	56,6%	
		>50	37,5%	35,9%	36,0%	
		<30	9,5%	9,0%	8,9%	
	Subtotal	30 a 50	53,7%	56,5%	56,2%	
		>50	36,8%	34,5%	34,9%	

GRI 405-1: Diversidade nos órgãos de governação e Colaboradores							
Empresa/ Participada	Descrição			2020	2021	2022	
ETSA	Género	Conselho de Administração	Homens	100,0%	100,0%	100,0%	
			Mulheres	0,0%	0,0%	0,0%	
		Dirigentes	Homens	66,7%	66,7%	66,7%	
			Mulheres	33,3%	33,3%	33,3%	
		Quadros Superiores	Homens	80,0%	80,0%	80,0%	
			Mulheres	20,0%	20,0%	20,0%	
		Quadros Médios	Homens	100,0%	100,0%	100,0%	
			Mulheres	0,0%	0,0%	0,0%	
		Administrativos	Homens	42,6%	39,1%	40,0%	
			Mulheres	57,4%	60,9%	60,0%	
	Executantes	Homens	87,4%	86,6%	84,5%		
		Mulheres	12,6%	13,4%	15,5%		
		Subtotal	Homens	80,0%	78,9%	77,7%	
			Mulheres	20,0%	21,1%	22,3%	
		Idade	Conselho de Administração	<30	0,0%	0,0%	0,0%
				30 a 50	33,3%	33,3%	50,0%
				>50	66,7%	66,7%	50,0%
			Dirigentes	<30	0,0%	0,0%	0,0%
				30 a 50	33,3%	33,3%	33,3%
				>50	66,7%	66,7%	66,7%
			Quadros Superiores	<30	0,0%	0,0%	0,0%
	30 a 50			80,0%	80,0%	80,0%	
	>50			20,0%	20,0%	20,0%	
	Quadros Médios		<30	0,0%	0,0%	0,0%	
			30 a 50	85,7%	85,7%	71,4%	
			>50	14,3%	14,3%	28,6%	
	Administrativos		<30	14,9%	13,0%	10,0%	
			30 a 50	53,2%	54,3%	58,0%	
			>50	31,9%	32,6%	32,0%	
	Executantes		<30	14,0%	11,6%	7,8%	
			30 a 50	50,2%	50,5%	56,3%	
			>50	35,8%	38,0%	35,9%	
	Subtotal	<30	13,2%	11,1%	7,6%		
		30 a 50	51,8%	52,1%	57,0%		
		>50	35,0%	36,8%	35,4%		

GRI 405-1: Diversidade nos órgãos de governação e Colaboradores							
Empresa/ Participada	Descrição			2020	2021	2022	
 Holding	 Género	Conselho de Administração	Homens	72,7%	72,7%	66,7%	
			Mulheres	27,3%	27,3%	33,3%	
	Dirigentes		Homens	62,5%	63,6%	54,5%	
			Mulheres	37,5%	36,4%	45,5%	
	Quadros Superiores		Homens	63,6%	27,3%	38,5%	
			Mulheres	36,4%	72,7%	61,5%	
	Quadros Médios		Homens	50,0%	50,0%	50,0%	
			Mulheres	50,0%	50,0%	50,0%	
	Administrativos		Homens	---	---	---	
			Mulheres	---	---	---	
	Executantes		Homens	28,6%	25,0%	16,7%	
			Mulheres	71,4%	75,0%	83,3%	
		 Subtotal	 Homens	 59,0%	 48,8%	 42,6%	
			 Mulheres	 41,0%	 51,2%	 57,4%	
		 Idade		<30	0,0%	0,0%	0,0%
				30 a 50	36,4%	36,4%	55,6%
		Conselho de Administração		>50	63,6%	63,6%	72,5%
				<30	0,0%	0,0%	0,0%
		Dirigentes		30 a 50	87,5%	72,7%	32,6%
				>50	12,5%	27,3%	67,4%
		Quadros Superiores		<30	18,2%	9,1%	15,4%
	30 a 50			45,5%	72,7%	69,2%	
			>50	36,4%	18,2%	15,4%	
			<30	0,0%	0,0%	0,0%	
	Quadros Médios		30 a 50	50,0%	0,0%	0,0%	
			>50	50,0%	100,0%	100,0%	
	Administrativos		<30	---	---	---	
			30 a 50	---	---	---	
			>50	---	---	---	
			<30	0,0%	12,5%	8,3%	
	Executantes		30 a 50	42,9%	50,0%	66,7%	
			>50	57,1%	37,5%	25,0%	
	 Subtotal	 <30	 5,1%	 4,7%	 6,4%		
			 30 a 50	 51,3%	 55,8%	 63,8%	
		 >50	 43,6%	 39,5%	 29,8%		

GRI 405-1: Diversidade nos órgãos de governação e Colaboradores							
Empresa/ Participada	Descrição		2020	2021	2022		
Grupo Semapa	Género	Conselho de Administração	Homens	85,5%	84,2%	78,8%	
			Mulheres	14,5%	15,8%	21,2%	
	Dirigentes		Homens	84,9%	80,4%	82,4%	
			Mulheres	15,1%	19,6%	17,6%	
	Quadros Superiores		Homens	67,8%	66,2%	62,1%	
			Mulheres	32,2%	33,8%	37,9%	
	Quadros Médios		Homens	77,7%	73,6%	72,8%	
			Mulheres	22,3%	26,4%	27,2%	
	Administrativos		Homens	56,7%	60,7%	63,3%	
			Mulheres	43,3%	39,3%	36,7%	
	Executantes		Homens	95,4%	93,0%	93,3%	
			Mulheres	4,6%	7,0%	6,7%	
		Subtotal		Homens	85,5%	84,5%	84,1%
				Mulheres	14,5%	15,5%	15,9%
		Idade	Conselho de Administração	<30	0,0%	0,0%	0,0%
				30 a 50	21,8%	27,8%	24,2%
				>50	78,2%	72,2%	75,8%
			Dirigentes	<30	0,0%	0,0%	0,0%
				30 a 50	34,5%	40,2%	33,3%
				>50	65,5%	59,8%	66,7%
			Quadros Superiores	<30	7,9%	7,3%	10,3%
				30 a 50	62,0%	63,5%	61,4%
				>50	30,2%	29,2%	28,2%
			Quadros Médios	<30	8,2%	8,4%	8,8%
				30 a 50	55,4%	59,9%	61,3%
				>50	36,4%	31,7%	29,9%
			Administrativos	<30	12,1%	14,7%	16,0%
	30 a 50			48,4%	50,7%	50,1%	
	>50			39,4%	34,6%	33,9%	
	Executantes		<30	10,8%	9,7%	10,6%	
			30 a 50	56,9%	59,6%	60,0%	
			>50	32,3%	30,7%	29,4%	
	Subtotal		<30	10,0%	9,4%	10,6%	
			30 a 50	55,7%	58,9%	58,9%	
			>50	34,3%	31,7%	30,6%	

GRI 405-2: Rácio do salário e remuneração entre mulheres e homens				
Empresa/ Participada	Categoria Profissional	2020	2021	2022
Navigator	Conselho de Administração	---	0,28	0,31
	Dirigentes	---	0,68	0,74
	Quadros Superiores	---	0,75	0,68
	Quadros Médios	---	0,66	0,66
	Administrativos	---	---	---
	Executantes	---	0,88	0,89
Secil	Conselho de Administração	---	---	0,09
	Dirigentes	---	---	1,13
	Quadros Superiores	---	---	0,92
	Quadros Médios	---	---	0,84
	Administrativos	---	---	0,93
	Executantes	---	---	0,95
ETSA	Conselho de Administração	---	---	-
	Dirigentes	---	---	0,84
	Quadros Superiores	---	---	1,32
	Quadros Médios	---	---	-
	Administrativos	---	---	0,78
	Executantes	---	---	0,74
 Holding	Conselho de Administração	---	0,43	0,26
	Dirigentes	---	1,18	1,19
	Quadros Superiores	---	0,95	0,68
	Quadros Médios	---	0,83	0,84
	Administrativos	---	---	---
	Executantes	---	1,76	1,30

Nota: Refere-se que, para o cálculo deste indicador, se registam apenas os salários praticados em Portugal. No Grupo Semapa não é praticada qualquer diferenciação salarial entre Homens e Mulheres, sendo o salário de entrada igual para ambos os géneros, masculino e feminino. O rácio do salário apresentado considera o agregador de enquadramento a nível macro, pelo que, naturalmente e para cada um destes níveis, existem diferentes subgrupos de enquadramento, bem como percursos profissionais distintos, o que impacta nos valores médios obtidos para o rácio de salário e, como tal, nos valores reportados.

GRI 406: DISCRIMINAÇÃO

GRI 406-1: Incidentes discriminatórios e medidas corretivas tomadas

Não foram registados quaisquer incidentes de discriminação.

GRI 407: LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO E NEGOCIAÇÃO COLETIVA

GRI 407-1: Operações e fornecedores em que a liberdade de associação e negociação coletiva possa estar em risco

Com base nos canais de irregularidades existentes, não foram recebidas denúncias sobre impactos a este nível.

GRI 408: TRABALHO INFANTIL

GRI 408-1: Operações e fornecedores em que se verifique risco significativo de incidentes com trabalho infantil

Com base nos canais de irregularidades existentes, não foram recebidas denúncias sobre impactos a este nível.

GRI 409: TRABALHO FORÇADO OU ESCRAVO

GRI 409-1: Operações e fornecedores em que se verifique risco significativo de incidentes com trabalho escravo ou forçado

Com base nos canais de irregularidades existentes, não foram recebidas denúncias sobre impactos a este nível.

GRI 410: PRÁTICAS DE SEGURANÇA

GRI 410-1: Pessoal de segurança com formação nas políticas ou procedimentos de direitos humanos

O respeito pelos direitos humanos está intrínseco às atividades de todas as empresas do Grupo, sendo extensível às empresas prestadoras de serviços e fornecedores, espelhados em documentos orientadores como os códigos de conduta. As empresas do Grupo contratam esta tipologia de serviços. No caso da Semapa, os seguranças recebem formação abrangente em ciclos de 5 anos.

GRI 414: AVALIAÇÃO SOCIAL DE FORNECEDORES

GRI 414-1: Novos fornecedores selecionados com base em critérios sociais

Entre as práticas das empresas participadas refira-se a existência de códigos de conduta para fornecedores e a definição de critérios de qualificação, entre outros. Em conformidade com as certificações de que dispõem as empresas, estas estão empenhadas em exercer a sua capacidade de influência, envolvendo e sensibilizando cada vez mais os diversos fornecedores (incluindo prestadores de serviços e subcontratados) para aspetos críticos ligados à segurança, assim como ambiente, integridade do negócio, qualidade, entre outros. De referir também a aprovação da Política de Direitos Humanos.

De referir que a ETSA em 2022 avaliou, com base em critérios sociais, 15,9% dos seus novos fornecedores. Neste ano passou-se a incluir fornecedores de matéria-prima e foram incluídos os dados de uma empresa adquirida pela ETSA no final de 2021 (Tribérica).

GRI 415: POLÍTICAS PÚBLICAS

GRI 415-1: Contribuições políticas

O Grupo Semapa não efetua contribuições para partidos políticos.

GRI 417: MARKETING E ROTULAGEM

GRI 417-1: Requisitos sobre a informação e rotulagem dos produtos e serviços

No Grupo Semapa, as exigências de rotulagem e informação sobre os produtos é um fator importante devido à natureza dos mesmos. Ao passo que na Secil e ETSA todos os produtos embalados têm como exigência a rotulagem dos mesmos, na Navigator não existe essa exigência, com exceção feita ao produto *Tissue* e aos produtos que contenham a aplicação de logos como Ecolabel, FSC, PEFC, entre outros.

GRI 417-2: Incidentes de não conformidade relativos à rotulagem dos produtos e serviços

O Grupo Semapa não identificou casos de não conformidade relativos à rotulagem de produtos e serviços.

GRI 417-3: Incidentes de não-conformidade relacionados com comunicações de *marketing*

O Grupo Semapa não identificou casos de não conformidade relacionados com comunicações de *marketing*.



KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
 Edifício FPM41 – Avenida Fontes Pereira de Melo, 41 – 15º
 1069-006 Lisboa – Portugal
 +351 210 110 000 – www.kpmg.pt

RELATÓRIO INDEPENDENTE DE GARANTIA LIMITADA DE FIABILIDADE

Introdução

Fomos contratados pelo Conselho de Administração da **Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A.** (“Entidade”) para realizar um trabalho de garantia limitada de fiabilidade sobre a informação de sustentabilidade, incluída no capítulo 8 do Relatório Anual relativo ao ano findo em 31 de dezembro de 2022, preparada em conformidade com os requisitos das Normas “*Global Reporting Initiative*” (“Normas GRI”).

Responsabilidade do Órgão de Gestão

O Órgão de Gestão é responsável:

- Pela preparação da informação de sustentabilidade, incluída no capítulo 8 do Relatório Anual 2022, de acordo com as Normas “*Global Reporting Initiative*” (“informação de sustentabilidade”);
- Pelo desenho, implementação e manutenção de um sistema de informação e de controlo interno apropriado que permita uma preparação da informação de sustentabilidade que esteja isenta de distorções materialmente relevantes, nomeadamente resultantes de fraude ou erro;
- Pela prevenção e deteção de situações de fraude, erros e pela identificação e cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis à atividade da Semapa;
- Por assegurar que o Órgão de Gestão e o pessoal envolvido na preparação da Informação possuem as competências adequadas.

A Nossa Responsabilidade

A nossa responsabilidade consiste em executar o trabalho de garantia limitada de fiabilidade e expressar uma conclusão baseada no trabalho efetuado.

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que Não Sejam Auditorias ou Revisões de Informação Financeira Histórica – ISAE 3000 (Revista) emitida pelo *International Auditing and Assurance Standards Board (IAASB)* da *International Federation of Accountants (IFAC)* e as demais normas e orientações técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o nosso trabalho seja planeado e executado com o objetivo de obter garantia limitada de fiabilidade sobre se nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação de sustentabilidade, incluída no capítulo 8 do Relatório Anual relativo ao ano findo em 31 de dezembro de 2022, não esteja preparada, em todos os aspetos materialmente relevantes, em conformidade com os requisitos das Normas GRI. Para tanto o referido trabalho incluiu, entre outros procedimentos, os seguintes:



- Realização de entrevistas com os responsáveis e colaboradores relevantes, ao nível corporativo e operacional, sobre a estratégia de sustentabilidade e as políticas para aspetos materialmente relevantes, e implementação destas nas diversas áreas de negócio;
- Realização de entrevistas com os colaboradores relevantes e responsáveis pela preparação da informação de sustentabilidade incluída no capítulo 8 do Relatório Anual relativa ao ano findo em 31 de dezembro de 2022;
- Comparação da informação apresentada no capítulo 8 do Relatório Anual da Semapa para o ano findo em 31 de dezembro de 2022, com as respetivas fontes de informação para determinar se todas as informações relevantes incluídas nessas fontes de informação foram incluídas no Relatório; e
- Leitura da informação apresentada no capítulo 8 do Relatório Anual 2022 da Semapa, de forma a determinar se está de acordo com o nosso conhecimento geral da Semapa.

Os procedimentos selecionados dependem do nosso conhecimento sobre o cumprimento com os requisitos das Normas GRI e de outras circunstâncias relacionadas com o trabalho, e da consideração de áreas onde é provável que possam surgir distorções materialmente relevantes.

Os procedimentos realizados num trabalho de garantia limitada de fiabilidade são diferentes na natureza e tempestividade e são mais limitados que um trabalho de garantia razoável de fiabilidade. Consequentemente, o nível de segurança obtido num trabalho de garantia limitada de fiabilidade é substancialmente inferior à segurança que poderia ser obtida caso um trabalho de garantia razoável de fiabilidade tivesse sido realizado.

Consideramos que a prova obtida é suficiente e apropriada para proporcionar bases para a expressão da nossa conclusão.

Qualidade e Independência

Aplicámos a Norma Internacional de Gestão de Qualidade ISQM 1, a qual requer que seja desenhado, implementado e mantido um sistema de gestão de qualidade abrangente que inclui políticas e procedimentos sobre o cumprimento de requisitos éticos, normas profissionais e requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

Cumprimos com os requisitos de independência e outros requisitos éticos do Código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC) e *do International Code of Ethics for Professional Accountants* (incluindo normas internacionais de independência), (Código IESBA), que se baseiam em princípios fundamentais de integridade, objetividade, competência profissional e dever de cuidado, confidencialidade e comportamento profissional.

Conclusão

A nossa conclusão foi formada na base das matérias e sujeita aos termos descritos neste relatório.



Com base nos procedimentos efetuados e prova obtida, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação de sustentabilidade, incluída no capítulo 8 do Relatório Anual relativo ao ano findo em 31 de dezembro de 2022, não tenha sido preparada, em todos os aspetos materialmente relevantes, em conformidade com os requisitos das Normas GRI e que a Entidade não tenha aplicado, na informação de sustentabilidade, incluída no capítulo 8 do Relatório Anual relativo ao ano findo em 31 de dezembro de 2022, as Normas GRI.

Restrição no Uso

Este relatório independente de garantia limitada de fiabilidade é emitido unicamente para informação e uso do Conselho de Administração da **Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A.** no âmbito da divulgação do Relatório de Anual 2022, pelo que não deverá ser utilizado para nenhuma outra finalidade ou qualquer outro propósito. Não aceitamos ou assumimos qualquer responsabilidade perante terceiras entidades para além da Entidade, pelo nosso trabalho, por este Relatório de garantia de fiabilidade ou pelas nossas conclusões.

Lisboa, 14 de abril de 2023

KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
(n.º 189 e registada na CMVM com o n.º 20161489)
representada por
Paulo Alexandre Martins Quintas Paixão
(ROC n.º 1427 e registado na CMVM com o n.º 20161037)

(Página intencionalmente deixada em branco)





9

ANEXOS

Índice GRI 2022

Declaração de utilização	O Grupo Semapa reportou de acordo com as Normas GRI para o período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2022.
Reporte de acordo com:	GRI 1: Foundation 2021
Norma(s) Setorial(ais) GRI aplicável(eis):	Não Aplicável

Norma GRI	Conteúdo	Localização e comentários
Conteúdos gerais		
GRI 2: Conteúdos gerais 2021		
2-1	Detalhes da organização	Cap. 2.4 Onde estamos (Pág. 24-25) Ficha técnica (Pág. 528)
2-2	Entidades incluídas no relato de sustentabilidade da organização	Cap. 8 Informação de suporte de sustentabilidade (Pág. 462)
2-3	Período de relato, frequência e ponto de contacto	Ficha técnica (Pág. 528)
2-4	Reformulações de informações	Cap. 8 Informação de suporte de sustentabilidade (Pág. 462)
2-5	Verificação externa	Cap. 8.2 Relatório independente de garantia limitada de fiabilidade (Pág. 512-514)
2-6	Atividades, cadeia de valor e outras relações de negócio	Cap. 2.3 O que fazemos (Pág. 23) Cap. 4.1.5 Criação valor sustentável (Pág. 100-111)
2-7	Colaboradores	Cap. 4.3 Capital Humano (Pág. 135-136) Cap. 8.1.4 Indicadores sociais (Pág. 479-481)
2-8	Trabalhadores que não são colaboradores	Cap. 8.1.4 Indicadores sociais (Pág. 481)
2-9	Estrutura de governança e sua composição	Cap. 2.5 Modelo de governo (Pág. 26-27) Cap. 5 Relatório de Governo Societário PARTE I – Informação sobre estrutura acionista, organização e governo societário B. Órgãos sociais e comissões II. Administração e supervisão A) Composição (Pág. 189-202)
2-10	Nomeação e seleção do mais alto órgão de governança	Cap. 5 Relatório de Governo Societário PARTE I – Informação sobre estrutura acionista, organização e governo societário B. Órgãos sociais e comissões II. Administração e supervisão A) Composição (Pág. 189-202)
2-11	Presidente do mais alto órgão de governança	Cap. 5 Relatório de Governo Societário PARTE I – Informação sobre estrutura acionista, organização e governo societário B. Órgãos sociais e comissões II. Administração e supervisão A) Composição (Pág. 189-202)
2-12	Papel desempenhado pelo mais alto órgão de governança na supervisão da gestão dos impactos	Cap. 5 Relatório de Governo Societário PARTE I – Informação sobre estrutura acionista, organização e governo societário B. Órgãos sociais e comissões II. Administração e supervisão A) Composição (Pág. 189-202)
2-13	Atribuição de responsabilidades da gestão de impactos	Cap. 5 Relatório de Governo Societário PARTE I – Informação sobre estrutura acionista, organização e governo societário B. Órgãos sociais e comissões II. Administração e supervisão A) Composição (Pág. 189-202)
2-14	Papel do mais alto órgão de governança em relatórios de sustentabilidade	Cap. 5 Relatório de Governo Societário PARTE I – Informação sobre estrutura acionista, organização e governo societário B. Órgãos sociais e comissões II. Administração e supervisão A) Composição (Pág. 189-202) Cap. 8.1.1 Indicadores de governance (Pág. 462)

Norma GRI	Conteúdo	Localização e comentários
2-15	Conflitos de interesse	Cap. 5 Relatório de Governo Societário PARTE I – Informação sobre estrutura acionista, organização e governo societário E. Transações com Partes Relacionadas. Conflitos de Interesses (Pág. 236-238)
2-16	Comunicação de preocupações críticas	Cap. 5 Relatório de Governo Societário PARTE I – Informação sobre estrutura acionista, organização e governo societário C. Organização Interna II. Comunicação de Irregularidades (Pág. 219-221)
2-17	Conhecimento coletivo do mais alto órgão de governança	Cap. 5 Relatório de Governo Societário PARTE I – Informação sobre estrutura acionista, organização e governo societário B. Órgãos sociais e comissões II. Administração e supervisão A) Composição (Pág. 189-202)
2-18	Avaliação de desempenho do mais alto órgão de governança	Cap. 5 Relatório de Governo Societário PARTE I – Informação sobre estrutura acionista, organização e governo societário B. Órgãos sociais e comissões II. Administração e supervisão B) Funcionamento (Pág. 203-207)
2-19	Políticas de remuneração	Cap. 5 Relatório de Governo Societário PARTE I – Informação sobre estrutura acionista, organização e governo societário D. Remunerações e Relatório sobre Remunerações (Pág. 227-235)
2-20	Processo para determinar a remuneração	Cap. 5 Relatório de Governo Societário PARTE I – Informação sobre estrutura acionista, organização e governo societário D. Remunerações e Relatório sobre Remunerações (Pág. 227-235)
2-21	Rácio de compensação anual	Cap. 8.1.1 Indicadores de governance (Pág. 462)
2-22	Declaração sobre a estratégia de desenvolvimento sustentável	Cap. 1 Visão Geral 1.1 Mensagem conjunta (Pág. 8-11)
2-23	Compromissos de política	Cap. 2 O Grupo Semapa 2.1 Propósito, Missão, Valores e Princípios Estratégicos Cap. 5 Relatório de Governo Societário PARTE I – Informação sobre estrutura acionista, organização e governo societário B. Órgãos sociais e comissões II. Administração e supervisão A) Composição (Pág. 189-202)
2-24	Incorporação de compromissos de política	Cap. 3 Enquadramento Estratégico 3.5 Ética no negócio Cap. 5 Relatório de Governo Societário PARTE I – Informação sobre estrutura acionista, organização e governo societário B. Órgãos sociais e comissões II. Administração e supervisão A) Composição (Pág. 189-202)
2-25	Processos para remediar impactos negativos	Cap. 5 Relatório de Governo Societário PARTE I – Informação sobre estrutura acionista, organização e governo societário C. Organização Interna III. Controlo Interno e Gestão de Riscos (Pág. 221-226)
2-26	Mecanismos para procurar aconselhamento e levantar questões	Cap. 3.5 Ética no negócio (Pág. 48-54) Cap. 5 Relatório de Governo Societário PARTE I – Informação sobre estrutura acionista, organização e governo societário C. Organização Interna II. Comunicação de Irregularidades (Pág. 219-221) Cap. 5 Relatório de Governo Societário PARTE I – Informação sobre estrutura acionista, organização e governo societário C. Organização Interna III. Controlo Interno e Gestão de Riscos (Pág. 221-226)
2-27	Conformidade com leis e regulamentos	Cap. 8.1.1 Indicadores de governance (Pág. 462)
2-28	Participação em associações	Cap. 8.1.1 Indicadores de governance (Pág. 462)
2-29	Abordagem ao envolvimento de stakeholders	Cap. 3.4 O nosso relacionamento com os Stakeholders (Pág. 46-47)
2-30	Acordos de negociação coletiva	Cap. 8.1.4 Indicadores sociais (Pág. 481)

Norma GRI	Conteúdo	Localização e comentários
Tópicos materiais		
GRI 3: Tópicos materiais 2021		
3-1	Processo de definição da materialidade	Cap. 3.3 Os nossos tópicos materiais (Pág. 44-45)
3-2	Lista de tópicos materiais	Cap. 3.3 Os nossos tópicos materiais (Pág. 44-45)
3-3	Gestão dos tópicos materiais	Cap. 3.3 Os nossos tópicos materiais (Pág. 44-45) Cap. 3.6 Gestão de riscos estratégicos (Pág. 55-61) Cap. 4.1.5 Criação de valor sustentável (Pág. 100-111) Cap. 4.2 Capital Natural (Pág. 112-134) Cap. 4.3 Capital Humano (Pág. 135-147) Cap. 4.4.1 Envolvimento com a comunidade local (Pág. 148-153)
Desempenho económico		
GRI 201: Desempenho económico 2016		
201-1	Valor económico direto gerado e distribuído	Cap. 4.1.5 Criação de valor sustentável (Pág. 100-101) Cap. 4.4.1 Envolvimento com a comunidade local (Pág. 149) Cap. 8.1.2 Indicadores económicos (Pág. 463)
201-2	Implicações financeiras, riscos e oportunidades devido às alterações climáticas	Cap. 8.1.2 Indicadores económicos (Pág. 463)
201-3	Obrigações com planos de benefícios definidos e outros planos de reforma	Cap. 8.1.1 Indicadores de governance (Pág. 463)
201-4	Apoios financeiros recebidos do governo	Cap. 8.1.2 Indicadores económicos (Pág. 463)
GRI 202: Presença no Mercado 2016		
202-1	Rácio entre o salário mais baixo por género, comparado com o salário mínimo local	Cap. 8.1.2 Indicadores económicos (Pág. 464)
GRI 203: Impactos Económicos Indiretos 2016		
203-1	Investimentos em infraestruturas e serviços assegurados	Cap. 8.1.2 Indicadores económicos (Pág. 464)
203-2	impactos económicos indiretos significativos	Cap. 8.1.2 Indicadores económicos (Pág. 464)
GRI 204: Práticas de Compras/Abastecimento 2016		
204-1	Proporção de despesas com fornecedores locais	Cap. 4.1.5 Criação de valor sustentável (Pág. 100) Cap. 8.1.2 Indicadores económicos (Pág. 465)
GRI 205: Anticorrupção 2016		
205-1	Operações submetidas a avaliação de riscos de corrupção	Cap. 8.1.2 Indicadores económicos (Pág. 465)
205-2	Comunicação e formação em políticas e procedimentos de combate à corrupção	Cap. 8.1.2 Indicadores económicos (Pág. 466)
205-3	Casos confirmados de corrupção e medidas tomadas	Cap. 3.5 Ética no negócio (Pág. 48) Cap. 8.1.2 Indicadores económicos (Pág. 466)
GRI 206: Concorrência Desleal 2016		
206-1	Ações judiciais por concorrência desleal, práticas de antitrust e monopólio	Cap. 8.1.2 Indicadores económicos (Pág. 466)

Norma GRI	Conteúdo	Localização e comentários
GRI 207: Tributação 2019		
207-1	Abordagem fiscal	8.1.2 Indicadores económicos (Pág. 467)
207-2	Governança fiscal, controlo e gestão de risco	8.1.2 Indicadores económicos (Pág. 467)
207-3	Envolvimento dos stakeholders e gestão das questões relacionadas com a tributação	8.1.2 Indicadores económicos (Pág. 467)
207-4	Relato por país	8.1.2 Indicadores económicos (Pág. 468)
Desempenho ambiental		
GRI 301: Materiais 2016		
301-1	Consumo total de materiais usados por peso ou volume	Cap. 4.2.3 Economia circular (Pág. 126) Cap. 8.1.3 Indicadores ambientais (Pág. 469)
301-2	Utilização de materiais reciclados	Cap. 8.1.3 Indicadores ambientais (Pág. 469)
GRI 302: Energia 2016		
302-1	Consumo de energia dentro da organização	Cap. 4.2.1 Alterações climáticas e energia (Pág. 115-116) Cap. 8.1.3 Indicadores ambientais (Pág. 470)
302-3	Intensidade energética	Cap. 8.1.3 Indicadores ambientais (Pág. 471)
302-4	Redução do consumo de energia	Cap. 8.1.3 Indicadores ambientais (Pág. 471)
GRI 303: Água e Efluentes 2018		
303-1	Interações com a água como um recurso partilhado	Cap. 4.2.2 Gestão da água (Pág. 121-124)
303-2	Gestão dos impactos relacionados com a descarga de água	Cap. 4.2.2 Gestão da água (Pág. 121-124)
303-3	Captação de água	Cap. 4.2.2 Gestão da água (Pág. 121) Cap. 8.1.3 Indicadores ambientais (Pág. 472)
303-4	Descarga de água	Cap. 8.1.3 Indicadores ambientais (Pág. 472)
303-5	Consumo de água	Cap. 4.2.2 Gestão da água (Pág. 112, 121) Cap. 8.1.3 Indicadores ambientais (Pág. 473)
GRI 304: Biodiversidade 2016		
304-1	Instalações operacionais pertencentes, arrendadas, administradas, ou próximas de áreas protegidas, ou em áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas	Cap. 8.1.3 Indicadores ambientais (Pág. 473)
304-2	Impactos significativos de atividades, produtos e serviços sobre a biodiversidade	Cap. 4.2.4 Conservação da biodiversidade e serviço dos ecossistemas (Pág. 131-134)
304-3	Habitats protegidos ou recuperados	Cap. 8.1.3 Indicadores ambientais (Pág. 473)
304-4	Espécies na Lista Vermelha da IUCN e na lista nacional de conservação das espécies, com habitats em áreas afetadas por operações	Cap. 8.1.3 Indicadores ambientais (Pág. 473)

Norma GRI	Conteúdo	Localização e comentários
GRI 305: Emissões 2016		
305-1	Emissões diretas de GEE (Scope 1(*))	Cap. 4.2.1 Alterações climáticas e energia (Pág. 116) Cap. 8.1.3 Indicadores ambientais (Pág. 474)
305-2	Emissões indiretas (Scope 2(*)) de GEE resultantes da energia adquirida	Cap. 4.2.1 Alterações climáticas e energia (Pág. 116) Cap. 8.1.3 Indicadores ambientais (Pág. 474)
305-4	Intensidade de emissões de GEE	Cap. 8.1.3 Indicadores ambientais (Pág. 475)
305-5	Redução de emissões de GEE	Cap. 8.1.3 Indicadores ambientais (Pág. 476)
305-6	Emissões de substâncias depletoras da camada de ozono (SDO)	Cap. 8.1.3 Indicadores ambientais (Pág. 476)
305-7	Emissões de óxidos de nitrogénio (NOx), óxidos de enxofre (SOx) e outras emissões atmosféricas significativas	Cap. 8.1.3 Indicadores ambientais (Pág. 476)
GRI 306: Resíduos 2020		
306-1	Geração de resíduos e impactos significativos relacionados com resíduos	Cap. 4.2.3 Economia circular (Pág. 125-130)
306-2	Gestão de impactos significativos relacionados com resíduos	Cap. 4.2.3 Economia circular (Pág. 125-130)
306-3	Resíduos gerados	Cap. 4.2.3 Economia circular (Pág. 126) Cap. 8.1.3 Indicadores ambientais (Pág. 477)
306-4	Resíduos destinados a operações de valorização	Cap. 4.2.3 Economia circular (Pág. 126) Cap. 8.1.3 Indicadores ambientais (Pág. 478)
306-5	Resíduos destinados a operações de eliminação	Cap. 4.2.3 Economia circular (Pág. 126) Cap. 8.1.3 Indicadores ambientais (Pág. 478)
GRI 308: Avaliação Ambiental de Fornecedores 2016		
308-1	Novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais	Cap. 8.1.3 Indicadores ambientais (Pág. 478)
Desempenho social		
GRI 401: Emprego 2016		
401-1	Contratação de novos colaboradores e rotatividade dos colaboradores	Cap. 8.1.4 Indicadores sociais (Pág. 482)
401-2	Benefícios para colaboradores a tempo inteiro que não são atribuídos a colaboradores temporários ou a tempo parcial	Cap. 8.1.4 Indicadores sociais (Pág. 483)
401-3	Licença parental	Cap. 8.1.4 Indicadores sociais (Pág. 483-484)
GRI 403: Segurança e Saúde no Trabalho 2018		
403-1	Sistema de gestão de segurança e saúde no trabalho	Cap. 8.1.4 Indicadores sociais (Pág. 485)
403-2	Identificação de perigos, avaliação de riscos e investigação de incidentes	Cap. 8.1.4 Indicadores sociais (Pág. 485-488)
403-3	Serviços de saúde no trabalho	Cap. 8.1.4 Indicadores sociais (Pág. 488-489)
403-4	Envolvimento do colaborador na participação, consulta e comunicação sobre saúde e segurança no trabalho	Cap. 8.1.4 Indicadores sociais (Pág. 489-490)
403-5	Formação dos colaboradores em saúde e segurança no trabalho	Cap. 8.1.4 Indicadores sociais (Pág. 490)
403-6	Promoção da saúde do colaborador	Cap. 8.1.4 Indicadores sociais (Pág. 491)

Norma GRI	Conteúdo	Localização e comentários
403-7	Prevenção e mitigação de impactos na saúde e segurança no trabalho atribuíveis a relações comerciais	Cap. 8.1.4 Indicadores sociais (Pág. 491)
403-8	Trabalhadores abrangidos por um sistema de gestão de saúde e segurança no trabalho	Cap. 8.1.4 Indicadores sociais (Pág. 492-494)
403-9	Acidentes de trabalho	Cap. 4.3.3 Saúde, segurança e bem-estar no trabalho (Pág. 144-145) Cap. 8.1.4 Indicadores sociais (Pág. 494-496)
403-10	Doenças ocupacionais	Cap. 8.1.4 Indicadores sociais (Pág. 497)
GRI 404: Formação e Educação 2016		
404-1	Média anual de horas de formação anual por colaborador	Cap. 4.3.1 Capital humano e talento (Pág. 137) Cap. 8.1.4 Indicadores sociais (Pág. 498-502)
404-2	Programas para desenvolvimento de competências e gestão do fim da carreira	Cap. 4.3.1 Capital humano e talento (Pág. 137-141)
404-3	Porcentagem de colaboradores que recebem regularmente análises de desempenho e desenvolvimento de carreira	Cap. 8.1.4 Indicadores sociais (Pág. 503-504)
GRI 405: Diversidade e Igualdade de Oportunidades 2016		
405-1	Diversidade nos órgãos de governação e colaboradores	Cap. 8.1.4 Indicadores sociais (Pág. 505-509)
405-2	Rácio do salário e remuneração entre mulheres e homens	Cap. 1.4 Indicadores sociais (Pág. 510)
GRI 406: Não-Discriminação 2016		
406-1	Incidentes de discriminação e ações corretivas tomadas	Cap. 3.5 Ética no negócio (Pág. 48-54)
GRI 407: Liberdade de Associação e Negociação Coletiva 2016		
407-1	Operações e fornecedores em que a liberdade de associação e negociação coletiva possa estar em risco	Cap. 3.5 Ética no negócio (Pág. 48-54)
GRI 408: Trabalho Infantil 2016		
408-1	Operações e fornecedores em que se verifique um risco significativo de incidentes de trabalho infantil	Cap. 3.5 Ética no negócio (Pág. 48-54) Cap. 4.1.5 Criação valor sustentável (Pág. 106-108)
GRI 409: Trabalho Forçado ou Escravo 2016		
409-1	Operações e fornecedores em que se verifique um risco significativo de incidentes de trabalho escravo ou forçado	Cap. 3.5 Ética no negócio (Pág. 48-54) Cap. 4.1.5 Criação valor sustentável (Pág. 106-108) Cap. 8.1.4 Indicadores sociais (Pág. 511)
GRI 410: Práticas de Segurança 2016		
410-1	Pessoal de segurança com formação nas políticas ou procedimentos de direitos humanos	Cap. 8.1.4 Indicadores sociais (Pág. 511)

Norma GRI	Conteúdo	Localização e comentários
GRI 413: Comunidades Locais 2016		
413-1	Operações com envolvimento da comunidade local, avaliações de impacto e programas de desenvolvimento	Cap. 4.4.1 Envolvimento com a comunidade local (Pág. 148-153)
GRI 414: Avaliação Social de Fornecedores 2016		
414-1	Novos fornecedores selecionados com base em critérios sociais	Cap. 8.1.4 Indicadores sociais (Pág. 511)
GRI 415: Políticas Públicas 2016		
415-1	Contribuições políticas	Cap. 8.1.4 Indicadores sociais (Pág. 511)
GRI 417: Rotulagem de Produtos e Serviços 2016		
417-1	Requisitos sobre a informação e rotulagem dos produtos e serviços	Cap. 8.1.4 Indicadores sociais (Pág. 511)
417-2	Incidentes de não conformidade relativos à rotulagem dos produtos e serviços	Cap. 8.1.4 Indicadores sociais (Pág. 511)
417-3	Incidentes de não conformidade relacionados com comunicações de marketing	Cap. 8.1.4 Indicadores sociais (Pág. 511)

2\ Tabela sumária das métricas core do World Economic Forum's Stakeholder Capitalism

Pilar	Tema	Métricas	Alinhamento à GRI
Governance	Propósito de Governance	Propósito estabelecido	GRI 2-12
	Qualidade do Órgão de Governance	Composição do Órgão de Governance	GRI 2-9, 405-1
	Envolvimento dos Stakeholders	Tópicos materiais com impacto nos Stakeholders	GRI 2-12, 2-29, 3-2
	Comportamento ético	Anticorrupção	GRI 205-2/3
		Mecanismos de aconselhamento	GRI 2-26
Riscos e Oportunidades	Integração dos riscos e oportunidades	Sem GRI associada	
Planeta	Alterações Climáticas	Emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE)	GRI 305-1/2/3
		Implementação das recomendações da TCFD	Sem GRI associada
	Perda de biodiversidade	Uso do solo e proteção ecológica focado em áreas protegidas ou de elevado valor de biodiversidade	GRI 304-1
	Disponibilidade de água potável	Captação e consumo de água em áreas de stress hídrico	GRI 303-3/5
Pessoas	Dignidade e equidade	Diversidade e inclusão: % de colaboradores por categoria profissional, género, faixa etária e outras categorias de diversidade	GRI 405-1
		Rácio salarial entre homens e mulheres, minorias e maiorias étnicas, entre outros	GRI 405-2
		Variação Salarial (%) entre salário de entrada e o salário mínimo nacional, por género	GRI 202-1
		Variação Salarial (%) entre a remuneração total anual do CEO e a mediana da remuneração total dos restantes colaboradores, exceto CEO	GRI 2-21
		Risco de incidentes de trabalho infantil, forçado ou escravo	GRI 408-1, 409-1
	Saúde e bem-estar	Saúde e segurança: Número e rácio de acidentes de trabalho, acidentes graves e mortes	GRI 403-9
		Uma explicação de como a organização facilita o acesso dos trabalhadores a serviços médicos e de saúde não relacionados com o trabalho, e o âmbito do acesso oferecido	GRI 403-6
	Capacitação para o futuro	Formação (nº) horas de formação por colaborador	GRI 404-1
		Formação (€) investimento em formação por colaborador	Sem GRI associada

Pilar	Tema	Métricas	Alinhamento à GRI
Prosperidade	Emprego e geração de riqueza	Taxa de rotatividade (%) entre entradas e saídas de colaboradores por idade e género ou outros indicadores de diversidade	GRI 201-1
		Contribuição económica: O valor económico direto gerado e distribuído (EVG&D) por receitas; custos operacionais, salários e benefícios de empregados, pagamentos a provedores de capital, pagamentos ao governo (por país) e investimentos na comunidade	GRI 201-4
		Apoios financeiros recebidos do governo: Benefícios e créditos fiscais; subsídios; subvenções para investimento, pesquisa e desenvolvimento e outros tipos relevantes de concessões, entre outros	Sem GRI associada
		Contribuição financeira de investimento: Despesas totais de capital ou investimento em bens de capital (CapEx) sem amortização, suportadas pela narrativa descrita pela estratégia de investimento da organização	Sem GRI associada
		Recuperação de ações e pagamentos de dividendos, apoiados pela narrativa para descrever a estratégia da empresa para o retorno de capital aos acionistas	GRI 201-1
	Inovação por produtos e serviços melhores	Despesas em I&D	Sem GRI associada
		Custos totais associados ao desenvolvimento	Sem GRI associada
	Comunidade e vitalidade social	Impostos: O imposto global total suportado pela empresa, incluindo impostos de renda corporativos, impostos sobre propriedade, IVA não creditável e outros impostos sobre vendas, impostos sobre a folha de pagamento pagos pelo empregador e outros impostos que constituem custos para a empresa, por categoria de impostos	GRI 201-1, 207-4

3\ Tabela de Correspondência DINF (Divulgação de Informação Não Financeira)

PARTE I - INFORMAÇÃO SOBRE AS POLÍTICAS ADOTADAS

Capítulos	Subcapítulos	Correspondência de conteúdos
A. Introdução	1. Descrição da política geral da Sociedade quanto aos temas da sustentabilidade, com indicação das eventuais alterações face à anteriormente aprovada.	Cap. 2.1 Propósito, Missão, Valores e Princípios Estratégicos Cap. 3.1 Contexto global Cap.3.2 O nosso contributo para os ODS
	2. Descrição da metodologia e das razões para a sua adoção no reporte da informação não financeira, bem como quaisquer alterações que tenham ocorrido em relação a anos anteriores e as razões que as motivaram.	Cap. 8 Informação de suporte de sustentabilidade GRI 2-4
B. Modelo Empresarial	1. Descrição geral do modelo de negócio e forma de organização da Sociedade/Grupo, indicando principais áreas de negócio e mercados em que opera (se possível com recurso a organogramas, gráficos ou quadros funcionais).	Cap. 2.2 Quem somos Cap. 2.3 O que fazemos
C. Principais Fatores de Risco	1. Identificação dos principais riscos associados aos temas objeto de reporte e decorrentes das atividades, produtos, serviços ou relações comerciais da Sociedade, incluindo, se for caso disso e sempre que possível, as cadeias de fornecimento e subcontratação.	Cap. 3.6 Gestão de risco GRI 2-12, 2-13
	2. Indicação da forma como esses riscos são identificados e geridos pela Sociedade.	
	3. Explicitação da divisão funcional interna de competências, incluindo os órgãos sociais, comissões, comités ou departamentos responsáveis pela identificação e gestão/acompanhamento dos riscos.	
	4. Indicação expressa dos novos riscos identificados pela Sociedade face ao relatado em anos anteriores, bem como dos riscos que deixaram de o ser.	
	5. Indicação e breve descrição das principais oportunidades que sejam identificadas pela Sociedade no contexto dos temas objeto de reporte.	

Capítulos	Subcapítulos	Correspondência de conteúdos
D. Políticas Implementadas		
i. Políticas Ambientais	1. Descrição dos objetivos estratégicos da Sociedade e das principais ações a empreender para a sua concretização.	Cap. 4.2 Capital natural
	2. Descrição dos principais indicadores de desempenho definidos.	Cap. 4.2 Capital natural GRI 301-1 até GRI 306-5
	3. Indicação, face ao ano anterior, do grau de concretização daqueles objetivos, pelo menos por referência a:	
	i. Utilização sustentável dos recursos	Cap. 4.2.1 Alterações climáticas e energia Cap. 4.2.2 Gestão da água Cap. 4.2.3 Economia circular GRI 301-1/2, 302-1/3, 303-1/2/3/4/5/6
	ii. Poluição e alterações climáticas	Cap.4.2.1 Alterações climáticas e energia GRI 305-1/2/3/4/5/6/7
	iii. Economia circular e gestão de resíduos	Cap. 4.2.3 Economia circular GRI 301-1/2, 306-3/4/5
	iv. Proteção da biodiversidade	Cap. 4.2.4 Conservação da biodiversidade e serviços dos ecossistemas GRI 304-1/2/3/4
	ii. Políticas Sociais e Fiscais	1. Descrição dos objetivos estratégicos da Sociedade e das principais ações a empreender para a sua concretização.
2. Descrição dos principais indicadores de desempenho definidos.		Cap. 4.1.5 Criação de valor sustentável GRI 2-25, 201-1, 203-1, 204-1, 207-4, 308-1, 413-1, 414-1
3. Indicação, face ao ano anterior, do grau de concretização daqueles objetivos, pelo menos por referência a:		
i. Compromisso da empresa com a comunidade		Cap. 4.4.1 Envolvimento com a comunidade local GRI 413-1
ii. Subcontratação e fornecedores		Cap. 4.1.5 Criação de valor sustentável GRI 2-6, 204-1, 308-1/2, 414-1/2
iii. Consumidores		Cap. 4.1.5 Criação de valor sustentável GRI 417-1/2/3
iv. Investimento responsável		Cap. 4.1.5 Criação de valor sustentável GRI 201-1, 204-1
v. <i>Stakeholders</i>		Cap. 3.4 O nosso relacionamento com os Stakeholders GRI 2-29
vi. Informação fiscal	Cap. 4.1.5 Criação de valor sustentável GRI 201-1, 207-1/2/3/4	

Capítulos	Subcapítulos	Correspondência de conteúdos
iii. Trabalhadores e Igualdade entre Géneros e Não Discriminação	1. Descrição dos objetivos estratégicos da Sociedade e das principais ações a empreender para a sua concretização.	Cap. 3.5 Ética no negócio Cap. 4.3 Capital humano
	2. Descrição dos principais indicadores de desempenho definidos.	Cap. 3.5 Ética no negócio Cap. 4.3 Capital humano GRI 2-7, 2-30, 202-1, 401-1/3, 403-1/2/3/4/5/6/7/9/10, 404-1/3, 405-1/2, 406-1
	3. Indicação, face ao ano anterior, do grau de concretização daqueles objetivos, pelo menos por referência a:	
	i. Emprego	Cap. 4.3.1 Capital humano e talento GRI 2-7, 2-20, 404-1, 405-1/2, 401-1, 406-1
	ii. Organização do trabalho	Cap. 3.5 Ética no negócio Cap. 4.3.1 Capital humano e talento Cap. 4.3.2 Cultura e motivação no Grupo GRI 401-2/3
	iii. Saúde e segurança	Cap. 4.3.3 Saúde, segurança e bem-estar no trabalho GRI 403-1/2/3/4/5/6/7/8/9/10
	iv. Relações sociais	GRI 2-30
	v. Formação	Cap. 4.3.1 Capital humano e talento GRI 404-1/2/3
iv. Direitos Humanos	vi. Igualdade	Cap. 3.5 Ética no negócio GRI 401-3, 405-1/2
	1. Descrição dos objetivos estratégicos da Sociedade e das principais ações a empreender para a sua concretização.	Cap. 3.5 Ética no negócio Cap. 4.1.5 Criação de valor sustentável GRI 2-23, 406-1, 407-1, 408-1, 409-1, 410-1
	2. Descrição dos principais indicadores de desempenho definidos.	
	3. Indicação, face ao ano anterior, do grau de concretização daqueles objetivos, pelo menos por referência a:	
	i. Procedimentos de diligência devida	
	ii. Medidas de prevenção dos riscos	
	iii. Processos judiciais	

Capítulos	Subcapítulos	Correspondência de conteúdos
v. Combate à Corrupção e às Tentativas de Suborno	1. Prevenção da corrupção: medidas e instrumentos adotados para prevenção da corrupção e suborno; políticas implementadas para a dissuasão destas práticas junto de trabalhadores e fornecedores; informação sobre o sistema de <i>compliance</i> indicando os respetivos responsáveis funcionais, caso existente; indicação de processos judiciais que envolvam a Sociedade, os seus administradores ou trabalhadores relacionados com a corrupção ou subornos; medidas adotadas em sede de contratação pública, caso relevante.	Cap. 3.5 Ética no negócio GRI 2-23, 2-26, 205-1/2/3
	2. Prevenção do branqueamento de capitais (para emitentes sujeitos a este regime): medidas de combate ao branqueamento de capitais; indicação do número de casos denunciados anualmente.	
	3. Códigos de ética: indicação de eventual código de ética a que a Sociedade tenha aderido ou implementado; indicação dos respetivos mecanismos de implementação e monitorização do cumprimento do mesmo, se aplicável.	
	4. Gestão de conflitos de interesses: medidas de gestão e acompanhamento de conflitos de interesses, nomeadamente exigência de subscrição de declarações de interesses, incompatibilidades e impedimentos pelos dirigentes e trabalhadores.	GRI 2-15

PARTE II - INFORMAÇÃO SOBRE OS *STANDARDS*/ DIRETRIZES SEGUIDOS

Capítulos	Subcapítulos	Correspondência de conteúdos
1. Identificação de <i>Standards</i> / Diretrizes Seguidos no Reporte de Informação Não Financeira	Identificação dos <i>standards</i> / diretrizes seguidas na preparação da informação não financeira, incluindo as respetivas opções, bem como outros princípios considerados na atuação da Sociedade, caso aplicável. No caso de a Sociedade referir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 das Nações Unidas, incluir identificação daqueles para cujo cumprimento a Sociedade se compromete a contribuir, com indicação das medidas tomadas , em cada ano, no sentido da prossecução dos propósitos traçados relativamente a cada um desses ODS. Ou seja, identificar ações, projetos ou investimentos concretos direcionados ao cumprimento desse ODS.	Cap. 3.2 O nosso contributo para os ODS Cap. 8 Informação de suporte de sustentabilidade
2. Identificação do Âmbito e Metodologia de Cálculo dos Indicadores	Descrição do âmbito e metodologia de cálculo (incluindo a fórmula de cálculo) dos indicadores apresentados, bem como das limitações desse reporte. Sempre que possível, apresentação de uma tabela de correspondência entre os indicadores apresentados e os princípios ou objetivos considerados, indicando o sítio onde a informação se encontra detalhada (ex., a página do relatório autónomo de reporte de informação não financeira, do relatório e contas, de outro documento ou do sítio de internet da Sociedade).	Cap. 8 Informação de suporte de sustentabilidade Cap. 9.1 Índice GRI
3. Explicação em Caso de Não Aplicação de Políticas	Caso a Sociedade não aplique políticas em relação a uma ou mais questões, o reporte de informação não financeira apresenta uma explicação para esse facto.	Não Aplicável
4. Outras Informações	Elementos ou informações adicionais que, não se encontrando vertidos nos pontos anteriores, sejam relevantes para a compreensão, enquadramento e justificação da relevância da informação não financeira divulgada, designadamente quanto a redes/consórcios de entidades ligadas a temas de sustentabilidade e responsabilidade das organizações que integra/a que pertence, seja a nível nacional seja internacional, e compromissos de sustentabilidade que a Sociedade voluntariamente assumiu, de âmbito local ou global.	GRI 2-28

(Página intencionalmente deixada em branco)



CICLO DE PUBLICAÇÃO E PERÍODO COBERTO PELO RELATÓRIO

Este relatório refere-se às atividades realizadas durante o ano de 2022 (de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2022) e tem uma periodicidade anual.

DATA DE PUBLICAÇÃO

Abril de 2023

APOIO TÉCNICO ESG

Stravillia Sustainability Hub

CONCEÇÃO E DESIGN

Get Brand

OPINIÃO E CONTACTOS

Valorizamos a sua opinião. Para qualquer esclarecimento, por favor contactar:

SEMAPA – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A.

Av. Fontes Pereira de Melo, 14-10º, 1050-121 Lisboa, Portugal

Tel. (+351) 213 184 700 | Fax (+351) 213 521 748

investors@semapa.pt

